

**VANIUCHA DE MORAES**

**A ELITE DOS JORNALISTAS BRASILEIROS**

**Estratégias de legitimação e simbolização  
entre o período ditatorial e os anos pós-redemocratização**

Tese submetida ao Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia Política da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
para obtenção do grau de doutora em  
Sociologia Política

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bergamo  
Idalgo

Área de Concentração: Representações  
Sociais e Produções Simbólicas

**FLORIANÓPOLIS**  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Moraes, Vaniucha de  
A elite dos jornalistas brasileiros :  
estratégias de legitimação e simbolização entre o  
período ditatorial e os anos pós-redemocratização /  
Vaniucha de Moraes ; orientador, Alexandre Bergamo,  
2017.  
481 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,  
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Jornalismo. 3.  
Sociologia da Cultura. 4. Elites. 5. História. I.  
Bergamo, Alexandre. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia Política. III. Título.

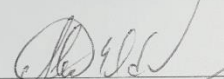


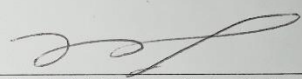
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: [ppgsocpol@contato.ufsc.br](mailto:ppgsocpol@contato.ufsc.br)

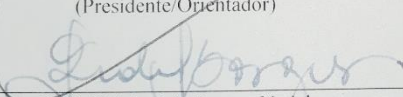
**“A elite dos jornalistas brasileiros: estratégias de legitimação e simbolização entre o período ditatorial e os anos pós-redemocratização”.**

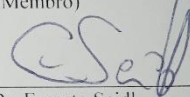
**Vaniucha de Moraes**

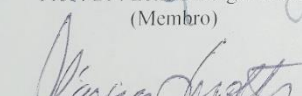
Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

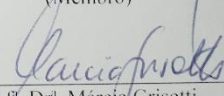
  
Prof. Dr. Alexandre Bergamo Idalgo  
(Presidente/Orientador)

  
Prof.ª Dr.ª Marialva Carlos Barbosa  
(Membro)

  
Prof.ª Dr.ª Leticia Borges Nedel  
(Membro)

  
Prof. Dr. Ernesto Seidl  
(Membro)

  
Prof. Dr. Jacques Mick  
(Membro/Via Skype)

  
Prof.ª Dr.ª Márcia Grisotti  
(Coordenadora)

**Prof.ª Dr.ª Márcia Grisotti**  
Coordenadora  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

PPGSP/CFH/UFSC

FLORIANÓPOLIS, (SC), DEZEMBRO DE 2017.

SIAPLE 2107/89

*Ao Nino.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram para realização dessa pesquisa. Meu orientador, Alexandre Bergamo, agradeço por me encorajar a pensar com independência, desmistificar padrões e ousar na pesquisa e na reflexão. Agradeço à generosidade intelectual dos professores Ernesto Seidl, Letícia Nedel e Jacques Mick que gentilmente leram meus textos e instigaram questões fundamentais. Agradeço aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, cada um deles foi importante ao longo do percurso. Aos jornalistas que conheci enquanto realizava essa pesquisa, especialmente os que se dispuseram a dar entrevistas, Mylton Severiano (Myltainho, querido e saudoso amigo), Carlos Azevedo, José Hamilton Ribeiro, Renato Tapajós e Bernardo Kucinski.

*O que procuraste em ti ou fora de teu ser restrito e nunca se mostrou, mesmo afetando dar-se ou se rendendo, e a cada instante mais se retraindo, olha, repara, ausculta: essa riqueza sobrando a toda pérola, essa ciência sublime e formidável, mas hermética, essa total explicação da vida, esse nexo primeiro e singular que nem concebes mais, pois tão esquivo se revelou ante a pesquisa ardente em que te consumiste... vê, contempla, abre teu peito para agasalhá-lo.*

Carlos Drummond de Andrade,  
A Máquina do Mundo, 1951.

## RESUMO

Esta pesquisa se concentra na investigação das condições de produção dos registros biográficos e autobiográficos de membros da elite jornalística brasileira constituída entre o período ditatorial e os anos pós-redemocratização. O escopo da análise é a avaliação do conjunto de interesses, valores e estratégias envolvidas em iniciativas de simbolização e legitimação presentes em relatos, depoimentos para pesquisas científicas, entidades de classe, instituições de documentação, pesquisa e preservação da memória coletiva, com as quais os jornalistas puderam atestar sua existência material, política e intelectual como membros da elite profissional circunscritos a espaços de consagração específicos, notadamente, a *modernização da imprensa, a militância política, a literatura e a universidade*.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Elites; Sociologia da Cultura; Sociologia das Elites.

## ABSTRACT

This research focuses on the investigation of the production conditions of biographical and autobiographical records of members of the Brazilian journalistic elite constituted between the dictatorial period and the post-redemocratization years. The scope of the analysis is the evaluation of the set of interests, values and strategies involved in the symbolisation and legitimation initiatives present in reports, testimonials for scientific research, class entities, documentation institutions, research and preservation of collective memory, with which journalists were able to attest to their material, political and intellectual existence as members of the professional elite circumscribed to specific consecration spaces, notably the *modernization of the press*, *political militancy*, literature and the university.

**Keywords:** Journalism; Elites; Sociology of Culture; Sociology of Elites



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Marcadores de Prestígio .....	30
Figura 2 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	53
Figura 3 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	55
Figura 4 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	58
Figura 5 - <i>Jornal Opinião</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	60
Figura 6 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	62
Figura 7 - <i>Movimento</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	64
Figura 8 - <i>Opinião</i> - fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	67
Figura 9 - <i>Folha de S.Paulo</i> - fonte: Acervo Folha .....	68
Figura 10 - <i>Jornal do Brasil</i> - fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	69
Figura 11 - <i>Jornal do Brasil</i> - fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	74
Figura 12 - <i>Folha de S.Paulo</i> - fonte: Acervo Folha .....	85
Figura 13 - revista <i>Realidade</i> .....	90
Figura 14 - <i>Folha de S.Paulo</i> - fonte: Acervo Folha .....	91
Figura 15 - <i>Jornal do Brasil</i> - fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	93
Figura 16 - <i>Folha de São Paulo</i> - fonte: Acervo Folha .....	95
Figura 17 - <i>Jornal do Brasil</i> - fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	96
Figura 18 - <i>Folha de S.Paulo</i> - fonte: Acervo Folha .....	99
Figura 19 - <i>Folha de S.Paulo</i> - fonte: Acervo Folha .....	100
Figura 20 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	101
Figura 21 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	102
Figura 22 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	103
Figura 23 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	104
Figura 24 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	113
Figura 25 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	114
Figura 26 - <i>Em nome dos pais</i> - fonte: Editora Intrínseca .....	117
Figura 27 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	120
Figura 28 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	123
Figura 29 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	125
Figura 30 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	126
Figura 31 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	127
Figura 32 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	148
Figura 33 - <i>História da revista que virou lenda</i> – fonte: Editora Insular .....	154
Figura 34 - <i>Resistir é Preciso</i> – fonte: Instituto Vladimir Herzog ....	162
Figura 35 - <i>Biografia</i> – fonte: Site Cony .....	182
Figura 36 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	190
Figura 37 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	195

Figura 38 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	197
Figura 39 - <i>Movimento</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	198
Figura 40 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	200
Figura 41 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	202
Figura 42 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	205
Figura 43 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	207
Figura 44 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	218
Figura 45 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	221
Figura 46 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	223
Figura 47 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	224
Figura 48 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	225
Figura 49 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	226
Figura 50 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	227
Figura 51 - revista <i>Realidade</i> .....	250
Figura 52 - revista <i>Cláudia</i> .....	251
Figura 53 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	256
Figura 54 - <i>Claudia</i> – fonte: Acervo Site Carmen da Silva.com.br ...	259
Figura 55 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	261
Figura 56 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	263
Figura 57 - <i>Biografia</i> – fonte: Site Somaterapia .....	266
Figura 58 - <i>Opinião</i> – fonte: Acervo Site Carmen da Silva.com.br ..	267
Figura 59 - <i>Atualidade</i> – fonte: Acervo Site Carmen da Silva.com.br.....	269
Figura 60 - <i>Jornal Movimento</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ..	270
Figura 61 - Livro sobre Carmen da Silva – fonte: Acervo Site Carmen da Silva.com.br .....	274
Figura 62 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	277
Figura 63 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	278
Figura 64 - <i>Extra Realidade Brasileira: Malditos Escritores!</i> .....	291
Figura 65 - Capa de <i>Abraçado ao meu rancor</i> .....	295
Figura 66 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	296
Figura 67 - Site Acervo João Antônio/Unesp .....	298
Figura 68 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	321
Figura 69 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	322
Figura 70 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	325
Figura 71 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	326
Figura 72 - <i>Jornal Movimento</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ..	327
Figura 73 - <i>Jornal Mulherio</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	328
Figura 74 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	329
Figura 75 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	331
Figura 76 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	332

Figura 77 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	334
Figura 78 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	339
Figura 79 - <i>Site</i> pessoal de Fernando Gabeira .....	340
Figura 80 - <i>Site</i> Marcos Faerman .....	345
Figura 81 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	353
Figura 82 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	354
Figura 83 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	356
Figura 84 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	357
Figura 85 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	358
Figura 86 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	359
Figura 87 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	360
Figura 88 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	363
Figura 89 - <i>Folha de São Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	365
Figura 90 - Entrevista com Kucinski– fonte: <i>site</i> <i>Jornal Rascunho</i> ....	369
Figura 91 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	377
Figura 92 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	383
Figura 93 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	387
Figura 94 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	388
Figura 95 - <i>Folha de S.Paulo</i> – fonte: Acervo Folha .....	391
Figura 96 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	392
Figura 97 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	393
Figura 98 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	394
Figura 99 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital .....	394
Figura 100 - <i>Jornal do Brasil</i> – fonte: Biblioteca Nacional Digital ....	396

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Espaços de consagração - Alberto Dines .....	81
Tabela 2 - Espaços de Consagração - José Hamilton Ribeiro .....	108
Tabela 3 - Espaços de consagração - Míriam Leitão .....	132
Tabela 4 - Espaços de consagração - Carlos Heitor Cony .....	211
Tabela 5 - Espaços de consagração - Zuenir Ventura .....	235
Tabela 6 - Espaços de consagração - João Antônio .....	304
Tabela 7 - Espaços de consagração - Fernando Gabeira .....	341
Tabela 8 - Espaços de consagração - Bernardo Kucinski .....	370
Tabela 9 - Espaços de consagração - Ana Arruda Callado .....	399

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1.	ACERCA DA SELEÇÃO DOS EXEMPLOS DA ELITE PROFISSIONAL JORNALÍSTICA .....	21
1.2.	ESPECIFICIDADES DOS REGISTROS E REMINISCÊNCIAS .....	26
<b>2.</b>	<b>JORNALISTAS PROFISSIONAIS: JORNALISMO COMO COMEÇO, MEIO E FIM .....</b>	<b>35</b>
2.1.	BREVE HISTÓRIA DA PROFISSÃO DE JORNALISTA E DE SEUS MITOS FUNDADORES .....	36
2.2.	ALBERTO DINES E A MODERNIZAÇÃO NA IMPRENSA BRASILEIRA.....	45
2.3.	JOSÉ HAMILTON RIBEIRO E A MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA PAULISTA.....	82
2.4.	MÍRIAM LEITÃO: OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA E FEMINILIZAÇÃO NO MERCADO PROFISSIONAL .....	109
2.5.	CARLOS AZEVEDO E MYLTON SEVERIANO: OS MEMORIALISTAS DA REVISTA REALIDADE .....	133
2.6.	FONTES DOCUMENTAIS: ÍNDICES DE PROJEÇÃO E VISIBILIDADE NA CARREIRA.....	161
<b>3.</b>	<b>ESCRITORES JORNALISTAS – A LITERATURA ATRAVÉS DOS JORNAIS.....</b>	<b>167</b>
3.1.	JORNALISMO E LITERATURA: UMA TRADIÇÃO.....	169
3.2.	ESCRITORES RECONHECIDOS.....	174
3.3.	CARLOS HEITOR CONY, A LITERATURA COMO VOCAÇÃO.....	175
3.4.	ZUENIR VENTURA, JORNALISTA “POR ACASO” .....	212
3.5.	ESCRITORES INTERMEDIÁRIOS: ENTRE A INDÚSTRIA CULTURAL E A “VANGUARDA”.....	236
3.6.	ROBERTO FREIRE, CARMEN DA SILVA E JOSÉ LOUZEIRO, OS JORNALISTAS ESCRITORES. ....	237
3.7.	ESCRITORES DE VANGUARDA .....	274
3.8.	A CONSTRUÇÃO DO ESCRITOR JOÃO ANTÔNIO .....	280
3.9.	DA PLURALIDADE DE TRAJETÓRIAS REFLETIDA NOS MARCADORES DE LEGITIMIDADE E CONSAGRAÇÃO .....	305
<b>4.</b>	<b>JORNALISTAS MILITANTES RUMO ÀS INSTITUIÇÕES (ESTADO E UNIVERSIDADE) .....</b>	<b>308</b>

4.1.	JORNALISMO E POLÍTICA NO BRASIL: RELAÇÕES INTRÍNSECAS .....	309
4.2.	ASCENSÃO NA POLÍTICA: DE GUERRILHEIRO A DEPUTADO FEDERAL.....	315
4.3.	FERNANDO GABEIRA, UTOPIA E LUCIDEZ.....	317
4.4.	DO JORNALISMO MILITANTE ÀS UNIVERSIDADES..	342
4.5.	BERNARDO KUCINSKI, JORNALISTA REVOLUCIONÁRIO .....	346
4.6.	ANA ARRUDA CALLADO, INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MILITÂNCIA JORNALÍSTICA .....	371
4.7.	PROFISSIONALIZAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E FEMINILIZAÇÃO.....	400
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>403</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>409</b>
	<b>ANEXO A .....</b>	<b>433</b>
	<b>ANEXO B .....</b>	<b>443</b>
	<b>ANEXO C .....</b>	<b>459</b>
	<b>ANEXO D .....</b>	<b>475</b>
	<b>ANEXO E .....</b>	<b>479</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX uma série de acontecimentos repercutiram no universo da produção cultural e incidiram sobre a profissão de jornalista. A modernização da imprensa, a efervescência política e artística que antecedeu e procedeu o golpe civil-militar de 1964 e a profissionalização da atividade jornalística promoveram transformações não apenas na atividade em si, mas na própria identidade profissional. Tais transformações estão impressas nos registros biográficos e memorialísticos dos membros da elite profissional que se consolidou entre as décadas de 1960 e 2010, indivíduos representantes de uma época, que tiveram suas vidas monumentalizadas associadas a fatos históricos ou mesmo se envolveram diretamente na redação da história da imprensa nacional, e que deixaram entrever em suas reminiscências a lógica de funcionamento do campo profissional.

Na historiografia da imprensa brasileira o registro muitas vezes adquire a forma da história de vida de certos protagonistas, nesse caso, os jornalistas. Desse modo, nas narrativas de profissionais renomados, a referência a determinados acontecimentos, fatos e conjunturas é tão recorrente quanto empregada como insígnia de notoriedade. Um dos fatos reiterados nos registros históricos é a modernização da imprensa.

Abordar a modernização da imprensa significa remeter-se à denominada reforma gráfica e editorial nos jornais, à importação de técnicas do jornalismo norte-americano como o *lead*<sup>1</sup>, à “ideologia” da objetividade e à adoção dos manuais de redação e estilo dos quais o princípio foi fixado nos anos 50 de acordo com a historiografia oficial. A adoção dos manuais de redação que impuseram o estilo pautado pelo uso da linguagem referencial, estilo direto e imparcial foi responsável pela edificação de uma “comunidade discursiva” (Ribeiro, 2003) relativamente autônoma em relação às esferas política e literária com as quais o jornalismo mantinha um vínculo de dependência até o início do século XX. Nos registros é reiterada a menção a certos jornais e a certos jornalistas precursores que se tornaram basilares na constituição de uma mística em torno da modernização. *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* são jornais reconhecidos, bem como, os jornalistas Pompeu de Souza, Luís Paulistano, Alberto Dines, Carlos Lacerda e Samuel Wainer, retratados como artífices das transformações

---

<sup>1</sup> O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia. Trata-se de uma técnica de redação que consiste na resposta às perguntas fundamentais: quem? fez o quê? quando? onde? como? e por quê?

implementadas na imprensa da época (Bahia, 20009; Lage, 2001; Barbosa, 2007; Ribeiro, 2003). No processo de construção da narrativa histórica, tais jornais e jornalistas ao serem mistificados se tornaram elementos de coesão da comunidade profissional, como ressalta Barbosa.

Assim mais do que a mudança radical, o que se constrói é o discurso dos jornalistas, identificando esse momento como singular para a profissão e transformando a década de 1950 numa espécie de lugar mítico do moderno jornalismo brasileiro (Barbosa, 20007, p. 157)

Além das remissões à modernização, a militância política é outra referência frequente nos registros históricos e biográficos da elite profissional jornalística. O peso que a atuação militante adquiriu na historiografia especializada se sintoniza com o contexto de efervescência cultural e política das décadas de 1960 e 1970. A movimentação artística, intelectual e política dessas décadas não surgiu ao acaso, foi o resultado de um processo crescente de difusão do ideário nacional-desenvolvimentista cujos primórdios remontam às décadas de 1920 e 1930 quando segmentos intelectuais passaram a reivindicar a posição de agentes emancipadores do povo brasileiro. A Semana de Arte Moderna de 1922, o romance regionalista dos anos 30 e a música de Heitor Villa-Lobos foram alegorias do compromisso firmado por intelectuais e artistas com a busca da identidade nacional no século passado. O papel político que parcela significativa da elite intelectual brasileira acreditava possuir consistia em “ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária e demonstrar, enquanto ideólogos, que o desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional eram três aspectos de um mesmo processo de libertação” (Pécaut, 1990, p. 15). Segundo Pécaut, a exaltação do nacional e do popular foi um sentimento difundido em vários setores sociais, não sendo absolutamente “apanágio de uma minoria ávida de transformar o seu saber em poder” (1990, p. 180). Intelectuais de prestígio, artistas marginais, repórteres, professores e estudantes situados em diversas posições na hierarquia da produção cultural comungavam de um mesmo imaginário social. Como definiu Ridenti, preponderava no período um sentimento de brasilidade romântico-revolucionária que perpassava a maior parte das obras e influenciou as lutas políticas e culturais dos anos 60 e 70 “do embate da esquerda armada às manifestações político-culturais na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e a na literatura” (Ridenti, 2014, p. 8).



Vigorava a hegemonia cultural de esquerda uma vez que a influência do PCB (Partido Comunista Brasileiro) se espraiava por vários setores da produção cultural. Na literatura essa hegemonia ficou impressa em algumas obras como o romance *Quarup* (1967) de Antônio Callado e o cordel *João Boa-Morte* (1961) escrito por Ferreira Gullar. A Música Popular Brasileira viveu seu apogeu com o Tropicalismo e as transmissões dos festivais pelas emissoras de TV que revelaram Caetano Veloso, Milton Nascimento, Chico Buarque, Elis Regina, entre outros. Uma dramaturgia engajada foi criada por jovens diretores e atores dos teatros Oficina e Arena. Naquele contexto, a fusão entre o TPE (Teatro Paulista do Estudante), criado por membros do PCB em 1955 e o Teatro de Arena deu origem à peça de Gianfrancesco Guarnieri *Eles não usam black tie* (1958) que abordou o cotidiano de operários, antes pouco retratados nas produções teatrais. Em temporada no Rio de Janeiro os artistas do Teatro de Arena – Vianinha (Oduvaldo Viana Filho), Chico Assis, Leon Hirzman e Carlos Estevam – desenvolveram um projeto que décadas depois seria considerado uma referência da produção cultural engajada, trata-se do CPC (Centro Popular de Cultura) criado com apoio da UNE (União Nacional dos Estudantes) a fim de incentivar a arte popular em suas diversas vertentes, teatro, cinema, literatura, música e artes plásticas. Nos anos 60, o sucesso dos CPCs se generalizou pelo país com a UNE Volante, caravanas compostas por artistas e estudantes que transitaram pelos centros universitários do país em 1962.

A exaltação à brasilidade e a conclamação da juventude por reformas estruturais na sociedade brasileira se faziam presentes também no cinema. Na época, o Cinema Novo conquistava visibilidade internacional através dos filmes de Glauber Rocha – *Deus e o diabo na terra do sol* (1964) e *Terra em transe* (1967) –, ele próprio um ex-jornalista do *Jornal do Brasil* no começo dos anos 60. A relação entre produção artística e militância é perceptível na série de documentários *Cinco Vezes Favela* (1962) patrocinada pelo CPC da UNE. O *Cinco Vezes Favela* revelou ao menos dois dos grandes nomes do Cinema Novo, Leon Hirzman e Carlos Diegues diretores de *Pedreira de São Diogo* e *Escola de Samba Alegria de Viver*, respectivamente.

Em sintonia com aquele momento de ebulição, a produção editorial sessentista lançou em 1962 os *Cadernos do Povo Brasileiro* por iniciativa Ênio da Silveira, dono da Editora Civilização Brasileira. Os *Cadernos do Povo Brasileiro* eram pequenos livretos escritos em linguagem simples, publicados em fascículos cuja questão recorrente se pautava pela premência da constituição de um projeto de revolução brasileira,

apresentada, em geral, por meio de uma indagação. O primeiro de 1962, *Que são as ligas camponesas?* foi redigido por Francisco Julião, o segundo foi intitulado *Quem é o povo brasileiro?* escrito por Nelson Werneck Sodré e ainda em 1962, o quinto fascículo se propunha a responder uma questão sinistramente premonitória *Quem dará o golpe no Brasil?* por Guilherme Wanderley. A emblemática editora de Ênio da Silveira também lançou a *Coleção Violão de Rua – poemas para a liberdade* no início dos anos 60 produzida pelo CPC da UNE, pautada pelo ideário da arte engajada, isto é, uma arte que fosse instrumento para a mudança social (Lovatto, 2013, p. 153). Uma síntese do ideário que alinhou todo esse conjunto de produções foi definida por Ridenti.

As obras buscam no passado uma cultura popular autêntica para construir uma nova nação, ao mesmo tempo moderna e desalienada. Deixam transparecer certa evocação de liberdade no sentido de utopia romântica do povo-nação, regenerador e redentor da humanidade. Revelam a emoção e a solidariedade dos autores com o sofrimento do próximo, a denúncia das condições de vida subumanas nas grandes cidades e, sobretudo, no campo. Enfoca-se especialmente o drama dos retirantes nordestinos. A questão do latifúndio e da reforma agrária é recorrente, em geral associada à conclamação ao povo brasileiro para realizar sua revolução, em sintonia com a luta dos povos pobres da América Latina e do Terceiro Mundo (Ridenti, 2005, p. 87).

O surgimento dos *Cadernos do Povo Brasileiro* tem estreita relação com o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), uma vez que esse instituto exercia forte influência na produção cultural no sentido de promover o pensamento nacional-desenvolvimentista e anti-imperialista, além de aglomerar várias correntes de intelectuais e jornalistas. Sua influência no cenário cultural e político da época pode ser constatada pelas circunstâncias que levaram ao seu fim: em 1964, após o golpe civil-militar, o ISEB foi invalidado e fisicamente destruído.

A efervescência cultural e política dos anos 60 foi interceptada pela instauração de um governo ditatorial após o golpe civil-militar em março de 1964. A ditadura militar comprometeu a produção cultural, especialmente após a promulgação do AI-5, Ato Institucional número 5, que instaurou a censura prévia às produções artísticas e aos meios de

comunicação<sup>2</sup>. A reação contra a censura e as arbitrariedades do estado desencadeou a proliferação dos jornais contestadores à ordem autoritária nos anos 70 e que posteriormente seriam reunidos sob o emblema de “imprensa alternativa”, cujo registro histórico seria levado a cabo por alguns dos jornalistas presentes nesse estudo.

A militância dos jornalistas durante o regime ditatorial seria um dos fatores que marcariam posteriormente o conflito geracional entre antigos e novos jornalistas cujo auge foram as décadas de 80 e 90. Tal conflito é resultado dos desdobramentos da exigência do diploma no final da década de 1960. Em 17 de outubro de 1969 foi sancionado o Decreto-Lei n. 972<sup>3</sup> que, entre outras normas, estabelecia o diploma de jornalismo como obrigatório para o exercício da profissão de jornalista. Mais ou menos duas décadas de vigência do decreto foram suficientes para gerar o estopim da tensão entre veteranos e neófitos. Os primeiros, forjados pela experiência nas redações em um contexto de lutas políticas contra a censura imposta pela ditadura militar, e os segundos, formados pela universidade e frutos de uma geração que não havia vivenciado tal conjuntura. Tendo como motivo inerente a luta por posições de maior autoridade e autonomia, o conflito geracional compeliu os jornalistas veteranos a imporem certos estigmas aos indivíduos da nova geração. Os egressos dos cursos universitários de jornalismo que entraram nas redações durante os anos 80 e 90 foram considerados pelos seus antecessores como alienados, desprovidos de vivência e de crítica instaurando, assim, um conflito entre dois capitais simbólicos distintos, de um lado o capital tradicional pautado pela trajetória profissional como sinônimo de vivência e do outro lado o capital representado pela formação universitária (Bergamo, 2011, p. 252). O que se estabeleceu naquele momento era uma contraposição entre duas orientações a respeito da profissão de jornalista que então vivia o auge de seu processo de profissionalização.

---

<sup>2</sup> O AI-5 além de instaurar a censura prévia, decretou o recesso do Congresso Nacional, interveio em Estados e municípios, cassou mandatos parlamentares, suspendeu por dez anos os direitos políticos dos cidadãos brasileiros e decretou o confisco de bens considerados ilícitos além de suspender a garantia ao *habeas-corpus* (cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5).

<sup>3</sup> Em junho de 2009 o Supremo Tribunal Federal revogou o Decreto-Lei n° 972/1969 e julgou inconstitucional a exigência do diploma de jornalismo e registro profissional no Ministério do Trabalho como condição para exercício da profissão de jornalista. O entendimento da corte foi que o referido decreto havia sido baixado durante o regime militar, não havia sido recepcionado pela Constituição de 1988 e que este feria a liberdade de expressão por contrariar o direito à livre manifestação do pensamento.

Entretanto, o jornalismo não foi a única esfera de atividade cultural que atravessou um processo de profissionalização. A partir do governo de Geisel (1975-1979) e com a abertura política, intelectuais, artistas, escritores e políticos também se orientaram em direção à ocupação de espaços na Indústria Cultural e no Estado. Na década de 1970, a nova ordem instaurada pela ditadura paradoxalmente deu lugar àqueles artistas e intelectuais de oposição por meio de um esforço modernizador nas áreas de cultura e comunicação ao incentivar o desenvolvimento de empresas privadas e, por vezes, atuar diretamente nesses setores enquanto Estado. Desse modo, ao mesmo tempo em que imperava a censura e a repressão política, todo um mercado destinado aos produtores culturais se consolidava por iniciativa estatal a fim de aplacar a movimentação política existente nos setores culturais. Estimuladas pela criação da Embratel, do Ministério das Comunicações e pelos investimentos estatais na infraestrutura de telecomunicação, as emissoras de radiodifusão de sons e imagens (TV) começaram a difundir sua programação em escala nacional. Instituições estatais de incremento à cultura foram criadas tais como Embrafilme, Instituto Nacional do Livro, Serviço Nacional de Teatro, a Funarte e o Conselho Federal de Cultura. Com o apoio do Estado, uma Indústria Cultural (fonográfica, editorial) foi consolidada. O número de agências de publicidade cresceu vertiginosamente a partir dos anos 70, momento em que o próprio governo tornou-se um dos principais anunciantes nos meios de comunicação. A chamada “modernização conservadora” também teve seus reflexos nas áreas da educação, ciência e tecnologia. Nas universidades, tradicionais redutos de resistência à ordem autoritária, foi consolidado um sistema nacional de apoio à pós-graduação e à pesquisa oferecendo assim aos pesquisadores e docentes “uma alternativa de acomodação institucional”<sup>4</sup> (Ridenti, 2005). No âmbito da política, após a redemocratização, com a normalização do sistema político e a legalização dos partidos, muitos dos jornalistas ex-militantes citados nessa pesquisa puderam ascender a posições estatais mediante nomeações para cargos no Poder Executivo ou via eleições para ocupação de cargos no Legislativo.

---

<sup>4</sup> A Lei N.º 4.533 de 8 de Dezembro de 1964 alterou a lei de criação do CNPq e com isso ampliou a área de competência da instituição que passou a abranger o papel de formuladora da política científica-tecnológica nacional e atuar em conjunto com os ministérios na resolução de assuntos relacionados à ciência e tecnologia. No ano seguinte foi institucionalizado o ensino de mestrado e doutorado no Brasil com a regulamentação e o estabelecimento de conceitos e bases legais para a pós-graduação publicados no Parecer nº 977/65, mais conhecido como o Parecer Sucupira ([www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)).

Todos esses acontecimentos e conjunturas estão presentes de forma explícita ou latente na historiografia recente da imprensa e nos registros biográficos daqueles jornalistas considerados exemplos dessa história. A partir dos anos 90, a confluência entre a consolidação de programas de pós-graduação – entre eles os de Comunicação Social e Jornalismo – e o contexto de conflito em torno da definição legítima da identidade jornalística desencadeou uma profusão de produções memorialísticas e autobiográficas. Esses registros das trajetórias de ilustres jornalistas e suas experiências nas esferas jornalística, artística, política e acadêmica foram o resultado de mudanças estruturais no mercado profissional e são o ponto de partida para a presente argumentação.

### **1.1. Acerca da seleção dos exemplos da elite profissional jornalística**

A partir das décadas de 1990 e 2000 aumentou significativamente o número de iniciativas de registros das trajetórias dos grandes nomes da história da imprensa. Esses registros foram elaborados na forma de biografias, memórias, livros-reportagens, romances-reportagens, registros de depoimentos e narrativas autobiográficas concedidas para trabalhos acadêmicos e instituições. Tais obras se propuseram a retratar os nomes de profissionais que se consagraram por meio da atuação múltipla. Os jornalistas abordados nesses trabalhos podem ser escritores, cineastas, dramaturgos, militantes, políticos e docentes de universidades.

Tais publicações ocorreram no momento que transcorria no mercado jornalístico um processo de redefinição da identidade profissional. Isto é, o período compreendido entre as décadas de 1980 e 2000 representa a conclusão de um ciclo e o momento em que a identidade tradicional do jornalista entra em conflito com uma nova imagem que corresponde ao profissional diplomado. Destaco que é justamente nesse momento de crise que ocorre o aumento da produção de trabalhos que se dispuseram à definição de um modelo profissional contrário ao que então o mercado construía. As biografias, memórias e trabalhos acadêmicos do período referido se destinavam a edificação simbólica do modelo de jornalista, aquele que conjuga a atividade na imprensa com incursões pela literatura e pela militância política. Há nessas obras o registro de suas condições de produção que incluem os interesses sociais implícitos de uma elite cultural cuja identidade e supremacia se encontram em declínio (Miceli, 2001).

A fim de compreender essas transformações pela perspectiva das trajetórias daqueles que são considerados protagonistas da história foram escolhidos exemplos da elite profissional jornalística. O critério empregado para a seleção dos jornalistas teve por base o período em que eles ingressaram e ascenderam na carreira, o reconhecimento conquistado nos âmbitos de atuação em que os membros da elite profissional em geral obtêm notoriedade e a existência de registros de suas histórias de vida pela historiografia oficial. Todos esses fatores contribuíram para seleção dos casos em questão, porém um especialmente foi substancial: a percepção da existência de um processo de monumentalização de determinadas trajetórias jornalísticas. As iniciativas de registro de trajetórias de vida tiveram motivações variadas: pessoais, institucionais, políticas, artísticas e acadêmicas. Portanto, é possível afirmar que a elevada posição ocupada por esses profissionais se deve não apenas ao talento individual, mas à monumentalização de seus nomes empreendida pela historiografia oficial.

Durante a escolha dos casos a serem investigados procurei contemplar exemplos de carreiras diversificadas não apenas em termos hierárquicos, mas também em termos de tomadas de posição. O leitor dessa tese encontrará desde jornalistas imortais da Academia Brasileira de Letras até escritores marginais, ele se deparará com casos de ex-militantes que se tornaram políticos profissionais, professores universitários e indivíduos que conquistaram notoriedade graças ao processo de mitificação da fase modernizadora da imprensa nacional. Entretanto, por mais variadas que aparentemente sejam tais trajetórias o leitor também notará a recorrência de um padrão no *modus operandi* relativo à utilização de determinados recursos para ascensão profissional.

Os notórios jornalistas citados são exemplares das mudanças no mercado profissional em função de suas trajetórias diversificadas e diferentes entre si com relação à origem social, ao percurso e ao posicionamento atual. Por isso as trajetórias podem auxiliar a mapear o mercado de trabalho dessa forma peculiar de atuação identificada com o jornalista, escritor, político e intelectual. Seus relatos biográficos e produções memorialísticas ajudaram a consolidar um modelo profissional. Considerando o fato de que esses são “nomes próprios” na história do jornalismo, suas narrativas de histórias de vida estão plenas de estratégias de controle e coerência sobre a própria imagem e identidade, mas também expõem os percursos percorridos nos quais estão registradas as transformações transcorridas no jornalismo e no universo da produção cultural profissional (Bourdieu, 1996).

Sendo assim, foram selecionados dezessete casos de jornalistas que personificam as transformações estruturais ocorridas no mercado profissional jornalístico: Alberto Dines, Alfredo Sirkis, Ana Arruda Callado, Bernardo Kucinski, Carlos Azevedo, Carlos Heitor Cony, Carmen da Silva, Fernando Gabeira, João Antônio, José Hamilton Ribeiro, José Louzeiro, Marcos Faerman, Míriam Leitão, Mylton Severiano, Renato Tapajós, Roberto Freire e Zuenir Ventura. Esses jornalistas nasceram entre a segunda metade da década de 1930 e a primeira metade da década de 1940. Em geral ingressaram na profissão entre as décadas de 1950 e 1960. Muitos deles ascenderam a cargos de chefia nas décadas de 1970 e 1980, outros, porém obtiveram prestígio apenas entre os pares ou no meio intelectual e acadêmico. A opção pelo recorte temporal é inspirada em outras pesquisas que abordaram elites intelectuais, artísticas e políticas e visa contemplar aspectos conjunturais como as mudanças sociais e políticas, as transformações do mercado de trabalho intelectual e no sistema cultural (Bourdieu, 1996; Miceli, 2001; Pontes, 1998), as formas de recrutamento e seleção de quadros profissionais, as estratégias de ascensão profissional, as possíveis influências da conjuntura política e governamental, o significado do diploma como exigência para ingresso na profissão, o peso das relações pessoais de reciprocidade (Coradini, 1997), o papel da militância política (Canêdo, 2013) e o emprego de recursos oriundos de diversificadas esferas tais como origem social, militância política e redes de contato (Petarca, 2007, 2008). Pretendeu-se com essa escolha realizar o resgate da influência contextual que marcou a formação intelectual dos intelectuais referidos, investigar o papel das origens e trajetórias sociais e o caminho percorrido por esses produtores de cultura até a conquista de reconhecimento, seja esse obtido em maior ou menor escala.

Entre os critérios de seleção dos casos, está a existência de registros biográficos e memorialísticos. Foram escolhidos jornalistas que foram entrevistados por pesquisadores de programas de pós-graduação, aqueles que concederam testemunhos para representantes de instituições de pesquisa e fundações para preservação da memória nacional; e jornalistas que foram alvo de biografias ou que redigiram memórias. Nessas fontes é possível identificar dados como origem social, escolaridade, trajetória profissional e histórico da produção intelectual. Em particular, as biografias e memórias são fontes privilegiadas, pois nelas são retratadas as experiências nas quais os autores procuram justificar a vocação e assim reconstituir as circunstâncias sociais que geraram suas inclinações. Em algumas digressões contidas nessas

narrativas os jornalistas costumam revelar os rastros que possibilitam ao pesquisador reconstruir as determinações sociais da existência dos jornalistas em questão (Miceli, 2001, p. 83).

Para viabilização da pesquisa foram mobilizados um vasto conjunto de fontes.

Foram pesquisadas produções vinculadas à pesquisa científica tais como os depoimentos concedidos ao Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas<sup>5</sup> (CPDOC-FGV) e ao Projeto Memória do Jornalismo Brasileiro<sup>6</sup>, bem como, documentos de acervos de arquivos pessoais sediados em universidades<sup>7</sup> e em projetos de preservação da memória de instituições como a Academia Brasileira de Letras.

Foram realizadas entrevistas com cinco jornalistas<sup>8</sup>, oito jornalistas não forneceram entrevistas ou foram inseridos na pesquisa em etapa posterior<sup>9</sup> e quatro jornalistas faleceram antes que se pudesse contatá-los<sup>10</sup>.

Foram investigados relatos obtidos por iniciativas que visaram à

---

<sup>5</sup> Os dados biográficos dos jornalistas Alberto Dines, Ana Arruda Callado e Míriam Leitão presentes nesse estudo foram encontrados nos livros publicados pelo Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas: *Eles Mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC* (2003) de Alzira Alves Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha e *Elas ocuparam as redações – depoimentos ao CPDOC* (2006) obra organizada por Alzira Alves de Abreu e Dora Rocha. Também foi consultado o acervo digital do CPDOC-FGV no qual se encontram entrevistas e verbetes do *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* produzido pela citada instituição.

<sup>6</sup> Memória do Jornalismo Brasileiro é um projeto da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro que visa a formação de um quadro de pesquisadores da história da comunicação e da mídia. Uma das iniciativas é a montagem de um arquivo de memória oral composto por entrevistas com profissionais que atuam ou atuaram na imprensa brasileira.

<sup>7</sup> Acervo João Antônio do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP) da Faculdade de Ciências e Letras de Assis/UNESP e Acervo Virtual Carmen da Silva criado por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Rio Grande.

<sup>8</sup> José Hamilton Ribeiro, Carlos Azevedo, Milton Severiano, Renato Tapajós e Bernardo Kucinski.

<sup>9</sup> Alberto Dines, Míriam Leitão, Carlos Heitor Cony, Zuenir Ventura, José Louzeiro, Ana Arruda Callado, Alfredo Sirkis e Fernando Gabeira.

<sup>10</sup> João Antônio, Carmen da Silva, Roberto Freire e Marcos Faerman.



preservação da memória militante como o projeto *Resistir é Preciso*<sup>11</sup> realizado por remanescentes da imprensa alternativa dos anos 70, o portal *Memórias da Ditadura*<sup>12</sup> e o *Dicionário Mulheres do Brasil* organizado por Maria Aparecida Schuma Schumacher e Érico Teixeira Vital Brazil vinculado a organizações do movimento feminista brasileiro. Em relação ao arquivamento de depoimentos de memórias de jornalistas militantes, as entidades de classe também tiveram um papel significativo que pode ser verificado, por exemplo, na instituição do Centro de Cultura e Memória do Jornalismo<sup>13</sup> e na produção do livro *Jornalistas 1937-1997: história da imprensa de São Paulo pelos que batalham pautas, laudas (terminais), câmeras e microfones* escrito por José Hamilton Ribeiro e publicado em 1998 em celebração ao aniversário de sessenta anos do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

Foram consultadas matérias de jornais e revistas publicadas ao longo de quatro décadas. No acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional<sup>14</sup> foram consultadas edições publicadas entre 1970 e 2009, no Acervo Folha<sup>15</sup> do jornal *Folha de S. Paulo* foram consultadas matérias que saíram entre 1970 e 2010 e, também revistas do acervo particular da pesquisadora. Com isso pôde-se mensurar a projeção das carreiras em análise, bem como, avaliar os enquadramentos utilizados para definir e posicionar os jornalistas em diferentes contextos. Possivelmente os dados quantitativos possam ser utilizados para pesquisas posteriores. Importa ressaltar, nesse momento, que os fragmentos das edições consultadas foram empregados ao longo do texto para ilustrar formas de enquadramento utilizadas pelos jornais e revistas, o que tornou

---

<sup>11</sup> *Resistir é Preciso* é um projeto do Instituto Vladimir Herzog cujo objetivo foi o registro dos depoimentos de sessenta “protagonistas” da imprensa alternativa. Foram entrevistados sessenta relatos de jornalistas e militantes políticos que atuaram nos jornais alternativos durante a ditadura militar. Entre os jornalistas entrevistados estão Ana Arruda Callado, José Hamilton Ribeiro, Mylton Severiano e Carlos Azevedo.

<sup>12</sup> *Memórias da Ditadura* é um portal de Internet criado para difundir a História do Brasil entre 1964 e 1985 junto ao grande público e em especial ao público jovem. Foi desenvolvido pela Vlado Educação/Instituto Vladimir Herzog em resposta à demanda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

<sup>13</sup> O Centro de Cultura e Memória do Jornalismo é uma iniciativa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. Tem como objetivo a preservação e o registro da história da imprensa brasileira por meio da constituição de um acervo e do desenvolvimento de atividades e produtos para difundí-la entre profissionais, estudantes e público em geral (Informações retiradas do site).

<sup>14</sup> <http://bndigital.bn.gov.br/>

<sup>15</sup> <http://acervo.folha.uol.com.br/>

significativa a análise das formas de visibilidade e projeção públicas.

## 1.2. Especificidades dos registros e reminiscências

Os relatos dos notórios jornalistas presentes nessa pesquisa obedecem a um padrão de narrativa e remissão a referências comuns. Nos registros das memórias profissionais e militantes é frequente a reprodução de material publicado primeiramente em jornais e revistas, a demarcação da militância política e a exaltação do gênero reportagem. Tais produções se caracterizam por destacar a experiência do jornalista. Concentram-se no currículo do profissional em questão, sua passagem por veículos de comunicação, jornais e revistas de grande prestígio. Em alguns casos, ressaltam a importância do jornalista dentro do contexto de desenvolvimento daquela produção e destacam seu papel na imprensa brasileira.

As biografias de jornalistas publicadas a partir do final do século passado parecem ter se inspirado na biografia de Cláudio Abramo *A regra do jogo – o jornalismo e a ética do marceneiro*, lançada em 1988, por empreenderem um resgate da vida pessoal do biografado e por apresentarem uma compilação de textos do autor publicados na imprensa. Muitas vezes nessas obras o perfilado é retratado como integrante de um grupo específico de profissionais competentes que obtiveram sucesso devido às suas qualidades intelectuais e enquanto elemento de uma corporação profissional.

No âmbito da pesquisa científica foram contemplados nomes que foram associados ao gênero reportagem tais como o escritor Euclides da Cunha de *Os Sertões* (1902) e João do Rio autor de *A Alma Encantadora das Ruas* (1910). Em *A notícia: um produto à venda. Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*, de 1978, livro precursor da modalidade, Cremilda Medina resgata João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, um jornalista carioca que publicou crônicas-reportagens sobre o cotidiano do Rio de Janeiro nos jornais no início do século XX. João do Rio é considerado pela jornalista e pesquisadora como precursor da reportagem brasileira. Posição semelhante teve Edvaldo Pereira Lima em *O livro-reportagem como extensão do jornalismo impresso: realidade e potencialidade* de 2004. Nele Lima compara João do Rio ao escritor Lima Barreto, ambos definidos como jornalistas escritores esquecidos pela história e merecedores de consagração no meio intelectual.

A referência à reportagem e sua demarcação como gênero emblemático do jornalismo tem sua razão calcada no conflito geracional

ocorrido no mercado profissional jornalístico, conflito que teve como ápice os anos 80 e 90. A fim de compreender como a expressão textual se constituiu como um fator de conflito é necessário revisitar as características da reportagem em contraposição a outros gêneros jornalísticos. A reportagem é um gênero que se aproxima da literatura, portanto trata-se de um estilo que se diferencia do padrão noticioso da notícia caracterizado pela objetividade e imparcialidade. Cumpre esclarecer que a notícia se caracteriza pela concisão e pela ausência de marcas autorais e se contrapõe à reportagem, plena de marcadores de autoria e referências literárias. Isto é, a distinção entre o texto noticioso – a notícia – e o texto autoral – a reportagem – se situou no conflito geracional instaurado no referido período citado. Em outras palavras, o embate entre os autodidatas – formados pela vivência nas redações e pela luta contra a censura durante o regime ditatorial – e os diplomados, jovens profissionais que ingressaram na profissão trazendo consigo uma visão técnica e menos ideológica acerca do ofício. Esse foi o cenário no qual surgiram as distinções textuais acima apontadas e no qual a linguagem se tornou o campo de batalha. A redação da notícia era destinada aos recém-chegados enquanto a reportagem era reservada aos detentores de maior prestígio, pois a posição de autor destinava-se aos notáveis. Isto é, a desigualdade estrutural entre as posições dentro da hierarquia profissional se equipara às desigualdades entre os textos produzidos por eles, suas designações de autoria, os valores documentais de seus registros e a desigualdade presente nas memórias da profissão (Bergamo, 2014: 227).

Por causa dessa distinção entre gêneros textuais correspondentes à hierarquia profissional, nas biografias e memórias é reiterada a prática de reproduzir reportagens publicadas primeiramente em jornais e revistas em produções acerca da história da imprensa e seus personagens. A remissão às reportagens memoráveis pode ser compreendida ao se considerar o valor que possuem no âmbito profissional. A reportagem é considerada a essência do jornalismo pois nela se encerram as características fundamentais do modelo profissional consagrado pela vivência em contraposição à formação universitária. As características da reportagem, como a presença de marcas autorais, a fusão entre a memória individual e a memória coletiva, estabelecem uma relação intrínseca com a identidade clássica da profissão. A reportagem, autoral e literária, se contrapõe à notícia, texto conciso produzido em linguagem referencial e destituído de marcas de autoria. A produção e assinatura de uma reportagem são reservadas à elite profissional enquanto a notícia é destinada aos calouros da redação. Por isso, a reportagem e sua

reprodução em livros de memórias e biografias de jornalistas veteranos pode ser situada no conflito em torno da definição da história e da memória profissional. Pode-se considerar ainda que, enquanto a notícia é considerada parte de uma produção em série, feita para ser consumida e logo descartada, a reportagem é feita para ser lida mais de uma vez (Bergamo, 2014), o que corrobora para sua republicação em livro décadas depois da primeira publicação em jornais e revistas.

A profusão das produções em torno da história e memória da imprensa, especialmente nos anos 1990 e 2000 não foi ao acaso, mas o desdobramento de um conflito em torno da definição da memória da profissão. Por consequência, alguns profissionais foram erigidos à condição de porta-vozes, guardiães da memória coletiva e mantenedores da identidade profissional. Há, portanto, uma relação intrínseca entre os relatos biográficos e memorialístico e suas condições de produção.

De acordo com Pollak (1992), a memória é seletiva porque nem tudo fica registrado. Isto é, a organização da memória se dá em função das preocupações pessoais e das políticas do momento. Ela sofre flutuações conforme o momento em que é articulada, em que está sendo expressa. O que a memória individual grava, concentra ou exclui é resultado de um trabalho de organização. O historiador ressalta que a memória é um fenômeno construído social e individualmente. Em se tratando da memória herdada ou coletiva, há uma ligação muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade individual ou coletiva, sendo, também, um elemento importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si (1992, p. 5). O historiador sublinha que memória e identidade estão presentes em conflitos intergrupais diversos. Nas disputas para o estabelecimento e manutenção da memória e identidade coletivas há esforços constantes nos trabalhos de enquadramento da memória.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (Pollak, 1989, p. 3).

Os embates que serviram como pano de fundo para o registro e

publicação dos relatos em foco se associam a um contexto de redefinição da identidade jornalística. As biografias, memórias e trabalhos acadêmicos do período referido se destinavam à edificação simbólica do modelo de jornalista a ser reproduzido e cultuado, aquele que conjuga a atividade na imprensa com incursões pela literatura e pela militância política.

Igualmente, foi com a publicação dessas obras alinhadas a um modelo narrativo particular que os jornalistas memorialistas ensejaram ser reconhecidos como autores da história da imprensa. Ao narrarem suas reminiscências esses profissionais remeteram-se a outros discursos memorialísticos de jornalistas na intenção de demarcarem suas identidades por meio da edificação de um nome próprio (Chartier, 2012, p. 27). A intenção latente nessas narrativas é que elas devem ser igualmente coerentes com a singularidade do nome próprio que se pretende demarcar e com os discursos profissionais já consagrados.

Com base na investigação das fontes biográficas e memorialísticas foi possível identificar que os membros da elite jornalística ascendem às posições de prestígio restritos às quatro esferas de atividade específicas: a *modernização da imprensa*, a *literatura*, a *política* e a *universidade*. Nesse sentido, optei por trajetórias diversas que compreendessem o amplo espectro de consagração nesses âmbitos de atuação.

Pode-se concluir, portanto, que as narrativas de memórias jornalísticas empreendem estratégias de existência social e de simbolização, elas demarcam o lugar de cada um dos jornalistas referidos dentro do panteão da elite jornalística. Na constituição narrativa esses relatos oscilam entre os quatro âmbitos onde os membros da elite profissional em geral conquistam visibilidade e consagração. O mapeamento do mercado profissional jornalístico pode ser representado pela ascensão dos membros de sua elite nessas quatro esferas de atuação cujos marcadores de prestígio funcionam como insígnias de notoriedade. No gráfico abaixo pode-se visualizar as quatro esferas de atuação nas quais os profissionais da elite jornalística brasileira estão circunscritos. Elas representam os âmbitos disponíveis para ascensão na carreira.

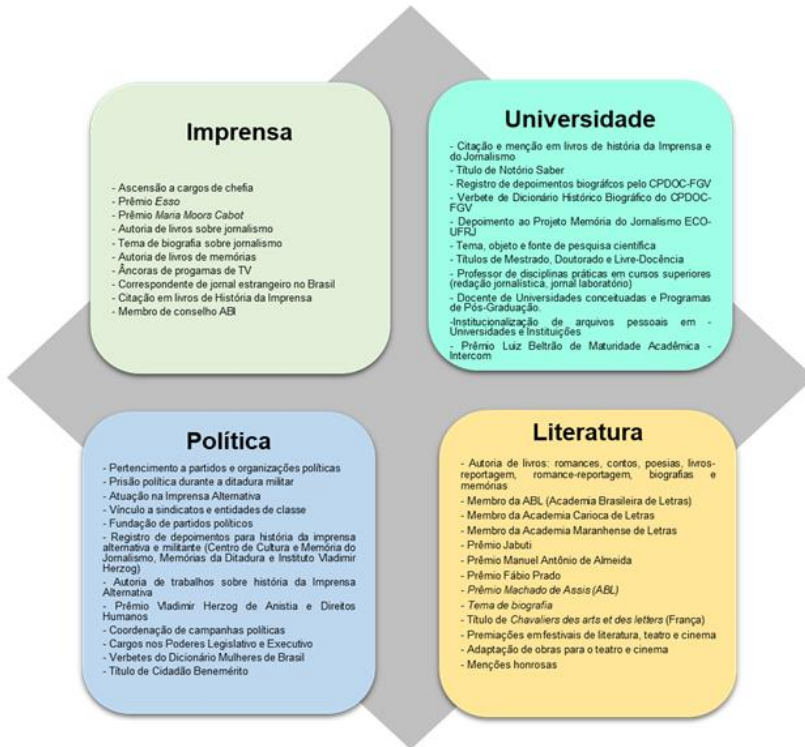


Figura 1 - Marcadores de Prestígio

Pretendeu-se expressar por meio do gráfico uma característica marcante das carreiras dos consagrados jornalistas brasileiros. Em suas trajetórias eles transitam entre quatro esferas de atuação sendo que às vezes podem retornar a uma delas ou mesmo estar em mais de uma concomitantemente, dependendo do contexto. Importa ressaltar que estão circunscritos a esses âmbitos para se projetarem no mercado profissional jornalístico.

Os exemplos de profissionais que constam nesse estudo refletem uma forma de conceber o poder e as elites que se contrapõe à crença segundo à qual o termo “elite” estaria reservado apenas àqueles grupos detentores de poder político e econômico. Nem todos os jornalistas tomados aqui são grandes empresários da mídia, tampouco âncoras de telejornais nas principais emissoras de rádio e TV. Contudo, no meio

jornalístico detêm um grande prestígio e influência e são celebrados com trabalhos acadêmicos e registros memorialísticos da profissão. Isto é, eles fazem parte de um seletivo grupo dentro da hierarquia da elite jornalística, esta que se integra à elite maior, constituída pelo grupo de profissionais mais proeminentes da produção cultural no país.

A pesquisa realizada nos registros das reminiscências pessoais e profissionais dos jornalistas consagrados evidenciou uma miríade de interesses, valores e estratégias de uma fração da elite jornalística que empreende projetos para manter sua hegemonia na constituição simbólica da profissão de jornalística. Em tais registros são perceptíveis as estratégias de simbolização e legitimação acionadas com a finalidade de manter a existência material, política e intelectual de figuras notórias da imprensa nacional (Miceli, 2001). Desse modo, busca-se com esse trabalho compreender “as variações do fenômeno da dominação social através da análise do conjunto de esferas nas quais ele se apresenta” (Seidl, 2013). Em função da perspectiva adotada procurou-se reconhecer nos relatos dos jornalistas os mecanismos de recrutamento e reprodução no poder tendo como meta a compreensão da estrutura dos meios de produção e reprodução cultural concernente à elite jornalística.

O critério fundamental utilizado para seleção dos profissionais retratados nessa pesquisa consistiu em perceber se determinado jornalista não apenas era detentor de relevante prestígio, mas se teve registradas suas narrativas autobiográficas por meio de alguma iniciativa memorialista que teve como resultado evidente a monumentalização de sua trajetória individual.

A argumentação realizada se estruturou da seguinte maneira. No primeiro capítulo abordo casos de jornalistas para os quais o jornalismo foi o ponto de partida e o ponto de chegada. Procuo argumentar sobre o impacto da introdução do diploma como pré-requisito para o exercício da profissão, sobre a relação entre jornalismo e universidade e a respeito da feminilização da profissão. São centrais nesse capítulo Alberto Dines, José Hamilton Ribeiro e Míriam Leitão. Dines e Ribeiro ingressaram na profissão nos anos 50 e 60, ascenderam nos anos 80 e 90, portanto, acompanharam o processo de modernização e introdução do diploma na profissão de jornalista. Alberto Dines e José Hamilton chegaram a dar aulas em faculdades de jornalismo e Míriam Leitão transferiu sua graduação de História para o Jornalismo em função da obrigatoriedade do diploma. Carlos Azevedo e Mylton Severiano participaram de grandes projetos editoriais e jornalísticos, mas como figuras coadjuvantes. Individualmente só obtiveram reconhecimento após os anos 1990 e 2000

quando a revista *Realidade* se tornou objeto de pesquisa privilegiado, especialmente nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social, Ciências Sociais e Humanas. Ressalta-se que o contexto em questão é o de migração da elite jornalística da militância política para as universidades o que favoreceu a escolha de objetos de pesquisa como a revista *Realidade* bem como os jornais da imprensa alternativa.

No segundo capítulo abordo os casos de escritores jornalistas, profissionais da escrita que passaram pelo jornalismo temporariamente e que são reconhecidos com maior destaque como produtores culturais: escritores em maior e cineastas em menor número. Portanto, o jornalismo está na trajetória deles como ponto de partida ou como caminho intermediário. Entretanto, antes de dar início à exposição do estudo dos relatos e reminiscências resgato a tradição do vínculo entre jornalismo e literatura com o intuito de fazer o leitor compreender o porquê das carreiras paralelas vividas entre o trabalho na imprensa e o ofício artístico. Entre os personagens desse capítulo encontram-se três formas de enquadramento quanto ao posicionamento na hierarquia do mercado profissional cultural: jornalistas escritores reconhecidos e prestigiados, membros da Acadêmica Brasileira de Letras, Carlos Heitor Cony e Zuenir Ventura; jornalistas escritores, profissionais da escrita ou intermediários, Carmen da Silva, José Louzeiro e Roberto Freire; e jornalistas de vanguarda ou reconhecidos por um círculo pequeno de intelectuais, artistas e acadêmicos, nesse caso, João Antônio e Renato Tapajós.

Por fim, no terceiro capítulo abordo casos de jornalistas cujo jornalismo foi um meio ou caminho intermediário entre a militância política e as instituições públicas, notadamente as universidades e o governo. Bernardo Kucinski, Ana Arruda Callado e Marcos Faerman representam a transição entre a militância jornalística e a carreira docente na universidade. A transposição entre a militância política e a política propriamente dita, oficial, efetivada pela conquista de cargos eletivos é representada por Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis. Cumpre destacar que com esse capítulo final pode-se explorar os resultados da pesquisa que mais chamaram a atenção. Trata-se da gradual orientação dos jornalistas da imprensa para as instituições estatais. Esse processo foi concomitante ao aumento dos registros de relatos biográficos realizados por projetos oriundos das universidades. Pode-se deduzir que houve uma evasão de jornalistas célebres do cotidiano das redações posto que foram sendo gradualmente substituídos pelas novas gerações. Suas permanências no que se denomina por grande imprensa se restringe às posições de honra amparadas acentuadamente pela ordem simbólica. Isso se explica pela



atuação como representantes de um modelo de profissional a ser mais cultuado do que propriamente seguido na prática nas atuais das redações.

Na parte destinada às considerações finais abordo o processo de monumentalização que tornou tais jornalistas “nomes próprios”, isto é, figuras notórias da historiografia oficial da imprensa. Trato sobre a reiteração do modelo de biografias e memórias utilizado, o conjunto de referências citadas em depoimentos, as estratégias de consagração empreendidas por universidades, entidades de classe, instituições de documentação, pesquisa e de preservação da memória. Com isso, pretendo evidenciar que o processo de monumentalização empreendido por vários agentes (autores, pesquisadores, sindicatos, instituições de pesquisa, universidades) foi o responsável em conjunto pela posição ocupada por esses nomes na hierarquia da profissão de jornalista.



## 2. JORNALISTAS PROFISSIONAIS: JORNALISMO COMO COMEÇO, MEIO E FIM

*O jornalista não tem ética própria. Isso é um mito. A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista.*  
Cláudio Abramo.

Os “personagens” que dão corpo a esse capítulo personificam a evolução da imprensa na historiografia brasileira em primeiro lugar porque alguns deles se envolveram diretamente no processo de modernização do jornalismo nacional e em segundo porque vivenciaram em suas trajetórias pessoais e profissionais as consequências dessas transformações. Os profissionais em questão tiveram o jornalismo como ponto de partida e o ponto de chegada em suas carreiras, isto é, ingressaram no jornalismo e por meio dele conquistaram visibilidade e reconhecimento. São jornalistas que presenciaram um processo intenso de mudanças tais como a industrialização das empresas jornalísticas, a profissionalização da atividade e a implementação da exigência do diploma para o exercício profissional. São profissionais que também experimentaram o impacto da censura aos meios de comunicação durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) fato que influenciou diretamente em suas vidas. Outra característica que dá coesão ao grupo é que, à exceção de Míriam Leitão, que se profissionalizou durante a década de 1970, os jornalistas Alberto Dines, José Hamilton Ribeiro, Carlos Azevedo e Mylton Severiano ingressaram no jornalismo durante a década de 1950.

Todos os citados são considerados exemplos de casos da elite profissional por terem obtido visibilidade nos quatro âmbitos profissionais característicos do que denomino elite jornalística brasileira constituída entre o período ditatorial e os anos que se sucederam à redemocratização. Esses âmbitos de reconhecimento são notadamente a *imprensa*, a *literatura*, a *política* e a *universidade*. No caso de Alberto Dines, José Hamilton Ribeiro e Míriam Leitão pode-se considerá-los paradigmáticos da elite profissional devido ao volume de capital simbólico acumulado ao longo de suas carreiras. Carlos Azevedo e Mylton Severiano foram incluídos na análise por ilustrarem os casos de jornalistas que obtiveram reconhecimento por parte da produção científica e tornarem-se objetos e fontes de pesquisa privilegiados a partir

dos anos 90 por terem integrado a primeira equipe da revista *Realidade* (1966/1976), publicação considerada um marco na historiografia da imprensa brasileira e da qual tornaram-se memorialistas.

Como já mencionado, as trajetórias em análise foram perpassadas por processos de transformações na produção jornalística e na própria profissão. Tais processos ocorreram de forma específica no Brasil e por isso, faz-se necessário contextualizar os acontecimentos de âmbito nacional em relação ao panorama ocidental de mudanças na profissão de jornalista a fim de resgatar elementos da história e mitologia da profissão e assim compreender as especificidades da profissionalização do jornalista brasileiro.

### **2.1. Breve história da profissão de jornalista e de seus mitos fundadores**

A evolução da atividade jornalística tal como a conhecemos hoje remonta ao século XIX no qual dois processos foram decisivos, a industrialização da produção e a profissionalização dos trabalhadores de jornais (Traquina, 2005, p. 35). Foi naquele século que os jornais começaram a abandonar sua vocação de serem armas de luta política para começarem a ser encarados como um negócio rentável. Com o objetivo de fornecer informação e não propaganda os jornais começaram a oferecer notícias como produto e essas não mais seriam baseadas em opiniões, mas em fatos. Esse direcionamento ensejou o nascimento de valores caros ao jornalismo tais como a independência, o compromisso com a verdade, a objetividade e a ideia de serviço público. O novo paradigma que pressupunha uma separação entre fatos e opiniões teve sua origem sobretudo na cultura anglo-americana na qual a comercialização em grande escala dos jornais os tornou de certa forma mais independentes de laços políticos, fato que propiciou o surgimento da indústria de notícias cujo objetivo era a geração de lucro. Exemplo maior desse novo jornalismo surgido na primeira metade do século XIX nos Estados Unidos foi a chamada *penny press*, denominação dada a uma linhagem de jornais que fazia referência ao maior acesso das pessoas ao produto jornal em razão da redução de seu valor para um centavo, o que também popularizou o perfil do público leitor.

Há uma convergência de fatores que contribuíram para que o século XIX tenha se tornado o grande período de transformações na imprensa dos países desenvolvidos, entre eles estão: a evolução do sistema econômico, os avanços tecnológicos dos meios de comunicação, a urbanização e a escolarização da população e a consolidação do sistema

político amparado no reconhecimento da liberdade e da democracia (Traquina, 2005, p.35).

O último fator elencado remonta a alguns mitos fundadores da profissão de jornalista. A conquista de liberdade de imprensa está vinculada às correntes de pensamento liberal e às teorias democráticas. O desenvolvimento de uma nova forma de produzir e consumir jornais na qual se priorizava a informação em detrimento da opinião é inseparável do processo de difusão de ideias liberais e democráticas durante o século XIX, especialmente na Inglaterra e Estados Unidos. De acordo com Traquina, a liberdade foi o ingrediente fundamental para o crescimento de um campo jornalístico mais autônomo e credível uma vez que a expansão da imprensa foi consubstanciada pela urgência da conquista de direitos fundamentais. Em nome da democracia, os ideólogos da liberdade insuflaram as revoluções americana e francesa, ocorridas respectivamente em 1776 e 1789. Os pensadores liberais vaticinavam que a liberdade de imprensa era fundamental para o bom funcionamento do estado democrático e por isso deveria ser defendida. Foi assim, com a conquista da liberdade de imprensa, constitucionalmente garantida, que a imprensa norte-americana explodiu ao longo do século XIX enquanto também se despolitizava (Traquina, 2005, p. 40). A conquista da liberdade de imprensa e a demarcação da objetividade ajudaram a legitimar a imprensa como um “Quarto Poder”, isto é, um poder controlador em relação aos demais poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), pois propunha a atuar de forma imparcial e vigilante.

A influência exercida pelo estilo de jornalismo desenvolvido nos Estados Unidos sobre os demais países durante o século XIX é destacada por muitos pesquisadores que se debruçaram sobre a história da profissão. Segundo Chalaby, o jornalismo tal como o conhecemos é uma invenção anglo-americana, particularmente norte-americana. Ele chegou a essa conclusão ao desenvolver um estudo comparativo entre o jornalismo anglo-americano e o jornalismo francês dos séculos XVIII e XIX. A justificativa sustentada por Chalaby é que em comparação com os jornais franceses, os jornais norte-americanos continham mais notícias e informação, contavam com serviços organizados de recolha de informações e o mais importante, eles criaram práticas discursivas próprias tais como a entrevista e a reportagem (Chalaby, 2003, p. 30). A revolução discursiva empreendida por jornalistas de língua inglesa está calcada no desenvolvimento de práticas discursivas centradas em fatos em contraposição ao jornalismo francês caracterizado por seu estilo opinativo e literário. Na França, tradicionalmente, os jornais eram espaços

de experimentação literária e engajamento em lutas políticas. Portanto, o pioneirismo anglo-americano na criação do novo jornalismo é o resultado da conjunção de fatores culturais, políticos, econômicos e linguísticos. Chalaby sublinha que enquanto o jornalismo francês era dominado pelos campos literário e político, o jornalismo anglo-americano se desenvolveu de forma autônoma e, sendo assim, pode ser considerado o nascedouro da imprensa informativa moderna.

No Brasil, o jornalismo ao estilo francês preponderou até o início do século XX. A imprensa brasileira se caracterizava pelo vínculo estreito que mantinha com a literatura e a política. Os jornais do início do século XX abriam espaço para o reconhecimento dos aspirantes a escritor em função da ausência de um mercado editorial estabelecido – fato que influenciava na composição do jornal na qual eram valorizados gêneros textuais opinativos como a crônica e os artigos polêmicos e de fundo – e se mantinham ardorosamente atrelados à política, não raro se tornavam palanque para debates e polêmicas entre grupos políticos adversários.

Porém, os jornalistas que ingressaram na profissão após a década de 1950 encontraram um cenário diferente daquele. O contraste com os jornais do século XIX é evidente. De acordo com Medina, até a década de 1920 o jornal no Brasil era uma produção precária, com paginação simples, composta por “colunas frias monotonamente alinhadas, jamais abertas. Títulos curtos. Pobres. Ausência quase absoluta de subtítulos. Vaga *clicheterie*. Desconhecimento das manchetes e de outros processos jornalísticos [...]” (Medina, 1988, p. 56). Quanto ao conteúdo, apresentava apenas de quatro a oito páginas de texto, iniciadas por um artigo de fundo, composição retórica e grandiloquente ancorada, sobretudo, na defesa da opinião. A substituição do jornal político-literário pelo jornalismo noticioso ou empresarial ocorre em congruência com dois fatores sócio-históricos: a urbanização e a industrialização (Medina, 1988, p. 47). Para os historiadores da imprensa, a urbanização e a industrialização no Brasil, cujo princípio remonta aos anos 30 e à indústria de substituição de importações implantada em decorrência dos efeitos da Primeira Grande Guerra e da crise de 1929, são processos que foram dinamizados a partir da década de 1950 em um contexto de liberdade política e reestabelecimento democrático, o que favoreceu o início do desenvolvimento da Indústria Cultural local. Somado a esses fatores, a década de 1950 é marcada pela presença da ideia de novidade: na produção cultural, foi um tempo em que a Bossa Nova se internacionalizou, o Cinema Novo deu os primeiros passos em direção ao que se tornaria na década seguinte, em 1960, e uma moderna capital foi

edificada no interior do país. O fenômeno associado ao desenvolvimentismo dos anos JK implicou um processo de dinamização política, econômica, social e cultural. A partir de 1956, o país iniciou uma fase de progresso e industrialização cuja repercussão alcançou os setores públicos e privados (Bahia, 2009, p. 379).

Na década de 1950 ocorreu no Brasil o que a historiografia da imprensa convencionou denominar como “a grande reforma gráfica e editorial”. De acordo com essa historiografia tal onda modernizadora teria sido capitaneada pelos jornais *Diário Carioca*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, e abarcaram mudanças na forma e no conteúdo. Quanto à forma, saíram de cena os jornais de linguagem rebuscada e seccionados em colunas por fios verticais e surgiram a fotografia e a ordenação hierárquica de assuntos conforme o valor jornalístico. Quanto ao conteúdo, surgiu um novo conceito de notícia (Bahia, 2009, p. 378). Entre os componentes da chamada “reforma gráfica e editorial” estão o estabelecimento de uma linguagem jornalística moderna, influenciada por técnicas inspiradas no jornalismo norte-americano, tais como: o *lead* e a pirâmide invertida que propunham uma maneira objetiva de estruturar o texto. O primeiro parágrafo responderia as perguntas fundamentais: *Quem? Fez o que? Quando? Onde? Como? Por quê?* O texto era composto para conter as informações mais importantes primeiro, de modo que os últimos parágrafos pudessem ser dispensados em uma eventual edição. Atendendo à mesma lógica de objetividade e dinamicidade de trabalho, começaram a ser priorizados o uso da linguagem referencial, as frases na ordem direta e a supressão de adjetivos e expressões subjetivas com o intuito de garantir a imparcialidade da notícia. Em seguida, as novas normas de produção foram reunidas em manuais de redação e estilo que em breve tomaram conta das redações. Novos padrões gráficos e editoriais também foram adotados dando aos jornais um aspecto de modernidade decorrente das inovações gráficas adotadas. A aquisição de novos equipamentos pelos grandes jornais como *O Estado de São Paulo* e *Correio da Manhã* somou-se à adoção de um estilo de diagramação inteiramente renovado se comparado aos padrões de configuração adotados até os anos 40. Os historiadores da imprensa costumam reiterar que os manuais de estilo incorporados a partir da experiência do jornal *Diário Carioca* introduziram técnicas de redação que ajudaram na consolidação de uma linguagem própria e distinta da expressão literária, outrora a grande referência dos redatores brasileiros.

Entretanto, a modernização da imprensa no Brasil não obedeceu ao mesmo padrão de desenvolvimento visto nos países desenvolvidos nos

quais a urbanização, o avanço da escolarização e o desenvolvimento tecnológico atuaram como o pano de fundo para a racionalização da produção de jornais e consequentemente incorporação da imprensa pela Indústria Cultural. De acordo com Ribeiro, a modernização do jornalismo nacional obedeceu a estímulos originários da esfera política. Isto é, as inovações aplicadas estavam a serviço das lutas políticas. Para a pesquisadora, mesmo com a adoção de técnicas modernas de redação e diagramação, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel político, uma vez que o apoio a grupos que estavam no poder ou na oposição era crucial para sobrevivência das empresas por meio de créditos, empréstimos, incentivos ou publicidade (Ribeiro, 2003, p. 156). Tem-se, portanto, que o financiamento da modernização da imprensa está estreitamente imbricado às relações interpessoais arcaicas, como laços pessoais, interesses, compadrios e clientelismos. Alguns sinais de mudança de independência da empresa jornalística só começam a ser sentidos após o desenvolvimento industrial da imprensa, a partir do fortalecimento da publicidade e do sistema financeiro. Porém, tal força foi insuficiente para autonomizar os jornais da esfera política. Com relação à outra esfera de dependência, a literatura, a incorporação de técnicas de redação e a adoção do ideal de objetividade criou condições para a consolidação de uma comunidade discursiva própria (Ribeiro, 2003, p. 157) ainda que o trânsito entre a atuação no jornalismo e na literatura permanecesse uma prática comum entre os jornalistas consagrados, a exemplo de Carlos Heitor Cony, Zuenir Ventura e Alberto de Dines, presentes nessa pesquisa.

Os profissionais citados são considerados pela historiografia da imprensa como protagonistas e artífices da história do jornalismo brasileiro. Nas várias entrevistas concedidas e em seus registros autobiográficos as temáticas da modernização e da profissionalização iniciadas nos anos 50 são recorrentes. De acordo com Barbosa, o discurso memorável dos personagens que se autoproclamam responsáveis pelo processo foi responsável pela construção da mítica da modernização. De acordo com a autora, tais autorreferenciações são componentes das lutas por representação. Assim, quando os anos 50 são transformados em história pode-se identificar a construção de um discurso que identifica aquele momento como singular para a profissão (Barbosa, 2007, p. 156). Sendo assim, a escrita da história foi elaborada com base no depoimento de certos jornalistas (Alberto Dines, Pompeu de Souza, Luis Paulistano) que empreenderam ou participaram de mudanças em certos jornais (*Diário Carioca, Tribuna da Imprensa e Jornal do Brasil*). A partir da



determinação de uma história profissional, a comunidade jornalística passou a compartilhar um conjunto de crenças e representações a respeito da profissão para as quais os anos 50 representam um marco temporal significativo, ainda que naquela época não houvesse uma preocupação efetiva com critérios de objetividade e neutralidade, uma vez que o jornalismo ainda figurava como um instrumento de lutas políticas. Sendo assim, no Brasil a profissionalização do jornalismo está atrelada à narrativa sobre a profissão e seu vínculo estreito com a sociedade política em regimes de censura à liberdade de imprensa, como destaca Barbosa.

A rigor, o que possibilita o desenvolvimento profissional do jornalismo no país é a idealização do papel como único intermediário entre o público e o poder público, construindo-se simbolicamente como elo de ligação indispensável entre a fala de um público, sem voz, e a sociedade política. Com isso, transforma-se numa instância privilegiada de poder real e simbólico. Além disso, construindo textos que apelam a valores emocionais e ao cotidiano dos grupos populares, a imprensa, a partir do início do século XX, faz das sensações arma fundamental para alcançar o gosto do público. Ficcional e real se mesclam em textos que constroem uma narrativa próxima dos regimes de ficcionalidade, mas que falam de um real presumido. Observa-se pois, que, no país, profissionalização não quis dizer autonomização do campo literário e nem político (Barbosa, 2007, p. 163)

Em síntese, a profissionalização do jornalista no Brasil foi impulsionada pelo Estado e por instâncias da esfera política, diferentemente do que ocorreu em muitos países europeus e na América do Norte. Nesses lugares as iniciativas de profissionalização partiram do próprio grupo profissional que promoveu a criação de entidades de classe e cursos de formação superior além de atuar autonomamente no desenvolvimento de códigos deontológicos. Nos países desenvolvidos houve a emergência um sentido de autoridade profissional ancorada na consolidação de saberes e técnicas próprias que concedeu ao grupo profissional o monopólio do saber e o domínio sobre o *modus operandi* da produção jornalística (Traquina, 2005, p. 92). O processo de profissionalização do jornalista ocorrido no Brasil reserva algumas semelhanças quanto a criação de sindicatos, congressos e criação de

cursos superiores, contudo, no caso brasileiro a especificidade consiste na participação do Estado como catalizador do corporativismo. De acordo com Lopes, “o contexto político-social da regulação da profissão foi caracterizado por uma crescente valorização do corporativismo e do engendramento público em questões antes tidas como privadas” (Lopes, 2012, p. 48). A pesquisadora, que realizou um estudo a respeito da construção identitária do jornalista no Brasil, fez uma retrospectiva da história da profissão e destacou uma significativa influência estatal concentrada especialmente no período do Estado Novo. Nos anos 30 foram criadas as principais entidades de classe como a Associação Paulista de Imprensa – ABI (1933), o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro (1935) e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (1938). Também foram efetivadas as primeiras iniciativas para o desenvolvimento de cursos superiores de jornalismo. A primeira legislação da profissão ocorreu por meio de um decreto criado por Getúlio Vargas em 30 de novembro de 1938 e já previa a criação de cursos superiores. Esta primeira legislação recebeu amplo apoio dos sindicatos dos jornalistas de São Paulo e Rio de Janeiro e da ABI. Sobre a promoção de cursos superiores pelas entidades de classe, pode-se acrescentar que a Associação Brasileira de Imprensa, criada em 1908, já postulava a ideia da necessidade da formação superior desde o seu primeiro congresso em 1918. Porém, a primeira iniciativa nesse sentido foi a escola de jornalismo instaurada na Universidade do Distrito Federal em 1935. Em 1943, o governo de Getúlio Vargas criou o curso de jornalismo por meio de um decreto, esse curso deveria ser ministrado na Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro), porém o curso só começou a funcionar de fato em 1948. Sendo assim, ainda que o governo estivesse comprometido com a criação de faculdades de jornalismo, o primeiro curso superior foi o resultado de uma proposta oriunda da iniciativa privada. A Fundação Cásper Líbero em convênio com a Pontífica Católica paulista foi pioneira na criação do primeiro curso superior de jornalismo do país (Lopes, 2012) em um empreendimento que recebeu apoio das principais entidades de classe.

Os âmbitos técnico, político e acadêmico estiveram imbricados ao longo do processo de construção da profissão de jornalista. Para Petrarca, no Brasil a regulamentação das profissões e a exigência do diploma de formação acadêmica se voltaram não somente para a reserva de espaços, mas constituíram-se como recursos fundamentais para atuar na esfera política (Petrarca, 2010, p. 82). A ditadura varguista tinha o objetivo de conformar a sociedade e os atores que desempenhavam atividades

profissionais. Esse projeto incluía a regulamentação das profissões, a criação de leis trabalhistas e legislação sindical (idem, 2010, p. 85). A relação entre corporativismo, militância política e regulamentação da profissão se fortaleceu na ditadura militar e se estendeu até os anos 70 e 80. Segundo Petrarca, durante o período de redemocratização o discurso da competência técnica e profissional aliou-se à luta pela redemocratização e pela liberdade de imprensa e expressão, ambos ideais plenamente difundidos por sindicatos, partidos e escolas de ensino superior (idem, 2010, p. 90).

A respeito do período de exceção democrática vivido durante o regime ditatorial, pode-se inferir que marcou a experiência pessoal e profissional desses jornalistas. O golpe de Estado civil-militar ocorrido em abril de 1964 e o seu gradativo recrudescimento com a promulgação do AI-5 impôs a censura prévia aos meios de comunicação<sup>16</sup>. Esta série de acontecimentos interceptou carreiras que se encontravam em plena ascensão. Muitos jornalistas foram demitidos ou pediram demissão em função da perda de liberdades, outros foram perseguidos, presos e torturados ou caíram na clandestinidade por integrarem movimentos sociais clandestinos. Outros, porém, optaram pela imprensa alternativa durante a década de 1970 e, ao partirem por esse caminho, encontram uma forma de projeção na militância política através dos jornais. A luta contra a censura tornou-se o apanágio do jornalista engajado nas décadas de 60 e 70, enquanto a militância contra a ditadura se constituía como valor precípuo ao profissional de imprensa. Os profissionais que permaneceram na clandestinidade ou na imprensa alternativa nos anos 70 e retornaram à grande imprensa nos anos 80 se depararam com outra configuração do mercado profissional, resultado dos desdobramentos da implantação da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão.

A profissionalização da atividade e a aprovação do Decreto-Lei n.

---

<sup>16</sup> O Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, fechou o Congresso Nacional, determinou a censura a toda e qualquer manifestação de pensamento, impôs o controle total dos meios de comunicação de massa através da censura prévia, sujeitando jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, livros, cinema, teatro, música, discos e todas as formas de expressão do pensamento, suspendeu as prerrogativas da magistratura e o direito de *habeas corpus* para crimes de natureza política.

972 em 1969<sup>17</sup> que estabeleceu o diploma em jornalismo como obrigatório para o exercício da profissão foram acontecimentos vivenciados pelos jornalistas em questão. A década de 1950 estabeleceu o início do processo de profissionalização do jornalista. O aumento dos salários fez com que o trabalho no jornalismo deixasse de ser uma ocupação temporária e se transformasse em uma categoria profissional distinta dos escritores e políticos. Além disso, o aparecimento dos primeiros cursos de jornalismo na Fundação Cásper Líbero em 1947 e da Universidade do Brasil em 1948 já começava a implementar mudanças sutis na forma de encarar a profissão de jornalista (Ribeiro, 2003). Já na década de 1980 o panorama no mercado profissional jornalístico havia sofrido mudanças significativas que repercutiram nas carreiras dos jornalistas que ingressaram na profissão nos anos 50 e 60. Por consequência, aqueles jornalistas que detinham desde os anos 60 grande prestígio no campo profissional, enveredaram por outros caminhos. Alguns migraram para a literatura tornando-se escritores de livros reportagem, outros ascenderam a posições de chefia ou se tornaram colunistas de grandes jornais, enquanto aqueles jornalistas desprovidos de prestígio, que ao final dos anos 70 retornaram ao mercado, tiveram dificuldade para se readaptarem. Uma parcela desses profissionais apropriou-se das habilidades e dos contatos adquiridos no período de militância para trabalharem como assessores em campanhas políticas no período de redemocratização. Nos anos 90 e 2000 muitos dos jornalistas que militaram na imprensa alternativa alcançaram o reconhecimento, porém em outro meio, o acadêmico, ao serem solicitados para darem entrevistas a pesquisadores cujos trabalhos tinham a revista *Realidade* e os periódicos da imprensa alternativa como objetos e temas de pesquisa.

---

<sup>17</sup> A definição jurídica da profissão de jornalista se formalizou em 1969. O Decreto-Lei n. 972, de 17 de outubro de 1969, assinado pela Junta Militar e o ministro do Trabalho e Previdência Social, dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. E o Decreto-Lei 65.912, pelo Artigo 15, explícita e complementa a regulamentação. É nessa legislação autoritária que se consagra a reserva de mercado para quem é portador de diploma de jornalismo, uma providência que até a Constituição de 1987 divide os profissionais numa polêmica que só teve fim com a Constituição de 1988. Por ela, o diploma de jornalismo é a condição para se obter o registro profissional, como a previa a legislação de 1969 (Bahia, 2009, p. 413). Somente em 2009 o Supremo Tribunal Federal (STF) suspenderia o Decreto-Lei n. 972 que exigia o diploma de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão. Pode se acrescentar que o investimento na criação de cursos de jornalismo remonta à década de 1940, a partir do momento em que o então presidente Getúlio Vargas criou o curso de jornalismo por meio do Decreto n. 5.480, de 13 de maio de 1943.

A regulamentação da profissão e a exigência do diploma em jornalismo para o exercício profissional repercutiu diretamente na configuração do mercado devido à chegada de uma nova geração de jornalistas portadores de diploma que originou um conflito geracional por posições de maior autonomia e autoridade. Esse conflito – cujo auge pode ser datado nos anos 80 e 90 – fez com que o campo jornalístico se cindisse em dois grupos distintos: os “antigos” e os “novos” jornalistas. Os “antigos” jornalistas definem-se pela valorização do autodidatismo, pela experiência prática adquirida nas redações e pelo posicionamento crítico em relação às instâncias de poder, especialmente no que se refere à luta contra a censura durante a ditadura civil-militar. Os novos jornalistas são vistos pelos mais experientes como tecnocratas e acríticos. A tensão se estabeleceu pela contraposição de dois capitais simbólicos distintos, um deles identificado com a trajetória profissional e o outro associado à titulação universitária (Bergamo, 2011).

A escolha dos profissionais cujas trajetórias serão analisadas adiante se justifica pelo fato de terem atravessado um período de grande transformação e dele terem saído com algum grau de reconhecimento. Isso enseja uma investigação das estratégias mobilizadas em direção à conquista dos espaços de consagração ocupados por esses jornalistas e como essas estratégias se evidenciam na forma de marcadores de legitimidade presentes nas narrativas biográficas.

## **2.2. Alberto Dines e a modernização na imprensa brasileira**

Alberto Dines nasceu no Rio de Janeiro, então centro político e cultural do país, em 19 de fevereiro de 1932, filho do casal de imigrantes judeus de origem ucraniana Israel Dines e Raquel Dines. Nos seus registros biográficos é destacada a familiaridade com o universo da militância desde a infância. Seu pai foi membro do movimento sionista-socialista e, nas palavras de Dines, era um “ativista profissional” da comunidade judaica (Dines apud Siqueira; Barreto, 2008). Foi a militância política paterna que trouxe a família Dines ao Brasil na década de 1920. Ainda na Europa seu pai se vinculou a uma organização internacional a fim de organizar a saída dos judeus da Polônia, país que se encontrava em crise econômica por consequência da Primeira Guerra Mundial, a *Hias-Joint (Hebrew Immigrant Aid Society)*. Enviado para o Brasil foi encarregado de administrar uma série de instituições ligadas à imigração (Dines apud Grin et al, 2013, p. 4; Abreu et al, 2008, p. 74).

O pai de Alberto Dines, Israel Dines, não tinha titulação universitária. Fez um curso de secretariado pouco antes de estourar a Primeira Guerra Mundial, o que o capacitou para trabalhar nas organizações políticas e a desempenhar as atividades realizadas no país em que se estabeleceria a partir de 1927. No Brasil ocupou os cargos de secretário da Sociedade de Amparo aos Imigrantes no Rio de Janeiro, diretor do Ginásio Judaico, secretário e presidente da Organização Sionista Unificada do Brasil. Em contraposição à formação pragmática e militante do pai, sua mãe Raquel Dines descendia de uma família abastada e possuía boa formação escolar. Na Polônia havia cursado o Ginásio Tarbut de Ensino Hebraico. Em suas memórias, o jornalista recorda que a mãe era uma mulher “cultíssima”, inclinada à escrita de poesias e fluente em idiomas como o russo, o hebraico e idíche. No Brasil, não teve dificuldades de adaptação. Aprendeu a falar e escrever em português e após a separação de Israel Dines iniciou uma nova fase em que começou a trabalhar como costureira e a estudar no Instituto Berlitz onde aprendeu inglês e datilografia (Dines apud Abreu et al, 2008, p. 75). Essa descrição dos pais reiterada em vários momentos das memórias de Dines transmite a ideia de que o jornalista foi educado em uma família que lhe proporcionou ferramentas que seriam indispensáveis para sua atuação como intelectual e jornalista, ou seja, a formação cultural e o *modus operandi* da política.

A bagagem humanística internalizada no âmbito familiar versus o autodidatismo na vida pública personificada pelas figuras materna e paterna reverberou na vida adulta de Dines. Sua referência literária foi a biblioteca doméstica formada por livros trazidos da Europa pela família ou encomendados pelo pai dos Estados Unidos. O jornalista se recorda que no escritório familiar havia uma fotografia autografada pelo autor do livro *Brasil, o país do futuro*, Stefan Zweig, escritor que se refugiou no Brasil nos anos 40 e de quem Alberto Dines se tornaria biógrafo décadas depois ao escrever *Morte no paraíso – a tragédia de Stefan Zweig* em 1981. A foto fora presente do intelectual austríaco, também judeu, dado a Israel Dines e foi autografada em uma visita que Zweig fez à Escola Popular Israelita-Brasileira *Scholem Aleichem* que havia ajudado a fundar e onde o filho, Alberto, aprendia as primeiras letras (Dines apud Belisário et al 2007; Dines, 1981). Além do contato com escritores do porte de Stefan Zweig, o pai possuía registro de jornalista e eventualmente redigia para veículos do movimento sionista de esquerda. Em seus relatos chama atenção o fato de Alberto Dines ter se tornado um dos jornalistas mais destacados de sua geração mesmo sem possuir diploma, contando apenas

com a formação cultural obtida no seio familiar e com a experiência obtida nas redações pelas quais passou. Nesse sentido, cumpre salientar que seu autodidatismo não era uma particularidade individual mas uma marca dos profissionais de imprensa da época em que ingressou na profissão, a exemplo de seu pai que eventualmente exercia o jornalismo.

Por meio desses fragmentos de memória pode-se medir a proximidade de Israel Dines da elite cultural carioca da época. Sua importância também pode ser verificada no livro de memórias do emblemático jornalista Samuel Weiner, *Minha razão de viver*, na qual se encontra a dedicatória “quero agradecer pelo empurrão à Israel Dines” (Dines apud Grin et al 2013, p. 6). Também o contato precoce com os jornais lidos pela família em um ambiente de militância política marcou a personalidade do futuro jornalista que destaca a herança recebida do pai: “eu de certa forma carrego um pouco do DNA dele, da militância, da dedicação à causa pública” (Dines apud Siqueira; Barreto, 2008).

Dines enfatiza em suas memórias que seu conhecimento foi conquistado por motivação pessoal e pela experiência profissional e por isso se autodenomina um autodidata (Dines apud Belisário et al, 2007). Poder-se-ia acrescentar que a educação recebida por Dines ia ao encontro das demandas do jornalismo na época, pois foi, sobretudo, humanística e politizada. Estudou em escolas judaicas de orientação esquerdista desde o primário como mencionado acima. O Ginásio foi feito no Colégio Hebreu Brasileiro e o Científico no Colégio Andrews, Rio Janeiro. Estudou até o segundo ano do curso científico e depois trancou a matrícula pois sua ideia era de se mudar para um *Kibutz* no Estado de Israel e, para isso, precisaria de uma formação técnica a fim de se habilitar para a vida em comunidades simples, essencialmente agrícolas. Aos 15 anos de idade, a ligação de Dines com a militância de esquerda sionista era estreita. Foi um dos fundadores do *Dror*, organização direcionada à juventude sionista socialista da qual Bernardo Kucinski posteriormente faria parte, o qual pertence à mesma geração de jornalistas de Dines. Destaca-se, em ambos os casos, o desinteresse pela formação escolar e pelo diploma consubstanciados pela adesão à militância durante a juventude.

[...] naquela época, anos 40, por influência do clima da minha casa, do meu pai, fui um dos fundadores do Dror, um dos movimentos juvenis sionistas socialistas. Era o momento de formação do Estado de Israel, tempos heroicos, e nós fizemos um voto de luta antiburguesa, que tinha que ser levado às

últimas consequências. Tínhamos que rasgar os diplomas porque diploma era coisa da burguesia... Com 15 anos passei a ser realmente um militante desse grupo, pensando em migrar para Israel para trabalhar num *Kibutz* (...) Tanto que fiz cursos de mecanização agrícola. Depois havia em São Paulo, em Jundiaí, um *Kibutz* experimental onde tínhamos que passar um período grande para treinar psicologicamente a vida coletiva, e foi nessa que eu caí fora. Na época eu já estava com aspirações, digamos artísticas, queria fazer cinema e isso era incompatível com ter que trabalhar o dia inteiro no trator ou qualquer atividade. E a vida coletiva é realmente uma barra [...] (Dines apud Abreu et al 2008, p. 75).

Dines não conquistou um diploma e, tal como muitos jornalistas de sua geração, sua formação cultural foi autodidata e sua entrada no mundo adulto aconteceu pelo ativismo político de acordo com seus registros autobiográficos. Contudo, essa marca distintiva em sua formação não o impediu de receber posteriormente o título de *Notório Saber* em História pela Universidade de São Paulo, instituição na qual inclusive se tornou membro da comissão de avaliação do curso de jornalismo. A natureza da referida titulação se presume da qualidade do homenageado, a saber, um notório conhecedor da prática jornalística. Com isso pode-se deduzir que a militância e o autodidatismo são critérios ainda importantes nas distintas instâncias de legitimação no que se refere ao jornalismo, ao mercado e à universidade.

O jornalismo despertou o interesse de Dines ainda no período escolar. Na década de 1940 participou de uma experiência inicial no boletim estudantil *Horta da Vitória*, criado no Ginásio Hebreu Brasileiro<sup>18</sup>. A experiência juvenil proporcionou convites para outras oportunidades. Colaborou para o *Jornal Israelita* e o *Jornal da Juventude*, este último vinculado ao Partido Comunista no qual ingressou a convite de um colega do movimento sionista socialista. Dessa forma, as primeiras tentativas de entrada no jornalismo se deram via militância política e foram propiciadas pela rede de relações sociais estabelecida na

---

<sup>18</sup> O programa Horta da Vitória da Legião Brasileira de Assistência, dirigido por Darci Vargas estimulava a população em geral a cultivar hortas em seus quintais para lidar com a crise de abastecimento provocada no Brasil durante a 2ª Guerra Mundial. Algumas escolas participaram, entre elas, o Ginásio Hebreu Brasileiro.



comunidade judaica, na escola, no jornal estudantil e no movimento sionista de esquerda, compondo um conjunto de recursos que não foge à regra da tradição que envolve os processos de recrutamento e ascensão no jornalismo, uma vez que nesse campo profissional a capacidade de mobilizar diferentes inserções e reconverter capitais oriundos de variadas esferas sociais é a especificidade das carreiras daqueles que compõem a elite profissional, ao menos até o final do século XX. Pode-se dizer que a combinação de recursos advindos da origem social, da militância política e da rede de contatos (Petarca, 2007; 2009) foi um elemento importante na ascensão profissional de Alberto Dines. Tais recursos são dispostos na narrativa autobiográfica de Dines como marcadores de legitimidade uma vez que remetem ao modelo consagrado pela historiografia da profissão na qual o ideário a respeito do que é ser um bom jornalista foi consolidado. Trata-se de uma estratégia de reconversão dos recursos sociais em marcadores de legitimidade<sup>19</sup> presentes na narrativa.

No final da década de 1940 não havia exigência legal de diploma para o exercício do jornalismo e as primeiras escolas de ensino superior eram incipientes<sup>20</sup>. Assim, Dines não precisou de diploma como pré-requisito para entrada no jornalismo. Isso explica o fato de muitos jornalistas que iniciaram suas carreiras antes da regulamentação da profissão prestigiados, atualmente se dedicarem à sagração do autodidatismo e da vocação, mesmo conscientes de que muitos deles não tiveram o jornalismo como o primeiro chamado vocacional.

Antes do ingresso oficial no jornalismo, Alberto Dines estudou violino, gostava de literatura e aspirava tornar-se cineasta. A partir de seu interesse pelo cinema começou a estudar a fundo a sétima arte e se tornou

---

<sup>19</sup> Na presente análise optei por substituir o termo “recursos”, comum às análises da área de Sociologia do Poder e das Elites, pela expressão “marcadores de legitimidade”, uma vez que meu objeto de estudo são as narrativas biográficas. Nelas, os recursos oriundos do capital, seja de natureza econômica, cultural ou simbólica, são convertidos em marcadores que outorgam legitimidade às narrativas de jornalistas que compõem a elite profissional. No caso do mercado jornalístico, recursos sociais podem ser entendidos como militância, participação na modernização da imprensa, incursões pela literatura, vocação, autodidatismo, rede de contatos, entrelaçamento entre história individual e coletiva. Nas narrativas tais recursos são transmutados em marcadores que concedem legitimidade aos registros autobiográficos e memorialísticos. Fazer referência a esse conjunto de recursos sociais garante a legitimação dos próprios autores, uma vez que realizam a remissão ao discurso consolidado na historiografia da imprensa brasileira (Chartier, 2012, p. 29).

<sup>20</sup> No Brasil os primeiros cursos de jornalismo foram os da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e da Escola de Jornalismo da Cásper Líbero, em São Paulo fundadas nos anos 1946 e 1947, respectivamente.

frequentador de cineclubes dirigidos por artistas e intelectuais como Vinícius de Moraes e Alex Viany. Chegou a trabalhar como documentarista, assistente de direção e foi roteirista em duas comédias, *O craque* e *A sogra*, filmes hoje restaurados por documentarem o nascedouro do cinema nacional. Foi devido à incipiência da indústria cinematográfica do período que aos poucos Dines foi se dirigindo ao jornalismo, o que permite constatar que no final dos anos 40 a imprensa ainda carregava características do início do século sendo um caminho de profissionalização para muitos intelectuais e artistas (Miceli, 2001).

A inserção em círculos intelectuais favoreceu a oportunidade para a entrada em 1952, aos 18 anos, na revista semanal *A Cena Muda* onde atuou como crítico de cinema, momento em que começou a estreitar os laços com o universo jornalístico. Nesse período, por exigência do ofício, assistia diariamente a vários filmes e frequentava ambientes em que circulavam figuras importantes do cenário cultural carioca, pontos de encontro como o Café Vermelhinho apinhado de funcionários oriundos de instituições geograficamente próximas como a Associação Brasileira de Imprensa, Ministério da Cultura, Teatro Municipal, Escola de Belas Artes e Biblioteca Nacional (Dines apud Abreu et al, 2008, p. 78). A vivência em um centro urbano e cultural nos anos 50 era promissora para carreira de um jovem jornalista:

Eu sou fruto desse ambiente cultural do Rio de Janeiro e consegui me encaixar. Fui crítico de cinema numa revista que teve uma época em que foi importante mas depois ficou decadente chamava-se *A cena muda*, era um semanário de cinema (...) Depois eu fui trabalhar na *Visão* onde o redator chefe era Luiz Jardim, um grande contista pernambucano, com seus amigos. Então, esses ambientes vão te conduzindo porque as cidades naquela época permitiam essa concentração (...) antigamente, as redações de jornais eram centros de fagulhas, estavam ali fagulhando, um talento batendo no outro. Hoje as redações não existem (Pereira, 2008, p. 301).

Dines descreve um tempo em que as redações dos jornais e a vida cultural das cidades eram entrelaçadas, em que artistas, intelectuais e jornalistas eram figuras quase indistintas. Em seus relatos, recorda: “Eu frequentava aquilo também, conheci todo mundo lá e um dia, numa dessas rodas, eu conheci um jornalista chamado Naum Sirotky que era sobrinho de Samuel Weiner da *Última Hora*” (Dines apud Siqueira; Barreto, 2008,

p. 4). Data desse período a construção de uma rede de contatos que propiciou o seu ingresso efetivo na profissão como repórter da revista *Visão* em 1952 a convite de Nahum Sirotsky, então chefe de reportagem da publicação. Em *Visão* se tornou responsável pela seção de assuntos culturais. A época é lembrada como um momento importante porque a partir de então a designação de jornalista passou a constar como ocupação profissional em sua carteira de trabalho e sua condição foi legalizada junto ao Sindicato dos Jornalistas. Além disso, a passagem por *Visão* proporcionou experiências importantes como sair da cidade natal. Em 1953 Dines foi transferido para São Paulo junto com a redação de *Visão* no auge do progresso cultural e urbano da capital paulista.

Eu cheguei a São Paulo em 1953, no auge. Teve uma minissérie da Globo, Anos Dourados, interessante, pois resgatou uns pedacinhos, uns fragmentos dessa época. Eu cheguei justamente nos preparativos para a segunda Bienal e para o quarto centenário da cidade. São Paulo assumiu sua condição cultural. Eu cobria a área da cultura numa fase em que o cinema brasileiro estava começando a nascer. Havia a Vera Cruz, a Maristela, a Multifilmes, a empresa do Cavalcanti, Kinofilmes. Foi um período muito bom, muito interessante. Logo após a morte do Getúlio, do ponto de vista jornalístico, foi extraordinário (Dines apud Belisário et al, 2007).

Entretanto, a importância da passagem pela revista *Visão* talvez nem seja vinculada propriamente à publicação jornalística e tampouco às experiências na produção cinematográfica, mas devido à amizade estabelecida com Nahum Sirotsky. Jornalista de origem judaica, hoje residente no Estado de Israel, Sirotsky detinha prestígio na imprensa dos anos 50 e foi uma pessoa importante na carreira de Alberto Dines. Foi ele quem indicou Dines para o cargo na revista *Visão*, onde se profissionalizou, e também foi quem o levou para outra grande publicação da época, a revista *Manchete* em 1956. O laço de amizade constituído pelo coleguismo e também pela afinidade étnica favoreceu o clima de confiança que proporcionou a Dines a ascensão na hierarquia profissional. Quando Sirotsky teve que deixar a revista *Manchete* por problemas de saúde foi a Dines e a Darwin Brandão que confiaram o encargo da direção da revista. Aos 25 anos Dines deixou a reportagem e se tornou secretário de redação, seu primeiro cargo de chefia (Dines apud Abreu et al 2008, p. 79).

A conjugação entre relações pessoais e profissionais não escapou à trajetória de Alberto Dines. Nesse período conheceu e se casou com Ester Rosali Dines, sobrinha de Adolfo Bloch, dono da Editora Bloch que publicava *Manchete*. De acordo com seus registros biográficos, a união dessas duas esferas sociais foi incômoda a Dines, o desconforto o impulsionou a pedir demissão da editora e criar em 1958 uma empresa de prestação de serviços na área de comunicação. Essa empresa pouco tempo depois foi contratada por Samuel Weiner para editar o caderno cultural do *Última Hora*, jornal em que Alberto Dines debutaria na imprensa diária em 1958 (Dines apud Abreu et al 2008, p. 79).

Entre as décadas de 1960 e 1980, Alberto Dines ocupou cargos de chefia nos principais jornais e revistas de alcance nacional. Após a passagem pela direção da revista *Manchete* em 1956, começou a atuar na imprensa diária a partir de 1958 depois de ser convidado por Samuel Weiner para editar o caderno de cultura do jornal *Última Hora*. No jornal *Última Hora* acumulou os cargos de direção das edições matutina e vespertina em 1959. Em 1960 dirigiu também o *Diário da Noite* da cadeia dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, jornal que se transformou em tablóide vespertino. Depois da saída do *Diário da Noite* retornou à empresa dos Bloch para o lançamento da revista *Fatos e Fotos* onde atuou como editor-chefe. Durante o período também trabalhou como diretor no *Tribuna da Imprensa* que pertencia na época ao mesmo proprietário do *Jornal do Brasil*, Nascimento Brito. Em 1962, aos 30 anos, ascendeu ao cargo de editor-chefe do *Jornal do Brasil* como se lê na edição de 7 de novembro de 1972. Nos 12 anos em que esteve à frente do *Jornal do Brasil* realizou feitos que posteriormente seriam considerados pela historiografia especializada como fundamentais para o processo de modernização da imprensa brasileira como a criação do departamento de pesquisa e documentação, a segmentação do jornal em editorias, a criação da editoria de fotografia, a implementação das reuniões de pauta, a criação de cargos para correspondentes e o desenvolvimento dos *Cadernos de Jornalismo* e da *Agência de Notícias JB*.

# JORNAL DO BRASIL

Rio, 7 de novembro de 1972

Diretora Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. de Nascimento Brito

Diretores:

Bernard de Costa Campos

Miguel Lin

Otto Lara Rezende

Editor-Chefe: Alberto Dines

## Eleição Mundial

O mundo inteiro estará com as atenções fixadas hoje nos Estados Unidos. As decisões que ali serão tomadas pelos 90 milhões de eleitores dizem respeito, de alguma forma, a todos os povos e a todos os continentes. As eleições norte-americanas deixaram há muito de ser um problema que se confina nas fronteiras do país.

O peso das decisões que dependem agora do eleitorado norte-americano torna-nos todos participantes do espetáculo, que é o maior do mundo no estilo democrático. A massa dos votantes, a mobilização de recursos para a campanha política, a disputa do eleitorado, as técnicas de propaganda, o livre debate, tudo contribui para realçar o profundo dinamismo do regime do sufrágio universal.

A América Latina é uma plateia tomada de expectativa, com a atenção voltada para a decisão dos norte-americanos, pois, desde que o Presidente Nixon proclamou o malogro da Aliança para o Progresso, ficou um vácuo de compromisso nas relações entre os Estados Unidos e os países que procuram uma via de desenvolvimento capaz de preservar os valores políticos e os padrões constitucionais identificados com as linhas da democracia.

Quando Goldwater disputou a sucessão com Johnson, desagradou ao candidato republicano o tratamento que lhe dispensava um importan-

tomar posição nas eleições americanas, o jornal inglês dizia, em resposta, que quem pode ser aniquilado quer estar representado. Mais do que nunca, o ponto-de-vista é válido.

Problemas da paz e do comércio mundial, o Vietnã à véspera do acordo, a situação no Oriente Médio, a posição dos países subdesenvolvidos, a questão das armas de extermínio estiveram em debate e estão em votação. Sabe-se da importância crescente da opinião pública nos Estados Unidos. A pressão do eleitorado é o seu instante decisivo. Para prová-lo, bastaria a diferença do perfil de Nixon, entre a primeira, em 1968, e a segunda eleição, agora. Como político, sentiu a necessidade de mudar, e mudou para se creditar à reeleição.

As eleições de hoje não se limitam ao Presidente e ao Vice: 18 governadores, dentre os 50 Estados americanos; 33 dentre 100 senadores; 435 deputados e 100 mil funcionários — municipais, estaduais e federais — serão também eleitos. E, em 44 Estados, o processo eleitoral serve de moldura à consulta sobre emendas constitucionais, na forma de plebiscito.

Aproximadamente 25 milhões de norte-americanos estarão votando hoje pela primeira vez. São aqueles eleitores entre os 18 e os 25 anos, a faixa estreante depois que a lei lhes concedeu o direito de voto. Os aspectos negativos

Figura 2 - *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

A série de mudanças implementadas por Dines no *Jornal do Brasil* se consolidou como um fato histórico especialmente a partir do lançamento do livro *Eles mudaram a imprensa* organizado pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas em 2003 no qual há um capítulo dedicado a Alberto Dines. Contudo, poder-se-ia acrescentar que a reforma gráfica e editorial no *Jornal do Brasil* remonta aos anos 50 e foi conduzida por um conjunto de profissionais antes mesmo da admissão do jornalista. É o próprio Dines quem comenta:

Quem fez a reforma foi o Odylo Costa Filho, que eu conhecia bem, com o Amilcar de Castro, que eu conhecia muito bem, porque ele tinha sido diagramador da Manchete. Enquanto eu trabalhava na Manchete, ele também estava lá, levado pelo Otto. Mas, na Manchete, ele fazia uma coisa mais quadrada. Foi no Jornal do Brasil que ele criou um modelo de jornalismo que vige até hoje. Durante 30 anos, foi copiado do Oiapoque ao Chuí. Foi a mais importante reforma gráfica feita no Brasil. Gráfica e jornalística também, eu acho. O Jornal do Brasil não só tirou os fios, passou a usar o branco, a abrir as fotos de qualidade (...) como passou a publicar textos elaborados – e aí sofreu influência do Diário Carioca [...] (Dines apud Abreu et al . 2008, p.87)

De acordo com os relatos de Alberto Dines o início da chamada grande reforma na imprensa aconteceu por volta de 1952 quando Pompeu de Souza após uma viagem aos Estados Unidos importou técnicas de redação do jornalismo norte-americano como o *lead* e a pirâmide invertida no *Diário Carioca*. No mesmo período o jornal *Tribuna da Imprensa* começou a ser influenciado pelas mudanças tendo à frente o jornalista Carlos Lacerda que desenvolveu uma espécie de escola de jornalismo. Foi lançado também o jornal *Última Hora* de Samuel Weiner que se encarregou da popularização do estilo moderno no jornalismo diário. Assim sendo, a reforma no *Jornal do Brasil* foi apenas uma continuação da matriz de mudanças iniciadas pelo *Diário Carioca*. Dines, inclusive, menciona que sua participação foi tardia e que “essa reforma do *Jornal do Brasil* foi uma das mais importantes revoluções, não apenas gráfica mas jornalística da qual eu só participei posteriormente 6 anos depois (Dines apud Siqueira; Barreto, 2008, p. 9). O jornalista descreve sua participação na reforma, “eu não acompanhei diretamente, porque eu comecei no jornalismo em 1952 (...) Mas, veja bem, hoje a gente diz o *Diário Carioca* fez uma revolução. Mas, na época, você não tinha a dimensão, a perspectiva de perceber que isso era uma coisa extraordinária” (Dines apud Belisário et al, 2007). A afirmação de Dines incita à reflexão sobre o possível processo de construção do fato histórico associado à grande reforma gráfica e editorial e aos jornais que a encabeçaram cuja historiografia trataria de monumentalizar posteriormente, mas que o próprio jornal começou a edificar (Le Goff, 2013, 485). O seguinte fragmento retirado da edição do dia 15 de

agosto de 1973 quando o *Jornal do Brasil* mudou o endereço de sua sede da Avenida Rio Branco para a Avenida Brasil foi a ocasião para um resgate da história do jornal. Nela Dines já era citado.

**CONCURSOS CLASSIFICADOS.**  
 Nos anos 60 surgem a Revista Econômica, a Revista de Domingo, a Revistinha (Infantil), a Edição Fluminense e o Caderno B. O SDJB, que passa a sair aos sábados, promove um Inquérito nacional de arquitetura, e o Caderno B, um concurso de fotografias entre amadores. É feito o levantamento histórico das origens do Jornal, que sai em suplemento especial, comemorativo dos seus 70 anos, a 9 de abril de 1961. Alberto Dines assume o cargo de editor-chefe. Carlos Lemos, o de chefe da redação. Cria-se o Caderno Especial. São criados o Departamento de Pesquisas e Documentação, a Agência JORNAL DO BRASIL (AJB), o Departamento Educacional, e editados os Cadernos de Jornalismo e Comunicação, o Suplemento do Livro, o Caderno de Automóveis e Turismo, o Jornal do JB, o JORNAL MURAL DO BRASIL e o tablóide Escola da Notícia. Realiza concursos de contos, promove salões de artes plásticas e festivais de cinema amador, de filme de curta-metragem. A conquista, pela Seleção Brasileira, do bicampeonato mundial de futebol (1962), a morte do Papa João XXIII, o assassinato do Presidente Kennedy (1963) e a descida do pri-

Figura 3 - *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Além da reforma no *Jornal do Brasil*, Dines conquistou prestígio por participar de outra reforma importante, feita na *Folha de S.Paulo* onde entrou no ano de 1973 para chefiar a sucursal carioca do jornal e redigir uma coluna diária. A convite de Cláudio Abramo e sob os auspícios do dono, Octavio Frias de Oliveira, Alberto Dines transformou a *Folha de S.Paulo*, então um jornal “ilegível, malfeito e comprometido com o *establishment* militar”, em um jornal opinativo, como faz constar em seus registros autobiográficos a fim de se remeter aos tradicionais marcadores de legitimidade da narrativa jornalística. Foi nesse período que Dines começou a escrever a coluna *Jornal dos Jornais*, criada para analisar a própria imprensa, uma novidade para os jornais brasileiros da época. De acordo com o jornalista aquele foi o momento de virada na imprensa

nacional pois o eixo da atenção jornalística se voltou para São Paulo.

O que é que se fez na Folha? Naquela época, a Folha não tinha opinião. Tinha apenas um comentário sobre a atualidade política feita em Brasília por um repórter político, ótimo, Rui Lopes: A Arena fez, a Câmara votou, não sei o quê. E o comentário dele não tinha página certa. O jornal não tinha páginas de editoriais. Quando fechei com o Frias, eu disse: “Temos que fazer uma página de editoriais, porque, se eu vou escrever um artigo opinativo, onde é que eu vou ficar? Não posso ficar sambando, porque não faz sentido”. Eu não tinha combinado com o Cláudio, mas via um ar de triunfo nele. O Cláudio também estava dizendo que tinha que ter uma página de opinião. O Frias então concordou. “Então façam a página. Você começa na segunda-feira, já na página nova” (Dines apud Abreu et al, 2008, p. 120).

Assim, segundo os registros autobiográficos e historiográficos a trajetória profissional de Dines personifica a modernização da imprensa uma vez que ele esteve presente em posições de liderança nas reformas aplicadas em dois dos principais jornais de alcance nacional no transcorrer da segunda metade do século XX, o *Jornal do Brasil* e o jornal *Folha de S.Paulo*. Sua presença nesses episódios foi responsável inclusive pela disseminação de expressões como “imprensa marrom” e “factóide” concebidas pelo próprio jornalista e depois incorporadas pelo vocabulário popular.

A conquista de visibilidade tornou pública não apenas as qualidades positivas de Alberto Dines. A fama de irascível se depreende da quantidade de suas demissões dos jornais por onde passou. Nota-se que em suas memórias as demissões foram associadas às intransigências de seu posicionamento político. Ao todo foram três demissões: A primeira no jornal *Diário da Noite*, de Assis Chateaubriand, assim descrita:

Fiquei pouco tempo no *Diário da Noite*, pois Assis Chateaubriand era cheio de compromissos políticos. Houve o sequestro de um transatlântico português. Foram rebeldes anti-Salazar que sequestraram e o Chatô, que era ligado ao ditador, proibiu a reportagem. Eu recebi o material de um repórter que lá estava e botei na capa, com fotos grandes. Fui demitido (Dines apud Belisário et



al,2007).

A segunda demissão ocorreu no *Jornal do Brasil* e nela também está em jogo a explicitação de uma postura de não compactuação com forças consideradas retrógradas que agiam contra a liberdade de imprensa. Nesse caso, Dines foi demitido por indisciplina pelo então chefe Nascimento Brito em dezembro de 1973. A partir da promulgação do AI-5, Dines tomou o que considerou a sua primeira atitude política dentro do *Jornal do Brasil*. No dia seguinte à promulgação do ato, chefiou uma edição que “entrou para a história da imprensa” por denunciar a censura imposta aos jornais e esse acontecimento foi constituído como um dos principais marcadores de legitimidade em seus registros. Ao comentar sobre o ocorrido, o destaque ao teor histórico daquela edição é explícito: “Nós fizemos uma edição em que enganamos os censores: eles diziam uma coisa, nós íamos à oficina e fazíamos outra. E saiu uma edição que é considerada histórica” (Dines apud Abreu et al, 2008, p.97). Dines se refere à edição de 14 de dezembro de 1968 na qual o *Jornal do Brasil* estampou na primeira página o anúncio “Ontem foi o Dia dos Cegos” e a seguinte previsão do tempo “Tempo negro, Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos [...]”.



força gráfica, um escândalo. Esgotou em minutos. Obviamente, fui demitido por indisciplina. Depois, fui para os EUA (Dines apud Belisário et al, Willmersdorf, 2007).

O desentendimento com o *Jornal do Brasil* foi o princípio de muitas mudanças na trajetória de Dines e é flagrante a guinada para uma atuação mais politizada. Quanto à vida sindical, por exemplo, antes, no início da instauração do regime militar, Dines foi convidado por outros colegas para auxiliar em uma intervenção no Sindicato dos Jornalistas Profissionais a fim de convocar novas eleições. A atuação sindical foi retomada de forma breve, mas significativa nos anos 70 quando foi organizada uma assembleia para a derrubada do então dirigente, José Machado, tido por inimigo dos jornalistas. Como se pode notar no seguinte fragmento do jornal *Opinião* extraído da edição de 9 de janeiro de 1976, momento em que a chapa liderada por Dines venceu as eleições do sindicato.

## JORNALISTAS

# O inimigo das redações

Uma comissão de auditores designada pela Delegacia Regional do Trabalho vai apurar as numerosas acusações de corrupção e desmandos no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do antigo estado da Guanabara - uma fórmula encontrada pelo delegado regional Luis Carlos Brito a fim de evitar o afastamento por 30 dias do atual dirigente do sindicato, José Machado, decidida pelos jornalistas em "assembleia-geral".

Machado recusava-se a entregar o sindicato, como determinava a decisão da assembleia-geral, e chegou até mesmo a anunciar férias coletivas aos empregados - o que impediria a ação de uma comissão de jornalistas encarregada pela mesma assembleia de promover a devassa. "Se vocês pensam que vou entregar o sindicato às redações, estão muito enganados" - ameaçou o dirigente, ao ser informado pela comissão de que a classe decidira afastá-lo por um mês, até terminar a apuração das irregularidades.

A assembleia-geral que adotara a decisão, a maior já realizada pelo sindicato, foi em todos os sentidos uma derrota total para Machado, que há 10 anos se mantém na presidência e procurou ganhar tempo.

Assim, na segunda-feira seguinte, os jornalistas Alberto Dines, Domingos Meireles e Fichel Davit Chagel - comissão escolhida pela maioria dos jornalistas para presidir a mesa da assembleia - tiveram que recorrer ao delegado regional do Trabalho, Luis Carlos Brito, para uma solução explicando que os jornalistas se haviam reunido e tomado suas decisões, num clima de maturidade que demonstra que "estão aptos para arrumar a casa", como disse um deles. Mas

Machado simplesmente não acatou as decisões, como se fosse dono do sindicato, e lá permaneceu.

A luta - Na verdade a luta de José Machado e dos jornalistas começou quando o dirigente dissolveu ilegalmente, há um mês, uma assembleia onde não contava com maioria. Os jornalistas tiveram que recorrer, pela primeira vez nesse episódio, à Delegacia Regional do Trabalho, que marcou nova assembleia. No intervalo Machado já havia afirmado às autoridades da delegacia que alguns jornalistas seriam "agitadores" e a reunião da classe teria caráter político. A mentira e delação valeram-lhe o repúdio da maioria dos jornalistas canocas.

Arregimentando forças para a nova assembleia, José Machado enviou cartas a seus "eleitores", a maioria dos quais aposentados ou desvinculados da profissão, dizendo que o sindicato estava ameaçado "pelos inimigos de sempre, inimigos de todos nós, do sindicalismo responsável".

No dia da assembleia Machado foi derrotado logo de saída, na escolha da presidência da mesa. Venceu a chapa da oposição, liderada por Alberto Dines e o dirigente repudiado retirou-se com os seus, tendo o cuidado de levar o livro de atas.

A assembleia prosseguiu com análise dos dois primeiros itens da ordem do dia e foi decidido que os jornalistas irão pleitear um aumento de 45%, a partir de 1º de janeiro e autorizar o sindicato a solicitar remuneração adicional por republicação de matéria.

Nova fuga - Mas o terceiro item - prestação de contas da atual administração - exigia a presença de Machado, que retornou ao plenário mas não resistiu à primeira

pergunta - "Que reunião de diretoria ou assembleia-geral havia decidido o aumento da anuidade do sindicato?"

Machado respondeu que o aumento havia sido decidido na véspera, mas caiu em contradição quando diversos jornalistas acenaram com recibos mostrando que o aumento já vigorava desde o final de novembro, de forma totalmente irregular.

Desmascarado, abandonou definitivamente a assembleia, que continuou discutindo sua administração e exigindo explicações quanto a irregularidades constatadas em diversos itens: concessão de bolus, administração da cantina, demissão de funcionários, apresentação de balancetes sobre arrecadação da entidade, imposto sindical, escrituras dos imóveis dos sindicatos e inúmeros outros.

No final, os jornalistas decidiram votar o afastamento de Machado e mais três membros do sindicato por 30 dias para que uma comissão especial de inquérito, formada por associados, pudesse investigar as denúncias. Uma outra comissão investigaria o derrame de carteiras falsas, comprovado nos últimos dias com a presença do falso jornalista José Carlos Mendes, nas reuniões.

José Machado recebeu com arrogância a comissão que foi informá-lo das decisões. No dia seguinte deu ordens a todos os funcionários do sindicato para que não recebessem a ata da assembleia, que foi finalmente encaminhada ao assessor jurídico do sindicato. E como não havia meios de Machado acatar as decisões da assembleia soberana, os jornalistas tiveram que recorrer ao delegado regional do Trabalho, na tentativa de encontrar uma solução para o impasse.

Figura 5 - Jornal *Opinião* - Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Na biografia do jornalista percebe-se que antes da deflagração do sistema de censura, o ofício e a política eram searas distintas na vida do jornalista, como declara a respeito do movimento pré-AI-5 dentro do *Jornal do Brasil*: "no negócio da política eu estava fora. O meu negócio era fazer jornal, porque eu sabia que quem fazia a opinião do jornal era o dono. Eu já tinha vivido isso com o Chateaubriand. Então, não havia

grande aspecto de conflito” (Dines apud Abreu et al, 2008, p. 95).

Em geral, percebe-se um processo gradual de politização no jornalismo a partir do recrudescimento do regime militar sendo exemplar o caso de Fernando Gabeira, recorrentemente citado nas memórias de Alberto Dines. Gabeira chefiava o departamento de pesquisa do *Jornal do Brasil* e participava da redação dos *Cadernos de Jornalismo* antes de ingressar na luta armada. A antiga convivência habilita Dines a descrever a transformação do colega:

Gabeira já trabalhava no JB – o primeiro emprego dele no Rio de Janeiro foi no Diário da Noite –, era editor do departamento de pesquisa, e eu disse: Gabeira, vamos fazer uma publicação interna para discutir jornalismo. Você vai fazer isso. Porque o Gabeira, pelo menos naquela época, adorava isso, era capaz de ficar em pé numa esquina 20 horas conversando sobre jornalismo. Ele lia tudo. Foi o momento de ouro do jornalismo. Embora já estivéssemos na ditadura, não sofriamos com isso, não sentíamos isso na redação, porque não havia censura, e os jornais continuavam a ser feitos de acordo com o desejo do dono. Gabeira ainda não estava, talvez, tão engajado em política e vibrava com a coisa de jornal, discutia horas (Dines apud Abreu et al, 2008, p.92).

A questão política parece nortear a trajetória de muitos jornalistas após a escalada da ditadura. O *Jornal do Brasil* que Dines chefiava tinha vários jornalistas envolvidos com movimentos sociais. Muitos conciliavam a cobertura dos acontecimentos com a participação em manifestações, inclusive em eventos emblemáticos como a Passeata dos Cem Mil. Dines, no entanto, não mantinha vínculo direto com a militância. Sua atuação política restrita aos jornais seria salientada posteriormente em seus registros biográficos. Por causa da edição de 14 de dezembro de 1968, aquela que estampou na primeira página o anúncio “Ontem foi o Dia dos Cegos” e a previsão do tempo “Tempo negro, Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos [...]”, foi preso e a repercussão de sua prisão mereceu dois editoriais no jornal *New York Times*. Já a edição de setembro de 1973, aquela que estampou na primeira página um texto em corpo maior sobre a queda de Salvador Allende no Chile, causou seu afastamento definitivo do cargo no *Jornal do Brasil*.

A demissão do *Jornal do Brasil* em 1973 foi seguida do embargo

a seu nome, o que impediu sua recolocação no mercado profissional. No período “sabático” em que esteve fora das redações escreveu a primeira obra dissertativa sobre jornalismo, *O Papel do Jornal*. O livro abordava a crise do papel de imprensa ocorrida em 1973 e objetivava, no contexto de seu lançamento, em 1974, traçar novos balizamentos e perspectivas no jornalismo diante de um novo contexto (Dines, 1977). Quatro anos após a publicação, a crise do papel já havia se estabilizado mas o livro, que a princípio tratava de algo factual, havia se tornado maior que a circunstância em função de sua consagração no meio intelectual. Foi reeditado em 1977 e até o ano de 2014 pode-se contabilizar 8 edições de *O Papel do Jornal*, um livro que na concepção de José Marques de Melo, já nasceu um clássico (Dines, 1986) e engrandeceu a figura de Dines perante os pares e os intelectuais como se verá adiante. Alberto Dines só retornaria ao jornalismo diário em 1975 na *Folha de S.Paulo* a convite de Cláudio Abramo. Na edição do dia primeiro de julho daquele ano, o jornal *Folha de S.Paulo* tornou pública a contratação de um jornalista prestigiado com experiência docente internacional.

---

## O jornalista

### Alberto Dines na “Folha”

Assume hoje o posto de diretor da Sucursal da “Folha de S.Paulo” na Rio de Janeiro o jornalista **Alberto Dines**.

Recém-chegado dos Estados Unidos, onde, na Universidade de Colúmbia, foi, durante o último ano, professor visitante, **Alberto Dines** iniciou-se muito jovem no jornalismo, como repórter da revista “Visão”, descrevendo a seguir uma brilhante e rápida carreira profissional: secretário de Redação da “Manchete”, editor central de “Última Hora” do Rio, diretor do “Diário da Noite” carioca, que transformou em tablóide. Em 1962, com 30 anos, e depois de ter criado e dirigido “Fatos e Fatos”, foi convidado a assumir o cargo de editor-chefe do “Jornal do Brasil”, onde permaneceu até dezembro de 1973.

Além da formação de jornalistas no exercício diário da profissão, **Alberto Dines** tem dedicado uma grande parte de seu tempo e de sua atenção à formação pedagógica de homens de jornal. Desde 1963 leciona Jornalismo Comparado na PUC do Rio. Ao deixar o “Jornal do Brasil”, foi convidado pela Universidade de Colúmbia. Encontrava-se em Nova York quando foi convidado pela *Folha de S.Paulo* para assumir o cargo no qual se investe hoje.

Em 1970, em reconhecimento aos serviços prestados ao jornalismo, a Universidade de Colúmbia conferiu-lhe o prestigioso Prêmio Maria Moors Cabot.

**Alberto Dines** é autor de dois livros: “O Papel do Jornal”, e “Posso?”, uma coletânea de contos.

---

Figura 6 - *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

Na *Folha* ocorreu a terceira demissão de Dines, novamente por razões políticas como frisa em suas memórias. O jornalista explica essa terceira demissão através de dois acontecimentos de fundo político. Em primeiro lugar, a greve dos jornalistas de 1979, momento em que era chefe da sucursal da *Folha de S.Paulo* no Rio de Janeiro. Dines liberou os jornalistas para a greve apesar de não ter aderido ao movimento e de ter redigido sua coluna normalmente na ocasião. Com o insucesso do movimento e a crise posterior à greve, ele resolveu pedir demissão do cargo e manter-se apenas como colunista do jornal, contudo Boris Casoy, então chefe de redação, começou a descartar os textos enviados por Dines. A censura de um desses textos é o segundo acontecimento ao qual Dines atribui sua demissão. Trata-se do veto a um artigo em que abordava as diferenças entre Paulo Maluf, então prefeito de São Paulo, e Dom Paulo Evaristo Arns. Na ocasião Maluf havia ordenado uma forte repressão ao movimento grevista dos metalúrgicos do ABC e Dines denunciava o fato em sua coluna. Alberto Dines resolve publicá-la no *Pasquim* usando a mesma diagramação de *Folha* acusando a censura sofrida.

Foi divertido. Eu fui demitido da *Folha de S.Paulo* por razões políticas, aí o pessoal do *Pasquim* falou: “vem aqui nos ajudar”. Eu estava escrevendo o livro sobre o Stefan Zweig, então argumentei que tinha prazo para terminar de escrevê-lo e tal. Mas eles disseram que eu só precisava ir trabalhar às sextas-feiras de tardinha e às segundas, para o fechamento. O *Pasquim* era feito assim, em dois dias, com todo mundo discutindo. Então, eu aceitei e fiquei lá nos anos de 1980, 1981 e um pedaço de 1982. Depois, eu fui para São Paulo, pois eu não consegui emprego no Rio. Ainda tinha aquele embargo ao meu nome (Dines apud Belisário et al, 2007).

Pode-se notar que a política começa a constar como algo notável em seu histórico a partir dos anos 70 quando parte da imprensa brasileira começa a combater o regime ditatorial de forma mais incisiva, em especial, no que concerne à denúncia da censura. Como se pode notar no fragmento abaixo, da edição de 20 de julho de 1981, do jornal *Movimento*, que trata de uma das apreensões do alternativo *O Pasquim* em que Dines atuou como editor.

## A 8.<sup>a</sup> APREENSÃO DO PASQUIM

### *Humor sem conciliação*

“Eles podem mentir, mas nós não podemos rir”, desabafou o cartunista Ziraldo quando soube que fora recolhida a edição do *Pasquim*, cuja capa satirizava a apresentação do IPM do Riocentro. Esta foi a oitava apreensão sofrida pelo jornal e a segunda nestes tempos de abertura política.

Desde as explosões no Riocentro, o *Pasquim* adotou uma posição editorial de não admitir a farsa que estava se desenhando. Em sucessivas colunas assinadas pelo seu editor, *Alberto Dines*, o jornal repudiou as explicações oficiais de maneira incisiva. As charges seguiram a mesma linha. A primeira capa era o desenho de um Puma destruído, com a explicação de que fora “projetado pela mesma equipe que executou o resgate dos reféns do Irã”.

O espelho retrovisor refletia “os bons tempos de Médici”:

Apesar deste posicionamento, o *Pasquim* escapou à primeira retaliação das autoridades, que mandaram recolher, logo após o 30 de abril, os jornais *Movimento*, *Tribuna Operária* e *Hora do Povo*. Para *Alberto Dines*, a apreensão do número passado significa que as autoridades resolveram prejudicar quem estava faltando. Mas o recolhimento não foi irrestrito. Apenas algumas bancas e uma distribuidora receberam a visita de agentes da Polícia Federal. De acordo com Dines, esta nova tática, apesar de muito menos trabalhosa, consegue impor o mesmo prejuízo ao jornal. Afinal, com o anúncio de que houve repressão, os jornalistas podem alegar tranquilamente que seus jornais foram recolhidos, pois os policiais não deixam recibo.

O próprio *Pasquim* não recebeu nenhuma comunicação, nenhum bilhete ou telefonema, o que dificulta inclusive a possibilidade de um recurso à Justiça.

Figura 7 - *Movimento* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Após a redemocratização e consagração do discurso militante no meio cultural, a atuação política de Dines tornou-se um dos marcadores de legitimidade presentes na narrativa de trajetória profissional. A impressão que passa ao leitor de seus relatos biográficos é que antes do recrudescimento do regime civil-militar o jornalista carioca sabia exatamente mensurar os limites do ofício e do engajamento político. Após a demissão do *Jornal do Brasil* em 1973 essa fronteira se esfumaça, porque a militância contra a censura tornou-se um “bastião” do jornalismo nos anos 70. Em suas memórias esses acontecimentos funcionam como justificativa para reorientações de carreira, especialmente após a demissão da *Folha de S.Paulo* no início dos anos 80. Contudo, não se pode desconsiderar o contexto em que se encontrava o jornalismo no período. Havia uma mudança em curso no mercado profissional e muitos jovens recém-egressos das universidades começavam a entrar nas redações. Essas mudanças também podem ter orientado Dines para a imprensa alternativa e para *O Pasquim* e, posteriormente, para outras formas de produção cultural como a literatura e experiências no âmbito acadêmico.



Dines já lecionava em cursos de jornalismo desde 1963 pois o fato de não possuir diploma não era um impeditivo para a docência em jornalismo na década de 1960. Começou a dar aulas na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 1963, o curso na instituição estava começando e Dines tinha então dez anos de experiência profissional (Dines apud Abreu et al, 2008, p.77). Na PUC foi professor associado por 11 anos e ficou até 1966 chegando a fundar a cátedra de Teoria da Imprensa. Ele relata que a sistematização do conhecimento para o exercício da docência foi auxiliada por um curso feito da Universidade de Columbia em 1964 quando foi enviado pelo *Jornal do Brasil* com outros editores latino-americanos. O curso consistia em três meses de aulas e dois meses de estágios pelos Estados Unidos. Ao discorrer sobre a experiência do curso, a prática tende a predominar sobre a teoria pois foi no exercício da profissão que pôde perceber os resultados: “Nesse curso em 64, aí eu realmente sistematizei uma série de coisas sobre organização. Porque como disse, terminando o curso, nós fomos fazer as visitas de estágio eu escolhi o *New York Times*, evidentemente” (Dines apud Abreu et al, 2008, p.90). Consta em seus registros que o estágio que fez no prestigioso *New York Times* ajudou Dines a conceber as ideias que posteriormente modernizariam a imprensa nacional, além de lhe dar notabilidade junto aos profissionais nativos assim que retornou ao Brasil.

O prestígio profissional também se deu por meio da internacionalização das experiências profissionais. Em 1974 ministrou curso na Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia em Nova York na condição de professor visitante. Sua ida para os Estados Unidos aconteceu logo após a demissão do *Jornal do Brasil* e contou com a ajuda do amigo Roberto Civita, um dos donos da Editora Abril. Dines comenta o episódio em que vários colegas lhe ofereceram auxílio após a perda do cargo, entre eles, Civita:

Nesse momento, também, Roberto Civita, amigo pessoal, da mesma geração – a primeira mulher dele e a minha primeira mulher se davam bem, estávamos sempre juntos – me procurou e disse: “Alberto, acho que você deve ir embora, deve ir para os Estados Unidos, estudar lá, escrever um livro. Pense nisso”. Duas semanas depois, um amigo em comum, da Universidade de Columbia, me manda uma carta me convidando para ser *visiting professor*. Embora Roberto nunca tenha mencionado, tenho certeza de que isso deve ter sido articulado por ele. Porque foi uma coincidência.

Ele me diz: “Falando como amigo, acho que você não vai conseguir emprego aqui, a barra não está boa pra você, aproveita, você tem alguns recursos, vai embora, estuda, escreve um livro”, e logo depois vem esse convite [...] (Dines apud Abreu et al, 2008, p.116)

Dines aceitou a sugestão de escrever um livro como mencionado acima. *O Papel do Jornal* foi redigido antes do ingresso na Universidade de Columbia na condição de professor visitante. Na prática, durante a estadia em Columbia, Dines não ministrou um curso regular mas fez seminários e conferências, o que lhe deu tempo para pesquisar a história da imprensa brasileira tendo por base coleções de jornais antigos e a bibliografia de Nelson Werneck Sodré (Dines apud Abreu et al, 2008, p.117). O vínculo com a universidade norte-americana iniciado em 1964 foi “coroadado” quando Dines recebeu um dos prêmios mais significativos do campo jornalístico concedido pela Universidade de Columbia, o *Maria Moors Cabot* na década de 1970, como citado acima no fragmento do jornal *Folha de S.Paulo* do dia 1º de julho de 1975.

*O Papel do Jornal* não foi o primeiro livro escrito por Alberto Dines<sup>21</sup>. Antes ele havia escrito os livros de contos, *20 histórias curtas e Posso?* Publicações que datam de 1960, 1972 respectivamente. Também havia escrito a ficção satírica intitulada *E por que não eu?* (1979) publicada inicialmente no jornal *O Pasquim*. A condição de jornalista escritor já era demarcada na edição de 11 de julho de 1975 do jornal *Opinião*.

---

<sup>21</sup> Os outros livros escritos pelo jornalista Alberto Dines dividem-se entre aqueles que versam sobre fatos históricos ou sociais à luz do jornalismo como *Os idos de março e a queda de abril* (1964), *O mundo depois de Kennedy* (1965), *O baú de Abravanel* (1990); sobre jornalismo propriamente, *Jornalismo Sensacionalista* (1969), *Comunicação e Jornalismo* (1972); e as biografias *Morte no Paraíso – a tragédia de Stefan Zueig* (1981), *Vínculos de Fogo – Antônio José da Silva, judeu, e outras histórias de inquietação em Portugal e no Brasil* (1992).

## A volta de Dines

**Escritor (O Papel do Jornal, Passo?) e jornalista (Diário da Noite, Fatos e Fotos, Última Hora, Jornal do Brasil), Alberto Dines volta ao jornalismo diário como diretor da sucursal carioca da Folha de S. Paulo e autor de uma coluna dominical, Jornal dos Jornais. Dines estava praticamente afastado da imprensa desde que deixou, em dezembro de 1973, o cargo de editor-chefe do JB. Ano passado lecionou na Universidade de Columbia, em Nova York, de onde mandava, eventualmente, colaborações para jornais e revistas brasileiros.**

Figura 8 - *Opinião* - Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Esse enquadramento em um jornal abertamente de esquerda, voltado a um público intelectual e politizado, já concedia valorização ao seu trabalho como escritor e intelectual. Importa ressaltar que a demissão do jornal *Folha de S. Paulo* no começo dos anos 80 ensejou a retomada de um antigo projeto literário.

Era maio de 80, e aí eu tomei uma decisão, que acho que foi da maior importância para mim. Todo o trabalho literário, até então era clandestino, quer dizer, era marginal, feito de madrugada, nas férias, em fim de semana. Eu nunca tinha feito um trabalho literário sistemático, à luz do dia. E eu estava com a ideia de fazer a biografia de uma figura que tinha me marcado como escritor na adolescência, que era o Stefan Zweig (Dines apud Abreu et al, 2008, p.135).

*Morte no Paraíso – a tragédia de Stefan Zweig* obteve o reconhecimento da crítica especializada. Por meio da biografia do escritor austríaco, Dines comenta que conseguiu unir o trabalho jornalístico ao

trabalho literário. De acordo com o jornalista, ele foi o precursor dos jornalistas biógrafos no Brasil como Fernando Morais (*Olga*, 1985) e Ruy Castro (*O anjo pornográfico – a vida de Nelson Rodrigues*, 1992). Argumenta que antes dele, todos os biógrafos provinham da academia. Através de *Morte no Paraíso*, Dines confessa que descobriu a convergência entre jornalismo e biografia. “Biografia é o bom jornalismo, nada mais que isso. A gente fala em biografia e põe num escaninho separado mas a biografia é uma atividade jornalística” (Pereira, 2008, p. 294). O depoimento de Dines demonstra a força com que investiu na carreira de jornalista escritor, como muitos outros de sua geração: Zuenir Ventura, José Hamilton Ribeiro, Fernando Gabeira, entre outros. Assim, a designação jornalista escritor foi bastante difundida nos anos 90 e inclusive motivou um evento promovido pela Prefeitura de São Paulo em maio de 1996, como demonstra a edição do jornal *Folha de S.Paulo* do dia 13 daquele mês:

**A Prefeitura de São Paulo**  
apresenta

# JORNALISMO e LITERATURA

*Jornalistas escritores relatam a influência que  
o Jornalismo teve nas respectivas obras literárias*

**De 13 a 29 de maio de 1996**  
Segundas, quartas e sextas, às 19h30

**Programação**

**Dia 13 - Grande Reportagem - História e Biografia I**  
**Alberto Dines** e Ruy Castro

**Dia 15 - Por uma história da reportagem**  
Marcos Faerman e Cremilda Medina

**Dia 17 - Grande Reportagem - Jornalismo e Texto**  
José Castelo e Moisés Rabinovici

**Dia 20 - Literatura de redação e do livro**  
Lourenço Diáféria e Humberto Werneck

**Dia 22 - Limites da reportagem e da literatura**  
Caio Túlio Costa e Manoel Costa Pinto

**Dia 27 - A palavra literária e a jornalística**  
Ivan Angelo, Jorge da Cunha Lima e Rodolfo Konder

**Dia 29 - Guerras do mundo - Guerra das palavras**  
Caco Barcelos, Leão Serva e José Hamilton Ribeiro

*Coordenação* **MARCOS FAERMAN**

**BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE**  
Rua da Consolação, 94 - Centro - ☎ 256-5777 ramais 116/121

**ENTRADA FRANCA**

Figura 9 - *Folha de S.Paulo* - Fonte: Acervo Folha

Nos anos 90, Dines prosperou na carreira de biógrafo. O segundo livro da safra de biografias foi *Vínculos de Fogo – Antônio José da Silva, o judeu e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil: Tomo I* de 1992. A repercussão da publicação dessa segunda biografia provocou os primeiros atritos com o meio acadêmico quando o jornalista acusou de plágio a pesquisa realizada por uma mestranda do Departamento de História da USP. O caso que foi amplamente repercutido pelos jornais, como se lê na edição de 6 de julho de 1996 do *Jornal do Brasil*:

## Quem são os donos da História?

Em quatro cartas, a polémica travada entre **Alberto Dines** e duas historiadoras

Ná última semana, uma acusação acusou os silésses pilares do Departamento de História da USP. A questão envolve um jornalista de primeiro time, uma professora consagrada no Brasil e no exterior como uma autoridade em sua área e uma pesquisadora, aprovada por unanimidade pela banca que analisou sua tese de mestrado, *Donos de Vínculos de Fogo*, publicado pela Companhia das Letras em 1993, e jornalista Alberto Dines, então um fax à secretaria municipal de Cultura, Helena Severo, acusando a obra classificada em segundo lugar no Prêmio Curitiba de Monografia de 94 e editada na Coleção Biblioteca Curitiba sob o título *Heréticos e Impuros: a Inquisição e os cristão-novos no Rio de Janeiro do século XVIII de ter sido "chupado" de seu livro. No fax, enviado também ao JB, o pesquisador Lima Gorstein Ferreira da Silva é desqualificado por uma "inútil e inelutável plágio" e sua orientação, a historiadora Ana Novinsky, por "prevaricação do trabalho científico", desvalorizado pelo fato de o autor não pertencer ao "exclusivo Clube dos-Entendidos-em-Inquisição-e-Cristão-Novos da USP".*



Em sua resposta, Ana Novinsky declara que foi o próprio Dines, fundador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp, quem se apropriou, sem os devidos créditos, de documentos do seu arca pessoal, coletado durante 30 anos de pesquisa na Torre do Tombo, em Portugal. *Um livro de História de Portugal, publicado em 1993, e uma tese de mestrado em História da USP, publicada em 1994, são exemplos de material documental absolutamente inédito" de seu livro de 1054 páginas, primeiro volume da biografia de Antônio José da Silva, o Judeu, dramaturgo do século 18, morto pelo Inquisição.*

"Fico constrangida com esta história", diz Helena Severo, lembrando que o resultado do concurso é de responsabilidade da comissão julgadora. *Jo Verra Mendes, presidente da comissão, se diz abismado que a acusação possa ter fundamento. "Se é quem tem. De qualquer forma, não caberia à comissão pôr sob suspeição tese aprovada por uma banca do Departamento de História da USP."*

A polémica pôde ser acompanhada nas cartas abaixo, com o auxílio de Dines, at resposta de Ana Novinsky e Lima Gorstein, além da réplica do autor de Vínculos do fogo. Por falta de espaço, nenhuma das cartas pôde ser publicada na íntegra.

O jornalista Alberto Dines, autor do livro Vínculos do fogo

**ALBERTO DINES**

### Um caso de plágio moral

O trabalho *Heréticos e Impuros*, de Lima Gorstein Ferreira da Silva, não é um plágio. Mas equivale, sob o ponto de vista moral.

Tratase de uma deliberação e proposta tentativa — da autora citada de sua orientadora acadêmica — de apropriar-se de um material documental, não então absolutamente inédito e revelado extensivamente em *Vínculos de Fogo* (vol. 1), de minha autoria, manipulando e descarregando o uso abundante que dele se fez em cinco livros impressos primários e secundários, pela década orientadora, que é também prefaciadora da obra, esses sem de caráter secundário e essencial.

O estudo solitário de seis anos no arquivo da Torre do Tombo em Lisboa examinando cerca de 500 processos inquisitoriais — sem contratação de "scanners" ou computadores como tem sido a prática entre os donos da matéria — foi crissimamente desvalorizado por razões que desconheço mas aduzindo e citando fontes não listadas a USP.

Todos os seis pesquisadores incluídos no caso atual de Lima Gorstein Ferreira da Silva foram pomorosamente rejeitados do anuário e existis-

vamente acompanhados em *Vínculos do fogo*, todos apresentados com a figura central do meu trabalho (Antônio José da Silva, o Judeu) sobretudo o farragoso Mateus de Moura Fogaça (essas fontes, que identifiquei como o 19º brasileiro (ou renol matoro do Brasil) executado pela Inquisição em Lisboa. Posso dizer modestamente que não é feito de pouca monta, já que, desde 1960, quando Arnold Wanziter publicou o seu clássico *Jews in colonial Brazil*, a lista oficial de brasileiros martirizados pelo Santo Ofício era de 18 (no volume 2, eventual outos).

Mencionar Fogaça e ignorar quem o desenvolveu, ou tratar da conjura dos cristão-novos julgadores para incriminados perante o Santo Ofício, sem identificar quem revelou esta inédita comprorção, é vebacana, manipulação ártica e científica.

Isto fica patente quando a autora (ou sua mentora) revela que se serviu apenas dos seis respectivos processos inquisitoriais (como era no registro das suas fontes manuscritas). Este mesmo episódio da conjura (expresso que identifiquei prioritariamente tratando por base o language de um dos protagonistas e que montei computando 14 outros processos) ocupa um capítulo inteiro de *Heréticos*, mas da autora merec uma única nota de rodapé marginal, sobre a localização de um engenho. O resto foime surpreendido e apresentado aos incautos de outra página — com o aval da USP — como método.

Da mesma forma, seria impossível montar

aqueles quadros genealógicos, utilizando-se apenas os mencionados seis processos. A indicação que Bries de Luena era da "casta caripí" não está em nenhum destes processos, mas na delação de Catarina Soares Brandão, cujo processo não foi citado nas fontes. Ou foi inspiração divina ou a autora serviu-se de outros documentos.

Evidentemente, apoiou-se nas muitas 35 páginas genealógicas, porque usa a mesma formulação que empreguei (lado materno separado do lado paterno), contrariando os critérios genealógicos usuais que recebi. Até mesmo o sinal que reinverte para identificar os presos pelo Santo Ofício (o símbolo do joggo-da-velha, parecendo com uma grade) é despoadamente idêntico!

Os quadros 7, 8 e 9 têm o mesmo título que empreguei, "Os Paredes", e são serem montados sem ajuda externa, exigiram o exame de pelo menos 30 processos deste ilhé (que não estão mencionados). Da mesma forma, os dois casamentos de Sebastião de Luena Montarinos (quadro 2) e as respectivas prolas não poderiam ser elaborados sem exam aqueles seis processos. Houve ajuda. Provedorial "maldade" que não merece ser valorizada por não pertencer ao exclusivo Clube dos-Entendidos-em-Inquisição-e-Cristão-Novos da USP.

A mesma prevaricação com o trabalho alheio fo praticada pela ilustre e erudita professora Ana Novinsky, prefaciadora do livro e orientadora da tese de mestrado da autora. Ao citar o caso de Sebastião de Luena Montarino (que, em pieno

período de cada um cristão-novo e temeroso de ser incluído entre os infamados, proibiu que correlogrãos separassem a alca do casado do seu pai), também utilizo de um material previamente desenvolvido e trabalhado por mim sem revelar a origem (página 12 de *Heréticos e Impuros*, 1993 e 786 de *Vínculos do fogo*).

Também se serve generosamente da figura de Mateus de Moura Fogaça, de quem mandou compilar em Lisboa o inventário dos bens confiscados (em obra fragmentada, aleatória, barrocada, casibética e sem referências), mas jamais se deu ao trabalho de investigar quem era, o que fez qual o seu fim. Se o visse feito, sabeia que não foi quemado, como proclama dramaticamente — mas gartificado.

A ética da sociedade leve impo-se à ética corporativa ou gremial.

Os códigos vigentes em certo detras da USP não deveriam valer na Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Por isso, cunsa admiração que uma comissão de cinco ilustres acadêmicos desta cidade, flutuando numa grifa acadêmica pouco conhecida por episódios como este, tenha conferido, sem o devido exame e conhecimento da matéria, o Prêmio Curitiba de Monografia 1994 a um material rigorosamente "chupado" (a palavra é horrível mas precisa), sem que fossem atendidas as mais elementares exigências de rigor científico e decoro acadêmico.

O furto fo perpetrado. Agora só resta encanar e exigir punição.

Figura 10 - *Jornal do Brasil* - Fonte: Biblioteca Nacional Digital

A ceulema com integrantes do meio acadêmico não se difere da tensão vivida por Dines com os "novos" jornalistas no mercado profissional e somente pode ser compreendida se observamos o seu contexto. Entre as décadas de 70 e 90 há uma intensa profissionalização não apenas da atividade jornalística mas também do pesquisador docente. Nesse processo, profissionais autodidatas começaram a sofrer alguma pressão, mesmo em casos como o de Alberto Dines, um jornalista detentor de grande notoriedade no meio cultural brasileiro. Para Dines, a

repercussão direta da mudança no mercado da produção cultural foi a sua demissão da *Folha* e a guinada para a literatura. É importante ressaltar que quando a nova geração de jornalistas ingressou nas redações, Dines começou a atuar nos bastidores das empresas jornalísticas e a ocupar cargos administrativos. Enquanto investia na carreira de escritor, foi contratado pela Editora Abril como secretário editorial, função na qual desenvolveu projetos de publicações e ministrou cursos de aperfeiçoamento profissional. Em 1988, ascendeu mais um degrau na carreira sendo nomeado diretor do Grupo Abril em Portugal. Na filial da Editora Abril em Lisboa, além de atuar como responsável por várias publicações também começou a gestar, em 1994, uma ideia que aplicaria no Brasil após o seu retorno, o *Observatório da Imprensa*. O *Observatório da Imprensa* surgiu do contato com jornalistas e intelectuais portugueses que estavam desenvolvendo um projeto semelhante em Lisboa. O nome, inclusive, era o mesmo. No entanto, os críticos da mídia portuguesa concederam licença de bom grado e, assim, Dines pôde batizar o *Observatório da Imprensa* (Dines apud Abreu et al, 2008, p.152).

O site do *Observatório da Imprensa* foi lançado em abril de 1996 a fim de se tornar um espaço de debates sobre o jornalismo direcionado para as comunidades jornalística e acadêmica particularmente e para a sociedade em geral. Em 1998, o *Observatório da Imprensa*, se tornou um programa veiculado pela TV Educativa no Rio de Janeiro (atual TV Brasil) e pela Rádio e Televisão Cultura de São Paulo tendo Dines como principal apresentador. Poder-se-ia dizer que Alberto Dines conquistou popularidade extracampo jornalístico com a ida do programa para a TV. Retrospectivamente podemos notar que o *Observatório da Imprensa* é um desdobramento de outros trabalhos desenvolvidos por Dines cujo cerne é debater o jornalismo dentro do jornalismo, algo semelhante aos projetos anteriores como *Cadernos de Jornalismo no Jornal do Brasil* e a coluna *Jornal dos Jornais na Folha de S.Paulo*.

De acordo com Dines a crítica da mídia no *Jornal dos Jornais* gerou várias inimizades e o inseriu na lista negra de algumas redações. No entanto, pode-se deduzir que por meio de sua coluna *Jornal dos Jornais* o jornalista pretendeu ascender a outro patamar no campo da produção cultural buscando se aproximar de figuras como Lima Barreto, autor de *Memórias de escrivão Isaías Caminha*. É o próprio jornalista quem faz a comparação. Lima Barreto ironizava em seu livro a redação do *Correio da Manhã* e essa menção silenciosa fez com que Barreto entrasse na lista negra daquele jornal “Lima Barreto nunca foi mencionado, nem vivo, nem morto, no *Correio da Manhã*. Era um tabu.

E esta instituição da lista negra é uma coisa que persiste até hoje” (Dines apud Abreu et al, 2008, p.138). Independentemente da difamação dos nomes nas redações, importa destacar a associação feita por Dines entre sua atuação como colonista da *Folha* e a obra de Lima Barreto. Tal analogia permite deduzir as intenções latentes de Dines à época em que transitava entre a atuação jornalística e literária. Ao mesmo tempo, procurava se adequar a um tipo de produção cultural que não fosse excessivamente acadêmica.

Curiosamente, o projeto de levar a discussão sobre a mídia da academia para a sociedade contou com o apoio de uma grande instituição, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde, com ajuda do então reitor Carlos Vogt, fundou o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, o Labjor (Dines apud Abreu et al, 2008, p.153). No final dos anos 90, o *Observatório da Imprensa* se tornou um programa televisivo e Dines ficou mais conhecido como crítico da mídia do que propriamente como jornalista. Isso porque o programa obteve certa popularidade entre integrantes dos segmentos intelectuais.

Por que, então, o *Observatório* deu certo? Deu certo porque é um veículo jornalístico, não é uma discussão acadêmica. Ele faz a discussão sobre a mídia dentro de um veículo de comunicação. Esse é o segredo. Se nós fôssemos fazer uma coisa acadêmica, apenas com palestras e seminários, ia faltar oxigênio. Nós fizemos um programa e, dentro dele, discutimos jornalismo (Dines apud Belisário et al, 2007).

Dines justifica a popularização do *Observatório da Imprensa* pela difusão do conteúdo por meio de comunicação e também pela qualidade dos debates, isto é, não possuem uma característica acadêmica. Percebe-se com isso que a relação de Dines com o meio acadêmico é entremeada de encontros e desencontros, o que pode ser notado em várias ocasiões em sua biografia. Em suas memórias ele diz que parou de estudar no segundo ano científico por motivos políticos que ficaram evidenciados acima e também porque acreditava que o importante era fazer sua formação pessoal, ler, estudar, por iniciativa própria. Apesar de asseverar que estava errado quanto à importância da formação escolar, ele destaca que havia nele uma vocação intrínseca ao estudo que posteriormente o direcionou para a pesquisa:

Essa minha trajetória “acadêmica” é muito particular. Porque, se por um lado, eu acho que a

academia é indispensável na vida de qualquer pessoa, sobretudo se você é ligado à uma atividade que exige pensamento, a universidade no Brasil, ela burocratizou o pensamento, ela esmaga qualquer possibilidade de você ter uma criação, de você ter um crescimento (Dines apud Pereira, 2008, p. 305).

O testemunho de Dines corrobora a ideia difundida a respeito do engessamento do pensamento promovido pelo sistema escolar, bem como tangencia a questão da reprodução da desigualdade social promovida pelo mesmo sistema. Também evidencia o conflito geracional entre antigos e novos jornalistas. Ao observarmos de forma atenta a dicotomia entre autodidatismo e formação universitária existente no campo jornalístico, aqui exemplificada pela trajetória de Alberto Dines, pode-se perceber um embate entre duas modalidades diferentes de capitais culturais, o capital cultural incorporado obtido via transmissão familiar e o capital cultural em estado objetivado representado pelo diploma em jornalismo (Bourdieu, 1998). A formação intelectual e cultural de Alberto Dines, como visto, remonta à infância, veio do “berço”, e sua formação profissional foi obtida pela vivência. Pode-se dizer que a mística em torno do autodidatismo presente nos relatos de Dines tem como pano de fundo um conflito geracional instaurado com a entrada da nova geração de jornalistas formados pelas universidades, já sob a tutela da lei que restringiu o exercício da profissão para os não diplomados, fenômeno que Dines explica de forma muito particular a partir da greve dos jornalistas ocorrida em 1979, quando as empresas instituíram um *lobby* para combater de forma coordenada os movimentos organizados dos profissionais. Esse grupo de pressão formado pelo empresariado organizou de forma orquestrada várias decisões, entre elas, a renovação dos quadros das redações, isto é, “tirar os velhos que vinham com aquele ranço político”, Dines comenta que a decisão foi capitaneada pela *Folha de S.Paulo* e que muitos jornais aderiram. A juvenilização das redações foi de acordo com Dines precipitada pela greve dos jornalistas.

Aquele momento de abertura, que podia ser o mais feliz da imprensa brasileira, foi caracterizado pelas coisas mais desagradáveis. Acho que a imprensa foi mais marcada na abertura, já no governo Geisel e no governo Figueiredo, do que nos anos da censura, quando havia uma capacidade de resistência. A partir dali, os empresários atuaram na própria essência do fazer jornalístico, com toda



aquela supremacia do *marketing*, com o movimento de trocar as redações, tirar os mais velhos e botar a garotada. Isso marcou profundamente a imprensa brasileira (Dines apud Abreu et al, 2008, p.117).

No comentário de Dines está explícito o conhecimento das entranhas da história do jornalismo, porém, está implícita uma ideia a respeito do ofício jornalístico internalizada no momento em que adentrava à profissão. Ainda que Dines tenha participado diretamente do processo de modernização e atuado como professor de jornalismo, o perfil tradicional do jornalista se encontra cristalizado em seus relatos. Neles pode-se perceber o entendimento do jornalismo como algo indistinguível da literatura ou da política. Para o jornalista carioca o jornalismo é uma atividade essencialmente política, instituída como um poder informal e imbuída do poder de contradizer e de fiscalizar (Pereira, 2008, p. 308). É também uma atividade literária no qual deve-se manter o compromisso com o idioma, a narração, a emoção e a invenção. A combinação de jornalismo e arte é explícita na manchete da entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em 20 de dezembro de 1997.

ENTREVISTA / ALBERTO DINES

# “Jornalismo é uma arte”

São Paulo - HENRI ROMERO

□ Mais que um apaixonado, Alberto Dines é um viciado em jornalismo. Uma atividade que, para ele, só tem sentido se incluir alguma dose de romantismo e um espírito “missionário”. Dois ingredientes que estariam na essência do verdadeiro jornalismo segundo Dines, que organizou o recém-lançado livro 100 páginas que fizeram a história – Grandes momentos do jornalismo brasileiro nos últimos 80 anos (Lu Fernandes & Nasari, 116 páginas, R\$ 80). O veterano jornalista não se desencanta nem perde o otimismo em relação ao futuro da profissão. Não enxerga exatamente um céu de brigadeiro, mas acredita em recuperação. Dines, que trabalhou por quase 12 anos no comando da redação do JORNAL DO BRASIL, acha que o jornalismo praticado atualmente anda burocratizado e tem se limitado a reagir aos acontecimentos. Um crítico regular da imprensa, ele edita o Observatório da imprensa, uma home page na qual o comportamento da mídia é analisado e discutido. Definindo-se como um jornalista free-lancer, Dines mantém um estúdio onde se dedica ao que gosta de fazer. Ali vem trabalhando numa nova versão da sua biografia de Stefan Zweig. Lançado em 1981 com o título de Monte no paraíso, o livro em sua nova edição deve chegar às livrarias em abril de 1998.



Figura 11 - *Jornal do Brasil* - Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Ao destacar a relação entre jornalismo e literatura em seus relatos biográficos, Alberto Dines reafirma-se como membro da elite profissional uma vez que a confluência entre jornalismo e literatura se trata de um dos marcadores de legitimidade à qual um autor dessa área recorre para outorgar importância ao seu discurso no meio. É a identidade de jornalista, escritor e intelectual que Alberto Dines representa como biógrafo, tendo em mente que a biografia é um gênero híbrido por excelência. Para ele, o jornalismo é uma vocação, outro distintivo de

legitimidade, como se pode depreender do trecho abaixo, onde responde ao que é jornalismo:

É um estado de espírito, é uma disposição existencial. Eu já disse em outra entrevista que o jornalismo é uma das últimas profissões românticas. Talvez o termo esteja mal empregado. Não é, estrito senso, uma questão de romantismo. É, no sentido de que o jornalismo não é um emprego em que você chega, faz aquilo que a pauta lhe deu, cumpre o horário, e estamos conversados. Não. É uma disponibilidade para a vida, uma vocação de participação, ainda que não-intervencionista, é também uma atividade eminentemente cultural. Eu chamo de arte. O jornalismo é uma arte ligada à arte literária. Não é à toa que, nos últimos 200 anos, as maiores figuras da literatura escreveram em jornal (Dines apud Abreu et al, 2008, p.117).

As confluências entre jornalismo, literatura e história são recorrentes nos escritos de Alberto Dines. O jornalista também procurou fazer o registro de seu percurso na história da imprensa em *O Papel do Jornal*, uma obra muito rica em referências das perspectivas do autor. Além disso, as várias reedições, oito no total, trazem impressas as marcas de diferentes contextos históricos. Na edição de 1977 que traz o subtítulo “tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise” o jornalista destaca já na introdução que o livro foi escrito não por um cientista mas por um experimentador e, portanto, trata-se da análise empírica, baseada na experiência vivida nos jornais (Dines, 1977, p. 3). Nessa introdução Dines ao mesmo tempo em que demonstra o seu prestígio docente após temporada como *visiting professor* na Universidade de Columbia, aponta para a inconsistência dos novos jornalistas em relação à história da imprensa como, por exemplo, o desconhecimento por parte das novas gerações de figuras como Hipólito José da Costa, fundador do primeiro jornal de oposição no Brasil (à coroa e à censura régia), o *Correio Braziliense* em 1808. A referência a Hipólito da Costa é ainda mais evidente na última edição do livro em que, nas primeiras páginas, apresenta “o fac-símile do primeiro texto da primeira edição do primeiro periódico a circular no Brasil” (Dines, 2009).

Como nas demais edições que mantiveram a introdução intitulada como “*Lead*”, consta nessa seção a referência ao período de modernização da imprensa, momento em que nas redações se debatia

teorias a respeito do jornalismo em contraposição às faculdades de jornalismo que, na época, ainda estavam ligadas organicamente às Faculdades de Letras e Filosofia. Dines relembra um tempo no qual havia um pioneirismo do jornalismo em relação ao tradicionalismo universitário e cita, por exemplo, os *Cadernos de Jornalismo no Jornal do Brasil*, uma publicação que já abordava em 1965 temas como “engenharia das massas e comunicação de massas”, antes mesmo de Marshal MacLuhan se pontificar “no cenário internacional como o primeiro papa da nova Ciência da Comunicação” (1977, p. 9). A quarta edição de 1986 que teve como subtítulo “uma releitura”, foi publicada pela Editora Summus dentro da Coleção *Novas Buscas em Comunicação* e que reuniu autores e teóricos dessa área do conhecimento e tinha como público-alvo os universitários e os profissionais da comunicação. No livro, chama atenção a apresentação redigida por José Marques de Melo, um dos expoentes da produção acadêmica na área de Ciência da Comunicação no Brasil. Melo define *O Papel do Jornal* como uma obra que já nasceu clássica, menciona que o livro foi reeditado duas vezes, um ano após o seu lançamento, sendo um fato inédito do setor editorial brasileiro. O estudioso justifica o interesse despertado pelo livro dez anos após sua publicação, mesmo sendo uma obra que aborda um assunto circunstancial (a crise do papel em 1973), “sua natureza científico-jornalística, pois o circunstancial deixa de ser efêmero e provisório para se converter em análise contextualizada, superando a conjuntura que o motivou” (Melo apud Dines, 1986, p. 10). Ao redigir a apresentação de *O Papel do Jornal* em 1986, Marques de Melo legitima a posição de Dines como “cientista do jornalismo” fazendo referência à carreira acadêmica, à passagem pela Universidade de Columbia e às produções teóricas publicadas no *Jornal do Brasil*, os *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, publicações em que já se evidenciava a “vocação científica” de Alberto Dines (Melo apud Dines, 1986, 12).

Outro trecho importante na obra, consta no prefácio à quarta edição onde Dines expõe o que pensa a respeito da nova geração de jornalistas.

O jovem jornalista contemporâneo, impregnado de leitura (o que não é ruim) mas virgem de vivências (o que é péssimo) – como se a informação pudesse substituir experiência, para usar a tese de Susan Sontag – imagina que, ao etiquetar desbragadamente, coloca no seu texto a circunstância definitiva. Ao contrário, é o recurso mais pobre porque impede, de saída, o processo de elaboração de conclusões do leitor [...] (Dines,

1986, p. 18).

A afirmação acima vai ao encontro do posicionamento que é contrário à exigência do diploma para exercício da profissão defendido por muitos jornalistas da mesma geração de Alberto Dines. A posição que defende a valorização do aprendizado do jornalismo pela vivência e pela experiência não será, contudo, defendida pelo jornalista, fato que evidencia a percepção do jornalista a respeito das mudanças no mercado e acena para uma atualização do seu discurso. Mais adiante, no prefácio da edição de 1986 ele dedicará o livro a professores, alunos e pessoas envolvidas no ensino do jornalismo e advogará a favor da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalismo.

A campanha contra o ensino de jornalismo, a pretexto de proteger a imprensa do abominável licenciamento, na verdade, inspira-se em aberração autoritária ainda maior – a crença de que o jornalismo é apenas “vocação” sem compromissos maiores com a sociedade, missão para alguns iluminados escolhidos por outros coleguinhas iluminados que galgaram o poder ou o receberam de mão beijada (Dines, 1986, p. 22).

As distintas modalidades de registros – autobiográfico, científico, jornalístico, literário – manifestam o prestígio do jornalista tanto no campo profissional como no meio acadêmico pois a própria trajetória do jornalista ilustra a transição entre duas formas de legitimação na elite profissional, a primeira dependente da experiência vivida nas redações e a segunda está associada à titulação universitária. No capítulo 11 do livro *O Papel do Jornal*, Dines afirma que “o jornal é o fragmento da história e da memória de um país” (1986, p. 124). E essa passagem é exemplar para se compreender o processo de transformação da trajetória profissional em capital simbólico uma vez que os registros individuais e coletivos passaram a ser considerados definidores da profissão a partir dos anos 80 e 90 (Bergamo, 2011). Portanto, Alberto Dines é detentor de “capital jornalístico” suficiente para bem posicioná-lo na historiografia da imprensa brasileira.

Em seus relatos Dines faz referência às grandes personalidades históricas que atuaram no limite entre o jornalismo e a literatura. Também ele conquistou seu lugar no panteão dos ilustres. Está presente na obra clássica de Juarez Bahia *História da Imprensa Brasileira* na seção referente ao jornalismo contemporâneo. É citado indiretamente na seção a respeito da censura quando o autor trata da edição histórica do *Jornal*

*do Brasil* publicada no dia seguinte à promulgação do AI-5 e depois é citado nominalmente quando aborda a edição do mesmo jornal publicada após a queda de Salvador Allende o *Jornal do Brasil*.

No dia 12 [de setembro de 1973], o *Jornal do Brasil* circula com uma primeira página sem manchete e sem foto, apenas com o texto dos fatos em destaque, encimado pelo cabeçalho. A iniciativa do editor-chefe, Alberto Dines, gera grande repercussão e é saudada como uma capa antológica do jornalismo diário (Bahia, 2009, p. 338).

Ao ser referido na seção dedicada à luta da imprensa contra o governo ditatorial e a censura, Alberto Dines é posto em lugar de prestígio dentro da história da imprensa, aquele reservado aos jornalistas que atuaram em nome da liberdade de imprensa no período de censura durante a ditadura militar. Mas ele também foi lembrado na historiografia de Bahia por ter participado de outro acontecimento crucial para a imprensa nacional, a modernização, isto é, as reformas gráfica e editorial nos jornais cariocas.

Os registros que entrelaçam a trajetória profissional de Dines com a história da imprensa foram reproduzidos por outras pesquisas como a realizada pelo CPDOC-FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas) que lançou no ano de 2003 *Eles mudaram a imprensa*. O livro reúne depoimentos de profissionais que modernizaram a imprensa nacional e Alberto Dines ocupa um lugar entre eles. O capítulo dedicado a Dines se baseia em uma entrevista datada de 1997. Essa não foi a primeira vez que Dines concedeu depoimento ao CPDOC, também em 1978 o jornalista carioca havia dado uma entrevista. Nas descrições das entrevistas que podem ser encontradas no site do CPDOC as justificativas para os registros envolvem a importância de Dines como liderança no processo de modernização da imprensa brasileira ao chefiar a redação do *Jornal do Brasil* na passagem dos anos 60 para os anos 70. Pode-se mensurar a importância concedida ao jornalista pelos pesquisadores do CPDOC que inclusive criaram um verbete a respeito de Alberto Dines para o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

Outras instituições igualmente se encarregaram de consolidar o nome de Alberto Dines nos registros históricos como a Escola de Comunicação da Universidade do Rio de Janeiro que lançou o projeto *Memória do Jornalismo Brasileiro* a fim de contribuir para formação de um quadro de pesquisadores sobre história da mídia. Dines não foi

esquecido pelos pesquisadores da UFRJ em 2007, quando foi entrevistado, nem pelos responsáveis pelo Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, vinculado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, outro projeto memorialístico para o qual Alberto Dines concedeu uma entrevista em 2008.

No entanto, referências a Dines não foram encontradas em iniciativas como *Resistir é Preciso*, um projeto do Instituto Vladimir Herzog que no final dos anos 2000 se propôs a resgatar a história da imprensa alternativa dos anos 70 por meio do relato de seus protagonistas. Dines também não foi mencionado em outro projeto memorialístico do Instituto Vladimir Herzog, o site *Memórias da Ditadura*, cujo objetivo é “construir um espaço de referência na web sobre a história da ditadura no Brasil” com conteúdo direcionado a profissionais da área de educação e escolas. Na seção de “biografias da resistência” do site, Alberto Dines não é mencionado. Sua ausência nesses registros recentes da história da imprensa alternativa poderia ser compreendida pelo fato de que em sua trajetória profissional esteve mais próximo aos patrões, em virtude dos cargos de chefia que ocupou, e dessa forma não seria considerado uma figura representativa de uma imprensa de resistência de acordo com os porta-vozes desse segmento.

Alberto Dines foi lembrado em produções científicas que datam também do final dos anos 2000 sobretudo por seu trabalho como jornalista e biógrafo. Em 2006, Sérgio Vilas Boas defendeu a tese intitulada *Metabiografia e seis tópicos para o aperfeiçoamento do jornalismo biográfico* na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. No trabalho é o jornalista biógrafo de Stefan Zweig que aparece. Portanto, Dines é considerado um jornalista intelectual. Esse enquadramento pode ser percebido em outra tese, essa de 2008, defendida por Fábio Henrique Pereira na Universidade de Brasília intitulada *Os jornalistas-intelectuais no Brasil*. O conceito “jornalista-intelectual” presente no título da tese de Pereira intriga a Dines. Ao ser entrevistado pelo pesquisador, ele comenta que a expressão parece uma redundância já que “a atividade jornalística é intelectual” (Pereira, 2008, p. 288). De acordo com o jornalista carioca, a separação entre a atuação intelectual e a jornalística só começou a existir a partir da industrialização da imprensa no Brasil, curiosamente um processo no qual ele próprio tomou parte como chefe de redação do *Jornal do Brasil*.

Entretanto, pode-se depreender de seus relatos que o modelo clássico do jornalista escritor e intelectual é a identidade com a qual se identifica e aquela pela qual deseja ser lembrado. Tal identificação é

patente pois se encontra presente e difusa em seus registros autobiográficos, o que demonstra sua filiação a uma tradicional forma de legitimação e reconhecimento na historiografia da imprensa.





### 2.3. José Hamilton Ribeiro e a modernização da imprensa paulista

José Hamilton Ribeiro é natural de Santa Rosa do Viterbo, pequeno município do interior de São Paulo próximo à fronteira com o Estado de Minas Gerais. Nasceu no dia 29 de agosto de 1935 em uma família de sete irmãos. Sua mãe, Maria José Ribeiro era dona de casa e seu pai, Sebastião Hamilton Ribeiro, secretário da prefeitura municipal e produtor rural. A avó, Joaquina Custódia Ribeiro, dá nome a uma avenida da cidade e pertence a uma das famílias fundadoras da localidade (Gomes, 2015, p. 24).

O acesso à cultura escrita, embora presente, não se estendia a todos os membros da família. José Hamilton se recorda que o avô paterno aprendeu a ler em uma cartilha de português, porém, o universo dos livros não esteve distante do neto. No período de escolarização, a despeito da precariedade da formação dos integrantes do núcleo familiar, o futuro jornalista teve uma pessoa próxima que lhe serviu como referência intelectual, Margarida Ribeiro do Vale, a tia “Nené”. Ela não havia se casado, dedicara todo seu tempo para cuidar dos pais e de um tesouro da família, a coleção de livros que depois se transformou na primeira livraria da cidade. Tia Nené era a conexão de José Hamilton com a produção cultural consagrada em um ambiente permeado pela cultura sertaneja, onde a música caipira era o meio de expressão corrente e a fusão entre essas referências percorrerá a produção cultural do jornalista décadas depois. A tia tocava piano e apresentou ao sobrinho a música erudita assim como a coleção infantil de Monteiro Lobato, cuja obra causou impacto somente comparável à leitura dos Irmãos Karamasov, de Fiodor Dostoiévski, lida anos depois quando José Hamilton fazia o ensino médio. Foi ela também quem o incentivou a publicar, quando estava no terceiro ano do grupo escolar, aos 10 anos, o primeiro texto em um jornal escolar católico, chamado O Lutador, produzido no interior de Minas Gerais, em Manhumirim. Tratava-se de um concurso de redação no qual o prêmio era a publicação do texto. José Hamilton ganhou o concurso e esse acontecimento foi a primeira enunciação do jornalismo em sua vida (Moraes apud Ribeiro, 2009). A segunda enunciação do jornalismo se realizou quando um fato agitou a rotina pacata dos moradores de Santa Rosa do Viterbo: a queda de um avião na fazenda do conde Francisco Matarazzo, “o empresário mais rico do Brasil no início do século XX”. Na biografia de José Hamilton o acontecimento é registrado como a “primeira reportagem”:

Quando eu tinha 11 anos, em Santa Rosa de

Viterbo, usei muletas por um ano devido uma doença nos ossos. Nessa época, o avião era uma coisa rara, ainda mais por lá. Um dia, caiu um monomotor. Foi um alvoroço e a criançada toda da cidade foi atrás do avião. Eu fui de muleta. Ficaram em casa os pais, os irmãos mais velhos, os vizinhos, esperando notícias. Cheguei no avião, achei um jeito de falar com o piloto, ferido, e fiquei especulando sobre o que houve. Ao chegar em casa, todos estavam cheios de curiosidade para me ouvir. Fiz então minha primeira reportagem (Ribeiro apud Gomes, 2015, p. 24).

Os dois acontecimentos em que o jornalismo intercepta a trajetória do menino interiorano de forma imprevista e definitiva, chamando-o para a vocação, deixam a impressão de que o jornalismo para alguns é algo inato e de que características pessoais como a curiosidade e a habilidade de narrar somente corroboram para o afloramento da missão de se tornar repórter. É curioso, no entanto, que a publicação precoce do texto no jornal católico não foi mencionada por José Hamilton no depoimento ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo ocorrido em setembro de 2008, apesar do episódio da queda do avião e de a “primeira reportagem” ser narrada e vinculada como despertar vocacional para o jornalismo. José Hamilton, ao recordar os 10 anos, época em que ocorreram os eventos da queda do avião e da primeira publicação de um texto de sua autoria em um jornal, também se lembra do impacto causado pela descoberta do rádio. Em 1954 o suicídio do presidente Getúlio Vargas ao final de uma campanha feroz encabeçada pelo jornalista Carlos Lacerda foi divulgado pelas emissoras de rádio e o fato o impressionou profundamente no que se refere ao poder do jornalismo.

Como é que uma pessoa sozinha, com um microfone, abala o país de tal maneira que levou um presidente popular, um presidente que era reconhecido, que era legítimo, ao suicídio? Eu falei ‘puxa vida, alguma coisa tem aí’. Então, comecei a ficar encanado com esse negócio de jornalismo, me deu a sensação que era a única maneira de uma pessoa pobre, de origem humilde, simples, chegar perto do poder, influir no poder para melhorar sua vida e a vida do mundo. Porque eu acho que, o jornalista, no fundo, ele só quer mudar o mundo (Ribeiro apud Siqueira, Briso, 2008, p. 2).

Permanecer em Santa Rosa não fazia parte dos planos de José Hamilton, por isso, ainda pré-adolescente, aos 11 anos, foi estudar em cidades que poderiam fornecer uma educação mais afinada com suas ambições. Seu objetivo era se tornar jornalista na capital, mas, antes de chegar lá, fez várias paradas e no percurso de sua escolarização passou por diversos municípios do interior. Em São Simão, fez o curso ginasial. Depois partiu para Franca, onde estudou em um colégio interno Marista. Quando estava no último ano do ginásio, transferiu-se para Ribeirão Preto e um ano depois se estabeleceu em Casa Branca, cidade onde concluiu o curso secundário científico e professorado (Gomes, 2015). Ali, outro encontro com o jornalismo. Era começo da década de 1950 e durante o curso se vinculou ao Centro Acadêmico onde começou a escrever no jornal interno, o que fortaleceu o desejo de se tornar jornalista. Em 1955, aos 20 anos, por fim, chega na capital paulista com a intenção de fazer o curso de jornalismo na Faculdade Cásper Líbero, umas das primeiras instituições a oferecer o curso no Brasil.

Em 1955 ingressou na Cásper Líbero e o ambiente universitário expandiu o seu universo de contatos e o inseriu aos poucos no jornalismo. Por intermédio de um colega, soube que havia uma vaga de redator na Rádio Bandeirantes. Logo se prontificou ao cargo e esse foi o primeiro trabalho oficial como jornalista.

Na faculdade de jornalismo José Hamilton começou gradualmente a tecer sua rede de contatos. Foi colega de Paulo e Judithi Patarra e José Carlos Del Fiol, futuros companheiros de profissão. Paulo Patarra seria colega na redação da revista *Realidade* nos anos 60 e também responsável pela conquista de uma posição na TV Globo décadas depois. Com Judith e Paulo Patarra dirigiu o jornal laboratório da faculdade e integrou o Centro Acadêmico, onde ocupou a posição de presidente. Porém José Hamilton e os amigos não concluiriam o curso devido ao envolvimento em uma greve que reivindicava a contratação de professores atuantes no jornalismo ao invés de docentes de outras áreas, isto é, reivindicava professores jornalistas. Esse fato foi responsável pela expulsão da Cásper Líbero e também prenúncio de um engajamento futuro. Assim, foram concomitantes os investimentos na carreira jornalística e na militância e a edificação de uma rede de contatos extensa e profícua na constituição de um volume de capital social substancial para ascensão posterior na carreira jornalística (Bourdieu, 1998).

A titulação escolar daquele que atualmente é o jornalista mais premiado do país, repórter especial do programa *Globo Rural* exibido pela TV Globo, vencedor de sete prêmios Esso e ícone do jornalismo

brasileiro, inclui além do curso incompleto na Faculdade Cásper Líbero, o bacharelado em Direito obtido em uma faculdade de Uberaba em 1964 e o título de *Notório Saber* em jornalismo, congratulação recebida em 1992 da Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2006, obteve mais um título importante concedido por uma instituição de ensino internacional, o *Maria Moors Cabot* como se lê na edição de 23 de junho de 2006 do jornal *Folha de S. Paulo*:

**IMPRENSA**

## **José Hamilton Ribeiro ganha o prêmio Maria Moors Cabot**

**DIREÇÃO**

O repórter José Hamilton Ribeiro, 70, é o único brasileiro premiado pela edição 2006 do Maria Moors Cabot, o mais antigo e um dos mais importantes prêmios dados a jornalistas nos EUA. Ligado à Faculdade de Jornalismo da Universidade Columbia, em Nova York, é conferido a profissionais que cobrem assuntos ligados à América Latina e que "demonstram comprometimento com a liberdade de imprensa e entendimento entre as Américas".

Ribeiro repórter especial

do programa "Globo Rural", da TV Globo, é ganhador de sete prêmios Esso. Ajudou a criar ou trabalhou em diversos órgãos importantes, entre eles a extinta "Realidade" —cobrindo a Guerra do Vietnã para a revista, em 1968, ele acidentou-se ao pisar numa mina terrestre e perdeu parte da perna esquerda.

Os outros vencedores deste ano são o escritor Mario Vargas Llosa; Ginger Thompson, do "New York Times"; e Matt Moffett, correspondente para a América do Sul do jornal "The Wall Street Journal". Cada um deles vai receber US\$ 5.000.

Figura 12 - *Folha de S.Paulo* - Fonte: Acervo Folha

Em 1993, José Hamilton foi aprovado em um concurso para professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina, no entanto, não tomou posse do cargo (Gomes, p. 131, 2015), possivelmente em virtude das escolhas que teve que fazer na época. Talvez não fosse tão atrativo se tornar docente quanto prosseguir como jornalista em uma grande emissora e escrever um livro a respeito da história do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo que seria publicado em 1998, como veremos a seguir. A carreira de José Hamilton sempre esteve muito associada ao

dinamismo da modernização da imprensa e a carreira como docente se consolidava nos anos 90 cada vez mais como uma opção independente, não se restringindo mais a um complemento da carreira de um jornalista de prestígio.

José Hamilton Ribeiro ingressou na profissão de jornalista em período pujante de modernização e desenvolvimento das empresas de comunicação paulistas ocorridas no final dos anos 50. No período em que ingressou como repórter no jornal *Folha de S.Paulo*, o periódico estava se transformando de um jornal regional e agropecuário para um jornal de alcance nacional. Nesse momento a *Folha de S.Paulo* investia pesadamente em reportagens especiais. Duplas formadas por repórter e fotógrafo foram enviadas para percorrer todo o Brasil e ir além das fronteiras do território nacional, a fim desenvolverem grandes trabalhos de reportagem (Hamilton apud Moraes, 2009).

A modernização da imprensa de São Paulo, para José Hamilton Ribeiro, está associada a uma conjunção de fatores. A reforma gráfica e editorial dos jornais cariocas influenciou as mudanças nos jornais paulistas motivando muitos jornalistas como Woile Guimarães, colega de José Hamilton na *Folha de S.Paulo*, a estagiarem no *Jornal do Brasil* a fim de internalizarem as normas do jornalismo norte-americano que estavam sendo adotadas. Para o jornalista, a substituição do modelo francês, até então hegemônico no Brasil nos anos 40, pelo modelo norte-americano a partir dos anos 50, é atribuída à vitória dos Estados Unidos na Segunda Guerra e à transformação daquele país em referência para o mundo. A padronização do estilo textual e a obediência ao critério de objetividade se somaram à renovação na diagramação dos jornais. Como conta José Hamilton,

Foi a chegada do *lead*, do *copy*, do *side*, do *off* e da pirâmide invertida. A linguagem objetiva e direta do *Repórter Esso* e a fórmula dos 5W+H (*what, when, why, who, where e how*) e das agências noticiosas já tinham influenciado os jornais. Era uma influência difusa, que seria cristalizada como a reforma dos jornais, iniciada no Rio, Pompeu de Souza [*Diário Carioca*, anos 50] foi um dos primeiros a começar o processo de reformas (Ribeiro, 1998, p. 75).

No final dos anos 50 não apenas a *Folha de S.Paulo* e o jornal *O Estado de S.Paulo* se destacaram pelas transformações implantadas. De acordo com Ribeiro, o surgimento de dois jornais causou entusiasmo no

público leitor, o jornal *A Hora*, centrado em casos de polícia e escândalos e o jornal *Última Hora*, fundado em 1952 por Samuel Weiner, direcionado às questões políticas e trabalhistas, deram o tom das mudanças na relação entre público e jornal. O *Última Hora*, em especial, tornou-se em poucos meses campeão de vendas em bancas e exercia influência entre os formadores de opinião, como artistas, publicitários, intelectuais e universitários (Ribeiro, 1998, p. 75).

O perfil do profissional de imprensa na capital paulista também se transformou nesse período. Ao resgatar a história do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, fundado em abril de 1937, Ribeiro destacou que o estabelecimento de um piso salarial e principalmente a escola de jornalismo e a obrigatoriedade do *status* universitário ao jornalista foram conquistas do sindicato que, desde sua primeira publicação oficial em maio de 1937, já pedia a abertura de cursos de nível superior para a formação de jornalistas. A imagem do jornalista formado em universidade cuja profissão é regulamentada por lei se contrapõe à do jornalista dos anos 30 como descreve José Hamilton:

Jornalista era sinônimo de boêmio, meio irresponsável, meio beberrão. Podia ser analfabeto ou semi-analfabeto. Enfrentava a estrutura do patronato com a fragilidade psicológica decorrente de sua errática e inconsistente formação escolar, quando havia alguma (...) A categoria era constituída de estudantes, poetas no desvio, aspirantes a emprego público e gente de outras profissões que lutava na imprensa para compor um salarinho que driblasse a fome (Ribeiro, 1998, p. 13).

Foi nesse panorama de modernização da profissão que José Hamilton ingressou e progrediu nas principais empresas de comunicação do estado de São Paulo. No final dos anos 50, após a temporada na *Folha de S.Paulo*, José Hamilton vai para a Editora Abril, uma empresa que estava em plena ascensão e, no período, começava a investir em publicações jornalísticas, sem, no entanto, abandonar a produção de seus produtos tradicionais, as histórias em quadrinhos da *Disney* e as revistas especializadas como a *Cláudia*, direcionada ao público feminino, e *Quatro Rodas*, para o masculino (Ribeiro apud Moraes, 2009).

A Editora Abril foi um capítulo importante na trajetória de José Hamilton pois a partir dela seu trabalho ganharia prestígio e visibilidade. Foi contratado em 1962 para o cargo de redator-chefe da revista *Quatro*

*Rodas* após aceitar o convite de Mino Carta, velho conhecido da redação da *Folha de S.Paulo*, onde ingressou via teste de recrutamento de calouros. Em 1965, Paulo Patarra, ex-colega da Cásper Líbero, começou a gestar o projeto da revista *Realidade*, primeira experiência da Abril em publicação de informação geral<sup>22</sup>. Patarra reuniu na redação de *Realidade* os jornalistas conhecidos que se destacavam pelo bom texto e por afinidade ideológica, ou seja, profissionais irmanados pela ideia de que o jornalismo era uma poderosa ferramenta de transformação social. A difusão da ideia de que o que nascia ali na Editora Abril era algo grande advém do próprio momento em que a publicação foi lançada, um período de modernização da imprensa paulista que pode ser dimensionado pelo avanço da produção de grandes revistas. Publicações de periodicidade estendida inseriram mudanças cruciais na linguagem jornalística e a equipe de *Realidade*, da qual Ribeiro fez parte, muito contribuiu para que tais mudanças se realizassem. Começava em São Paulo, a partir da segunda metade da década de 60, uma grande revolução do polo produtor revisteiro a partir da Editora Abril. É o próprio José Hamilton quem situa a revista *Realidade* dentro desse cenário, “da redação de *Quatro Rodas* saíram as equipes que iriam fazer as duas publicações mais importantes da década de 1960 no Brasil. Que foram o *Jornal da Tarde* e a revista *Realidade*, e uma terceira que foi *Veja*. Todas as três publicações saíram da redação de *Realidade* (Ribeiro apud Siqueira, Briso, 2008, p. 9). Pode-se perceber no relato de Ribeiro a recorrente relação entre história pessoal e nacional ao situar-se no centro desses acontecimentos importantes.

---

<sup>22</sup> A revista *Realidade*, primeira experiência da Editora Abril em publicações de informação geral, existiu por dez anos consecutivos, de 1966 a 1976. Seu auge, porém, foi no período de abril de 1966 a dezembro 1968, em que se destacou pela ousadia na linguagem e na abordagem temática. Em sintonia com a efervescência cultural daquele momento, a revista abordou toda sorte de polêmicas que agitavam aqueles anos da década de 1960. Era essencialmente uma revista de reportagens, grande parte delas, redigidas em primeira pessoa, resultado de pesquisas de imersão que, por vezes, duravam meses a fio. Plenas de marcas autorais, as reportagens de *Realidade* remontam às impressões pessoais do repórter e ao intercurso vivido para produção da pesquisa. *Realidade* se beneficiou dos estertores do intervalo democrático para contestar a moral vigente e o Estado autoritário em gradativo recrudescimento do golpe militar. Isto é, nos primeiros três anos e auge da revista, o Ato Institucional n. 5 ainda não havia sido promulgado. Entretanto, já na segunda metade do ano de 1968 a equipe responsável pela linha editorial adotada já se encontrava fragmentada em função do contexto de pressão política e do investimento que a Editora Abril estava fazendo em seu próximo lançamento, a revista *Veja*, realizado em setembro de 1968. Após 1968, *Realidade* sofreu um gradativo processo de descaracterização em seu projeto inicial e seguiu perdendo a essência contestadora e o seu público alvo original constituído por intelectuais e estudantes. Teve reduzido o seu número de tiragens até finalmente parar de ser impressa em 1976.



Ao retratar os anos 60 em um livro sobre a história do Sindicato dos Jornalistas, José Hamilton não se esquece de registrar a importância da revista *Realidade*, assim como a sua própria passagem pela publicação. *Realidade* é abordada no contexto de modernização do setor produtor de revistas de informação geral no qual a Editora Abril tornou-se hegemônica ao iniciar a produção de publicações de periodicidade estendida e alcance nacional. A história de ascensão e declínio de *Realidade* é recontada e uma foto da equipe de redação inicial – na qual José Hamilton aparece em pé ao lado dos colegas – é colocada ao lado de outras fotos representativas do período, como a de uma manifestação contra a censura e fac-símiles, de uma edição do *Jornal da Tarde*, e da primeira edição da revista *Veja*.

Em 1966, José Hamilton chegou a ocupar o cargo de editor-chefe da revista *Realidade*, porém, seria o jornalista Paulo Patarra quem melhor desempenharia essa função durante o auge da publicação, entre 1966 e 1968. Em *Realidade* José Hamilton se destacou, sobretudo, como repórter. Tornou-se histórica a edição de maio de 1968 que trazia na capa a manchete para reportagem do correspondente de guerra enviado ao Vietnã, que narrava o acidente que sofrera ao pisar em uma mina terrestre e perder parte inferior da perna.



Figura 13 – revista *Realidade*

Naquele momento José Hamilton se transformou de repórter em assunto. O acontecimento dramático é considerado pelo biógrafo do jornalista como um dos mais famosos da trajetória da revista *Realidade*. Ganhou grande repercussão na mídia da época sendo noticiado em programas de rádio, jornal e TV, ao final sendo consolidado como um evento emblemático na história da imprensa nacional (Gomes, p. 98, 2015). Foi assunto do livro *Vietnã, o Gosto de Guerra*, escrito por Ribeiro assim que retornou ao Brasil, cuja primeira edição é de 1969. Outras edições seriam publicadas posteriormente. A última data de 2005, publicada pela Editora Objetiva integrando a Coleção Jornalismo de Guerra, como é divulgado na edição de 5 de maio de 2005 do jornal *Folha de S.Paulo*.

CRÍTICA

## Ribeiro dialoga com a atualidade

DA REDAÇÃO

A COBERTURA estava no fim. Mas o fotógrafo que acompanhava José Hamilton Ribeiro no Vietnã achava que não. O japonês Kêi Shimamoto ainda queria captar uma imagem de impacto para a capa da "Realidade". Ribeiro se impacientava. Um dia antes da última ação que a dupla acompanharia em solo vietnamita, escreveu para os colegas: "Acho que ele espera que uma bomba me mande para o Céu, para só então achar uma boa foto".

Desgraçadamente, foi quase dito e feito. No dia seguinte, Ribeiro pisou numa mina que arrancou parte de sua perna esquerda.

"O Gosto da Guerra" é, essencialmente, a história dessa mutilação e de como ela serviu de lente para que Ribeiro interpretasse a guerra. Escrito poucos meses depois de sua chegada ao Brasil — e logo após publicar a reportagem da "Realidade", com a foto dele mesmo ferido na capa —, o livro utiliza recursos literários, como idas e vindas no tempo, para remontar a estada no Vietnã e refletir sobre a profissão e a guerra.

Mesmo com o foco no drama pessoal, o relato é sempre jornalístico. Um aspecto interessante é

um olhar irônico e voltado ao inusitado aqui e ali. Uma passagem investiga a vida sexual dos soldados americanos — oficialmente limitada a férias de uma semana num país "amigo" e próximo, pagas pelo governo. Ribeiro comenta, sarcástico, essa oficialização do turismo sexual pelos EUA: "Dessa grande prova de amizade, a geografia nos poupou".

Outro exemplo é quando observa os companheiros de infortúnio no hospital militar e tenta fazer a lista dos dez mais desgraçados à sua volta, incluindo ele mesmo.

É uma pena que Ribeiro tenha optado por sacar do texto a parte em que defendia a retirada das tropas dos EUA do país. Por mais datada que fosse, certamente agregaria valor histórico ao relato.

Há ainda um interessante adendo inédito no livro, que narra uma volta ao país em 1995.

Pelos paralelos com a Guerra do Iraque e pelo debate sobre o jornalismo que suscita, "O Gosto da Guerra" é essencial. (5)

### O Gosto da Guerra

\*\*\*\*

Autor: José Hamilton Ribeiro  
Editora: Objetiva

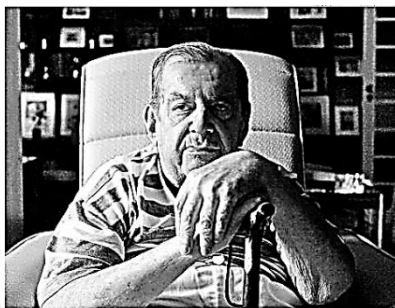
Quanto: R\$ 19,90 (129 págs.)



Soldados norte-americanos carregam colega ferido no Vietnã



José Hamilton Ribeiro, 67, em frente a fotografia que mostra sua recuperação em hospital no Vietnã



O jornalista Joel Silveira, 86, que reedita "O Inverno da Guerra", sobre a Segunda Guerra, no Rio

HISTÓRIA Série resgata relatos clássicos de Joel Silveira, sobre a Segunda Guerra, e de José Hamilton Ribeiro, sobre o Vietnã

## Livros revivem bom jornalismo de guerra

Figura 14 - Folha de S.Paulo - Fonte: Acervo Folha

Interessa destacar aqui as confluências entre tragédia e sucesso, dois elementos que se confundem nesse caso, pois o mesmo acidente responsável pela amputação de uma das pernas do jornalista também o

projetou para os anais da história do jornalismo ainda que naquele momento o repórter não soubesse prever os desdobramentos de sua façanha ou infortúnio. Igualmente pode-se depreender da reportagem trágica de José Hamilton a natureza múltipla do registro que por si só funda a história de um tempo em que a Guerra Fria agia como catalizador dos acontecimentos ao redor do mundo, a história da imprensa nacional que envia um de seus jornalistas para registrar um acontecimento de importância mundial e também a história do próprio repórter que vive naquele cenário o seu drama pessoal. Cumpre destacar ainda que José Hamilton, ainda convalescente, então nos Estados Unidos – onde fez os primeiros tratamentos e se preparou para implantação de uma prótese – cobriu, pela revista *Realidade*, o escândalo que envolveu o assassinato do pré-candidato à presidência Robert Kennedy configurando novo encontro entre história individual e história coletiva.

O recrudescimento da ditadura militar a partir de 1968 com a imposição da censura aos meios de comunicação repercutiu de forma peculiar na trajetória profissional de José Hamilton Ribeiro. O jornalista conseguiu durante um tempo se equilibrar entre o trabalho na grande imprensa na revista *Veja* e a colaboração para jornais alternativos *Bondinho* e *Ex*. Nesse período publicou versão do livro *O gosto de guerra* no formato *Jornal livro*, uma produção da imprensa alternativa que se propunha a facilitar o acesso às obras literárias pela publicação dessas obras em papel jornal. A publicação foi anunciada na edição de 16 de dezembro de 1972 do *Jornal do Brasil*.

**Jornalivro  
edita obra  
de repórter**

São Paulo (Sucursal) —  
O livro **O Gosto da Guerra**,  
do repórter **José Hamilton  
Ribeiro**, será lançado em  
forma de jornal, terça-feira,  
no Rio e em São Paulo. A  
edição do Jornalivro terá 32  
páginas e custará Cr\$ 2,00.

O Jornalivro tem na capa  
um soldado norte-  
americano fazendo o sinal  
de paz, o trecho principal  
do livro de José Hamilton  
— "Senti na boca um gosto  
ruim, como se tivesse engo-  
lido um punhado de terra,  
pólvora e sangue..." — e a  
parte em que ele descreve  
o momento da explosão da  
mina que causou a perda do  
terço inferior de sua perna  
esquerda.

**AS PREVISÕES**

Figura 15 - *Jornal do Brasil* - Fonte: Biblioteca Nacional Digital

A despeito do sucesso alcançado com *O gosto de guerra* publicado pelo *Jornalivro*, não estava fácil a conciliação entre a grande e a pequena imprensa em meio ao clima de censura. Assim sendo, em 1970, o jornalista vai para o interior do estado de São Paulo. Em 1975, foi diretor de *O Diário*, de Ribeirão Preto, do jornal *Dia e Noite*, de São José do Rio Preto, e diretor do *Jornal Hoje*, de Campinas. A intenção era levar modernidade para o jornalismo praticado nesses municípios, porém, é preciso salientar que o próprio mercado jornalístico passava por transformações que atingiam inclusive grandes nomes como José Hamilton.

Somente retornou à capital em 1978 para ocupar o cargo de editor-chefe de jornalismo na extinta TV Tupi e diretor-geral do programa *Pinga Fogo*. O repórter habituado com a imprensa escrita enfrentou um novo desafio aos 46 anos quando começou a atuar na frente das câmeras de TV

em 1981, ao entrar para o quadro de profissionais da TV Globo. Fez parte da primeira equipe do *Globo Repórter* e participou na histórica reportagem sobre Serra Pelada, um dos primeiros registros em vídeo da região. No mesmo ano de 1981, entra para o *Globo Rural*, programa no qual antigos colegas de *Realidade*, Paulo Patarra, Carlos Azevedo e Woile Guimarães trabalhavam, sendo que o primeiro ocupava o cargo de chefe-de-redação (Gomes, 2015). É comum a inter-relação e a troca de favores entre colegas de profissão uma vez que na maioria dos casos o ingresso em um jornal ou revista se dá por indicação de um amigo conhecido nas redações já frequentadas. Por isso, a rede de contatos pessoais é um capital expressivamente importante ao jornalista e uma forma de garanti-lo é também a militância em entidades de classe.

José Hamilton Ribeiro manteve um contato estreito e contínuo com o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. De acordo com o seu biógrafo, ele “teve um papel influente na história do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo”. Nos anos 60 foi parte da diretoria e exerceu vários cargos de chefia. Em 1975, fez parte da chapa vitoriosa da qual Audálio Dantas foi eleito presidente como mostra a edição de 12 de abril do jornal *Folha de S.Paulo*.

## ***Jornalistas: oposição vence eleição sindical***

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo tem nova diretoria. Em eleições que acabam de ser realizadas, foi eleita a Chapa Verde, de oposição, encabeçada pelo jornalista Audálio Dantas.

A eleição foi decidida em segundo escrutínio, já que no primeiro a vitória da Chapa Verde não foi por maioria absoluta, segundo determina a lei. Das três chapas que concorreram ao primeiro escrutínio — Verde, Azul e Amarela — esta última retirou-se no segundo pleito. O resultado do segundo turno, encerrado na última quinta-feira, às 22 horas (após três dias de votação), foi o seguinte: Chapa Verde — Capital 896 votos, Interior 100 votos; ChapaAzul — Capital 720, Interior 179.

Nos dois turnos da eleição foi registrada muita movimentação dos grupos concorrentes, destacando-se a ação desenvolvida pela chapa de oposição, que acabou derrotando a chapa situacionista. A posse da nova diretoria foi marcada para o próximo dia 15 de maio.

A Comissão Executiva da nova diretoria é integrada

pelos seguintes jornalistas: presidente — Audálio Dantas (Revista "Realidade"); vice-presidente — José Aparecido ("FOLHA DE S.PAULO"); 1.º-secretário — Gastão Tomaz de Almeida (assessorias); 2.º-secretário — Antônio Carlos de Júlio (Campinas); 1.º-tesoureiro — Wilson Gomes (Páris Associados); 2.º-tesoureiro — Fernando Pacheco Jordão (TV Globo); diretor social — Hamilton de Souza ("O Estado de S.Paulo").

A Comissão de Sindicância ficará integrada pelos jornalistas Antônio Carlos Nunes ("Notícias Populares"); Everardo Melo (assessorias) e Cid Leite (Diários Associados).

O Conselho Fiscal terá os jornalistas Hélio Damante ("O Estado de S.Paulo"); Elias Raid ("FOLHA DE S.PAULO") e José Hamilton Ribeiro (Ribeirão Preto).

Como representantes à Federação Nacional dos Jornalistas foram eleitos os jornalistas Vasco Oscar Nunes ("A Gazeta") e Roland Marinho Sierra ("FOLHA DE S.PAULO").

Figura 16 - Folha de São Paulo - Fonte: Acervo Folha

Em 1984, candidatou-se como vice de Almyr Garjardoni, mas ambos perderam a eleição. Em 1990, na ausência de chapas para o pleito, fez-se uma junta governativa provisória que foi presidida por Carlos Fon e José Hamilton Ribeiro e que perdurou até 1993. Também atuou como porta-voz da associação ao escrever o livro que celebrou os 60 anos do sindicato dos jornalistas paulistas. *Jornalistas: 1937 a 1997 – história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones* – publicado com o patrocínio da Imprensa Oficial do Estado em 1998 – é um livro originário do Projeto Memória que surgiu no sindicato dos jornalistas em 1994 cujo objetivo era resgatar e preservar

a memória “ainda viva na cabeça dos nossos jornalistas mais antigos, alguns contemporâneos da fundação, para o registro de como as coisas foram concebidas e caminharam segundo o olhar de quem as viu ou as fez diretamente” e também constituir um “serviço regular de Documentação e Arquivo que passasse a qualificar e guardar, metodicamente, nossos papéis e registros” (Ribeiro, 1998, p. 16). José Hamilton se dispôs a participar da organização dos depoimentos de “quase 50 jornalistas”. A disposição do livro segue uma ordem cronológica que parte dos anos 30 até prenúncios dos anos 2000. Na ocasião do lançamento do livro, o episódio relativo ao acidente na guerra do Vietnã não foi esquecido como mostra o excerto abaixo retirado da edição do dia 7 de setembro de 1998 do *Jornal do Brasil*.

**Jornalistas também fazem a História**

O apresentador do *Globo rural*, José Hamilton Ribeiro, está lançando o livro *Jornalistas – 1937 a 1997*, que fala sobre os 60 anos de existência do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e da História da Imprensa brasileira de um modo geral. Uma das passagens mais emocionantes é aquela em que ele recorda o momento em que perdeu a perna, na explosão de uma mina, durante a cobertura da Guerra do Vietnã. Na época, Hamilton trabalhava para a revista *Realidade*. Na terça-feira, ele será entrevistado por Amaury Júnior, no programa *Flash*.

**E**

Figura 17 - *Jornal do Brasil* - Fonte: Biblioteca Nacional Digital

A notoriedade de José Hamilton como ex-correspondente de guerra, uma das posições mais prestigiadas da profissão, fez do repórter paulista a escolha mais acertada para ser porta-voz da entidade em um momento de ajuste entre a memória individual e a coletiva, enfim, um contexto de conflito para o enquadramento da história da profissão (Pollak, 1989), nos anos 90, auge do embate geracional entre veteranos e “focas” por posições na hierarquia das redações. Porém o próprio José Hamilton como representante da classe se posicionava a favor do diploma de jornalista pois o sindicato era contrário ao denominado *Projeto Folha* que além de consolidar a adoção o modelo norte-americano defendia a não obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. Em entrevista, Ribeiro esclarece seu posicionamento,

O Brasil é um país semi-alfabetizado e



historicamente retardatário – as coisas acontecem aqui muito tempo depois de serem novidade na Europa, nos Estados Unidos e até em nossos vizinhos. O Peru teve universidade anos-luz à frente de nós. Enquanto for assim, é bom para o país que jornalista tenha curso superior, para que seja mais confiante e crítico do que faz. A universidade, ruim que seja, amplia o horizonte de um jovem que vai ser jornalista. É melhor jornalista com diploma do que a situação anterior em que as empresas recrutavam analfabetos para a redação e lhes pagavam com um prato de comida. No livro “Jornalistas 37/97” sobre o Sindicato dos Jornalistas de S. Paulo, há uma afirmação de que, entre os associados, havia 19 analfabetos. De um deles o livro traz até uma entrevista (entrevista à autora)<sup>23</sup>.

No livro, também mereceram atenção especial de José Hamilton: a greve dos jornalistas para estabelecimento do piso salarial ocorrida em 1961, um marco para os jornalistas paulistas como momento de coesão da classe trabalhista; a militância política nos anos 60 e 70, que ocupa todo o capítulo referente aos anos 70, no qual são abordados assuntos como a censura, a tortura e o assassinato do jornalista Vladimir Herzog em uma cela do Doi-Codi<sup>24</sup> paulista no dia 25 de outubro de 1975; e a atuação do sindicato para o esclarecimento da morte de Herzog anunciada a princípio pela assessoria militar como um suicídio de forma simplista: “Jornalista enforca-se na prisão” (Ribeiro, 1998). De acordo com o relato de José Hamilton a partir desse momento o sindicado dos jornalistas de São Paulo deu “o primeiro grito efetivo de basta à tortura no Brasil” tornando-se um centro da luta contra o regime por parte dos jornalistas organizados.

A partir da morte de Vlado o Sindicato dos Jornalistas tornou-se o endereço da resistência à ditadura. Os jornais cobravam os boletins diários – e publicavam! Entidades profissionais, famílias de presos políticos, pessoas comuns em busca de informação ou orientação procuravam o Sindicato.

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida por José Hamilton Ribeiro [jan 2014]. Entrevistadora Vaniucha de Moraes. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta tese.

<sup>24</sup> Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna.

Presos políticos – e até mesmo comuns – mandavam correspondências, pedindo que o Sindicato veiculasse as denúncias de tortura, de maus tratos e de atos ilegais (Ribeiro, 1998, p. 138).

A atuação corporativa de José Hamilton foi além do sindicato, pois também integrou o comando da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e a Associação Brasileira de Jornalismo Científico da qual foi presidente nos últimos dois anos da década de 90. Com isso, pode-se inferir a dimensão do capital social conquistado e mantido por José Hamilton no meio jornalístico via rede de relações (Bourdieu, 1998). É o seu biógrafo, Arnon Gomes, quem constata:

Por toda essa história, Zé Hamilton cultivou admiração e amizades entre profissionais do jornalismo brasileiro. Assim foi na Associação Brasileira de Jornalismo Científico, ou na Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. E também nos bancos universitários, onde de aluno excluído, tornou-se professor respeitado e premiado. No sindicato dos jornalistas, é tido como um dos militantes mais importantes de sua história. Eduardo Ribeiro o coloca – além dos fundadores e pioneiros – ao lado de nomes como o próprio Antônio Carlos Fon, e ainda Gabriel Romeiro, Freitas Nobre, Fred Ghedini, Lu Fernandes, Robson Moreira, David de Moraes, entre outros. Esse mesmo sentimento ficou entre jornalistas que trabalharam com ele em jornais no interior de São Paulo também nos anos 1970. Na mesma década em que começou a lecionar e atuar em entidades de classe, Zé Hamilton teve papel importante na modernização da imprensa regional no Estado (Gomes, 2015. 138).

José Hamilton Ribeiro possui uma carreira para além das redações de jornais e revistas. É escritor e também já atuou como docente em faculdades de jornalismo, onde ministrou disciplinas voltadas à prática. Após o episódio da expulsão da Cásper Líbero, José Hamilton retornou à instituição no final dos anos 60, dessa vez como professor, onde deu aulas de técnicas de redação por dois anos. Também foi docente na Faap (Fundação Álvares Penteado) nos anos 70 onde comandou o jornal laboratório do curso, e em 1975 foi professor de jornalismo da Faculdade

Objetivo onde também atuaram como professores jornalistas que haviam participado da equipe inicial de revista Realidade, Sérgio de Souza e Woile Guimarães. O jornalista possui considerável reconhecimento junto aos professores da área de comunicação pois além da experiência de sala de aula, foi membro da Comissão de Avaliação do curso de jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. O fato causou certo desconforto porque dos avaliadores não pertenciam ao meio acadêmico como se pode perceber pela reportagem a seguir na edição do dia 23 de março de 1993 da *Folha de S.Paulo*.

## USP faz sua 1ª avaliação rigorosa

*Departamento de Bioquímica é considerado o melhor; Poli e arquitetura recebem críticas mais duras*

**FERNANDO ROSSETTI**  
Da Reportagem Local

A USP (Universidade de São Paulo) começa a discutir esta semana o resultado da avaliação piloto de nove de seus 204 departamentos —5% do corpo docente. É a primeira vez que uma universidade brasileira faz uma avaliação desse tipo. Cada departamento foi visitado por três ou quatro dias no semestre passado por comissões de três pesquisadores ou profissionais externos à unidade—incluindo seis estrangeiros. Foram escritos nove relatórios de 13 páginas cada um, que conceituam desde ensino e pesquisa até a qualidade dos docentes e de sua produção (veja quadro).

Entre os departamentos avalia-

dos, os melhores colocados foram os de Bioquímica (do Instituto de Química) e o de Física e Ciências dos Materiais (do Instituto de Física e Química de São Carlos). Entre os mais criticados estão os departamentos de Estruturas e Fundações (Faculdade Politécnica) e de Projetos (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Os relatórios mais críticos são, no entanto, os mais consistentes e longos.

É o caso do texto sobre o Departamento de Metodologia do Ensino, com 18 páginas, que teve a participação do educador inglês John Kelly, da Universidade de Southampton. As sugestões de mudanças incluem até aproximar espacialmente as salas dos professores das salas dos alunos (leia textos abaixo).

"Algumas comissões foram mais duras", comenta o reitor da USP, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, 54. "A situação das diferentes áreas de ensino e pesquisa no Brasil é muito diferenciada, e os relatórios têm que levar isso em conta", acrescenta. Uma décima comissão—cujo departamento o reitor não revela—produziu um relatório que foi descartado, por não ter levantado nenhuma crítica.

O problema mais frequente, destacado em sete dos nove relatórios, foi a chamada endogenia: os concursos para professores são pouco abertos para pessoas de fora do departamento. Nas Letras Clássicas e Vernáculas, 97% dos professores fizeram mestrado e doutorado na própria USP.

Os relatórios foram feitos a partir de um questionário-padrão de 34 perguntas elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação da USP, formada por membros da Cert (Comissão Especial de Regime de Trabalho) do Conselho Universitário. Os avaliadores receberam o questionário, dados estatísticos e documentos de auto-avaliação produzidos pelos alunos e professores do departamento em questão.

Uma das principais críticas dos avaliadores sobre a própria avaliação foi a falta de padronização dos dados estatísticos e relatórios apresentados, o que dificultou responder o questionário. O conjunto dos relatórios finais reflete

esse problema: há dados, como o número de livros que foram publicados, que constam em uns e não em outros.

Para o coordenador do processo, Rogério Meneghini, "o mais importante são as recomendações sobre o que se considera inerciação de rumo". Os conselhos foram dados pelos 20 membros da Cert, a partir dos relatórios e notas das próprias comissões.

Esta semana começou a segunda etapa do processo de avaliação: nos departamentos de Genética e Fisiologia. A previsão é que neste semestre mais 50 departamentos serão avaliados, completando 50% dos docentes.

Figura 18 - *Folha de S.Paulo* - Fonte: Acervo Folha






	 <b>BIOQUÍMICA</b> Instituto de Química	 <b>DENTÍSTICA</b> Fac. de Odontologia de Bauru	 <b>ESTRUTURAS E FUNDAÇÕES</b> Escola Politécnica	 <b>FÍSICA E CIÊNCIAS DOS MATERIAIS</b> Inst. de Física e Química de S. Carlos	 <b>JORNALISMO E EDITORAÇÃO</b> Escola de Comunicações e Artes
Intercâmbio científico nacional e internacional	excelente	sofrível	sofrível	excelente	bom
Qualidade e quantidade da produção científica	excelente	excelente	ruim	muito bom	muito bom
Regularidade da produção científica	aumentou	estabilizou-se/ diminuiu	diminuiu	estabilizou-se	estabilizou-se
Distribuição de autoria de publicações	certos grupos destacam-se, com média de publicações bastante superior a outros	todos os grupos são homogêneos atuantes	certos grupos destacam-se/há grupos com baixíssima produtividade no período	certos grupos destacam-se/há grupos com baixíssima produtividade no período	certos grupos destacam-se, média de publicações bastante superior a outros
Carga didática	média	-	-	-	alta
Disseminação de conhecimentos para a comunidade	média	muito destacada	média/bom	muito destacada	muito destacada
Tempo médio de pós-graduação	adequado	adequado	longo demais	longo demais	longo demais
N.º de publicações a partir de teses	bom	sofrível	sofrível	"baixo"	-
Pesquisa	ótimo	bom	regular	muito bom	bom
Ensino	ótimo	muito bom	muito bom	muito bom	bom
Serviços	opera marginalmente neste setor, mas com competência	excelente	por sua natureza, não é prestador de serviços	por sua natureza, não é prestador de serviços	opera marginalmente neste setor, mas com competência
Avaliadores	Leopoldo Meis (UFPR); Carl Peter von Dierich (EPN); Manuel Krasniak (Universidade Austral de Valdivia, Chile);	José dos Santos Junior (Universidade do Texas, EUA); José Francisco Ferreira Santos (USP); David Balciano (UERJ);	Dirceu Wilton (UFPR); Jurka Miletsky (UFMG); Zdenek Eisenstem (Universidade de Alberta, Canadá);	John Wierlock (Universidade de Munique, Alemanha); Ramayana Gazzinelli (UFMG); Paulo Roberto Krahe (Fimp);	Alberto Dives (Ed. Abril); Wander Soares (Ed. Saravia); José Hamilton Rabery (Globo Rural);

Figura 19 - Folha de S.Paulo - Fonte: Acervo Folha

## O FORTE E O FRACO DE CADA UM

**Estruturas e Fundações** - Com os conceitos mais baixos, o departamento tem como pontos fortes a "liderança na elaboração de normalização técnica"; um "laboratório de mecânica computacional constituído por pesquisadores muito ativos" e "pesquisa em materiais não-convencionais". Mas, "o futuro do grupo de Fundações está seriamente ameaçado devido à composição desbalanceada nas categorias funcionais e regimes de trabalho"; contrata poucos professores de fora e tem produção "muito baixa".

★

**Física e Ciências dos Materiais** - Uma das melhores avaliações. O corpo docente é "composto por um número expressivo de jovens doutores"; o departamento arrecada US\$ 8 milhões para custeio e capital; intenso intercâmbio científico; bons pesquisadores dão aulas na graduação. Mas, o relatório coloca o perigo da estabilidade precoce na carreira docente, o que poderia explicar a má distribuição de trabalhos científicos — uns produzem muito e outros quase nada. Bom relacionamento docente-aluno.

**Jornalismo e Editoração** - O relatório alinha como pontos fortes: "Pertencer a uma instituição de alto padrão acadêmico"; "excepcional suporte técnico administrativo (em nível nacional)"; e "excepcional qualidade do corpo discente (alunos)". Entre os pontos fracos estão: "excessiva ênfase nos aspectos teóricos e ideológicos da comunicação"; "pequeno entrosamento com o mercado e mundo moderno"; "união inadequada e desequilibrada de duas áreas" e dificuldades burocráticas que atrapalham o acesso dos estudantes a outros departamentos. Entre as sugestões está "a ideia do mestrado profissionalizante, estendido ao curso de jornalismo, superando-se assim interminável impasse sobre reserva de mercado". Segundo o chefe do departamento, Jair Borin, 49, para instituir o mestrado profissionalizante é necessário exigir que a pessoa complete antes um outro curso de graduação. Ele defende que a pós-graduação seja mais voltada para a pesquisa. Os avaliadores do departamento eram todos profissionais, nenhum acadêmico, o que foi considerada uma falha pelos organizadores.

**Letras Clássicas e Vernáculas** - Um departamento com muitas falhas. Pontos fortes: mais de 90% dos docentes trabalham em dedicação exclusiva, o que melhora o atendimento ao aluno, e o serviço pela formação de docentes de outras universidades na pós-graduação. Pontos fracos: número elevado de alunos por turma (até 200); poucos professores titulares; participação desigual de professores em pesquisa e "os docentes não publicam com regularidade em revistas especializadas". Sugestão: subdividir o departamento em três.

★

**Metodologia do Ensino e Educação Comparada** - A comissão de avaliação destaca um problema central: "É importante que um Departamento de Metodologia de Ensino seja ele mesmo um exemplo de ensino de qualidade; os padrões de ensino devem ser os mais altos. Parece que o departamento não vem atingindo esses altos padrões". A boa nota dada ao intercâmbio científico é atenuada no texto, que critica a falta de publicações em periódicos internacionais. Identifica ainda problemas espaciais na unidade.

Figura 20 - *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

No último parágrafo da seção que comenta a avaliação do curso de Jornalismo e Editoração é destacado que os organizadores da avaliação consideraram uma falha os avaliadores serem todos profissionais, fato que demonstra o processo de cisão entre os âmbitos jornalístico e universitário em curso a partir daquela década. Talvez por causa dessa tensão, José Hamilton tenha cada vez mais se dedicado à carreira de escritor paralela ao jornalismo ao invés de investir na carreira docente. Como escritor, o primeiro livro escrito por José Hamilton foi o pouco citado *Deixei-me ser eu* (1968). Depois veio *O gosto de guerra* sobre sua experiência como correspondente no Vietnã, cuja primeira edição data de 1969. A intensidade dessa experiência e a voltagem literária e jornalística não seria repetida nos livros seguintes. José Hamilton ingressa então na produção de livros infanto-juvenis como demonstra matéria publicada na edição da *Folha de S.Paulo* de 24 de setembro de 1974.

## Lançamentos

**ECOLOGIA** — Inserido na coleção "Jovens do Mundo Todo", para a juventude, organizada pela praça, Yolanda Carquinho Prado, este segundo livro de **José Hamilton Ribeiro** aparentemente nada tem a ver com o relato que estrulou em 1968 sobre sua experiência como correspondente na linha de batalha do Vietnã, "O Gosto da Guerra". De fato, aqui, o cenário, o objetivo, os personagens são outros. Eu diria que se trata de um dos mais comovedores e calorosos apelos já feitos entre nós a favor da preservação ecológica. Dirigido diretamente à juventude, formulado em forma de novela, de relato de aventuras, *Pantanal, Amor-Baguá* se endereça com precisão ao público que melhor pode receber mensagens deste tipo: os adultos de amanhã, ameaçados de herdar um mundo ainda mais árido, despovoado e hostil do que o nosso. De início, um esclarecimento semântico: "Baguá" é o nome dado ao boi que subitamente recusa o conforto do coche, da cerca, do curral e do chicote, elementos que contribuem para sua rápida engorda e a conseqüente remessa ao matadouro, e que se embrenha no mato, para viver livre e perigosamente, defendendo a cada dia a própria existência. O herói da história de **Zé Hamilton**, o menino Taito, é que formula a questão: "Se boi pode ser baguá, por que gente não pode?" A partir daí se

Figura 21 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

*Pantanal, Amor Baguá* foi um dos livros de maior sucesso de José Hamilton embora o fato não seja muito ressaltado em função do público-alvo. Foi várias vezes reeditado e ganhou muitos prêmios. No excerto abaixo, da edição de 24 de novembro de 1976 da *Folha de S.Paulo*, José Hamilton aparece divulgando a terceira edição do livro.



• **José Hamilton Ribeiro** lançou a terceira edição do livro "Pantanal, Amor Baguá" (10 mil exemplares).

• Trata-se de uma "novela ecológica", com personagens todos jovens. É a história singela de um "primeiro amor" (entre um adolescente de S. Paulo e a mezinha de uma fazenda pantaneira), no cenário do Pantanal Mato-grossense, com muitas aventuras de rio e mato, muitas descrições de habitats de animais selvagens, de hábitos e coisas da gente pantaneira. Enfim, é uma "reportagem ecológica" bem pesquisada, usando o recurso da história de amor para "amaciar" a leitura.

• Para surpresa e satisfação do autor, o livro tem sido adotado na cadeira de "Estudos Sociais" (a nossa antiga Geografia e História) em dezenas de escolas do Estado, entre a 8.a série e o 2.o colegial. Zé **Hamilton** discutiu com alunos do Colégio Roosevelt, que tiveram o livro como trabalho de estudo de "Geografia Regional", os aspectos e as implicações da obra como "defesa da natureza".

Figura 22 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

As demais produções de José Hamilton consistem, sobretudo, em livros reportagem como *O cavalo árabe no Brasil* em parceria com Antônio Carlos Rodrigues (1979); *Gota de Sol – a viagem da laranja, desde sua descoberta nos jardins da China aos navios sucoleiros de hoje* (1985); *Os tropeiros – diário da marcha* (2006); e *Manual da música caipira – As 270 maiores modas de todos os tempos* (2006). O jornalista também escreveu a biografia de um político proeminente, o ex-governador de São Paulo, André Franco Montouro, intitulada *Os três segredos que fizeram o político mais votado do Brasil* (1987). Contudo, certamente pode-se dizer que José Hamilton se destacou de fato como escritor de livros infanto-juvenis tais como *Kadiuéu – A vingança do índio cavaleiro* (1979), *Senhor Jequitibá – O dia em que Seu Rosa falou*

(1987) e *Pantanal, amor bágua* (1974), considerado o Melhor Livro Juvenil pela Associação Paulista dos Críticos de Arte (1978), digno de ser traduzido para outros idiomas e constar em uma feira internacional de literatura infanto-juvenil como se pode ler na edição de 27 de janeiro de 1979 do *Jornal do Brasil*.



Figura 23 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Em 2014 José Hamilton Ribeiro – ao lado de Míriam Leitão – foi considerado o jornalista mais premiado do Brasil segundo o ranking elaborado pelo Portal dos Jornalistas, site patrocinado por Jornalistas Editora, empresa fundada em 1990 que desenvolve produtos e atividades direcionadas ao jornalismo como a *newsletter* semanal *Jornalistas&Cia* e o Portal dos Jornalistas onde vários jornalistas brasileiros são perfilados, com destaque para as biografias dos jornalistas que compõem a elite profissional. Com sede em São Paulo, a empresa possui vínculo com o jornalismo corporativo, nesse caso, a imprensa automotiva, e sua ligação



com outras empresas e instituições que propiciaram a realização de projetos que envolvem a premiação de jornalistas como o *Ranking dos Mais Premiados Jornalistas Brasileiros*, *Os Cem Mais Admirados Jornalistas do Brasil*, segundo os profissionais que atuam no segmento de Comunicação Corporativa em 2014; e também projetos que envolvem o registro da memória do jornalismo como *Protagonistas da Imprensa Brasileira*, o *Jornalistas&Cia Memória da Cultura Popular* realizada entre os anos 2012 e 2014, em parceria com o Instituto Memória Brasil (*site Portal dos Jornalistas*).

Importa destacar que até o presente momento, enquanto essa tese é redigida, José Hamilton Ribeiro consta como o jornalista mais premiado do país de acordo com essa instância de legitimação. O posto ensejou inclusive o título de sua biografia, *O jornalista mais premiado do Brasil – a vida e as histórias do José Hamilton Ribeiro*, lançada em 2015. A biografia de José Hamilton teve origem no trabalho de conclusão do curso de jornalismo de Arnon Gomes apresentado à Universidade de Santa Cecília, município de Santos, em 2004.

Quando seu biógrafo, Arnon Gomes o procurou para entrevistá-lo não era a primeira vez que José Hamilton havia sido requisitado para dar entrevistas a respeito de sua trajetória profissional. Sua participação na equipe precursora da revista Realidade motivou várias entrevistas realizadas por pesquisadores vinculados à universidade. Muitos trabalhos científicos foram produzidos tendo José Hamilton como fonte, tais como a tese *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* (1991), de Bernardo Kucinski; e as dissertações *Entre o sonho e a realidade: pioneirismo, ascensão e decadência da revista Realidade* (1966-1976), de Adalberto Leister Filho, defendida em 2003<sup>25</sup> e *Realidade (Re) vista: o papel do intelectual na concepção de um projeto revolucionário*, de Vaniucha de Moraes, defendida em 2010. Em outras produções científicas José Hamilton é mencionado, sendo que na maior parte das vezes associado à revista Realidade, como nas da tese *Realidade 1966-1968: tempo de reportagem na imprensa brasileira* (1999) de José Salvador Faro e *O livro-reportagem como uma extensão do jornalismo impresso: realidade e potencialidade* defendida por Edvaldo Pereira Lima em 1993; e da dissertação *A dança efêmera dos leitores missivistas da revista Realidade* (1966-1968) de Letícia Nunes

---

<sup>25</sup> Adalberto Leister Filho também produziu o trabalho de iniciação científica *Realidade em revista: a revista Realidade, a memória dos jornalistas de uma publicação revolucionária* (1965-1968) em 1997.

Góes Moraes, defendida em 2001.

Sobrevêm do conjunto de trabalhos sobre a revista *Realidade* e seus jornalistas um ponto em comum. A parcela mais significativa da soma desses trabalhos teve origem na Universidade de São Paulo. Outro ponto em comum entre os trabalhos citados são as datas, eles foram produzidos entre os 90 e os primeiros anos da década de 2000. Nesse período auge do conflito entre duas identidades contrapostas no mercado jornalístico, os antigos e os novos jornalistas, há uma profusão de trabalhos acadêmicos sobre a revista e seus jornalistas. Assim, após a primeira década de 2000 vários desses jornalistas prestigiados pelos trabalhos acadêmicos mas em ostracismo no próprio mercado profissional, começam publicar suas memórias profissionais. José Hamilton é coautor junto com José Carlos Marão, ambos ex-*Realidade*, do livro *Realidade Re-vista – a história e as melhores matérias que marcou o jornalismo e influenciou as mudanças no país* publicado em 2010 além ser citado pelo amigo Mylton Severiano no livro *Realidade – a revista que virou lenda* de 2013. Pode-se constatar que enquanto *Realidade* conquistava cada vez mais prestígio como objeto de pesquisa no âmbito acadêmico a partir dos anos 80 e 90, os jornalistas que fizeram história fazendo *Realidade*, também redigiam seus livros de memórias publicados em geral a partir dos anos 2000. Há desse modo uma convergência entre os interesses de pesquisa dos acadêmicos e a vontade de testemunhar dos sujeitos históricos.

A importância da publicação da *Abril* na trajetória profissional de Ribeiro pode ser dimensionada pelo espaço dado a ela na biografia escrita por Arnon Gomes. Ao longo da obra são dedicados ao menos três capítulos à revista *Realidade* onde o entrelaçamento da história individual e coletiva se encontra de forma difusa e frequente. Logo no início, o seu autor enfatiza que “contar a história de José Hamilton é, de certa forma, descrever a trajetória da imprensa brasileira a partir da segunda metade do século 20”. O biógrafo descreve o seu caminho de pesquisa e os contatos que fez com as pessoas próximas ao jornalista. Conclui ao final que a trajetória da carreira de Ribeiro é paralela a dois marcos na história da imprensa brasileira: a concepção da revista *Realidade* considerada a melhor revista de reportagens já criada no Brasil, bem como, o processo de evolução do jornal “mais influente do país”, a *Folha de S.Paulo* (Gomes, 2015). Deduz-se da leitura da referida obra que esta reproduz o modelo que se tornou tradicional quando se trata de biografias de jornalistas. Há nelas a exposição do entrelaçamento entre história individual e história coletiva, bem como, a reprodução de reportagens do

biografado publicadas primeiramente em jornais e revistas, modelo textual encontrado no próprio livro sobre a revista *Realidade* escrito por Ribeiro e Marão.

José Hamilton, particularmente, em sua produção bibliográfica dedicou várias linhas para narrar a história da revista em convergência com a história da imprensa nacional e da própria imprensa brasileira. *O gosto de guerra* (1969, 2005) já mencionado, foi fruto de sua experiência como correspondente da revista *Realidade* no Vietnã. Em *Jornalistas 1937-1997* (1998) a publicação é encaixada no contexto de modernização da imprensa paulista, porém, sem o mesmo destaque que terá no livro *Realidade Re-vista* publicado em 2010, em um momento em que a revista já detinha considerável prestígio junto à universidade, à classe intelectual e jornalística. Uma das reportagens feitas por José Hamilton publicada primeiramente na revista *Realidade* também foi reproduzida na obra *O livro das grandes reportagens* de 2006, uma publicação organizada por jornalistas da TV Globo e que apresenta na íntegra alguns dos trabalhos de reportagem considerados mais significativos na imprensa brasileira pelos seus próprios autores, entre eles, William Wack, André Luiz Azevedo e o próprio José Hamilton Ribeiro.

	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2017
Modernização da imprensa		<p>7 cargo de editoria na revista O Jaziro (Ribeiro (1962)</p> <p>Revista Realidade (épígrafe 1965-1968)</p> <p>Premio Exco (1964, 1967, 1968)</p>	<p>Premio Exco (1973, 1977)</p>		<p>Reporte Especial do programa Globo Rural (1981-2017)</p> <p>O livro das grandes reportagens (2006)</p>	<p>Massa Moin Caboti (2008)</p>		
			<p>Elito como grupo de Ajudado Durand e deitoria Strubiano dos Jornalistas de São Paulo (1975)</p> <p>Ação na imprensa Alternativa</p>		<p>Revista de literatura (1971, 1997)</p> <p>História da imprensa de São Paulo: uma história que trabalha todas (temas) e chama as mídias (1994)</p>			<p>O jornalista mais amado do Brasil - a vida e as histórias do José Hamilton Ribeiro. Biografia escrita por Aníbal Gomes (2015)</p>
Política								<p>Realidade Revista - a história e as melhores matérias que marcaram o jornalismo e influenciaram mudanças no país. Autoria com José Carlos Paes (2016)</p>
Literatura (e Artes)								<p>Depoimento ao projeto Realidade Revista (2011)</p>
Universidade								
								<p>Realidade Revista: o papel do jornalista no Brasil. Vozes do projeto revolucionário. Vozes de Realidade (desempenho de memória 2019)</p>

JOSE HAMILTON RIBEIRO

Tabela 2 - Espaços de consagração - José Hamilton Ribeiro

## 2.4. Míriam Leitão: obrigatoriedade do diploma e feminilização no mercado profissional

A primeira profissional entre os jornalistas abordados no presente estudo a exercer o jornalismo munida de um diploma universitário advém de uma família onde a formação escolar era valorizada e incentivada. Míriam Azevedo de Almeida Leitão nasceu em 7 de abril de 1953 em Caratinga, Minas Gerais, filha do casal Ariel de Almeida Leitão e Gertrudes Mariana Engert Milward. O pai nasceu em Pernambuco descendente de portugueses e africanos e a mãe mineira descendente de alemães. Em depoimento concedido ao CPDOC-FGV que consta no livro *Elas ocuparam as redações*<sup>26</sup>, Leitão recorda com orgulho da trajetória paterna. A jornalista relata que o pai, Ariel, filho de analfabetos, conseguiu transcender o destino previsível por meio da conquista de uma bolsa de estudos em um colégio fundado por protestantes norte-americanos no município de Garanhuns. Em troca da formação escolar, o pai e a avó paterna de Míriam trabalhavam na limpeza do colégio. Consta que foi dentro da Igreja que seu pai ascendeu. Após concluir a educação formal foi para o seminário e tornou-se pastor presbiteriano. Como pastor e professor foi para Caratinga onde conheceu Gertrudes, mãe de Míriam Leitão. A união gerou doze filhos que foram educados em uma casa onde a formação escolar era sinônimo de progresso e superação. Os pais inclusive tinham a docência como profissão e talvez por isso os ambientes escolar e doméstico se fundiram na formação intelectual da futura

---

<sup>26</sup> *Elas ocuparam as redações – depoimentos ao CPDOC* de 2006 é uma publicação organizada por Alzira Alves de Abreu e Dora Rocha ambas vinculadas à Fundação Getúlio Vargas. Trata-se da fração de uma pesquisa maior desenvolvida no CPDOC-FGV cujo objetivo era o estudo da imprensa brasileira com foco no período compreendido entre o Estado autoritário e a transição democrática (1974-1985). Foram feitas várias entrevistas a fim de coletar relatos de histórias de vida e trajetórias pessoais de profissionais da imprensa que protagonizaram as mudanças ocorridas no jornalismo durante o período. Parte dos resultados dessa pesquisa foi publicada no livro *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC* organizado também por Alzira Alves de Abreu e Dora Rocha, nessa ocasião em coautoria com Fernando Lattman-Weltman, publicado em 2003 pela editora FGV. É nessa publicação que o jornalista Alberto Dines figura como um dos artífices da modernização da imprensa junto com os Evandro Carlos de Andrade, Mino Carta, Roberto Müller Filho, Augusto Nunes e Otavio Frias Filho. *Elas ocuparam as redações* é o livro seguinte a publicar os resultados da pesquisa, desta vez o mote da publicação era a feminilização do jornalismo. A obra traz o relato de Ana Arruda Callado, Míriam Leitão, Tereza Cruvinel, Eliane Cantanhêde, Cláudia Safatle, Eleonora Lucena, Maria Alice, Liliam Witte Fibe e Fátima Bernardes. O conjunto hierárquica e ideologicamente heterogêneo deixa entrever as mudanças ocorridas no mercado profissional jornalístico no que se refere às formas de atuação e ascensão na carreira.

jornalista. Ariel, pai de Míriam, ajudou a fundar o primeiro ginásio do vale do Rio Doce e a transformá-lo numa instituição de ensino superior e Gertrudes – mesmo com as dificuldades inerentes ao fato de ser mãe de doze crianças – voltou a estudar após o casamento e se tornou professora primária (Abreu; Rocha, 2006, p. 79).

É possível supor que essa convivência familiar tenha impulsionado a futura jornalista à leitura e aos estudos. Ao se referir ao processo de formação intelectual Míriam Leitão volta-se ao período vivido no interior de Minas Gerais. Recorda-se que até os 18 anos lia “desbragadamente”, e sem qualquer seleção os livros da escola e da biblioteca do pai. Conta que depois começou a ser mais criteriosa ao “reconhecer melhor o que queria” (Abreu e Rocha, 2006, p. 83). Enquanto concluía o ensino regular acalentava expectativas de emancipação do ambiente interiorano em que cresceu e nessa época, a despeito das dificuldades de acesso a certas publicações para uma jovem em Caratinga, município no interior de Minas Gerais, começou a cultivar o interesse por leituras de formação política como Karl Marx e Jean-Paul Sartre. Por essa época também cresceu o interesse pelo jornalismo politizado e tornou-se leitora do jornal alternativo *O Pasquim*. Em 1971, aos 18 anos, a emancipação tão aguardada é conquistada, mesmo à revelia da família que pretendia que ela fosse para Belo Horizonte juntar-se às irmãs que lá residiam. Míriam parte para Vitória, Espírito Santo, a fim de trabalhar e estudar para pleitear vaga no curso de História. Em 1972 foi aprovada em primeiro lugar no vestibular, fato que a reconciliou com a família. Foi nesse período que ocorreram dois acontecimentos marcantes, o ingresso no jornalismo e na militância política.

Do que se pode depreender do relato de Leitão ao CPDOC, foram concomitantes o ingresso no jornalismo e na militância. No livro *Elas ocuparam as redações*, na seção de abertura do capítulo destinado à jornalista, nota-se a seguinte apresentação: “De rebelde a jornalista”. Em 1971 quando se mudou para a capital capixaba começou a trabalhar como estagiária no *Tribuna de Vitória* para se sustentar enquanto se preparava para o vestibular. Ela recorda que viu um anúncio nos classificados, foi entrevistada pelo editor-chefe do jornal e dois meses depois foi chamada para o cargo de repórter. A filiação ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), então clandestino pelo regime militar, ocorre nesse mesmo período e essa filiação, como argumenta, foi o resultado das leituras de “textos e ensaios que ajudaram a compreender o momento em que o país enfrentava”, leituras que foram responsáveis pela politização de Míriam. A intenção latente era a de pertencer a um grupo de oposição ao governo

ditatorial, como relata:

Essa série de leituras foi que me levou a refletir sobre o país. O que eu era aos 18 anos, quando entrei para o PCdoB? Eu tinha feito todas as reflexões possíveis de se fazer tão jovem e era absolutamente contra a ditadura, achava que era preciso distribuir renda no Brasil. Pensei: como vou lutar por isso, falando sozinha ou entrando para uma organização? Achei que entrando para uma organização, eu ficaria mais eficiente. Qual organização? Encontrar pessoas do Partidão era a coisa mais fácil do mundo. Conversei com algumas, foram bons papos, mas assim que entrei em contato com o PCdoB achei que aquela era a minha turma (Leitão apud Abreu e Rocha, 2006, p. 83).

Míriam Leitão habilmente se integrou à sociedade capixaba. Em pouco menos de dois anos na capital do Espírito Santo, ela era universitária no curso de História, vinculada ao movimento estudantil e namorada de Marcelo Neto, estudante de Medicina e futuro companheiro de vida, também um militante. No jornalismo já havia passado pelo jornal *Tribuna de Vitória*, *O Diário* e *Rádio Espírito Santo*. Nas recordações da jornalista não se explicita porém se essas esferas de convivência social se interligavam ou não, no entanto, a interferência entre elas tornou-se evidente quando Míriam e Marcelo foram presos em dezembro de 1972 pelos militares. Ambos haviam ingressado no movimento estudantil contra a ditadura em um dos momentos mais agressivos da repressão, época do presidente General Emílio Garrastazu Médici. Na cadeia sofreram intimidação, tortura e isolamento. Em suas recordações a jornalista enfatiza que nem mesmo o alerta de sua gravidez abrandou a tortura.

Eu estava com um mês de gravidez, e disse isso a eles. Não adiantou. Ignoraram a revelação e minha condição de grávida não aliviou minha condição lá dentro. Minha cabeça doía, com a pancada na parede, e o sangue coagulado na nuca incomodava. Eu não podia me lavar, não tinha nem roupa para trocar. Quando pensava em descansar e dormir um pouco, à noite, o lugar onde estava de repente era invadido, aos gritos, com um bando de pastores alemães latindo na minha cara. Não mordiam, mas

pareciam que iam me esfaquear, se escapassem da coleira. E, para enfurecer ainda mais os cães, os soldados gritavam a palavra que enlouquecia a cachorrada: “Terrorista, terrorista!...” (Leitão apud Cunha, 2014).

O tempo de encarceramento durou 3 meses. Marcelo ficou 13 meses, talvez porque sua atuação no movimento estudantil tivesse chamado mais atenção, ele recém havia liderado um movimento grevista dos estudantes de medicina que promoveu a paralização do Hospital das Clínicas de Vitória por dois dias. Em 29 de setembro de 1973 o *Jornal do Brasil* publicou uma nota sobre a prisão de estudantes em Vitória.



## Universidade do E. Santo pune alunos

**Viçória** (Correspondente) — A Universidade Federal do Espírito Santo suspendeu da actividade estudantil, por três anos, os alunos Irã Caetano, Marcelo Amorim Neto, Gustavo Pereira do Vale, Adriano Sistenas, Angela Milanez Caetano, William Sarandi e Jorge Luis de Sousa. A medida foi tomada por indicação do sector de segurança da UFES.

O inquerito foi aberto depois que a Auditoria da Aeronáutica examinou o IPM do 38º Batalhão de Infantaria do Espírito Santo, que mantinha presos os estudantes, ao encontrar a casa onde se reuniam. Todos os alunos pertenciam ao Partido Comunista Brasileiro.

### INOCENTES

A Universidade Federal do Espírito Santo considerou inocentes no inquerito Elisabete Santos Madeira, Luis Carlos Garcia Genellu, Luzimar Nogueira Dias, Marcos Lira Brandão, Maria Auxiliadora Pereira, Sebastião Lima Nascimento, Miriam Leitão Neto, Maria Gilda Erlacher, Guilherme Lara Leite, Maria Madalena Frechiani Lara Leite e o professor Vitor Bualz, da Faculdade de Medicina, envolvido com os alunos no processo militar. Apesar da medida da UFES, os estudantes e o professor con-

### INOCENTES

A Universidade Federal do Espírito Santo considerou inocentes no inquerito Elisabete Santos Madeira, Luis Carlos Garcia Genellu, Luzimar Nogueira Dias, Marcos Lira Brandão, Maria Auxiliadora Pereira, Sebastião Lima Nascimento, Miriam Leitão Neto, Maria Gilda Erlacher, Guilherme Lara Leite, Maria Madalena Frechiani Lara Leite e o professor Vitor Bualz, da Faculdade de Medicina, envolvido com os alunos no processo militar. Apesar da medida da UFES, os estudantes e o professor continuam implicados no IPM que está na Auditoria da Aeronáutica.

Figura 24 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

A despeito dessa conturbação na vida pessoal, profissionalmente Míriam seguia sua trajetória na carreira jornalística. Da *Rádio Espírito Santo* foi para *A Tribuna* e depois para *A Gazeta*, o jornal mais respeitado daquela região na época. Em todos esses veículos enfrentou menor ou

maior pressão em razão de sua postura política e temperamento. Do jornal *A Tribuna* foi demitida por cobrir a ação truculenta de policiais em uma operação de despejo numa favela contrariando ordens superiores. Do jornal *Gazeta*, conta que foi demitida por indisciplina junto com outros jornalistas. O acontecimento ganhou repercussão nacional e foi divulgado no *Jornal do Brasil* em 4 de abril de 76 em uma notícia que acusava o então governador do Espírito Santo de dominar os meios de comunicação do Estado e perseguir jornalistas.



Figura 25 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

A jornalista relembra as dificuldades do início de sua carreira, “o começo da minha vida profissional foi muito tumultuado, por várias razões. Era um momento político muito difícil, e qualquer pessoa que se destacasse e tivesse uma opinião mais forte, ou que tivesse a história que eu tive, acabava muito pressionada nas redações” (Abreu e Rocha, 2006, p. 81).

A repressão, a censura institucionalizada e a autocensura foram sem dúvida um problema que os jornalistas dos anos 70 enfrentaram em seu trabalho. Contudo, é evidente que no Brasil, desde a década de 1960, havia na produção cultural em geral uma “relativa hegemonia cultural de esquerda” que conduzia jovens das classes médias a atuarem seja nas artes, seja no jornalismo ou na militância propriamente dita, sob a perspectiva de realização de projetos coletivos, considerados não

essencialmente como alternativas individuais de carreira (Ridenti, 2007, 2014). Entretanto, não se pode negar que a afiliação às posturas políticas de esquerda garantiu a certos profissionais que hoje compõem quadros da elite cultural e jornalística brasileira o entrosamento necessário à integração em grupos de profissionais em vias de ascensão. O caso específico de Míriam Leitão não segue estritamente essa regra, como veremos posteriormente, sua atuação pregressa como militante política, tampouco as torturas sofridas, não haviam conquistado amplitude de divulgação pelo menos até a segunda metade dos anos 2000.

O contexto em que ela ingressou no jornalismo também era outro se relacionado ao período em que Alberto Dines ou José Hamilton Ribeiro começaram a trabalhar em jornais. Com o golpe militar perpetrado em 1964 e o impacto do AI-5 em 1968 já estava em curso uma desarticulação dos grupos de jornalistas de esquerda predominantes nas redações desde os anos 30 e que tiveram importância na modernização da imprensa brasileira.

O papel contraditório desempenhado pelos jornalistas comunistas no processo de modernização das empresas jornalísticas já foi alvo de análise. As iniciativas de infiltração do PCB em instituições culturais estratégicas como a mídia se coadunaram ao comportamento treinado dos militantes. Assim sendo, paradoxalmente, as características dos jornalistas engajados – preparação, disciplina e lealdade – foram cruciais para os donos de jornais conservadores. Na sequência, as redes de contato estabelecidas entre os militantes se encarregaram de difundir o moderno jornalismo ao redor do país enquanto a proteção oferecida pelos patrões aos funcionários criava uma relação paternalista que era retribuída com disciplina e lealdade (Albuquerque, Silva, 2007). Talvez esse condicionamento internalizado na militância e empregado nas redações ajude a compreender mais a trajetória profissional de Dines e Ribeiro do que propriamente o percurso percorrido por Míriam Leitão. No contexto em que a jornalista ascende e ganha visibilidade no jornalismo, nos anos 80, a militância junto com seus distintivos já não oferecia grande vantagem aos empregadores e por isso a imagem consolidada de Míriam Leitão seja a personificação do moderno jornalismo, aquele em que o jornalista reporta o mundo ao seu público de forma objetiva, imparcial e distanciada.

De volta à militância de Míriam Leitão, somente em 2014 o caso da prisão e tortura da jornalista foi amplamente veiculado na grande mídia por ocasião dos desdobramentos da Comissão Nacional da Verdade

(CNV)<sup>27</sup>. O relatório final da CNV, que se propôs a apurar os crimes contra os direitos humanos cometidos durante a ditadura militar, estava prestes a ser finalizado em dezembro daquele ano quando a jornalista entrevistou o então ministro da Defesa Celso Amorim e o indagou a respeito do posicionamento das Forças Armadas que havia apresentado à CNV documentos de uma sindicância onde se concluiu que durante o período ditatorial (1964-1985) não havia se registrado nenhum “desvio de finalidade” em centros militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, ainda que a mesma comissão dispusesse de dados objetivos como nomes, datas e locais de torturas e mortes. O relato pessoal das torturas sofridas ocorreu diante da comoção causada em setores intelectuais e políticos da sociedade em função da omissão das Forças Armadas. Então, ela – contrariando o temperamento público de discrição que havia assumido até então – concedeu um depoimento ao jornalista Luís Cláudio Cunha sobre o que havia ocorrido no período em que ficou presa. No depoimento Míriam relata ter sofrido agressão física, privação alimentar, ameaça de estupro coletivo e ter sido trancada nua em uma sala escura com uma jiboia durante o período em que ficou presa no 38º Batalhão de Infantaria do Exército, no Espírito Santo, entre dezembro de 1972 e fevereiro de 1973. O depoimento da jornalista foi publicado no *site* Observatório da Imprensa em 19 de agosto de 2014 e logo foi difundido pela mídia em geral. O caso de Míriam foi narrado recentemente no livro *Em nome dos pais*, publicado em 2017 e escrito por Matheus Leitão, filho da jornalista, também um profissional de imprensa. A obra trata de uma investigação a respeito dos acontecimentos a respeito da militância, prisão e tortura dos pais do autor durante o período ditatorial.

---

<sup>27</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV teve por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória n. 63 (*site* do Governo Federal [www.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br))

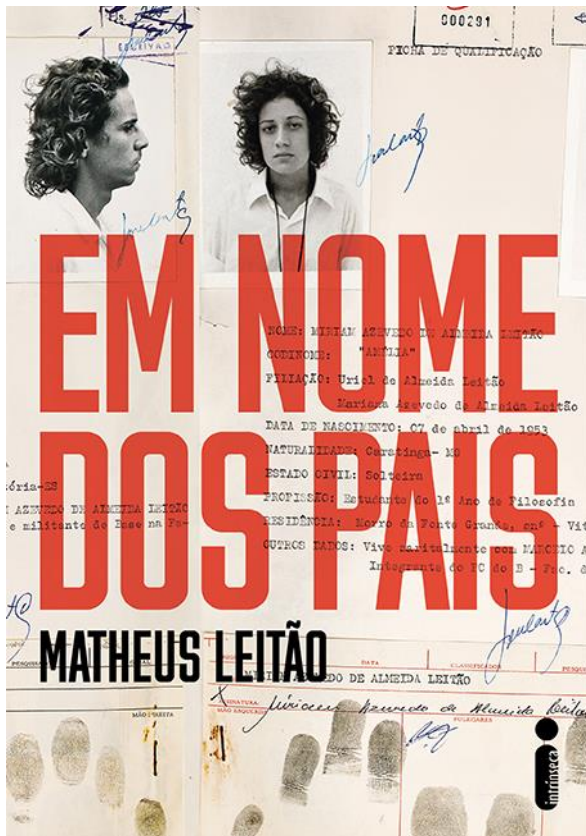


Figura 26 - *Em nome dos pais* - Fonte: Editora Intrínseca

É curioso, no entanto, notar que a tortura sofrida por Míriam já havia sido registrada no livro *Brasil: nunca mais* (1995) que reuniu os relatos de vários presos políticos. No depoimento ao CPDOC ela também mencionou o seu período de militância e sua prisão. Por que então o passado militante da jornalista somente conquistou visibilidade em 2014? Suponho que se deve ao fato de os registros terem sido feitos em contextos diversos, assim como diversas foram as formas de registros e divulgação e suas intenções latentes. É exemplar o depoimento dado ao CPDOC-FGV. Inicialmente a entrevista fazia parte de uma pesquisa acerca do perfil dos jornalistas brasileiros, desenvolvida por Alzira Alves de Abreu dentro de um projeto maior intitulado *Brasil em transição: um balanço*

do século XX desenvolvido a partir de dezembro de 1996. Na época a escolha de Míriam Leitão como entrevistada em 1997 se justificou pelo fato desta ser uma notória jornalista da área econômica. Entretanto, essa entrevista só veio a ser publicada em 2006 no livro *Elas ocuparam as redações*<sup>28</sup> inserida em outro contexto, esse referente ao papel feminino na modernização da imprensa e ao processo de feminilização da profissão de jornalista. Disso concluiu que até 2014 a imagem pública de Míriam Leitão permaneceu identificada com a objetividade e o distanciamento típico às editorias de economia pois ao longo de sua ascensão como colunista dos principais jornais e emissoras de TV a partir dos anos 80, não convinha mais aos jornalistas se associarem ao perfil de ex-militantes políticos. Os tempos eram outros e os recursos simbólicos que os profissionais deveriam se preocupar em conquistar e acumular já não estavam mais necessariamente vinculados ao engajamento político.

Após o episódio traumático da prisão, Míriam efetuou tomadas de posição cruciais em sua trajetória pessoal e profissional: o abandono da graduação em História para cursar jornalismo, a mudança para Brasília, capital federal da República e centro do poder e, por fim, a orientação definitiva para o jornalismo econômico. Observadas com atenção, essas tomadas de posição perfazem uma radiografia das transformações ocorridas no mercado profissional jornalístico.

Primeiramente, a opção pelo curso superior em jornalismo quando ainda residia no Espírito Santo. A jornalista recorda que abandonou com pesar o curso de História em 1972 e prestou novo vestibular para o curso de jornalismo em função da implantação da lei que instituiu a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista a partir de 1969, pois desejava continuar na carreira de jornalista (Abreu e Rocha, 2006, p. 81). A decisão simboliza não apenas a sinalização de uma mudança nos padrões de recrutamento e seleção, mas também um movimento rumo à feminilização da profissão de jornalista. De acordo com Abreu e Rocha, o aumento no número de mulheres nas redações de jornais a partir da década de 1970 pode ser entendida no bojo das transformações sociais e econômicas ocorridas na sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XX. O rápido e intenso processo de urbanização deu origem a um aumento da participação das mulheres na força de trabalho que foi determinante no ingresso delas em profissões até então predominantemente masculinas tais como o jornalismo. Além

---

<sup>28</sup> Verbete Míriam Leitão – Centro de Pesquisa e Documentação do site da Fundação Getúlio Vargas.

disso, nas últimas décadas, o nível de escolaridade das mulheres tornou-se superior ao dos homens, dado que é fundamental para se compreender o aumento da participação feminina no jornalismo. Do universo da pesquisa realizada pelo CPDOC-FGV no período de 1997/98, realizada a fim compreender o novo perfil profissional do jornalista após o período de redemocratização, foi identificado que 82% das jornalistas entrevistadas pertenciam à geração nascida em 1950 e todas elas tinham formação universitária. O estudo destacou que a partir da exigência do diploma para o exercício profissional as jornalistas se beneficiaram pois, comparativamente aos homens da geração anterior que exerciam a profissão sem o título universitário, elas passaram a apresentar maior qualificação, fato que promoveu uma gradual feminilização do mercado (Abreu e Rocha, 2006, p. 10).

No que concerne à Leitão, o diploma foi apenas um dos fatores na trajetória de ascensão pois a jornalista também soube tomar decisões importantes. A primeira delas foi sair de Vitória e mudar-se para Brasília a fim de “conhecer melhor o poder e conhecer melhor o Brasil” (Leitão apud Abreu e Rocha, 2006, p. 83). Em Brasília concluiu a graduação em jornalismo na UnB (Universidade de Brasília) e entrou para a redação do jornal *Gazeta Mercantil* onde foi incumbida de cobrir o Itamaraty. Nos cinco anos em que trabalhou na *Gazeta Mercantil* tratou de assuntos importantes como a crise do Acordo Nuclear, os contenciosos comerciais com os Estados Unidos e a negociação do Acordo de Itaipu. A atuação no jornal brasiliense deu impulso à sua carreira e a encaminhou para uma das mais prestigiadas seções dos jornais brasileiros durante as consecutivas crises econômicas, a editoria de economia. Ao sair da capital federal e retornar para a região Sudeste, Leitão passou pelo *O Globo*, revista *Veja* e *Jornal do Brasil*. Foi no *Jornal do Brasil* que começou a trabalhar como colunista, a princípio apenas cobrindo as férias de Zózimo no colunismo social como se nota na edição de 27 de março de 1986 *JB* e logo depois fazendo sua própria coluna de economia intitulada *Coisas do Mercado* que existiu de 1987 a 1990. Nos anos 90, por um breve período manteve uma coluna no jornal *Estado de S.Paulo* até retornar definitivamente ao jornal *O Globo*, onde é colunista desde 1991 (Abreu e Rocha, 2006, p. 83).

### Moda mineira

- O Governador José Azevedo de Oliveira ainda não decidiu se continuará sendo está ou se optará uma vaga a favor de Dilermando Pimentel, mas tem sempre uma resposta pronta quando esta pergunta é feita por qualquer telefônico: — Em Minas, Diler Pimentel sempre está que política tem mantido e como um final tem balé.
- A jogar pela cidade, José Azevedo vai se candidatar.

- A propósito: de jantins ontem em São Paulo no palácio dos Bandeira com o Governador Franco Montoro.

### Penúria

- A liquidação da Distribuidora Brasileira tem servido, no momento, para uma redução curta.
- Os liquidantes, de dois quartos em São Paulo.

### Vende-se

- Não deve ter bem das pernas a maior e melhor testagem do país, a Banta Chevrolet.
- Ainda sendo oferecida por fábrica, de Brasília, pelo Governo, interessado em vê-la passada adiante a mais depressa possível a algum grande empresário de aqui.
- Via Rio, pelo menos um dia antes sendo levado ao final da semana passada, mas resulta transativa.

### Assalto à urna

- O ex-ministro Delfino, Neto comenta, desolado com um tempo que o partido econômico do Governador apurará a quando das eleições, pelas restaurar.

# Zóximo

Espô de Rubens Monteiro



Rubens Sarmay e o Deputado Bocayuzo Cunha.



D. Marly Sarmay e a Princesa Anse

## Noite de gala

• O Teatro Municipal viveu antecâmara uma noite de terra helénica com o espetáculo da Sadler's Wells Royal Ballet e a presença da Princesa Anse que, um final do espetáculo, num gesto de extrema delicadeza, foi ao palco cumprimentar pessoalmente cada bailarino.

• A Princesa Anse abandonou o salão despois que usou durante dois dias e brilhou com sua tiara de diamantes e pérola espedida.

• Foi, em dúvida alguma, um gala cretívoro.

## INTERESSE

- Além de elegância, a Princesa Anse se mostrou bem informada sobre a família do Presidente da República.
- Gela saber de D. Marly Sarmay se Presidenta, com suas atribuições de chefe de Estado, tem podido exercer autoridade.
- D. Marly contou que o Presidente tem estado em férias as suas horas de folga e que se tem as melhores chefias de origem.
- Ela também, a Princesa disse a Rubens que tinha informações de que ela desempenha um papel importante dentro do Governo.
- Algumas respostas que tem procedido ser uma boa assessora do pai.



As Sras Regina Marcondes Ferraz, Vera Andrade, Carmem Mayrink Vidal e Yvanna Euzé



A Sr. Deolir Achezar Bocayuzos e o ministro e Sr. Celso Parodi

## DESAFINADO

- A noite fechada da noite foi dada pelo Vice-Governador Darcy Ribeiro que, sem explicações, abandonou o salão André, local do jantar que se seguiu a apresentação do Ballet, minutos antes da Princesa sair.
- A situação dentro do Governo em uma noite fechada e vice-governador em um dia das circunstâncias para a mesa principal.
- A situação foi rapidamente isolada a presença da Princesa, Mito Beltrão, na ocasião.

## Tentativa

- O Ministério da Ciência e Tecnologia está preparando os regulamentos brasileiros para o lançamento de um satélite com o objetivo de aplicar medidas retaliatórias contra os exportadores brasileiros.
- Vai ser um diálogo de surdos.

## Paciência

- O Ministro Ronaldo Costa Couto começou uma conversa numa roda de amigos, há dias, defendendo a teoria de que o problema do Índio é o branco.
- Depois de relacionar uma série de dificuldades dos índios, contou que já tinha de permissão dos índios para ir a Brasília, a cidade do organismo do Ministério — o Ministério das Relações Exteriores.
- Se ele não fosse tanto dos índios, não os estaria.

Miriam Leitão

Figura 27 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

No seu relato biográfico a jornalista mineira diz ter sido a primeira mulher a ser editora de economia em um grande jornal, o *Jornal do Brasil*, fato que abriu o caminho por tantas outras editoras que vieram depois. Por meio de seu depoimento pode-se conjecturar que a escolha pelo jornalismo se associa às dificuldades enfrentadas pelas jornalistas para ascensão aos cargos de direção. Essa contingência não passou despercebida por Míriam Leitão, para a jornalista houve sim um aumento no número de mulheres que trabalham na imprensa promovida pela exigência do título universitário, contudo, os cargos de chefia ainda são predominantemente masculinos como se percebe no depoimento abaixo:

Hoje, a mulher vai até o nível de média gerência, chega às editorias especializadas mas não é editor-chefe. Por quê? Há uma barreira, que nós mulheres conhecemos muito bem. Eu, por exemplo, construí a minha vida da seguinte forma: quando vi que havia um muro na minha frente, decidi tomar outro caminho, ser influente sem ter necessariamente cargo de chefia. Ou seja, ser colunista. Colunista tem uma posição à parte, porque não está submetido à hierarquia do jornal. Colunista corre por fora [...] (Leitão apud Abreu e Rocha, 2006, p. 104).

Na segunda metade dos anos 2000 quando foi publicado o livro



*Elas ocuparam as redações* que perfilou mulheres jornalistas representantes da elite profissional, pode-se dizer que o processo de feminilização da profissão ainda não estivesse plenamente concluído. Em pesquisa realizada em 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>29</sup>, cujo objetivo era descrever o perfil do jornalista brasileiro por meio de uma enquete em rede que reuniu 2.731 respostas espontâneas, foi identificado que ao final daquele ano “os jornalistas brasileiros eram majoritariamente mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos [...]” (Mick; Lima, 2012, 83). Não se conhece, porém, se entre essas profissionais, há ocupantes de cargos dirigentes mas pode-se deduzir que não eram, uma vez que a pesquisa também identificou que “as mulheres jornalistas, mais jovens, ganhavam menos que os homens” (Mick; Lima, 2012, 83).

Sem dúvida, a *expertise* das tomadas de posição de Míriam Leitão teve como pano de fundo a feminilização da profissão e a exigência do diploma para o exercício do jornalismo. Entretanto, no que concerne ao caso da jornalista, especificamente, é possível que o direcionamento para o colunismo também levasse em conta o peso autoral desse gênero textual. Aliado a isso, deve-se considerar que o colunismo de Míriam é exercido em uma das editorias de maior notoriedade dentro do jornalismo. Assim, pode-se dizer que o caminho de ascensão de Leitão deve-se em parte à sua atuação na editoria de economia durante o período em que o país atravessava a série de planos econômicos criados para conter a inflação. Durante os anos 70 e 80 a seção economia dos jornais tornou-se a mais importante como comenta a própria jornalista:

Não se ainda é. Mas houve um momento em que a elite da redação era o pessoal da economia. Na época do governo militar, por razões óbvias. A política não tinha a menor liberdade, não tinha espaço, e quem queria fazer alguma coisa ia para economia. Não que ali houvesse liberdade, mas é que a economia tratava de assuntos em que a falta de liberdade era menos clara. Houve uma concentração de pessoas na economia, e daí o surgimento do “economês”. Depois houve um

---

<sup>29</sup> A pesquisa Perfil do Jornalista desenvolvida no PPGSP contou com a parceria da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ).

período, da década de 80 até o Plano Real, em que a inflação produziu outro fenômeno. Os jornalistas de economia eram necessários para o leitor (...) Os planos econômicos subverteram de tal forma todas as pequenas regras do cotidiano – salário, prestação, escola, aluguel, poupança – que era necessário uma tropa de choque para escrever tudo isso no jornal, inclusive para atender o telefone (...) Nós éramos um serviço. Éramos absolutamente um produto necessário e consumido pela população (Leitão apud Abreu e Rocha, 2006, p. 96).

Na trajetória de Míriam Leitão a conquista de maior visibilidade está associada à editoria de economia. Mas o ponto de partida é o momento em que a jornalista volta definitivamente a trabalhar nas Organizações Globo no começo dos anos 90, especialmente quando saiu das páginas dos jornais para a frente da TV. Certamente essa conquista se relaciona ao fato de Míriam ingressar em uma grande emissora de TV pois ela já havia tido uma experiência sem sucesso na Abril Vídeo (Editora Abril) entre 1984 e 1985. A partir de 1995 Míriam Leitão começou a apresentar sua coluna no telejornal *Bom Dia Brasil* exibido pela TV Globo. Ne período também colaborou como comentarista em outros telejornais da emissora como *Jornal Hoje* e *Jornal Nacional*. Contudo, os momentos de maior projeção da jornalista na emissora carioca ocorreram na eleição de 2002, 2006 e 2010 quando entrevistou os presidentiáveis. Como resultado de seu esforço ainda nos anos 2000 conquistou um programa próprio no canal de notícias *GloboNews*, programa esse que passou a levar o seu nome em 2012. Também no início dos anos 2000 emplacou mais uma coluna econômica na rádio CNB (site, Memória Globo – Perfis/Profissionais). O sucesso foi tamanho que no ano de 2003, Míriam Leitão já figura no quadro de profissionais de maior prestígio da empresa como se observa na edição do dia 8 de agosto de 2003 do jornal *Folha de S.Paulo*.

## T E L E V I S Ã O

## 'Nosso companheiro'

RENATO LO PRETE  
DA REPORTAGEM LOCAL

Dois manuais penitenciam o discurso de apresentadores e entretvedistas ao longo do noticiário sobre a morte de Roberto Marinho apresentado desde a noite de quarta, pela TV Globo e, em versão estendida, pela Globo News.

O primeiro foi a descrição do presidente das Organizações Globo como um "jornalista acima de qualquer outra qualificação". A idêntica, cultivada em vida pelo próprio personagem da notícia, ganhou variantes como "jornalista maior que o empresário" e, nas palavras de mais de um apresen-

tador, "nosso companheiro, jornalista Roberto Marinho".

O segundo manual foi a observação de que o biografado, "homem à frente de seu tempo", e dotado de "fôlego de jovem", criou a Rede Globo quando já tinha mais de 60 anos, "idade em que as pessoas pensam em se aposentar" — na rádio CHN, pertencente ao grupo, a comentarista Miriam Leitão aproveitou a deixa para susurrar servidores públicos contrários à reforma da Previdência.

Em regra, obituários de pessoas importantes tendem à santificação. Como Roberto Marinho foi bem mais do que importante, não era de esperar que sua própria TV

se contivesse nos elogios.

Ainda assim, os homens e mulheres de preto espalhados pela grade de programação se excederam um pouco. No "Homem Dia Brasil", Alexandre Garcia chegou a prever que os "representantes do povo" suspenderiam ontem suas "divergências [sobre as reformas] em nome da unanimidade" em torno do dono da Globo.

Suspensas ou não as divergências, a repercussão da notícia reuniu políticos dos mais variados matizes, amalgamados, no "Jornal Nacional", com empresários, intelectuais e principalmente artistas. Do presidente da República à protagonista da "novela das oi-

to", boa parte do Brasil que o telespectador reconhece desfilou ontem pela cobertura, o que diz bastante sobre o significado nacional da Globo e de seu criador.

Cabe observar ainda que, na noite de quarta-feira, a emissora deixou a impressão de ter sido quase tão surpreendida quanto o restante da mídia pelos acontecimentos. Ana Paula Padua atrapalhou-se na primeira entrada, levada ao ar no intervalo do jogo. Mais tarde, o pré-gravado Jô Soares abriu seu programa com palavras sobre a trajetória dos minutos de silêncio — pouco antes, os jogadores haviam feito um em homenagem a Roberto Marinho.

REPERTEIRIA

Figura 28 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

A carreira de sucesso de Miriam Leitão foi pautada pelo columnismo, contudo, antes de se tornar nome e sobrenome do jornalismo econômico é possível supor que tenha produzido uma variedade de textos

jornalísticos, notícias, boletins, reportagens, textos para programas jornalísticos de rádio e TV. Nos anos 80, enquanto a jornalista ascendia no jornalismo econômico a reportagem se consolidava como o gênero textual paradigmático dentro da historiografia da profissão. Por que, então, esse desenvolvimento profissional não se deu via reportagem? Para analisar essa questão é necessário diferenciar a prática da reportagem do gênero textual da reportagem propriamente dito. A prática da reportagem é o levantamento de informações junto às fontes. Quanto mais variadas as fontes, maior a diversidade de pontos de vista e melhor se torna o trabalho de apuração da informação. Certamente Míriam praticou reportagem por toda sua carreira. Porém não se tem registro das grandes-reportagens feitas pela jornalista nos anos 70, tampouco há publicações em livro dos textos de suas colunas ao longo dos anos 80.

Para se compreender a relação entre a hierarquia dos estilos de texto e a hierarquia profissional é necessário definir alguns dos gêneros textuais jornalísticos. É preciso notar que a reportagem é um texto que se caracteriza pela extensão, pela profundidade no tratamento dos temas e pela presença de marcadores de autoria. Portanto, trata-se de um estilo que se diferencia do padrão noticioso da notícia caracterizado pela objetividade e imparcialidade. Isto é, a notícia se caracteriza pela concisão e pela ausência de marcas autorais e se contrapõe à reportagem, plena de marcas autorais e referências literárias. Com isso pode-se perceber que a coluna, gênero com o qual Leitão ingressou na elite profissional, conserva a característica da autoria como vínculo em relação à reportagem. Assim, é possível supor que a orientação para o jornalismo em detrimento da reportagem ilustre as mudanças ocorridas no mercado profissional enquanto a jornalista evoluía nas redações. Aqui proponho uma discussão acerca do lugar de notoriedade do jornalista de acordo com os gêneros textuais jornalísticos.

As reportagens produzidas por Míriam Leitão conquistaram projeção a partir do momento em que ela passa a ocupar um lugar de prestígio na hierarquia profissional e foram publicadas em livros a partir dos anos 90. Em 1994, uma entrevista realizada com Ciro Gomes foi publicada em Ciro Gomes no país dos conflitos, livro reportagem composto por entrevistas concedidas pelo político a vários jornalistas reconhecidos como mostra a edição de 12 dezembro de 94 do *Jornal do Brasil*.

# Ciro abre o verbo

■ **Ministro fala de tudo e de todos em livro**

Quem aprecia o estilo desabrido do ministro da Fazenda, **Ciro Gomes**, tem a partir de hoje 166 páginas imperdíveis à disposição nas livrarias. **Ciro Gomes** — no país dos conflitos, megaentrevista feita pelos jornalistas **Marcelo Pontes**, do **JORNAL DO BRASIL**, **Ancelmo Góis**, da revista **Veja**, **Miriam Leitão**, de **O Globo**, **Genelon Moraes Neto**, da **TV Globo**, e **Suely Caldas**, de **O Estado de S. Paulo**, mostra **Ciro** bem à vontade, falando de tudo e de todos —

da hegemonia da **TV Globo**, de que, sem rodeios, se diz a favor, a políticos como **Mário Covas**, tucano como ele, mas de quem confessa guardar mágoas.

“As pessoas passam quatro anos bajulando o dr. **Roberto Marinho** para sair na **Globo**”, diz

afirma, no livro, que é contra a badalada ideia do Estado mínimo. “Sem a interferência do Estado, as relações econômicas terminam promovendo uma perversão: a concentração de renda”, acredita.

Sobre **Sérgio Motta**, amigo do presidente eleito **Fernando Henrique Cardoso** que desperta em alguns tucanos o temor de que detenha um poder paralelo no futuro governo, **Ciro** põe as mãos na fogueira: “Tenho absoluta confiança nele, de olho fechado, de costas para ele... De mais a mais, não vai ter poder paralelo porque o **Fernando Henrique** é vaidoso na conta do necessário, para não permitir.”

Reprodução



Ciro: batendo mesmo sem levar

Sorte de **Motta**. Com seu estilo impetuoso, o ministro torna o caldo para cima dos antigos desafetos, como **Orestes Quercia** (“um banana” que “tem bilhão de dólares que não trabalha para ganhar”), e políticos como **Enéas Carneiro** (“um

Figura 29 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

O segundo livro de **Miriam Leitão**, este uma obra que assinou sozinha pela primeira vez, também é uma reportagem intitulada *Produtividade no Brasil: a chave do desenvolvimento acelerado*, publicado por uma editora pequena, a **Campus**, em 1999. A partir da segunda década dos anos 2000, já detentora de grande notoriedade, ela lançou outros livros reportagem *A saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda*, publicado pela **Record** em 2011, e *História do*

*Futuro: o horizonte do Brasil no século XXI*, publicado pela Editora Intrínseca em 2015. Destaca-se que o livro *A saga brasileira* se tornou um *best seller* como pode ser verificado na edição de 4 de junho de 2011 do jornal *Folha de S.Paulo*.

OS MAIS VENDIDOS DE MERCADO		A lista é feita a partir de amostras de livrarias Argumento, Cultura, Curitiba, Fnac, Livraria Nobel, Saraiva e Submarino entre 23/05 e 29/05 * Posição na semana anterior	
<b>TEORIA E ANÁLISE</b>		<b>PRÁTICA E PESSOAS</b>	
1º(4º) <i>A Saga Brasileira</i> - <b>Míriam Leitão</b> (Record) R\$ 49,90		1º(1º) <i>O Monge e o Executivo</i> - James C. Hunter (Sextante) R\$ 19,90	
2º(2º) <i>Código de Defesa do Consumidor</i> - várias editoras		2º(5º) <i>Os Segredos da Mente Milionária</i> - Harv Eker (Sextante) R\$ 19,90	
3º(3º) <i>Introdução à Teoria Geral da Administração</i> - Idalberto Chiavenato (Campus) R\$ 179,90		3º(7º) <i>Matemática Financeira com a HP12C</i> - A. C. Pinto (Clia) R\$ 12,90	
4º(6º) <i>Axiomas de Zurique</i> - Max Gunther (Record) R\$ 34,90		4º(4º) <i>Quem Pensa Enriquece</i> - Napoleon Hill (Fundamento) R\$ 28,60	
5º(5º) <i>Manual de Contabilidade Societária</i> - E. Martins, E. Gelbcke, S. Iudicibus (Atlas) R\$ 210		5º(3º) <i>A Arte da Guerra</i> - várias editoras	

Figura 30 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

O livro *A saga brasileira...* rendeu a Míriam dois prêmios Jabuti em 2011, um na categoria livro reportagem e outro na categoria livro do ano. O leitor desapercibido não nota porém a vacilação do redator da notícia ao dar uma designação à Míriam Leitão, ora a intitula como autora, ora como jornalista como pode ser demonstrado na edição de 29 de novembro de 2012 da *Folha de S.Paulo*. Esse duplo enquadramento foi percebido em outras edições de jornais do período. No entanto, o que predomina é a designação “jornalista” o que demonstra que Míriam talvez ainda não tenha conquistado o status de escritora.

ilustrada em cima da hora

## Stella Maris Rezende e Miriam Leitão vencem Jabuti 2012

Escritoras receberam premiação por Livro do Ano de Ficção e Não Ficção em cerimônia ontem à noite em SP

Ficcionista mineira havia sido vencedora dos dois primeiros lugares da categoria juvenil do prêmio



» SABATINA FOLHA A escritora Lya Luft, que está lançando "O Tigre na Sombra", foi entrevistada ontem pelos jornalistas Heloisa Helvecia, Jairo Marques e Morris Rachadi

### BREVE LANÇAMENTO

3

MARCO RODRIGO ALMEIDA  
DE SÃO PAULO

Stella Maris Rezende e Miriam Leitão são as grandes vencedoras do Jabuti.

A primeira ganhou Livro do Ano de Ficção por "A Moçinha do Mercado Central" (ed. Globo). Foi o terceiro Jabuti que Rezende recebeu na noite de ontem. Ela também venceu os dois primeiros lugares da categoria juvenil.

"Obrigada. A literatura é a arte que fala por silêncios e cala por palavras. Está difícil continuar falando, estou muito emocionada. Como diz minha protagonista: 'Imagina, isso é mágico', disse a autora.

A jornalista Miriam Leitão, colunista de economia do jornal "O Globo", recebeu o Livro do Ano de Não Ficção pela obra "Saga Brasileira: A Longa Luta de um Povo por sua Moeda" (ed. Record).

"Estou transbordando de alegria, não cabe em mim. Queria agradecer à CBL, à [editora] Record, a Deus, a meus pais, que me ensinaram a amar os livros. Eu sonho em escrever um livro desde os dez anos. Só realizei agora."

"Quis escrever um livro sobre um país buscando seu caminho. As vezes, escrevia chorando, era um momento muito dramático. Só eu para

Figura 31 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

Pode-se deduzir através desses dados que Miriam Leitão foi se aproximando da grande reportagem à medida em que conquistava espaço entre os notáveis da profissão. Se seus textos até os anos 80 eram

reservados aos efêmeros jornais e revistas, a partir dos anos 90 e 2000 eles tornam-se dignos de publicação em livros, um suporte ainda considerado duradouro e detentor de credibilidade no universo da produção cultural.

A discussão que envolve a distinção entre o texto noticioso – a notícia – e o texto autoral – a reportagem – remonta ao conflito geracional instaurado no meio profissional com a entrada de uma nova geração de jornalistas egressos da universidade a partir da exigência do diploma em 1969. Entre eles encontrava-se a jornalista mineira que havia desistido do curso de História para fazer jornalismo. Como já mencionado, a entrada dos diplomados no mercado desencadeou um conflito entre “antigos” e “novos” jornalistas cujo auge se deu nos anos 80 e 90, período em que Míriam Leitão ascendia na profissão. Em outras palavras, ela presenciou o embate entre autodidatas – formados pela vivência nas redações e pela luta contra a censura durante o regime ditatorial – e os diplomados, jovens profissionais que ingressaram na profissão trazendo consigo uma visão técnica e menos ideológica acerca do ofício. Talvez esse seja o motivo que justifique a pouca ênfase dada à experiência militante de Míriam a partir do momento em que conquistou maior visibilidade. Importa ainda recordar que em meio à disputa por posições de maior autoridade e autonomia, os neófitos na profissão logo foram rotulados como acrílicos e burocratas pelos veteranos. Este é o cenário no qual se apresentam as distinções textuais apontadas e nele a redação da notícia será destinada aos recém-chegados enquanto a reportagem é reservada aos detentores de maior prestígio, pois a posição de autor é reservada aos notáveis. Isto é, a desigualdade estrutural entre as posições dentro da hierarquia profissional se equipara às desigualdades entre os textos produzidos por eles, suas designações de autoria, os valores documentais de seus registros e também a desigualdade presente nas memórias da profissão (Bergamo, 2014, p. 227).

Míriam Leitão, como já foi constatado, teve suas memórias registradas pelo CPDOC-FGV em 1997 e publicadas em 2006 no livro *Elas ocuparam as redações*. Sua trajetória pessoal e profissional se encontra em lugar de destaque no site Portal dos Jornalistas e na seção Memória Globo. As datas dos registros memorialísticos coincidem com o período em que a jornalista é consecutivamente agraciada por uma série de prêmios.

Em 2003 recebeu o prêmio *Tolerância* da Federação Internacional de Jornalistas pela edição do caderno especial *A cor do Brasil – retrato do povo Zumbi* publicado no jornal *O Globo* em novembro de 2003. Por



esse trabalho recebeu o prêmio *Orilaxé* do Grupo AfroReggae. Ainda no ano de 2003 recebeu o prêmio *Jornalismo Econômico Ibero-Americano* em 2003. No ano de 2005 foi dignatária do prestigiado *Maria Moors Cabot* concedido pela Escola de Jornalismo da Universidade de Colúmbia e ganhou a *Camélia da Liberdade* do Centro Articulação de Populações Marginalizadas. Em 2007 foi agraciada pelos prêmios *Airton Senna de Jornalismo Econômico* e *Ordem dos Economistas dos Brasil*. No ano de 2012 produz a reportagem documentário *A história inacabada – Caso Rubens Paiva* e por esse trabalho recebeu o *Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos*. Em 2013 ganhou o *Prêmio Esso de Informação Científica, Tecnológica e Ambiental* em parceria com o fotógrafo Sebastião Salgado. No ano de 2014 recebeu o Prêmio Personalidade de Comunicação promovido pela Mega Brasil Comunicação.

A quantidade de honrarias conquistadas por Míriam Leitão é algo relevante. Acrescenta-se que recebeu o título de Troféu Mulher Imprensa por 8 vezes. Ainda em 2014, foi considerada junto com o jornalista José Hamilton Ribeiro como a profissional mais premiada do Brasil pelo Portal dos Jornalistas, entidade paulista vinculada à iniciativa privada. O essencial a ser observado nessa série de premiações é: todas as premiações datam dos anos 2000 em diante e grande parte delas premiou os trabalhos de reportagem de Míriam Leitão e não o foco do seu trabalho cotidiano, o colunismo.

No ano de 2013 já munida de grande prestígio como jornalista, Míriam realiza um sonho antigo de se tornar escritora. Começa sua incursão pela literatura despreziosamente com a publicação do livro infanto-juvenil *A perigosa vida dos passarinhos pequenos* publicado porém por uma grande casa editora, a Rocco. No ano seguinte, em 2014, lança o livro *Tempos Extremos*, uma curiosa ficção cujos personagens apresentam uma indefectível relação com episódios vividos pela própria autora. O livro traça o percurso de uma personagem desajustada até o ponto culminante de autoconhecimento e realização como escritora. A história é ambientada nos tempos atuais. Há menção à ascensão de um partido de esquerda ao poder e os desdobramentos disso dialogam com os problemas da realidade brasileira a partir da segunda década do século atual especialmente no que concerne à Comissão Nacional da Verdade. A protagonista é uma jornalista desiludida que abandona a profissão para experimentar outros caminhos. Na primeira aposta, volta à universidade para fazer graduação em História e logo depois parte para a pesquisa em mestrado e doutorado. Ou seja, a personagem faz o caminho inverso ao

de Míriam que abandonou a História pelo jornalismo após período de militância política. Essa militância aparecerá no livro pois a protagonista é filha de ex-guerrilheiros que atuaram durante o regime militar. O pai figura na lista de desaparecidos políticos e no transcorrer da narrativa é revelado ao leitor que ele foi torturado e morto pelos agentes da repressão. A mãe fora detida na mesma ocasião da prisão do pai só que teria tido mais sorte ao escapar com vida ainda que tivesse que sobreviver ao trauma de ter sido presa grávida – assim como a própria Míriam Leitão – e de ter tido que criar uma filha em condições pressão psicológica. Ao final, a mãe da protagonista se embrenha no caminho da política oficial e é desse fato que se originará parte dos conflitos presentes no livro pois o irmão da ex-militante foi um dos militares envolvidos com casos de tortura no período ditatorial. Em síntese, pode-se afirmar que Míriam Leitão encontra-se diluída entre os personagens principais pois cada um carrega um elemento da trajetória de vida da autora. Se unidos todos os elementos de identificação, poder-se-ia dizer que o livro se trata de uma biografia romanceada. Em *Tempos Extremos* há a militante que foi presa grávida e existe a referência a um jornalismo engajado pois um dos personagens coadjuvantes, o marido da protagonista, realiza um trabalho de reportagem sobre desaparecidos políticos. A própria jornalista realizou um documentário sobre o desaparecido político ex-deputado Rubens Paiva em 2012. No livro também há menção à barbárie da escravidão vivida por africanos pois a protagonista inexplicavelmente consegue viajar no tempo e conversar com pessoas em condição de escravidão que viviam na época do Brasil colonial. O tema da escravidão também toca a vida pessoal de Leitão pois ela é fruto da miscigenação, seu pai era descendente de ex-escravos. Sabe-se que o pai de Leitão conseguiu superar sua precária condição social de mulato e tornar-se pastor protestante e diretor de escola. No livro também consta uma referência sutil à irmã de Míriam Leitão, há uma personagem escrava exímia pianista, que vislumbra um futuro melhor a ser conquistado pelo seu talento. A irmã de Míriam Leitão, também uma descendente dos africanos escravizados, é uma pianista reconhecida. Em síntese, são variados os elementos de identificação entre o romance escrito por Míriam e a sua própria história, o que leva à conclusão de que a autora empreendeu uma camuflagem estilística de sua autobiografia. Como a jornalista ainda não empreendeu a redação de suas memórias pelo fato de ainda estar em plena atividade, pode-se dizer que *Tempos Extremos* equivale a uma biografia ficcionada. Dito isso, é necessário ressaltar que o ímpeto para registrar a própria trajetória de vida está relacionado primeiramente ao fato de que a

colunista se situa na elite profissional jornalística e em segundo lugar deve-se à intenção de assumir o controle sobre a própria história em tempos de conflito pela (re)definição da memória nacional.

	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2017
Modernização da imprensa				<p>1980</p> <p>Chefe de Editoria Economia e Cultura da Colunista e Colunista do <i>Jornal do Brasil</i> (1987-1990)</p> <p>Colunista do <i>Telejornal Bem-Di-Graz</i>/TV Globo (1995-2017)</p>	<p>1990</p> <p>Colunista da editoria de Economia do jornal <i>O Globo</i> (1995-2017) e <i>Tribuna</i> de programa no canal de notícias Globo News (1998)</p>	<p>2000</p> <p>Maia Moore Caboti (2005)</p> <p>Colunista de Economia da rádio CBN (1991)</p>	<p>2010</p> <p>Pêmio Essô (2013)</p>	<p>2017</p>
	Política			<p>1970</p> <p>Premiação pela Odebrecht por serviços prestados ao governo (1972)</p>				<p>2010</p> <p>Pêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Liberdade de Imprensa (2012)</p>
Literatura (e Artes)								<p>2010</p> <p><i>A Janga Brasileira e a Janga Brasileira de Imprensa</i> (2011) - Prêmio Jabuti (2011)</p> <p><i>Amor e Gênesis: Esquema na Literatura</i> (2014)</p>
	Universidade			<p>1970</p> <p>Graduação em Jornalismo pela UFMG (1971)</p>			<p>2000</p> <p><i>Esses programas se confundem: Análises em 2000</i> - FGV de Alta Avaliação de Abertura (2006)</p>	
<b>MÍRIAM LEITÃO</b>								

Tabela 3 - Espaços de consagração - Míriam Leitão

## 2.5. Carlos Azevedo e Mylton Severiano: os memorialistas da revista *Realidade*

Carlos Azevedo e Mylton Severiano são jornalistas com muito em comum. Compartilham origem e trajetória social semelhantes. Ambos participaram coletivamente de projetos editoriais e jornalísticos considerados importantes para a história da imprensa brasileira durante os anos 60 e 70 como a revista *Realidade* e os jornais da imprensa alternativa. Entretanto, o reconhecimento individual somente foi conquistado por eles a partir da década de 1990 após a consagração de suas produções jornalísticas no meio acadêmico, ocasionada pela profusão de dissertações de mestrado e teses de doutorado que tinham a revista *Realidade* como objeto e/ou fonte de pesquisa. Diferentemente dos casos aqui considerados como exemplares da elite jornalística brasileira consolidada entre as décadas de 1970 e 2000, Azevedo e Severiano não obtiveram reconhecimento nas quatro áreas de atuação onde os jornalistas tradicionalmente conquistam projeção e notoriedade, notadamente a *modernização da imprensa*, a *literatura*, a *política* e a *universidade*. A notoriedade deles se concentra no âmbito do jornalismo, especialmente a imprensa política dos anos 70 e a universidade como fontes de pesquisa.

Azevedo e Severiano foram atuantes na produção e difusão dos jornais da imprensa alternativa nos anos 70 e como jornalistas e militantes tiveram que lidar com o período de censura e repressão imposto pelo regime militar, bem como, estiveram presentes durante o processo de transformação do mercado profissional jornalístico consubstanciado pela modernização das empresas de comunicação e pela profissionalização da atividade. É especialmente a partir dessa experiência em comum que emerge outro fator que os aproxima. Tanto Azevedo como Severiano empreenderam projetos memorialísticos, ou seja, publicaram livros a respeito de suas memórias pessoais e profissionais. Em 2007 Carlos Azevedo publicou o livro *Cicatriz de reportagem – 13 histórias que fizeram um repórter* pela editora paulistana Papagaio e em 2013 Mylton Severiano publicou o livro *Realidade – a história da revista que virou lenda* pela editora catarinense Insular. Portanto, ambas as publicações foram promovidas por editoras pequenas. Tanto nas obras citadas como nas entrevistas a mim concedidas em pesquisa de campo há referência por parte dos jornalistas a uma origem e trajetória social confluentes.

Azevedo e Severiano são interioranos, nasceram e foram escolarizados em municípios do interior. Carlos Alberto Azevedo nasceu

no dia 11 de dezembro de 1939 na capital paulista mas viveu durante a infância na região do Pontal do Paranapanema onde morou nas cidades Presidente Venceslau e Presidente Epitácio. Mylton Severiano nasceu em 10 de setembro de 1940, em Marília, também no Estado de São Paulo. O pai de Azevedo era de uma família que residia na capital, recebeu boa instrução e estudou no Colégio Mackenzie até o final do que hoje se denomina Ensino Médio, contudo, com a crise dos anos 30, ele foi para o interior onde se tornou administrador de fazendas e se casou com a filha de um proprietário de terras em Marabá Paulista (Azevedo, 2007, p. 327). Mylton Severiano, por sua vez, é filho de um casal de migrantes, o pai Bernardo Severiano da Silva era alagoano, de Viçosa, radicado em Marília, a mãe, Giulietta Mazzola uma emigrante da Itália. Tinham baixa instrução, eram semianalfabetos, a mãe era agricultora e trabalhava em lavouras de café, o pai inicialmente sapateiro, tornou-se com o tempo comerciante de calçados. Assim quando Mylton Severiano era criança a família já desfrutava de uma condição econômica razoável (Severiano apud Briso, Siqueira, 2008).

Apesar de os filhos dessas famílias não terem adquirido um diploma universitário pode-se aventar que eram grandes as expectativas dos pais em relação a eles, tanto que ambos foram para a capital trabalhar e estudar a fim de entrarem em um curso superior. Contudo, quando chegaram à São Paulo, a metrópole não era uma novidade para um deles, Carlos Azevedo tinha parentes paternos que viviam na capital e por isso desde a infância manteve contato com a cultura e o ambiente urbanos como discorre:

A primeira infância vivi no sertão (...) nos intervalos ia a Presidente Venceslau, visitar os parentes da minha mãe. E, vez por outra, voltava a São Paulo para curtas temporadas com a família do meu pai. Na fazenda, convivía com arreios, botas, esporas, anzóis, espingardas; em Presidente Venceslau, ia ver faroeste no cinema e chupar picolé, além de amolar meus tios para lerem gibis para mim; na capital, andava de bonde e brincava como o piano da avó paterna. Aos sete anos, a luz de lampião, na fazenda, meu pai me ensinou a escrever as letras do alfabeto e logo passei a ler as histórias em quadrinhos. Assim me criei, um híbrido, longe de ser um cosmopolita, mas com algumas influências da cultura da capital, e nem um rapaz do campo autêntico, em que pese a vivência

da roça. Meio caipira, meio urbano (Azevedo, 2007, p. 328).

Através dos relatos biográficos, pode-se pressupor que a formação política se sobrepôs à formação escolar para Azevedo e Severiano. Quando indagados sobre o papel dos pais na escolarização, não houve referência materna substancial, apenas uma menção de Azevedo sobre o hábito de sua mãe de ler histórias para os filhos em voz alta. O que se evidenciou foi uma afinidade existente na formação de ambos associada à presença paterna e, por isso, uma preponderância da formação política ao invés de escolar já que tradicionalmente era a mãe quem estava mais próxima dessa modalidade de aprendizado na infância. Cumpre destacar que os pais eram ligados à atividade partidária política. O pai de Azevedo era vinculado ao então Partido Social Progressista e em seus relatos o jornalista recorda que discussões políticas eram comuns em sua casa. Mylton Severiano descreve em suas memórias que o pai era um “alto quadro do Partido Comunista, cuja importância se podia medir por ter sido um dos presos de primeira hora no golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, cassado nos direitos políticos por dez anos” (Severiano, 2013, p. 171). Nos dois casos, os jornalistas declararam que os pais tiveram um importante papel no processo de escolarização feita em ambiente doméstico antes de ingressarem no sistema escolar.

Esses pais também desempenharam uma função importante na formação literária e intelectual de seus filhos ao fornecerem acesso a livros, revistas e jornais. Severiano relatou que na infância seu pai o apresentou à obra infantil de Monteiro Lobato e depois na adolescência, autores brasileiros ligados ao Partido Comunista como Jorge Amado e Graciliano Ramos<sup>30</sup>. Azevedo também creditou ao pai a sua inserção na cultura escrita e também ao incentivo à leitura de jornais, revistas e histórias em quadrinhos. Contou que pôde conhecer obras da literatura universal por meio de uma coleção publicada pela Editora Ebal nos anos 50 intitulada Edições Maravilhosas que reproduziu histórias consagradas em quadrinhos como *O corcunda de Notre Dame* de Victor Hugo, *O conde de Monte Cristo* de Alexandre Dumas, *Oliver Twist* de Charles Dickens e *Volta ao mundo em 80 dias* de Julio Verne e *Robinson Crusóe*

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida por SEVERIANO, Mylton. [ago 2009]. Entrevistadora Vaniucha de Moraes. Florianópolis, 2009. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

de Daniel Defoe. Para Azevedo a leitura de autores brasileiros começou com Monteiro Lobato, cuja coleção infantil foi lida durante uma temporada passada na casa de um tio na capital<sup>31</sup>.

Pode-se perceber que os jornalistas se beneficiaram da então nascente Indústria Cultural brasileira uma vez que os anos de formação se deram nas décadas de 1940 e 1950. Suas referências reúnem uma grande diversidade de impressos: clássicos da literatura traduzidos, jornais, revistas, histórias em quadrinhos e edições infantojuvenis como *Tesouro da Juventude* e *Coleção Saraiva* que na época adaptaram as obras de autores consagrados para o público jovem.

A formação intelectual deles pode ser melhor entendida se a situarmos dentro do contexto em que ocorreu. No período citado o acesso aos impressos de uma forma geral se ampliou em decorrência da explosão do mercado editorial brasileiro ocorrida na primeira metade do século XX<sup>32</sup>. Tal contingência acabou por fomentar a edição de livros de autores nativos como Monteiro Lobato, considerado o maior *best-seller* no ano de 1937 (Miceli, 2001, p. 147). Lobato é uma unanimidade entre os jornalistas referidos sendo citado como uma espécie de leitura transformadora realizada na infância cujas marcas permaneceram por toda a vida intelectual.

Aliado a esse fenômeno editorial também ocorreu o surgimento de editoras vinculadas ao Partido Comunista, responsáveis pela difusão de uma literatura de formação militante. São inauguradas várias casas editoras responsáveis por publicar obras literárias e políticas assim como difundir o ideário comunista. Entre a década de 1930 até o período pré-1964 estabelecimentos como a Gráfico-Editora Unitas (1930-1934), a Editorial Vitória (1944-1964) e a Editora Civilização Brasileira (1962-1964) publicaram obras literárias e políticas que eram diretamente ou

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida por AZEVEDO, Carlos. [dez 2009]. Entrevistadora Vaniucha de Moraes. São Paulo, 2009. A entrevista na íntegra se encontra no Apêndice B desta tese.

<sup>32</sup> A expansão do mercado editorial no Brasil é resultado do processo de substituição de importações de bens simbólicos ocorrido como desdobramento da crise de 1929 e o início da Segunda Guerra Mundial que dificultaram a importação de livros portugueses e franceses e obrigou os editores brasileiros a adquirirem os direitos de tradução das obras para publicarem no Brasil. Como consequência, a produção destinada ao mercado interno suplantou a produção estrangeira anteriormente importada na língua original (Miceli, 2001, p. 147).



indiretamente vinculadas aos autores marxistas<sup>33</sup>. Tais editoras eram responsáveis pela publicação de edições de formação política, traduções de livros europeus associados à ideologia comunista, além da produção e distribuição de jornais e revistas que ajudaram a amplificar o imaginário da esquerda brasileira (Deaecto; Mollier, 2013, p. 15).

Ao aferir amostras do conjunto de títulos publicados pelas principais editoras orientadas pela *agitprop* com o repertório de livros citados como referência pelos jornalistas remanescentes de *Realidade* constatei uma confluência entre a formação intelectual deles e as leituras comunistas que começaram a se propagar nos anos 30. Cabe destacar o papel desempenhado pelas figuras dos pais vinculados aos partidos políticos. Ambos declararam a influência do pai no processo de alfabetização e formação de hábitos de leitura. Em muitos casos o primeiro contato com livros ocorreu concomitantemente ao *boom* da literatura comunista no Brasil ocorrido entre a Revolução de 1930 e o Golpe do Estado Novo de 1937 (Secco, 2013, p. 63).

As referências às leituras comunistas e às obras de autores publicadas por editoras que se propunham engajar e mobilizar intelectuais estão presentes no repertório de formação intelectual. Clássicos da literatura europeia são predominantes nas leituras de iniciação. Alexandre Dumas e autores franceses e ingleses são mencionados como influência para Carlos Azevedo. A literatura brasileira é recorrentemente citada. Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado, representantes da literatura regionalista dos anos 30, são referenciados nas memórias literárias dos entrevistados e o contato com esses autores começou na maior parte dos casos, no início da idade adulta e da carreira jornalística com exceção das leituras das obras de Monteiro Lobato feitas, sobretudo na infância. Importa salientar que os autores Monteiro Lobato e Jorge Amado – cultuados pelos entrevistados – estão presentes na relação de obras que tiveram mais destaque a partir de 1947 na Editorial Vitória (Maués, 2013, p. 135), vinculada ao Partido Comunista e que fazia parte de uma rede de órgãos de divulgação que incluía jornais – entre eles o

---

<sup>33</sup> Tal estratégia era tributada às deliberações do Partido Comunista cujas ramificações se expandiam por várias partes do mundo no começo do século XX. A *agitprop* (estratégia de agitação e propaganda no jargão comunista) nasceu do paradigma segundo o qual o livro possui um potencial transformador e os impressos de uma forma geral – folhetos, opúsculos, revistas e jornais – detêm o potencial de conscientizar e insuflar revoluções. Essa estratégia capitaneada pela III Internacional Comunista (1919-1943) se converteu no esforço dos Partidos Comunistas locais em criar especificamente mecanismos de comunicação (propaganda) e formação de quadros (agitação).

jornal *A classe operária*, órgão oficial do partido –, revistas, editoras e entidades culturais (2013, p. 122). Monteiro Lobato, especialmente, cujas obras foram um sucesso editorial nas décadas de 30 e 40, está presente na relação de autores da Editorial Vitória.

Monteiro Lobato é uma unanimidade entre os jornalistas e pode-se presumir que tal referência se explica pela ampla difusão das obras desse autor nos anos 30 e 40. Lobato é referência e também *best-seller* no período em que estabeleciam hábitos de leitura, ou seja, na juventude. O escritor de *Reinações de Narizinho* e *Urupês* era uma literatura de acesso fácil se comparada às leituras mais exclusivas. Por isso, o discurso que enaltece a obra de Lobato exalta de certa forma o gosto por uma literatura “popular” e remete à militância política que muitos exerciam fora da redação. O jornalista e escritor Roberto Freire, um dos jornalistas que compuseram a primeira equipe da revista *Realidade* era membro da organização clandestina Ação Popular e, conjuntamente com Paulo Patarra, o então editor-chefe da publicação, foram considerados mentores das grandes ideias que surgiram em *Realidade*. Ambos exerciam forte influência sobre a redação e não coincidentemente a admiração pela obra de Monteiro Lobato é compartilhada e citada como referência na formação intelectual em todas as entrevistas concedidas a mim e nas memórias publicadas em livro. Na época em que entrevistei Mylton Severiano, o jornalista fazia uma série de entrevistas com os amigos para redigir o livro *Realidade – a revista que virou lenda*. Quando perguntado a respeito de sua formação intelectual, cita Monteiro Lobato como uma referência comum a todos: “Monteiro Lobato é recorrente. Entrevistei todos os sobreviventes, praticamente, por causa do livro. Invariavelmente, na infância, Monteiro Lobato. Bom texto, mordaz. A Emília era o Lobato. Havia o espírito questionador” (entrevista à autora)<sup>34</sup>. O depoimento de Carlos Azevedo corrobora o do colega:

Depois uma coisa que eu tenho que eu acho que marcou a minha geração toda foi Monteiro Lobato, com aquela coleção infantil. Eu acho que aquilo ali foi a universidade de muita gente, a minha pelo menos, ou aquilo que eu entendia de mundo na época. Atribuo a Monteiro Lobato uma postura,

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida por SEVERIANO, Mylton. [ago 2009]. Entrevistadora Vaniucha de Moraes. Florianópolis, 2009. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo C desta tese.

uma influência revolucionária sob a classe média da época. Eu acho que foi um grande revolucionário. E a literatura infantil dele transformou cabeças, a minha inclusive (entrevista à autora)<sup>35</sup>.

No período da revista *Realidade*, alguns membros da redação – como Carlos Azevedo e Roberto Freire – estavam ligados à Ação Popular, movimento social então clandestino. A formação política deles repercutiu na forma de cobertura dos assuntos pautados pela publicação. Jorge Amado, por exemplo, é considerado como leitura obrigatória. O escritor baiano é autor de *O cavaleiro da esperança*, biografia de Luís Carlos Prestes publicada pela Editorial Vitória em 1956. Amado também dirigiu a coleção *Romances do Povo* (1954-1956) publicada pela referida editora (Maués, 2013, p. 151)<sup>36</sup> que impactou o imaginário dos jornalistas e serviu como inspiração para produção de muitas das reportagens realizadas na *Realidade*. Pode-se perceber a influência tanto na temática quanto no que se refere à linguagem, como se pode notar nas reportagens: *Um despacho de amor* de Narciso Kalili (abril de 1966) e *Meninos do Recife* de Roberto Freire (agosto de 1967). A última reportagem remetia diretamente à história do romance *Capitães da Areia*, de Jorge Amado e que rendeu o prêmio Esso a Roberto Freire como veremos posteriormente na seção dedicada ao escritor e jornalista.

Tanto para Azevedo como para Severiano o reconhecimento perpassa a experiência na revista *Realidade* e na militância na imprensa alternativa, contudo, o jornalismo não foi a primeira opção de carreira mas uma bem vinda contingência das circunstâncias no transcórre de suas trajetórias. Para eles a ida para a capital foi motivada pelo projeto pessoal de ingressar em uma universidade, o jornalismo aconteceu como uma forma de ingresso no mercado de trabalho e de manutenção na capital no início da década de 1960. Azevedo recorda que após concluir o Segundo Grau fez vestibular para Ciências Sociais na Universidade de

---

<sup>35</sup> Entrevista concedida por Azevedo, Carlos. [dez 2009]. Entrevistadora Vaniucha de Moraes. São Paulo, 2009. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta tese.

<sup>36</sup> O objetivo da coleção *Romances do Povo* (1954-1956) era “traduzir obras literárias que colocavam em primeiro plano os valores de uma nova sociedade a ser construída” (Maués, 2013, p. 150) e dar a oportunidade ao público brasileiro de ter acesso a um tipo de literatura que não era comumente editada no país, tais como títulos de autores soviéticos e vinculados ao realismo socialista (Maués, 2013, p. 151).

São Paulo (USP), porém não conseguiu ser aprovado. Já trabalhava como jornalista nessa época, era repórter do jornal *O Estado de S.Paulo*, estava “empolgado” e portanto acreditava que sua formação no exercício da atividade já era suficiente. Também conta que era um leitor voraz e muito interessado em várias áreas do conhecimento, o que o ajudou em seu ofício. Recorda que ao longo de seu percurso nas redações acabou “se formando e adquirindo conhecimento de mundo mesmo não sendo formal, via universidade” (entrevista à autora)<sup>37</sup>.

A ida de Severiano para a capital paulista teve um motivo bem definido pelo pai, ele faria o curso de Direito. No entanto, após iniciar a graduação na USP enquanto começava a trabalhar como jornalista, o mariliense percebeu que teria mais chances de explorar seus talentos no jornalismo. O curso de Direito não se harmonizava com o perfil de Severiano, mais inclinado à produção cultural a ponto de ter cursado por seis anos música em um conservatório (era acordeonista por formação). Entre tantos motivos que levaram Severiano a decidir pelo jornalismo é possível que tenha intuído que teria mais oportunidade de ascensão no jornalismo do que no universo jurídico. Na época a imprensa de São Paulo estava em plena modernização. Além disso, para o ingresso no jornalismo pôde acionar o capital social associado às suas redes de relação. Um amigo de infância, vizinho em Marília e colega no jornal do grêmio estudantil, *Uirapuru*, já estava estabelecido profissionalmente em um grande jornal quando Severiano chegou à capital. O episódio é relatado no trecho de entrevista a seguir:

Meu pai me fez a cabeça: “Vai fazer Direito porque depois você volta para Marília e vai atender aos trabalhadores”. Muito bem. Eu cheguei em São Paulo. Meu pai me deu um dinheirinho para eu passar um mês, dois meses. Mas logo eu tratei de procurar um emprego e fui falar com o Woile [Guimarães], meu amigo que veio um ano antes. Ele veio para São Paulo e o pai dele tinha um amigo na *Folha de S.Paulo* que arrumou um lugar para ele. Em um ano de *Folha de S.Paulo* ele já estava ali meio de “sub” de uma editoria que se chamava Interior e Estado e ele me arrumou um lugar na revisão [...] Com três meses de revisão abriu um

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida por Azevedo, Carlos. [dez 2009]. Entrevistadora Vaniucha de Moraes. São Paulo, 2009. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta tese.

lugar lá onde o Woile estava [...] Aquilo me deixou muito entusiasmado. Eu pensei comigo: “É isso o que eu quero. É jornalismo o que eu quero” e graças a Deus não havia aquela porcaria de exigir diploma. A gente tinha era vocação mesmo. Então, comecei assim. Com três meses eu já era jornalista profissional, ganhando dinheiro com jornalismo (Severiano apud Briso, Siqueira, 2008, p. 3).

O acionamento das redes de relação para ingresso no jornalismo também ocorreu com Azevedo. Aos 17 anos ele foi para Campinas estudar e trabalhar. Nesse período trabalhou em um escritório e publicou textos em alguns jornais pequenos, um deles, um periódico da Faculdade de Filosofia da PUC (Pontífica Universidade Católica) e outro, chamado *Correio Popular*. Para essa iniciativa contou com a ajuda de um amigo que estudava na instituição. Dois anos depois, esse amigo o indicou para um cargo no jornal *A Hora*, vespertino popular que havia na capital. Foi nesse jornal que começou a trabalhar na condição de foca, ou seja, calouro em redações, quando tinha 20 anos, em 1959.

Enfim, Azevedo e Severiano não precisaram de formação superior para ingressar no ofício. Azevedo completou o Segundo Grau enquanto Severiano, ao chegar no segundo ano do curso de Direito, desistiu da graduação a partir do momento em se estabeleceu como jornalista. Cumpre ressaltar que para os dois o ingresso e a ascensão em grandes empresas de jornalismo se deu via rede de relações, ou seja, foram colegas e amigos detentores de maior influência que lhes convidaram e indicaram para cargos e posições.

É preciso enfatizar que os dois ingressaram no jornalismo na mesma época, início da década de 1960, período marcado pela efervescência cultural e política e também pela consolidação de uma Indústria Cultural nacional. Grandes editoras, emissoras de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (TV), indústria fonográfica e cinematográficas se consolidavam tendo a juventude como seu principal público-alvo. Em vários âmbitos da atividade cultural se respirava inovação, desenvolvimento e modernidade. Um nacionalismo romântico impulsionava os criadores a se envolverem em produções engajadas em que se confluía o anseio pelo descobrimento do Brasil profundo e a valorização das manifestações populares. Portanto o contexto sócio-histórico em que se profissionalizaram exerceu uma influência definitiva, como testemunhou Azevedo:

A gente imaginava uma forma diferente de fazer

jornalismo, achávamos que tínhamos que fazer um jornalismo mais ligado aos problemas do povo, mais ligado aos problemas da população, isso tudo, assim, muito improvisadamente, não como uma coisa planejada, discutida. Mas achávamos isso [...] que o jornalismo tinha que transformar. E foi com essa mentalidade que a gente foi parar na revista *Realidade* (entrevista à autora).<sup>38</sup>

A militância política imprimiu uma marca em suas trajetórias. Nos depoimentos concedidos e nos registros autobiográficos o leitor atento pode identificar a presença de determinados marcadores temporais significativos: a greve dos jornalistas ocorrida em 1961 em São Paulo, capitaneada pelo Sindicato dos Jornalistas; a experiência de participação na equipe precursora da revista *Realidade* entre os anos de 1966 e 1968; e a atuação nos jornais da chamada imprensa alternativa na década de 1970. A referência que fazem a esses marcos temporais não é gratuita, ela objetiva enfatizar temáticas consideradas relevantes dentro da historiografia da imprensa brasileira.

A greve dos jornalistas de 1961 consta no livro *Jornalistas: 1937 a 1997* escrito por José Hamilton Ribeiro em comemoração aos 60 anos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em 1998. Tal greve é definida por Ribeiro – colega de ambos, Azevedo e Severiano dos tempos de *Realidade* – como um momento “heroico” em que a categoria ansiosa por melhor remuneração conseguiu enfim “consagrar o princípio do piso profissional” (Ribeiro, 1998, p. 99) o que repercutiu na profissionalização da atividade e também no maior acirramento político como sugere o relato de Severiano:

Em 1962, em consequência de uma famosa greve aqui em São Paulo no ano anterior, em que nós conseguimos o piso salarial e outros direitos, mas principalmente o piso salarial da categoria [...] nós conseguimos várias vitórias nessa greve, mas os cabeças e os que tiveram uma participação muito ativa, em 1962, a partir do começo daquele ano, eles começaram a ser demitidos da *Folha*. Eu fui um deles. Isso já era preparação do golpe, que era cortar cabeças. Depois que a gente começa a

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida por Azevedo, Carlos. [dez 2009]. Entrevistadora Vaniucha de Moraes. São Paulo, 2009. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo B desta tese.

perceber [...] Em 1962 então começaram a demitir essas pessoas mais aguerridas [...] (Severiano apud Briso, Siqueira, 2008, p. 5).

Nesse momento de aglutinação é possível supor que vários laços de amizade se fizeram ancorados no colegismo e nas afinidades ideológicas. Tais laços foram mobilizados como capital social para admissão na Editora Abril que então organizava suas primeiras equipes jornalísticas. Isto é, na redação de *Quatro Rodas* e *Realidade* se reuniram jornalistas que participaram da antológica greve e se consagraram em uma modalidade de imprensa considerada progressista e contestadora do *status quo* conservador e militar da época, primeiro de uma forma branda e camuflada na publicação da Abril e depois de uma forma explícita e direta nos jornais da imprensa alternativa. Importa destacar que a rede de relação associadas ao ativismo político auxiliaram na edificação de carreiras. Azevedo começou a trabalhar na Editora Abril na revista *Quatro Rodas* em 1964 a convite de Paulo Patarra, editor-chefe, um dos responsáveis pela criação da revista *Realidade* e também um militante político. O convite foi bem recebido por Azevedo uma vez que na Editora Abril já estavam grande parte dos colegas com quem mantinha afinidades e gostaria de trabalhar como José Hamilton Ribeiro, Sérgio de Souza, Mylton Severiano e José Carlos Marão. Mylton Severiano também entrou para a Editora Abril em 1964 por indicação de outro nome forte da revista *Realidade*, Otoniel dos Santos Pereira. Ele começou na *Quatro Rodas*, assim como Carlos Azevedo e José Hamilton Ribeiro, depois foi transferido para redação da *Realidade* a convite de Paulo Patarra.

Azevedo e Severiano foram integrantes da primeira equipe de *Realidade* entre abril de 1966 e novembro de 1968 e no período experimentaram um reconhecimento de alcance nacional inédito. Entretanto, o sucesso alcançado pela revista na época<sup>39</sup> não se equipara àquele ocorrido a partir dos anos 80 e 90 quando o mito em torno da publicação foi sendo paulatinamente construído por intelectuais e pesquisadores responsáveis pela edificação da historiografia recente da imprensa brasileira. Nesse período Azevedo, Severiano e outros ex-integrantes da revista começaram a ser procurados para conceder entrevistas para pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa quando estavam em outros momentos de suas vidas.

---

<sup>39</sup> O sucesso da revista *Realidade* junto ao público jovem entre 1966 e 1968 motivou Millôr Fernandes a classificar a geração de 1968 como “geração *Realidade*”.

A partir da experiência na publicação da Editora Abril, Azevedo e Severiano seguiram caminhos mais ou menos paralelos acompanhando o intenso processo de politização dos profissionais da imprensa na época, integraram-se a grupos que desenvolveram uma forma alternativa à grande imprensa então cerceada pela censura e pela repressão do governo ditatorial. Esse fato consiste em outro marco temporal decisivo nas memórias dos ex-jornalistas da revista *Realidade*.

Os egressos da publicação foram entrevistados por Bernardo Kucinski para produção de sua tese de doutoramento centrada nos jornais “nanicos” dos anos 70. Intitulada *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da Imprensa Alternativa* foi defendida em 1991 na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e nela a revista *Realidade* é descrita como uma publicação que “fazia sucesso com um jornalismo baseado na reportagem social, na discussão crítica da moral e dos costumes, mostrando o Brasil real, em profundas transformações” e também como “matriz importante do ciclo alternativo, nela estando raízes de duas das principais vertentes da imprensa alternativa, a que se pode denominar como vertente existencial e vertente política” (Kucinski, 2003, p. 36-37). Ao trabalho de Kucinski se adicionaram muitos outros que elegeram *Realidade* seja como fonte ou objeto de pesquisa. Tais produções científicas e técnicas se encarregaram de consolidar a



notoriedade da revista no meio acadêmico durante as décadas de 80 e 90<sup>40</sup>.

Em seu texto Kucinski chama atenção para a coesão do grupo oriundo de *Realidade*: “A principal característica desse grupo moldado no ambiente de autonomia jornalística da redação de *Realidade* era sua conduta peculiar de desprezo às convenções e tradições, fazendo deles uma das mais demarcadas ‘panelas’ do jornalismo brasileiro sob o aspecto do código de comportamento” (Kucinski, 2003, p. 231). A analogia com a expressão “panela” expressa a sintonia do grupo em torno de afinidades de ordem cultural e ideológica mas também deixa entrever as estratégias a que esses profissionais poderiam lançar mão em situações que envolvessem convites para projetos coletivos ou possíveis indicações para cargos em empresas de jornalismo.

Tais estratégias confirmam uma particularidade do campo jornalístico no que se refere aos critérios de seleção e recrutamento. Ainda que o capital social proveniente de diversas esferas de atividade não seja mencionado pelos jornalistas de forma a associá-los à ascensão profissional, tem-se que esse campo profissional tem como especificidade a mobilização de diferentes recursos – oriundos de diferentes inserções e reconversões – que podem ser acionados para o desenvolvimento na

---

<sup>40</sup> *Jornal, História e Técnica*, de Juarez Bahia (livro técnico, 1972); *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*, de Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (livro técnico, 1986); *Jorge Andrade, Repórter Asmodeu: leitura do discurso jornalístico de autor na revista Realidade*, Maria Terezinha Tagé Dias Fernandes (tese de doutorado, ECA-USP, 1988); *Do romance reportagem como gênero*, Rildo Cosson (dissertação de mestrado, Pós-Graduação em Letras-UNB, 1989); *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa*, Bernardo Kucinski (tese de doutorado, ECA-USP, 1991); *O livro-reportagem como uma extensão do jornalismo impresso: realidade e potencialidade*, Edvaldo Pereira Lima (Tese de doutorado, ECA-USP, 1993); *O estilo Magazine: o texto em revista*, Sérgio Vilas Boas (livro técnico, 1996); *Realidade em revista: a revista Realidade, a memória dos jornalistas de uma publicação revolucionária (1966-1968)*, Adalberto Leister Filho (trabalho de iniciação científica, FFCH-USP, 1997); *Leituras de revistas e periódicos: forma, texto e discurso. Um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976)*, Valdir Heitor Bazzotto (tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Linguística-Unicamp, 1997); *A revista Realidade e o processo cultural brasileiro dos anos 60*, Roberto Sabato Cláudio Moreira (capítulo do livro *O jornal: da forma ao sentido*, 1997); *Sob o signo do perigo: o estatuto dos jovens no século da criança e do adolescente*, Rosane Ulhoa Botelho (tese de doutorado, Departamento de História-UnB, 2000); *O leitor e a banca de revista: a segmentação da cultura no século XX*, Maria Celeste Mira (tese de doutorado, IFCH-Unicamp, 2001); *A dança efêmera dos leitores missivistas na revista Realidade*, Leticia Nunes Goés (dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2001); *Entre o sonho e a realidade: pioneirismo, ascensão e decadência da revista Realidade (1966-1976)*, Adalberto Leister Filho (dissertação de mestrado, FFCH-USP, 2003); *Leituras de Realidade (1966-1968)*, Leticia Nunes Goés (publicação de dissertação em livro, 2007); *Realidade (Re) vista: o papel do intelectual na concepção de um projeto revolucionário*, Vaniucha de Moraes (dissertação de mestrado, PosJor-UFSC, 2010).

atividade (Petrarca, 2009, p. 173). Segundo Petrarca, entre as principais esferas de sociabilidade que permitem acumular um conjunto de recursos capazes de serem empregados para o recrutamento e ascensão na hierarquia do jornalismo estão a família de origem, a militância em movimentos sociais, a passagem por partidos políticos e sindicatos e o capital obtido por meio da rede social construída nas redações. Assim é a articulação entre esses recursos que promove a entrada e ascensão na carreira jornalística (Petrarca, 2007, 2009). Portanto, examinar a forma de combinação de recursos empregada pelos jornalistas mencionados permite explorar as características do campo profissional em plena mutação. Cumpre destacar que esse conjunto de recursos aparece como marcadores de legitimidade nas narrativas autobiográficas.

As trajetórias dos ex-jornalistas da revista *Realidade* não apresentam apenas similaridades, mas também diferenças significativas. A maneira como são abordados na produção de Kucinski ilustra essa questão. Azevedo é mostrado como jornalista militante que a partir de 1968 obedece a ordem da AP, Ação Popular, “para se misturar ao povo e cair na clandestinidade” e foi o que ele fez ao demitir-se da Editora Abril (Azevedo 2007, p. 16). Na clandestinidade, por 10 anos colaborou com vários jornais da imprensa alternativa alinhados à “linhagem política” como *Libertação*, *Opinião e Movimento*. Severiano, por sua vez, após ter participado da demissão coletiva da redação de *Realidade* em fins de 1968, se integrou ao grupo de jornalistas que compuseram a “linhagem existencial” dos jornais alternativos junto com outros ex-integrantes da equipe de *Realidade* que não acataram as diretivas da AP.

Cumpre salientar as diferenças apontadas por Kucinski entre as duas linhagens de alternativos pois elas podem elucidar a distinção entre as duas trajetórias. A linhagem existencial caracterizada por Kucinski como engajada e antidoutrinária, foi capitaneada por Sérgio de Sousa e Roberto Freire, jornalistas que exerceram forte influência na redação de *Realidade*. Desta linhagem também participaram Mylton Severiano, Narciso Kalili, José Hamilton Ribeiro, Woile Guimarães e Hamilton Almeida Filho. A linhagem existencial de alternativos deu origem a jornais ancorados na contracultura, como *Bondinho* (1970), *Jornalivro* (1971), *Grilo* (1971), *Fotochoq* (1973), *Ex* (1973), *Viver* (1975), *Mais um* (1976), *Extra-Realidade Brasileira* (1976) e *Domingão* (1976). Em contrapartida, a linhagem política é definida por Kucinski como aquela que foi constituída por jornalistas “da base da AP de *Realidade* que aceitaram as diretivas de se misturar ao povo e acabaram se ligando aos projetos de jornalismo de frente política” (Kucinski, 2003) capitaneada

por Raimundo Pereira e deu origem a jornais político-ideológicos como *Opinião* (1972), *Movimento* (1975), *Assuntos* (1976), um novo *Amanhã* (1977), *Em tempo* (1977), *Bloco* (1979), *Brasil Extra* (1984) e *Retrato do Brasil* (1987). Azevedo e Severiano, portanto, se engajaram em linhagens de jornais alternativos distintas. Ao longo de suas carreiras souberam valorizar as especificidades de suas formas de atuação ao se envolverem em projetos profissionais que rentabilizaram o tipo de capital jornalístico ao qual se alinharam. Sendo assim, Azevedo se orientou para trabalhos essencialmente políticos enquanto Severiano se inclinou para produções voltadas às artes e à literatura. Esses direcionamentos não foram motivados apenas por questões individuais mas também pelas circunstâncias.

Os ex-integrantes da revista *Realidade* atravessaram todo o processo de mudança no mercado profissional jornalístico: a modernização das empresas de comunicação, a regulamentação e profissionalização da atividade, a promulgação do decreto-lei que instituiu a exigência do diploma para o exercício da profissão. Como profissionais, sofreram a imposição da censura aos meios de comunicação durante a ditadura militar e juntos com outros colegas desenvolveram jornais de contestação ao regime. Assim, para se analisar essas trajetórias é preciso compreender que todos esses fatos interceptaram carreiras que estavam em plena ascensão no começo dos anos 60 deixando marcas nos percursos pessoal e profissional.

Durante os anos 80 e 90 Azevedo e Severiano alternaram atuações na grande imprensa e na “imprensa nanica”. Antes do período passado na clandestinidade Azevedo havia trabalhado nos jornais *A Hora*, *O Estado de S.Paulo*, *Diário da Noite* e nas revista *O Cruzeiro*, *Quatro Rodas* e *Realidade*. Como militante colaborou para o jornal *Movimento* entre 1975 e 1979. Após a anistia e durante a redemocratização fez incursões por programas telejornalísticos: TV Globo, entre 1981 e 1985 - Globo Rural - e TV Cultura entre 1986 e 1987. Na sequência, começou a atuar em campanhas políticas, fez programas políticos televisivos para o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) entre 1989 e 1998, e durante os anos de 1989 e 1994 foi editor-chefe das campanhas de TV do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República, como pode ser verificado no fragmento abaixo do jornal *Folha de S.Paulo* do dia 5 de maio de 2006. Azevedo não abandonou por completo sua atuação na imprensa considerada independente. Após o fim do regime ditatorial ainda fez reportagens que foram publicadas nas revistas *Caros Amigos* e *Retrato do*



Figura 32 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

A revista *Caros Amigos* igualmente fez parte da vida de Mylton Severiano. Em primeiro lugar porque foi fundada por Sérgio de Souza e Roberto Freire com quem o jornalista mantinha relações desde a revista *Realidade*. Em segundo lugar, foi editor-chefe da revista entre 2008 e 2009. O percurso de Severiano é marcado pela alternância entre a grande imprensa e as produções que significaram o último respiro da geração de jornalistas que compuseram a imprensa alternativa dos anos 70. No período ditatorial foi redator e editor dos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo*, *Última Hora*, *Jornal da Tarde* e das revistas *Quatro Rodas* e *Realidade*, bem como, fez breves incursões pelas TVs *Cultura* (jornal *Hora da Notícia*, entre 73 e 74), *TV Globo* (*Jornal Nacional*) e *TV Tupi*. Enquanto isso, participava dos jornais alternativos *Bondinho*, *Brasil-Extra*, *Extra-Realidade Brasileira* e *Ex*. Na mesma vertente de jornais independentes atuou até 2009 como colunista e editor na *Caros Amigos* (Molica, 2005, 92). Entre os anos de 1983 e 1984, ocorreu sua última experiência na grande mídia, no programa *Globo Esporte* da TV Globo do Rio de Janeiro. Logo depois, Severiano se estabeleceu como *freelancer* e produtor de documentários para produtoras independentes.

<sup>41</sup> Site Portal dos Jornalistas – perfis.

Posteriormente, nos anos 2000 mudou-se para Florianópolis, Santa Catarina, onde trabalhou em campanhas políticas. Quando faleceu em 2014 ainda trabalhava como *freelancer*, era editor de textos do *Almanaque Brasil de Cultura Popular*, publicação de bordo da empresa de aviação TAM<sup>42</sup>.

Após o período ditatorial, Azevedo e Severiano não mais se fixaram nas grandes empresas de jornalismo, apenas fizeram estadias temporárias como foi mostrado. Provavelmente isso se deve à experiência na imprensa alternativa, a qual nunca abandonaram totalmente, e especialmente às próprias mudanças no mercado profissional jornalístico que incidiram na identidade jornalística e nas tradicionais formas de ingresso e ascensão.

De fato, no transcorrer de suas carreiras eles se tornaram escritores profissionais. A produção bibliográfica desses jornalistas quando comparadas diz muito a respeito de suas trajetórias individuais e como membros de um coletivo profissional. Primeiramente, pode-se constatar que os livros são extensões de seus trabalhos como jornalistas. São livros-reportagens e também livros que reproduzem material jornalístico publicado primeiramente em jornais e revistas, como, por exemplo, o primeiro livro de Severiano escrito em coautoria com Hamilton Almeida Filho, *Extra-Realidade Brasileira*, de 1976. Os livros de Azevedo e Severiano dedicaram espaço significativo à experiência que os jornalistas tiveram na revista *Realidade* e na imprensa alternativa, como exemplifica a obra *Realidade – a revista que virou lenda* de 2013, onde o jornalista conta a história da publicação sob o ponto de vista de quem a produziu nos primeiros anos, de 1966 a 1968, considerado o auge de *Realidade* pela historiografia especializada. Outras semelhanças são que grande parte dessas publicações foram escritas em coautoria com outros jornalistas e foram publicados por editoras pequenas. No final da vida Mylton Severiano auxiliou Palmério Dória – outro colega dos tempos do *Ex – na redação* dos livros-reportagens: *Honoráveis Bandidos* (2009), *O príncipe da privatária* (2013); e foi coautor nos livros-reportagens: *Crime de Imprensa – um retrato da mídia brasileira murdoquisada* (2011) e *Golpe de Estado* (2015), publicado após o seu falecimento. Antes havia escrito solitariamente o livro *Nascidos para perder – história do Estadão* publicado em 2012 pela Editora catarinense Insular.

As diferenças entre os livros publicados também são significativas

---

<sup>42</sup> Site Portal dos Jornalistas – perfis.

para o entendimento das particularidades de cada trajetória. Pode-se averiguar primeiramente que Severiano fez vários trabalhos como biógrafo, sendo que o mais importante deles foi *Paixão de João Antônio* de 2005, biografia do escritor e amigo com quem se correspondia há vários anos desde que se separaram após a saída de *Realidade*. Em *Paixão de João Antônio*, ele começou a registrar a história daqueles que fizeram a revista *Realidade* começando com um dos seus protagonistas mais renomados, o escritor João Antônio. Atuou outras vezes como biógrafo, em 1998 produziu duas edições para a Coleção *Os Grandes Líderes*, da Editora Nova Cultura, intituladas *João XXIII* e *Gorbachev*. Contudo, em 1997 Severiano fez trabalhos que destoaram dos outros já realizados e por isso a autoria deles tenha sido revelada apenas em 2005. Naquele ano escreveu na condição de *ghost writer* as biografias dos socialites Jorge Guinle (*Um século de boa vida*) e Carmen Mayrink Veiga (*ABC de Carmen*).

Pode-se dizer que a inserção de Mylton Severiano como escritor profissional no mercado editorial foi mais incisiva se comparada à de Carlos Azevedo e talvez por isso tenha conseguido publicar um maior número de livros individualmente e conseguido publicar um dos seus livros, *Se liga! O livro das drogas*, de 1997, por uma grande editora, a Record. Tal trabalho, inclusive, concorreu ao prêmio Jabuti na categoria reportagem em 1997.

Por outro lado, os livros que trazem Carlos Azevedo como autor são, em sua maioria, produções em coautoria como os livros-reportagens *Política de Genocídio contra o índio no Brasil* (1973), *Do tear ao computador – a luta pela industrialização no Brasil* com Guerino Zago Jr. (1986, 1988, 1989), *Brasil, direitos humanos* (2008) no qual foi editor-chefe e *Habeas Corpus – que se apresente o corpo* (2010), os dois últimos encomendados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O mais atual e reconhecido trabalho desenvolvido por Azevedo é *Jornal Movimento, uma reportagem*, escrito com Marina Amaral e Natália Viana. O único livro em que figura como único autor é aquele que traz suas memórias, *Cicatriz de Reportagem – 13 histórias que fizeram um repórter*, no qual conta suas memórias pessoais e profissionais. Uma característica desses livros é sua importância para o grupo de jornalistas e intelectuais que combateram o regime militar e por isso sofreram prisões e torturas. Uma explicação para se compreender a produção bibliográfica de Azevedo é a sua maior militância política. O jornalista, inclusive, aparece como um dos autores de *O Livro Negro da*

*Ditadura Militar*<sup>43</sup> publicado e difundido clandestinamente em 1972, uma vez que a publicação trazia relatos de tortura e assassinatos cometidos pelo Estado em uma época de grande repressão. A obra recentemente recobrou importância com os desdobramentos da Comissão Nacional da Verdade e ganhou nova edição em 2014 pela Editora Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois.

Contudo, a militância de Severiano também ganhou registro em livro. Em 2005, foi publicado o livro *10 reportagens que marcaram a ditadura* organizado por Fernando Molica. Dentre os textos selecionados está uma reportagem publicada pelo jornal alternativo *Ex* escrita por Mylton Severiano e Hamilton Almeida Filho sobre um dos acontecimentos mais impactantes do ponto de vista do grupo de jornalistas que se envolveram na luta contra a ditadura militar e a censura, a morte de Vladimir Herzog. Uma curiosidade, a reportagem já havia sido publicada antes por Hamilton Almeida Filho em 1978 no livro intitulado *A sangue quente*<sup>44</sup> prefaciado por Mylton Severiano.

Entretanto, o maior destaque entre os livros publicados pelos jornalistas em análise fica reservado à produção memorialista. Nela a experiência de ter integrado a primeira equipe da prestigiada revista *Realidade* é ressaltado. Importa evidenciar para o presente estudo que, além de retratar um período da história da imprensa brasileira pela perspectiva de seus protagonistas, tais obras deixam entrever as mudanças transcorridas no mercado profissional jornalístico ocorrido a partir da segunda metade do século XX.

Portanto, o estudo das condições de produção dessas memórias é imprescindível para se compreender as estratégias e princípios de afirmação e hierarquização, bem como, a busca pelo monopólio da representação legítima e o funcionamento do campo jornalístico. É necessário também considerar o valor da produção autobiográfica para profissionais da escrita, tais como os jornalistas, para quem a transformação da trajetória pessoal e profissional em capital simbólico representa muito em termos de possibilidade de consagração e

---

<sup>43</sup> O *Livro Negro da Ditadura Militar* foi uma realização de um conjunto de militantes vinculados à Ação Popular, associação clandestina à qual Carlos Azevedo pertencia. Participaram também da pesquisa, redação e distribuição do livro os jornalistas Divo e Raquel Guisoni, Bernardo Joffily, Duarte Pereira, Elifas Andreato, Jô Moraes e Márcio Bueno Ferreira.

<sup>44</sup> *A sangue quente* é uma paráfrase com o título do livro-reportagem *A Sangue frio* de Truman Capote.

legitimação (Miceli, 2001; Pontes, 2003; Grill, 2012).

Os livros de autoria de Carlos Azevedo e Mylton Severiano apresentam tanto semelhanças como diferenças. A primeira associação entre as obras diz respeito ao contexto em que foram publicadas: *Cicatriz de reportagem – 13 histórias que fizeram um repórter*, de Carlos Azevedo, e *Paixão de João Antônio*, e *Realidade – a revista que virou lenda*, ambos de Mylton Severiano, datam de 2007, 2005 e 2013, respectivamente. Portanto, foram redigidos e lançados no mercado editorial após o momento de consagração da revista *Realidade* no meio acadêmico. Isto é, após a ocorrência de uma profusão de trabalhos de pesquisa científica, teses de doutorado e dissertações de mestrado, nas quais a publicação foi revisitada. Para esses trabalhos, os jornalistas aqui citados foram várias vezes requisitados e concederam entrevistas. Uma verificação importante: os trabalhos que se concentraram direta ou indiretamente na revista *Realidade* começaram a ser produzidos nos anos 80 e aumentaram progressivamente nos anos 90 e 2000. Foram feitos sobretudo por pesquisadores que se encarregaram de fixar nos registros a história de *Realidade* tendo em comum o fato de terem formação inicial em jornalismo, atuarem como jornalistas ou professores na área de Comunicação Social e Jornalismo, como por exemplo, Maria Terezinha Tagé, Edvaldo Pereira Lima, José Salvador Faro, Letícia Nunes Goés e Adalberto Leiter Filho.

No conjunto de trabalhos científicos que envolveram a história da imprensa nas décadas de 90 e 2000, a revista *Realidade* ocupa um lugar privilegiado sendo aclamada como um “marco da história do jornalismo brasileiro” (Faro, 1998) e os seus jornalistas são ou foram fontes vivas da história em abordagens que tiveram o método da História Oral como fundamento. Desse modo, ao compulsar as biografias e memórias em conjunto com os trabalhos científicos pude perceber que enquanto *Realidade* conquistava cada vez mais prestígio como objeto de pesquisa no âmbito acadêmico, os jornalistas que fizeram *Realidade* também redigiam seus livros de memórias. Assim, o que o conjunto das obras evidencia é a convergência entre os interesses de pesquisa dos acadêmicos e a vontade de testemunhar dos sujeitos históricos.

Na produção memorialística dos jornalistas citados a revista *Realidade* ocupa espaço relevante ainda que apresente diferenças nas abordagens utilizadas. De fato, os diferentes enquadramentos dados evidenciam as especificidades das trajetórias individuais ao serem comparadas com outras produções que também tiveram a publicação da Editora Abril como assunto.



Mylton Severiano escreveu uma obra em que a publicação e seus protagonistas ganharam centralidade. Em *Realidade – a revista virou lenda*, ele narra como a publicação foi criada e a participação dos envolvidos no processo de produção de reportagens consideradas importantes. O jornalista também se preocupou em definir a origem social e a formação intelectual dos profissionais que fizeram parte da redação do denominado “período áureo”. Para a presente análise pode-se considerar tanto o recorte temporal responsável pela definição do “período áureo” da revista *Realidade* quanto a referência à origem social e repertório cultural dos jornalistas. Tais categorizações já haviam sido feitas anteriormente em trabalhos acadêmicos, os quais o próprio autor cita como referência. O livro de Severiano é até então o último escrito sobre *Realidade* por um dos jornalistas da equipe inicial. Seu autor se preocupou em ilustrar a capa com uma fotografia da equipe precursora, simbolizando a comprovação da ideia subjacente de que o prestígio da revista deve ser associado ao talento dos repórteres, editores de texto, fotógrafos e diagramadores. A imagem da equipe precursora de *Realidade* feita antes da demissão coletiva ocorrida 1968 estampa a capa do livro de Mylton Severiano como pode ser notado na figura a seguir.

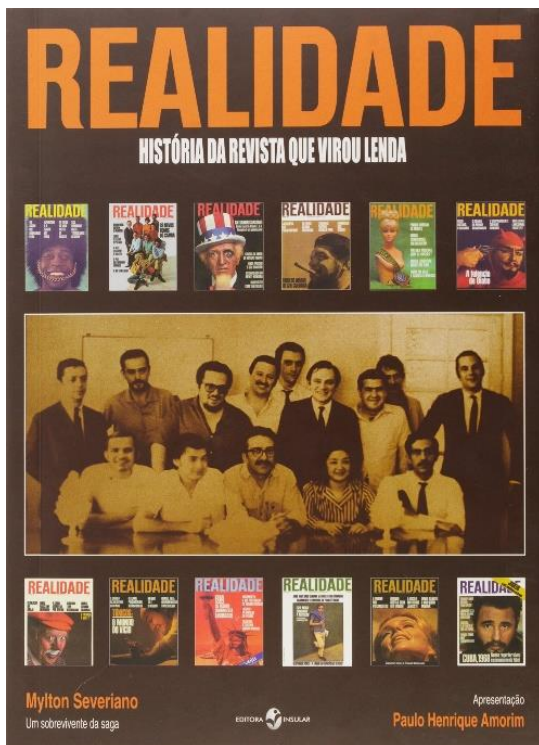


Figura 33 – *História da revista que virou lenda* – Fonte: Editora Insular

A centralidade da publicação também pode ser conferida no livro *Realidade (Re) vista – a história e as melhores matérias da revista que marcou o jornalismo e influenciou as mudanças no país*, de 2010, escrito por José Hamilton Ribeiro e José Carlos Marão, também ex-integrantes da equipe inicial responsável pelo auge da publicação. No entanto, o registro de Ribeiro e Marão se concentra mais em uma descrição técnica da fórmula que gerou *Realidade* e na atribuição do contexto dos anos 60 ao sucesso da revista. Tais características podem ser entendidas através de seus autores, José Carlos Marão era um dos poucos jornalistas não militantes de *Realidade* enquanto José Hamilton Ribeiro se desenvolveu na profissão para além de sua experiência em *Realidade*. Pode-se acrescentar igualmente que Severiano era editor de texto enquanto Marão e Ribeiro eram repórteres, portanto ocupavam posições diferentes na hierarquia da revista. Desse modo, o memorialista mais carente de

reconhecimento foi aquele que depositou maiores expectativas em uma obra que viesse a ressaltar a importância dos profissionais que fizeram a revista.

Mesmo a produção memorialista que não teve a revista *Realidade* como temática central, dedicou-lhe vários capítulos. Os livros de Carlos Azevedo e Severiano têm em comum a perspectiva militante. As obras também contam a história da revista pela ótica de seus produtores situando-os dentro de um contexto sócio-histórico de efervescência cultural e política. No entanto, *Cicatriz de Reportagem – 13 histórias que fizeram um repórter* não é um livro sobre a revista *Realidade* mas sobre a trajetória pessoal e profissional de Carlos Azevedo. Ainda assim, o peso da importância da revista se impõe, pois, das treze histórias do subtítulo, cinco são de reportagens da revista *Realidade*<sup>45</sup> que contrastam com a menor quantidade de reportagens publicadas em outros veículos. Entre as reportagens consideradas mais significativas de sua carreira, Azevedo selecionou além das cinco de *Realidade*, uma feita em *Quatro Rodas* na Editora Abril em 1965, quando integrava a mesma equipe que posteriormente formou *Realidade*, quatro feitas para a imprensa alternativa e apenas três que foram publicadas na grande imprensa<sup>46</sup>, o que revela a posição de prestígio ocupada por Azevedo na militância política jornalística para a qual suas memórias são direcionadas.

Outras duas obras centradas na trajetória individual de jornalistas de *Realidade* que também concederam várias páginas à revista foram *Paixão de João Antônio* e *O jornalista mais premiado do Brasil – a vida e as histórias do repórter José Hamilton Ribeiro*. A biografia do jornalista e escritor João Antônio de 2005, escrita por Severiano baseada na relação epistolar entre os dois amigos data o início do registro histórico dos jornalistas junto ao nome da revista *Realidade*. A biografia do escritor paulistano consagrou o nome de Severiano à medida que conjugou as duas trajetórias intelectuais na historiografia da produção cultural nacional (Miceli, 2009). Na biografia de José Hamilton Ribeiro, *O jornalista mais premiado do Brasil*, redigida pelo colega mais jovem,

---

<sup>45</sup> *Esse Petróleo é meu* (*Realidade* n. 1, abril de 1966); *Indinho brinca de índio* (*Realidade* n. 5, agosto de 1966); *Resgate de uma tribo* (*Realidade* n. 9, dezembro de 1966); *O Piauí existe* (*Realidade* n. 13, abril de 1967); *Agora é guerra* (*Realidade* n. 19, outubro de 1967).

<sup>46</sup> *A situação em Porto Alegre* (*O Estado de S. Paulo*, 1961); *Paz para o índio vencido* (*Quatro Rodas*, 1965) e *Caindo na vida sem esperar a anistia*, (*Quatro Rodas*, 1980); *Declaração americana é subversiva* (Movimento, 1976); *Os maridos assassinos de Minas Gerais* (*Docura*, 1980); *A boiada* (*Globo Rural*, 1984); *O muro americano* (*Caros Amigos*, 1997); e *Pontal: do grande grilo ao Sem Terra* (*Caros Amigos*, 1997).

Arnon Gomes, há também uma relevante presença de *Realidade*, dois capítulos são reservados ao “tempo da grande reportagem”. Entre os episódios vivenciados na época em que atuou como repórter de *Realidade* é retratado especialmente o acidente vivido no Vietnã que mutilou parte de uma das pernas. A experiência trágica como correspondente de guerra não foi apenas penosa do ponto de vista humano mas proporcionou também um legado positivo como foi anteriormente analisado na seção 2.2.

A respeito das condições de produção, pode-se averiguar que a questão referente à autoria diz respeito ao prestígio e às estratégias que envolvem a conquista e a manutenção do reconhecimento. Isso porque as diferenças que definem os gêneros biografia e memória se coadunam às distinções entre as categorias de seus autores. Assim, enquanto as biografias em geral são destinadas a contar a história de indivíduos que possuem uma posição dominante, as memórias se constituem em um gênero reservado à categoria de dominados em determinado âmbito de atividade (Miceli, 2001, 17). Desse modo, pode-se compreender porque José Hamilton Ribeiro e João Antônio foram biografados por colegas de profissão, ao passo que Carlos Azevedo e Mylton Severiano escreveram livros a respeito de suas memórias.

A distinção entre categorias de autores e gêneros de obras se explica pela trajetória de José Hamilton Ribeiro, profissional cuja notoriedade se espalha pelos quatro âmbitos de atuação que tradicionalmente garantem projeção às carreiras jornalísticas, como identificado por essa pesquisa (*empresa jornalística, literatura, política e universidade*). Em contrapartida, o reconhecimento de Azevedo e Severiano se restringe a três desses âmbitos referidos. Mylton Severiano possui notoriedade como jornalista, escritor e como fonte de pesquisa acadêmica privilegiada, enquanto Carlos Azevedo possui reconhecimento como jornalista, militante e também como fonte de pesquisa científica. Obedecendo uma característica da produção memorialística, os livros de Azevedo e Severiano demonstraram ser mais elucidativos a respeito dos conflitos e pressões internas no campo profissional enquanto a biografia de José Hamilton dedica-se tão somente saudar o renome já conquistado do jornalista o que pode ser comprovado pelo próprio título.

Uma característica das obras memorialísticas em questão é a fusão que empreendem entre memória individual e memória coletiva. Isto é, em suas narrativas as memórias individuais e profissionais são vinculadas indistintamente à história da imprensa, do país e do mundo. São mencionados por exemplo, a efervescência cultural e política do Brasil

nos anos 60 para definir as abordagens e temáticas empregadas da revista *Realidade*, bem como, o recrudescimento do regime militar e a imposição da censura para justificar o fim da revista e a migração para a militância na imprensa alternativa. Entretanto, em determinadas passagens dos livros os autores deixam latente o fato de que a publicação de suas memórias esteve mais associada ao contexto presente do que propriamente ao passado, uma vez que empreenderam um enquadramento de suas recordações em um tempo de conflitos em torno da definição da memória e da história do campo profissional jornalístico.

Dos registros emergem referências ao tempo no qual integraram a equipe fundadora de um projeto editorial que estava em sintonia com um tempo de grandes transformações. Contudo, é necessário considerar primeiramente o fato de que tais biografias e memórias foram publicadas a partir dos anos 2000, quando *Realidade* já detinha o título de publicação mais “emblemática da história da imprensa brasileira”. Em segundo lugar, as transformações no mercado profissional aparecem de forma indireta. Um exemplo são as mudanças ocorridas nas formas de recrutamento e ascensão no jornalismo. Essas transformações foram marcadas pela exigência do diploma a partir de 1969, fator que interveio nas estratégias tradicionais de acesso à carreira jornalística associadas tradicionalmente aos recursos da origem social e geográfica, o peso das redes de relações pessoais e a militância política. Como já colocado, essas transformações foram a motivação para o surgimento de um conflito entre duas gerações de jornalistas, aqueles que conquistaram o seu espaço nas redações pela experiência vivida durante as décadas de 60 e 70 e aqueles que se formaram nas universidades a partir dos anos 80 e 90. A marca da segunda geração seria o diploma e a *expertise* técnica e a marca da primeira geração seria o posicionamento crítico.

Assim, pode-se deduzir que o conflito geracional entre autodidatas e diplomados são o pano de fundo da produção memorialística em questão. Tais características emergem das memórias desses jornalistas pois uma marca da narrativa de trajetória de vida é que ela está ancorada no presente embora mire o passado, ou seja, a narrativa autobiográfica está marcada pelo seu contexto de escrita. Portanto, as diferentes abordagens correspondem a objetivos implícitos e estão consonantes com o enquadramento dado em momentos de conflito em torno da definição da memória e da história do jornalismo brasileiro (Pollak, 1989).

Um indício capaz de demonstrar que a produção memorialística em questão toma posição frente ao conflito geracional e as mudanças no mercado jornalístico é a semelhança que apresenta em relação a biografia

do renomado jornalista Cláudio Abramo intitulada *A regra do jogo – o jornalismo e a ética do marceneiro* lançada em 1988. A semelhança consiste no fato de que tanto na biografia de Abramo como nas biografias de Azevedo e Severiano há o resgate da vida pessoal do biografado que aparece entrelaçada com a história da imprensa junto a uma compilação de textos publicados primeiramente na imprensa. Tais características não foram identificadas apenas nas memórias dos egressos de *Realidade* mas se trata de um padrão de memória jornalística que se estabeleceu a partir do final dos anos 80. Sublinha-se que muitas vezes nessas obras o jornalista perfilado é retratado como integrante de um grupo específico de profissionais competentes que obtiveram sucesso devido às suas qualidades intelectuais e seus posicionamentos críticos enquanto membros de uma corporação profissional.

Dessa maneira, tais publicações ao assumirem seus lugares no cenário de disputa por legitimidade e autonomia lançaram mão de estratégias discursivas para difundir um modelo de profissional a ser considerado ideal. Assim, pode-se apreender desses livros de memórias a definição de um modelo profissional que se coaduna com a identidade clássica, a saber, aquela do jornalista autodidata, ou seja, aquele que aprendeu o que sabe pela experiência nas redações e também o que oscila entre a militância política e a aspiração à literatura, meio político, meio artista, indivíduo para o qual o jornalismo se apresenta como uma possível janela de oportunidades. Essa é a imagem cristalizada do profissional de imprensa até o início do século XX e que resistiu até à modernização das empresas e profissionalização da atividade, identidade romântica que foi reproduzida nos registros dos jornalistas em um contexto sócio-histórico de transformações. A partir dos anos 80 e 90 uma nova identidade profissional se consolidou gradativamente cujas características estão calcadas na formação universitária e na *expertise* técnica.

Cumprir acrescentar que na redação dos livros de memórias é recorrente a transmutação do fracasso em carreiras cuja ascensão se faz tradicionalmente via diploma em sucesso profissional. Tal elaboração discursiva em geração está relacionada ao discurso de sagração ao autodidatismo. A defesa do autodidatismo em contraposição à titulação escolar aparece escamoteada no comentário de Severiano a respeito da formação escolar dos ex-jornalistas da revista *Realidade*.

Todos gostavam de ler. Eram autodidatas. Graças a Deus não havia a exigência do diploma. A revista não seria possível. Hamilton Almeida Filho, por exemplo, um dos melhores repórteres que eu já vi

na minha vida, começou a trabalhar aos quinze anos, no jornal carioca *A noite*, hoje extinto. Se houvesse a exigência do diploma, como um cara como esse faria? (...) Jornalista é vocação, é como ser pintor, escritor, poeta [...] Como você pode pedir a um poeta: deixe-me ver seu diploma de poeta? (entrevista à autora)<sup>47</sup>

O relato de Mylton Severiano remonta à identidade clássica ou romântica e por isso faz referência a dois atributos importantes, o jornalismo como arte literária e o autodidatismo. Tais atributos estão relacionados com a exigência do diploma para o exercício do jornalismo que impactou o mercado profissional especialmente para aqueles que antes detinham posições de prestígio como Azevedo e Severiano, ex-integrantes da redação de uma das publicações mais aclamadas da Editora Abril. Por isso, em seus registros memorialísticos há uma contraposição explícita ou mesmo implícita aos novos jornalistas diplomados, esses são considerados acrílicos e desprovidos de vivência. Portanto, o que se percebe é a tensão entre duas modalidades de capitais simbólicos distintas, de um lado o capital tradicional pautado pela trajetória profissional como sinônimo de vivência e do outro o capital representado pela formação universitária (Bergamo, 2011, p. 252).

Os livros de Azevedo e Severiano também registram outro ponto sintomático desse ambiente de disputa, trata-se do enaltecimento da reportagem. A referência representa um trunfo pois a reportagem é o gênero jornalístico por excelência na historiografia da imprensa. Para compreender o sentido de seu valor é necessário descrever esse gênero textual. A reportagem pode ser definida como um texto apoiado em pesquisa de profundidade, mais extenso que os demais textos noticiosos, escrito em estilo testemunhal e literário. A reportagem é plena de marcas autorais assim como apresenta o registro comum da história vivenciada pelo repórter e a história coletiva. Em *Cicatriz da reportagem*, Azevedo assim define o gênero:

A reportagem é um recorte da realidade, de um momento da vida de uma sociedade, filtrado pelo olhar do repórter, essa testemunha que invade o

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida por SEVERIANO, Mylton. [ago 2009]. Entrevistadora Vaniucha de Moraes. Florianópolis, 2009. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo C desta tese.

cotidiano e o registra, ainda que esse olhar seja enviesado pela subjetividade e pelo condicionamento histórico, inevitáveis. Transitória, depois de publicada, a reportagem é condenada ao esquecimento, sepultada nos arquivos. Mas ela não morre, é fonte para a história. Como que encantada, fica à espera do pesquisador que a redescubra. Das que fiz, selecionei treze, que apresento aqui em ordem cronológica (Azevedo, 2007, p. 15)

A narrativa de Azevedo expõe o ponto de vista segundo o qual no jornalismo reportagem e história são indissociáveis. Contudo, não se pode perder de vista o fato de que, como mencionado no fragmento acima, as reportagens de Azevedo foram primeiramente publicadas em jornais e revistas e somente depois foram registradas em livro e tornaram-se parte da história da imprensa. A publicação de reportagens no suporte livro não é algo recente pois remonta a uma tradição que envolve obras celebradas tanto no Brasil como no mundo, como comprovam os livros do norte-americano John Reed *Os dez dias que abalaram o mundo* ou do brasileiro Euclides da Cunha *Os Sertões*, ambos datados da primeira metade do século XX. Na década de 70 se popularizaram no Brasil os livros-reportagens, o próprio Azevedo aparece como coautor de um deles. Entretanto, a partir dos anos 90 cresceu o número de livros a respeito da história da imprensa brasileira nos quais determinados jornalistas e publicações foram congratulados como marcos históricos. Desse modo, a obra de Azevedo reuniu-se a uma série de produções que não apenas reproduziram material primeiramente publicado em jornais e revistas mas também traziam a história dos produtores desses trabalhos dignos de registro. Assim, pode-se aferir que houve uma mudança na forma de registro da história do jornalismo pois se antes esse registro se fazia por via da reportagem atualmente ele é feito por meio da produção de livros que abordam profissionais e publicações considerados exemplares e por isso definidores da profissão (Bergamo, 2011, p. 257).

O *status* da reportagem na historiografia da imprensa pode ser melhor compreendido ao se comparar dois gêneros textuais antagônicos no *modus operandi* do próprio ofício, a reportagem e a notícia. A notícia se contrapõe à reportagem por ser um gênero textual calcado na linguagem referencial e, por isso, trata-se de um texto curto, objetivo, isento de marcas autorais sendo também a forma mais usual de expressão na imprensa escrita. Por esse motivo a distinção entre o texto noticioso – a notícia – e o texto autoral – a reportagem – remonta ao conflito



geracional mencionado. Em meio à disputa por posições de maior autoridade e autonomia a redação da notícia foi destinada aos recém-chegados enquanto a reportagem permaneceu reservada aos detentores de maior prestígio, pois a posição de autor destinava-se aos notáveis. Isto é, a desigualdade estrutural entre as posições dentro da hierarquia profissional se equiparou às desigualdades entre os textos produzidos por eles, suas designações de autoria, os valores documentais de seus registros e também a desigualdade presente nas memórias da profissão (Bergamo, 2014, 227).

## 2.6. Fontes Documentais: índices de projeção e visibilidade na carreira

A hierarquização na profissão de jornalista não pode ser notada apenas na distinção entre prestigiados e neófitos nas redações, ela também se faz evidente no interior da própria fração da elite jornalística em foco. Ao analisar a citação dos nomes dos jornalistas em questão em fontes documentais diversas pode-se averiguar a desigualdade entre as suas posições dentro do campo jornalístico, bem como, o caráter de suas tomadas de posição e seus resultados ao longo de suas trajetórias. Na investigação realizada em matérias de jornais e revistas, *sites* e publicações vinculados a instituições de pesquisa e fundações voltadas para preservação da memória da imprensa foram aferidos a presença e o enquadramento dado aos nomes dos profissionais citados.

Sendo assim, pode constatar semelhança entre o *status* de Carlos Azevedo e Mylton Severiano. Ambos constam na listagem do *Portal dos Jornalistas*, um projeto da empresa Jornalistas Editora, promotora de eventos direcionados à preservação da memória e premiações a figuras notáveis com apoio de outras empresas privadas (automotivas e bancárias) que desejam investir em projetos culturais com foco no jornalismo<sup>48</sup>.

Azevedo e Severiano constam também no conjunto de jornalistas

---

<sup>48</sup> O Portal dos Jornalistas é um projeto da Jornalistas Editora dedicado a apresentar ao mercado editorial e da comunicação o perfil biográfico e a trajetória profissional dos jornalistas brasileiros e as notícias das redações – de pequena, média e grande imprensa; de jornais, revistas, rádio, televisão, internet e agências; de todo o Brasil. Dela nasceram projetos como as séries Protagonistas da Imprensa Brasileira e Entrevista, dedicadas a personalidades do Jornalismo Brasileiro; Jornalistas&Cia – Imprensa Automotiva, lançada em abril de 2009 (*informação do site*).

militantes arrolados no *site* do projeto *Resistir é preciso* que se concentra no resgate da história “a partir das publicações e das pessoas – jornalistas, escritores, estudantes e ativistas políticos – que resistiram à ditadura brasileira através da palavra impressa”. O portal do *Resistir é preciso* é uma iniciativa do Instituto Vladimir Herzog em conjunto com o governo federal<sup>49</sup> e reuniu o depoimento de 60 “protagonistas” da história da imprensa alternativa como se verifica na imagem a seguir do portal do projeto. A iniciativa também deu origem ao documentário *Resistir é preciso* no qual Azevedo atuou como roteirista. Pode-se dizer que o documentário teve visibilidade e reconhecimento ao ser exibido na programação da TV Cultura de São Paulo e também no canal *History Channel*.

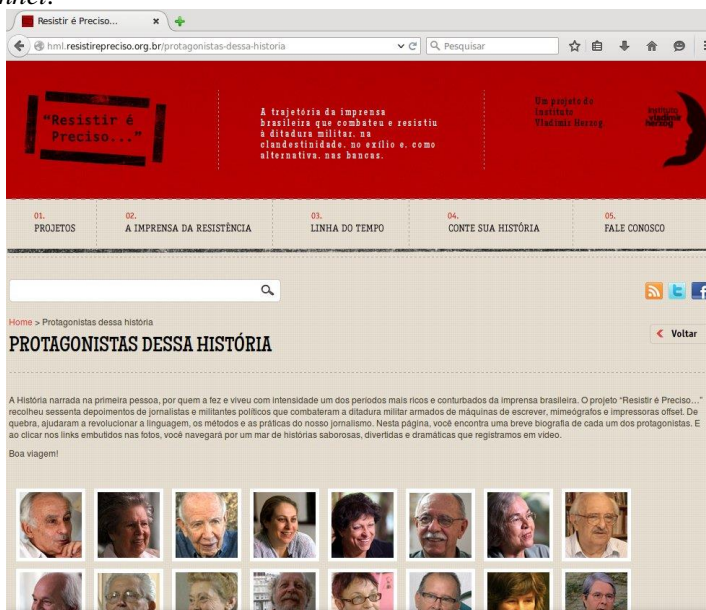


Figura 34 – *Resistir é Preciso* – Fonte: Instituto Vladimir Herzog

Outra consonância entre os enquadramentos dados às citações

<sup>49</sup> O *Resistir é Preciso* tem como patrocinadores: Lei de Incentivo à cultura, Ministério da Cultura, Governo Federal, BNDES, Grupo Camargo Corrêa, Petrobras, Souza Cruz, Sygenta, Caixa Econômica, Correios. Parceiros: Ministério da Justiça – Arquivo Nacional, Arquivo Público, Estado do Rio de Janeiro, CPDOC-SP, Fundação Biblioteca Nacional, CEDEM (Centro de Documentação e Memória da Unesp (*informação do site*)).

envolvendo Azevedo e Severiano tem a ver com o jornalista Ricardo Kotscho pois este retratou os colegas em duas ocasiões. Carlos Azevedo recebeu uma homenagem de Ricardo de Kotscho disfarçada de matéria jornalística publicada em 2008 na revista *Brasileiros* na ocasião de lançamento do livro *Cicatriz de Reportagem*. No título lê-se “Saindo da toca” e no *olho*<sup>50</sup> da matéria Kotscho escreveu “as histórias das histórias de uma das estrelas da revista *Realidade* são contadas num livro em que o autor se confunde com a própria obra”. A menção à *Realidade* também apareceu na homenagem de Kotscho à Mylton Severiano na ocasião de seu falecimento em um texto postado no *blog* do jornalista intitulado “E lá se vai Myltainho, guerreiro do texto” em 11 de maio de 2014. No texto são elogiados o caráter aguerrido e humano e a habilidade de Mylton como editor de texto das principais publicações brasileiras. Além das congratulações, Kotscho lembra que devia a Mylton um dos seus primeiros empregos como jornalista pois foi graças à indicação de Severiano conseguiu uma vaga no jornal *O Estado de S.Paulo*. Ao longo se sua carreira “Myltainho”, como era conhecido pelos colegas, teceu uma rica rede de contatos e o reconhecimento se dá sobretudo junto aos colegas de profissão. Em 2008 foi entrevistado por representantes do CCMJ (Centro de Cultura e Memória do Jornalismo). Destaca-se que o CCMJ é vinculado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e tem como objetivo “a preservação e o registro da história da imprensa brasileira, através da constituição de acervo e do desenvolvimento de atividades e produtos para difundi-la entre profissionais, estudantes e o público em geral”<sup>51</sup>.

Através do exame do enquadramento das citações referentes a Azevedo e Severiano pode-se concluir que o posicionamento desses jornalistas está ancorado sobretudo na militância política dentro do jornalismo, portanto, a notoriedade deles também é conquistada nessa seara.

José Hamilton Ribeiro assim como os ex-colegas de redação da revista *Realidade* foi elencado na listagem do *Portal dos Jornalistas* e *site* do *Resistir é Preciso*. Como Severiano também foi entrevistado para CCMJ em 2008. A presença de seu relato biográfico nesses espaços atribui-se especialmente à sua relação estreita com o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. Contudo, José Hamilton construiu

---

<sup>50</sup> *Olho* é o jargão utilizado para definir o texto curto situado abaixo do título de uma matéria jornalística.

<sup>51</sup> Centro de Cultura e Memória do Jornalismo (*informações do site*).

uma carreira profissional em uma grande empresa de comunicação e jornalismo, Rede Globo, atraindo para si maior visibilidade. Durante sua trajetória há, portanto, uma forte atuação sindical em paralelo ao sucesso no mercado profissional. Assim, no portal da emissora carioca, na seção “Memória Globo”, existe um resumo de sua trajetória onde se enfatiza especialmente sua condição de “repórter do século” e ganhador de sete prêmios Esso, uma das condecorações mais importantes do meio jornalístico.

Assim como José Hamilton Ribeiro, Míriam Leitão também está presente no *Portal dos Jornalistas*, na seção “Memória Globo”, atestando seu prestígio na emissora onde é comentarista de economia em dois canais, TV Globo e Globonews, e na emissora de rádio, CBN, também atrelada à empresa carioca. Tal como José Hamilton, a visibilidade alcançada na frente das câmeras se confunde com o prestígio profissional. No entanto, Leitão consta entre os nomes dos jornalistas entrevistados pelos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas para a pesquisa “Perfil dos Jornalistas Brasileiros” datada de 1997 e a entrevista realizada se encontra como verbete no *site* da Fundação Getúlio Vargas. Além disso, a entrevista com Míriam Leitão integrou o livro *Elas ocuparam as redações – depoimentos ao CPDOC*<sup>52</sup> no qual também se encontram depoimentos de outras jornalistas que atuaram em grandes emissoras de rádio e TV. Deduz-se com isso que Míriam Leitão, diferentemente de José Hamilton, investiu mais tempo e trabalho no mercado profissional em contraposição à militância política. Isso ocorreu porque a jornalista progrediu no mercado profissional quando o engajamento em partidos políticos e entidades sindicais já não significava possibilidades da atuação com vistas ao desenvolvimento, indício, portanto, de uma mudança nas formas de ascensão na carreira jornalística.

Por sua vez, a maneira como Alberto Dines é citado em fontes documentais, bem como, a abordagem empregada para tratar de sua trajetória se distingue da abordagem utilizada para os outros profissionais citados acima. Dines, assim como os demais mencionados, está arrolado na lista do *Portal dos Jornalistas* e, como Ribeiro e Severiano, foi entrevistado pelo Centro de Cultura e Memória do Jornalismo. A reunião desses três nomes entre os entrevistados pelo CCMJ vinculado ao sindicato carioca se justifica pelo fato de Ribeiro, Severiano e Dines serem profissionais que vivenciaram a militância sindical ainda que de

---

<sup>52</sup> Ver nota número 11 sobre livro *Elas ocuparam as redações*.

forma não semelhante. O que existe de desigual entre eles é o maior prestígio de Dines junto aos intelectuais, jornalistas, escritores e historiadores da imprensa, o que pode ser mensurado pela quantidade, dimensão e enquadramento das menções ao jornalista carioca. Dines é um dos verbetes do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas assim como consta entre as figuras fundamentais responsáveis pela modernização da imprensa<sup>53</sup>. O jornalista também já concedeu entrevista ao Projeto Memória do Jornalismo<sup>54</sup>, bem como, foi citado como por dois historiadores da imprensa renomados, Juarez Bahia e Marialva Carlos Barbosa. A dimensão da influência de Alberto Dines nas quatro esferas de atividade onde os jornalistas tradicionalmente conquistam projeção o posiciona como um caso exemplar de uma fração da elite jornalística que se tornou hegemônica a partir da segunda metade do século XX.

---

<sup>53</sup> *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*, livro organizado por Alzira Alves de Abreu, Dora Rocha e Fernando Lattman-Weltman, publicado em 2003 pela editora FGV.

<sup>54</sup> *Memória do Jornalismo Brasileiro* é um projeto vinculado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nele pesquisadores do campo da história da mídia empreendem a montagem de um arquivo de memória oral, com entrevistas realizadas com profissionais da imprensa brasileira que possam falar sobre fatos e processos considerados importantes para o entendimento da dinâmica histórica dos meios de comunicação jornalísticos (*informações do site*).



### 3. ESCRITORES JORNALISTAS – A LITERATURA ATRAVÉS DOS JORNAIS

*A tristeza, a compreensão e a desigualdade de nível mental do meu meio familiar agiram sobre mim de modo curioso: deram-me anseios de inteligência.*

Lima Barreto.

Os protagonistas das narrativas autobiográficas presentes nesse capítulo são profissionais da escrita para os quais o jornalismo foi um ponto de partida ou um caminho intermediário rumo à esfera de atividade em que conquistaram visibilidade. O reconhecimento, para eles, foi conquistado pela atuação como escritores, predominantemente, ou como profissionais do cinema (diretores, roteiristas), em menor número. Entre eles pode-se notar três formas de enquadramento quanto à projeção no mercado da produção cultural. Há escritores jornalistas com alto índice de prestígio junto às principais instâncias de legitimação (imprensa, crítica especializada, público leitor, universo acadêmico) como Carlos Heitor Cony e Zuenir Ventura, ambos imortais da Academia Brasileira de Letras (ABL). Existem aqueles que se poderia denominar jornalistas escritores pois se destacaram como profissionais da escrita, cuja produção bibliográfica variada revela a posição ocupada na hierarquia do mercado profissional dos escritores. São biógrafos, autores de livros infantojuvenis, compêndios multitemáticos e demais obras realizadas sob encomenda para editoras e empresas jornalísticas. A gradação de reconhecimento nesses casos é intermediária, pois embora suas obras tenham sido, de certa forma, muito difundidas e comercializadas, não obtiveram suficiente reconhecimento por parte das instâncias tradicionais de legitimação como demonstram os casos de Roberto Freire, escritor, jornalista, dramaturgo e terapeuta; a colunista e escritora Carmen da Silva; e o jornalista, escritor e roteirista José Louzeiro. Em uma terceira forma de enquadramento, no que se refere à posse de notoriedade, encontram-se os escritores de vanguarda ou *outsiders*. São escritores cujas obras são restritas a nichos de públicos específicos e para os quais a legitimação da obra e o reconhecimento do artista foram conquistados especialmente junto aos pares e menos com relação às instâncias tradicionais de legitimação. São os casos de João Antônio (escritor e jornalista) e Renato Tapajós (ex-jornalista, escritor e documentarista).

Os profissionais em questão estão distribuídos de forma desigual no quadro das áreas de projeção em que costumeiramente os jornalistas obtêm prestígio e notoriedade: imprensa, literatura, política e universidade. Carlos Heitor Cony, Zuenir Ventura, Carmen da Silva, Roberto Freire e João Antônio obtiveram reconhecimento pleno no mercado jornalístico, ou seja, são considerados profissionais notáveis nos quatro âmbitos citados e por isso são categorizados nessa pesquisa como exemplares de uma fração da elite do jornalismo brasileiro que foi hegemônica entre as décadas de 1970 e 2010.

Cumprе salientar que os níveis e as modalidades de reconhecimento são desiguais entre os casos referidos uma vez que a escolha desses profissionais foi feita objetivando o mapeamento do mercado profissional. Desse modo, foram selecionados deliberadamente tanto escritores imortais da ABL como escritores marginais como João Antônio. Na relação de nomes há também escritores jornalistas que conquistaram reconhecimento no meio acadêmico por suas atuações como docentes, como Zuenir Ventura, e escritores jornalistas que obtiveram esse reconhecimento porque foram recorrentemente tema e/ou objeto de pesquisas científicas como Carmen da Silva e João Antônio. O prestígio no âmbito político é tributário, majoritariamente nesses casos, à militância na imprensa alternativa da década de 1970, a despeito de Carlos Heitor Cony e Zuenir Ventura, jornalistas cuja projeção da atuação política se deu, sobretudo, em jornais da chamada “grande mídia”.

Cumprе ainda ressaltar que José Louzeiro e Renato Tapajós obtiveram reconhecimento concentrado em três âmbitos de projeção, em particular: literatura, universidade e política. A presença deles na análise estabelece um contraponto em relação aos demais. É, portanto, uma exigência que parte da necessidade da própria pesquisa de compreender as distintas trajetórias individuais a fim de mapear o mercado profissional dos escritores jornalistas.

A ligação fundamental entre esses profissionais da escrita reside no fato de que todos possuem registros autobiográficos publicados em livros e outros suportes. Todos os escritores jornalistas elencados aqui são memorialistas, ou seja, em algum momento de suas carreiras objetivaram registrar suas trajetórias e assim controlar o registro histórico de suas vidas públicas. A importância da investigação desses registros consiste no fato de que neles estão impressos de forma explícita ou implícita os padrões de organização e hierarquização do mercado profissional dos produtores culturais, escritores e jornalistas, em específico.



### 3.1. Jornalismo e Literatura: uma tradição

A relação intrínseca entre jornalismo e literatura é uma tradição tanto no que concerne à prática profissional, com intercâmbio frequente entre as atividades de escritor e jornalista, como no repertório da produção de conhecimento. A relação entre jornalismo e literatura configura um tema nobre e recorrente para estudiosos e pesquisadores.

Cristina Ponte em seu livro *Para entender as notícias* aborda a questão sob a perspectiva da relação entre o desenvolvimento da imprensa moderna e o gênero literário realista. Para a autora a corrente literária realista que surgiu no século XIX com a proposta de retratar a vida tal como ela é, contrariando expressões idealizadas identificadas como o classicismo e o romantismo, foi contemporânea à invenção do jornalismo orientado para o relato objetivo dos fatos. Presente na literatura realista e no jornalismo do século XIX está a metáfora fundadora na qual a expressão escrita é considerada “espelho da vida”. Assim, o surgimento da imprensa de grande expansão ocorreu contemporaneamente à publicação e difusão das grandes obras dos autores realistas como Honoré de Balzac, Gustave Flaubert, Leon Tolstoi, Mark Twain, Eça de Queiroz, entre outros (Ponte, 2005, p. 43).

O vínculo entre literatura e jornalismo pode ser conferido no contexto histórico da emancipação do campo literário, momento em que os literatos instituíram formas particulares de constituição e legitimação no final do século XIX. A partir de então os escritores passaram a se identificar como pertencentes à “república mundial das letras” com sua história e leis particulares a despeito das filiações nacionais e culturais de seus integrantes. O acontecimento emblemático da autonomização da literatura foi a publicação do artigo “*J'accuse!*” de Émile Zola no jornal *L'Aurore* em 13 de janeiro de 1898 no qual o escritor se posicionava contra a condenação do oficial judeu Alfred Dreyfus (Bourdieu, 1996; Casanova, 2002). Para Zola e os demais intelectuais envolvidos estava ali um legítimo caso de antissemitismo. O caso ganhou grande repercussão na França, envolvendo vários intelectuais na defesa de Dreyfus, e ficou

conhecido como *affaire Dreyfus*<sup>55</sup>. Chama atenção o fato de os escritores franceses terem escolhido os jornais para publicar seus manifestos e se posicionarem sobretudo como intelectuais, acima de suas referências étnica e nacional.

Há autores que apresentaram uma visão distinta ao demarcarem o século XIX como um momento de cisão entre o jornalismo e a literatura. Para Jean Chalaby, por exemplo, a invenção do jornalismo como conhecemos – calcado na linguagem referencial e na obediência ao critério de objetividade – é uma invenção anglo-americana do século XIX que viria a influenciar o jornalismo ocidental paulatinamente ao longo do século XX. A emergência de uma comunidade discursiva, isto é, o desenvolvimento de um campo especializado e autônomo de produção discursiva com suas próprias normas é um produto da cultura inglesa e norte-americana. Chalaby assevera a diferença entre o jornalismo inventado pela cultura anglo-americana e o jornalismo praticado na França naquele século, uma vez que a imprensa francesa do período recebia forte influência dos campos literário e político (Chalaby, 2003).

No Brasil, a influência do jornalismo francês vigorou até a primeira metade do século XX. Para Ribeiro, o modelo francês adotado, garantia uma proximidade com a técnica de escrita literária e por isso os gêneros mais valorizados nos jornais eram os mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo. Nesse período, segundo a autora, “os jornais funcionavam como uma instância fundamental de divulgação das obras literárias e de construção de reconhecimento social dos escritores” (Ribeiro, 2003, p. 148) pois através dos folhetins<sup>56</sup> o público tomava conhecimento dos trabalhos dos escritores. A imprensa era, portanto, um veículo de difusão dos trabalhos e uma espécie de “vitrine” para os escritores em fase de profissionalização. Escritores importantes da literatura brasileira trabalharam em jornais como Machado de Assis (revisor e colaborador do *Correio Mercantil* em 1859), José de Alencar (redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro* em 1856) e Raul Pompéia

---

55 O Caso Dreyfus foi um escândalo político que dividiu a França por muitos anos, durante o final do século XIX. Centrava-se na condenação por alta traição de Alfred Dreyfus em 1894, um oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica. O acusado sofreu um processo fraudulento conduzido a portas fechadas. Dreyfus era, em verdade, inocente: a condenação baseava-se em documentos falsos. Quando os oficiais de alta patente franceses se aperceberam disto, tentaram ocultar o erro judicial. A farsa foi acobertada por uma onda de nacionalismo e xenofobia que invadiu a Europa no final do século XIX.

56 Histórias publicadas periodicamente e de forma sequenciada nos jornais entre o final do século XIX e início do século XX.

(colaborador na *Gazeta de Notícias* em 1894). No repertório da produção científica são recorrentes as citações dos casos de Euclides da Cunha e João do Rio. *Os Sertões*, a grandiloquente e ambiciosa obra de Euclides da Cunha publicada em 1902 sobre a Guerra de Canudos nasceu da cobertura do confronto em 1897 que o escritor realizou como correspondente para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Posteriormente o livro tornou-se tema da tese de doutorado “Euclides da Cunha Jornalista” defendida por Carlos Marcos Avighi em 1987 apresentada à ECA-USP (Lima, 2004, p. 218). *A Alma Encantadora da Ruas*, compilação de textos de João do Rio, pseudônimo do jornalista Paulo Barreto, é uma obra frequentemente foco de análises que tratam da relação entre jornalismo e literatura, bem como as demais produções do autor. João do Rio, que viveu como *flâneur* e repórter pelas ruas do Rio de Janeiro em pleno processo de modernização e produziu suas crônicas no princípio do século XX para jornais como *Cidade do Rio* e *Gazeta de Notícias*, é considerado o precursor da reportagem por Cremilda Medina em *Notícia: um produto à venda*. Para Medina, “o cronista por excelência de 1900 brasileiro seria Paulo Barreto. E uma das principais inovações que ele trouxe para a nossa imprensa foi a de transformar crônica em reportagem – reportagem por vezes lírica e com vislumbres poéticos” (Medina, 1988, p. 58). A referência contumaz tornou Euclides da Cunha e Paulo Barreto cânones da historiografia da imprensa no denominado Jornalismo Literário e, por isso, a menção a eles nos registros biográficos de jornalistas concede legitimidade à narrativa, como veremos adiante.

Desde a década de 1950 estudiosos e intelectuais brasileiros travam embates retóricos a respeito da relação entre jornalismo e literatura. Em 1954, Antônio Olinto publicou o ensaio *Jornalismo e Literatura* em que preconizou que o jornalismo é uma literatura do imediato, sujeita aos horários de fechamento dos jornais e limitado pelos espaços nos jornais, enfim, “uma literatura sob pressão”. Para Olinto os jornais possuem o mesmo potencial da literatura para atingir o intelecto e a sensibilidade dos indivíduos e, ao fazê-lo, perdura com experiência cognitiva assim como a literatura (Olinto, 2008). Outro notório pensador que pressupôs a ideia de jornalismo ser uma modalidade de literatura foi Alceu Amoroso Lima. No ensaio *O jornalismo como gênero literário* de 1969, Lima definiu o jornalismo como arte verbal em prosa de apreciação dos acontecimentos. Para o estudioso, jornalismo é um gênero literário, pois ambos são expressões verbais com ênfase nos meios de expressão, mas que devem transcender este meio (a palavra) para serem considerados boa literatura (1969, p.41). Em contrapartida, Danton Jobim, jornalista e incentivador

dos primeiros cursos de jornalismo no Brasil defendia em seus trabalhos a diferença entre jornalismo e literatura. No livro *O espírito do jornalismo* de 1957 Jobim asseverou que a diferença entre jornalismo e literatura consiste no fato de que jornalismo é uma narrativa efêmera e a literatura é uma narrativa que anseia perdurar no tempo. Para Jobim, o jornalismo é um diálogo diário, apressado, superficial com o leitor, e em sua conversa não há lugar para sentenças evasivas. O que o leitor exige é que lhe informe sobretudo o que de significativo está acontecendo e vai acontecer. As respostas não podem ser as de um ensaísta, porque ao jornalista não lhe sobra tempo para longas meditações, nem as de um ficcionista, porque não lhe é lícito suprir com a imaginação as lacunas da realidade (1992, p.44). A despeito do desacordo entre as posições defendidas por esses autores celebrados, a característica que une esses ensaios é o fato de serem consideradas obras clássicas na história do jornalismo no Brasil, o que reitera a importância da temática jornalismo e literatura na produção cultural especializada.

A referência à relação entre jornalismo e literatura na segunda metade do século XX em uma conjuntura de modernização da empresa jornalística e de profissionalização da atividade é compreensível. Naquele período um novo momento da história da imprensa se constituía e aqueles indivíduos que até então representavam as tradicionais formas de atuação e reconhecimento na imprensa associadas à atuação literária e política viam suas posições de prestígio em risco eminente de desaparecimento.

Desde a denominada a Velha República (1889-1930) a imprensa reunia escritores, acadêmicos e políticos. Figuras notáveis da história brasileira ingressaram na carreira pública utilizando a imprensa como caminho, tais como Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. Nela, aspirantes a escritor alargavam o seu horizonte de possibilidades. Podiam estabelecer vários contatos, divulgar seus trabalhos e conquistar visibilidade junto ao público leitor. Através da inserção na imprensa intelectuais e escritores poderiam inclusive conquistar um espaço na política pois “os jornais representavam um dos principais espaços nos quais era possível reconverter uma formação acadêmica ou literária e cultural em atuação política” (Petrarca, 2007, p. 70). Para Petrarca, o jornalismo é um espaço de acúmulo e de reconversão de recursos diversos para ampliar o espaço de atuação profissional. Ou seja, o ingresso e ascensão na hierarquia profissional dependem da associação de recursos acumulados originários de outras esferas de atuação. O alcance a uma posição dirigente está intimamente relacionado à articulação de recursos variados oriundos de várias formas de inserção e que são reconvertidos no meio jornalístico.

Esta qualidade consiste na particularidade dos grupos dirigentes desse meio profissional. Segundo a pesquisadora, os recursos reconvertidos mais comuns acumulados por aqueles que ascendem aos altos cargos na imprensa têm origem nas esferas familiar e político-partidária e nas redações de jornais (Petrarca, 2007, 267).

Essa especificidade do mercado profissional jornalístico pode ser atribuída à posição da imprensa nos processos de ascensão e manutenção de grupos dirigentes no Brasil. Ao analisar tal período, a República Velha, Miceli notou que entre 1889 e 1930 desenvolveram-se condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual e à constituição de um campo intelectual relativamente autônomo. O desenvolvimento das burocracias intelectuais como as instituições políticas (assembleias locais e nacionais), as organizações partidárias (os partidos republicanos) e especialmente a grande imprensa promoveram a profissionalização dos agentes desses setores. No que refere à expansão da imprensa, ela estimulou a profissionalização da figura do escritor e do intelectual. Como destaca Miceli, os jornais se constituíam como armas de luta política entre as facções oligárquicas e, por isso, também um caminho para o ingresso na carreira política (Miceli, 2001). A utilização dos jornais como vórtices dos interesses das elites cultural, política e econômica deve-se, como assevera Coradini, à inexistência de um mercado estruturado e de instituições que garantam a equivalência entre títulos escolares que legitimam os espaços de autonomia das profissões. Uma vez que no Brasil “a profissão não constitui principal princípio de hierarquização”, a acumulação de diferentes formas de capital está centrada em estratégias e relações personificadas (Coradini, 1997, 426). Eis a importância dos jornais no período, pois eles funcionavam para aglutinar indivíduos com origens e ambições diversas uma vez que neles era grande a oportunidade de conquistar capital social por meio das redes de relações.

As estratégias tradicionais para ingresso e ascensão no jornalismo e no mercado da produção cultural foram empregadas pelos jornalistas em questão. É comum entre eles a atuação em várias esferas de atividade. Em suas trajetórias há inúmeras apostas em diferentes carreiras como, por exemplo, a carreira religiosa, no caso de Carlos Heitor Cony, ou a medicina, no caso de Roberto Freire. Dessa maneira, pode-se concluir que na época em que se destacaram na produção cultural brasileira a imprensa ainda apresentava suas características tradicionais, ou seja, ainda se configurava como uma espécie de “trampolim” para demais carreiras da elite brasileira.

No entanto, um fator não pode ser negligenciado no estudo dessas trajetórias. Há um reforço na aproximação entre literatura, jornalismo e política nos anos 60 e 70. O contexto de efervescência ocorrido nesse período propiciou uma série de experimentações no cenário cultural. Nos Estados Unidos o chamado Novo Jornalismo – como se designou a narrativa jornalística que empregou recursos literários e que, de fato, nada tinha de novo, pois herdava o estilo de figuras como Ernest Hemingway (*O sol também se levanta*) e John Reed (*Os dez dias que abalaram o mundo*) – apresentou à cultura ocidental experimentos estilísticos como os livros *Os exércitos da noite* e *Os degraus do Pentágono* de Norman Mailer e *O teste do ácido do refresco elétrico* de Tom Wolfe. Pode-se dizer que o Novo Jornalismo adicionou irreverência a uma tradição de narrativa na língua inglesa e pode ser visto como o casamento entre a contracultura e o jornalismo. No Brasil os manifestos políticos contra o regime ditatorial foram ao encontro dos movimentos contraculturais e a influência sobre o jornalismo pode ser conferida no desenvolvimento dos romances ou livros reportagem – *O que é isso companheiro?* de Fernando Gabeira e *Em câmera lenta* de Renato Tapajós – e, especialmente, nos jornais da imprensa alternativa. Em ambas as modalidades de produções, os jornalistas mencionados foram relativamente ativos. Importa destacar que a repercussão desse contexto sócio-histórico na trajetória desses profissionais é patente uma vez que foi exatamente nesse período em que ascenderam no mercado profissional como escritores e jornalistas.

Em síntese, ao longo das trajetórias desses escritores jornalistas a fusão entre imprensa e literatura propiciou o ingresso no meio cultural, a difusão dos trabalhos, a constituição de uma rede de contatos, a conquista de visibilidade em larga escala, a profissionalização e, sobretudo, a ascensão em uma carreira cultural.

### 3.2. Escritores Reconhecidos

Trata-se nessa seção de escritores jornalistas que obtiveram reconhecimento nos quatro âmbitos de consagração tradicionais no mercado profissional da produção cultural brasileira: o jornalismo, a literatura, a política e a universidade. São escritores prestigiados junto ao mercado editorial, à crítica especializada, ao público leitor e especialmente junto à academia. Ambos, Carlos Heitor Cony e Zuenir Ventura, são colunistas de grandes jornais de circulação nacional, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, respectivamente, e ambos alcançaram o título

máximo de imortais pela Academia Brasileira de Letras (ABL), bem como, suas vidas e obras são objeto e fontes de pesquisas acadêmicas.

Nas seções seguintes tratar-se-á primeiramente dos escritores jornalistas intermediários, aqueles que obtiveram reconhecimento nos referidos quatro âmbitos de consagração com ênfase no reconhecimento conquistado nos meios jornalístico e político (entendido como jornalismo militante); e em seguida, irá se abordar os escritores jornalistas de vanguarda, que conquistaram o reconhecimento em apenas três âmbitos de consagração, notadamente, a literatura, a política e a universidade, com ênfase no jornalismo militante e no circuito acadêmico. Tais categorizações resultam da analogia com as análises empreendidas por Pierre Bourdieu e Christophe Charle a respeito do processo de autonomização do campo literário francês no contexto histórico do século XIX. Guardadas as devidas proporções de comparação e considerando a fraca autonomia do campo literário brasileiro – o que leva a uma interferência entre literatura, jornalismo, política e universidade – a categorização aqui realizada tem por objetivo contemplar as instâncias de consagração do mercado cultural brasileiro. Assim sendo, pode-se constatar que a singularidade desse mercado se evidencia pela interdependência entre o campo da produção erudita – escritores ou seus pares, críticos, estudiosos, universidade (sistema de ensino), ABL, concursos e premiações, intelectualidade – e o campo da indústria cultural – editoras, imprensa, público leitor, crítica jornalística (Bourdieu, 2013). No mercado cultural brasileiro soma-se a essas instâncias de consagração o âmbito da atuação intelectual militante. É o reconhecimento nessas três instâncias de consagração, produção erudita, indústria cultural e militância, que sustenta a posição dos escritores jornalistas nos mais altos postos da hierarquia da produção cultural nacional. Assim, a divisão entre escritores jornalistas “reconhecidos”, “intermediários” e “vanguardistas” inspirada na categorização empregada por Charle (2003) leva em consideração as especificidades brasileiras que consistem na ausência de independência do mercado literário e jornalístico uma vez que esses mercados estão passíveis de sofrerem a influência direta tanto da política como da própria imprensa.

### **3.3. Carlos Heitor Cony, a literatura como vocação**

Carlos Heitor Cony nasceu em 14 de março de 1926 no Rio de Janeiro, então centro político e cultural do Brasil. Terceiro filho do casal

Ernesto Cony Filho e Julieta Moraes Cony. O bisavô paterno, Augusto Cândido do Xavier Cony é uma figura histórica da capital carioca, descendente de franceses de origem marroquina. Após um período de estudos na Europa, retornou ao Brasil e fundou a Escola Normal e, além disso, com a chancela de Dom Pedro II foi autor da gramática adotada no período imperial<sup>57</sup> (Sandroni, 2003, p. 29). O avô materno, Horácio Dias de Moraes era ferroviário e, como conta o escritor de forma anedótica, era uma espécie de anarquista, ferrenho crítico da monarquia, capaz de abaixar as calças e mostrar as nádegas ao rei Alberto da Bélgica, quando o monarca visitou o Brasil em 1922 e o trem real passou pela estação de Barra do Piraí a qual o avô chefiava (Cony, 2010, p. 178b). Esses dois personagens já demonstram previamente o empreendimento narrativo que consiste em confluir a história individual e a história coletiva, uma constante na narrativa autobiográfica do escritor jornalista.

Esse tipo de estratagema narrativo é comum ao discurso memorialístico de jornalistas, profissão herdada do pai, que também era funcionário público. Oficialmente Ernesto Cony Filho era professor concursado da Prefeitura do Distrito Federal mas nunca ministrou aulas. Na prática, era um jornalista credenciado, funcionário da prefeitura, vinculado à Sala de Imprensa e ao mesmo tempo redator e repórter de jornais. Naquele período, entre as décadas de 1920 e 1930, a credencial do gabinete do prefeito garantia aos jornalistas credenciados certa estabilidade, prestígio e também acesso a uma rede de contatos privilegiada. Como ironiza Cony:

...o esquema funcionava de igual modo em outras Salas de Imprensa, nos Ministérios, na Presidência da República. A ética do credenciado era o avesso da ética da profissão. Do ponto de vista técnico, constituía uma aberração. Do ponto de vista humano, uma delícia, um estado de graça (2010, p. 119a).

Em seus relatos biográficos não há menção sobre a formação escolar da mãe, consta que era uma mulher culta, ainda que não aplicasse seu conhecimento ao levar uma vida reclusa ao lar dedicada apenas à família. Contudo, o escritor sugere que tinha uma personalidade objetiva e era atenta à formação escolar dos filhos, incentivou a ida de Cony ao

---

<sup>57</sup> Verbete *Carlos Heitor Cony do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* produzido pelo CPDOC-FGV.



seminário para formação de padres aos 11 anos, certamente porque sabia que assim ele estaria bem encaminhado na vida. O escritor descreve a mãe como uma “mulher inteligente que falava coisas que as pessoas só entenderiam dias depois” incluindo o próprio pai de Cony, que nunca alcançara a inteligência da esposa (Cony apud Sandroni, 2003, p. 44). Por outro lado, o pai é retratado como um sonhador, inventivo e sem ambição. Isso porque na história familiar o jornalismo não era a profissão aparentemente desejada pela família para Ernesto Cony Filho. O pai de Cony recebeu boa educação, estudou no tradicional Colégio Pedro II carioca e tinha bom gosto musical. Era amante de óperas, como fica explícito nas memórias do filho famoso. Sendo assim, havia grande esperança na família de que ele alcançasse altos cargos. Como havia frustrado a expectativa de todos, a frustração pessoal contida se manifestava na forma de um “tique nervoso” que o acompanhou até à velhice, como detalha Cony no livro *Quase Memória* (1995):

Era, na verdade, um tique tremendo, espalhafatoso, que assustava as pessoas: ele parecia perder o controle do braço direito, que agitava desgovernado, indo para a frente, com a mão em gancho, como se espantasse ou afastasse alguma coisa que fosse bater em seu peito (Cony, 2010, p. 53b).

Ao rever a história do pai em suas memórias Cony recorda a luta do genitor para conquistar estabilidade em uma época em que o jornalismo sequer era considerado uma profissão mas uma atividade. Por isso, o pai pleiteou uma vaga como funcionário público a fim de garantir a segurança financeira que o jornalismo não garantia (Sandroni, 2003, p. 41). Nesses relatos memorialísticos um acontecimento merece atenção, trata-se de um breve momento de revés econômico ocorrido na primeira infância de Cony. Nos anos 30, Ernesto Cony Filho trabalhava no *O Paiz*, jornal de renome onde havia começado como repórter e havia chegado a redator. Nesse período, tinha portanto, duas fontes de renda, a de jornalista e de funcionário público, o que garantia uma boa condição aos filhos como evidencia Cony sobre sua infância:

Menino da classe média carioca, tive bolas de futebol Sparta nº 5, patins, bicicleta Philips e um trenzinho de corda que me dava um baita *status* entre os guris da vizinhança. Eram os sinais exteriores de uma situação que, antigamente, merecia o nome de remediada (Cony apud

Sandroni, 2003, p. 44).

*O Paiz* apoiava o governo do então presidente Washington Luiz, contudo, com a Revolução de 1930<sup>58</sup> e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o jornal foi “empastelado” e Ernesto Cony Filho perdeu o emprego ficando em estado de semiclandestinidade durante um tempo. Com isso, a família se mudou para Niterói, “onde os alugueis das casas e a vida em geral tinham fama de serem baratos” (Cony, 2010, p. 84a) e o pai teve que exercer atividades não intelectuais para manter o padrão de vida, como vender aparelhos de rádio e instalar antenas. Nesse período, a família de classe média, antes residente no Bairro Lins de Vasconcelos, Zona Norte, certamente recebeu um baque no seu padrão de vida. A significância desse registro consiste no vínculo que sugere entre vocação profissional, recursos disponíveis e posição social. A memória familiar de queda no *status* social, mesmo que por um breve período, por dois anos, aliada às expectativas profissionais frustradas do pai insuflou nos filhos, especialmente em Cony, o desejo de ascender em uma profissão de prestígio. Sabe-se que Cony tem um irmão mais velho que é médico enquanto ele mesmo se tornou um escritor prestigiado, imortal pela ABL após várias tentativas frustradas em profissões tradicionais em que ascendem os membros das elites aos postos de liderança.

Antes de se tornar um imortal da Academia, Carlos Heitor Cony foi uma criança ensimesmada, com problemas de fala a ponto de não conseguir pronunciar uma palavra até completar cinco anos de idade. Só conseguiu emitir as primeiras palavras quando levou um susto tremendo causado pelo rasante de um hidroavião quando a família passeava em uma praia de Niterói, município em que residia no momento. O futuro escritor recebeu as primeiras instruções escolares em casa tendo com o pai como professor. A intenção do pais era de preservar o menino do assédio das outras crianças uma vez que os problemas de fala persistiram mesmo após o fim do mutismo (Cony, 2010, p. 39a, 135b). O problema da fala somente foi solucionado em 1943 por meio de uma cirurgia realizada pelo médico Pedro Ernesto, ex-prefeito do Rio de Janeiro (Sandroni, 2003, p. 34).

As memórias escritas sobre esse período se atrelam a um episódio curioso em que Cony descreve o seu encontro com o universo das letras

---

<sup>58</sup> A Revolução de 1930 foi um movimento armado que depôs por meio de um Golpe de Estado o presidente Washington Luiz. Seus líderes militares colocaram no poder Getúlio Vargas e deram fim ao sistema oligárquico então preponderante onde as oligarquias mineira e paulista se revezavam no poder por meio de eleições fraudulentas. Esse sistema ficou conhecido como política café com leite.

retratado como uma redenção. Até os 11 anos ainda tinha dificuldades para pronunciar certos fonemas, não conseguia falar o próprio sobrenome pois trocava o “c” pelo “t”, por exemplo. Essa limitação causava muita zombaria por parte das outras crianças. Foi então que Cony deu uma solução ao problema: passou a escrever várias vezes palavras que para ele eram difíceis em um caderno e as mostrava aos zombadores.

Mostrou o caderno aos outros meninos, ninguém viu. Mas ninguém compreendeu. Então o menino descobriu que ali estava um caminho, um destino, ele iria escrever tudo o que pensava, seria finalmente igual aos outros. Nem se tratava de ser aceito – ele já não dava importância a isso, adquirira o vício da solidão e gostava de ser só. E quando quisesse poderia escrever o que sentia e até o que não sentia – escrever, coisa fabulosa. Melhor do que falar, porque quando se escreve é como se a gente falasse diversas vezes, primeiro consigo próprio depois com os outros. Se houvesse outros (Cony apud Sandroni, 2003, p. 35).

Em outra passagem de sua biografia, Cony relata que em determinado momento da escolarização doméstica realizada com o pai, esse lhe disse que o grande escritor Machado de Assis também tinha dificuldades de fala. O registro dessa memória sugere a possível mensagem passada pelo pai: Cony não precisava se sentir mal, pelo contrário, seu futuro poderia ser extraordinário. Havia uma vocação para a escrita a ser explorada. A partir de então, o menino sentiu que a comunicação escrita poderia suplantar aquela limitação. Décadas depois quando recebeu o prêmio Machado de Assis da ABL, em 1996, em seu discurso de agradecimento, Cony recordou o episódio dizendo que se dependesse da comunicação oral, ele teria cumprido a profecia que uma vizinha havia feito na infância, a de que ele “não iria longe”. No entanto, na ocasião o escritor pôde analisar retrospectivamente: “A palavra escrita, a letra – *litera* – sobrava-me como alternativa e logo ela se tornaria um caminho, um destino. Não fui longe mas cheguei até aqui” (Cony apud Sandroni, 2003, p. 40). Essas explicações singelas traduzem o encontro de Cony com sua vocação literária, entretanto escamoteiam os esforços mobilizados pelo escritor para a entrada e o reconhecimento no meio literário como veremos adiante.

A “modéstia” do escritor consagrado na citação acima deixa entrever certa frustração com antigas expectativas com relação ao seu

futuro pois o primeiro chamado vocacional teria sido para a carreira religiosa. Cony recebeu boa educação, foi coroinha durante a infância e na pré-adolescência, aos 11 anos, manifestou vontade de se tornar padre. Em seus relatos memorialísticos descreve um acontecimento que renunciou o chamamento vocacional religioso. Recorda que quando era coroinha certa manhã seguia para Igreja quando se deparou com um bando de boêmios na porta de um bar...

A noite dos rapazes fora agitada. Eu passei como um anjo de banho tomado, asas imaculadas e revigorado pelo jejum e pela concentração de quem ia comungar. De repente, um cara sem queixo, tuberculoso notório, largou o violão, pegou uma chapinha de cerveja Cascatinha e a jogou na minha direção. Raspou com força pela minha orelha esquerda, passei a mão e havia um arranhão que sangrava. Corri. Ao chegar à sacristia, sem fôlego, mostrei aquele sangue. Era o testemunho da minha fé. Eu era um mártir – foi o vigário quem o disse. Depois, fiquei sabendo que meu agressor fazia uns sambinhas e estudava medicina. Chamava-se Noel Rosa. Ao voltar, procurei na calçada a chapinha de cerveja. Não sei por que, tinha a suspeita de que devia guardá-la (Cony apud Sandroni, 2003, p. 50).

Em seu relato pleno de ironia, o escritor do futuro olha o coroinha do passado e vê não apenas a promessa perdida de “santidade”, tal como a narrativa quer fazer o leitor crer, Cony lança um olhar retrospectivo e enxerga o coroinha como a figura histórica da literatura que ele se tornaria posteriormente pois o encontro com Noel Rosa mostra a intenção do narrador de atrelar a história individual à história cultural nacional.

Após tomada a decisão de ser tornar um sacerdote, foi matriculado no Seminário Arquidiocesano de São José em Rio Comprido e teve acesso a uma educação primorosa custeada por uma tia carola e “endinheirada” chamada Alzira Carvajal de Molina, que morava na Argentina e pagou os estudos, livros em latim, batinas feitas em Roma, enfim, como recorda Cony, “tudo o que fosse necessário para ter um padre na família” (Cony, 2010, p. 17b). Enfim, ele recebeu uma educação esmerada e teve contato com intelectuais importantes, Alceu Amoroso Lima, por exemplo, foi seu professor. A vida de seminarista proporcionou igualmente o contato com a literatura universal. As leituras mencionadas referentes ao período compreendem desde os filósofos gregos, as obras de Santo Agostinho e até *A Divina Comédia* de Dante Alighieri. Consta também que aos 17

anos descobriu a literatura e começou a ler escritores como Raul Pompéia, Machado de Assis, Eça de Queiroz, Gustave Flaubert entre outros (Sandroni, 2003). Entretanto, aos 19 anos, antes de realizar os votos definitivos, em outubro de 1945, Cony desistiu da vida sacerdotal. A desistência ocorreu com a anuência do pai a despeito da contrariedade da mãe que certamente desaprovou o desperdício daquela oportunidade de futuro.

Pode-se supor que a saída do seminário foi uma grande decepção para família pois na carreira religiosa havia chances de ascensão. O irmão mais velho, José Heitor Cony, hoje médico, na época se encaminhava para uma profissão nobre, enquanto Cony, além de abandonar o seminário, se interessara por nenhuma das carreiras nas quais os membros das elites tradicionalmente se dirigem tais como Direito, Medicina e Engenharia.

Após o período como seminarista, Cony ingressou na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e, um ano depois, em 1947, abandonou a graduação por julgar que “estava aprendendo mal o que havia aprendido bem no Seminário” (Sandroni apud Cony, 2003, 72). Ernesto Cony certamente percebeu a situação do filho, e então, no mesmo ano, em 1947, arranhou-lhe uma oportunidade, Cony iria substituí-lo durante as férias no jornal. O esquema era o mesmo, na época o pai de Cony trabalhava no *Jornal do Brasil* como representante desse jornal na Sala de Imprensa da Prefeitura. Esse foi o primeiro contato de Cony com o universo do jornalismo. Após cobrir as férias do pai, conseguiu um cargo no *Gazeta de Notícias*, antigo jornal de prestígio onde haviam trabalhado figuras como Olavo Bilac, Coelho Neto e Artur de Azevedo mas que no momento padecia no ostracismo, como recorda Cony.

Quando pela primeira vez subi seus degraus de madeira, em busca da redação, senti mais que decepção: senti pena de mim mesmo. Então o meu futuro seria ali, naquela masmorra de notícias mal impressas às vezes mal redigidas? (...) O jornal vivia de seu passado e eu procurava viver antecipadamente do meu futuro. Não podíamos terminar bem. A ruptura veio logo, tomei outros rumos, assumi outros destinos. À minha maneira, bem mais cedo do que eu esperava, também me tornei um escombro – mas isso era problema meu (Cony, 2010, p. 65a).

Em 1948, aos 22 anos, Cony precisou se apresentar ao serviço militar, uma vez que havia abandonado o seminário e agora tinha essa

pendência em sua vida cívica para ser quitada, mas que também poderia ser enxergada como uma oportunidade. Por dois anos fez o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva e se tornou aspirante a oficial da arma da Infantaria (Sandroni, 2003, p. 75). É curioso que as apostas nas distintas carreiras (religiosa, universitária e militar) estão dispostas conjuntamente – inclusive com fotos do período – no livro de memórias, *Eu aos pedaços* e no *site* pessoal do escritor, como que expondo as seguidas derrotas em carreiras que abandonou.

Carlos Heitor Cony

**1943** - Termina o curso de humanidades e ingressa no curso de filosofia do Seminário Maior. Estuda lógica maior e menor, ontologia, crítica, psicologia, cosmologia e ética.

**8 de outubro de 1945** - Sai do Seminário pouco antes de receber a tonsura que o levaria ao curso de Teologia.

**1946** - Faz o vestibular para a Faculdade de Filosofia da PUC, então na Rua São Clemente. Mas se inscreve na Faculdade Nacional de Filosofia, no curso de letras neo-latinas, que não chega a terminar. Começa a colaborar na imprensa, ajudando o pai no Jornal do Brasil.

**1947** - Tem sua primeira carteira de jornalista como redator da Gazeta de Notícias, cobrindo a reabertura da Câmara do Distrito Federal, onde conhece os vereadores eleitos para aquela primeira legislatura: Ary Barroso, Carlos Lacerda, Jorge de Lima, Luiz Gama Filho, Agildo Barata, João Alberto, Osório Borba, Aparício Torelli e outros.

Em dezembro, começa o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) na infantaria do Rio de Janeiro.

**1948** - É declarado aspirante a oficial da reserva com um conceito final que o surpreende: "bom".

**1949** - Casa-se pela primeira vez.

*Cony no seminário*

*Foto da carteirinha da faculdade de filosofia de 1946.*

*Cony no CPOR em 1948*

Figura 35 – *Biografia* – Fonte: *Site Cony*

Talvez seja por esse motivo que o escritor carioca tenha reafirmado tantas vezes que “nunca fez nada de importante nem imponente”, ou seja, não logrou êxito em carreira de prestígio, como se esperava dele (Cony, 2010). Contudo, a projeção foi conquistada primeiramente através do jornalismo, uma profissão desprestigiada como enfatiza o escritor ao recordar sua introdução no ofício:

Sabendo que o filho não dera para padre, o pai achou que eu devia ser jornalista, função naquela época destinada àqueles que não davam certo em

nenhuma outra. O sujeito ia trabalhar num jornal como alternativa desesperada, após quebrar a cara em outros ofícios que exigiam mais sabedoria e disciplina. As redações estavam cheias de médicos, advogados, professores, políticos de diversas origens e finalidades, alguns até que davam certo na função principal, mas enchiam o tempo com um bico mal-remunerado, que não exigia habilitação específica, nem mesmo a de escrever razoavelmente (Cony, 2010, p. 69a).

Embora seu pai, Ernesto Cony Filho, não tenha alcançado altos postos como previsto, o ofício de jornalista e o cargo de funcionário público garantiram a ele a possibilidade de tecer uma extensa e profícua rede de relações. O jornalista credenciado vinculado à prefeitura adquiriu *status* especial não apenas nas redações dos jornais nos quais circulou mas na repartição onde trabalhava, a Sala de Imprensa da Prefeitura. Em suas memórias Cony faz uma lista de prefeitos do Rio de Janeiro que mantiveram relações de amizade com o seu pai, um deles, Pedro Ernesto, foi responsável pela cirurgia no freio da língua que solucionou o problema de fala do futuro escritor e jornalista (Cony, 2010, p. 99a). O capital social do pai foi fundamental na constituição de uma base onde o filho constituiria sua carreira jornalística e literária posteriormente. Como mencionado, Cony ingressou no jornalismo em 1947 pelas mãos do pai, inclusive o substituindo durante as férias. Por influência do pai, também naquele ano, conseguiu ser nomeado funcionário da Câmara dos Vereadores (Sandroni, 2003, p. 73).

Após estadia no velho jornal *Gazeta de Notícias* Cony em 1947, Cony entrou para equipe da *Rádio Jornal do Brasil* em 1952 onde trabalhou como redator do *Jornal do Brasil* e produtor de programas musicais. Nessa época também contribuiu para o *Suplemento Dominical* dirigido por Reinaldo Jardim que então reunia a “nata” da intelectualidade carioca no meio jornalístico a fim de concretizar o que ficaria conhecido na historiografia como a “grande reforma gráfica e editorial” que então estava apenas sendo gestada. No referido Suplemento do *Jornal do Brasil* fez artigos sobre literatura, cinema e balé. Segundo o próprio Cony, 1952 data o início da profissionalização efetiva pois até então só havia trabalhado como setorista da prefeitura substituindo o pai (Cony apud Pereira, 2008, p. 346), somente a partir da *Rádio Jornal do Brasil* considera que começou realmente a exercer a profissão, munido de

carteira de jornalista e registro no Ministério do Trabalho<sup>59</sup>. Porém, em 1955, teve novamente que substituir o pai na Sala de Imprensa da Prefeitura, em virtude de uma isquemia cerebral. Ernesto Cony Filho não retornou à profissão mas o momento em que “passou o bastão” não deixou boas lembranças no filho, como consta em seus registros, talvez porque o jovem Cony ansiasse por autonomia ou estivesse já comprometido com a ideia de se tornar escritor. Foi por essa época que Cony começaria a escrever o seu primeiro romance, *O Ventre* (Sandroni, 2003, p. 76). No entanto, o encargo não foi ruim pois ao substituir o pai pela segunda vez, assumiu não apenas o seu posto, mas sua rede de relação, composta por jornalistas como Breno Pessoa (*Jornal do Comércio*), Raimundo Athayde (*Diários Associados*) e Armando Miceli (*Correio da Manhã*), entre outros.

Em 1960, quando recebeu convite para entrar para a redação do *Correio da Manhã*, reencontrou um antigo conhecido da Sala de Imprensa, Armando Miceli. Também teve a oportunidade de conviver com figuras consagradas posteriormente como protagonistas da história da imprensa como Otto Maria Carpeaux e Franklin de Oliveira. Em seu livro de memórias, *Eu aos pedaços*, o escritor jornalista elenca os amigos que o ofício lhe trouxe, entre eles estão, Carlos Drummond de Andrade, Glauber Rocha, Maura Lopes Cançado, Nelson Rodrigues, Clarice Linspector, Adolpho Bloch, entre outros. O acesso à imprensa e aos jornalistas foi um trunfo nas mãos do aspirante a escritor. Em passagem de sua biografia, há a menção de que Cony se valeu desse expediente, ou seja, ser um jornalista, para difundir sua obra na imprensa. Por ocasião do lançamento de seu primeiro romance, *O Ventre*, procurou os jornalistas Zuenir Ventura e Luis Garcia que faziam o Suplemento Literário da Tribuna da Imprensa a fim de lhes solicitar uma resenha. O pedido foi de pronto atendido em função da boa acolhida da obra pelos pares. Poder-se-ia concluir que a proximidade com o *metiê* da imprensa foi salutar à carreira do estreador, a despeito do que argumenta o seu biógrafo:

Embora lançado por uma editora que à época era a mais dinâmica do Brasil [Editora Civilização Brasileira], Cony ingressa no mundo literário brasileiro como um *rogue elephant*, sem padrinhos literários. Mas a crítica da época reconheceu logo que havia um novo escritor na praça (Sandroni,

---

<sup>59</sup> Informações do *site* pessoal de Carlos Heitor Cony.



2003, p. 83).

Ao contrário, Cony teve muitos e variados padrinhos literários, a começar pelo pai que lhe abriu as portas para o trabalho na imprensa. Além disso há os colegas escritores e críticos feitos nas redações, os jurados dos concursos literários dos quais participou e o próprio Ênio da Silveira, influente editor naquele período.

O *Correio da Manhã* marcaria sua projeção no cenário político e intelectual brasileiro durante a primeira metade da década de 1960, sobretudo porque em 1961 assumiu a coluna *Da arte de falar mal* convidado por Antônio Muniz Viana e Fuad Atala. As crônicas políticas publicadas por Cony após o golpe civil-militar em 1964 atualmente consideradas históricas deram uma projeção talvez inesperada ao jornalista. Cony iniciou seu trabalho no *Correio da Manhã* escrevendo matérias internacionais e editoriais e somente em 1962 começou a escrever regularmente, revezando como Octávio de Faria, as crônicas publicadas na coluna *Da arte de falar mal*<sup>60</sup>.

O jornalismo era uma opção profissional para manter-se financeiramente, o desejo latente era de se tornar escritor. Por isso, a projeção nacional a partir de 1964 no jornalismo consubstanciou os investimentos que já começara a fazer na literatura. Em 1956 havia escrito o seu primeiro romance *O ventre* e o tinha inscrito no concurso que daria o Prêmio Pedro Manuel Antônio de Almeida promovido pela Secretaria de Educação e Cultura em associação com a ABL. O júri composto por Austregésilo de Athayde, Celso Kelly e Manuel Bandeira considerou a obra como uma das melhores daquele certame em 1956, contudo não poderia lhe conceder o prêmio por se tratar de um livro muito forte para lograr a premiação oficial. Mesmo não tendo ganhado o concurso, o livro certamente impressionou o júri e Cony começou a se tornar mais conhecido entre os escritores. No ano seguinte, concorreu ao mesmo prêmio com *A verdade de cada dia*, escrito em nove dias para não perder o prazo de inscrição, como consta em suas memórias. A comissão julgadora – que contava desta vez com Carlos Drummond de Andrade – concedeu-lhe o Prêmio Manuel Antônio de Almeida em 1957. No ano seguinte, em 1958 venceu novamente o concurso literário da prefeitura do Rio de Janeiro com o livro *Tijolo de Segurança*. Ovacionado em concursos seguidos faltava-lhe a primeira publicação e esta ocorreu em

---

<sup>60</sup> Verbete *Carlos Heitor Cony* do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro produzido pelo CPDOC-FGV.

1958. A Editora Civilização Brasileira de Ênio da Silveira publicou o romance *O ventre* dentro de uma coleção nobre, a Vera Cruz, dedicada aos escritores contemporâneos. Cumpre ressaltar que publicar obras pela Civilização Brasileira era um sinal de prestígio junto à intelectualidade da época. Além disso, consta que Cony foi um dos primeiros escritores brasileiros a receber por antecipação, ou seja, a estabelecer um contrato de entrega regular de trabalhos<sup>61</sup>, o que era incomum na época. Em 1959 aquela editora publicou *A verdade de cada dia* e como combinado Cony entregou para publicação seu quarto livro *Informação ao crucificado*. Em 1960, a editora de Ênio da Silveira lançou no mercado o quinto livro de Cony, *Tijolo de Segurança*.

Carlos Heitor Cony aprecia afirmar que em seu caso a literatura precedeu o jornalismo pois antes de ingressar na *Rádio Jornal do Brasil* e ter carteira de trabalho assinada como jornalista já havia publicado trabalhos literários como o ensaio sobre Chaplin em *plaquete*. Contudo, consta que o ensaio *Chaplin* foi publicado em livro em 1967, mesmo ano que publicou o livro *Pessach: a travessia*. O primeiro concurso literário que se tem registro ocorreu em 1956 enquanto o ingresso no jornalismo data de 1952. O motivo para demarcar a literatura como *locus* primordial de atuação é certamente o seu maior prestígio em relação ao jornalismo. A interpretação segundo a qual escrever seria um “verbo transitivo” específico, isto é, escrever é “escrever literatura” (Chartier, 2003), está manifestada na ênfase dada ao momento em que se torna um escritor profissional quando é contratado por uma grande editora, a Civilização Brasileira. No transcorrer da trajetória profissional de Cony – com a separação progressiva entre literatura e jornalismo – interessa mais a identificação com a primeira pois a identificação como escritor profissional, antes de tudo, simboliza um marcador de legitimidade. O próprio escritor reconhece a estratégia. Ao responder sobre as mudanças ocorridas no ambiente cultural a partir da segunda metade do século XX, constata que houve uma profissionalização da imprensa e que o profissional que emergiu desse cenário teve que “postular uma libertação do antigo jornalista, da literatura, do teatro e do cinema, que são guetos no panorama cultural” (Pereira, 2008, 350). Nessa mesma entrevista o escritor se autodeclara um profissional e ao fazê-lo deixa subentendida a percepção pessoal de não ser um intelectual na acepção tradicional do termo ou tampouco um escritor de vanguarda:

---

<sup>61</sup> Informação do *site* Releituras.

Houve uma profissionalização dos profissionais. Tem muita gente que nega isso: “Ah! Eu não sou profissional, não me vendo, não me alugo! Acho que no fundo todos têm aquela [...] Eu me assumo, eu sou profissional e está acabado e desprezo o amador. Não respeito o amador. Mas no fundo há hoje uma profissionalização. As editoras nos tratam hoje como profissionais (Cony apud Pereira, 2008, p. 351).

Como se pode depreender do relato acima, Cony explicita o reconhecimento de um processo amplo de profissionalização dos produtores de conteúdo do qual fez parte. Ele próprio se tornou um escritor profissional atuando em várias frentes de produção como jornalismo, literatura adulta e infantojuvenil, cinema, teatro e TV, fato que se contrapõe à ideia cristalizada segundo à qual ser um escritor profissional é ser um escritor de literatura. Ao se profissionalizar em um contexto de consolidação da Indústria Cultural no Brasil – na qual ganharam espaço a literatura rotulada como “comercial”, o audiovisual (Cinema e TV) e as produções jornalísticas – Cony, em determinado momento, certamente teve que admitir que “ler” tornou-se um verbo intransitivo difundido pelo senso comum e presente em frases muito difundidas como, “para gostar de ler” e “se faz necessário ler” (Chartier, 2003). Circunstâncias que repercutiram na trajetória de Cony, um escritor que parece ter compreendido que também “o escrever” deixou de ser um verbo transitivo exclusivo, “escrever é escrever literatura”, como no início de sua carreira, sendo assim, é possível considerar que Carlos Heitor Cony começou a atuar como escritor profissional assim que ingressou no jornalismo e não a partir do contrato estabelecido com a Editora Civilização Brasileira que se deduz da leitura de sua biografia.

Nos relatos autobiográficos o escritor jornalista manifesta a intenção de afastar qualquer influência política de sua trajetória. No entanto, a projeção conquistada através da coluna *Da arte de falar mal no Correio da Manhã* certamente o guindou a um patamar na intelectualidade brasileira que apenas sua atuação como escritor não seria capaz de promover.

Cony escreveu para coluna *Da arte de falar mal no Correio da Manhã* entre 1961 e 1965 em um período de efervescência política e cultural. O *Correio da Manhã*, bem como de resto toda a imprensa da época (à exceção do jornal *Última Hora* de Samuel Weiner), insuflou a intervenção no governo e a deposição do então presidente João Goulart cujas reformas de base eram apoiadas por parcela significativa da classe

intelectual e artística. A oposição que o jornal em que Cony trabalhava fazia a Goulart era patente como comprova os editoriais de primeira página “Basta!”, de 31 de março e “Fora!”, de 1º de abril (Sandroni, 2003, p. 92). No cenário da época as atividades em geral sofriam mais ou menos a influência da Guerra Fria, dos embates entre direita e esquerda e da militarização do ambiente social tanto à esquerda quanto à direita. Consta em sua biografia que após o golpe de Estado civil-militar, Cony que antes fizera coro à deposição de Goulart iniciou uma série de crônicas que contestavam diretamente o regime de exceção. Nos registros biográficos consta que em determinado momento sua coluna passou a reverberar a insatisfação geral e se tornou um símbolo de resistência para a sociedade carioca em um período – *destaca-se* – em que o Ato Institucional nº 5 ainda não tinha ainda cerceado a liberdade de expressão, ainda não havia censura institucionalizada. A legitimação de seu ato, tido como intelectual por excelência, foi muitas vezes confirmada em seus escritos através de citações de escritores e intelectuais da época:

Luís Fernando Veríssimo lembra que naqueles tristes dias ler o Cony no Correio da Manhã “era ao mesmo tempo, um ato de rebeldia seguro, pois era o que todos estavam fazendo e um tônico contra o sentimento generalizado de impotência. O Cony dizia o que queríamos dizer. O Cony era nossa barricada moral. Foi através do Cony que nunca ficamos quietos. Seus artigos tiveram outra consequência além do entusiasmo generalizado compartilhado pelos leitores na época em que a frase ‘leu o Cony hoje?’ virou uma espécie de senha dos inconformados” (Sandroni, 2003, p. 93).

O conjunto das crônicas de Cony foi publicado em livro intitulado *O ato e o fato* ainda em 1964 e consta em seu livro de memórias que o seu lançamento foi a primeira manifestação popular contra o golpe militar em 1964. No livro a foto da noite de lançamento foi disposta junto à foto de um comício ocorrido em Ipanema contra o Ato Institucional nº 2 na qual Cony aparece discursando (Cony, 2010a, p. 203). Cumpre lembrar que o escritor define sua atuação na época como uma atitude acima das distinções entre direita e esquerda, como frisa em suas memórias...

Até aqui não respondi se sou da direita ou da esquerda. Pois lá vai a resposta. Sou que nem aquele relógio do português que às vezes era de ouro e às vezes não era. Uma coisa nunca serei: do

centro. Detesto os centros, tantos os centros espíritas como os cívicos. De uma forma geral, pendo às vezes para a esquerda, mas isso não significa que seja realmente um esquerdista. Considero a esquerda, principalmente a esquerda brasileira, um aglomerado de imbecis que se escoram uns aos outros em defesa de teses – essas sim, certas e necessárias (Cony, 2010, p. 203a).

Nas décadas de 1960 e 1970 o escritor carioca participou de uma série de ações contra o regime militar organizados por artistas e intelectuais entre eles o Movimento Comando dos Trabalhadores Intelectuais que aglutinou grande parte da *intelligentsia* da época (Cony, 2010, p. 225a). Outro ato envolveu a assinatura de um documento contra a censura assinado por vários artistas e intelectuais. Na edição de 26 de janeiro de 1971 do *Jornal do Brasil* se noticia o recebimento do abaixo assinado pelo governo, bem como, a lista de assinaturas.

Assinaram o documento entre outros:

Antônio Cândido, Prudente de Moraes, Teófilo Nienmeyer, Sérgio Buarque de Holanda, Jorge Amado, Osman Lima, Mário Quintana, Antônio Callado, Luiz Arroz, Martins, Otá Maria Carqueaux, Antônio Louaís, Chico Buarque de Holanda, Antônio Carlos Jobim, Dias Gomes, Nelson Pereira dos Santos, Carlos Scliar, Lauro César Muniz, Ivan Lessa, Nelson Werneck Sodré, João Antônio, Sabão Magalhães, Italo Rossi, Milton Scliar, Alfredo Ceschiatti, Mário Lago, Adúlio Dantas, Alberto Dines, Heloísa Súdard, Paulinho da Viola, Aldir Blanc, Ruth Escobar, José Wilker, Carlos Nejar, Oswaldinho França Jr., Wander Piroli, Luiz Fernando Emeliano, Carlos Veras, Susana Vieira, Luís Carlos Maciel, Flávio Rangel, Aracy Amaral, Francisco de Oliveira, Benito Barreto, Roberto Drumond, João Felício dos Santos, Braz Chediak, Carlos Eduardo Novais, David Nasser, Carlos Helio Cony, Zevi Gsheldeer, Antônio Torres, José Alvaro, Lago Burnet, Paulo Portes, João das Neves, Milton Nascimento, Márlia Chamie, Origina Lessa, Mário Garcia de Paiva, Wladyr Nader, Maurício Tapajós, Egberto Gismonti, Tárk de Souza, Gilmberg, Cláudio Lyra, João Bosco, Sidney Miller, Luiz Gonzaga Jr., Sérgio Ricardo, Jards Macalé, Danilo Caymmal, José Incio Werneck, Zuenir Ventura, Luiz Garcia, Bruno Klefer, José Guimarães, José Monserrat Pacheco, Jorge Iellli, Alvaro Pacheco, Victor Giudice, João Ubaldino Ribeiro, Hé-

Júlio César Monteiro Martins, Antônio Barreto, Marilyn Marchi, Laura Constancia Austregésilo de Azevedo, Hamilton Trevisan, Romwalter Jatobá de Almeida, Paulo Nassar, Roberto Muggiatti, Norma Ocor, Mary Ventura, Mackens Luis, Fernando Brant, Nelson Fernando Maciel, Carlos Emilio Barreto Correa Lima, José Jackson Coelho Sampaio, Ana Maria Dias, Ana Maria Martins, Múrio Antunes, Antônio Parias, Charles Magno, Alberto Lúcia Afonso, André Carvalho, Ronald Claver, Francisco Brant, Galeno de Freitas, Hugo de Almeida Souza, Tereza Porto Goulart, José Louzeiro, Paulo Amador, Paulinho Assis dos Reis, Nelson Rodrigues Filho, Edimundo de Paiva, Atencio Feijó, José Castelo Branco, Walter Firmo, Francisco Motta, Ednalva Tavares, Celso Japalá, Raul Miran- de Filho, Marcos Santilli, Luís Weis, Justino Martins, Luís Papi, Antônio Grassi, Carlos Lindenberg Spínola, Antônio Ribens Ribeiro, Sérgio Bittencourt Almeida, Joyce, Gasão de Holanda, Jorge Wanderlei, Cecilia Jacá Francisco de Assis Juazeiro, Heloísa Súdard, Olga Savary, Fátima Issa, Manuel Marques Guimarães, Manuel Lobato, Antônio César Drummond Amorim, Duílio Gomes, Jaime Prado Gouveia, Lúcia Machado de Almeida, Vladimir Luz, Ricardo Teixeira de Sales, José Maria Cançado, Hélio Marques de Oliveira, Guido Helcio, Sônia Queiroz, Carlos Alberto Rauton, Sérgio Buarque de Holanda Filho,

# Documento contra a censura chega ao Governo

## O documento

Brasília — O Ministério da Saúde, de Ananias Pinheiro, não recebeu em sua gabinete os quatro exemplares que vieram ontem a Brasília assinados por um documento.

Os exemplares foram enviados por meio de um mensageiro brasileiro, porém não foram recebidos pelo alto que recebeu a mensagem de parte a parte, segundo ele se tratava de um documento de natureza política e não de caráter médico.

"O documento chegou pelo correio de Brasília, que se encontra em posse de um mensageiro brasileiro, porém não foi recebido pelo alto que recebeu a mensagem de parte a parte, segundo ele se tratava de um documento de natureza política e não de caráter médico."

— De acordo com o documento assinado por um grupo de intelectuais e profissionais da área da saúde, o documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

— O documento contém uma declaração de princípios e uma lista de nomes de profissionais da área da saúde que se comprometem a não aceitar a censura.

Figura 36 – Jornal do Brasil – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

De acordo com seu biógrafo, Cícero Sandroni, Cony sofreu sete prisões políticas ao longo da vida. A primeira prisão ocorreu em 1961. Jânio Quadros havia anunciado sua renúncia e Carlos Lacerda, então Governador da Guanabara, mandou apreender as edições do jornal *Correio da Manhã* temendo que houvesse a publicação de informações que pudessem prejudicá-lo. Luis Alberto Bahia, o redator-chefe, não aceitou a censura e solicitou que seus redatores organizassem um comando de distribuição. Cony acompanhado de Fuad Atala e Azis Ahamed, entre outros jornalistas, improvisaram a distribuição mas foram impedidos e levados para o Departamento de Ordem Política e Social – Dops (Sandroni, 2003, p. 87). A segunda prisão se deu após a repercussão das crônicas contra o golpe de Estado publicadas no *Correio da Manhã* quando o então ministro da Guerra processou o cronista e o acusou de denegrir a imagem do Exército. Nesse processo três figuras importantes do meio cultural testemunharam a seu favor: Austregésilo de Athayde, Alceu Amoroso Lima e Carlos Drummond de Andrade (na época seu vizinho e colega no *Correio da Manhã*). Embora não tenha sido absolvido, o próprio escritor reconhece a notoriedade conquistada pelo apoio ilustre, “peguei uma condenação de três meses, plenamente compensados pela solidariedade de três grandes representantes da inteligência brasileira (Cony apud Sandroni, 2003, p. 96). E em outra passagem o escritor conclui sobre sua prisão na época:

O lugar onde me senti mais livre na minha vida foi minha primeira noite na prisão. Sim, pela primeira vez eu estava no lugar certo na hora certa. Se eu estivesse em liberdade é que estaria errado. Passei por várias prisões mas a mais divertida foi a de 1965 (Cony apud Sandroni, 2003, p. 97).

Uma das prisões sofridas por Cony envolveu o episódio conhecido na historiografia especializada como “Os 8 do Glória” ocorrido em 1967. Tratava-se de um rechaço à presença do então presidente da República, marechal Humberto Castelo Branco à reunião dos países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. O regulamento da OEA proibia que se realizassem conferências em países não democráticos mas o evento não foi desmarcado no Brasil, ao contrário, foi amplamente divulgado, o que foi considerado uma afronta a intelectuais, artistas e jornalistas que marcaram um encontro na frente do hotel para uma manifestação, no qual apenas compareceram nove pessoas Antônio Callado, Márcio Moreira Alves, Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Mário Carneiro, Flávio

Rangel e Jayme Azevedo Rodrigues, Thiago de Mello e Carlos Heitor Cony<sup>62</sup>. Entre os citados todos foram presos à exceção de Thiago de Mello. Pode-se dizer que a despeito dos possíveis prejuízos morais sofridos em função da intransigência no momento da prisão, aquele fato ao final não trouxe apenas recordações negativas. Cony recorda os momentos de reflexão e crescimento vividos na cela ao lado de figuras como Glauber Rocha e Antônio Callado. Destaca ainda que do estreitamento da convivência entre eles surgiram as três obras que marcaram a carreira dos três artistas *Terra em Transe* (de Glauber Rocha), *Quarup* (de Antônio Callado) e *Pessach: a travessia*. A prisão dos “8 do Glória” tornou-se posteriormente um episódio histórico que consta como uma das primeiras manifestações públicas de intelectuais contra a ditadura militar (Ridenti, 2014, p. 104). Nos relatos memorialísticos de Cony a ocasião é lembrada com certo tom de ironia que deixa entrever os benefícios logrados.

Veja o caso do Hotel Glória. Uma atitude muito bonita, nove camaradas vão lá, vão o marechal, vão para cadeia, comem queijos franceses na prisão, são notícia no jornal, provocam manifestos, são soltos, nada aconteceu. Apenas enriqueceram a biografia pessoal de cada um (Cony apud Sandroni, 2003, p. 104).

As demais prisões de Cony estão associadas às questões que envolvem literatura e política. Em 1967 foi preso após chegar ao Brasil depois de uma viagem à Havana onde fez parte do júri do concurso literário promovido pela Casa das Américas. A última e mais longa detenção, em que ficou preso por quase um mês, ocorreu após a promulgação do Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968. Seu nome, como de costume, figurava na lista dos intelectuais que agiam contra o regime militar (Sandroni, 2003). Apesar de ter sido preso tantas vezes por se contrapor à repressão e à censura do Estado o escritor jornalista reiterou recorrentemente em suas memórias que suas ações não foram politizadas, uma vez que ele não é político, nem mesmo um jornalista político, ele próprio argumenta que escreveu “sobre a situação nacional numa hora em que a política era secundária. O que ficou em jogo foi a dignidade da

---

<sup>62</sup> Verbete *Carlos Heitor Cony* do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro produzido pelo CPDOC-FGV.



pessoa humana, das instituições civilizadas”<sup>63</sup>. A celeuma com o Estado militar fez com que deixasse o Brasil:

[...] após responder oito processos, três IPMs e ser preso seis vezes por “delito de opinião”, deixou o país. Um dos processos a que foi submetido teve como autor o então ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, que se utilizou deste fato para provar a existência de uma imprensa livre no país, dizendo que existia “(...) um cronista que me ataca diariamente, e está em liberdade”. Depois deste período de auto-exílio, retornou, em 1970, trabalhando na editoria de revistas. Perguntado acerca de suas posições políticas, se autodefiniu como “inteligente o bastante para não ser de direita, mas muito rebelde para ser de esquerda”<sup>64</sup>.

Entretanto, é perceptível a projeção que conquistou em sua carreira após as crônicas no *Correio da Manhã*, especialmente após a publicação em 1964, de *O ato e o fato* por uma editora, a Civilização Brasileira, notoriamente reconhecida por reunir um grande contingente de autores e significativo público intelectual. Recentemente, em 2014, aniversário de 50 anos do golpe militar, *O ato e o fato* recebeu nova publicação pela Editora Nova Fronteira, uma comprovação da importância da obra. Nesse sentido, cabe ressaltar que a reiteração de sua atuação contra repressão perpetrada pelo governo ditatorial em seus relatos autobiográficos estabelece um demarcador de legitimidade à sua obra dentro da produção cultural brasileira, a despeito da ausência de um posicionamento político definido por parte do autor. Inclusive a tomada de posição de Carlos Heitor Cony foi uma estratégia que ampliou o alcance de sua produção para uma gama variada de públicos, independente da identificação com algum matiz político ou ideológico.

Não obstante, integrou redações de jornais alternativos direcionados para um público intelectual majoritariamente de orientação política à esquerda. Em 1967 contribui para *O Sol*, experiência precursora da imprensa alternativa carioca, do qual participou Ana Arruda Callado, de quem se falará mais adiante. Contudo, pode-se adiantar, para fins comparativos em relação à Cony, que a trajetória de Callado se diferencia

---

<sup>63</sup> Verbete *Carlos Heitor Cony* do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro produzido pelo CPDOC-FGV.

<sup>64</sup> Idem.

em relação aos pontos de partida e chegada. Ela começa pela universidade, faz o curso da graduação em jornalismo antes de exercer a profissão e posteriormente ingressa na docência. Por isso pode-se dizer que Ana Arruda ascendeu na profissão intelectual via universidade apesar de incursões pela militância e pela literatura. Os caminhos distintos dos dois jornalistas podem ser compreendidos pela categoria de análise segundo a origem social. Ana Arruda veio de Recife ainda criança com a família e é possível supor que não tivesse o mesmo montante de capital social e cultural que Cony, cujo histórico familiar na capital carioca tinha um valor já consolidado.

*O Sol* não foi a única experiência de Cony dentro do conjunto de jornais considerados alternativos pela historiografia especializada, ele ajudou na composição da primeira edição da coleção *Livro de Cabeceira do Homem*, em 1966, outra empreitada editorial da Civilização Brasileira que reuniu os grandes nomes da literatura e jornalismo da época. O curioso é que a atuação do escritor jornalista na vertente alternativa não recebeu o mesmo destaque se comparado às produções também de matiz politizado. Mesmo não se identificando como um jornalista político Carlos Heitor Cony produziu livros e documentários sobre algumas das principais figuras políticas brasileira como os ex-presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. De Juscelino foi amigo e biógrafo, escreveu os livros: *JK – Memorial do exílio*, de 1982, *JK – como nasce uma estrela* de 2002. Em 1983 dirigiu *7 anos Sem a Sua Companhia* e *JK – A Voz da História* exibidos na Rede Manchete. Sobre Getúlio foi autor do livro *Quem matou Vargas* cujas edições datam de 1968 e 1974, biografia que também foi publicada em série pela revista Manchete em 1972. Sobre Getúlio Vargas dirigiu em 1984 o documentário *Vargas – A Vida e a História* que também foi exibido na Rede Manchete em um período em que Cony ocupa um cargo de direção na emissora. Na edição do dia 24 de agosto de 1984 do jornal *Folha de S.Paulo* foi veiculada uma chamada da programação da TV Manchete sobre o documentário dirigido por Cony.

...do ... .. Gabriel Garcia Marquez. E a primeira ... .. de ... .. do Brasil, Vargas e Afonso

**A VIDA E A HISTÓRIA**

**VARGAS**



**HOJE - 22:15**

**Um especial sobre a vida, o tempo e o suicídio de Getúlio Vargas**

**Depoimentos de Tancredo Neves, Luterio Vargas, Sérgio Lacerda e Alzira Vargas.**

**Veja e ouça as vozes de:**  
Carmem Miranda,  
Francisco Alves,  
Getúlio Vargas,  
Vila Lobos, Berito  
Mussolini,  
Virginia Lane,  
Almirante, Zarah Leander,  
Adolf Hitler,  
Oscarito, Arturo Toscanini,  
Ary Barroso e  
Pracelhas na Itália

**EXCLUSIVO**

Tancredo Neves narrando os últimos momentos e o enterro de Getúlio Vargas.

**Direção geral:**  
**CARLOS HEITOR CONY**

**UMA REALIZAÇÃO**

**REDE MANCHETE**

Televisão de 1ª Classe

**CANAL 9** EM GUARULHAS UNIF CANAL 27  
EM CAMPINAS UNIF CANAL 16

REDE MANCHETE

Figura 37 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

Pode-se dizer que Carlos Heitor Cony esteve presente na modernização da imprensa brasileira embora não tenha participado ativamente do processo. Isso porque Cony trabalhou em jornais e revistas no período em que as reformas gráfica e editorial estavam em processo de implantação. Embora não seja, e não tenha sido considerado um dos protagonistas das reformas, como Alberto Dines, por exemplo, em seus

relatos biográficos o escritor jornalista faz questão de afirmar sua presença no contexto, uma vez que se trata de um marcador de notoriedade na historiografia profissional dos jornalistas memorialistas.

Eu passei a ser jornalista em 52 no Jornal do Brasil, que era o jornal onde eu estava substituindo o meu pai e fui ser redator da Rádio Jornal do Brasil, junto como Reinaldo Jardim, que depois fez uma reforma grande no Jornal do Brasil. Ele continuou. Eu fui para o Correio da Manhã e o Reinaldo Jardim continuou no Jornal do Brasil e fez o Suplemento Dominical do Jornal do Brasil. Praticamente os jornais de hoje são produto desse trabalho do Reinaldo Jardim, do Jânio de Freitas, que mudaram a feição, removeram os fios. Fizeram uma reforma de base profunda no jornalismo (Cony apud Pereira, 2008, p. 345).

O jornalista carioca detém um considerável prestígio junto à imprensa a ponto de ter sido jurado de um dos concursos mais significativos do jornalismo brasileiro, o Prêmio Esso, mesmo sem nunca ter concorrido a nenhuma das categorias da premiação. O motivo, o próprio Cony explica: “Eu já fui do júri do Prêmio Esso. Nunca me deram o Prêmio Esso, mas eu também nunca concorri, até porque eu nunca fiz uma reportagem, do tipo reportagem mesmo” (Cony apud Pereira, 2008, p. 351). Nesse trecho, o escritor jornalista confessa nunca ter se dedicado a um dos gêneros mais legitimados da profissão. É provável que a consagração assegurada na literatura o tenha libertado da obrigatoriedade da reportagem ou talvez porque sua profissionalização na imprensa tenha se consolidado de fato na TV e no columnismo dos jornais impressos.

A partir do final dos anos 60 até início dos anos 90 trabalhou para a empresa fundada por Adolpho Bloch: escreveu para revista *Manchete* crônicas, artigos e matérias internacionais, dirigiu revistas como *Ele e Ela*, *Desfile*, *Fatos e Fotos* e trabalhou na emissora de radiodifusão de sons e imagens TV Manchete na qual se envolveu em uma produção variada que compreendia desde o jornalismo até a teledramaturgia, como se pode constatar na edição do dia 24 de abril de 1988 do jornal *Folha de S.Paulo* em que aparece como supervisor de teledramaturgia da TV Manchete.

24 Domingo, 8 de maio de 1980

Televisão

## TV Manchete prepara minissérie sobre crimes famosos

de Tony Lopes



Carlos Heller (Cory), supervisor de telejornalismo da TV Manchete.

Do Secusol do Rio

Dois estudos estão sendo preparados para fortalecer o setor de telejornalismo da TV Manchete. A primeira é o roteiro de "Cena Brasil", novela estrelada por Márcio Proença, e a outra, uma minissérie sobre crimes passionais escrita por Glória Peres. Com esses projetos, mais o início das gravações, que mês de março, da novela "Olho por Olho", de José Louzeiro e Geraldo Diniz Carneiro, o supervisor de telejornalismo da emissora, Carlos Heller, está preparando o planejamento da programação.

"Nunca pensamos em acabar com a novela", disse Heller. E verdade que o departamento de telejornalismo substituiu a novela dirigida pelo autor José Walter Passos em caráter oficial. Tanto que ainda entra a regime de "Dona Beija" no lugar de "Carmem". Dada a importância de uma parada estratégica, segundo Heller, para "arru-

nar a produção", que ficou um pouco prejudicada na época da novela "Heleno", que foi ao ar ano passado no horário das 18h.

Erre

Heller reconhece que houve um erro na direção da emissora em optar por uma novela de época para um horário "que, aliás, não é comercialmente forte". O resultado foi uma produção cara e um retorno financeiro baixo, que desequilibrou a casa e fez com que o horário ficasse congelado.

Quando em milhões de dólares, cerca de quatro vezes mais do que a média das produções da emissora.

Com esse tranfo na manga, a Manchete seguiu produzindo uma novela de cada vez, sempre para o horário das 18h, feita que gerou uma "reforma administrativa" e desmontou-se no fim do departamento de telejornalismo em dezembro do ano passado. "A estrutura estava maior do que as realizações", justificou Heller.

Cambaleando

No período, na área de telejornalismo, a Manchete só chegou a apresentar a novela "Heleno". Mesmo cambaleando, ela segue em frente — primeiro passando por duas outras de Heller, a novela "Carmem" de Jairo, que escreveu em parceria com Wilson Aguiar Filho e que deveria ter sido realizada antes de "Carmem". O problema é que se tratava de um empreendimento ar-

bituar "Olho por Olho" — "Hela já está com um pé aqui dentro", afirma Heller.

A última novela vem em forma de minissérie, com o título provisório de "Os Dez Crimes que Abalarão o Brasil", que vai inaugurar o horário das 22h30. Escrita por Glória Peres e dirigida por Luiz Fernando Carvalho (a mesma dupla de "Carmem"), a minissérie vai contar caso passionais famosos como o de Ana de Ávila, o crime da mala, a Fera da Paraíba ou Aida Curti, e está prevista para ir ao ar em março do próximo ano.

"Nós já aprendemos a fazer novela e vamos continuar fazendo", afirma Heller. "A linguagem é racionalizar cada vez mais a produção e diminuir os custos. Nossa brigada é difícil porque a Globo tem uma assistência grande só por dentro, no caso de Helleno. Só o chitinho deles dá 30 pontos no boque", exagera Heller. (Júlia Apostólo)

Figura 38 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

Foi nesse período, entre a metade dos anos 70 até final da década de 80, que partiu para uma produção literária considerada “mais comercial” e se distanciou da escrita de romances se tornando um escritor profícuo em variadas produções. Em sintonia com o momento de explosão dos livros-reportagens escreveu *O caso Lou – assim é se lhe parece*, publicado em 1975 pela editora Manchete. No mesmo ano, escreveu o que na sua bibliografia é classificado como cineromance *A noite do massacre*, um livro defenestrado pela crítica da época e considerado incompatível com as obras iniciais do escritor, motivo pelo qual muitos críticos consideraram estar acabada a carreira de Cony, como se pode ler na nota veiculada pelo jornal *Movimento* em 5 de julho de 1976.

---

A Noite do Massacre, Carlos Heitor Cony.  
 Novela. Editora Civilização Brasileira, 108 páginas

---

O melhor livro de Carlos Heitor Cony continua sendo o primeiro. *O Ventre*, lançado no começo dos anos 60. Pode-se dizer, a respeito dele, que poucos autores brasileiros, nos últimos 16 anos, estrearam com tanta força e debaixo de tantos eflúvios positivos. Narrado num tom realista, cheio de ironia e fúria, *O Ventre* era a janela na qual o autor se debruçava sobre o mundo que o cercava. É desalentador dizê-lo, mas Cony nunca mais atingiu a mesma altura do seu primeiro livro. Mesmo em sua obra mais ambiciosa, *A Travessia (Pesach)* – que estranho lapso fez com que a editora esquecesse de acrescentá-lo, neste novo livro, à lista de obras publicadas do autor? –, ele se revelava um escritor menor, se comparado ao romance de estréia. Nove romances depois – sem contar os livros de crônicas, gênero do qual, aparentemente, também se desencantou –, já nos acostumamos a não esperar muito dessa promessa não cumprida.

Menos ainda esperávamos do seu novo livro, *A Noite do Massacre*, escrito de encomenda e com objetivos promocionais, a partir do roteiro que ele mesmo fez para o filme *Paranóia*, de Antônio Calmon. Já na nota que abre o livro Cony deixa transparecer sua evidente má vontade em relação ao projeto. E embora ele cite, a propósito do fato que o inspirou – a invasão de uma rica mansão por um bando de ladrões –, precedentes ilustres (“na vida real, repetira-se alguma coisa de *O Ano Exterminador*, de Buñuel, e de *O Círculo de Giz Caucásico*, de Brecht”), deixa bem claro que apenas se incumbiu de uma missão, ou, no caso, duas: o roteiro do filme, e a novela cujo objetivo maior é promover o primeiro.

Figura 39 – *Movimento* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Considerado, e possivelmente se predispõdo a ser um escritor da “cultura de massa”, se dedicou intensamente ao mercado editorial. Adaptou várias obras da literatura universal para o público infantojuvenil como Fiador Dostoiévski (*Crime e Castigo*, 1983), Júlio Verne (*Viagem ao Centro da Terra*, 1864), Mark Twain (*As Viagens de Tom Sawyer*, 1974), Alexandre Dumas (*A Máscara de Ferro*, 1980) e produziu vários livros direcionados a esse público leitor como *Uma história de amor* (1977), *O irmão que tu me deste* (1979) e *Luciana Saudade* (1989), entre outras produções.

No percurso de Cony um ponto chama atenção: entre a publicação

de *Pilatos* (1973) até *Quase Memória* (1995) são 22 anos de hiato na literatura. O escritor explicita em sua biografia que parou de escrever durante esse período porque começou a sentir desprezo pela vida de escritor após a publicação de um trabalho que classifica como seu “melhor livro” (Sandroni, 2003, p. 117) e que abandonaria a ficção. A pausa, contudo, está associada indiretamente em suas memórias ao rechaço de sua produção literária por parte dos intelectuais e escritores de esquerda que antes o ajudaram a conquistar, além de público leitor, os próprios pares, mas que depois o abandonou após a publicação do livro *Pessach: a travessia* em 1967 no qual contestava a opção pela luta armada. O livro causou desconforto em parte da esquerda e ensejou um conflito pela definição da história que perdura até os dias de hoje. Ainda na década de 80 esse conflito em torno da definição da memória já dava sinais. Na edição do dia 1º de abril de 1984 (aniversário de 20 anos do golpe civil-militar) do jornal *Folha de S.Paulo* o articulista Sérgio Augusto define o escritor como um herói maldito do qual se pode esperar tanto atitudes heroicas como duvidosas. É o que se lê no detalhe da matéria a seguir.

S. PAULO

## Cony, de herói a maldito

SÉRGIO AUGUSTO  
Do mesmo grupo de reportagens

Qual foi a primeira vítima do golpe militar que hoje comemora vinte anos? Quem respondeu João Goulart, acertou. Qual foi o primeiro vilão? As últimas estimativas, é verdade, indicam o cabo Anselmo, mas nessa categoria a disputa continua acirrada. O primeiro herói? Nenhum dos que pagaram com a vida por rebelar-se contra a ditadura. O primeiro herói da oposição ao governo instaurado em abril de 1964 foi um escritor e jornalista chamado **Carlos Heitor Cony**, que as novas gerações têm todo o direito de desconhecer. Faz tempo que **Cony** se tornou um nome maldito.

Salvação da Pátria", trôica ao extremo, como era do fetiche do autor. Acabava de começar a guerra de **Cony** contra a "Redentora". Ou, como ele preferia, contra a "quartelada".

A temperatura foi subindo. No dia 8 de abril, já não tinha mais dúvidas: "o que houve foi um simples golpe de direita para a manutenção de privilégios". No dia 11, exerceu a repugnância que lhe provocara o primeiro Ato Institucional, numa crônica com cujo título, "O Ato e o Fato", rebatizou sua coluna. Três dias depois, um torpedão contra o "patriotismo estéril" das nossas milícias — e o arraijal pegou fogo. Na crônica seguinte lançou a célebre expressão "revolu-

Hotel Jaraguá, resolveu matar e destruir do bom e do melhor. De volta ao Rio, relatou a ocorrência ao verdadeiro **Cony**, que, exaltado com a narrativa, quis logo saber do desfecho. "E depois que vocês leram pro quarto, como é que foi?" perguntou **Cony**, aflito. "Al, **Cony** — respondeu Maria — você brochou."

Trabalhávaros juntos na redação do "Correio da Manhã", naquela época, O bem humorado e generoso **Cony** tinha então 35 anos. Chegou a ser seu editor, ainda em 1964, mas quando veio o golpe, eu, na flor dos meus 22 anos, cuidava apenas da seção de cinema e ele, que já fizera de tudo no jornal, além de cultivar a arte de falar mal em suas crônicas, dividia a faixa dos editor

tempos ou rage.

O **Cony** heróico, o El Cid de 64, morreu por decisão própria antes de o AI-5 ser assinado. Uma viagem a Cuba, em 1967, deixou-o desencantado com o socialismo. De quebra, foi preso ao chegar ao Brasil. Solto, procurou emprego, mas só bateu em porta fechada. O único que o ajudou foi Adolfo Bloch, com quem acertou uma série de reportagens sobre Getúlio Vargas (publicadas em "Manchete" e depois reunidas em livro), para quem editou "Ele e Ela", antes de assumir a chefia de "Fatos e Fotos", e de quem se tornou fiel "ghost writer", decepcionando uma legião de amigos e reacendendo o ódio de velhos desafetos. Goethe merecia contar a história dessa aliança. A gota d'água foi uma entrevista com Sérgio Fleury, enaltecendo as virtudes profissionais do delegado número um da repressão, publicada em "Manchete", em outubro de 1976. Quando, três anos depois, lançou mais um romance, "Pílatos", o silêncio dos jornais e das revistas foi total.

Há tempos, num quadro do "Fantástico" sobre ex-seminaristas, **Cony** prestou o seguinte depoimento: "Meu pai queria que eu fosse padre, mas me disse: 'Filho, se você não quiser ser padre, que ao menos seja um homem de bem'. Eu não fui nem uma coisa nem outra."

O que ele fez em 1964 só um homem de bem faria.



No artigo *Depor as armas – a travessia de Cony e a censura no Partido*, Kushnir concluiu que nas polêmicas e debates suscitados pelas três edições de Pessach – 1967, 1975 e 1997 – houve uma disputa pela memória entre ex-militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e Cony, este que compõe um grupo de jornalistas que se contrapõem à ortodoxia do partido ou mesmo que têm posições revisionistas como no caso do jornalista, escritor e político Fernando Gabeira. Especificamente a Cony, entra em questão a possível censura de obras e artistas ou intelectuais por parte do partido, bem como, a liquidação de suas carreiras pelo estabelecimento de um pensamento hegemônico difundido por jornalistas colocados em postos-chave no interior da Indústria Cultural nos anos 60 e 70. Sendo assim, o conflito que se instaurou tinha de um lado Cony se declarando “sabotado, inclusive dentro da própria Editora Civilização Brasileira”<sup>65</sup> e do outro Leandro Konder (autor do primeiro prefácio de *Pessach*) e outros intelectuais que eram do Comitê Cultural do partido no final da década de 1960 e que argumentaram nos anos 80 e 90 nunca terem tido poder de denegrir autores e obras culturais por sua filiação partidária. Enfim, no contexto de reedição do livro de Cony pode se identificar uma disputa pela construção e pelo controle da memória (Kushnir, 2000). Acrescentaria que a composição da memória coletiva sempre sofre a influência das condicionantes políticas e sociais do momento em que são proferidas ou registradas e que cenários de crise sempre são acompanhados por conflitos relacionados à memória e ao sentimento de identidade coletiva (Pollak, 1992, p. 7), tais como exemplificam as datas em que o livro de Cony foi para as livrarias e jornais.

Contudo, pode se notar que durante o período retromencionado em que esteve distante da literatura se envolveu em uma série de atividades que contribuíram para consolidar o seu nome na Indústria Cultural. Ocupou cargos de direção na Rede Manchete e ajudou na adaptação de seus livros para o cinema. A difusão de seu nome na produção cultural nacional fortaleceu ainda mais seu posicionamento no jornalismo, pois a partir de 1993, ao substituir Otto Lara Resende falecido no ano anterior, Cony voltou a trabalhar na imprensa diária como colunista da *Folha de S.Paulo*, jornal no qual já havia atuado em 1963, como pode-se conferir na edição do dia 13 de março de 1993 do jornal *Folha de S.Paulo*. Com isso é possível afirmar que atualmente a consagração de Carlos Heitor

---

<sup>65</sup> Folha de S. Paulo, 27/07/1996.

Cony compreende plenamente os âmbitos de atuação do jornalismo e da literatura e talvez seja um dos cronistas mais longevos a manter uma coluna em um jornal de circulação nacional.

FOLHA DE S. PAULO

ilustrada

Sábado, 13 de março de 1993 4.3

## Carlos Cony estreia como colunista da Folha

O escritor e jornalista, que assume amanhã como titular a coluna 'Rio', foi uma voz isolada em 1964



Carlos Heitor Cony, que passa a escrever para a Folha

RUY CASTRO

Escritor e jornalista

Nos meses que se seguiram a abril de 1964, o escritor e jornalista Carlos Heitor Cony — que estreia amanhã como titular da coluna "Rio" na página de "Opinião" da Folha — foi um momento da consciência humana. A frase já foi dita outras vezes a propósito de Cony, referindo-se ao seu papel como o jornalista que, logo a partir do dia 2 de abril, ossozou os militares, era uma audácia e uma façanha, porque todos a imprensa brasileira apoiava a "revolução". O próprio jornal de Cony, o liberal e influente "Correio da Manhã", fora declarado na vitória da golpe com ideologia editorial, a 31 de março e 17 de abril, intitulando "Brasil" e "Polar", referindo-se ao desfecho de Jânio Quadros.

O gesto de Cony, transformando a sua coluna "Da Arte de Falar Mal" numa trincheira contra as arbitrariedades do novo regime, ousado e direto e surpreendendo a esquerda — que, sob Jango, parou-se em manifestações e que, com a vitória dos militares, entendeu-se rapidamente nos armários e debates dos com. A surpresa se justificava. Cony, ab-

em um homem "de esquerda", não se ligava a grupos ou partidos e não discordava quando o classificador de "direita" e "social-democrata feroz" — quase um palavrão naquele tempo —, era empregado em 1963 no ele era de esquerda ou de direita, e Cony respondeu: "Sou jornalista e humano para não ser da direita, mas muito rebelde para ser de esquerda". E, em outra crítica daquele ano, quando cobrava-me uma "penção", escrevia: "No dia em que me der na unha, pegarei no fuzil — e, ainda que não saiba manejar, saberei contra que lado lutar". Mas não se espantem que, um dia, Cony romanesse esse fazel imaginário e estivesse desarmado.

Como um romancista sobre o qual os críticos nunca chegaram a um acordo, seu tema central era, segundo ele, a falta de sentido do homem e o seu inevitável tropeço rumo à destruição, motivado pela sua própria intencionalidade. Um tema amplo, que ele fragmentava do mundo onde que planeara composta de dez romances — dos quais se pensa ainda que ainda haviam sido "O Ventre" (seu livro de estreia, em 1958), "Informação ao Crucificado" (1962) e "Antes, o Verão" (1964). Apesar disso,

romancista "existencial" e nada político, ficava focado em que se exigia engajamento até dos cordões de rosas. Cony era um grande sucesso de vendas: todos os seus romances eram, com justiça, best-sellers.

E havia a sua coluna, que o "Correio da Manhã" publicava às quartas-feiras e domingos. Desde que a começou, em 1961, Cony não parou de escrever. E a tendência do ser humano a agir pela colcha dos outros não de exercer a mais mais saudável função de pensar. Flandoso no que iam dizer, muitos leitores o imaginavam um furo amoral e sem fe —

Cony às vezes, podia ser também extremamente feliz quando escrevia sobre suas duas filhas, com quem convivia como pai desobediante. Dalí a surpresa quando, na primeira infância de suas filhas, "Da Salvação da Bárbara" (12 de abril de 1964), ele já denotava as movimentações militares, a que assistia de um jornal no Plan 6, em Copacabana. A partir dali, ele se indignou contra as perseguições praticadas pelo novo regime —denúncias oportunistas, probes significativas e manifestos a pri-

sonários — e descarregos brutais em sua coluna. Durante meses foi uma voz isolada, à qual recorriam parentes de presos políticos e perseguidos em geral. Mesmo assim, Cony não se julgava exercendo uma atividade política. Tempo depois ele se definiu:

"Não sou político, não sei sequer ser um jornalista político. Exerceri sobre a situação nacional uma hora em que a política era secundária. O que ficou em jogo foi a dignidade da pessoa humana, das instituições civlizadas". O próprio Cony tornou-se alvo de perseguições: ele e suas filhas foram atacados de seqüestre e morte. O então ministro da Guerra, general Costa e Silva, processou-o e souz novo para fazer crer que havia liberdade no Brasil. "Há um critério que me assa diariamente": disse Costa e Silva, "é a sua liberdade. Mas, quanto ao seu ministro da Guerra, ele é um general cruente". Cony respondeu na lata: "Quando ao valor que a imprensa dá e o seu próprio cargo, deu muito mais valor à minha própria pessoa. Eu soube uma coisa, se mataram. E o que o senhor tem, além da farda que o senhor veste".

Um grande romancista, "Rio" marcou um

Figura 41 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

Foi no território da arte que Carlos Heitor Cony realmente se sobressaiu e consolidou sua carreira. O número de publicações e a variedade de formatos impressionam. São dezoito romances<sup>66</sup>, oito livros de crônicas<sup>67</sup>, três de contos<sup>68</sup>, cinco ensaios biográficos<sup>69</sup>, três livros-

<sup>66</sup> *O Ventre* (1958); *A Verdade de Cada Dia* (1959), *Tijolo de Segurança* (1960), *Informação ao Crucificado* (1961), *Matéria de Memória* (1962), *Antes, o Verão* (1964), *Balé Branco* (1965), *Pessach: A Travessia* (1967), *Pilatos* (1973), *Quase Memória* (1995), *O Piano e a Orquestra* (1996), *A casa do Poeta Trágico* (1997), *Romance sem Palavras* (1999), *O Indigitado* (2001), *A Tarde da sua Ausência* (2003), *O beijo da morte* (2003), *O adiantado da hora* (2006), *A Morte e a Vida* (2007).

<sup>67</sup> *Da arte de falar mal* (1963), *O ato e o fato* (1964, 2004), *Posto Seis* (1965), *Os anos mais antigos do passado* (1998), *O Harém das Bananeiras* (1999), *O tudo ou o nada* (2004), *O Suor e a Lágrima* (2002), *Para ler na Escola* (2009).

<sup>68</sup> *Sobre todas as coisas* (1968), *Babilônia! Babilônia!* (1978), *O burguês e o crime e outros contos* (1997).

<sup>69</sup> *Charles Chaplin* (1967), *Quem matou Vargas?* (1972), *JK - Memorial do exílio* (1982), *Teruz* (1985), *Quem matou Vargas – 1954: Uma tragédia brasileira* (2004).

reportagens<sup>70</sup>, um livro de cinerreportagem<sup>71</sup>, cinco livros com outros autores<sup>72</sup>, catorze em parceria com escritores<sup>73</sup> e oito livros infantojuvenis<sup>74</sup>. A produção direcionada ao público infantojuvenil é significativa e demonstra a preocupação de Cony em formar novos leitores que certamente se tornaram consumidores de suas obras. É robusta a quantidade de adaptações que fez de clássicos da literatura voltados para esse público em específico, infantojuvenil, ao todo foram

---

<sup>70</sup> *O caso Lou - Assim é se lhe parece* (1975), *Nos passos de João de Deus* (1981), *Lagoa* (1996).

<sup>71</sup> *A noite do massacre* (1975).

<sup>72</sup> *Ordem do Dia* - In: 64 D.C. com Antônio Calado, Marques Rebelo, Sérgio Porto, Hermano Alves (1966); *Por vós e por Muitos* - In: *Contos*, com Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Rubem Fonseca, Sérgio Sant'Anna, Luís Vilela, Otto Lara Resende, José J. Veiga, Érico Veríssimo, Moacyr Scliar, Samuel Rawet, Leon Eliacha, Elsie Lessa e Adonias Filho (1974), *O Burguês e o Crime* - In: MORICONI, Ítalo (org.) (2000); *Luxúria* - In: *Os Sete Pecados Capitais* com Guimarães Rosa, Otto Lara Resende, Lygia Fagundes Telles, José Condé, Guilherme Figueiredo e Mário Donato (2001); *Amar a Deus Sobre Todas as Coisas* - In: *Os Dez Mandamentos* com Jorge Amado, Marques Rebelo, Orígenes Lessa, José Condé, Campos de Carvalho, João Antônio, Guilherme Figueiredo, Moacir C. Lopes e Helena Silveira (2001).

<sup>73</sup> *O presidente que sabia javanês*, com charges de Angeli (2000), *As viagens de Marco Pólo*, com Lenira Alcure (2001), *O Mistério das Aranhas Verdes* - com Anna Lee (2001), Wolff Klabin: *A Trajetória de um Pioneiro* - com Sergio Lamarão e Rosa Maria Canha (2001), *O Mistério das Joias Coloniais* - com Anna Lee (2003), *O Crime Mais Que Perfeito* - com Anna Lee (2003), *O mistério da coroa imperial*, com Anna Lee (2002), *O beijo da morte*, com Anna Lee (2003), *Contos de Pânico*, com Juca Kfourri e M. Prata, Marco Zero (2004), *Meu querido canalha*, com Ruy Castro, Geraldo Carneiro e Aldir Blanc (2004), *O mistério da motocicleta de cristal*, com Anna Lee (2004), *A Joia dos Reis - Ilha Grande* - com Anna Lee (2005), *Liberdade de Expressão I e II* - com Heródoto Barbeiro e Artur Xexéo (2005), *O Mistério Final* - com Anna Lee (2007), *As Rapaduras são Eternas* - com Anna Lee (2007), *O Monstro da Lagoa de Abaeté* - com Anna Lee (2009).

<sup>74</sup> *Quinze anos* (1965), *Uma história de amor* (1978), *Rosa, vegetal de sangue* (1979), *O irmão que tu me deste* (1979), *A gorda e a volta por cima* (1986), *Luciana saudade* (1989), *O laço cor-de-rosa* (2002), *O máscara de ferro* (2003).

trinta adaptações, vinte e seis pela Ediouro<sup>75</sup>, três pela Editora Scipione<sup>76</sup> e um livro pela Editora Objetiva<sup>77</sup>. Essas adaptações incluem desde Crime e Castigo (Fiódor Dostoievski) até *As aventuras de Tom Sawyer* (Mark Twain). Certamente a condensação e “simplificação” desses livros para um público não erudito garantiu a sua popularidade e auxiliou na criação um contingente de leitores, uma vez que esse trabalho de adaptações foi realizado desde os anos 60 como declara o escritor em sua biografia. Cony também apostou na difusão de suas obras no exterior. Seus livros mais populares no Brasil foram traduzidos para o francês e para o espanhol<sup>78</sup>. Ele também prefaciou várias obras, sendo doze livros no mercado em que Cony assinou a introdução ou prefácio<sup>79</sup>. A difusão de produtos culturais com a sua assinatura também compreende a produção audiovisual. Cony fez roteiros para cinema<sup>80</sup>, incluindo *Os Trombadinhas* (1979), um controverso filme dirigido por Anselmo Duarte, com roteiro escrito conjuntamente por Cony, Duarte e o jogador de futebol Pelé. Na época as

---

<sup>75</sup> *Crime e Castigo* (Dostoievski); *Moby Dick* (H. Melville); *Viagem ao Centro da Terra* (Julio Verne); *A ilha misteriosa* (Julio Verne); *Um capitão de quinze anos* (Julio Verne); *As aventuras de Tom Sawyer* (Mark Twain); *As viagens de Tom Sawyer* (Mark Twain); *Huckleberry Finn* (Mark Twain); *O Diário de Adão e Eva* (Mark Twain); *Um iaque na corte do rei Artur* (Mark Twain); *Tom Sawyer detetive* (Mark Twain); *O roubo do elefante branco* (Mark Twain); *Ben-Hur* (Lewis Wallace); *O capitão Tormenta* (Emilio Salgari); *Maravilhas do ano 2000* (Emilio Salgari); *O leão de Damasco* (Emilio Salgari); *O livro dos dragões* (Edith Nesbit); *Os meninos aquáticos* (Charles Kingsley); *O máscara de ferro* (Alexandre Dumas); *O grande Meaulne* (A. Fournier); *Taras Bulba* (Nicolas Gogol); *Ali Babá e os quarenta ladrões* (Mil e uma noites); *Simbad, o marujo* (idem); *O califa de Bagdá* (idem); *Aladim e a lâmpada maravilhosa* (idem); *Pinóquio da Silva* (Carlos Collodi).

<sup>76</sup> *O Ateneu* (Raul Pompéia); *O primo Basílio* (Eça de Queiroz); *Memórias de um sargento de milícias* (Manuel Antônio de Almeida).

<sup>77</sup> *A máscara de ferro* (Alexandre Dumas).

<sup>78</sup> *Pessach: la travessia*, tradução de Jorge Humberto Robles (México/1973), Quasi-memoires, tradução de Henri Raillard (Paris/1999).

<sup>79</sup> *A Chuva Imóvel* - de Campos de Carvalho (1963); *A Cabana do Pai Tomás* - de Harriet Beecher Stowe (1976); *Pente de Vênus* - de Heloísa Seixas (1995); *O Horror Econômico* - de Vivianne Forrester (1997); *Dupla Exposição: Stanislaw Ponte Preta* - de Renato Sérgio (1998); *Mito em Chamas* - de José Louzeiro (1998); *Ensaio Reunidos de Otto Maria Carpeaux* - de Olavo de Carvalho (org.) (1999); *Balão: Paixão Inexplicável* - de Odair Bueno e Ivo Patrocínio (1999); *Os Jornalistas* - de Honoré de Balzac (1999); *Órfão de Tempestade* - de Jason Tércio (1999); *Evangelho segundo João* (1999); *A Fina Flor da Sedução* - de José Louzeiro (2001); *Vidas dos Doze Césares* - de Suetônio (2002); *Entre os Ossos e a Escrita* - de Maitê Proença (2004).

<sup>80</sup> *Os Primeiros Momentos* - direção de Pedro Camargo (1973), *Intimidade* - direção de Mike Sarné (1975), *Paranóia* - direção de Antônio Calmon (1976), *Os Trombadinhas* - direção de Anselmo Duarte- roteiro feito, também, por Pelé (1979).

críticas sobre o filme apontavam para a abordagem superficial feita pelo filme de um tema sério como os menores abandonados e em torno de uma produção excessivamente comercial como se pode notar na edição do dia 10 de setembro de 1978 do jornal *Folha de S.Paulo*.

## Pelé

### contra o cinema

Ivo Branco

v  
n  
n  
s  
d  
n  
f  
s

Há muito tempo atacando em outras áreas, que não aquelas do time inimigo, o senhor Edson Arantes do Nascimento, mundialmente conhecido como Pelé, "rides again" como ator. Suas habilidades em comer salgadinhos pela tv já conhecemos bastante. Mas ali, o papel de garoto propaganda faz parte do polpudo contrato que ele mantém com a Pepsi, da qual a Chips é uma subsidiária. Tudo em família. Agora, como ator ele faz o papel de... Pelé. O filme se chama "Pelé jogando contra o crime". Baseado numa idéia do próprio, **Carlos Heitor Cony** fez o roteiro e Anselmo "Pagador de Promessas" Duarte dirigiu (Dirigiu?). Um filme comercial? Não !!! Um grande comercial! Pelo filme desfilam "sutilmente" motocicletas Honda, carros da Marechal Motors, roupas da Vila Italiana, Bolas de Futebol Trípé, e vai por aí. Moral: a solução pro trombadinha é ser jogador de futebol. E a receita é do Pelé, lógico. O filme não toca nem de longe no problema social do menor. Nele o problema do "trombadinha" se resume a grupos de gangsters que manipulam os garotos para fins próprios e a luta entre eles no racha do "tutu". Ah! Tem

Figura 42 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

Cony também escreveu argumentos para telenovelas<sup>81</sup> como, por exemplo, a *Marquesa de Santos*, dirigida por Ary Coslov e exibida pela TV Manchete em 1984, em que redigiu o roteiro junto com Wilson Aguiar Filho. O cargo na emissora também propiciou a produção de quatro documentários acrescidos no seu currículo<sup>82</sup>. Além disso algumas de suas obras foram adaptadas tanto para o cinema<sup>83</sup> quanto para o teatro<sup>84</sup>. O romance *Antes, o verão* foi adaptado para o cinema em 1968 com a direção e Gerson Tavares, enquanto *Pilatos* foi transformado em peça de teatro em 1988 pelas mãos de Mário Patra.

O escritor carioca foi profícuo em prêmios e títulos. Ao todo são dez, sendo os mais notáveis: a condecoração *L'ordre des Arts et des Lettres* concedida pelo governo francês em 1998; os três Prêmios Jabuti, por *Quase Memória* (1996), *A casa do poeta trágico* (1997) e *Romance sem palavras* (2000); e o Prêmio Machado de Assis concedido em 1996 pela Academia Brasileira de Letras pelo conjunto da obra, premiação que por sua vez precedeu a indicação de seu nome à ABL e por fim sua eleição à cadeira número três da academia como se lê no seguinte fragmento do jornal *Folha de S.Paulo*, edição do dia 24 de março de 2000.

---

<sup>81</sup> *Comédia Carioca* - direção de Antonino Seabra na TV Rio (1964); *Marquesa de Santos* - direção de Ary Coslov - o roteiro foi escrito por Wilson Aguiar Filho e com colaboração de Cony (1984).

<sup>82</sup> *JK – 7 anos Sem a Sua Companhia* na Rede Manchete (1983), *JK – A Voz da História* na Rede Manchete (1983), *Vargas – A Vida e a História* na Rede Manchete (1984).

<sup>83</sup> *Antes, o verão* - Direção e roteiro de Gerson Tavares (1968), baseado no romance homônimo; *O homem e sua jaula* - Direção de Fernando Coni Campos (1968), baseado no romance "Quase memória"; *Você tem alguma idéia sobre a idéia que pretende ter?* - Roteiro de Antônio Moreno, Olivar Luiz e Pedro Ernesto Stilpen (1975) - inédito, baseado no romance "Pilatos"; *Pilatos - Melopéia, fanopéia & logopéia*, episódio V de *Isabelle trouxe uns amigos*. roteiro de Felipe Rodrigues, com a colaboração de Patrick Pessoa e Bárbara Kahane (2000) - inédito, baseado no romance "Pilatos".

<sup>84</sup> *Pilatos*, peça de Mario Prata (1988), baseado no romance homônimo; *Pilatos*, peça de Roberto Barbosa, ainda inédita (1995), baseada no romance homônimo.



Figura 43 – *Folha de S. Paulo* – Fonte: Acervo Folha

Carlos Heitor Cony se tornou imortal em 2000. Alcançou a posição mais elevada na hierarquia dos escritores brasileiros com uma obra acentuadamente biográfica. O próprio Cony menciona em uma das entrevistas que concedeu, que todos os “seus livros são, ‘sem exceção’ autobiográficos” (Cony apud Sandroni, 2003, p. 24). Cumpre destacar que aqueles livros em que o escritor soou mais autobiográfico são *Informação ao crucificado*, *Pessach – a travessia* e *Quase Memória*. Nos dois primeiros, os personagens centrais são manifestadamente alter egos de Cony, em *Informação ao crucificado* têm-se as confissões de um ex-seminarista tal como Cony, e *Pessach* mostra os conflitos de escritor de meia idade dividido entre a literatura comercial e a luta armada em um contexto de radicalização de artistas e intelectuais no final dos anos 60. No terceiro livro, *Quase Memória*, familiares e pessoas próximas tornaram-se personagens de uma história centrada na figura do pai do escritor. O exemplo dessas três histórias “dá o tom” da literatura do autor. Em sua obra Cony tratou de monumentalizar sua origem e trajetória social porque falar a respeito de seus pais, avós, amigos feitos no jornalismo e

fora dele, com ou sem influência paterna, é por si uma evidência de sua posição de notoriedade. Cony é o tipo de escritor para o qual a própria vida pode ser convertida em obra de arte. Em seus registros há uma consonância entre memória individual e coletiva, história pessoal e história do país, ainda que essa estratégia discursiva não seja uma especificidade própria do escritor jornalista, mas uma constante em biografias e memórias daqueles que compõem a elite dessa profissão.

Cony foi objeto de análise – assim como sua obra fonte de pesquisa – de várias produções científicas. Há uma vasta produção que compreende capítulos de livros<sup>85</sup>, artigos<sup>86</sup>, monografias<sup>87</sup>, dissertações<sup>88</sup> e teses<sup>89</sup>. Do conjunto de obras sobressaem algumas características significativas. Embora haja trabalhos que datem dos anos 90, e até dos

<sup>85</sup>“*Depor as armas: a travessia de Cony e a censura do partido*” (“*Intelectuais: História e Política*” de Daniel Aarão Reis Filho (Org.) Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, v.1, p. 219-246), de Beatriz Kushnir.

<sup>86</sup>“*As Crônicas de Carlos Heitor Cony e a Manutenção de um Diálogo com o Leitor*”, de Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, In: PRETI, Dino (org.) Diálogos na fala e na escrita. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, vol.7, p. 299-324; “*Dom Casmurro e o Ventre: Machado de Assis e Carlos Heitor Cony nos subúrbios do homem*” de Raquel Illescas Bueno. Revista Scripta, Belo Horizonte - PUCMG, v. 3, n. 6, p. 175-182, 2000; “*Romances de filhos: Quase-memória de seus pais*” de Raquel Illescas Bueno, Revista de Ciências Humanas. Curitiba - PR: editora UFPR, v. 7-8, p. 137-151, 1999.

<sup>87</sup>“*O Homem Social na travessia de Cony*” de Marilurdes Cruz Borges, Universidade de Franca, 2001; “*Um homem como nós, mas também diferente: imagens do século XX nas crônicas de Carlos Heitor Cony*” de Radamés Vieira Nunes, Universidade Federal de Goiás UFG/CAC, 2005; “*A intertextualidade bíblica em Carlos Heitor Cony*” de Marcela Martins de Melo, Universidade Estácio de Sá – UNESA, 2005; “*Romance-reportagem: Uma Leitura Intertextual de O BEIJO DA MORTE*” de Rafaela Aguiar Dantas, Universidade Salgado de Oliveira – Recife, 2005; “*As crônicas fim de século de Carlos Heitor Cony*” de Ivone Gomes de Assis, Curso de Letras no Centro Universitário do Triângulo, Uberlândia, Minas Gerais, 2004.

<sup>88</sup>“*A ironia no romance Quase Memória, de Carlos Heitor Cony*”, de Camilo Tellaroli Adorno, Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras, 2006; “*Estilhaços do passado: o incansável resgate de Carlos Heitor Cony*” de André Mota Furtado, Universidade Federal do Ceará, 2004; “*Argumento de autoridade na crônica de Carlos Heitor Cony: um enfoque intertextual*” de Elaine Vincenzi Silveira, Universidade de São Paulo, USP, 2004; “*História, memória e ficção em obras de Carlos Heitor Cony*” de Juarez Poletto, Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2001; “*Carlos Heitor Cony: o filósofo do cotidiano*” de Maria Fernanda Cordoville, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1997; “*Pessach, a travessia: narrativa especular*” de Lélia Parreira Duarte. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 1980.

<sup>89</sup>“*Uma certa maneira de desejar a liberdade: Caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964*”, de Marina Silva Ruivo, Universidade de São Paulo, 2012; “*Os involúcrulos da memória na ficção de Carlos Heitor Cony*” de Raquel Illescas Bueno. Universidade de São Paulo, USP, 2002.



anos 80 (um deles apenas), pode-se notar que a quantidade aumenta a partir dos anos 2000. Evidentemente faz-se necessário levar em consideração que a disponibilização pública de dados se expandiu vertiginosamente a partir do advento da Internet, contudo, o interesse particular dos pesquisadores pelo autor e por sua obra provavelmente tenha sido motivado por um conjunto de fatores entre os quais pode-se destacar ao menos dois: a vinculação dos pesquisadores a Programas de Pós-Graduação em Comunicação/Jornalismo ou Literatura e o contexto de mudanças no universo cultural no qual a profissionalização das figuras de escritores e jornalistas ensejaram tanto a produção memorialística como a produção cultural, em geral em torno de identidades antes legitimadas e agora em vias de declínio. Na produção científica em que Cony e sua obra aparecem como objeto e fonte de pesquisa, respectivamente, há uma especial concentração de enfoques associados tanto à obra propriamente dita (o texto do autor, gêneros literários e formatos de livros adotados), como ao autor, no que concerne ao entrelaçamento de história individual e coletiva, enfoque no qual os pesquisadores em geral remontam ao período ditatorial no qual Cony despontou na vida cultural brasileira. Consensos sobre influências duplas, envolvendo indivíduo e sociedade, sujeito intelectual e contexto sócio-histórico, por exemplo, são estabelecidos a fim de reforçar a notoriedade do escritor e seu posicionamento no panorama cultural brasileiro e são empregados como uma forma de reverberar o conteúdo dos registros já realizados a respeito do escritor na vasta produção biográfica existente. Há casos em que os pesquisadores se beneficiam por conjugar sua produção com um tema privilegiado. A tese de Bueno, por exemplo, *Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony*, foi publicada em 2008 pela ABL como parte da Coleção Austregésilo de Athayde quando o biógrafo de Cony, Cícero Sandroni, presidia a própria ABL. O *site* pessoal e oficial de Carlos Heitor Cony é o resultado de um projeto experimental de graduação<sup>90</sup>. No próprio *site* as produtoras frisam que Cony não tinha um *site* oficial antes no qual estivesse reunida toda sua obra, biografia e fortuna crítica e que o próprio escritor acompanhou o processo de composição e aprovou o *site*.

O fortalecimento da notoriedade do nome de Carlos Heitor Cony verificada pela variada produção científica a seu respeito resulta muito

---

<sup>90</sup> “*Carlos Heitor Cony: vida e obra em site*” (Projeto Experimental de Graduação em Comunicação Social/Jornalismo de Patricia Spínola e Evandrea Buosi. Universidade Anhembi Morumbi – SP, 2001.

provavelmente da maciça difusão de sua obra entre as décadas de 1960 e 2000. Uma obra caracterizada pela multiplicidade de formatos, suportes e públicos-alvo, fator que promoveu o acesso a um amplo espectro de leitores ou expectadores e que acabou por tornar o escritor jornalista um dos eruditos mais populares do Brasil, ao menos pela perspectiva de suas biografias e memórias.



### 3.4. Zuenir Ventura, jornalista “por acaso”

Zuenir Ventura é um jornalista que tardiamente se tornou escritor. Foi somente após a publicação de *1968 – o ano que não terminou* em 1988, livro que se tornou *best-seller* nacional naquele final de década, que Ventura ficou reconhecido e requisitado pelas editoras. Até os anos 80 Zuenir Ventura se situava no mercado profissional como um jornalista de prestígio que havia ocupado vários cargos de chefia em publicações de alcance nacional e que conciliava seu ofício com a carreira acadêmica, atuando como professor de jornalismo na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Assim como o jornalismo, a literatura apareceu por acaso na trajetória de Zuenir Ventura, como destaca em seu livro de memórias *Minhas Histórias do Outros*. O contraponto com Carlos Heitor Cony, atualmente seu colega na Academia Brasileira de Letras, faz-se evidente não apenas pelo alegado acaso que levou Ventura às letras em contraste com a predestinação do Cony à literatura, mas pelo ponto de partida. Zuenir Ventura iniciou a carreira intelectual pela universidade ao ingressar no curso de graduação em Letras Neolatinas da Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi por meio dos contatos auferidos no meio acadêmico que conseguiu ingressar no jornalismo e construir uma carreira como escritor e jornalista. Pode-se deduzir que a porta de entrada ao meio intelectual escolhida por Zuenir Ventura se explica por sua origem social, de todo contraposta à de Carlos Heitor Cony.

Zuenir Ventura nasceu no interior de Minas Gerais no município de Além Paraíba em 1º de junho de 1931. A infância e adolescência também foram vividas no interior pois até os 11 anos morou em Ponte Nova, Minas Gerais, em seguida mudou-se para Nova Friburgo, região serrana do Rio de Janeiro, onde residiu até os 18 anos. Filho do casal José Antônio Ventura, natural de Nova Friburgo e Herina de Araújo, de Além Paraíba, Zuenir Ventura poderia ter tido o mesmo destino dos pais e ter se tornado um trabalhador de baixa renda e pouca instrução. Em suas memórias o escritor jornalista conta que o pai foi por um curto período empregado de almoxarife da estrada de ferro Leopoldina mas que sua atividade principal era pintor de parede. Ventura não menciona a formação escolar e a profissão da mãe, do que se deduz que era dona de casa como a grande parcela de mulheres do começo do século XX. A precária formação escolar seguida do emprego em atividades não especializadas e de baixa remuneração foi uma realidade vivida pelo

próprio Zuenir que, assim como pai, foi pintor de paredes, como o escritor e jornalista faz questão de registrar em suas memórias (Ventura apud Briso; Siqueira, 2008, p. 1). Conta que como sua família era pobre e não tinha condições para arcar com gastos de sua educação, para estudar se tornou aprendiz de pintor, auxiliava seu pai nos trabalhos de pintura. Pintor de parede foi o primeiro emprego do futuro imortal da ABL seguido por outras atividades de baixa remuneração como faxineiro (primeiro em um bar e depois em um laboratório de prótese dentária), *office boy* em uma agência bancária e balconista em uma camisaria. O primeiro trabalho especializado exerceu como professor primário ainda em Nova Friburgo como recorda:

O diretor do colégio onde fiz o científico à noite, que era o último grau antes da universidade, me ofereceu gratuidade em troca de lecionar para os meninos de manhã, junto com a professora Letícia Pinto. Por influência dos livros que ela me fez ler é que resolvi cursar letras (Ventura, 2005, p. 18).

Em suas memórias Zuenir Ventura faz questão de demarcar que evoluiu pessoal, intelectual e profissionalmente graças à sua passagem pelo sistema escolar. Aos 18 anos partiu para a capital do Rio de Janeiro a fim de fazer um curso universitário que o licenciasse para exercer o magistério, vocação que o impulsionou a sair de Nova Friburgo em busca do ensino superior. Com dificuldade, morando de favor na casa de uma tia, irmã de seu pai, no bairro Vila Izabel, Zuenir passou no vestibular para o curso de Letras Neolatinas da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1954 (Ventura, 2005, p. 18). Em 1958 obteve os títulos de bacharel e licenciatura em Letras aos 27 anos, porém esses não foram os únicos proveitos que Ventura conquistou ao longo de sua passagem pelo ambiente universitário.

Ventura soube retirar o máximo de benefícios de sua experiência universitária. Teve acesso ao estudo das grandes obras da literatura universal como Luís de Camões, Miguel de Cervantes, Dante Alighieri, Machado de Assis, Fernando Pessoa, Federico Garcia Lorca, Albert Camus, entre outros (Ventura, 2005, p. 19). Foi aluno de escritores e intelectuais que hoje são referências da cultura brasileira os quais cita em seu livro de memórias: Cleonice Berardinelli, José Carlos Lisboa, Manuel Bandeira, Celso Cunha, Roberto Alvim Corrêa, Thiers Martins Moreira, Maria Arminda Falabella, Bela Josef, Alceu Amoroso Lima. Esse último inclusive foi o professor que lhe deu nota máxima em um trabalho intitulado *O tempo de Machado de Assis*. Zuenir Ventura registra que

Alceu Amoroso Lima ao proferir sua excelente nota 10 teria vaticinado que “esse rapaz vai ser um escritor”, um elogio que incorporou à lista de títulos acadêmicos (Ventura, 2005, p. 28). O registro feito pelo escritor jornalista é significativo uma vez que Amoroso Lima além de crítico literário e professor era também um pensador que muito se dedicara a pensar as relações entre literatura e jornalismo por causa de sua intensa atuação na imprensa. Por isso, a profecia de Alceu Amoroso Lima tem um lugar de relevância nos relatos memorialísticos de Zuenir Ventura. O contato estreito com professores notáveis é realçado, há menção ao convívio com Manuel Bandeira e Celso Cunha (medievalista, filólogo, doutor em cancioneros medievais) de quem era assistente na cadeira de Língua Portuguesa no curso de Jornalismo dentro da própria Faculdade Nacional de Filosofia (Ventura, 2005, p. 27). Outra gratificação relembra dos tempos em que frequentava a universidade é o convívio com pessoas que foram muito significativas em sua trajetória pessoal e profissional. A rica interação com os colegas fez com que intitulasse o capítulo de suas memórias dedicado às reminiscências do período universitário como “Uma faculdade de Bambas”, qualidade de quem era considerado moderno na década de 1960. Nesse capítulo faz referência a Mary Ackier, sua esposa, de quem só se aproximou tempos mais tarde na redação da *Tribuna da Imprensa*. No registro, a militância de Mary é destacada:

[...] notória militante política, membro da Juventude do Partido Comunista, que recrutava alunos em quase todas os cursos e mantinha uma célula que dez anos mais tarde, por denúncia do diretor Eremildo Viana, famoso dedo-duro da época, seria alvo de inquéritos policiais, expulsões e muitas prisões de estudantes e professores, comunistas ou não (Ventura, 2005, p. 21).

Ainda que Zuenir Ventura declare que durante o período não fosse engajado politicamente, pode-se deduzir que a lembrança do passado de sua esposa no período enseje uma sutil referência à politização que viria tomar conta da classe artística e intelectual nos anos 60, na qual Ventura então se tornaria mais atuante. Um outro colega que mereceu lugar privilegiado nos registros biográficos do escritor jornalista foi Hércio Martins, aluno e também assistente de professor, figura recordada por Ventura como um prodígio da Faculdade Nacional de Filosofia que o “adotou, achando que teria algum futuro”. Hércio, além de amigo, foi seu mentor durante o período da faculdade pois o orientava na indicação de

livros e análise de obras literárias e musicais. Morto precocemente, Hécio Martins teve tempo suficiente para “mudar o rumo da vida profissional” do amigo Zuenir Ventura.

Hécio Martins, padrinho intelectual de Zuenir Ventura também dirigia o arquivo do jornal *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda. Sabendo das dificuldades financeiras do amigo, logo lhe conseguiu um emprego como arquivista do jornal (Ventura apud Briso; Siqueira, 2008, p. 2). Após ser admitido, o futuro escritor relata que no período não cogitava a hipótese de se tornar jornalista tampouco escritor, apesar da insistência de Hécio para que descesse à redação e tentasse exercer o ofício afim de “melhorar o estilo”. Entretanto, quando estava prestes a concluir a licenciatura e já dava aulas no ensino médio, uma ocasião fez com que fosse compelido ao jornalismo. Conta que o próprio Carlos Lacerda, diretor e proprietário do *Tribuna da Imprensa* ao tomar conhecimento da morte de Albert Camus quis saber quem do jornal seria capaz de redigir um artigo sobre o escritor argelino. Na ausência de candidatos, Zuenir Ventura logo se prontificou pois Camus era um de seus escritores preferidos. O artigo *Camus, um humanista* foi publicado em janeiro de 1960 em uma seção nobre do jornal e o transformou magicamente em um jornalista, como relata “Estava feita a vontade de Hécio. No mesmo dia da publicação, virei jornalista, porque passou a circular nos corredores do jornal a versão de que o “contínuo do arquivo é um gênio” (Ventura, 2005, p. 35). Percebe-se que Zuenir Ventura modestamente reserva o elogio e a mística para os personagens coadjuvantes de sua vida ao comentar a mudança na categoria profissional, de arquivista para redator. Pessoalmente argumenta que o aumento na remuneração com a mudança no cargo foi o que mais lhe atraiu. Assim, o escritor jornalista do presente escamoteia as possíveis estratégias profissionais que propiciaram essa ascensão, como acontece quando contesta a vocação inata ao jornalismo.

Foi, portanto, sem vocação aparente e por acaso, que comecei uma carreira que acabou sendo para mim uma segunda natureza. Por isso, não acho grave quando um jovem de vinte anos se angustia: “Não encontrei ainda minha vocação”. No meu caso, pelo menos, não nasci com ela; peguei um vírus, e bem tarde (Ventura, 2005, p. 36)

A profícua rede de contatos tecida por Zuenir Ventura propiciou uma série de proveitos. A vivência no circuito jornalístico situado em um grande centro cultural e político significou em termos objetivos um

prolongamento da constituição de um capital social que começou a ser cultivado na universidade e aos poucos se tornou robusto e passível de ser transmutado em uma variedade de capitais simbólicos. Um acontecimento na trajetória do escritor jornalista é significativo ao que se refere à construção do capital social oriundo da constituição de redes de contatos. Entre outubro de 1960 e novembro de 1961 Zuenir Ventura se estabeleceu na capital francesa para realização de curso no *Centre de Formation des Journalistes*, um estabelecimento de ensino superior patrocinado pela iniciativa privada que recebia uma série de jornalistas vindos de diversas nações africanas que acabavam de conquistar a independência e do Brasil, entre outros (Ventura, 2005, p.48). Nesse período como bolsista do governo francês e correspondente internacional pelo jornal *Tribuna da Imprensa* Ventura teve várias oportunidades, a primeira, de se “internacionalizar” e assim obter *status* junto aos pares brasileiros, a segunda oportunidade, foi a de consubstanciar seu capital social. Em Paris, Zuenir Ventura conviveu com intelectuais, artistas e jornalistas que durante a década de 1960 impactaram a cena cultural brasileira e se tornaram figuras emblemáticas da cena nacional.

Andavam por lá nessa época o cineasta Joaquim Pedro de Andrade, o ator Antônio Pedro e os arquitetos Cláudio Cavalcanti, Jorge Lacetti e Ítalo Campofiorito, dos quais me tornei amigo. Éramos inseparáveis nas visitas a museus, nos almoços de fim de semana na *Île Saint-Louis*, nas discussões e nas farras. Mais cultos, cosmopolitas e informados, a essa turma devo minha iniciação cultural na cidade (Ventura, 2005, p. 40).

Além dos nomes citados acima, Zuenir Ventura lista algumas “personalidades” com quem teve contato em sua estadia. Suzana de Moraes, filha de Vinícius de Moraes, também sua ex-aluna do Colégio Melo e Souza, na época casada com o diplomata Rodolfo Souza Dantas, que o acolheu em Cassis, próximo a Marselha (Ventura, 2005, p. 41). O jornalista registra em suas memórias o convívio com alguns intelectuais e artistas em sua estadia na Casa do Brasil, na Cidade Universitária. Conta que no período foi vizinho de Joaquim Pedro de Andrade, cineasta que dirigiria filmes como *Macunaíma* e *O padre e a moça*. Também conheceu Luiz Edgar de Andrade correspondente do *Jornal do Brasil*, Maribel e João Portinari, filhos do renomado pintor, o pianista Artur Moreira Lima e até o ex-presidente Juscelino Kubitschek que no período fazia conferências para os residentes da Casa do Brasil. Zuenir Ventura



considera esse momento como um dos mais importantes de sua trajetória...

Para mim, um provinciano, tudo era novidade e excitação. Profissionalmente, o ano que passei na França, de outubro de 1960 a novembro de 1961, talvez tenha sido o mais rico em vivência e aprendizagem. Começava naquele momento um dos capítulos mais dramáticos e contraditórios da história da humanidade, uma década que iria mudar muita coisa no mundo e em nós... (Ventura, 2005, p. 48)

Zuenir Ventura talvez por essa característica se dedicou intensivamente a narrar os acontecimentos da década de 1960 pela perspectiva brasileira, tornando-se o real corolário de sua carreira como jornalista escritor. O período como bolsista é associado às coberturas que fez enquanto correspondente da *Tribuna da Imprensa* como a passagem de João Goulart por Paris antes de se tornar presidente da República e o encontro entre o então presidente norte-americano John F. Kennedy com o secretário do Partido Comunista da então União Soviética, Nikita Khrushchov, em Viena<sup>91</sup>.

Importa ressaltar nesse momento que a rede de contatos tecida pelo jornalista durante sua estadia na França trouxe resultados palpáveis em sua carreira. Após a experiência, quando retornou ao Brasil ascendeu a cargos de chefia nas sucessivas redações pelas quais passou. Entre 1963 e 1969 foi editor da editoria “Internacional” no *Correio da Manhã*, diretor de redação da revista *Fatos e Fotos*, chefe de reportagem da revista *O Cruzeiro* e editor-chefe da sucursal da revista *Visão* no Rio de Janeiro em 1968, mesmo ano em que retornou à França e presenciou as revoltas de maio de 1968. O prestígio alcançado por se envolver ainda que indiretamente tanto nas manifestações francesas como no movimento estudantil brasileiro, propiciaria em 1969 um contrato com a Editora Abril para produzir uma série de reportagens intituladas *Os anos 60: a década que mudou tudo*, pesquisa que culminaria posteriormente no livro *1968 – o ano que não terminou*. A partir da década de 1970 ocupou seguidos postos de direção. Entre 1971 e 1977 foi editor-chefe da sucursal da revista *Visão* no Rio de Janeiro, entre 1977 e 1981 exerceu a mesma função na filial carioca da revista *Veja* e entre 1981 e 1985 atuou como

---

<sup>91</sup> Site Portal do Jornalistas.

editor na revista *IstoÉ*. Em 1985 retornou ao jornalismo diário a convite de Marco Sá Corrêa para reformular Caderno B do *Jornal do Brasil*, onde ajudou na criação de suplementos e seções que tratavam de artes e literatura como o caderno *Ideias e Ensaios*. Assim sendo, pode-se inferir que a partir das experiências internacionais, especialmente quando atuou como correspondente nos anos 60, Ventura ascendeu na carreira jornalística e desse modo, nos anos 70, ocupou seguidos cargos de direção. O prestígio de Zuenir no meio jornalístico remonta à década de 1970 e pode ser exemplificado pelo fragmento do *Jornal do Brasil* de 28 de abril de 1978, nele pode-se conferir uma nota de convocação para eleições na Associação Brasileira de Imprensa lançada pela chapa de Herbert Moses, Prudente de Moraes Neto e Danton Jobim na qual o nome de Zuenir Ventura aparece entre os candidatos a membros efetivos do Conselho Administrativo.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE IMPRENSA**

Hoje, 28, das 10 às 20 horas, haverá eleição na ABI. Os amigos de Herbert Moses, Prudente de Moraes, neto e Danton Jobim pedem o voto do eleitorado para os seguintes nomes:

**PARA O CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Efetivos	Suplentes
Argemiro Ferreira	Alberto Raião
Benjamin de Moraes Filho	Ana Maria Machado
Gentil Naronha	Antônio Roberto S. Cunha
Gomes Maranhão	Clávia Mello
Henrique Miranda Sá Neto	H. Pereira da Silva
Joaquim Inojosa	Joé Baptista de Souza
José Calheiros Bomfim	Johnson Santos
José Eduardo de Faro Freire	José Roberto de Alencar
Maria Lúcia Amaral	Eupécia B. de Lacerda
Mário Barbosa	Milton Coelho
Maurício Azêdo	Moacir Andrade
Nelson B. Lemos	Roberto Torres
Pompeu de Souza	Shirley Costa
Reginaldo Fernandes	Sílvia de Leon Chelreo
Zuenir Ventura	Anselmo R. Goes

**PARA A COMISSÃO FISCAL**

Altamir Tojal, Augusto Donadel Jorge, Humberto Ribeiro de Silva, Osmar de Almeida Flores e Raul Ryff.

Pela liberdade de imprensa. Pela preservação da integridade física do jornalista. Pelo respeito aos direitos humanos. IP

Figura 44 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Em 1999 é guindado ao posto de colunista do jornal *O Globo*, já um jornalista detentor de grande prestígio especialmente por ter

vivenciado o processo de modernização da imprensa nacional. Como nos demais depoimentos concedidos pelos memorialistas dessa fração da elite profissional considerada mais “artística, politizada e intelectual” há recorrentemente referências sobre a participação no processo das reformas gráfica e editorial na imprensa brasileira cujo epicentro foram os jornais cariocas de acordo com a historiografia oficial. No caso de Zuenir Ventura, há menções sobre sua passagem pelas redações dos jornais considerados pioneiros da modernização tais como os jornais *Tribuna da Imprensa*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca* (Ventura apud Briso e Siqueira, 2005). Pode-se inferir que as remissões às experiências pessoais ocorridas nos jornais reformistas legitimam o depoimento funcionando como um marcador de legitimidade.

Se comparado aos outros jornalistas de sua geração que tiveram uma trajetória mais radical e dramática na luta armada como, por exemplo, Fernando Gabeira e Renato Tapajós, poderia-se deduzir que a militância de Zuenir Ventura está mais próxima à seara de costumes e comportamento e que seu instrumento de luta foi o jornalismo e a literatura. Contudo, a militância política não escapou à sua trajetória e tampouco às suas memórias. O marco temporal estabelecido para sua politização foram os dois momentos em que esteve na capital francesa. O autor fez questão de evidenciar que durante o período universitário a política não fazia parte do rol de assuntos que lhe interessava e que só trocou o “esteticismo e descompromisso pela preocupação social” durante sua estadia em Paris no Curso de Formação de Jornalistas quando experimentou momentos de intensa politização influenciado pelo ambiente cultural francês que então fervilhava em torno da guerra pela independência da Argélia. A sensibilização parece ter sido despertada durante o curso de formação de jornalistas em que conviveu com colegas vindos de diversas partes da África que relatavam seus dramas e conflitos (Ventura, 2005, p. 48). Um segundo momento de politização ocorreu em sua segunda visita à França no ano de 1968 em pleno mês de maio quando explodiram as manifestações estudantis e trabalhistas. O jornalista conta que a viagem à cidade de Paris foi um presente de férias da revista *Visão* e que por acaso pôde testemunhar o acontecimento que se tornaria histórico. Ventura registra que se encontravam na capital francesa o cineasta Leon Hirschman, o dramaturgo José Celso Martinês Corrêa, a atriz Ítala Nandi e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, brasileiros com quem manteve contato na ocasião.

O memorialista vincula a experiência do maio de 1968 à sua presença nas manifestações estudantis brasileiras contra a ditadura

naquele ano. Relata que estava na redação da revista *Visão* junto com os jornalistas Ziraldo, Washington Novaes e Aloysio Bionde quando nas proximidades o estudante secundarista Edson Luís foi morto pela polícia durante uma manifestação no centro do Rio de Janeiro. O fato gerou forte comoção pública na cidade especialmente durante o velório em que compareceram muitos intelectuais e artistas e provocou um acirramento da luta contra regime militar. O jornalista relata que a “coincidência” de ter estado nos dois acontecimentos despertou a suspeita dos militares e foi motivo para ser inquerido durante o período de três meses em que esteve preso logo após a promulgação do AI-5. Ele também relata ter sido acusado de ser o jornalista pertencente ao Partido Comunista responsável dentro da mídia para decidir a permanência ou não de profissionais dentro da imprensa de acordo com a orientação ideológica, acusação refutada por Ventura como grande especulação fantasiosa, um sintoma do clima daquela época. Através de seus relatos se poderia afirmar que o saldo dessa prisão foi a convivência com o célebre psicanalista Hélio Pellegrino com quem dividiu a cela e de quem se tornou amigo. No período também recorda de ter conhecido Nelson Rodrigues por ocasião das visitas que o dramaturgo fazia a Hélio Pellegrino (Ventura apud Briso; Siqueira, 2008).

Zuenir Ventura de fato não foi um militante político no sentido tradicional, ele não foi vinculado a partido ou movimento social durante o período, nem mesmo depois. Durante sua trajetória, o seu engajamento esteve mais vinculado à luta dos jornalistas contra a censura e a favor de causas envolvendo os direitos humanos, isto é, sua trincheira sempre foi o jornalismo. Ele foi um dos membros da redação do jornal *O Sol*, um dos precursores da imprensa alternativa carioca que existiu entre setembro de 1967 e janeiro de 1968, jornal laboratório capitaneado por Ana Arruda Callado no qual colaboraram nomes de peso como Reinaldo Jardim, Carlos Heitor Cony e Otto Maria Carpeaux (Ventura apud Briso; Siqueira, 2008). A associação com iniciativas da qual participou a classe jornalística do período também pode ser verificada. Assim como Carlos Heitor Cony, Ventura assinou o documento contra a censura enviado ao governo militar em janeiro de 1977, tal como consta na edição do *Jornal do Brasil* do dia 26 de janeiro daquele ano (*fragmento que consta na seção anterior*). Nos anos 90 Zuenir Ventura também se envolveu na aglutinação de intelectuais, artistas, jornalistas e políticos em torno da campanha presidencial do PT (Partido dos Trabalhadores) como pode ser verificado na edição do dia 13 de agosto de 1994 do *Jornal do Brasil*. A nota informa o lançamento do livro *Viagem ao coração do Brasil* elaborado com base em uma caravana que percorreu o país promovida

pelo então candidato Luís Inácio Lula da Silva da qual alguns jornalistas participaram e fizeram o registro, entre os quais Zuenir Ventura e Fernando Gabeira.



Figura 45 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Ventura cita no livro *Minhas memórias dos outros* as repercussões do assassinato do jornalista Vladimir Herzog<sup>92</sup>, considerado um dos capítulos mais “trágicos e heroicos” da história da imprensa brasileira durante o regime militar em função da união em torno da luta da classe jornalística e artística contra a censura e a tortura. Alguns fatos comentados por Ventura, o situam em proximidade com o acontecimento. Primeiramente há a menção de que Ventura era amigo íntimo de Herzog desde quando eram colegas de redação na revista *Visão*, em segundo, há o registro dos riscos de morte que também teria sofrido na época já que seu nome tinha o mesmo grau de importância em documentos secretos do SNI (Serviço Nacional de Informação), os quais Ventura teve acesso após

<sup>92</sup> O jornalista Vladimir Herzog, então diretor do Departamento da TV Cultura de São Paulo, foi torturado até a morte na sede do Doi-Codi paulista no dia 25 de outubro de 1975. O principal desdobramento a partir do ocorrido foi a intensificação da mobilização da classe jornalística e artística contra a tortura e a censura, o que tornou o caso Vladimir Herzog o mais emblemático da luta contra o regime ditatorial dentro da historiografia da imprensa brasileira.

o fim do regime militar. Por fim, o escritor jornalista relata o auxílio prestado à viúva, Clarice Herzog, na busca por justiça e o impacto da perda em sua vida (Ventura, 2005, p. 99). A importância do caso Herzog na historiografia da imprensa pode ser mensurada pelo espaço reservado no livro de memórias de Zuenir Ventura, todo o capítulo “Um mártir da abertura” é usado para descrever o fatídico acontecimento tornado um fato histórico do qual o jornalista foi um dos personagens:

Naqueles tempos difíceis de viver e trabalhar, Vlado soube viver, trabalhar e morrer com dignidade. Para mim, ele ficou sendo o símbolo da abertura cultural (...) assim como se transformou, quase vinte meses depois, no mártir da abertura jornalística. Foi a partir do choque causado por sua morte – com toda a indignação e revolta que espalhou – que a imprensa brasileira tomou coragem de avançar até o horizonte do possível (Ventura, 2005, p. 108).

Dos registros memorialísticos de Zuenir Ventura depreende-se a ideia de uma escrita da história que é feita pela imprensa. A própria perspectiva do memorialista é o jornalismo uma vez que o desenvolvimento na carreira intelectual se deu em função de sua posição como repórter, redator e chefe de redações de revistas. Ao examinar a trajetória de Ventura é possível deduzir que as demais carreiras em que atuou, seja como professor, escritor ou mesmo como ativista, são atuações subsidiárias à carreira de jornalista. Dois marcos temporais no final da década de 1980 são exemplares para se compreender a importância do jornalismo em seu percurso de ascensão profissional. Em 1988, Zuenir Ventura lançou o seu primeiro livro, *1968 – o ano que não terminou* por uma importante editora a Nova Fronteira. A obra se tornou *best-seller* como se pode verificar na edição de 9 de dezembro de 1989 do *Jornal do Brasil*.

**OS MAIS VENDIDOS DE 1989**

**A** relação dos dez mais vendidos de 1989 engrandece o autor nacional. Tanto na área de ficção como na de não ficção, são escritores brasileiros que a encabeçam: José Rubem Fonseca e Zuenir Ventura. O critério utilizado para a elaboração da lista foi o mesmo do ano passado: aos primeiros colocados se atribuiu nota 10, aos segundos nota 9 e assim por diante, até os décimos colocados — que ganharam 1 ponto. No final, somaram-se todos os pontos obtidos. Foram computadas as listas publicadas no *Idéias/Livros* de 10-12/88 a 9-12/89, referentes a 53 semanas.

<b>Ficção</b>		<b>Não ficção</b>
<p><b>1</b> <i>Vastas emoções e pensamentos imperfeitos</i>, de José Rubem Fonseca. Companhia das Letras, 288 p. Ficou 52 semanas na lista: 374 pontos.</p>		<p><b>1</b> <i>1968: o ano que não terminou</i>, de Zuenir Ventura. Nova Fronteira, 316 p. Outra estréia de escritor entre os mais vendidos: 445 pontos.</p>
<p><b>2</b> <i>As areias do tempo</i>, de Sidney Sheldon. Record, 376 p. <i>Best seller</i> típico, frequentou a lista durante 35 semanas, obtendo 245 pontos.</p>		<p><b>2</b> <i>A burrice do demônio</i>, de Hélio Pellegrino. Rocco, 220 p. Único livro, e póstumo, do autor, obteve 328 pontos, com 59 semanas de lista.</p>
<p><b>3</b> <i>Os filhos da Rua Arbat</i>, de Anatoli Ribakov. Best Seller, 628 p. Com a ajuda da <i>glasnost</i> sem dúvida, figurou por 30 semanas na lista.</p>		<p><b>3</b> <i>Uma breve história do tempo</i>, de Stephen Hawking. Rocco, 220 p. Embora de difícil acesso para os leigos, ficou 53 semanas na lista.</p>

Figura 46 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Em 1989 como repórter especial do *Jornal do Brasil* investigou o crime do seringueiro e ambientalista Chico Mendes. A série de reportagens desenvolvidas lhe rendeu dois prêmios, o Esso de Jornalismo – como pode ser verificado abaixo no fragmento do *Jornal do Brasil* do dia 7 de dezembro de 1989 – e o Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Não era a primeira vez que Zuenir ganhava o Esso, no final da década se 1970 foi premiado junto com outros colegas que fizeram uma série de reportagens investigativas sobre a morte de Cláudia Lessin Rodrigues, um caso de grande repercussão nacional na época<sup>93</sup>.

<sup>93</sup> Site Portal dos Jornalistas e site da Academia Brasileira de Letras, seção “Membros”.



Figura 47 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Esses acontecimentos fortaleceram o seu prestígio junto aos pares, bem como, deram visibilidade para além do campo jornalístico. Zuenir Ventura ocupou vários cargos de chefia em revistas de circulação nacional como *IstoÉ* e *Veja* e realizou entrevistas e reportagens dignas de registro em suas memórias tais como a entrevista com Carlos Drummond de Andrade em 1980, ocasião rara em que o poeta concedeu entrevista a um repórter; as entrevistas realizadas com Fidel Castro e o escritor cubano Senel Paz realizadas em cooperação com o escritor Rubem Fonseca



quando ambos participavam do júri do Prêmio Casa das Américas em 1995 em Cuba. São feitos importantes que constam em suas memórias e nos relatos biográficos concedidos a pesquisadores e que o guindaram a um posto importante no meio jornalístico. Em 1999 ascendeu à posição de colunista do jornal *O Globo*. Sua coluna, atualmente, é reproduzida no site noticioso *G1* do conglomerado carioca de comunicação mais influente do país, o que ratifica a alta posição de Ventura na hierarquia profissional.

Embora a figura pública de Zuenir Ventura tenha tido maior projeção a partir do *best-seller*, *1968 – o ano que não terminou*<sup>94</sup>, é necessário ressaltar que no jornalismo ele já era reconhecido como pode ser conferido na edição de 2 de setembro de 1977 do jornal *Folha de S.Paulo* onde Zuenir Ventura aparece como conferencista na Feira do Jornalista Escritor. O seu reconhecimento anterior no meio jornalístico explica o enorme sucesso logo em seu primeiro trabalho literário, uma vez que antes mesmo de estrear na carreira literária já participava de eventos cuja temática eram os “jornalistas escritores” ou jornalistas que fazem literatura.

## Feira do jornalista escritor na ABI

“Direito Autoral no Jornalismo e na Literatura”. “A Função Social do Jornalista e do Escritor”. “Reportagem no Brasil de Hoje”. “O Espaço Cultural nos Jornais e Revistas”. “Ficção e Realidade na Literatura Infantil-Juvenil”. “Renovação Literária e Jornalística” são os temas que serão debatidos na feira do jornalista.e escritor, organizada pela Abi.

Dos debates participarão jornalistas e escritores do Rio e São Paulo, como Nelson Weneck Sodré, Plínio Marcos, Inácio de Loyola Brandão, José Louzeiro, **Zuenir Ventura** e Lago Burnett. Da programação da Feira fazem parte, ainda, uma noite coletiva de autógrafos e apresentação da Orquestra Sinfônica da Universidade Federal – Rio

Figura 48 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

<sup>94</sup> O livro *1968 – o ano que não terminou* serviu de inspiração para a minissérie *Anos Rebeldes* exibida na TV Globo entre 14 de julho e 14 de agosto de 1992 que também se baseou em outra obra produzida por um escritor jornalista, *Os carbonários* de Alfredo Sirkis.

Somente após a publicação de seu primeiro livro já na casa dos cinquenta anos, Ventura se profissionalizou como escritor uma vez que começou a ser solicitado pelas editoras para produzir outros trabalhos. Em 1994 lançou o livro-reportagem *Cidade Partida* com base no resultado de pesquisas jornalísticas realizadas na favela Vigário Geral, no qual aborda as raízes da violência na capital carioca. A obra, bem acolhida pela crítica, ganhou o Prêmio Jabuti de Reportagem naquele mesmo ano como demonstra a edição do dia 29 de julho de 1995 do *Jornal do Brasil*.



Figura 49 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Em 1998 após sofrer um câncer decidiu registrar suas memórias no livro *Inveja – mal secreto* e naquele mesmo ano publicou o livro *O Rio de J.Carlos*. Em 2003 retornou ao Acre a fim de concluir a pesquisa já iniciada sobre o assassinato do ambientalista Chico Mendes. Ao final escreveu o livro *Chico Mendes – Crime e Castigo* lançado por uma grande editora, a Companhia das Letras ainda naquele ano. Em 2013 o escritor jornalista foi novamente premiado com o Jabuti pelo livro *A Sagrada Família*, lançado pela Editora Objetiva. Além dessas obras, Zuenir Ventura é autor de: *1968 – o que fizemos de nós*, *Crônicas de um fim de século* e *Minhas histórias dos outros*, os três livros de cunho

autobiográfico e memorialístico, além de obras escritas em coautoria com outros nomes consagrados da cultura brasileira como *70/80 Cultura em trânsito – da repressão à abertura* escrito em coautoria com Heloísa Buarque de Hollanda e Élio Gaspari e *Conversa sobre o tempo* com Luis Fernando Veríssimo. Acrescenta-se que Ventura também fez incursões sobre outra seara da produção cultural, o cinema: em 1975 foi roteirista colaborador no filme *Que país é esse?* De Leon Hirszman, codiretor do documentário *Um dia qualquer* e roteirista do documentário *Paulinho da viola: meu tempo é hoje* de Izabel Jaguaribe. O êxito na produção cultural foi afinal “selado” com sua admissão na Academia Brasileira de Letras ao suceder Ariano Suassuna na cadeira número 32 da qual tomou posse em 6 de março de 2015<sup>95</sup> como se lê na edição de 7 de março de 2015 do jornal *Folha de S.Paulo*.

**ilustrada** em cima da hora  
**Zuenir Ventura, 83, toma posse na Academia Brasileira de Letras**

DO RIO

O jornalista Zuenir Ventura, 83, assumiu na noite desta sexta (6) a cadeira nº 32 da ABL (Academia Brasileira de Letras), que pertenceu ao dramaturgo, poeta e romancista Ariano Suassuna (1927-2014).

“Suassuna é insubstituível. Fiz uma homenagem modesta, incompleta”, disse Zuenir, antes da cerimônia.

O mineiro foi eleito em outubro de 2014 com 35 dos 37 votos. Os poetas Thiago de Mello e Olga Savary receberam um voto cada.

Ele já havia se candidatado à ABL, pleiteando a vaga de Luiz Paulo Horta, mas retirou-se para evitar competir com o escritor Antônio Tor-

res, que acabou eleito.

Zuenir foi repórter, editor e chefe de Redação de veículos como as revistas “Visão” e “Veja”, o “Jornal do Brasil” e o site “No mínimo”. Hoje é colunista do jornal “O Globo”.

Seu livro mais conhecido é “1968 – O Ano Que Não Terminou” (1988), com mais de 400 mil exemplares vendidos.

Venceu o Prêmio Jabuti (o mais importante do mercado editorial do país) de 1995 na categoria reportagem pelo livro “Cidade Partida”, um retrato da violência no Rio.

Ele se junta a outros jornalistas que ocupam cadeiras na ABL, como Merval Pereira, Murilo Melo Filho, Cicero Sandroni e o colunista da **Folha** Carlos Heitor Cony.

Figura 50 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

A lista da produção bibliográfica de Zuenir Ventura indica que a

<sup>95</sup> Site Academia Brasileira de Letras – seção “Membros” – Zuenir Ventura.

maior parcela compõe-se de livros elaborados com base na pesquisa e na produção jornalística e, dessa maneira, pode-se concluir que foi o jornalismo a base fundamental de sua literatura. O próprio Ventura confessa a interdependência entre jornalismo e literatura na sua carreira ao descrever o processo de produção de *1968 – o ano que não terminou*, livro escrito como uma grande reportagem segundo jornalista:

Eu apurei como uma reportagem e escrevi como se fosse um romance sem ficção. Por que que eu apurei como reportagem? Porque eu precisava reconstituir um ano. Então o que eu fiz? Primeiro li o Jornal do Brasil todo daquele ano. O dia-a-dia, folheando, lendo, passei dias, levei dez meses fazendo essa pesquisa e, depois disso eu comecei a entrevistar personagens. À medida que ia lendo eu ia colhendo nomes de personagens, que eu precisava ouvir, que eu queria ouvir. Entrevistei outros personagens enquanto eu lia outros jornais na Biblioteca Nacional (...) Eu acho que o 68, se tivesse que resumir, eu diria isso, que ele foi apurado com o rigor de uma reportagem e escrito com a liberdade de um romance (Ventura apud Pereira, 2008, p. 422).

No comentário do escritor jornalista fica evidenciada a presença do jornalismo nas demais atividades em que atuou. No livro *Minhas memórias dos outros*, o empreendimento memorialístico está centrado predominantemente na atividade jornalística. Trata-se de uma obra ancorada nos 50 anos de carreira de Zuenir Ventura na qual o autor confluiu fatos de sua trajetória pessoal e profissional e acontecimentos que retratam o período da história brasileira compreendido entre os anos que antecederam a ditadura militar até a fase de redemocratização. No resgate desse tempo, Zuenir não se furta em citar uma série de fatos históricos dos quais foi testemunha e os personagens com os quais manteve contato direto ao longo da carreira. Assim são retratados episódios da história que pôde cobrir na condição de jornalista, tais como: o golpe civil militar e as movimentações culturais e políticas que se insurgiram contra o regime imposto; o maio de 1968 francês, presenciado por ele na companhia de outros intelectuais e artistas; a abertura política nos anos 80 e as represálias militares contra o processo tais como o caso conhecido como “atentado a bomba no Rio-Centro”; o surgimento das primeiras vítimas da AIDS, uma das delas, o sociólogo Betinho na época revelou em “primeira mão” a Zuenir ser portador do vírus; a escalada da

violência no Rio de Janeiro nos anos 80, momento em estreitou o contato com a comunidade do Morro Dona Marta e entrevistou o então chefe do tráfico do Morro Dona Marta Márcio VP, experiência que ensejou a produção do livro *Cidade Partida* de 1994 com o qual ganhou seu primeiro prêmio Jabuti na categoria livro-reportagem.

No livro de memórias *Minhas histórias dos outros*, Zuenir Ventura elenca uma série de figuras importantes do universo da cultural e da política: O antropólogo e político Darcy Ribeiro, de quem foi amigo; o psicanalista Hélio Pellegrino, com quem estreitou laços quando ficou preso no Doi-Codi; Nelson Rodrigues e Rubem Fonseca, com quem manteve contato direto; o jornalista Vladimir Herzog, amigo íntimo e colega na redação da revista *Visão*; Fernando Gabeira e Alberto Dines e muitos outros colegas de profissão; os cineastas Leon Hirzman e João Moreira Salles, com os quais desenvolveu projetos em conjunto; o poeta Carlos Drummond de Andrade, que concedeu a Zuenir Ventura uma das únicas entrevistas dadas a um jornalista; entre tantos outros nomes reconhecidos no cenário cultural brasileiro. Cumpre destacar que a retrospectiva de carreira empreendida pelo memorialista deixa entrever que ali há uma história que foi contatada primeiramente pelas páginas dos jornais:

Me dei conta de que também passara a vida fazendo anotações, só que em páginas de jornais e revistas, isto é, escrevendo histórias. Para recordá-las agora, e sem talento para inventar, só me restou ater-me aos fatos, recorrendo aos arquivos e à memória dos outros quando a minha falhava. Nada disso, porém, é garantia de fidelidade absoluta. Afinal, os fatos à distância só existem como versões, o que não deixa de ser uma forma de ficção (Ventura, 2005, p. 13).

Em sua trajetória é possível notar que também a carreira acadêmica é subsidiária da carreira jornalística. Como já colocado Ventura iniciou na carreira docente antes mesmo de ingressar no jornalismo, contudo, foi como professor de jornalismo que ele se consolidou. Começou a dar aulas no ensino superior como professor de Comunicação Verbal na Escola Superior de Desenho Industrial da qual foi um dos fundadores. Foi por mais de 40 anos professor da área de Comunicação e Jornalismo, deu aulas na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade do Rio de Janeiro. Em *Minhas memórias dos outros* Zuenir Ventura sublinhou um momento em que a dupla atuação

como jornalista docente foi significativa. Em 1975 quando junto com outros intelectuais, artistas e jornalistas perseguidos políticos e desempregados fundaram o Centro de Estudos Modernos “uma espécie de universidade livre com os salvados do incêndio políticos: professores, jornalistas, cineastas, dramaturgos”. Nos eventos em que participaram intelectuais e artistas como Antônio Candido, Antônio Houaiss, Plínio Marcos tantos outros é possível supor que o prestígio de Ventura junto ao meio intelectual se expandiu consideravelmente (Ventura, 2005, p. 94).

Quando começaram a surgir os trabalhos científicos que tiveram Zuenir Ventura e suas obras como objeto e fonte de pesquisa, respectivamente, foi a posição e a atuação como jornalista que chamaram a atenção dos pesquisadores<sup>96</sup>. Entre os trabalhos destaca-se o livro *O mundo dos jornalistas* resultado da dissertação de mestrado em Antropologia Social de Isabel Travancas, publicada em livro em 1993. Para realização da pesquisa Travancas entrevistou uma série de jornalistas, parte deles antigos e renomados jornalistas e outra parte constituída por jovens e anônimos profissionais. A pesquisadora elaborou o capítulo dedicado aos veteranos separando-o por seções intituladas com os nomes de jornalistas que estão no topo da carreira e quando abordou os novatos não revelou os nomes e condensou todos os depoimentos na abordagem a respeito da nova geração, o que indica – para além do senso comum no qual o prestígio dentro de uma esfera de atuação se confunde com o tempo de dedicação nessa – que a pesquisadora recorreu à elite profissional quando delimitou quais os depoimentos comporiam a parte destinada aos “antigos” jornalistas. Zuenir Ventura é um deles. Na seção destinada a Ventura, o jornalista é incisivo quanto à nova geração como argumenta Travancas.

Embora seja um dos entrevistados que mantém mais contatos com a nova geração de jornalistas, assume uma postura crítica em relação a ela. No seu entender, esses jovens sofreram um verdadeiro processo de lobotomização e ficaram sem memória, que a ditadura conseguiu apagar. É uma geração, segundo ele, individualista, narcisista e

---

<sup>96</sup> Em 2008 Zuenir Ventura foi um dos profissionais eleitos pelo pesquisador Fábio Henrique Pereira para exemplificar a figura do jornalista intelectual na tese *Os jornalistas-intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações no mundo social*. Em 2010 a pesquisadora Ivonete Cabral de Oliveira defendeu dissertação onde abordou o livro *Cidade Partida* pela perspectiva do jornalismo literário em *Jornalismo Literário em pulsação social: Cidade Partida de Zuenir Ventura*.

muito pragmática. Sem desprendimento nem sentido de doação. Acredita que quem entra para o jornalismo só para ganhar dinheiro não será um bom profissional. Mas, ao lado disso, aponta para aspectos positivos, como ausência de um caráter messiânico da profissão. Não querem com o jornalismo transformar o mundo, não acreditam nisso. Trata-se de uma geração bem menos engajada. Ele espera que com isso ela seja mais profissional e menos política, pois para ele o jornalismo não pode estar, não deve estar a serviço de nada. A contrário, tem de ser descompromissado a priori. Sua condição é ser testemunha de seu tempo, e, por conseguinte, deve ser independente. Mas, por reconhecer que a contaminação com o objeto torna-se inevitável, ele insiste na ideia de que é fundamental não haver engajamento prévio. O jornalista não pode ser um militante (Travancas, 2011, p. 92).

O comentário de Zuenir Ventura traduz sua posição dupla, ao mesmo tempo em que é um veterano das redações, é também um docente de cursos superiores para formação de jornalistas. Porém, de seu comentário se depreende a valorização da experiência e da vivência na qual uma militância política específica, aquela exercida por meio da e na imprensa, possui grande valor. É reiterado, portanto, o lugar de fala do escritor e jornalista que é o jornalismo. O lugar de politização de Zuenir Ventura é em geral associado ao universo das redações. A prisão após o golpe civil-militar em 1964 se deu em função da posição de visibilidade ocupada na imprensa carioca e o engajamento contra a censura e a tortura se intensificou após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog. O livro reportagem *Cidade Partida* resultou de sua participação na criação em 1983 da *Viva Rio*, organização não governamental orientada para projetos sociais e campanhas contra a violência após se sensibilizar com as chacinas da Candelária e do Vigário Geral. Foi premiado e condecorado em 1997 pela ANDI Comunicação e Direitos Humanos por seu trabalho na cobertura de assuntos sociais relacionados aos direitos da criança e do adolescente. Em 2008 recebeu da Organização das Nações Unidas (ONU) um troféu por ter sido um dos cinco jornalistas que “mais contribuíram para a defesa dos direitos humanos no país dos últimos 30 anos”<sup>97</sup>.

---

<sup>97</sup> Site Portal dos Jornalistas.

Conclui-se com isso que o *locus* de engajamento de Zuenir Ventura é o jornalismo e por isso a militância aparece como algo naturalizado quando se trata de jornalismo. Ventura reproduz a voz de sua geração ao identificar os neófitos das redações como profissionais destituídos de crítica. A ausência de engajamento pode se contrapor à ideia cristalizada sobre a atividade mesmo para um jornalista que se não se associou a partido. Isso porque o seu argumento se coaduna à posição defendida pelos demais jornalistas de sua geração, profissionais consagrados pela vivência e pela experiência de conflito contra a ditadura e a censura. Esse posicionamento se intensificou no âmbito do conflito geracional pela hegemonia em posições de maior legitimidade e autonomia nos anos 80 e 90 (Bergamo, 2011).

Zuenir Ventura é um escritor jornalista consagrado e sua ascensão no transcorrer da segunda metade do século XX se deu por vias tradicionais, ainda que seu ponto de partida tenha sido a universidade. A posse de um título de formação superior certamente contribuiu para uma distinção positiva em relação a muitos jornalistas destituídos de capital cultural no momento que ele ingressou na profissão. Porém, o capital social acumulado ao longo da carreira – desde a universidade até a experiência internacional e as passagens pelas redações das principais revistas brasileiras – revela-se como um recurso significativo convertido como marcador de legitimidade em suas memórias. Além disso, se poderia acrescentar que durante o período em que trabalhou como docente Ventura cultivou um público relevante que seria seu leitor a partir do final dos anos 80.

O capital social reunido pelo jornalista é significativo a ponto de ser monumentalizado por sua obra mais popular, *1968 – o ano que não terminou*. O seu conhecimento a respeito de fatos e de pessoas já havia começado a ganhar dimensão histórica desde que havia participado da produção da série *Os anos 60 – a década que mudou tudo* publicada em doze fascículos pela Editora Abril ainda em 1969. A habilidade de imprimir historicidade aos fatos jornalísticos também havia sido testada desde o seu ingresso na profissão. Em 1956 atuou como redator de *A História em Notícia*, obra paradigmática centrada na abordagem de fatos históricos em linguagem jornalística, capitaneada por Amaral Neto<sup>98</sup>. Portanto, pode-se dizer que havia familiaridade por parte do escritor jornalista em verter informações do jornalismo para história.

---

<sup>98</sup> Site Portal dos Jornalistas.



*1968 – o ano que não terminou* conta com três edições, uma de 1988, outra de 2008 e a última de 2013. A primeira foi lançada no vigésimo ano após a data que o livro faz referência. As edições são prefaciadas pela pesquisadora e docente Heloísa Buarque de Hollanda, como Zuenir, também uma estudiosa que despontou no cenário cultural ao se concentrar no período de efervescência cultural e política que antecedeu a ditadura militar. Algumas passagens da obra são elucidativas. O livro começa com a descrição de um “rito de passagem” experimentado no “réveillon da casa da Helô”, Heloísa Buarque de Hollanda, a prefaciadora em questão, e termina com a frase “a história do ano acaba aqui. Na verdade, era apenas o começo. 1968 entrava para história, se não como exemplo, pelo menos como lição” (Ventura, 2013, 289). Cumpre salientar que a obra retrata a geração de intelectuais, artistas e jornalistas que se contrapuseram ao regime ditatorial, inseriram a contracultura na produção nacional e ascenderam em suas carreiras no mesmo contexto em que Zuenir Ventura se firmava como escritor e jornalista, como afirma o autor logo no primeiro capítulo: “[...] mas voltando ao réveillon dessa frustrada abertura: encontravam-se ali uma parte considerável da inteligência brasileira que produzira, ou iria produzir, do bom e do melhor. Com aqueles talentos, era possível organizar uma preciosa antologia” (Ventura, 2013, p. 24). Zuenir se refere a profissionais da cultura envolvidos em várias esferas da atividade tais como Glauber Rocha, Celso Martinês Corrêa, Geraldo Vandré, Ênio da Silveira, Millôr Fernandes, Fernando Gasparian, entre outros. As duas passagens do livro suscitam reflexões importantes para análise da trajetória social de Ventura. Na primeira pode-se mensurar a relevância do capital social acumulado, especialmente quando lista as pessoas que participavam do evento em questão. No segundo exemplo, fica evidente a relação estabelecida entre história individual e história coletiva.

Pode-se conjecturar que a característica apresentada o aproxima dos demais memorialistas analisados na presente reflexão. Porém, há especificidades no percurso de ascensão de Ventura presentes em seus registros memorialísticos. Uma delas está relacionada à preponderância de um capital social tão relevante que foi passível de ser monumentalizado no livro *1968 – o ano que não terminou*. A outra especificidade tem a ver com a carreira acadêmica paralela ao jornalismo. Em seus relatos autobiográficos Zuenir Ventura raramente cita sua carreira docente ou quando a menciona se refere com orgulho ao fato de ter sido um dos fundadores da Escola de Desenho Industrial sem, contudo, destacar os seus 40 anos como professor universitário em faculdades de

Comunicação Social e jornalismo. É possível inferir que esse silenciamento esteja intimamente associado ao discurso de exceção sustentado ao longo de suas memórias no qual a consagração nacional no âmbito da produção cultural teria sido um feito extraordinário para alguém de origem social humilde. Em várias ocasiões Ventura enfatiza que o ingresso no jornalismo e a ascensão na carreira intelectual foram resultados do acaso, uma vez que não pretendia a princípio se tornar escritor ou jornalista, mas professor. Curiosamente, é a experiência docente a que menos aparece em seus registros memorialísticos uma vez que ela simboliza o ordinário que se contrapõe ao extraordinário de sua trajetória considerada singular. Zuenir Ventura, o jornalista por acaso, é o personagem do discurso carismático elaborado por Ventura para designar a si mesmo como um extraordinário caso de exceção.



### **3.5. Escritores intermediários: entre a Indústria Cultural e a “Vanguarda”**

Nessa seção estão reunidos três exemplos de jornalistas escritores para os quais o trabalho na imprensa foi um ponto de partida ou um caminho em direção a uma forma de reconhecimento peculiar e característica de suas trajetórias. Esses profissionais da escrita conciliaram atuações na Indústria Cultural (revistas de grande circulação, cinema, televisão, produções editoriais populares) com incursões pelo universo cultural da “vanguarda” artística durante o período de efervescência cultural e política entre as décadas de 1960 e 1970. São aqui considerados “escritores intermediários” por se situarem entre aqueles que lograram um relevante reconhecimento literário e acadêmico e aqueles que se devotaram à vanguarda artística. Essa categorização está intrinsecamente vinculada ao tipo de literatura produzida e também ao tipo de público ao qual é dirigida, por analogia, guardadas as devidas proporções, com o campo literário francês em vias de autonomização no final do século XIX em que a divisão entre os grupos de literatos se pautava pela escolha obrigatória por parte dos escritores das redes sociais específicas de atuação. No contexto histórico francês, a vanguarda era constituída por escritores que escreviam obras destinadas apenas a seus pares. Escritores posicionados no setor intermediário privilegiavam o lucro acima das pretensões literárias enquanto o setor acadêmico era formado por escritores que praticavam uma “literatura purificada mas acessível aos leitores da elite” (Charle, 2003, p. 145). Ao tentar aplicar essa tipologia no caso dos jornalistas escritores brasileiros que despontaram na carreira a partir da década de 1960, sobressaem certas diferenças que lançam luz ao funcionamento do mercado profissional de produtores culturais no Brasil a partir da segunda metade no século XX. A característica mais evidente do mercado cultural brasileiro é que ao invés de “relativa independência” do campo literário, como no caso francês, tem-se uma acentuada interdependência entre as instâncias da cultura (literatura, jornalismo, cinema) e as instâncias da política e do mercado (meios de comunicação, mercado editorial). Dessa forma, os escritores aqui denominados como intermediários sofreram de forma mais acentuada as injunções do mercado (campo econômico) e da política (campo político).

### 3.6. Roberto Freire, Carmen da Silva e José Louzeiro, os jornalistas escritores.

Roberto Freire, Carmen da Silva e José Louzeiro são jornalistas escritores que tiveram trânsito tanto na Indústria Cultural como nos circuitos de vanguarda jornalística e artística. Obtiveram um reconhecimento mediano se comparado aos seus pares, Carlos Heitor Cony e Zuenir Ventura, porém tiveram uma *performance* múltipla ao desenvolverem projetos e conquistarem reconhecimento em várias modalidades dentro da produção cultural, projetos esses que foram destinados a várias faixas no espectro do público consumidor de cultura.

José Louzeiro é jornalista, escritor e roteirista de cinema e se projetou no mercado cultural graças ao sucesso da adaptação para o cinema de alguns de seus romances-reportagens, entre eles, *Lúcio Flávio, passageiro da agonia* (1975), filmado por Hector Babenco em 1976 e *Infância dos mortos* (1977) adaptado também por Babenco em 1981 com o título *Pixote, a lei do mais fraco*. Ambas as produções foram consideradas um sucesso de crítica e bilheteria. A primeira produção marcou o início da atividade de Louzeiro como roteirista, função que exerceu em outras ocasiões ao longo da carreira.

Carmen da Silva foi uma jornalista e escritora que conquistou visibilidade ao atuar como colunista por 22 anos na revista *Claudia*, publicação de circulação nacional, produzida pela Editora Abril. É autora dos livros *Sangue sem dono* e *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito*, o primeiro publicado pela Editora Civilização Brasileira e o segundo pela Editora Brasiliense, nas duas obras a autora se posicionou como militante do feminismo. Tanto o trabalho para *Claudia*, revista circulação nacional destinada ao público feminino de classe média, como os livros orientados a um público restrito e intelectualizado, concederam a Carmen da Silva o posto de “precursora do feminismo na imprensa brasileira”.

Roberto Freire é o profissional de cultura que constituiu a carreira mais diversificada e exitosa entre os três citados. Freire foi pesquisador e médico com especialidade em endocrinologia e psicanálise, diretor e autor de teatro, professor de Psicologia do Ator na Escola de Artes Dramáticas da Universidade de São Paulo, jurado de festivais de Música Popular Brasileira, roteirista de cinema, escritor e jornalista. Os pontos altos na trajetória profissional de Roberto Freire são: a direção de *Morte*

e *Vida Severina* encenada em 1965 pelo TUCA (Teatro da Universidade Católica), peça conhecida como responsável pela revelação do músico e compositor Chico Buarque do Holanda; a atuação como jornalista na revista *Realidade* com a qual conquistou o mais notório prêmio do jornalismo brasileiro, o Esso, pela reportagem *Meninos do Recife* de agosto de 1967; e a autoria dos *best-seller* *Cleo e Daniel* (1965) e *Sem tesão não há solução* (1987), obras com as quais cativou o público jovem, em grande medida responsável pela popularização de seu nome no mercado cultural nacional.

Quanto à origem social pode-se considerar Roberto Freire como cidadão, enquanto Carmen da Silva e José Louzeiro são interioranos em relação aos centros de produção cultural. Freire nasceu em janeiro de 1927 na capital do estado de São Paulo onde também se escolarizou e construiu uma carreira profissional. Por sua vez, Carmen da Silva, nascida em 31 de dezembro de 1919, é do Rio Grande, município do interior do Rio Grande do Sul, e José Louzeiro, cujo nascimento data de setembro de 1932, é natural de São Luís do Maranhão. Tanto Silva como Louzeiro foram escolarizados em suas cidades de origem onde permaneceram até o fim da adolescência. É possível deduzir que a maior projeção de Roberto Freire se deve em grande medida ao contato adiantado com os meios de inserção e profissionalização no mercado dos produtores culturais, uma vez que Silva e Louzeiro tiveram que se deslocar geograficamente para ingressarem no âmbito da produção cultural nacional.

Roberto Freire e Carmen da Silva se assemelham por serem oriundos de famílias de classe média cujos pais tiveram boa formação escolar e exerceram profissões especializadas. Eles tiveram em comum o acesso às informações culturais e artísticas desde a infância no ambiente familiar.

Em sua autobiografia Freire descreve o pai como um ambicioso diretor de empresas, homem culto e sensível que dedicava suas horas livres à leitura de poesias de autores brasileiros e portugueses e que tinha uma extensa biblioteca na qual colecionava alguns livros autografados por poetas. Freire descreve a mãe como uma mulher comunicativa, bonita e ambiciosa, porém sem mencionar seu grau de instrução ou qualidades intelectuais. No entanto, destaca que era a mãe a responsável por motivar seu pai a colocar os filhos em boas escolas e lhes dar uma boa educação. O escritor relata em sua biografia a importância de um amigo próximo no estímulo à sua formação intelectual e artística. Por meio desse amigo, chamado José Luís, cujo pai era membro da Academia Paulista de Letras, pôde conhecer pessoalmente escritores e artistas como Monteiro Lobato,

Mário de Andrade, Menotti Del Piccha e Oswald de Andrade. As conversas com esses autores ainda na adolescência, especialmente com Monteiro Lobato, o impressionaram e motivaram o gosto pela produção cultural e pela política assim como a vontade de se tornar escritor, como se deduz abaixo do trecho de sua autobiografia.

...à noite, em sua casa, pude conhecer alguns dos principais intelectuais de São Paulo naquela época, como Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade e Monteiro Lobato. O encontro com Monteiro Lobato foi algo fundamental e inesquecível. Impressionava-me muito ver de perto o escritor que mais admirava e de quem havia lido toda a obra publicada até aquela época. Seus livros complementavam meus conhecimentos rudimentares sobre humanidades ensinadas na escola e, sobretudo, agradava-me demais seu estilo bem humorado e crítico [...] (Freire, 2002, p. 26)

A despeito de morar em uma cidade do interior, Carmen tinha eventualmente acesso ao ambiente urbano pois era comum que passasse temporadas no Uruguai onde tinha alguns parentes. Nessa oportunidade, relatou ter conhecido em Montevideú “intelectuais, poetas, jornalistas”, os quais pôde rever tempos depois, ainda na adolescência, quando o ministro da cultura uruguaio e sua comitiva fizeram uma visita ao Sul do Brasil e promoveram um evento em Rio Grande no qual a futura escritora compareceu (Silva, 1985, p. 29). A presença de Carmen e sua família nessas ocasiões era previsível uma vez que detinha grande prestígio na cidadezinha onde moravam. Seu pai e o avô paterno eram médicos reconhecidos na região. O avô, Dr. Pio Ângelo da Silva doutorou-se na Sorbone, em Paris. Era casado com a uruguaia Narcisa Lopes e em função dos atos de caridade ficou conhecido no Rio Grande como “pai dos pobres” (Duarte, 2007, p. 19). Foi médico pessoal do Comendador Domingos Faustino Corrêa e dele ganhou uma instância como uma oferta pelos serviços prestados à família. Posteriormente, o seu filho herdaria seu nome e profissão. Pio Ângelo, pai de Carmen da Silva, formou-se em medicina em Filadélfia, Universidade de Pensilvânia, Estados Unidos. Ao restabelecer-se no Rio Grande se casou com Celina Daniel da Silva (nome de casada da mãe de Carmen da Silva) cujo pai, Victor Daniel, era um imigrante de Alsácia, nordeste da França, que ao chegar ao Brasil se casou com a brasileira Idalina Pereira. É possível deduzir que a infância em

meio a indivíduos com alta titulação escolar, como seu pai e avô, tenha propiciado a internalização de referências culturais significativas. A vivência bilíngue e binacional também foram experiências que contribuíram para a formação da futura jornalista e escritora.

Ao contrário de Roberto Freire e Carmen da Silva, José Louzeiro nasceu em uma família humilde ludovicense (São Luís, Maranhão). Filho do casal Apropriano e Raimunda Louzeiro, ele pedreiro e pescador, ela doméstica. Em seus relatos biográficos, entre as esparsas referências à cultura escrita estão a Bíblia – o pai também era pastor presbiteriano –, a profissão do avô materno, tabelião de Pinheiro (município do interior do Maranhão), as leituras em voz alta feitas pela avó materna e a atividade exercida pelo avô paterno, Severo, um construtor de lousas para as escolas da região de Cambôa da Mata. A fama de Severo Loureiro mudou o sobrenome da família como conta anedoticamente o jornalista escritor.

O sobrenome dele era Loureiro. No tempo vago produzia lousas para as escolas. Eram de madeira: a lousa preta e o giz, branco. Ele cortava aquelas tábuas de cedro, fazia as lousas para as crianças. Aos poucos, as pessoas passaram a chamá-lo de “louzeiro”. Então ele trocou o nome de Loureiro para Louzeiro. E hoje eu tenho essa origem que vem de alguma coisa que escrevia, não é? (Louzeiro apud Ormond, 2006)<sup>99</sup>.

A aquisição do gosto pela leitura se diferencia em cada caso de acordo com os primeiros contatos. A narrativa sobre a descoberta da leitura e escrita feita pelos jornalistas escritores vão ao encontro das intenções latentes do que quiseram transmitir. Enquanto Louzeiro conta que se tornou um leitor assíduo após o ginásio a partir do momento que ganhou do pai uma escrivaninha para estudar e guardar os livros (Louzeiro apud Ormond, 2006), Silva e Freire relatam em suas memórias uma aproximação precoce com o universo da leitura. Tal aproximação vivida por Freire e Silva foi permeada pelo convívio social com outros jovens que igualmente dispunham de boa educação, sendo que alguns compartilhavam expectativas de se tornarem escritores e artistas (Freire, 2002; Silva, 1985).

A titulação que cada um alcançou em suas trajetórias são indícios

---

<sup>99</sup> Entrevista concedida à Andréia Ormond em maio de 2006, Blog Estranho Encontro - revisão crítica, histórica e amorosa do cinema brasileiro.



da distinção quando às maneiras de contato com o universo da leitura e da escrita. Louzeiro concluiu o ensino médio; Silva realizou curso de Formação Psicanalítica com Jorge Weil e Diego Garcia Reinoso na Associação Psicanalítica em Buenos Aires, Argentina, país em que viveu por treze anos, antes havia concluído o magistério no Colégio Santa Joana D'Arc dirigido por freiras francesas no Rio Grande; Roberto Freire, entre os três, é o que alcançou maior titulação, formado em medicina pela Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1952, com especialidade em endocrinologia, atuou como pesquisador em eletrofisiologia e biofísica celular sob a orientação de Carlos Chagas Filho, professor que o indicou para um intercâmbio no *Collège de France* onde desenvolveu trabalhos em endocrinologia experimental sob a orientação do professor Robert Courrier.

Roberto Freire voltaria outras vezes a Paris, em uma delas conta que se aproximou da obra de Wilhelm Reich, dissidente anarquista da linha estudos da psicanálise. Ocasão que simbolizou um marco temporal que se desdobrou em várias rupturas em sua trajetória profissional, como veremos adiante. Roberto Freire teve formação em psicanálise obtida com o professor Henrique Schlomann na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e em suas memórias consta que realizou, durante período indeterminado, acompanhamentos clínicos no Centro Psiquiátrico Franco da Rocha.

Chama atenção o fato de Roberto Freire e Carmen da Silva terem realizado a formação em psicanálise, ambos jornalistas e escritores que se destacaram por atuarem como contestadores da rigidez dos padrões dos costumes e comportamento nos anos 60 enquanto jornalistas das revistas *Realidade* e *Claudia*, respectivamente, ambas produções de uma editora então em plena ascensão, a Editora Abril. Nessas revistas a abordagem utilizada por Freire e Silva era identificada como psicanalítica. A psicanálise e a psicologia foram temas de matérias escritas por Roberto Freire em *Realidade*. Na revista, Carmen da Silva mantinha um diálogo epistolar com suas leitoras tornando-se conhecida como a “mulheróloga” de *Claudia*.

Como sugerido, os anos de formação escolar e intelectual de Roberto Freire e Carmen da Silva foram fortalecidos pelo convívio com outros jovens membros da elite econômica e cultural à qual pertenciam. Para Roberto Freire, como já mencionado, a relação estabelecida com o seu amigo José Luiz foi importante, uma vez que estabeleceu com ele um vínculo intelectual e artístico. Além disso, por meio dessa amizade Freire pôde conhecer intelectuais e escritores em função da posição e influência

do pai de José Luis, como se depreende do seguinte excerto de suas memórias.

A família do Zé Luís vivia em bem melhores condições financeiras que a minha. Além disso, dedicava-se especialmente à cultura, porque seu pai era um excelente poeta e membro da Academia Paulista de Letras, embora filho de um sapateiro imigrante do sul da Itália. Formou-se em Direito e praticava o jornalismo, escrevendo crônicas para o jornal *Correio Paulistano* [...] Além disso, era naquele tempo, diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Essa função lhe garantia uma frisa cativa no Teatro Municipal. O Zé Luís e eu o frequentávamos assiduamente, assistindo a ópera, teatro, balé nacionais e internacionais, aprimorando, assim, nosso contato como o que havia de melhor nas artes cênicas (Freire, 2002, p. 25).

A formação em um ambiente culturalmente privilegiado é um traço característico também da trajetória de Carmen da Silva. No livro de memórias *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito*, quando a autora traça o perfil de suas colegas do magistério, curso realizado na adolescência, deixa entrever o capital cultural incorporado em seus anos de formação.

Éramos meninas ingênuas, inexperientes mas não propriamente analfabetas, vazias ou mais complexadas que o resto das pessoas. Tínhamos uma sólida saúde, boas famílias, instrução secundária, algumas entre nós se preparavam para cursar uma faculdade em Pelotas ou Porto Alegre. Em nossas cabeças buliam as perguntas clássicas dos dezoito anos, discutíamos com paixão os problemas do universo e do ser – e se não chegávamos a nenhuma conclusão, seja dito a nosso favor que muitíssima gente, contando com recursos intelectuais bem mais vastos que os nossos, também ainda não chegou a lado nenhum. Algumas vinham de casas onde havia excelentes bibliotecas e, pelo menos, as garotas de meu grupo eram sôfregas leitoras: Stendhal, Flaubert, Machado de Assis, Eça, Thomas Mann, Knut Hamsun. Hans Fallada acabava de se perfilar no

campo editorial, Huxley se tornara moda e passávamos horas a fio debatendo *Point Counterpoint*. Sozinha em meu quarto eu me escabelava recitando Shakespeare e Corneille no original – aliás foi assim que consegui curar uma leve gagueira de timidez que me afetara em meu primeiro ano de escola normal (Silva, 1985, p. 27).

Silva também narra em suas memórias o contato precoce com escritores, intelectuais e políticos durante as visitas familiares ao Uruguai. Diferentemente de Freire e Silva, Louzeiro não teve condições de estabelecer uma rede de contatos promissora na juventude. Entretanto, por meio do sistema escolar conseguiu suplantar sua condição de marginalidade no meio cultural ainda em sua cidade natal. Em seus relatos Louzeiro destaca a figura de um professor chamado Luiz Rego que o ajudou a conseguir o seu primeiro emprego aos dezesseis anos no jornal *O Imparcial* em São Luís na condição de aprendiz de revisor gráfico.

No ginásio eu tinha um bom professor, chamado Luiz Rêgo. Um belo dia, o Luiz Rêgo me disse: “Pega este envelope, não abra”. Eu não abria, não tinha nenhum interesse. “Vá no jornal chamado *O Imparcial*, entregue lá para o Emanuel. Ele era amigo do Emanuel. Eu fui. Cheguei lá, o Emanuel, disse: “Desça e converse com o Carneiro. Você vai começar a trabalhar como aprendiz de revisor”. Ou seja, era um pedido de trabalho que o Luiz Rêgo tinha feito em meu nome. Um tempo antes havia gostado de uma composição que eu tinha feito com letrinhas de forma caprichadas, só para encantá-lo. Eu me lembro que o Carneiro era um cara enorme, a barriga enorme, andava sem camisa, todo sujo de tinta. Era o chefe da oficina. Me deu os papéis, provas gráficas que naquele tempo eram umedecidas com água. Gostei muito, porque as primeiras coisas que eu li eram da página literária que o [José] Sarney mantinha no jornal. Ele estava começando também, no mesmo jornal. Eu ficava lendo aqueles artigos e o Carneiro, como eu fazia direitinho, passou a me manter só nesse negócio. De ler essas matérias, para imprimir só no fim de semana. Ou seja, era outro caminho para a literatura. Li poemas do Ferreira Gullar, li poemas do Sarney e de outros intelectuais. Bom, daí desse

suplemento eu passei a fazer revisão com os revisores normais, mas não me interessei muito por aquilo e fui para a reportagem de polícia. Tive a ajuda de um repórter famoso, chamado Moacyr de Barros. Eu saía junto com ele, para ver as coisas, e então virei repórter de polícia. Passei mais de 30 anos nessa área (Louzeiro apud Briso, 2008).

Para José Louzeiro o a temporada como aprendiz de revisor no jornal propiciou o contato com a elite cultural e política como se depreende da citação dos nomes do ex-presidente José Sarney e do poeta Ferreira Gullar. O relato de Louzeiro se assemelha ao de Zuenir Ventura uma vez que ambos salientam que o jornalismo aconteceu “por acaso” em suas vidas. Essa forma de narrativa os torna casos de exceção, exemplos “extraordinários”, o que termina por confluir suas narrativas em direção ao discurso carismático pois dão margem à percepção de que as trajetórias desses profissionais simbolizam uma fuga ao “destino ordinário” e previsível.

No exemplo de Louzeiro há ainda outro elemento a ser acrescentado: a omissão das figuras femininas no processo de escolarização. Entre as fontes biográficas averiguadas sobre Louzeiro somente em uma<sup>100</sup> há referência à avó materna (Dorotéia) como a “ponte entre o mundo das letras, através da leitura de histórias e incentivo aos estudos, e a vida de privações que determinava o lar conduzido por um pedreiro e uma dona de casa” (Durães, 2012, p. 36). No registro em vídeo para a Academia Maranhense de Letras – da qual Louzeiro é membro desde de 2014 – a menção à professora Maria de Freitas é salientada como uma “figura importante na sua formação”, enquanto que nos relatos do jornalista escritor concedidos para o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo e para o *blog Estranho Encontro*, a figura do mestre que encaminha e auxilia é a do professor Luís Rego. A possível explicação é a tradicional divisão do trabalho dos instrutores quanto ao gênero: enquanto a mulher (mãe, professora) está associada à educação escolar e doméstica, o homem (pai, professor) está vinculado à política e à inserção ao âmbito público por oposição ao âmbito doméstico. O jornalismo foi o território da política por excelência no período em que Louzeiro ascendeu na profissão. Assim, a entrada na profissão pela via política, ainda que de

---

<sup>100</sup> *Diálogos entre literatura e jornalismo: o romance reportagem Aracelli, meu amor, de José Louzeiro, e Crônica de uma morte anunciada de Gabriel Garcia Marques* (Dissertação de Mestrado de Aline Ferreira Durães, 2012).

forma indireta, consta como uma estratégia narrativa mais proveitosa.

O emprego de marcadores de legitimidade é funcional, independente do posicionamento em que o memorialista se situe no mercado de bens culturais. O acionamento de marcadores de legitimação fica manifesto nos relatos de Louzeiro e Silva, por exemplo, quando os jornalistas justificam de forma diferente os motivos que os fizeram migrar para os grandes centros urbanos. No começo de seu livro de memórias Silva relata acerca de seu local de nascimento:

Vim simplesmente a uma pequena cidade do sul brasileiro. Não das piores, longe de ser das melhores. Situada abaixo do nível do mar, espalhada, sem relevo, Rio Grande se abre a rijos ventos que espalham a quatro cantos o cheiro de peixe e cebola, orgulho da produção regional, armazenados nos entrepostos do cais. Parece mas não se iludam, cheiro de cebola está longe de ser coisa inócua, Na “Colméia” de José Camilo Cela, um personagem passa anos fungando o ar e queixando-se de que ‘cheira a cebola’. Até o momento em que não aguenta mais e resolve suicidar-se por puro sofrimento olfativo. Tudo tem seu ponto de saturação. No Rio Grande, que eu saiba, até hoje ninguém chegou a tais extremos. Nem mesmo nos dias de umidade pegajosa, quando os aflitivos odores portuários se entranham nos muros, nas pedras da rua, nas vestes, na alma. Lá as pessoas morriam de outras mortes. De tédio provinciano, de falta de perspectivas, de eternos passeios dominicais em torno da praça depois da missa. Ou assassinadas pelos preconceitos: ficavam ‘faladas’, eram empurradas ao ostracismo, à aridez, à solidão (Silva, 1985, p. 11).

De seu testemunho depreende-se uma grande inquietação com relação à falta de perspectiva do lugar provinciano que certamente já a pressionava para corresponder a determinados padrões. Enquanto militante feminista, importa a Carmen da Silva destacar a conquista de independência e a fuga aos modelos de comportamento impostos às mulheres. A memorialista enfatiza que entre os 18 e 25 anos, ainda no Rio Grande, trabalhou na Companhia de Petróleo Ipiranga, período em que começou a publicar artigos em jornais locais, porém, após o falecimento da mãe em 1944, aos 25 anos, parte sozinha para morar no Uruguai. Em Montevidéu, trabalha no Escritório Comercial do Brasil e também em

uma organização internacional onde atua como tradutora e integrante do Comitê de Defesa Política do Continente (1985, p. 108). Em outro trecho do livro, ela então justifica que escolha de Montevideú para sua mudança.

Por que o Uruguai? Simplesmente porque não me alcançava a audácia para tentar o Rio de Janeiro. O Rio era o desconhecido total, outro universo, outro clima, outros hábitos [...] Montevideú eu já conhecia, tinha aí alguns primos, havia uma casa, herança de meu avô, da qual me tocava uma parte: o Uruguai era próximo, quase familiar, o salto que não cobria distâncias temerárias nem grandes riscos. Até do ponto do vista idiomático o espanhol é menos estranho para os ouvidos gaúchos do que o carioquês[...] (Silva, 1985, p. 43)

Do relato acima, é possível deduzir que Silva calculou as possibilidades de “retorno” do investimento com a mudança para Montevideú. Não interessava apenas conquistar a independência, mas se apropriar de um capital social e econômico que já possuía. Em Montevideú tinha sua rede de contatos e até um cunhado influente que ocuparia em breve um cargo oficial (Silva, 1985). No entanto, em suas memórias, a motivação de caráter emancipatório é enfatizada pois quando foram escritas, a articulista de *Claudia* já era considerada um grande nome no feminismo na imprensa brasileira.

José Louzeiro, assim como Carmen da Silva, se situava perifericamente em relação aos centros de produção cultural no Brasil, também ele empreendeu um deslocamento – em direção ao Rio de Janeiro. Entretanto, em seus relatos biográficos a justificativa para a mudança relaciona-se a razões políticas.

Eu tomei muito gosto e fui virando repórter de polícia. Depois eu saíria do *Imparcial* e do *Globo* e fui para um jornal chamado *O Combate* [...] Eu era repórter de polícia também nesse jornal. E, um belo dia, a direção do jornal descobre um crime horrível praticado pelos capangas de Vitorino Freire, um político maranhense, que aliás era pernambucano, e esse político era um cafajeste e tinha uma turma que espancava as pessoas que eram inimigas dele, eram os jagunços. Então havia uma vítima deles na cidade de Rosário e me mandaram para lá [...] Eu fiz a matéria e foi

publicada. E foi desmentida porque o cara era um assaltante que a polícia de Teresina prendeu e ele fugiu para o Rosário. Então, depois a direção do jornal tomou as providências que quis. Mas aí eu entrei para a relação de nomes que deveriam desaparecer segundo os capangas de Vitorino Freire. Eu era – parece – o quarto ou quinto e quando chegou o terceiro, que deram baixa, aí o jornal arranjou dinheiro para eu vir para o Rio de Janeiro, fugir de lá. E foi assim que eu vim para o Rio. Cheguei aqui e o jornal *O Imparcial* e *O Globo* eram da cadeia dos Associados, de Assis Chateaubriand, então fui tentar trabalhar no *O Jornal* mas eu não conhecia a cidade [...] e você não pode ser repórter se não conhecer a cidade, então fiquei fazendo estágio no jornal *A Noite* até conhecer... (Louzeiro apud Briso, 2008)

No relato de José Louzeiro pode-se perceber a importância do marcador de legitimidade associado à política pois ainda que a perseguição que motivou sua saída de São Luís não tenha um caráter político intrínseco, ela é citada como uma atitude que demonstra a empatia do jornalista escritor perante a casos de violência e injustiça. Não se pretende com isso negar a veracidade dos fatos ou do argumento de José Louzeiro mas apontar as escolhas tomadas pelo narrador. O mesmo ocorre ao se analisar o argumento dado por Carmen da Silva. É possível entrever em seus relatos a existência de outra motivação para o deslocamento além da emancipação. Ambos aspiravam o desenvolvimento na seara na produção cultural e as capitais Rio de Janeiro e Montevidéu eram lugares propícios para suas ambições.

Os três jornalistas escritores em análise tiveram a imprensa como meio inicial de publicação, contudo, os temas e gêneros com os quais se apresentaram para o público foram distintos, distinções essas que apontam para as especificidades de cada percurso. Enquanto Louzeiro debutou nos jornais como repórter e constituiu uma carreira ancorada no jornalismo policial e no romance-reportagem; Freire começou a escrever para jornais na condição de médico e nessas ocasiões empregava um texto especializado. Somente depois Freire partia para os textos políticos e literários. Por sua vez, Silva estreou em pequenos jornais riograndenses e uruguaios com textos literários.

Roberto Freire e Carmen da Silva tiveram trajetórias profissionais que remontam ao modelo tradicional do jornalista brasileiro até a primeira

metade do século XX. Nesses casos, a atuação na imprensa é apenas uma modalidade de atuação pública que pode ser somada a outras. Desse modo, diferentes formas de capitais simbólicos oriundos de diferentes esferas de atuação podem ser acumulados no transcorrer do processo de ascensão na carreira seja no espaço cultural ou no da política.

A vivência jornalística de Roberto Freire começou como repórter e redator de medicina e saúde pública no jornal *O Estado de S.Paulo*. Como militante da AP (Ação Católica) criou com o Frei Carlos Josaphat, *Brasil Urgente*, jornal que circulou entre março de 1963 e março de 1964 e que contou com colaboradores de peso como Alceu Amoroso Lima, Carlos Heitor Cony e Barbosa Lima Sobrinho, entre outros. *Brasil Urgente* era tabloide declaradamente de oposição, seu objetivo era “informar e formar opinião” (Silva, 2010). Pelo incômodo que suscitava foi empastelado (invadido e fechado) logo após o golpe civil-militar de 1964, ocasião em que Roberto Freire foi preso. Em função da importância do período na história da imprensa militante, ganhou considerável espaço nas memórias de Freire. O escritor narra a concepção do jornal, destacando o seu papel de liderança.

Um dia, chegamos [Freire e Josaphat] à conclusão de que era necessária a existência de uma imprensa que estivesse a serviço dessas ideias e que os católicos pudessem lê-las, libertando-se das mentiras, das deformações e do reacionarismo liberal de *O Estado de S.Paulo*, da *Folha de S.Paulo*, de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*. E decidimos criar e fundar um jornal católico revolucionário. Dei-lhe o nome de *Brasil Urgente* (Freire, 2002, p. 164)

Após ser liberado da prisão, Roberto Freire foi convidado para o jornal *Ultima Hora* de Samuel Weiner a fim de atuar na condição de cronista. Em 1966, com auxílio do amigo Carlito Maia teve acesso a Robert Civita, diretor da revista *Realidade* e herdeiro da Editora Abril, e assim conseguiu entrar para a redação da publicação. Em suas memórias, ele não negligenciou a celeuma causada com a sua chegada:

Entrei para a *Realidade* pelas portas dos fundos e pela mão do patrão, ao contrário de todos dos outros membros da sua equipe jornalística. Imagino que Robert Civita aceitou contratar-me sem consultar Paulo Patarra, supondo-me credenciado para pertencer à equipe por ser um



psicanalista, escritor e jornalista bem como, certamente, porque através de mim ele poderia quebrar a unidade da equipe formada por Paulo Patarra. Isso foi imediatamente comprovado pela reação à minha pessoa e à minha presença entre eles. Apenas Narciso Kalili me recebeu bem, pois já me conhecia do tempo que trabalhamos juntos na Televisão Record, ele como jornalista e eu como autor de textos de teledramaturgia. Era uma evidente rejeição, mas como não podiam impedir minha contratação não me permitiriam trabalhar como repórter, o que era o meu desejo [...]. O fato é que nossos ideais políticos eram semelhantes, mas não iguais, porque a visão socialista deles era marxista e a minha, anarquista. Porém, diante da realidade fascista que vivíamos, nossa postura e metodologia de ação contra ditadura eram mesmo semelhantes (Freire, 2002, p. 246).

Roberto Freire somente se tornou repórter de *Realidade* quando a equipe se deparou diante de um “buraco” em uma das edições a poucos dias do fechamento. A pauta era psicanálise e o repórter encarregado a princípio não conseguiu cumpri-la, coube a Freire suprir aquele vácuo. Devido à boa recepção da matéria *Psicanálise* junto ao público leitor na edição de setembro de 1966, aliado ao ineditismo do tema – segundo as memórias de Freire, até então, o tema era pouco abordado pela imprensa – ele conseguiu o cargo de repórter.

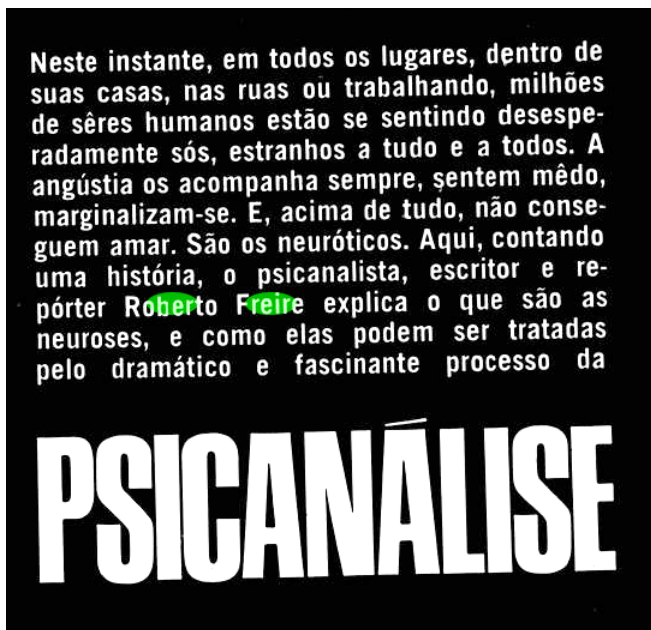


Figura 51 – revista *Realidade*

O jornalista escritor menciona em sua autobiografia que as reportagens produzidas por ele em *Realidade* se destacaram por enfoques que se contrapunham em grande medida à moral e aos costumes da época. Carmen da Silva, também dentro de uma publicação da Editora Abril, na revista *Claudia*, sintonizou-se ao espírito transgressor dos anos 60 ao tratar da emancipação feminina dentro de uma revista voltada para o público feminino de classe média, tradicionalmente conservador. Pode-se deduzir que o trabalho de ambos abarcou uma parte por vezes negligenciada pela historiografia da imprensa quanto ao processo de modernização. Carmen da Silva e Roberto Freire atuaram na modernização da imprensa na seara da moral e dos costumes ao tratar de temas como a revolução sexual, divórcio, pílula anticoncepcional, emancipação feminina, tal como se observa na edição de maio de 1970 da revista *Claudia*. No artigo da jornalista é perceptível o tom psicanalítico.



intitulado *Setiembre* calcado na experiência pessoal de viver sob a ditadura peronista. A publicação aconteceu graças à intermediação de Natividad Massanés (catalã, filóloga e tradutora) que apresentou os escritos para Guillermo de Torre, o editor da *Goyanarte* e um dos fundadores do movimento dadaísta. A obra teve boa acolhida, em 1958 Carmen da Silva recebeu a Faixa de Honra da Sociedade Argentina de Escritores junto com Alejo Carpentier premiado pelo livro *El Acoso* naquele mesmo ano (Silva, 1985, p. 84). A profícua rede de relações tecida e o êxito da primeira produção literária deram a ela um nome próprio, como reconheceu a autora em suas memórias: “A publicação do romance e a repercussão que ele teve deram-me por fim, algo que sempre aspirara: o direito a meu nome próprio. No Rio Grande, eu sempre fora a “Carmenzinha do doutor Pio” e, por mais que me orgulhasse do meu pai, irritava-me a falta de identidade própria” (Silva, 1985, p. 99).

Em 1962, Carmen da Silva retornou ao Brasil e se estabeleceu no Rio de Janeiro. O retorno foi motivado pela premente necessidade de participação política (votar, assinar manifestos) o que não poderia fazer como estrangeira, esta justificativa parece obedecer a um olhar retrospectivo posto que o livro foi escrito em 1985 período em que a jornalista e escritora se engajou no movimento das *Diretas*, entretanto, é possível deduzir que àquela altura, Silva já teria autoconfiança suficiente para empreender a mudança, uma vez que tinha conquistado algum reconhecimento como escritora mesmo que fora do circuito nacional. Em suas memórias dá ênfase à questão política quando trata de sua aclimação na capital carioca, escreve que o eu primeiro endereço foi na Rua Raul Pompéia, em Copacabana, local em que se registrou como eleitora no Estado da Guanabara, acrescentando que compareceu às urnas nas eleições de outubro de 1965, janeiro de 1966, novembro de 1970 e 1976, novembro de 1978 e de 1982<sup>102</sup>. Enquanto trabalhava como secretária, paralelamente fazia contatos com escritores e editoras a fim de colocar-se no mercado editorial. Em 1963, a Editora Civilização Brasileira decidiu publicar o livro *Sangue sem dono* e assim o fez em 1964. A satisfação pelo contrato a encorajou a enviar o seu currículo e cópias de material publicado na imprensa argentina para Editora Abril. No período, a redação da revista *Claudia*, então dirigida por Luís Carta, há tempos procurava uma articulista que falasse com o público feminino de maneira diferente do que a imprensa havia feito até àquele momento,

---

<sup>102</sup> Site [carmendasilva.com.br](http://carmendasilva.com.br)

a própria redação de *Claudia* era composta sobretudo por homens antes da entrada de Carmen da Silva (Fonteles Duarte, 2007).

Eu acabara de escrever um romance, *Sangue sem dono*, que marcava o amoroso reencontro com o meu idioma, meu país, com as esperanças que ele permitia em 1963 – ou talvez não permitisse, era apenas ingenuidade minha. Ante um parecer sumamente generoso de Geir Campos, a Editora Civilização Brasileira resolvera editá-lo (Ênio da Silveira emboniteceu ainda mais, se é que é possível, ao dizer: “Sim, vamos lançá-lo”): a maré andava favorável para mim. E foi com essa sensação de ter os deuses do meu lado que me aproximei da Editora Abril e consegui uma coluna à qual, Deus me perdoe, a direção deu o nome de “A arte de ser mulher”. Bem, está certo, se você acha que acrobacia é arte [...] Meus artigos caíram como UFOs incandescentes no marasmo que dormitava a mulher brasileira naquela época. Logo comecei a receber uma avalanche de cartas em todos os tons: desesperados apelos, xingamentos, pedidos de clemência [...] (Silva, 1985, p. 119)

É possível supor que o sucesso de Roberto Freire e Carmen da Silva nas duas publicações da Editora Abril devem-se sobretudo à efervescência cultural e política dos anos 60. Naquele contexto social e histórico a Indústria Cultural soube absorver e readequar produções representativas das várias matizes do pensamento reformista seja no âmbito da política, seja no âmbito dos costumes. Assim, têm-se os casos de Roberto Freire e Carmen da Silva que se projetaram como jornalistas engajados atuantes em revistas da Editora Abril. Outra editora significativa nesse cenário no que concerne à trajetória dos jornalistas escritores em questão foi a Editora Civilização Brasileira. Capitaneada por Ênio da Silveira, Civilização Brasileira era uma editora a serviço da cultura progressista (Coutinho apud Ridente, 2014, p. 48). Silveira era militante do PCB, no entanto não participava no Comitê Cultural do Partido e não aceitava intromissão em sua editora, gozava de autonomia sobre suas produções. Sob sua “batuta” publicações emblemáticas surgiram como, por exemplo, a Revista Civilização Brasileira, considerada o periódico mais influente dos anos 60 e 70 nos meios políticos, artísticos e intelectuais de esquerda (Ridenti, 2014, p. 116). Devido ao seu poder e influência, Silveira reuniu em sua editora artistas

e escritores representantes de variadas tendências, desde o ativista político ao artista progressista. Carlos Heitor Cony e Carmen da Silva foram escritores revelados por Ênio da Silveira, seus romances de estreia, *O ventre* (1956) e *Sangue sem dono* (1964), respectivamente, foram publicados primeiramente pela Civilização Brasileira. No caso de Silva, foi o seu primeiro livro publicado no Brasil. Quanto à José Louzeiro, ele se projetou no mercado editorial graças a *Lúcio, passageiro da agonia*, também publicado pela editora em 1976, dentro da coleção Romance Reportagem, cujo primeiro volume, *Caso Lou – assim é se lhe parece* (1975) foi escrito por Cony. Pode-se inferir com isso que a Civilização Brasileira foi responsável pela criação de um gênero literário novo no mercado editorial brasileiro como constata Cosson.

Inicialmente título dado a uma coleção da Civilização Brasileira pelo seu editor, Ênio da Silveira, o termo romance-reportagem pretendia recobrir apenas um conjunto de obras baseadas em episódios reais e uma narrativa que adotava contornos ficcionais. Graças ao grande sucesso de vendas do segundo título da coleção, *Lúcio, o passageiro da agonia*, que vendeu em quatro meses 10 mil exemplares, a expressão populariza-se e passa a ser tanto denominação de um gênero quanto referência a uma grande parte da produção literária da época (Cosson, 2007, p. 37).

*Lúcio Flavio, passageiro da agonia* não foi o primeiro livro de Louzeiro, antes ele havia participado da obra coletiva de reportagens *Assim marcha a família* e escrito alguns trabalhos de sua autoria: *Depois da luta* (1958), *Acusado de homicídio* (1960), a biografia de *André Rebouças* (1968) e *Judas arrependido* (1968) – entre os elencados a maioria livros de contos (Cosson, 2007). José Louzeiro era um repórter da editoria de polícia quando se enveredou para a literatura. Quando obteve êxito nessa área com *Lúcio Flávio*, residia no Rio de Janeiro há 22 anos e, nesse ínterim, passou pelos principais jornais da capital carioca. Em seu relato para o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo conta que passou dificuldades extremas assim que chegou ao Rio de Janeiro pois não conseguiu um trabalho como jornalista. Seu primeiro emprego no Rio de Janeiro foi em uma empresa de máquinas gráficas em que por meio de um contato conseguiu uma vaga no departamento de propaganda da *Revista da Semana*. Somente conseguiu se recolocar no mercado jornalístico quando ingressou na redação do jornal *A Luta Democrática*

de Tenório Cavalcanti, cuja pauta predominante eram temas policiais. A rica trajetória de José Louzeiro pelos jornais cariocas entre os anos 50 e 60 é o cerne de seu livro de memórias intitulado *Isto não deu no jornal* no qual o jornalista escritor narra suas vivências nas redações dos jornais *Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. Importa destacar, sobretudo, que o romance-reportagem foi o responsável por guindá-lo à posição de escritor reconhecido. A repercussão do romance-reportagem de José Louzeiro foi suficiente levá-lo às telas do cinema ao ter suas obras adaptadas para o cinema pelo cineasta argentino Hector Babenco. Posteriormente, Louzeiro escreveu outros romances-reportagens como *Aracelli, meu amor* (1976) e *Infância dos mortos* (1977), tornando-se um escritor referencial no que se refere ao gênero citado. Nos registros biográficos de José Louzeiro e na literatura especializada é corrente a afirmação segundo à qual seria o precursor do romance-reportagem no Brasil,

[...] ainda que o primeiro título da coleção [Romance Reportagem, Civilização Brasileira] seja de Carlos Heitor Cony (1975) e que este seja um escritor já conhecido, será com Lúcio Flávio, o passageiro da agonia, de José Louzeiro (1976), que obra e autor passarão a ser paradigmáticos em relação ao romance-reportagem. Considerado pela crítica como “pioneiro”, “especialista”, “introdutor”, “exemplo” do novo gênero, José Louzeiro não somente escreveu os mais importantes romances-reportagens do período, como também, ao contrário de Cony, soube realizar com felicidade uma das sínteses possíveis entre jornalismo e literatura. Carlos Heitor Cony, na verdade, quase que apenas transpôs para a forma de livro as reportagens sobre o caso Lou [...] A proposta de Louzeiro não só é adotada pela crítica que o identifica como figura central do gênero, como também por outros jornalistas-escritores, com Valério Meinel, Édson Magalhães, Aguinaldo Silva, que lhe seguiram a trilha (Cosson, 2007, p. 37).

Do que precede pode-se tirar algumas conclusões. Primeiramente, pode-se confirmar a significativa influência da Editora Civilização Brasileira na produção cultural nacional entre os anos 60 e 70, uma vez que a editora soube catalisar o desenvolvimento das carreiras presentes.

Em segundo lugar, é possível deduzir que o jornalismo foi a matriz da literatura de José Louzeiro já que o romance-reportagem foi o gênero preponderante de sua produção e nisso ele se diferenciou de Carlos Heitor Cony, escritor que conseguiu de certa forma se autonomizar do jornalismo. A crítica avaliou que o romance-reportagem de Louzeiro foi melhor que aquele escrito por Cony. A melhor recepção faz-se compreensível pela predileção da intelectualidade da época pela abordagem empregada por Louzeiro, como ilustra o fragmento abaixo do *Jornal do Brasil*, edição de 14 de novembro de 1975. O que não significaria dizer que Louzeiro é um jornalista escritor vanguardista pois o seu percurso profissional foi mais alinhado a Cony do que ao jornalista e escritor João Antônio, por exemplo. Nesses casos, o cinema e a TV desempenharam um papel relevante na conquista de visibilidade. Tanto Cony como Freire, Silva e Louzeiro produziram conteúdos para grandes veículos de comunicação e tiveram uma atuação múltipla e diversificada em suas carreiras como produtores culturais.

## ROMANCE-REPORTAGEM

### A LITERATURA SEM ELITISMOS LITERÁRIOS

JAYCE ANDRE



Louzeiro "Os jornais brasileiros são com dificuldade um escritor imaginário. O resto é tratamento literário"

Em artigo recente publicado no Suplemento do Livro de 48. Art. Quilista, pretendia que 1975 poderia passar como um marco da Literatura Brasileira, sobretudo graças ao impeto de alguns escritores novos, voltados para uma temática mais comprometida com a realidade, entre eles João Antônio, Ignácio de Loyola, Vander Pádua e Antônio Torres. Muita gente por carie torce e narra a profecia. Afinal, o que esperar de uma atividade artística em crise, travada por inépcia e engarrafada, por escritores sem o mínimo amparo, por editores e livradores enfrentando crescentes dificuldades, por críticos sem tanto peripetia ante as reversões no mercado e pelo público que há pouco não pára de 116 milhões de habitantes? Mas acontecem o acontecem coisas, a margem do ritual da Academia Brasileira de Letras e da concessão do Prêmio Nacional Waldemar, presentes também no noticiário deste fim de ano. Como em debates acalorados no Teatro Casa Grande e o arriamento da revista *Ilustração Brasileira*, valorizando os autores novos. Agora, a Editora Civilização Brasileira que promove o lançamento simulta-

O resto é tratamento literário, o que depende de cada um.

Louzeiro não teme que o romance vá para as bancas e possa confundir-se com os livrinhos de aceitação popular:

— Tenho até muita admiração pelas escrituras de livrinhos. Eles nos dão, uma lição clara de comunicabilidade com o grande público, coisa que os nossos melhores autores, salvo algumas honrosas exceções, jamais conseguiram alcançar. Acho que o autor brasileiro deve colocar de lado um pouco do seu formalismo, da sua "boa maneira", afastar-se da idéia provinciana de vir a ser Balzac, Joyce, Faulstich, e abrir-se de peito aberto à vida que o cerca e muitas vezes afixa. Não souso o que soumo: pobre, doente, exilado e analfabeto, e preciso admitir isso, descer a idô e fundo do nosso porreço poço para tomar da nossa água. De contrário, jamais passaremos do plano de escrituras enterradas, papangando coisas que nos mesmos já não entendemos.

Num dos debates literários do Teatro Casa Grande, com esses autores "diferentes", boa parte deles vindos de jornalismo, ficou bem claro que não há conflito entre Literatura e Jornalismo. Muito pelo contrário. Por outro lado, não se acredita que o jornalismo diário seja o ambiente pelo afofamento de muitos autores.

— Nós que clamamos os norte-americanos em tudo, não os seguimos nos seus momentos de decisão e audácia. Impedimos a empatia momentânea e um exacerçado comodismo — comenta Louzeiro.

— O romance baseado em fatos da vida real não é novidade. Foi praticado por Dickens, Balzac, Dostoiévski, e, mais recentemente, por Remarque, Horace McCoy e Truman Capote. De minha parte, ao tomar Lúcio Flávio e seus companheiros de crimes como personagens, nada mais fiz do que retornar ao antigo tema que me faz escrever. Em 1960, eu já havia dito que é a história de um repórter de polícia que se torna bandido.

A experiência da Civilização Brasileira começou com Carlos Heitor Cony. Foi praticado por Silvana, Balzac, Dostoiévski, e, mais recentemente, por Remarque, Horace McCoy e Truman Capote. De minha parte, ao tomar Lúcio Flávio e seus companheiros de crimes como personagens, nada mais fiz do que retornar ao antigo tema que me faz escrever. Em 1960, eu já havia dito que é a história de um repórter de polícia que se torna bandido.

A experiência da Civilização Brasileira começou com Carlos Heitor Cony. Foi praticado por Silvana, Balzac, Dostoiévski, e, mais recentemente, por Remarque, Horace McCoy e Truman Capote. De minha parte, ao tomar Lúcio Flávio e seus companheiros de crimes como personagens, nada mais fiz do que retornar ao antigo tema que me faz escrever. Em 1960, eu já havia dito que é a história de um repórter de polícia que se torna bandido.

★ ★ ★

Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia, de José Louzeiro, é ser lançado nos pontos das bancas e nas livrarias, encontra o plano da Civilização Brasileira. Os livros terão formato único e os preços deverão girar em torno de Cr\$ 20,25,00.

A idéia da série junto a Énio Silveira partiu do próprio Louzeiro.

— Supri esta coleção ao fim porque acredito que a nossa realidade supera a própria ficção. Os jornais veiculam diariamente cenas que dificilmente algum escritor conseguiria imaginar.

### LÚCIO FLÁVIO, A MORTE DA ESPERANÇA

TODAS ESSAS RECORDAÇÕES DE LÚCIO FLÁVIO ENQUANTO SE DE REPENTE, CURTE ESCRITO O REGIÃO DIANTE DOS OLHOS. O ACONTECIMENTO CORRIGIQUER MUA QUE TRANSMITIZAV. AS FOLHAS DE JORNAL E O PROPRIO OLHO DO REFOR DE NELSON CAVEIRA SE ENCHENDO DE SANGUE. CURSOS-SE SOBRE ETC. EIA QUE LITRA ESTAVADO NA VEIA, QUERIA MORRER. NUNCA FREGO, COM TANTO SANGUE PERDIDO, NELSON CAVEIRA IMPLORAV:

— Por favor, não chame os guardas. Não deixo morrer em paz.

— Não quer mecasmo?

— Não. Faça isso por mim. Amanhã vou saber que me matou. Não botaria a culpa em você.

Lúcio volta para sua cela, enquanto o sangue vai inundando os pedais impressos, corre nos trechos onde o chão apresentava decant. Vira muitas gente explata nas paredes. Ninguém como Nelson Caveira. Um homem que falaria a verdade e ninguém acreditava; que contava histórias reais mas era mesmo



Figura 53 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital



Roberto Freire, Carmen da Silva e José Louzeiro produziram tanto para Indústria Cultural quanto para a vanguarda jornalística e artística. São autores de livros que se tornaram muito populares no mercado editorial nas décadas de 60 e 70 ao mesmo tempo em que cortejaram um público leitor mais estrito. Além disso, foram autores de telenovelas e roteiros para cinema.

Entre os jornalistas citados, Freire é aquele cuja produção artística foi a mais diversificada pois em sua vida envolveu-se em várias modalidades de atuação na produção cultural. Escreveu obras que tiveram grande sucesso comercial e atenderam às expectativas de um público jovem e progressista. As mais populares são *Cleo e Daniel* (1965) e *Sem tesão não há solução* (1987). Porém Roberto Freire também escreveu romances<sup>103</sup>, crônicas<sup>104</sup> – nas quais tratou de sua experiência como artista militante durante a ditadura militar –, livros escritos para divulgar a Somaterapia<sup>105</sup>, técnica terapêutica criada por ele “com conteúdo ideológico explícito, o anarquismo” e produções infanto-juvenis<sup>106</sup>. Em 2002 lançou no mercado sua autobiografia *Eu é um outro* (2002). No teatro escreveu a peça *Quarto de Empregada* e dirigiu *Escuriel* de Michel Guelderhode e *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto – trabalho que mereceu destaque em seus registros memorialísticos por ter conquistado o primeiro lugar no Festival de Teatro de Nancy, na França e ter revelado o compositor Chico Buarque de Holanda – exerceu cargos administrativos na área teatral como presidente da Associação Paulista da Classe Teatral, diretor do Serviço Nacional de Teatro, diretor artístico do TUCA (Teatro da Universidade Católica de São Paulo). Foi letrista e jurado de festivais de Música Popular Brasileira sendo que em tais festivais desempenhou a função de jurado. Em sua biografia relata em especial um episódio que marcou o fim dos eventos musicais, “no Festival Internacional da Canção ao tentar ler um manifesto contra a destituição do júri nacional, Roberto Freire foi violentamente arrastado por policiais que o levaram para uma sala e espancaram barbaramente. Terminava a

---

<sup>103</sup> *Liv e Tatziu – uma história de amor incestuoso* (1999).

<sup>104</sup> *Sem entrada e sem mais nada* (1960); *Coiote* (1988); *Utopia e Paixão* (1984); *Os cúmplices* (1995).

<sup>105</sup> *Ame e dê vexame* (1990); *Tesudos de todo o mundo uni-vos!* (1995); *O tesão e o sonho* (1999).

<sup>106</sup> *Moleques de rua* (1999); *A fórmula da esperança* (1994), *Domadores, Mágicos e Ladrões* (1994), *A revolta dos meninos* (1995), *O milagre da santa cachorra* (1994).

era dos festivais”<sup>107</sup>. O acontecimento dignou de nota em seus registros biográficos, evidencia que a militância deu o tom à carreira e às memórias de Roberto Freire. No entanto, o seu engajamento não impediu que participasse de grandes produções. Assim como atuou como roteirista e diretor do filme *Cleo e Daniel* (1970) adaptação do livro homônimo de sua autoria, ele também participou da criação e redação dos programas na TV Record e TV Globo, na última emissora participou na redação dos programas *Obrigado Doutor*, *A Grande Família* e *Malu Mulher*<sup>108</sup>.

Carmen da Silva também teve uma posição privilegiada no mercado de bens culturais. Além de manter a coluna *A arte de ser mulher* ao longo de 22 anos na revista *Claudia*, foi autora de romances<sup>109</sup> – inclusive com versões bilíngues, em português e em espanhol<sup>110</sup> em função das boas relações construídas com escritores e intelectuais da América espanhola, entre eles Jorge Alvarez, editor de *Sangre sin dueño* (1966) em Buenos Aires, cuja tradução foi realizada por Juan Hernandez. Foi autora de livros de contos<sup>111</sup>; ensaios<sup>112</sup>; novelas<sup>113</sup>; e da autoficção *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito* (1984). Carmen da Silva foi autora de uma telenovela<sup>114</sup> e publicou coletâneas de textos primeiramente veiculados na imprensa, como por exemplo *A arte de ser mulher*, pela Civilização Brasileira em 1966, um *best-seller* na metade dos anos 60. Cumpre reiterar que a publicação em livro de textos publicados primeiramente em jornais e revista é uma estratégia editorial comum aos jornalistas escritores em análise na qual se busca transplantar o prestígio obtido no jornalismo para o mercado editorial. Em 1994, a jornalista Laura Taves Civita produziu *O melhor de Carmen da Silva*, com textos reunidos da autora publicados ao longo dos 22 anos em que atuou como colunista de *Claudia*. Abaixo na edição da revista *Claudia* de julho de 1984 se comemorava os 21 anos da coluna de Carmen da Silva.

---

<sup>107</sup> Site somaterapia.com.br

<sup>108</sup> Site da Editora L&PM seção Vida e Obra.

<sup>109</sup> *Sangre sem dono* (1964); *Fuga em setembro* (1973).

<sup>110</sup> *Sangre sin dueño* (1966); *Setiembre* (1957).

<sup>111</sup> *A menina, o broto e a foto* – publicado em 1961 como *La Niña el Capullo y el Retrato* e traduzido para o português em 2013.

<sup>112</sup> *A arte de ser mulher* (1966), *O homem e a mulher no mundo moderno* (1969).

<sup>113</sup> *Dalva na rua mar* (1965).

<sup>114</sup> *A revolta dos anjos*, exibida pela extinta TV Tupi entre novembro de 1972 e março de 1973, escrita por Carmen da Silva e dirigida por Henrique Martins e Luiz Gallon.



## A ARTE DE SER CARMEN DA SILVA

Você está diante de uma feminista de carne e osso, de uma mulher que teceu suas teorias e artigos com experiência de vida, com erros e acertos, avanços e recuos. A nossa Carmen da Silva, a grande protagonista de **CLAUDIA**, forjando, ao longo de 21 anos, *A Arte de Ser Mulher*, e que se expõe com muito humor no livro *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito*. E, como protagonista, ela faz questão de afirmar aqui nesta entrevista que não está sozinha em cena. Que você, leitora, ajudou-a — e muito — a repensar os problemas da emancipação feminina, como também ajudou-a a crescer como mulher.

ENTREVISTA A MARILDA VAREJÃO; FOTOS: FERNANDO SEIXAS

**CLAUDIA** - Há 21 anos você escreve para *Claudia*. Nesses anos todos, você notou mudanças nas mulheres? Seu trabalho influenciou essas mudanças?  
**CARMEN DA SILVA** - O trabalho em *CLAUDIA* mudou muito a mentalidade da mulher e eu noto nas cartas que recebo. A princípio eu recebia muito xingamento, era acusada de ser materialista porque queria que as mulheres saíssem para ganhar dinheiro. Agora tudo isso mudou, o trabalho feminino já não é uma escolha ou questão de realização, mas uma necessidade. E o trabalho, seja por escolha, seja por imposição, abre horizontes. Sair de casa, sair do seu confinamento, sair daquela idéia de que a sua função é o lar — família e filhos —, perder a idéia de que o mundo é coisa do homem, tudo isso gera mudanças na mulher. O trabalho muda a cabeça. E eu imagino que nessa mudança *CLAUDIA* teve uma participação muito grande... Cada vez que eu

Figura 54 – *Claudia* – Fonte: Acervo Site Carmen da Silva.com.br

O exame do material biográfico de Carmen da Silva sugere a interrelação entre as publicações da autora, o movimento feminista brasileiro e sua expansão gradativa no meio acadêmico. O *Melhor de Carmen da Silva* foi publicado pela Rosa dos Tempos, primeira editora direcionada para publicações com temáticas feministas fundada por intelectuais, jornalistas e escritoras como Laura Civita, Rose Marie Muraro, Neuma Aguiar, Ruth Escobar com a colaboração da Editora

Record. Um dos primeiros livros de contos da autora, *La Niña el Capullo y el Retrato* de 1961 foi traduzido para o português em 2013. O significativo hiato entre as duas publicações evidencia o resgate de Carmen da Silva realizado por iniciativas de matriz militante feminista.

A inserção no mercado editorial, grande imprensa, televisão e cinema também foi um distintivo na carreira de José Louzeiro. Segundo dados de seu site pessoal, o escritor e jornalista é autor de 40 livros. Além das obras mais conhecidas *Lúcio Flávio, passageiro da agonia* (1975) publicada pela Civilização Brasileira, *Aracelli, meu amor* (1976) e *Infância dos mortos* (1977) ambos publicados pela Editora Círculo do Livro, José Louzeiro escreveu outros romances-reportagens<sup>115</sup> – alguns deles catalogados como romances policiais pelas editoras – e biografias<sup>116</sup>, e livros voltados para o público infantojuvenil<sup>117</sup>. Chama atenção especialmente as adaptações de clássicos da literatura brasileira para crianças<sup>118</sup> que compuseram a Coleção Reencontro da Editora Scipione. A produção infantojuvenil é majoritária na bibliografia de José Louzeiro, deduz-se que este foi um nicho do mercado editorial para o qual parece ter migrado a partir dos anos 90 em razão de sua profissionalização como escritor e possivelmente de uma queda na popularidade dos romances-reportagens. Suas memórias foram narradas nos livros: *Isso não deu no jornal* (2001) e *Diabetes – inimigo oculto* (2007). José Louzeiro atuou como roteirista em cerca de dez longas-metragens<sup>119</sup>, em geral adaptando obras suas para o cinema, como nos filmes dirigidos por Hector Babenco *Lúcio Flávio, passageiro da agonia* (1976) e *Pixote, a lei do mais fraco* (1980). Ambas as produções receberam boa recepção do público e da crítica e deram projeção e prestígio a José Louzeiro junto à

---

<sup>115</sup> *Em carne viva* (1988), *Praça das Dores* (1994), *O mito em chamas: a lenda do justiceiro mão branca* (1997), *Urca* (2000), *Devotos do Ódio: uma profissão camponesa* (1987).

<sup>116</sup> *André Rebouças* (1968), *Elza Soares, cantando para não enlouquecer* (1997), *O Anjo da Fidelidade, a história sincera de Gregório Fortunato* (2000), *Ana Neri, a brasileira que venceu a guerra* (2002), *JK, o otimismo em pessoa* (1999), *Villa-Lobos, o aprendiz de feiticeiro* (1998).

<sup>117</sup> *Gang do Beijo* (1984; 2002, 7ª ed), *Beira-flor, o amigo especial* (1985), *O bezerro de ouro* (1997), *A hora do morcego* (1999), *Gugu Mania* (1996), *Detetive fora de série* (1998), *Pink, viagem ao submundo mágico* (1995).

<sup>118</sup> *Memórias Pústumas de Brás Cubas* (1998), *O Triste fim de Policarpo Quaresma* (1998), *O Cortiço* (1999), *O Crime do Padre Amaro* (2000).

<sup>119</sup> *O Caso Cláudia e O homem da Capa Preta*. O último filme sobre o polêmico político carioca Tenório Cavalcanti que José Louzeiro conhecia bem, uma vez que trabalhou na *Luta Democrática*, jornal do qual Cavalcanti era proprietário.

intelectualidade da época. Tal fato fica evidenciado ao se notar a mudança nos títulos das publicações: *Infância dos Mortos* foi publicado pela primeira vez em 1977, depois do sucesso da adaptação de Babenco, o livro foi reintitulado *Pixote – infância dos mortos* em 1987 em clara referência ao filme. Cumpre acrescentar que Louzeiro – assim como Cony, Freire e Silva – trabalhou na teledramaturgia, ele escreveu a novela *Olho Por Olho* em coautoria com Geraldo Carneiro que em 1988 foi ao ar na TV Manchete. Abaixo, edição de 24 de abril de 1988 da *Folha de S.Paulo*.

**Sucessora de 'Carmem' estreia em agosto**

Do Sucursal do Rio

Depois de ameaçar jogar a tona e abandonar seu projeto de teledramaturgia, a TV Manchete voltou à luta. A partir do dia 23 de maio começam a ser gravadas, em Goiás, as primeiras cenas de "Olho por Olho", título provisório da próxima novela das 21h30, escrita a quatro mãos por José Louzeiro e Geraldirinho Carneiro, com direção de Ari Costov. Por conta da mudança de planos de emissoras, a novela, que deveria substituir "Carmem", só estreia no dia 22 de agosto. Até lá, a Manchete exibe a reprise de Dona Belga, com Matê Proença, a partir do dia 9 de maio.

Já dois meses, os escritores trabalham na novela sob a supervisão de Carlos Heitor Cony — cujo argumento é de Wilson Aguiar Filho, que, no início do trabalho, acabou mudando de emissora e agora assina o roteiro de "Abolição", a minissérie global de Walter Avancini. Mas sua história, inspirada no filme "Rocco e Seus Irmãos", de Visconti, onde Alain Delon faz o papel de um pugilista, ficou na Manchete. Na novela, quem vai lutar box será Mário Gomes, mas José Louzeiro, 55, o autor de "Corpo Santo" pressiona em explicar que "Olho por Olho" não vai girar em torno de um regime, mas "pretende discutir as várias formas de poder".

O ponto de partida é a história de uma família de pequenos proprietários de terras do interior de Goiás que se desintegra a partir do assassinato do pai, Horácio Palcio. Em busca de justiça, a viúva Ana vem para o Rio de Janeiro e começa sua batalha a nível judicial. Junto com ela, vêm seus quatro filhos, Máximo (Mário Gomes), Calo (Caio que Ferrera), Justo (Flávio Galvão) e o cacula Júlio (talvez Chico

primeira tentativa — para espanto deles mesmos. Esse entrosamento foi exatamente o que Louzeiro quis para conseguir na época que escreveu "Corpo Santo". Ele, antes de se acertar com Wilson Aguiar Filho, dividiu a autoria da novela com Cláudio Medowell e Eliana Garcia. "O modo deles pensar não batia com o meu. Eu queria uma novela mais comprometida com o cinema do que com o rádio e, principalmente, calcada nos acontecimentos do dia-a-dia, das manchetes dos jornais", contou. O método de trabalho dos dois segue o que Louzeiro já tinha experimentado com Wilson Aguiar Filho: uma vez por semana discutem o rumo da novela com o auxílio de um gráfico onde fica registrado o desenvolvimento das personagens na trama. Depois cada um escreve dois capítulos — Louzeiro os ímpares e Geraldirinho os pares.

Apesar de "Corpo Santo" ter feito sucesso por mostrar cenas de violência explícita, Louzeiro não pretende repetir a fórmula. Isso não quer dizer que a violência será esquecida. Segundo ele, o clima da novela anterior tende a se "crustar" na novela. "Atual, violência é o clima do país", sugere. "Nessa novela, vamos fazer uma reflexão sobre a época em que vivemos, sem evitar o sonho, o humor e a paixão desenfundada. Só somos contra a bobagem".

Para ele, o trabalho só tem sentido se conseguir "passar alguma mensagem" enquanto Geraldirinho acha que a obrigação de um escritor é fazer uma análise crítica da sociedade. E justamente por acreditar que essa crítica era difícil de se fazer em TV, principalmente em novelas que ele recusou diversos convites, inclusive na Globo. "Sempre tive o hábito de novela, porque

José Louzeiro e Geraldo Carneiro, a dupla de autores de "Olho por Olho"

dinho nos dois primeiros trabalhos que o escritor realizou para a televisão: a minissérie "Tudo em cima", de 85, feita em parceria com Bráulio Tavares e o programa humorístico diário "Tamanho Família", de 86.

humorada e, por conta disso, tende a escrever de modo maniqueísta, separando bem quem são os bandidos e os mocinhos da nossa sociedade. Com a chegada de Geraldirinho, o humor, e a ironia ganharam vez no texto. A maior prova disso é a "novela mentira", que vai rolar

Figura 55 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

José Louzeiro faz o contraponto mais emblemático com Carlos Heitor Cony no que concerne aos pontos de partida e chegada. Ambos constituíram trajetórias emparelhadas uma vez que se envolveram em obras literárias, teledramatúrgicas e cinematográficas, não obstante, algumas diferenças nos trabalhos realizados indicam a disparidade entre as duas carreiras. Por exemplo, na adaptação de obras clássicas para o público infantojuvenil, enquanto Cony adaptou clássicos literatura

universal, coube a Louzeiro a adaptação de livros de autores nacionais. Em função de elevado capital social e cultural detido por Cony, pode-se deduzir que eles alcançaram posições semelhantes, porém, desiguais. Enquanto o primeiro é atualmente imortal da Academia Brasileira de Letras, o segundo é membro da Academia Maranhense de Letras. Em outras palavras, a chancela oficial de reconhecimento para Louzeiro adveio de instituição regional, e não nacional, como no caso de Cony.

No que se refere aos jornalistas escritores presentes nessa seção, um traço característico compartilhado é o papel desempenhado pela Editora Civilização Brasileira e a imprensa alternativa dos anos 70. O fragmento de 5 de setembro de 1976 do *Jornal do Brasil*, a seguir, ilustra a repercussão positiva da relação jornalismo e literatura na época, presente no título “Notícia, a boa matéria do livro”. A matéria dá destaque à participação da Civilização Brasileira na divulgação das obras dos jornalistas escritores José Louzeiro e Carlos Heitor Cony, ainda que a diferenciação entre esses autores esteja explícita no texto no qual Cony é enquadrado como um escritor “consagrado que não se constrangeu em escrever um romance-reportagem”.

## NOTÍCIA, A BOA MATÉRIA DO LIVRO

ARACELLI MEU AMOR, de José Louzeiro, Civilização Brasileira, Rio, 1976, 201 pp., Cr\$ 50,00.

**Renício Medeiros**

Este novo livro do jornalista José Louzeiro empresta consistência à idéia de que se vislumbra rumos no ainda nebuloso horizonte literário brasileiro. Esta não é uma tese ufanista, já que são evidentes os frutos de um período de franca abolição criadora. Num democracia gelida geral, onde vêm convivendo propostas de múltiplos malizes, deve-se registrar a ascendência do fato jornalístico como matéria-prima de escritores.

A Editora Civilização Brasileira já firmara tradição revelando e valorizando, em livro, trabalhos convencionalmente afetos à imprensa. Foi responsável nos idos de 60 pela publicação de Assim Marcha a Família, coletânea de reportagens na qual José Louzeiro colaborou. Recentemente, inaugurou a coleção intitulada O Homem e seu Trabalho, de que Maralho, de Luiz Carlos de Souza, é o primeiro livro, e vem dando ênfase à edição de textos ditos "parajornalísticos".

Carlos Helton Cony, que é um romancista consagrado, não se contentou em escrever sobre o "Caso Lou" para a editora, que publicou também o penúltimo livro de Louzeiro, Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia.

Em Lúcio Flávio, que redundou em sucesso editorial e do qual sairá em

breve uma segunda edição, o escritor renovara no plano individual. Desapontado com o resultado de uma excessiva preocupação com a forma, que o dominara na elaboração de livros anteriores (Depois da Luta, Judas Arrependido, Acusado de Homicídio, Ponte sem Aço), decidiu emprender uma viagem de retorno à simplicidade, buscando o ponto de apoio na sua vivência de repórter, com passagens por redações cariocas e paulistas. Transposto da crônica policial para livro, Lúcio Flávio seria, para o Autor, uma experiência gratificante. E certamente legítima. Notícias de jornais inspurcaram velhos poetas e poetas jovens esmeram-se em dessacralizar a poesia. Dessacraliza-se pela o romance, com a introdução de material jornalístico no fazer literário. Na Literatura norte-americana, A Sangue Frio, de Capote, é o exemplo clássico de experiência semelhante bem sucedida. Em termos nacionais, o trabalho de Louzeiro — exceção terra-a-terra num território ocupado pelas vanguardas, com todos os seus equívocos — constituiu-se em boa recomendação aos leitores pouco sensíveis a soluções mais originais. Pode, inclusive, contribuir para a criação de novas faixas de interesse, oferecendo uma opção de leitura, de bom nível, aos consumidores de produtos importados de qualidade duvidosa e, conseqüentemente, ampliando o mercado do autor nacional.

O tema do segundo "romance-reportagem" de Louzeiro é o assas-

sino da mentira Aracelli Cabrera Crespo — que comoveu a opinião de Vitória há três anos — e suas estranhas repercussões. Como romance, filia-se, na sua narrativa linear, à tradição realista. Como reportagem, é uma denúncia veemente contra a corrupção da Justiça pelo poder econômico representado pelas famílias ricas do lugar — responsável pelo misterioso desaparecimento de todas as provas, inclusive o corpo da vítima, que incriminavam adolescentes bem nascidos.

Favorecem o livro pitadas de realismo fantástico nele incluídas independentemente das intenções do Autor — haja vista a recente apreensão, pela Polícia do Espírito Santo, dos exemplares de Aracelli que levava àquele Estado para uma noite de autógrafos. Como no trabalho anterior, o escritor mistura figuras reais e fictícias no mesmo cenário. São tipos populares, muitos dos quais conheceu nas andanças por Vitória, os Getúlvos da história, cujo empenho val se revelar imponente diante de forças veidas e poderosas. Um elenco de personagens excessivamente ta gar e a se pode, aliás, causar alguma confusão no leitor, mas não diminui o interesse que o livro desperta. Nele Louzeiro demonstra que reportagem e romance podem ser gêneros compatíveis, e que a realidade objetiva continua como um excelente ponto de partida em direção à literatura.

BM é jornalista, redator da Revista Veja.

Figura 56 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Enquanto a Civilização Brasileira deu visibilidade para as obras de Carmen da Silva e José Louzeiro, os jornais alternativos divulgaram Roberto Freire e Carmen da Silva para um público não leigo em termos artísticos e políticos. Freire é um nome recorrente em abordagens acerca da "imprensa nanica" pois participou de projetos jornalísticos e políticos desde os primórdios até o declínio da imprensa alternativa. Nos anos 70 se envolveu diretamente no desenvolvimento de vários jornais alternativos. Em 1997 fundou junto com os egressos de *Bondinho*, a revista *Caros Amigos*. Carmen da Silva, por sua vez, integrou o conselho editorial do jornal alternativo feminista *Mulherio* a partir de 1981.

Entre os três jornalistas escritores em foco, o mais engajado politicamente foi Roberto Freire. Ele foi uma das lideranças da AP (Ação Popular), organização criada pela esquerda católica nos anos 60, bem como, participou da produção de peças, festivais de música, filmes, revistas e jornais cujas propostas estavam ancoradas no pensamento

político de esquerda. Em virtude de sua militância, durante a ditadura militar sofreu prisões e torturas que lhe custaram a perda da visão do olho direito como narra em sua autobiografia. A importância de Roberto Freire no cenário cultural e político dos anos 60 e 70 pode ser mensurada pelo espaço a ele dedicado por Bernardo Kucinski quando o autor de *Jornalistas e Revolucionários – nos tempos da Imprensa Alternativa* aborda o que categorizou como “as duas principais vertentes do ciclo alternativo: a vertente existencial e a vertente política”, ambas formadas por jornalistas egressos da revista *Realidade* sendo que a primeira delas não obedeceu as diretivas da AP de abandonar o jornalismo e cair na clandestinidade. Freire é descrito por Kucinski como um protagonista da “vertente existencial” a qual foi responsável pela criação de *Bondinho* (1970), *Jornalivo* (1971), *Grilo* (1971), *Fotochoq* (1973), *Ex* (1973), *Viver* (1975), *Mais um* (1976), *Extra Realidade Brasileira* (1976) e *Domíngão* (1976). Como descreve Kucinski, para os jornalistas que se orientaram para a “vertente existencial e antidoutrinária” de alternativos nos anos 70, Roberto Freire era uma das figuras centrais.

Os jornalistas de *Realidade* [...] tinham como guru, líder espiritual da equipe ainda na revista *Realidade*, Roberto Freire, que antes havia sido diretor responsável e membro do conselho de *Brasil Urgente*, o semário alternativo da esquerda católica, e que mantinha com a direção da AP uma relação “especial como médico e analista” [...] Em política suas concepções eram anarquistas, temperadas com um cristianismo herético. Formado em medicina, com especialidade em psicanálise, que depois abandonou pelo jornalismo, Roberto Freire havia sido levado à *Realidade* pelos Civita, para tentar “quebrar a equipe da revista”, que mantinha um grau de autonomia considerado intolerável pela empresa. Acabou se tornando uma das principais influências da equipe, fazendo-a ainda mais forte [...] Por influência de Roberto Freire, esses antigos militantes da AP proclamam-se heréticos, não apenas em relação à verdade revelada pelo cristianismo, mas a toda e qualquer verdade revelada “por quem quer que seja ou para o que quer que seja”, inclusive as ideologias de esquerda, com a exceção do anarquismo. Ao contrário das esquerdas da época, não acreditavam em revolução, numa lógica histórica, em mesmo



que “a vida tenha qualquer sentido” (Kucinski, 2003, p. 234).

Posteriormente, Roberto Freire confluíu seus interesses políticos e intelectuais enquanto psicanalista ao fundar um método de terapia ao qual denominou Somaterapia, considerada pelo próprio como sua “principal contribuição como teórico e libertário”<sup>120</sup>. A grande parcela dos livros de autoria de Freire publicados a partir dos anos 80 consistem em memórias e reflexões a respeito da modalidade terapêutica criada, incluindo-se um *best-seller* do público jovem *Sem tesão não há solução*. Em sua autobiografia, Freire assim a define:

Na Soma, buscamos a liberdade e o prazer de viver. Assim, é fundamental que tenhamos uma ideologia que nos impulse a isso. Ao adotar uma posição ideológica anarquista, estamos nos colocando no mundo de maneira a não aceitar nenhuma forma de autoritarismo de pessoas (pelo afeto, no acasalamento e na família) e de Estado (pela violência, por imposições econômicas e morais) [...] A Soma propõe uma revolução no cotidiano das pessoas. Uma vida sem submissão e autoritarismo. Não é uma terapia para adaptar o homem aos sistemas. Nosso conceito de saúde aponta para o desenvolvimento da criatividade que leve à construção de uma nova organização social mais livre e justa, em que o ato de viver não se limite apenas a sobreviver (Freire, 2002, p. 438-439).

O procedimento terapêutico desenvolvido por Roberto Freire tem como fundamento o combate aos efeitos da repressão, seja ela de caráter comportamental ou político, considerando que os indivíduos são reprimidos nos âmbitos sexual e político, pela família e pelo Estado, respectivamente. É possível concluir que Freire encontrou em uma linhagem psicanalítica *outsider* um meio para aplicar seus ideais políticos ensejando uma continuidade da militância sem que tivesse que abandonar sua profissão original, a medicina. Na autobiografia, *Eu é um outro*, de 2002, publicada 6 anos antes de seu falecimento em 2008, Roberto Freire dedicou todo o capítulo final à Somaterapia ratificando o que acreditava ser a causa mais significativa à qual se dedicou. No *site* oficial da

---

<sup>120</sup> *Site somaterapia.com.br*

Somaterapia, a biografia de Roberto Freire tem espaço privilegiado.



Figura 57 – *Biografia* – Fonte: Site Somaterapia

As trajetórias de Roberto Freire e Carmen da Silva sintonizam-se no que se refere ao posicionamento na militância. Enquanto Freire se assumia como um militante contra a repressão sexual e comportamental, Silva se entrincheirava cada vez mais no movimento feminista a partir da metade dos anos 70. Em 1975, ela fez o pronunciamento de abertura da Semana de Pesquisa Social Sobre o Papel da Mulher brasileira na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) evento considerado pela literatura especializada um marco do feminismo contemporâneo no Brasil. De acordo com dados do *site* dedicado a Carmen da Silva, a partir dessa data, a jornalista passou a militar assiduamente no movimento feminista e esteve presente em inúmeros eventos como as manifestações do 8 de março no Rio de Janeiro (Dia Internacional da Mulher) em 1983 e 1984, passeatas e redação de documentos. Em suas memórias consta que desde os anos 60 já circulou pelo país dando palestras sobre temas como o divórcio, aborto, emancipação econômica, entre outros. Nessas circunstâncias certamente tinha grande relevância o fato de ser colunista da revista *Claudia*, ainda que Carmen da Silva tivesse inserção na imprensa alternativa como ilustra a edição do jornal *Opinião* de 13 de agosto de 1973. A matéria realça outro lado da militância de Silva, ao divulgar o romance *Fuga em setembro* sobre ditadura peronista.



Figura 58 – *Opinião* – Fonte: Acervo Site Carmen da Silva.com.br

O seu prestígio como ativista feminista não se restringiu ao território nacional nem mesmo ao campo jornalístico e literário. Na edição “Brasileiras” da coleção *Des Femmes* publicado em 1977 coordenado por Maryvonne Lapouge e Clélia Pisa, Carmen da Silva aparece como uma das personalidades entrevistadas<sup>121</sup>. A partir de 1985, após o seu falecimento, recebeu homenagens póstumas prestadas por membros da política institucional mesmo sem ter exercido um cargo

<sup>121</sup> Site [carmendasilva.com.br](http://carmendasilva.com.br)

público. Em abril de 1985 a deputada estadual Lucia Arruda aprovou “Moção de pesar” pela morte da escritora; no mesmo ano, Carmen da Silva tornou-se nome de uma escola em São Paulo no bairro de Perus na gestão do ex-prefeito Mario Covas; em 1986 a mesma deputada, Lucia Arruda, a homenageou com o título post-mortem Cidadã Benemerita do Rio de Janeiro; e em 1988 foi instalado, por solicitação do CEDIM (Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres) o “Centro Carmen da Silva de Informação e Pesquisa Sobre a Mulher” na Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro<sup>122</sup>. Cumpre acrescentar que o nome de Carmen da Silva conquistou representatividade junto ao movimento feminista dos anos 70 e recentemente, a partir dos anos 2000, foi resgatado pelos movimentos sociais feministas. No Brasil, em 2000, Carmen da Silva, tornou-se verbete do *Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*<sup>123</sup>, organizado por Maria Aparecida (Schuma) Schumacher e Érico Vital Brasil publicado pela Jorge Zahar e desenvolvido juntamente como o “Projeto Mulher 500 anos atrás dos panos” cuja proposta é “resgatar e divulgar a participação de mulheres na formação e no desenvolvimento do Brasil” (Schmaher, Zahar, 2000). Como se depreende dos registros encontrados no *site* do movimento social referido<sup>124</sup> e na produção científica na área de estudos do gênero, Carmen da Silva foi eleita como uma das vozes do movimento feminista na grande imprensa na segunda metade do século XX como se nota no seguinte fragmento da revista *Atualidade* ainda em 1970.

---

<sup>122</sup> *Site* [carmendasilva.com.br](http://carmendasilva.com.br)

<sup>123</sup> <http://www.zahar.com.br/livro/dicionario-mulheres-do-brasil>

<sup>124</sup> <http://www.mulher500.org.br/quem%2Dsomos/>



Figura 59 – *Atualidade* – Fonte: Acervo Site Carmen da Silva.com.br

Não obstante, é preciso considerar que talvez não fosse o feminismo a propensão inicial de engajamento antes de se consolidar como colunista e escritora da causa em específico. Passagens da biografia demonstram, por exemplo: o tema de seu primeiro livro foi ditadura peronista, um tema político; o retorno ao Brasil foi justificado pela expectativa de participar politicamente (a jornalista, inclusive, fez questão que registrar sua atuação no movimento para as eleições *Diretas* nos anos 80); o fato de ter se tornado uma militante feminista tardiamente, por volta dos seus 50 anos. Os seus registros memorialísticos levam a crer que o despertar para o feminismo cresceu gradativamente à medida em que entrava em que contato com as questões suscitadas pelas leitoras de sua coluna na revista *Claudia*. Por exemplo, quando Silva registra sua opção de engajamento, deixa entrever que outras “causas” que ficaram em detrimento de sua escolha:

Escolhi o feminismo como forma específica de luta porque é o terreno onde piso com mais segurança, maior conhecimento de causa: branca, alfabetizada, originária da burguesia – no tempo em que isso ainda existia no Brasil –, a opressão sexista é a que mais intensa e diretamente senti na

própria carne. Meus calos mais vulneráveis eram os de mulher. Mas não seja por isso: se me solicitarem outras empresas em que me possa desempenhar mais ou menos, estamos aí. Modestamente (Silva, 1985, p. 189).

José Louzeiro, diferentemente de Roberto Freire e Carmen da Silva, não foi um militante tradicional. Isto é, não pertenceu a partido, organização política e tampouco integrou algum movimento social pautado por alguma reivindicação definida. No entanto, foi por meio do romance-reportagem que Louzeiro se projetou nos meios de comunicação como um escritor crítico e devotado às causas sociais. De acordo com Cosson, as recepções do jornalismo e da crítica literária – a partir de 1976, quando *Lúcio Flávio* foi lançado – interpretaram os romances-reportagens de Louzeiro como uma forma de denúncia social em um tempo em que a censura imperava nos jornais tornando o livro um meio possível de divulgação das verdades censuradas na imprensa diária, ainda que o gênero romance-reportagem fosse considerado falho na pretensão de criticar o regime ditatorial (Cosson, 2007, p. 58). A explicação para a criação do romance-reportagem embasada na fuga da censura e na denúncia social foi endossada por José Louzeiro em várias entrevistas.

## A ARTE IMITA A VIDA

Entrevista de João Antonio e José Louzeiro a Aginaldo Silva

**H**á entre *Malhação do Judas Carioca*, de João Antônio, e *Lúcio Flávio*, o *Passageiro da Agonia*, de José Louzeiro, semelhanças apenas na proposta inicial dos dois autores, que praticam, aqui, “uma literatura direta, comprometida com a realidade, desentranhada do fato social”. Louzeiro escolheu, para este seu trabalho, contar a vida e a morte de um dos personagens mais polêmicos da crônica política carioca, no atribuído período que vai de 1968 a 1974: Lúcio Flávio Vilar Lirio.

Louzeiro fez um romance – ou, como preferem os editores, um “romance-reportagem”: um alentado relato das aventuras de Lúcio Flávio, de como ele assumiu, aos trancos, uma posição única no baixo mundo carioca, e de como teceu, fio a fio, a teia que o levaria à sua muito discutível redenção final – a morte.

João Antônio, ao contrário de Louzeiro, está menos preocupado com o documento, neste *Malhação do Judas Carioca*. João Antônio toma o documentário apenas como ponto

**Lúcio Flávio — O Passageiro da Agonia**, José Louzeiro, Editora Civilização Brasileira, 199 páginas, Cr\$ 30,00.

**Malhação do Judas Carioca**, João Antônio, Editora Civilização Brasileira, 146 páginas, Cr\$ 30,00.

momento em que a realidade passou a suplantar a ficção, os livros que tratam dessa realidade vêm despertando interesse. Desde que se esteja disposto a abdicar um pouco das vaidades, aproximando-nos do cha-

é um livro válido, e que na sua obra ele está no mesmo nível de outros, de ficção?

**JL** – Não somente o considero válido como julgo também o meu trabalho mais complexo. Anteriormente, fiz uma novela intitulada *Acusado de Homicídio*, onde um repórter de polícia se transforma em criminoso. Esse livro seria o embrião para o de agora. Quem fizer uma leitura cuidadosa de *Lúcio Flávio* ... verá que ficção e realidade estão no mesmo nível. E mais uma vez, como na novela publicada em 1960, procuro retratar os tipos popula-

jogar *Malhação do Judas Carioca* é esta. Se acertar, boa fortuna! Se errar, dia de má sorte! Jogo jogado.

**M** – Dentro dos seus projetos literários há outras obras nesse tom?

**JL** – Meu “tom” daqui para a frente, será sempre o que melhor reflita a compreensão popular. Não vejo sentido nas formas rebuscadas e muito menos nos hermetismos. Literatura hermética é trabalho de quem não tem nada a dizer ou teme o que sabe, o que é pior. Os acontecimentos estão se sucedendo, a vida está cada vez mais tumultuada. Se o autor procura entender o mundo em que vive, é lógico que se torna um cara participante, atuante. Se silêncio encolhe as patas, marginaliza-se, e nem por isso o mundo deixará de girar. Não pretendo estabelecer normas de comportamento a quem quer que seja, nem estou aceitando sugestões neste sentido. Quem acha que é negócio é fazer romance para romancistas e poemas para poetas, por que discutir?

**JA** – Até o meio deste ano a

João Antonio: “O mundo do homem da rua é extraordinariamente rico. Basta abdicar da vaidade e se aproximar dele.”

João Antonio: “Literatura é como na simca – não importa embocar uma bola de pequeno ou grande valor, conta mais jogar-la na hora certa.”

JA – Até o meio deste ano a

Figura 60 – Jornal *Movimento* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Na entrevista acima, publicada em fevereiro de 1976 no jornal alternativo *Movimento*, João Antônio e José Louzeiro falam a respeito de suas literaturas “comprometidas com a realidade”. Ambos buscaram retratar o submundo e a marginalidade. As imbricações entre ficção e realidade, jornalismo e literatura, estão manifestas no título da matéria “A arte imita a vida”, o reverso do ditado popular, aponta para valorização dos escritores que buscam na realidade bruta a inspiração para suas obras, algo valoroso no cenário cultural da época. Em entrevista concedida a Durães, Louzeiro confirmou que a censura sofrida nos jornais nos quais trabalhou foi o que o compeliu para a divulgação de sua produção no formato livro:

[...] como a época era de ditadura, decidi encerrar a carreira de repórter e passar a escrever livros, a fim de livrar-me da censura. As dúvidas eram muitas mas estava certo de um coisa: Não seguiria produzindo reportagens para os censores jogaram no lixo (Louzeiro apud Durães, 2012, p. 39).

José Louzeiro não extrapolou as fronteiras do jornalismo, da literatura e do cinema para atuar politicamente, uma vez que esses meios foram as suas trincheiras de combate. Foi através do romance-reportagem e do cinema que Louzeiro denunciou abusos, desigualdades, violências, como o próprio jornalista explicita em seus depoimentos. Por outro lado, é perceptível que talvez José Louzeiro tenha tido a mesma liberdade de engajamento político de Roberto Freire e Carmen da Silva, uma vez que não possuía a mesma autonomia de seus pares com relação ao mercado literário. Além disso, o seu ponto de partida foi o jornalismo policial, tradicionalmente desprestigiado no meio jornalístico, considerado uma editoria menor e reduto de jornalistas de baixa instrução como classifica o próprio Louzeiro em entrevista para o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo (Louzeiro apud Briso, 2008). Em geral, as repercussões de seus trabalhos na imprensa não deixaram de contemplar a origem familiar humilde do jornalista associando-a ao sucesso das abordagens realizadas a respeito de assuntos como miséria e violência. Pode se acrescentar ainda que quanto à crítica feita sobre José Louzeiro, a interpretação do êxito de suas obras é atribuído à vasta experiência jornalística e ao forte desejo de crítica social (Cosson, 2007, p. 45). Com isso é possível deduzir que o jornalismo e a literatura aparecem como ferramentas de sua militância nos registros biográficos investigados. No que se refere a Louzeiro, ofício e profissão são o cerne do engajamento. Por exemplo, em 1968, junto a outros escritores capitaneou a constituição do Sindicato dos Escritores,

entidade autônoma com sede no Rio de Janeiro<sup>125</sup>. Com isso pode-se conjecturar que enquanto a profissionalização aparece como motivação para militância, o romance-reportagem é mostrado como instrumento legitimador do engajamento.

Por fim, faz-se necessário abordar a produção científica a respeito dos jornalistas escritores analisados, o que enseja algumas reflexões importantes. Verificou-se que enquanto os aspectos políticos da produção de Roberto Freire<sup>126</sup> são o foco de análise de pesquisas que tratam da revista *Realidade* e imprensa alternativa, no caso de José Louzeiro<sup>127</sup> são o jornalismo e o romance reportagem enfatizados. Ambos estão vinculados a trabalhos acadêmicos sobre o gênero reportagem e o Jornalismo Literário. Por sua vez, a produção científica que versa sobre a

---

<sup>125</sup> <http://www.louzeiro.com.br/>

<sup>126</sup> *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (livro técnico, 1986); *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa*. Bernardo Kucinski (tese de doutorado, ECA-USP, 1991); *Realidade em revista: a revista Realidade, a memória dos jornalistas de uma publicação revolucionária (1966-1968)*. Adalberto Leister Filho (trabalho de iniciação científica, FFCH-USP, 1997); *Entre o sonho e a realidade: pioneirismo, ascensão e decadência da revista Realidade (1966-1976)*. Adalberto Leister Filho (dissertação de mestrado, FFCH-USP, 2003); *Realidade (Re) vista: o papel do intelectual na concepção de um projeto revolucionário*. Vaniucha de Moraes (dissertação de mestrado, PosJor-UFSC, 2010).

<sup>127</sup> *Fronteiras Contaminadas – literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970*. Rildo Cosson (2007); *Diálogos entre literatura e jornalismo: o romance-reportagem Aracelli, meu amor de José Louzeiro e Crônica de uma morte anunciada de Gabriel Garcia Marquez*. Aline Ferreira Durães (Dissertação de Mestrado em Literatura – Universidade Estadual da Paraíba, 2012); *Dois olhares: o romance reportagem e a apropriação da verdade factual em Sinas de Vida no Planeta Minas de Fernando Gabeira, e os Amores da Pantera de José Louzeiro*. Felipe Augusto Caetano Matos (Dissertação de Mestrado em Literatura FFLCH-USP, 2014).



trajetória profissional de Carmem da Silva<sup>128</sup> advém de pesquisas centradas nos estudos de gênero. A relevância da jornalista e escritora no âmbito dos trabalhos de linhas de pesquisa que abordam teorias de gênero pode ser mensurada pela quantidade de teses e dissertações que a elegeram como objeto de estudo. O próprio *site*<sup>129</sup> sobre Carmem da Silva – onde se encontram documentos de seu acervo digitalizado, dados biográficos e bibliográficos – é o resultado de um projeto de pesquisa intitulado “Carmem da Silva, uma rio-grandina precursora do feminismo brasileiro” desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Letras da FURG (Universidade Federal do Rio Grande) por iniciativa da docente e pesquisadora Nubia Hanciau. O número de trabalhos encontrados sobre a autora é significativamente maior que o conjunto reunido de pesquisas sobre Roberto Freire e José Louzeiro. Assim, pode-se concluir que as diferenças averiguadas estão associadas diretamente às especificidades de suas origens e trajetórias sociais.

---

<sup>128</sup> *Carmem da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Ana Rita Fonteles Duarte (dissertação de mestrado publicada em livro em 2005); *Carmem da Silva, caderno nº 1. Rastros, memórias, histórias: recortes e recordações de uma vida*. Alexandre Pinto da Silva (dissertação de mestrado em Letras-FURG, 2015); *Carmem da Silva, leitora de Simone de Beauvoir*. Marina Cardoso Reguffe (dissertação de mestrado em Letras-FURG, 2014); *Carmem da Silva, nos caminhos do autobiografismo de uma "mulheróloga"*. Kelley Baptista Duarte (dissertação de mestrado em Letras-FURG, 2005); *Uma leitura da ficção e da história na escrita de Setiembre*, de Carmem da Silva. Maria Helena Rodrigues Fuão (dissertação de mestrado em Letras-FURG, 2004); *A difusão da psicanálise na família: um estudo de seus efeitos sobre a mulher*. Tânia Coelho dos Santos (dissertação de mestrado em Psicologia PUC-RJ, 1982); *Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960*. Natalia Mendéz (tese de doutorado UFRGS, 2008); *Cotidiano e Política em Carmem da Silva e David Nasser (1963-1973)*. Letícia Nunes de Moraes (tese de doutorado em História FFLCH-USP, 2007); *A difusão da psicanálise na família: um estudo de seus efeitos sobre a mulher*. Tânia Coelho dos Santos (dissertação de mestrado em Psicologia PUC-RJ, 1982); *Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960*. Natalia Mendéz (tese de doutorado UFRGS, 2008).

<sup>129</sup> <http://carmendasilva.com.br>

## Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. 185 p. Série História e Memória do Jornalismo.

*Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira* é o resultado da dissertação de mestrado defendida em 2002 por Ana Rita Fonteles Duarte no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará. A obra apresenta consistente reflexão a respeito da memória de Carmen da Silva e seus escritos na revista *Claudia* ao longo de vinte e dois anos. Formada em jornalismo e mestre em História, Ana Rita Fonteles Duarte apresenta alentado, fluente e atraente estudo a respeito da escritora rio-grandina, dividindo-o em três capítulos, que tratam, respectivamente, da formação da revista *Claudia* e da construção da figura da mulher no Brasil durante os anos 1960 e 1970, da história de Carmen da Silva e sua formação enquanto feminista, e das fases da "personagem-autora" na seção *A Arte de Ser Mulher*. Uma pesquisa minuciosa, trabalho incontornável para aqueles que desejam pesquisar sobre a vida e a produção dessa mulher que "desmontou estereótipos, conquistou espaços, exigiu seus direitos e se fez respeitar".



Capa de *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*

Figura 61 – Livro sobre Carmen da Silva – Fonte: Acervo *Site* Carmen da Silva.com.br

### 3.7. Escritores de Vanguarda

Essa seção se debruça sobre a trajetória de profissionais que surgiram no cenário cultural nos anos 60 e 70 e apresentaram propostas que mesclaram literatura, jornalismo e militância. Para dois dos casos apresentados – João Antônio e Renato Tapajós –, o jornalismo representou apenas um caminho paralelo às áreas de atuação preponderantes nas trajetórias profissionais, a literatura e o cinema, respectivamente.

Tais carreiras apresentam qualidades pertinentes para se compreender a fração vanguardista do mercado profissional jornalístico durante o período em estudo. O primeira delas se refere à restrita recepção

das obras. O público-alvo das obras realizadas era predominantemente formado por seus pares, isto é, escritores, artistas, intelectuais e jornalistas e por aspirantes a essas posições no mercado de bens culturais. Outro traço característico tem a ver com duas das instâncias de legitimação e consagração no mercado profissional jornalístico: a política e a universidade. Os três profissionais citados são lembrados por sua participação intensa na imprensa alternativa dos anos 70. Tratam-se de nomes notórios no registro historiográfico dessa linhagem de imprensa política brasileira. Em virtude da participação deles nos jornais alternativos, tornaram-se temas e fontes para a pesquisa acadêmica nos anos 90 e 2000.

Cumpre salientar algumas características da trajetória de um dos profissionais elencados a fim de estabelecer um contraponto com os demais. Trata-se de Renato Tapajós, escritor e documentarista que obteve reconhecimento substancial em dois dos âmbitos de projeção onde tradicionalmente os jornalistas ascendem a posições de notoriedade: a política e a universidade. Tapajós tornou-se um militante por influência familiar, ingressou no jornalismo na juventude quando ainda morava em sua cidade natal, migrou para São Paulo nos anos 60 onde se destacou na produção cultural militante contra a ditadura militar. O escritor e documentarista Renato Tapajós, em entrevista concedida para a presente pesquisa relatou que a cultura erudita era um elemento presente em sua família. A avó materna, filha de um coronel da guarda nacional, fora instruída na Suíça. Na infância, na casa de Tapajós, havia uma biblioteca com cerca de vinte mil livros herdados dos avós e com os quais começou sua formação como leitor. O pai e a tia eram médicos e membros do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o influenciaram na orientação política. Ele próprio foi vinculado ao partido, porém se desligou em 1966, desencantado pela descoberta dos crimes cometidos por Stalin na então União Soviética. Após o ocorrido Tapajós viveu um processo de radicalização que o dirigiu à dissidência daquele partido, denominada Ala Vermelha. O cineasta confessa que a breve experiência no jornalismo se originou da vontade de ser romancista e poeta. O jornalismo era o caminho mais próximo e como acrescenta, “já tinha certa intimidade com a profissão porque, através da militância política de meu pai, conhecia, em Belém, muitos jornalistas e, mesmo, gráficos que eram do PCB” (entrevista à autora)<sup>130</sup>. Assim sendo, trabalhou como crítico de cinema

---

<sup>130</sup> Entrevista concedida por TAPAJÓS, Renato. Entrevistadora Vaniucha de Moraes [jul 2015]. A entrevista na íntegra encontra-se no Anexo D desta tese.

no jornal *O Liberal* quando ainda morava em Belém, no Pará. Após se radicar na capital paulista, enquanto estudante de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, colaborou para o *Amanhã* jornal alternativo da União Nacional dos Estudantes dirigido por Raimundo Pereira, jornalista responsável por parcela considerável dos jornais alternativos. Tapajós realizou alguns documentários para o movimento estudantil – *Universidade em crise* (1966), *Um por cento* (1967), *Vila da Barca* (1968) – antes de “cair” na clandestinidade e ser preso pela ditadura militar em 1969 por participação na guerrilha urbana. Na prisão escreveu *Em câmara lenta*, livro considerado a primeira obra memorialística de um militante político a abordar a repressão e a tortura no Brasil, lançado em 1974 pela Editora Alfa-Ômega. *Em câmara lenta* também é lembrado porque sua publicação foi seguida pela censura da obra – acusada de “violiar a Lei de Segurança Nacional e fazer apologia à subversão” – e pela prisão de seu autor em 1977, quando esse saía do trabalho no estacionamento da Editora Abril. A prisão de Tapajós e a censura de *Em câmara lenta* tiveram uma enorme repercussão na imprensa como exemplifica o seguinte fragmento da edição do jornal *Folha de S.Paulo* de julho de 1977 .

## *Livro publicado provoca prisão de escritor*

O jornalista, cineasta e escritor Renato Carvalho Tapajós foi preso na noite de quarta-feira devido à publicação de seu livro "Em Câmara Lenta", que até ontem não fora apreendido.

Renato Tapajós foi preso por investigadores do DEOPS no pátio de estacionamento de Editora Abril, onde trabalha. Enquanto alguns agentes policiais levavam seu carro, outros o conduziram algemado à sua casa, que foi revistada durante cerca de três horas, segundo informou sua mulher, a quem os investigadores disseram que ele ficaria preso de oito a dez dias.

Logo depois da prisão a família do jornalista procurou a direção da Editora Alfa-Omega — que publicou "Em Câmara Lenta" — a qual encarregou seu advogado, Aldo Lins e Silva, de acompanhar o caso.

O editor Fernando Mangariele, até a noite de ontem, não foi procurado por qualquer autoridade policial. Ele se diz "estarecido" com o acontecimento, acrescentando ser este "o primeiro caso que conhece de um escritor ser preso por causa de um livro que escreveu".

Figura 62 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

Em um contexto de início da abertura política, causou enorme mobilização da sociedade a prisão de um escritor pelo conteúdo de sua obra, um fato único ocorrido durante o período da ditadura militar, segundo Reimão. A partir daquele momento, todos os dias os jornais da grande imprensa e jornais da imprensa alternativa repercutiram o caso (Reimão, 2009), como pode ser verificado na edição de agosto de 1977 do *Jornal do Brasil* abaixo. No transcorrer do processo – que somente terminou em 1979 com a absolvição de Tapajós e a liberação do livro – intelectuais, artistas e jornalistas se uniram em torno da causa de Renato Tapajós. Entre os notáveis, o sociólogo e crítico literário Antônio Cândido participou do julgamento emitindo um parecer técnico no qual constatou a legitimidade da obra literária contrapondo-se à acusação de apologia à subversão.



Figura 63 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Evidentemente, a repercussão da celeuma em torno do livro *Em câmara lenta* trouxe publicidade à obra e também à figura de Renato Tapajós mas não o suficiente para torná-lo um artista e intelectual contemplado pela grande imprensa. Nas décadas seguintes, Tapajós trabalhou por um curto período como jornalista do programa Globo Repórter e foi roteirista e diretor de vídeos publicitários até ter condições para se dedicar exclusivamente ao cinema. O engajamento é uma constante na produção cinematográfica de Tapajós desde *Linha de Montagem* (1982) – um dos primeiros documentários a retratar o surgimento do PT (Partido dos Trabalhadores) na ocasião das greves dos metalúrgicos do ABC no início dos anos 80 – até *A batalha da Rua Antônia* (2013), documentário em que reviveu episódios do movimento estudantil em São Paulo. Na literatura, após a publicação do seu primeiro livro, *Em câmara lenta*, Tapajós demorou pouco mais de quinze anos para publicar outras obras, porém essas seriam destinadas ao público infantojuvenil: *Carapintada* (1994), *A infância acabou* (1996) e *Queda Livre* (1998). Atualmente reside em Campinas, interior de São Paulo,

onde consolidou uma carreira como cineasta reconhecido por documentários que versam sobre questões sociais e políticas.

O exame apurado de produções culturais a respeito de jornalismo, literatura e militância lançados entre os anos de 1970 e 2010 coligidas para realização da pesquisa, atestam o reconhecimento de Renato Tapajós no âmbito da produção cultural engajada. É citado no *site* do projeto Memórias da Ditadura na seção “Biografias da Resistência”<sup>131</sup>, bem como, em parcela significativa da produção acadêmica sobre literatura e militância política nos anos 60.

Na seara da produção acadêmica são diversos os trabalhos desenvolvidos entre artigos, dissertações e teses que elegeram a trajetória profissional de Tapajós<sup>132</sup> como objeto de estudo e suas obras como fontes de pesquisa. Do conjunto dessas pesquisas sobressaem características importantes para análise do percurso de Tapajós. É lembrado sobretudo como autor do livro de memórias militantes, *Em câmara lenta*, e como documentarista ativista. Pode-se inferir que os marcadores de legitimidade em questão se situam predominantemente no âmbito da política.

Contudo, entre os dois profissionais em análise, João Antônio é o caso mais emblemático do escritor jornalista de vanguarda. Além de apresentar em seu percurso profissional as características de um *outsider* por excelência, ele igualmente logrou consagração nos quatro âmbitos de atuação (jornalismo, literatura, política, universidade). O registro de sua trajetória nas instâncias consagradoras e legitimadoras o tornam um caso exemplar da elite jornalística do período. Assim, em razão das características inerentes à origem e trajetória social de João Antônio, o exame detalhado de sua produção biográfica e memorialística faz-se de suma importância a fim de compreender a vertente de atuação representada pelos escritores jornalistas de vanguarda.

---

<sup>131</sup> [Memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia](http://Memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia).

<sup>132</sup> *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar* (Tese para obtenção de título de livre docente em Comunicação e Cultura/USP, 2011), Sandra Reimão; *Como um corte de navalha: resistência e melancolia em Câmara Lenta, de Renato Tapajós* (Dissertação em Letras/ USP, 2011), Carlos Augusto Carneiro Costa; *A luta operário no cinema militante de Renato Tapajós* (Dissertação em Meios e Processos Audiovisuais/USP,2011), Krishna Gomes Tavares; *Em Câmara Lenta, de Renato Tapajós: a história do livro, experiência histórica da repressão e narrativa literária* (Dissertação em História/USP, 2008), Eloísa Aragão Maués.

### 3.8. A construção do escritor João Antônio

João Antônio Ferreira Filho, nasceu em Osasco região da Grande São Paulo, no bairro Presidente Altino em 27 de janeiro do ano de 1937, filho de João Antônio Ferreira, um emigrante português, e Irene Gomes Ferreira, uma carioca que partiu com a família do Rio de Janeiro e se instalou na capital paulista em busca de melhores oportunidades. Sobre a mãe, a biografia do escritor conta que era neta de escravos africanos e de portugueses emigrados da Ilha da Madeira (Severiano, 2005, p.131) e também que era semianalfabeta, fato que impulsionou a dedicação à educação dos filhos. Em contraste à origem social da mãe, consta que o pai foi alfabetizado na França pois a família originária da região de Trás-os-Montes, Portugal, mudou para o país vizinho a fim de encontrar melhores condições de trabalho. Assim sendo, João Antônio pai recebeu até os 10 anos de idade uma boa educação em escolas públicas francesas e chegou ao Brasil em 1923 tendo como língua materna o francês. Porém, no Brasil, em função das dificuldades econômicas e de adaptação ao sistema escolar local, aos 12 anos o pai do futuro escritor João Antônio começou a trabalhar e, desse modo, aprendeu a ler e escrever em português autodidaticamente. Ao longo da vida, foi garçom e funcionário da contabilidade de um frigorífico até tornar-se dono de um armazém.

Porém, o pai de João Antônio também cultivava hábitos artísticos. Além de leitor autodidata, aprendeu a tocar sozinho violão e bandolim. O gosto por música popular brasileira fez com que se aproximasse a grupos de Choro que se reuniam e se apresentavam em várias cidades vizinhas. Nessas viagens quem o acompanhava era seu filho primogênito João Antônio a despeito da contrariedade da mãe. Foi a partir dessas primeiras incursões pela vida noturna que o futuro escritor desenvolveria o gosto pela boêmia e por ambientes nos quais circulam jogadores de sinuca, malandros, viradores e prostitutas, figuras que em seus contos ganhariam dimensão existencial e poética. Na carreira literária de João Antônio, a postura quase intransigente ao lado dos indivíduos marginalizados e oprimidos consistiu no ponto forte e também no seu “calcanhar de Aquiles”, como veremos adiante. Foi essa posição que o fez despontar precocemente como contista no cenário literário aos 26 anos com a obra *Malagueta, Perus e Bacanaço* e o guindou para um dos mais almejados cargos do jornalismo brasileiro nos anos 60.

Pode-se dizer que na formação artística de João Antônio, a música antecedeu a literatura. Começou a aprender a tocar bandolim de forma autodidata ao acompanhar o pai nas reuniões do grupo de Choro.



Entretanto, sob a rigorosa vigilância da mãe que não gostava de ver o filho inserido em círculos boêmios, o menino foi progressivamente abandonando a música e migrando para uma forma de expressão artística que não a desapontasse (Lacerda, 2006) e que estivesse mais alinhada com as expectativas da família.

O autodidatismo em relação ao aprendizado musical havia sido herdado do pai, bem como o interesse por livros. Tudo leva a crer que João Antônio tinha um capital cultural incorporado no seio familiar por influência paterna e esse foi um fator determinante na constituição do gosto pela literatura e por seu autodidatismo (Bourdieu, 1998). Da leitura de jornais, revistas e histórias em quadrinhos evoluiu para a leitura de autores brasileiros e, em seguida, para os grandes clássicos da literatura universal. O exercício da escrita foi simultâneo à publicação de textos de sua autoria em um jornal infantojuvenil intitulado *O Crisol*, aos 13 anos. Nesse jornal os jovens autores eram pagos com livros, fator que estimulou a produção no jovem escritor. Nesse período as leituras que mais lhe marcaram foram Monteiro Lobato, Viriato Correia, Jerônimo Coelho, André Gide, o poema *Canção do Expedicionário*, de Guilherme de Almeida, e o clássico *A Vida do Escravo Tartamudo Esopo* (Lacerda, 2006).

Na escola, eram as disciplinas da área de humanas como história, português e literatura que mais lhe chamavam a atenção. No entanto, o interesse pela leitura de certa forma contrastava com o possível desinteresse pela escola, já que em determinado momento a mãe precisou contratar professores particulares para auxiliá-lo no aprendizado e também afastá-lo das “más influências” da periferia de São Paulo (Severiano, 2005, p. 129). A possibilidade de contratar um professor particular evidencia as condições sociais e econômicas em que estava a família de João Antônio no período de sua formação escolar. Ao que tudo indica não eram ruins. O pai tinha um pequeno mercado de secos e molhados e posteriormente fazia sociedade em uma pedreira, o que garantiu uma situação econômica razoável à família durante a adolescência de João Antônio. Porém, o que realmente se nota nesse caso é o interesse de João Antônio pela arte e conhecimento que se aprende fora da escola, extraclasse: o livro da biblioteca caseira, o bandolim, a música tocada pelo pai nas rodas de Choro.

Enquanto João Antônio crescia, crescia com ele a vontade de se tornar escritor por isso passava grande parte de seu tempo lendo. Em um número da revista *O Cruzeiro* leu um perfil de Graciliano Ramos em primeira pessoa, o que lhe impressionou. Daí em diante, pôs-se a ler os

livros do autor, *Caetés*, *São Bernardo*, entre outros. Depois, partiu para literatura realista com Émile Zola e Máximo Gorki. Em relatos biográficos o autor associa o universo dos romances realistas à realidade da boêmia e da zona do meretrício que começava a atrair seu olhar na juventude. Conta que também apreciava os modernistas brasileiros Mário e Oswald de Andrade. Posteriormente, viria a conhecer a obra de Guimarães Rosa e especialmente a de Lima Barreto, autor cuja influência foi decisiva em sua literatura (Lacerda, 2006).

Assim sendo, a inclinação para a escrita fez com que João Antônio começasse a ensaiar os primeiros atos em direção à profissionalização e estes seriam a participação em concursos e a publicação de textos literários em pequenos periódicos. Pode-se inferir, com isso, que João Antônio ingressou no meio literário com o suporte do jornalismo que ofertava espaço a tal tipo de publicação e, também, que em seu ponto de partida ele ocupava a posição mais baixa na hierarquia dos escritores.

Porém, no início dos anos 50, a falência dos negócios do pai repercutiu em todos os membros da família, inclusive em João Antônio. Mudaram-se para uma casa menor e ao pai restou um bar para garantir o sustento. A partir de então, ele começou a trabalhar durante o dia e a estudar à noite e se isolou da família tanto nos livros como na zona do meretrício e nas rodas de jogadores de sinuca. Em seus relatos o período é recordado com nostalgia, pois foi dessas vivências que retirou inspiração para sua literatura.

Após concluir o curso normal, João Antônio ingressou no curso de jornalismo da Cásper Líbero e o concluiu algum tempo depois do hiato para servir o exército. João Antônio não era ingênuo, certamente, pois a opção pelo curso de jornalismo veio do conhecimento intuitivo a respeito da tradicional forma de profissionalização do escritor no Brasil via imprensa (Miceli, 2001). Já havia começado a investir na publicação de textos em jornais e com isso conseguia alguma remuneração. O curso de jornalismo lhe garantiu uma vaga em uma agência de publicidade, em um trabalho melhor e com certeza mais afinado com suas habilidades se comparado aos demais empregos que havia tido. Havia ainda a oportunidade de institucionalizar um capital cultural por intermédio do título de bacharel (Bourdieu, 1998).

Enquanto isso, uma grande transformação na Indústria Cultural brasileira acontecia. A partir dos anos 50 jornais e revistas passaram por reformas gráficas e editoriais, a televisão fez sua entrada na vida nacional e o ofício de jornalista se tornou menos amador. Além disso, houve a implantação de um *modus operandi* de fazer jornal com o estabelecimento

de uma linguagem específica, diagramação moderna e manuais de redação. A partir do ano de 1969, por força de decreto federal a profissão de jornalista tornou-se exclusividade dos portadores do diploma. Tais transformações tiveram repercussão ao longo da carreira de João Antônio. Entretanto, muitas estratégias de profissionalização nos ofícios intelectuais estavam intactas no momento que neles ingressou.

Intuitivamente ou de forma pragmática o aspirante a escritor lançou mão de uma série de estratégias para se profissionalizar no meio intelectual. O envio de contos e poemas para publicação em jornais e revistas não era algo novo para João Antônio uma vez que tinha debutado “precocemente” no jornal *O Crisol*. A novidade agora era a publicação remunerada e o significado disso para sua profissionalização. O primeiro conto, intitulado *Um preso* foi publicado em 1954 após vencer um concurso do jornal *O Tempo*. Em seguida, vários outros foram publicados: em 1957, o conto intitulado *Busca* saiu nas páginas da *Revista do Globo*; em 1958 o conto *Índios* vence concurso e sai nas páginas da revista *A Cigarra*; em 1958, venceu os concursos dos *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*. Assim, João Antônio tornou-se uma figura frequente nos concursos literários, grande parte deles promovidos por jornais e revistas, nos quais o conto era o gênero literário escolhido para avaliar os concorrentes. É possível conjecturar que as sucessivas premiações de seus contos o tenham direcionado na eleição desse gênero em especial, uma vez que a parte mais robusta e reconhecida de sua produção literária consiste em coletâneas de contos. Pode-se supor assim que a socialização experimentada no mercado literário tenha constituído um *habitus*, uma disposição internalizada que justificou a opção pelo conto (Bourdieu, 2009).

Outro expediente empregado pelo aspirante a escritor era o contato com escritores, editores e críticos literários pela via postal. Nas cartas aos destinatários se apresentava como escritor e nelas enviava seus textos. Era um assíduo missivista e teceu uma extensa rede de contatos que incluía nomes de peso na produção cultural como: a escritora e futura diretora do Departamento de Cinema e Educação da Cinemateca Brasileira Ilka Brunhilde Laurito, o intelectual Sérgio Milliet, o tradutor e ensaísta Paulo Ronái, o escritor e crítico Mário da Silva Brito, o escritor e jornalista Ricardo Ramos filho de Graciliano Ramos, entre outros. Nas cartas buscava diálogo com seus pares, divulgava seus escritos e reiterava sua condição de escritor em fase de conquista de reconhecimento como se pode perceber no seguinte trecho da primeira carta enviada à Ilka Brunhilde Laurito em 1º de setembro de 1959:

Esta carta vem do último subúrbio. Do morro de Presidente Altino, talvez seu desconhecido [...] Também acontece que sou moço e faço alguma literatura. Se é literatura eu mesmo não sei. O fato é que tenho logrado ganhar alguns prêmios e tenho escrito uns troços que alguns escritores de meu convívio, dizem prestar. Outra coisa na qual não faço muita fé: tenho topado bons sujeitos neste São Paulo que me têm dado a mão e às vezes se exageram na medida dos meus valores [...] Escrevo contos. Ganhei alguns concursos. Em A Cigarra, na Revista Globo e também um concurso de contos de natal patrocinado pela Última Hora e pela Editora Cultrix, talvez de seu conhecimento. Isto foi no ano passado [...] Hoje em dia, dirijo-me pouco, pouco aos concursos, ando publicando contos no Estado de S. Paulo, na Última Hora, quando posso. Agora ando tentando enfiar um trabalho, conto um tanto mais longo, na revista Anhembi: tenho uns quantos amigos literatos e eles me ajudam um bocado. Costumo assinar João Antônio nos meus contos. Foi o Mário da Silva Brito e o Ricardo Ramos quem me puseram na cabeça: meu nome é muito comprido e não haveria cristão que o retesse e guardasse. Bem, fiquei sendo João Antônio [...] <sup>133</sup>

O diálogo epistolar com os escritores e intelectuais estava permeado por um sentimento de comunhão e pertencimento a um grupo. Por meio das cartas João Antônio divulgou sua arte e tornou-se reconhecido constituindo relações duradouras com escritores contemporâneos e um relevante montante de capital social (Bourdieu, 1998). Nas cartas ele compartilhava reflexões sobre a vida, a arte, a política e especialmente sobre as dificuldades no mercado editorial, bem como, internalizava gradualmente o *habitus* do meio profissional.

Impressionava os destinatários com contos sobre a metrópole paulista, seus subúrbios, sua gente sofrida e marginalizada. A muitos críticos literários soou como um Antônio de Alcântara Machado repaginado (autor de *Brás*, *Bexiga* e *Barra Funda*) e preencheu uma lacuna da literatura paulista ao ter sua obra associada a uma espécie de

---

<sup>133</sup> Acervo João Antônio CEDAP/UNESP.

regionalismo urbano (Lacerda, 2006). Ao que parece, João Antônio não forçava a associação com Alcântara Machado, mas também não a negava uma vez que representava uma posição posta no espaço das possíveis oportunidades de engajamento no meio literário (Bourdieu, 2013). Além disso, abordar a temática da miséria humana sob o viés regionalista urbano era falar sob um ponto de vista familiar e associar-se à prosa do admirado Graciliano Ramos em um período em que a literatura regionalista ainda era muito valorizada e estava em sintonia com as discussões sobre cultura e identidade brasileiras em voga na década de 1960<sup>134</sup>.

A rede de relações constituída por João Antônio foi providencial especialmente quando um novo revés ocorreu. Em 1960 um incêndio destruiu a casa em que morava em Presidente Altino deixando a família apenas com a roupa do corpo. No incêndio também foram destruídos todos os pertences do escritor, sua máquina de escrever, vários contos e os originais de *Malagueta*, *Perus* e *Bacanaço*. Após a tragédia demorou até que se recompusesse. Foram fundamentais o incentivo de Ilka Brunhilde e de seus padrinhos literários Paulo Ronái, Ricardo Ramos e Mario da Silva Brito. O último, inclusive, foi quem conseguiu um espaço na Biblioteca Mário de Andrade para que reescrevesse o conto. Em carta enviada à amiga Ilka em 8 de setembro de 1960, o escritor confessa o momento entre a frustração e a euforia:

A profusão de novidades é muito grande e eu, inimigo natural dos superlativos me entrego – uma grandíssima profusão de novidades deste aqui: Ilka, recebi carta do amigo Paulo Ronái que se entristeceu com o meu incêndio, mas que o apagou contando-me o incêndio da vida dele: a última guerra [...] Paulo Rónai vai publicar “Meninão do Caixote” na revista da Academia Brasileira de Letras (você conhece?) com dados bibliográficos numa capa dourada [...] Mário da Silva Brito abriu-me novas portas. Décio de Almeida Prado também. Eu vou. Agora, quando a noite começa eu já estou na minha cela. Cela – é a

---

<sup>134</sup> Em seus relatos biográficos o escritor conta o impacto do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* de Carolina Maria de Jesus de 1960, um relato impactante e destituído de beletrismos uma vez que sua narradora era de fato uma mulher que vivia com os filhos em uma favela paulista. Foi nesse clima que a obra de João Antônio conquistou projeção e público ainda que o escritor declarasse que sua obra não era panfletária, mas resultado de suas próprias vivências.

cabina da Biblioteca Municipal. Cabina 21, cela da ressurreição de “Malagueta, Perus e Bacanaço” – três vagabundos em busca de definição. Como é tranquila a minha cela! Nem cigarros, nem café! Só, lá fora, o relógio do O Estado de São Paulo marca a noite. Eu sou um monge na noite da minha cela. Há um silêncio religioso que lembra cá no segundo andar, uma viagem de ficção-científica. Eu monge, faço uma oração nervosa! “Meu Deus: dê fé ao artista que, só tem na vida um terninho chagal, muita zonzera e uma vontade maluca de fazer uma quizumba a que ele chamou “Malagueta, Perus e Bacanaço”. Meu Deus, me dá essa colher de chá<sup>135</sup>.

Posteriormente, a lenda que se criou em torno do incêndio e da reescritura de *Malagueta, Perus e Bacanaço* terminou por recobrir o conto de mística pois rumores no meio literário espalharam que o conto havia sido reescrito graças à boa memória do contista e à veracidade de seus personagens. No entanto, o texto não estava de todo perdido quando ocorreu o incêndio. O hábito de escrever cartas e enviar trechos de suas elaborações fez com que João Antônio pudesse recuperar grande parte. Quanto ao restante do material, muitas cópias foram enviadas para concursos e por isso puderam ser recuperadas (Lacerda, 2006). Posteriormente, o incidente trouxe publicidade à obra e com isso a carreira de João Antônio deu um salto. *Malagueta, Perus e Bacanaço*, primeiro livro, uma coletânea de contos, foi lançado em 1963 pela Editora Civilização Brasileira quando o escritor tinha 26 anos.

A importância desse acontecimento na vida do escritor paulista pode ser conferida em seu arquivo pessoal. Entre as correspondências e documentos guardados, consta uma carta enviada a João Antônio do Rio de Janeiro por Ênio da Silveira em 9 de julho de 1962, proprietário da Civilização Brasileira<sup>136</sup>. Na correspondência se estabelece um contrato de publicação de *Malagueta, Perus e Bacanaço*. O conteúdo da carta revela quão profícua foi a rede de contatos tecida pelo escritor jornalista, uma vez que a leitura dos originais foi solicitada pelo crítico literário Mário da Silva Brito. Nela também se percebe que havia uma grande expectativa relacionada à obra do estreante, então comparado por Silveira a Antônio

---

<sup>135</sup> Acervo João Antônio CEDAP/UNESP.

<sup>136</sup> Idem.

da Alcântara Machado, Mário de Andrade e Orígenes Lessa. A Editora Civilização Brasileira seria responsável pela publicação de outros livros de João Antônio e também pela difusão de sua obra pois estava entre aquelas editoras que detinha maior adesão junto aos intelectuais e artistas.

Após a publicação do primeiro livro a satisfação de João Antônio era imensa pois enfim havia conquistado reconhecimento. Em correspondência de 12 de outubro de 1962 o escritor devolve um conjunto de cartas escritas por ele e reenviadas à Ilka. Deduz-se que a amiga havia devolvido as cartas ao remetente para auxiliar João Antônio a reescrever o conto perdido no incêndio. Depois de utilizadas, as cartas foram então devolvidas ao remetente original. Na correspondência ele comenta sobre as cartas que devolvia à amiga e confidencia sua alegria de ter conquistado reconhecimento.

Representam [as cartas] uma espécie multicolor e em diferentes papéis, uma espécie de testemunho da minha solidão. Contam, mais do que a minha própria literatura, a minha literatura. A vontade enorme de crescer, a luta que no fundo outra coisa não era que a fuga ao anonimato. Agora, “Malagueta, Perus e Bacanaço” ganhou prêmio, editor, referência e antologia<sup>137</sup>.

Após a assinatura do contrato de publicação com Ênio da Silveira em 1962 a trajetória da obra foi vitoriosa. Com o livro conquistou o prêmio Fábio Prado e dois prêmios Jabuti nas categorias de Revelação de Autor e Melhor Livro de Contos em 1963. O reconhecimento da obra pelo meio artístico e intelectual adentrou a década seguinte e pode ser medido pelo número de reedições e pela adaptação do livro para o cinema no filme intitulado *O jogo da vida* dirigido por Maurice Capovilla em 1977. Após a consagração literária, o escritor ascendeu a uma das mais prestigiadas posições no jornalismo da época. Sob influência dos contatos com o dono da Editora Civilização Brasileira, Ênio da Silveira, e o crítico literário e ensaísta Mário da Silva Brito, João Antônio, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1965 para ocupar o cargo de repórter especial do Caderno B do *Jornal do Brasil*. Sendo assim, pode-se inferir que a notoriedade no âmbito literário ensejou a consagração no âmbito jornalístico.

Nos anos 60 João Antônio ingressou na grande imprensa já na condição de escritor reconhecido e premiado. Entre 1965 e 1966 ocupou

---

<sup>137</sup> Acervo João Antônio CEDAP/UNESP.

a posição de repórter especial do caderno de cultura do *Jornal do Brasil*. A conquista do cargo aconteceu por meio da indicação de um amigo, o escritor e jornalista Esdras Passaes (Lacerda, 2006). Pode-se notar que ele foi capaz de mobilizar diferentes inserções e reverter recursos provenientes de outras esferas sociais, a saber, oriundas do meio literário e intelectual paulista em possibilidade de sucesso no jornalismo nacional. Nesse sentido, cumpre destacar que tal espécie de iniciativa é comum no campo jornalístico no que se refere às tradicionais modalidades de seleção, recrutamento e ascensão a cargos e posições (Petrarca, 2008). Uma das estratégias consiste no estabelecimento de uma rede de relações. Nesse quesito a mudança para o Rio de Janeiro e o ingresso no *Jornal do Brasil* significou uma otimização de sua rede de contatos. Em carta enviada à Ilka em 12 de outubro de 1962, João Antônio conta suas primeiras impressões sobre o Rio de Janeiro e sobre pressão causada pelo convívio com escritores renomados no *Jornal do Brasil*.

[...] aqui me descompliquei um pouco. Tenho amigos melhores. Não necessito paletó, gravata, sapatinhos polidos. Tenho Mário Peixoto, Esdras Passaes, Paulo Rónai, Ênio da Silveira, Mário da Silva Brito. Não há provincianismo. Há liberdade e libertação, a gente se auto-determina nessa cidade. É estranho e é mágico. A gente se ameniza um pouco [...] Ilka, a aventura profissional que estou vivendo no JB, nunca poderia ser realizada em jornal algum de São Paulo. O nível aqui é outro. As exigências maiores. A responsabilidade acrescentada do fato de ser “um escritor”. Matéria assinada, portanto. E matéria sobre o Rio de Janeiro. Outra coisa: o Caderno B do Jornal do Brasil, onde trabalho é tido por todos aqui como a melhor coisa da imprensa carioca. Nele colaboram José Carlos Oliveira, Ely Azevedo, Ziraldo, Fausto Wolff, Rubem Braga [...] Se, por um lado, é bom aparecer ao lado de todos esses nomes, por outro, há o meu nome a cuidar. Você sabe<sup>138</sup>.

A partir do momento em que se estabeleceu no Rio de Janeiro, João Antônio amadureceu como artista e intelectual e vários acontecimentos pessoais o imbuíram de obrigações. Após o casamento foi compelido a

---

<sup>138</sup> Acervo João Antônio CEDAP/UNESP.



assumir outras responsabilidades e, com as premências econômicas, foi se embrenhando cada vez mais na profissão de jornalista. Passou por algumas das principais publicações da época, muitas vezes tendo que se desdobrar entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Trabalhou no jornal *Última Hora* e nas revistas *Cláudia*, *Manchete*, *Fatos e Fatos* e *Realidade*.

A revista *Realidade* merece um capítulo à parte na trajetória de João Antônio. Na redação da publicação em que trabalhou entre 1966 e 1969, pôde experimentar produções que marcariam sua obra uma vez que *Realidade* era uma publicação dedicada à reportagem, formato textual em vias de ser consolidado na historiografia especializada como gênero emblemático do jornalismo. Nessa época, a opção pelo conto se associou à orientação para a reportagem e, então, João Antônio desenvolveu o conto-reportagem, gênero híbrido ao qual se dedica durante a temporada em *Realidade*.

A experiência na revista *Realidade* representou para João Antônio o momento em que se desfizeram as fronteiras entre jornalismo e literatura (Lacerda, 2006). A fusão da linguagem jornalística com a expressão literária deu origem à criação do gênero conto-reportagem e também à prática do autor de republicar trabalhos originalmente divulgados em jornais e revistas. Por exemplo, o conto-reportagem *Um dia no cais* saiu das páginas da edição de novembro de 1968 de *Realidade* e foi reproduzido no livro *Malhação do Judas Carioca* (1975).

No entanto, ainda que a fase em *Realidade* tenha sido considerada nos registros mais recentes como positiva e fundamental na carreira de João Antônio, em uma carta enviada a Ilka em 10 de setembro de 1967 pode-se perceber que o escritor jornalista se sentia frustrado.

Enquanto a revista *Realidade* vai enganando como pode e quanto quer, apresentando uma pseudo realidade, composta da química provinciana com que se faz jornalismo em São Paulo – veja por exemplo, o último número sobre *Realidade* da Juventude Brasileira Hoje, (nº de setembro), a revista *Cláudia* vai enganando com assuntos de mulher. À primeira revista interessa tocar leve, relando, uma verdadeira realidade brasileira e para por aí. Entretanto, procura fazer do assunto com o mais evidente sensacionalismo, uma atração para as massas de leitores [...] A Editora Abril é jogada comercial, como tantas outras [...] Não interessa nem à *Claudia*, nem à *Realidade* promover a mulher brasileira ou a realidade brasileira,

respectivamente. Porque elas estão jogando um velho joguinho, Ilka. O jogo de uma imprensa comercial e industrial<sup>139</sup>.

Da confissão de João Antônio à amiga depreende-se que na época em que *Realidade* foi produzida nem todos os envolvidos acreditavam fazer parte de uma revista contestadora e progressista. Essa imagem cristalizada de *Realidade* foi então o resultado de paulatino processo de monumentalização da publicação.

Após a experiência na revista *Realidade*, fatores conjunturais interferiram para uma radical mudança que o levou à imprensa alternativa. O primeiro fator foi o progressivo recrudescimento do regime militar que instituiu a censura aos meios de comunicação e instaurou de vez o conflito entre intelectuais e a ordem político-militar, fato que deu margem ao surgimento dos jornais alternativos. O segundo fator, foram as mudanças no campo profissional jornalístico que na época atravessava um processo de tecnicização e profissionalização, o que repercutiu no perfil de profissional ao qual João Antônio se identificava.

Durante os anos 70, a imprensa alternativa ou “nanica” – expressão cunhada pelo próprio João Antônio – foi bem-vinda ao trabalho do escritor, uma vez que as características desse tipo de imprensa eram a irreverência e o desmanche dos limites entre os gêneros e expressões. Além disso, era um espaço de militância para artistas e intelectuais discutirem sobre temas que interessavam e estavam latentes. A partir daquele momento, o escritor conquistaria cada vez mais reconhecimento no âmbito da política, na condição de jornalista militante da imprensa alternativa. João Antônio escreveu para *O Pasquim*, *Bondinho*, *Extra-Realidade Brasileira* e em meados dos anos 70 foi editor da revista *Livro de Cabeceira do Homem* uma publicação da combativa Editora Civilização Brasileira de Ênio da Silveira. Na revista *Extra*, foi responsável pela antológica edição *Malditos Escritores!* (1977) vinculada à *Coleção Livro Reportagem* que levava na essência de sua proposta a relação entre jornalismo e literatura.

---

<sup>139</sup> Acervo João Antônio CEDAP/UNESP.

extra  
REALIDADE BRASILEIRA  
Coleção Livro-Reportagem

4  
Ano I, Março de 1977 Cr\$18

# MALDITOS ESCRITORES!

Ilustrações  
ELIFAS  
ANDREATO

João Antônio  
Chico Buarque  
Antônio Torres  
Wander Piroli  
Marcos Rey  
Márcio Souza  
Aguinaldo Silva  
Tânia Faillace  
Plínio Marcos

Coordenação e apresentação  
JOÃO ANTÔNIO

Eles não se emendam: sempre falando no miserê geral, no desemprego e no emprego da força; no feijão, na carne dos amantes, futebol, homossexualismo, cadeia; sempre falando no coração, fígado e intestinos da realidade brasileira. Raça maldita

Figura 64 – *Extra Realidade Brasileira: Malditos Escritores!*

Pode-se dizer que os anos 70 foram os mais produtivos para o autor em função da sintonia existente entre o contexto cultural, as disposições do autor e suas tomadas de posições. Nessa década ele escreveu e publicou *Leão-de-Chácara* (1975), *Casa de Loucos* (1976), *Lambões da Caçarola – trabalhadores do Brasil!* (1977) e *Ô Copacabana*, todos pela Civilização Brasileira, com exceção do terceiro exemplo, publicado pela L&PM.

A respeito das tomadas de posição de João Antônio, ele se firmou

como escritor marginal tanto pela temática como pela linguagem. Sua inserção imediata na imprensa alternativa após a saída da Editora Abril o demonstra. No decorrer dos anos 70 trocou várias cartas com outros jornalistas engajados nos jornais alternativos além de participar de muitos projetos editoriais<sup>140</sup>. A condição de escritor de vanguarda não favorecia a difusão de sua obra para o grande público, porém causava boa impressão na crítica especializada. No ano de 1975 foi vencedor do Prêmio de ficção da Associação Paulista de Críticos de Arte com o livro *Leão-de-Chácara*.

Posicionar-se como escritor marginal ou maldito incluía também associar várias vezes o seu nome ao do escritor Lima Barreto a quem dedicou grande parte de seus livros a começar por uma reedição de *Malagueta, Perus e Bacanaço* no qual se pode ler a dedicatória: “Para Afonso Henrique de Lima Barreto, pioneiro, Paulo Ronái, Mário da Silva Brito e Daniel Pedro de Andrade Ferreira – meu filho” (João Antônio, 2004, p. 21). A dedicatória lembra seu filho, os padrinhos, Ronái e Brito, escritores e jornalistas que o ajudaram no início da carreira literária e Lima Barreto a quem qualifica como “pioneiro”. Tendo em mente que Lima Barreto foi um escritor que abordava de forma irônica a elite política e cultural de seu tempo e dava visibilidade às figuras socialmente marginalizadas pode-se conjecturar que João Antônio creditava a si mesmo o papel de herdeiro do legado de Lima Barreto. A afeição pelo escritor carioca o levou a produzir um romance histórico-biográfico, *Calvário e Porres do Pingente Afonso Henrique de Lima Barreto*, lançado em 1974 pela Editora Civilização Brasileira. Em comum, Lima Barreto e João Antônio compartilhavam a posição de escritores malditos em suas respectivas épocas. Ao redigir um romance biográfico sobre Lima Barreto, João Antônio realiza ao mesmo tempo dois feitos importantes: reitera o prestígio do seu ídolo literário e enlaça sua trajetória intelectual à do escritor carioca (Miceli, 2009). Documentos de seu arquivo pessoal demonstram que a respeito de Lima Barreto deu várias palestras em escolas e universidades, produziu reportagens especiais e concedeu entrevistas, além de produzir um roteiro para uma peça teatral

---

<sup>140</sup> O Acervo João Antônio contém cartas enviadas para Henfil que escrevia para *O Bicho* e para redação do alternativo *EX* (Hamilton de Almeida Filho, Mylton Severiano, Paulo Patarra e Narciso Kalili).

nunca encenada que se chamaria *Lima Barreto, anjo maldito*<sup>141</sup>.

Em 2005, quando Mylton Severiano escreve a biografia do amigo intitulada *Paixão de João Antônio*, o vínculo entre João Antônio e Lima Barreto foi reiterado pelo biógrafo: “de Lima Barreto, tinha a pegada, a postura ao lado dos humilhados e ofendidos” (Severiano, 2005. p. 59). Pode-se acrescentar que a biografia do escritor paulistano também consagra o nome de Severiano à medida que conjuga as duas trajetórias intelectuais no registro histórico da produção cultural nacional.

João Antônio e Mylton Severiano ganharam visibilidade na imprensa alternativa nos anos 70 e isso é considerado um marco temporal em suas trajetórias. Porém, nos anos 80 houve um declínio do modelo de jornalista identificado com a militância e a literatura. Profissionalizam-se o escritor e o jornalista concomitantemente. Aliado a esse fator, outra contingência: o desgaste do discurso da arte engajada. Em determinado momento da literatura brasileira, a temática do jornalista escritor deixa de ter o espaço e importância que tinha e o tratamento reservado aos seus tipos preferidos como o malandro, a prostituta, o marginal se enfraquece.

Não obstante, na década de 80 o escritor maldito João Antônio publica *Dedo Duro* (1982), *Guardador* (1986) e *Abraçado ao meu rancor* (1986). Viaja para várias cidades do país divulgando suas obras e passa temporadas em países como Alemanha e Holanda e seus livros são publicados em idiomas estrangeiros. Contudo, a falta de reconhecimento no Brasil é sentida. Em carta enviada a Mylton Severiano em 28 de maio de 1993, ele declara que enquanto é reconhecido em outros países, é “marginalizado” no seu próprio país (João Antônio apud Severiano, 2005, p.215). Toda frustração do escritor se justificava porque no Brasil o seu público leitor começou a minguar na década de 1980, como o próprio constata na carta enviada a Severiano em 29 de abril de 1980.

Você concluiu que este ano marca meus 25 anos de literatura, pois, tenho coisas publicadas e assinadas que remontam ao ano de 1955. Deverei beberorar com uma solitária taça de fel de desesperança, pois, depois de tudo o que fiz e até do meu nome já ter chegado ao estrangeiro, verifico que uma só coisa foi equivocada: nasci no país errado. E, o que vejo

---

<sup>141</sup> As reportagens seguintes versaram sobre Lima Barreto e para produção delas João Antônio foi entrevistado: *Recordações de um mulato genial*, Revista *Isto é*, 3/05/1981 pp. 42-47; *Lima Barreto novamente em alta na república dos sonhos perdidos*, *Jornal da Tarde* 3/07/1991. Fragmentos e Recortes do Acervo João Antônio—CEDAP.

pela frente, são muitos anos de obscurantismo, analfabetismo, corrupção generalizada e miséria braba. As artes e a cultura neste lado abaixo do equador estão destinadas a ficar abaixo do cu de cachorro. Não tenho dúvida que a nuvem de mediocridade caiu de vez sobre o País (João Antônio apud Severiano, 2005, p. 191)<sup>142</sup>.

O escritor paulista antevia os próximos momentos de sua carreira pois na década de 1990 ele era um escritor quase completamente esquecido pela mídia. Sua derrocada foi resultado de uma conjunção de fatores nos quais os reveses da conjuntura cultural e política apenas fizeram parte. Um dos fatores é a profissionalização do jornalista e do escritor. Em determinado momento de sua carreira ao fundir sua literatura com o jornalismo, a exemplo da criação do gênero conto-reportagem, ele não contava que a profissão de jornalista estava gradualmente se autonomizando da literatura e da militância. Quando essa relativa autonomia se efetivou, a obra de João Antônio perdeu a relevância no mercado editorial, uma vez que seu distintivo era a mistura inextrincável entre expressão literária e jornalística.

O caso de João Antônio, um escritor que transitou entre as condições de *estabelecido* e de *outsider* é exemplar para se compreender as dinâmicas do mercado profissional dos produtores culturais brasileiros no período. Nesse sentido, pode-se deduzir que mesmo sendo na maior parte de seu percurso um escritor marginal e *outsider*, João Antônio era vinculado e dependente do *establishment* literário. Uma evidência dessa dependência era o seu ressentimento pela falta de reconhecimento em seu próprio país (Elias, 1995, p. 24), uma sensação tão profunda que inclusive deu título a um dos seus últimos trabalhos, *Abraçado ao meu rancor*, de 1986.

---

<sup>142</sup> Acervo João Antônio CEDAP/UNESP.

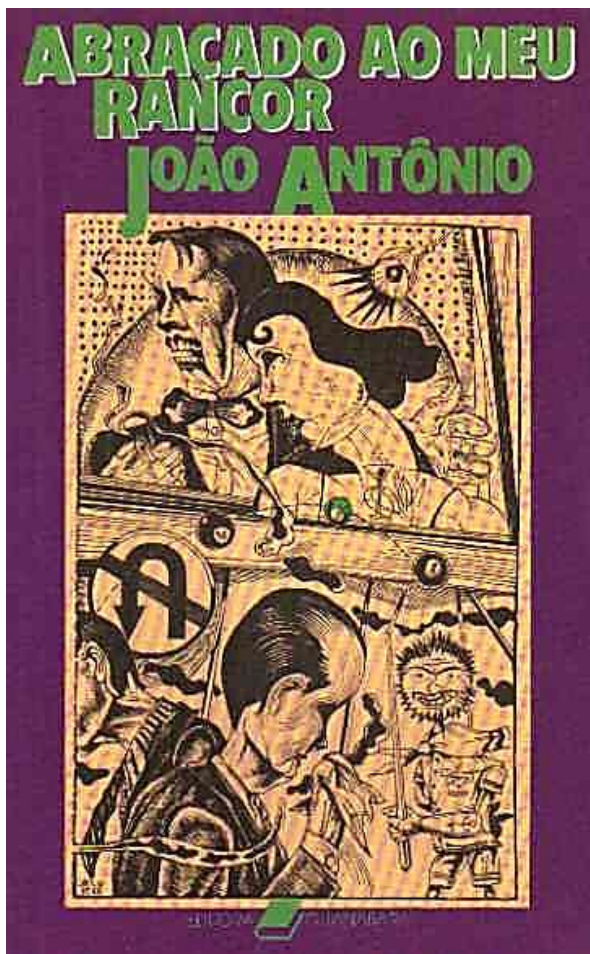


Figura 65 – Capa de *Abraçado ao meu rancor*

Em 31 de outubro de 1996 João Antônio foi encontrado morto no apartamento onde morava. De acordo com a apuração da época estima-se que o falecimento havia ocorrido há pelo menos 20 dias o que chamou a atenção dos moradores do prédio e por consequência a solicitação à polícia para entrada na residência. Apesar do conhecimento da família a respeito do seu sumiço há semanas, da secretária eletrônica cheia de recados não lidos e da pilha de cartas acumuladas embaixo da porta, os anos 90 são considerados por críticos e estudiosos como um ano de

ostracismo para o escritor paulista. Estava cada vez mais afastado da família e da vida social. A opção feita há muitos anos por se dedicar apenas à literatura o levou ao isolamento e ao aprofundamento do alcoolismo.

No entanto, seria forçoso dizer que João Antônio morreu inglório e esquecido por completo. Sua morte foi noticiada em jornais e revistas de circulação nacional como *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Estado de S.P.*, revista *Isto é* e *Caros Amigos* e o sepultamento se deu com honras municipais. A edição do *Jornal do Brasil* de 1º de novembro de 1996 publicou a morte de João Antônio lembrando sua literatura voltada aos “humilhados e ofendidos”.



Figura 66 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Naquele começo de década o escritor havia publicado os livros *Zicartola e que tudo vá pro inferno*, *Dama do Encantado*, *Patulúia: gente de rua* e o livro *Guardador* recebeu o prêmio Jabuti em 1993. A presunção da indiferença da crítica literária e da mídia em relação ao escritor era provavelmente uma consequência da desilusão dele próprio em relação às suas contradições em vista à posição que ocupava enquanto intelectual porta-voz dos marginalizados e escritor da classe média que tanto criticava (João Antônio, 1986). Outro fato que lhe provocava descontentamento eram as mudanças na profissão de jornalista. Tal sentimento foi esboçado em um trecho extraído de um dos contos em que João Antônio sou mais biográfico. *Abraçado ao meu rancor* é a



confissão do desencanto de um jornalista diante da profissão, transformada pelas modernizações.

Esta profissão não presta. Com o tempo, você vai empurrando a coisa com a barriga, meio pesadão. Sem qualquer alegria, garra ou crença, cutucado pela necessidade de sobrevivência apenas. O pior, se existe um, é que esta ocupação sovina e instável acaba como que atraindo azares, vícios, mortificações e levantando desejos de destruição, pespegando sentimentos culposos [...] Com honestidade, garra e jeito vivo, a profissão seria magnífica. Linda [...] (João Antônio, 1986, p.81).

Na década de 1990, a consagração de João Antônio acontece sobretudo nas universidades, junto aos pesquisadores, ao contrário do reconhecimento alcançado nos anos 60, momento de sua estreia, e nos anos 70 na imprensa alternativa. Há tempos o escritor dava palestras, participava de eventos acadêmicos a convite e fazia sua rede de contatos no meio acadêmico.

Dois anos após o seu falecimento objetos e documentos de seu arquivo pessoal foram institucionalizados na constituição do Acervo João Antônio (imagem abaixo). Este acervo se encontra no município de Assis, São Paulo, e está sob custódia do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Profa. Dra. Anna Maria Martinez Corrêa (Cedap) vinculado à Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP).

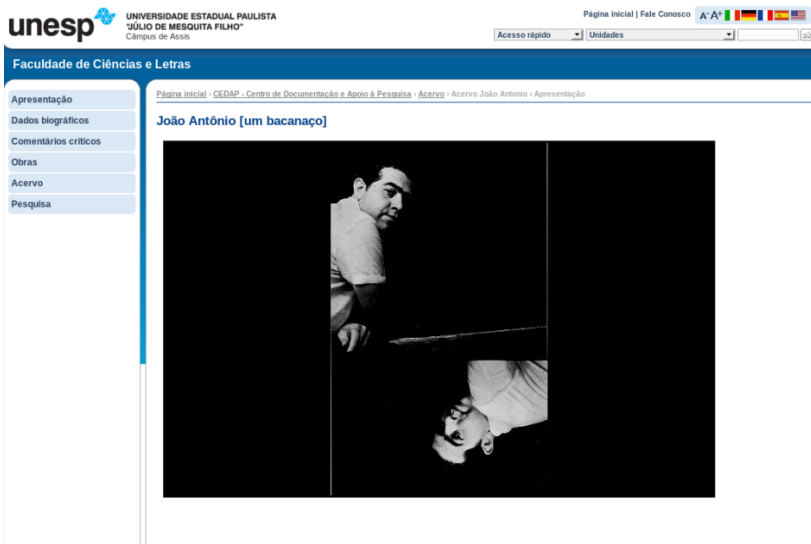


Figura 67 – Site Acervo João Antônio/Unesp

A constituição do acervo é o resultado da rede de contatos tecida por João Antônio junto a pesquisadores e estudiosos como a Professora Doutora Tânia Celestino de Macêdo, de quem era próximo e matinha contato por correspondência. Dois anos após o falecimento, em 1998, a docente entrou em contato com família e depois de uma negociação com a ex-esposa de João Antônio, Marília, e o filho Daniel Pedro de Andrade Ferreira, herdeiro legítimo do espólio, o acervo foi cedido à UNESP por um prazo inicial de 10 anos. Em seguida começaram os trabalhos de organização e higienização encabeçados pelos docentes Tânia Celestino de Macedo, João Luiz Cardoso Tápias Ceccantini e Ana Maria Domingues de Oliveira (GUIA CEDAP, 2014, p. 33).

Cumprir salientar que ao entrar em contato com o arquivo pessoal de João Antônio, os pesquisadores se depararam com as especificidades daquele conjunto de documentos e objetos, a saber, a subjetividade, a intencionalidade, a seletividade e a arbitrariedade (Nedel, 2010, p.145; Heymann, 2009, p.50), uma vez que tais documentos são resultado de “um processo de acumulação construído no plano da descontinuidade do tempo, contextos e intenções” (Nedel, 2014, p.140). Por causa disso, ao lidar com arquivos pessoais fez-se necessário considerar o contexto de produção dos documentos e de sua acumulação, o que está

intrinsecamente associado à investigação da intencionalidade ou dos motivos de guarda, marca registrada dessa modalidade de arquivo (Heymann, 2009, p.50).

As idiossincrasias do arquivo pessoal de João Antônio expressam sua trajetória social e profissional. Assim, descrevo algumas características relevantes para a presente análise. O Fundo João Antônio é formado por documentos reunidos e acumulados pelo escritor e jornalista referentes ao período de 1937 a 1996. O fundo compreende a produção intelectual do escritor, incluindo textos datilografados e manuscritos de originais (alguns inéditos), e sua biblioteca particular com 15 mil títulos de temática variada. Interessa enfatizar que os livros possuem marcas de leitura e dedicatórias de grandes nomes da literatura brasileira como Jorge Amado, Clarice Lispector, Lígia Fagundes Telles, Raduan Nassar, entre outros. É grande o volume de cartas uma vez que o autor era um intenso missivista. São cartas cujo conjunto de remetentes mapeia o cenário cultural latino americano entre as décadas de 1960 e 1990, fornece informações sobre os missivistas e registra a relação entre eles. Desse modo, pode-se mensurar a rede de contatos do escritor e o seu prestígio junto aos pares. Têm-se correspondências de escritores como Antônio Cândido, Carlos Drummond de Andrade, Cassiano Nunes, Eduardo Galeano, dentre outros. Além disso, o escritor arquivou documentos referentes aos eventos literários e acadêmicos para os quais foi convidado ou nos quais foi tema de debates.

Porém, o conjunto mais revelador a respeito da personalidade do João Antônio consiste na coleção de recortes de jornais e revistas. O fundo reúne a coleção de recortes – feita pelo próprio autor – de tudo o que foi publicado a seu respeito em jornais e revistas, seja na condição de autor de contos ou de matérias jornalísticas, seja como assunto das produções (GUIA CEDAP, 2014, p. 32). Graças a essa idiossincrasia da personalidade do escritor, ser um colecionador compulsivo e disciplinado de tudo o que saía sobre ele na mídia, o acervo conserva informações preciosas sobre sua trajetória e sobre as repercussões de sua obra no cenário cultural entre as décadas de 1950 a 1990. Portanto, o acervo João Antônio conserva a fortuna crítica a respeito da obra do escritor, assim como expõe a intencionalidade de moldar uma determinada imagem de si mesmo destinada à posteridade. Esta característica pessoal deixa entrever ainda a importância que João Antônio dava ao reconhecimento como intelectual e escritor.

Os usos que o próprio titular fez de seu arquivo podem ser verificados em sua biblioteca pessoal. Na extensa coleção de livros pode-

se encontrar vários títulos que resumem sua formação literária. Há vários autores russos como Fiódor Dostoiévski e Máximo Gorki. Esses livros contêm várias marcas de leitura e foram cuidadosamente encapados e catalogados pelo próprio titular com a seguinte inscrição na lombada: “Literatura Russa”. Há inclusive uma antologia do conto russo com vários autores. Constam ainda autores de língua inglesa como Ernest Hemingway e William Faulkner e de língua francesa como Émile Zola e Honoré de Balzac. Entre os autores brasileiros o acervo confirma a leitura de dois influentes escritores na formação de João Antônio, Monteiro Lobato e Lima Barreto, de ambos há a coleção completa e biografias. O acervo de João Antônio demonstra a influência exercida pela geração de 30, a chamada literatura regionalista, como a coleção completa de Graciliano Ramos incluindo uma biografia escrita por Dênis de Moraes *O velho Graça* e vários livros Jorge Amado, muitos deles autografados.

Uma curiosidade na edição do romance *Gabriela, cravo e canela* de 1963, no exemplar de João Antônio, o escritor baiano autografou: “Para o mestre João Antônio, que leve adiante a grandeza de Lima Barreto, seu leitor e amigo. Jorge Amado” (novembro de 1983). Chama atenção a disparidade das datas, o que significa que a dedicatória não foi feita no lançamento, mas a pedido de João Antônio tempos depois. O interesse em construir uma reputação entre os escritores é patente pelo grande número de livros autografados por seus contemporâneos como Dalton Trevisan, Clarice Lispector, Ignácio de Loyola Brandão e Nélida Piñon.

A deliberação em torno da construção de uma imagem do escritor paulista está implícita tanto em seus registros autobiográficos quanto nas conformações de seu acervo. Há, portanto, em sua produção literária – especialmente nos contos de natureza autobiográfica – um processo de seleção de acontecimentos e enquadramento que objetivam dar coerência e sentido à trajetória da vida (Bourdieu, 1996). Semelhante deliberação está presente na conformação do Acervo João Antônio, com a diferença de que na primeira situação, o escritor é quem controlava a construção de seu “nome próprio” e na segunda, essa tarefa foi transferida para aqueles que gerenciam o seu legado. Porém, em ambos os casos, o conjunto de informações não corresponde à trajetória de vida do escritor, especialmente no caso do arquivo pessoal, pois é um equívoco confundir trajetória e arquivo. A assunção de que são coincidentes a trajetória e o arquivo escamoteia o interesse de controlar o legado do titular, uma vez que esse representa um investimento para os agentes que atuam sobre ele (Heymann, 2012, p. 75). Em virtude de tais características, a abordagem

propícia para investigar os documentos do arquivo pessoal em questão é a análise nas condições de circulação e dos usos do arquivo, uma vez que os conjuntos documentais de natureza pessoal são construções sociais passíveis de sofrerem a interferência dos agentes que atuam sobre eles (Nedel, 2014; Heymann, 2012).

No que concerne ao Acervo João Antônio, cumpre ainda destacar que o pesquisador que tem acesso ao arquivo pode conferir algo para além dos objetos e documentos que o escritor e jornalista destinou à posteridade, o investigador pode igualmente notar as marcas deixadas pela atuação dos gerenciadores e usuários do arquivo.

Após a chegada do arquivo pessoal de João Antônio ao Cedap, várias pesquisas foram desenvolvidas. Ressalta-se que muitos dos pesquisadores ajudaram na ordenação do acervo dando assim uma conformação nova e peculiar à documentação mesmo porque a organização inicial feita pelo titular já havia se perdido no percurso até a UNESP. É possível supor que essas pesquisas condicionaram a organização atual do acervo de acordo com seus objetos e objetivos. A maior parte partiu da própria Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP em Assis, ou seja, foram realizadas por pesquisadores que manusearam o arquivo. Em suma, são pesquisas que se concentraram no próprio acervo<sup>143</sup> ou em partes dele, referentes às correspondências<sup>144</sup> e às dedicatórias<sup>145</sup> presentes nos livros da biblioteca pessoal de João Antônio.

O escritor se empenhava na organização de seus papéis, o que pressupõe a intenção que depositava neles, a saber, construir condições para o reconhecimento do lugar que considerava seu na literatura brasileira (Svicero, 2012, p. 86). De fato, a partir da década de 2000, diante da profusão de trabalhos acadêmicos a respeito de João Antônio, a obra do escritor paulista foi revisitada, matérias sobre ele foram publicadas em jornais, revistas e sites noticiosos. Suas obras foram reeditadas, sua biografia foi lançada, *Paixão de João Antônio* (2005), e tantos outros livros foram publicados a respeito de sua vida e obra. A conexão entre a pesquisa científica e o mercado editorial na redescoberta

---

<sup>143</sup> *Construindo um lugar na história: o arquivo pessoal de João Antônio (1937-1996)* – Dissertação de Mestrado de Thais Jeronimo Svicero, 2012.

<sup>144</sup> *Posta restante: um estudo sobre a correspondência do escritor João Antônio* – Tese de Doutorado de Telma Maciel da Silva, 2009.

<sup>145</sup> *“Para João Antônio, pela força aos novos e à literatura”*: dedicatórias como elementos constituintes de um projeto literário – Tese de Doutorado de Renata Ribeiro de Moraes, 2014.

do autor se evidencia, por exemplo, pelo fato de Rodrigo Lacerda, autor da tese *João Antônio – uma biografia literária*, defendida no Departamento de Teoria Literária da USP em 2005, ele mesmo um jornalista escritor, ser um dos responsáveis pela reedição da obra de João Antônio por uma editora sofisticada, a Cosac Naify. As novas edições de *Abraçado ao meu rancor* (2001), *Ô, Copacabana* (2001), *Leão-de-Chácara* (2002), *Dedo-duro* (2003), *Malagueta Perus e Bacanaço* (2004) e *João Antônio – Contos Reunidos* (2012) ganharam inclusive encartes com informações sobre o autor e críticas literárias redigidas por especialistas, entre eles, o próprio Rodrigo Lacerda. A intenção latente era apresentar ao público um autor considerado subvalorizado pelo mercado editorial, uma posição semelhante à encontrada nos trabalhos acadêmicos. Essa é a imagem emitida pela produção científica, a exemplo do artigo de Tânia Celestino de Macedo, principal docente responsável pela existência do Acervo João Antônio. Em *João Antônio esse (des) conhecido*<sup>146</sup>, a pesquisadora faz um convite à leitura da obra do escritor negligenciado pelo *establishment* cultural. Ela escreve:

João Antônio, nunca participou de cargos públicos ou do círculo daqueles autores que são badalados pela mídia. Ele sobreviveu, num país de parco público leitor, apenas de sua literatura. Foi com ela seu maior compromisso. E, por isso, provavelmente, sua admiração para com os professores de língua e literatura. João Antônio via nesses profissionais o mesmo amor que ele próprio possuía pelas palavras, a mesma luta árdua, e a falta de reconhecimento pelo trabalho realizado. Em função desse respeito, o escritor nunca recusou o convite de um professor para debater suas obras com os alunos. Delicado, simples, acessível, percorreu praticamente todo o Brasil, conversando com os jovens, ouvindo sugestões, críticas e opiniões, incentivando a leitura e a produção de textos. Enfim, João Antônio pode ser definido como um autor que fez uma opção pela literatura, pelo povo, pelo Brasil. Ler suas obras é conhecer melhor a nossa face, os nossos valores e também os imensos problemas que enfrentamos. Mas sobretudo, conhecer a boa literatura produzida no

---

<sup>146</sup> [www.umaoutracoisa.com.br/literatura/joao.htm](http://www.umaoutracoisa.com.br/literatura/joao.htm).

país (Macedo, 2017).

Há uma consonância entre a imagem instituída por João Antônio e aquela produzida pelas produções que se seguiram à sua morte. Elas passam a ideia de um escritor avesso às tradicionais instâncias de consagração. Entretanto, João Antônio ansiava pelo reconhecimento de seus pares e, à exceção de seu extraordinário momento de estreia, e a recente redescoberta, no geral, o escritor escreveu para nichos muito específicos. Um indício dessa condição é a maior incidência de marcadores de consagração concentrados nos âmbitos literário e acadêmico.

A trajetória do “nome próprio” do escritor e jornalista João Antônio começou com seu ingresso no campo literário e foi continuada pela consolidação do Acervo João Antônio na UNESP, Assis. Como visto, a produção autobiográfica e o seu arquivo pessoal estão plenos de indícios sobre o mercado profissional de escritores e jornalistas do período. Por meio dos registros autorreferenciais pode-se reconstituir as condições estruturais do mercado cultural brasileiro desde o momento em que João Antônio despontou como escritor na década de 1960 até a organização de seu Acervo Pessoal no Cedap/ UNESP nos anos 2000 (Miceli, 2001).

Finalmente, cumpre reiterar que as repercussões do Acervo João Antônio são inalcançáveis ao jornalista e escritor já falecido, mas as estratégias de unicidade e coerência dadas à narrativa de história de vida estão presentes tanto nos relatos autobiográficos quanto em seu arquivo pessoal institucionalizado. Considerando o esforço empenhado por João Antônio direcionado à edificação de seu “nome próprio” no transcorrer de sua carreira – desde a seleção dos contos que vieram a ser publicados nos primeiros jornais até o cuidado em acumular fragmentos de jornais e revistas que estavam em sintonia com a história que queria ver contada ao seu respeito – é possível postular que o estabelecimento do Acervo João Antônio deu continuidade à sua trajetória social.

		1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2017
Modernização da imprensa			<p>Repórter especial do Caderno B do Jornal <i>Os Bastos</i> (1966)</p> <p>Revista <i>Abalado</i> (insígnia especial 1966-1968)</p>						
	Política			<p>Edição da revista alternativa <i>Zero e a Escalada</i> do Rio de Janeiro</p> <p>Edição do jornal alternativo <i>Mulheres Escrivãs e Escritoras</i> (1977)</p> <p><i>Revista Abalado</i> (1977)</p> <p><i>Revista Abalado</i> (1977)</p> <p><i>Revista Abalado</i> (1977)</p>					
Literatura (e Artes)		<p>Vitória do concurso literário do jornal <i>O Correo</i> (1954)</p> <p>Vitória do concurso literário da revista <i>Os Bastos</i> (1957)</p> <p>Vitória do concurso literário da revista <i>A Janela</i> (1959)</p>	<p>Lançamento de <i>Mulheres Escrivãs e Escritoras</i> (1963)</p> <p>Premio Fábio Prado (1965)</p> <p>Premios Jabuti nas categorias de <i>Revista</i> e <i>Autoretrato</i> (1969, Livro de Câmara em 1963)</p>	<p><i>Luís de Oliveira</i> (1976)</p> <p><i>Casa de Lucas</i> (1976)</p> <p><i>Luzes da Capota – Natal</i> (1977)</p> <p>Premio de Iniciação da Associação Paulista de Escritores (1978)</p> <p><i>Callado e Pólvora do Fingiro</i> (1979)</p> <p><i>Alvo</i> (1979)</p>	<p>Alojado em seu apartamento (1986)</p>	<p>Premio Jabuti (1988)</p> <p><i>Passado de José Antônio bogalua</i> escrita por Mylon Siqueira (2005)</p>			
	Universidade								<p>Comissão formadora da história do movimento de 1968 (dissertação de mestrado) (1990)</p> <p>“<i>Para José Antônio, meu tipo de acadêmico e a literatura</i>” (dissertação de mestrado) (1990)</p> <p>Comissão formadora do movimento de 1968 (tese de doutorado) (PUCRS) (1991)</p> <p>Instituição da <i>Revista Abalado</i> (1998-2017)</p>

Tabela 6 - Espaços de consagração - João Antônio



### 3.9. Da pluralidade de trajetórias refletida nos marcadores de legitimidade e consagração

A elaboração desse capítulo foi inspirada em estudos acerca do processo de autonomização do campo literário francês no século XIX (Bourdieu, 2005; Casanova, 2002; Charle, 2003), no entanto, as diferenças contextuais, geográficas, culturais e históricas não foram negligenciadas. A conquista de uma “relativa” independência do campo literário em relação aos campos político e econômico contemplada pelos pesquisadores no caso francês motivou uma atenção especial para o caso brasileiro. Assim, ao obedecer a categorização que separa em grupos os escritores *reconhecidos*, os *intermediários* e os *vanguardistas* com base no tipo de produção textual e público-alvo, se verificou que os profissionais atuantes na interface entre os campos literário e jornalístico brasileiro são em geral pouco autônomos em relação ao mercado e à militância política. Essa dependência se estende às três categorias citadas, até mesmo quando se trata da vanguarda, originalmente uma vertente da produção cultural nos quais os profissionais tendem a escrever sobretudo para os pares, desinteressados a princípio por questões relacionadas à política e ao mercado.

Todos os jornalistas escritores estudados são mais ou menos dependentes da política e do mercado. Por meio dos dados biográficos levantados pela pesquisa se constatou que a diferença no grau de vínculo dos profissionais em análise em relação ao âmbito da política (partido político, entidade de classe, movimento social, imprensa alternativa) e ao âmbito do mercado (editoras, crítica literária, demanda do público leitor) apresenta congruência e se relaciona com diferenciação entre eles na hierarquia da profissão.

A avaliação da produção bibliográfica dos jornalistas e sobre os jornalistas em análise evidenciou a diferença entre os gêneros textuais preponderantes em cada trajetória como escritores profissionais. As distinções nas escolhas dos gêneros deixam entrever o posicionamento deles no mercado profissional cultural brasileiro. Na hierarquia desse mercado, escritores de romance, livros contos ou romances-reportagem ocupam posições diferentes. Assim como ocupam posições diferentes aqueles que se dedicaram mais à literatura dita comercial do que à literatura de vanguarda. A posição elevada de Carlos Heitor Cony, notório pela produção de romances de ficção e pela adaptação de clássicos da literatura universal, contrasta com o posicionamento de José Louzeiro cujo reconhecimento foi proporcionado pela autoria de romances-

reportagens. Essa diferença no posicionamento entre Cony e Louzeiro se mantém mesmo quando se verifica a intensa participação deles no mercado, ambos tiveram uma produção profícua direcionada ao público infantojuvenil. O vanguardista João Antônio parece não ter cedido às injunções mercadológicas pois não escreveu livros para crianças e tampouco novelas para emissora de TV, contudo, foi um autor eminentemente de livros de contos e talvez por isso não alcançou o posicionamento de Carlos Heitor Cony ou Zuenir Ventura, imortais da Academia Brasileira de Letras. Cony e Ventura são memorialistas, mas somente Cony foi biografado. A distinção entre os jornalistas tem a ver com os âmbitos nos quais predominam suas notoriedades, para Cony este âmbito é a literatura, enquanto que para Ventura é o jornalismo. A diferença entre biografia e memória, de acordo com o renome do indivíduo perfilado, já foi abordada nesse estudo. Portanto, é sabido que os biografados são detentores de maior prestígio se comparado aos memorialistas. Os únicos a terem suas trajetórias de vida registradas em livros por outros autores foram Carlos Heitor Cony e João Antônio, ovacionados cada qual em sua seara de atuação preponderante, o mercado literário e a vanguarda literária, respectivamente. Esses exemplos ratificam o que foi abordado acima, ou seja, que a hierarquia no mercado profissional se equipara à hierarquia dos textos (Bergamo, 2014, p.227).

É relevante destacar que nessa reflexão procurei evitar a obviedade em conceder certa equivalência entre os pontos de chegada e partida como ilustram os casos de Cony e Ventura. O objetivo era fugir de uma argumentação baseada tão somente no determinismo pressuposto pela ideia de uma sociedade inflexível, enrijecida pela desigualdade de posições. Sendo assim, busquei contemplar as singularidades de cada percurso a fim de contemplar as diversas experiências de socialização nas esferas sociais em que estiveram e de compreender como as experiências de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos se impregnaram na produção cultural dos autores em questão (Lahire, 2015). Tal orientação de análise implica em reconhecê-los como “atores plurais” e por isso portadores de *habitus* heterogêneos e contraditórios internalizados no transcorrer da pluralidade de suas experiências vividas em distintas esferas sociais de atuação. Isto é, analisar o percurso desses jornalistas escritores em suas diferentes posições requer situá-los como indivíduos resultantes de experiências de socialização em contextos sociais diversificados e vividas no processo de socialização primárias e secundárias (Lahire, 2002, p. 34).

No que se refere a João Antônio, por exemplo, procurei retratar

três momentos da construção do escritor. Primeiramente, a construção social na socialização primária no meio familiar e as socializações secundárias nos ambientes profissionais atuaram como formadoras da identidade e geradoras de elementos de influência em sua obra. No segundo momento, retrato a construção do “nome próprio” de João Antônio ancorada na sua produção literária e jornalística, cuja característica autobiográfica edificou a imagem pública do escritor. Por fim, abordo um terceiro momento em que a construção do escritor perpassa o agenciamento de seu legado e se concretiza na institucionalização de seu acervo e nos trabalhos de pesquisa científicos ou artísticos que se originaram de estudos de seu arquivo pessoal. Nesses momentos construtivos da “persona” de João Antônio foram empregados diferentes dispositivos. Se por um lado, é necessário considerar o uso individual do arquivo para fins autobiográficos, feito pelo próprio João Antônio, por outro, há o agenciamento social de seus registros por parte de artistas, pesquisadores e responsáveis pelo gerenciamento de seu patrimônio. Entretanto, nos três momentos de análise pode-se inferir que houve uma deliberação na seleção da informação que compôs e ainda continua a compor a ideia que costumeiramente se projeta a respeito do escritor e jornalista João Antônio

Finalmente, nos relatos autobiográficos e memorialísticos examinados as autorreferenciações, seja como escritor profissional, escritor jornalista ou escritor militante, funcionam como marcadores de legitimidade orientados às esferas de atuação proeminentes em cada um dos casos. Por isso, o registro das biografias de João Antônio, Roberto Freire, Carmen da Silva e Renato Tapajós foram realizadas por instâncias de consagração vinculadas à imprensa alternativa e à literatura militante enquanto os registros biográficos de Carlos Heitor Cony e Zuenir Ventura foram feitos por instâncias de consagração associadas ao jornalismo e à literatura produzida por jornalistas. Com isso, pode-se concluir que as biografias e memórias empreenderam estratégias de existência social e simbolização ao demarcarem o lugar de cada um dos profissionais na elite jornalística.

#### 4. JORNALISTAS MILITANTES RUMO ÀS INSTITUIÇÕES (ESTADO E UNIVERSIDADE)

*O primeiro dever de um homem em sociedade é de ser útil aos membros dela, e cada um deve, segundo as suas forças físicas ou morais, administrar em benefício da mesma, os conhecimentos ou talentos que a natureza ou a arte ou a educação lhe prestou. O indivíduo que abrange o bem geral de uma sociedade vem a ser o membro mais distinto dela.*

Hipólito da Costa<sup>147</sup>

Esse último capítulo traz para a presente reflexão casos de jornalistas para os quais o trabalho na imprensa foi o caminho intermediário entre a militância política e as instituições públicas. As instituições públicas aqui mencionadas representam o Estado em suas diferentes segmentações, uma vez que, entre os profissionais pesquisados alguns se dirigiram para cargos eletivos situados no poder legislativo, foram eleitos por meio do voto popular como deputados federais (são os casos de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis), enquanto outros profissionais ingressaram no serviço público de carreira em cargos estatutários de universidades (autarquias federais e estaduais). Em geral, esses últimos foram admitidos em faculdades de Comunicação Social com habilitação em jornalismo. Os exemplos de jornalistas militantes que se orientaram para o Estado são representativos de uma transformação nos padrões de ascensão à elite profissional pois a partir da segunda metade do século XX houve uma reorientação no eixo dos tradicionais âmbitos de projeção na carreira (imprensa, política, literatura e universidade). No período citado, a supremacia da militância política deu lugar à emergência das universidades como espaço para aquisição de prestígio e visibilidade. Na argumentação que se segue, enquanto a transposição da militância para política institucional é representada pela trajetória de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, a passagem da imprensa

---

<sup>147</sup> Trecho do texto de apresentação do jornal *Correio Braziliense* (1808), o *Fac-símile* está presente no livro *O papel do jornal e a profissão de jornalista* de Alberto Dines (2009).

alternativa para a condição de docente em universidades é simbolizada pelos percursos de Bernardo Kucinski, Marcos Faerman e Ana Arruda Callado.

#### **4.1. Jornalismo e política no Brasil: relações intrínsecas**

O vínculo entre jornalismo e política é elemento estruturante na história do desenvolvimento da imprensa ocidental, portanto, não se restringe às fronteiras nacionais brasileiras. Não obstante, lançar luz sobre o entrelaçamento entre essas duas esferas de atividade pode revelar os critérios de acesso e permanência nos espaços de poder, no caso brasileiro, uma vez que tal relação intrínseca é representativa do *modus operandi* empregado por membros da elite – ou aspirantes a ela – no processo da ascensão aos segmentos dirigentes.

O ofício de jornalista foi utilizado até a segunda metade do século XX como uma forma de ascensão às elites literária e política. Até a década de 1940 a maioria dos diários cariocas, por exemplo, funcionavam como um instrumento político e serviam como porta-vozes do Estado e de grupos políticos. Nesse período a imprensa era marcada pela paixão dos debates e polêmicas políticas (Ribeiro, 2003, p. 148). A simbiose entre a imprensa e o jogo político se estende até a década de 1960 ainda que a modernização estivesse em plena implementação desde a década de 1950, efetuando um processo de incorporação dos critérios de objetividade e imparcialidade na forma de produzir jornais. Durante o período compreendido entre o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 até o golpe civil-militar em 1964 o discurso de oposição difundido pela imprensa – especialmente por meio dos editoriais – se ancorava na ideia de que os jornais desempenhavam a função de formadores da opinião pública e cabia aos jornalistas a função de formar seus leitores e induzi-los a se tornarem atores políticos do momento histórico em que viviam (Barbosa, 2007, p. 180).

As imbricações entre imprensa e política são tradicionais e remontam a episódios fronteiriços entre as duas esferas de atividade. No período oligárquico da República Velha (1889-1930) o jornalismo foi o caminho possível para ascensão de indivíduos oriundos de ramos empobrecidos das oligarquias às elites intelectuais os quais se viam impossibilitados de ascender profissionalmente em carreiras tradicionais como a medicina, a engenharia e o direito. Amparados pela ligação orgânica entre poder e a imprensa os “parentes pobres” das oligarquias

obtiveram êxito ao empreenderem estratégias de reconversão ao se encaminharem para carreiras intelectuais em um momento propício de desenvolvimento das burocracias intelectuais, notadamente, a grande imprensa, as instituições políticas e as organizações partidárias (Miceli, 2001, p. 53). De acordo com Miceli, pode-se afirmar que a consolidação da imprensa moderna no Brasil – que ensejou a criação de grandes jornais e revistas – deu margem ao surgimento dos primeiros intelectuais profissionais (Miceli, 2001, p. 197).

A política exerceu um papel direto na profissionalização do jornalista e no processo de modernização da imprensa. Convencionalmente, a historiografia registra a gênese da modernização nos jornais *Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, tais experiências teriam sido capitaneadas por Pompeu de Souza, Luís Paulistano, Amílcar de Castro, Jânio de Freitas, Alberto Dines, Samuel Weiner, entre outros. Contudo, não se pode negligenciar a influência do Estado e da política nesses acontecimentos. De acordo com Ribeiro, a modernização da imprensa brasileira nos anos 50 contou com o patrocínio de setores da política – por exemplo, entre os financiadores dos grandes jornais figuram os bancos estatais e entidades interessadas em garantir acordos de duplo favorecimento. Desse modo, a influência da política na consolidação da imprensa moderna deixa entrever características estruturais da sociedade brasileira e do jornalismo como prática social e revela que não há uma contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política, mas uma consonância entre elas<sup>148</sup> (2003, p. 157).

O anseio pela participação política e por influir no desenvolvimento do país se difundiu por vários setores intelectuais e

---

<sup>148</sup> Albuquerque e Silva apontam para outra conveniência entre jornalismo e política ocorrida no contexto de modernização. Para os dois pesquisadores a difusão do moderno jornalismo, suas técnicas de redação e organização, contou com o improvável auxílio dos jornalistas comunistas que durante as décadas de 1950 a 1970 predominavam nas redações dos principais jornais. A relevante presença de jornalistas vinculados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) nas redações é explicada com base no longo período em que esse permaneceu na ilegalidade, razão pela qual foi empregada uma antiga tática de infiltração nas instituições culturais a fim de exercer influência junto à opinião pública. O acordo tácito entre os donos de jornais conservadores e seus funcionários vinculados ao PCB foi estratégico para ambas as partes pois, se de um lado para os intelectuais pertencer ao partido servia como atalho para o ingresso no jornalismo, por outro lado, os jornais obtinham jornalistas “preparados, disciplinados e leais” (Albuquerque; Silva, 2007). Entretanto, à guisa de evitar conclusões generalizantes é mais prudente supor que o preparo, a disciplina e a lealdade se originaram também de outras fontes e formas de interação entre os funcionários dos jornais e seus patrões.

artísticos ao longo das décadas de 1920 e 1960. De acordo com Pécaut, durante esse período vicejou nas classes intelectuais e artísticas uma vocação para elite dirigente imbuída por um desejo de intervir no debate político e contribuir para transformações sociais (1990). A fusão das ideologias nacionalista e desenvolvimentista mobilizou as produções culturais nas quais a ideia latente era de que os seus produtores deviam atuar como porta vozes do povo e da nação – e, portanto, pertenciam a nenhuma classe social específica – impelidos somente pelo dever cívico de implantar as mudanças sociais necessárias ao desenvolvimento. No intervalo entre os anos 50 e 60, o projeto nacional-desenvolvimentista gestado por intelectuais, artistas, escritores e jornalistas ensejou decisões práticas concretizadas na criação de organizações e movimentos sociais a exemplo do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros, fundado em julho de 1955) e os CPCs (Centros Populares de Cultura), projeto criado em São Paulo em 1961 a partir da mobilização em torno do Teatro Arena que ganhou maior proporção a partir da articulação com o ISEB e a UNE (União Nacional dos Estudantes).

A relação entre política e jornalismo foi consubstanciada por iniciativas corporativistas nas carreiras intelectuais que visavam a partir dos anos 30 a regulamentação da profissão, a criação de leis trabalhistas e sindicais concebidas como uma forma de “regular as relações entre capital e trabalho” (Pécaut, 1990). Isso significa que a classe jornalística também estava sujeita às disposições corporativas que motivaram a fundação de várias organizações profissionais como a Ordem dos Advogados do Brasil (1930), a Academia de Medicina (1931), o Conselho de Engenharia e Arquitetura (1933) e o Sindicatos dos Escritores e (1933). Dentro do mesmo espírito corporativista houve a regulamentação da profissão de jornalista em 1931. Segundo Pécaut, tais esquemas corporativos não questionavam a posição e as atividades desempenhadas pelos seus representantes, porém, conferiam os meios às elites daquelas profissões de determinar as condições de ingresso e a constituição de uma ética profissional passível a iniciativas de intervenção política (1990, p. 54).

Desse modo, tem-se que o processo de profissionalização da categoria dos jornalistas foi entremeadado por um projeto de intervenção política. Segundo Petrarca, empreendimentos como a regulamentação da

profissão de jornalista<sup>149</sup>, a criação de entidades de classe e associações da imprensa – como a fundação das Associação Brasileira de Imprensa (1908), Associação Paulista de Imprensa (1933), dos Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro (1935) e Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (1937) –, o desenvolvimento de faculdades de jornalismo – muitas delas criadas por empresas de comunicação e entidades de classe<sup>150</sup> – e a exigência da formação acadêmica se destinaram não somente à reserva de mercado mas também à reunião de recursos fundamentais para atuação na esfera política. O ingresso nesses âmbitos de atuação permitiu aos profissionais colocar a profissão a serviço de causas políticas e sociais, bem como, auferir recursos para agirem em outras esferas sociais (Petarca, 2008, p. 82). Pode-se acrescentar – com base nos casos dos profissionais retratados na presente pesquisa – que em geral a elite do jornalismo tem origem social baixa o que explica a proeminência da rede de sociabilidade da política como capital simbólico convertido em recurso para ingresso e ascensão na carreira. A importância adquirida pela política nas trajetórias em análise aponta para uma característica do campo jornalístico brasileiro relacionada à possibilidade de converter recursos oriundos de outras esferas de atuação como a literatura, a universidade e própria esfera política, em capital passível de valorização no mercado profissional. Com isso pode-se deduzir que os recursos empregados para ascensão na carreira jornalística não se limitam à esfera do jornalismo, o que explica as possibilidades de reconversão. Entretanto, é razoável supor que a militância política não foi empregada de forma tão pragmática para conquista de visibilidade dada às circunstâncias políticas e sociais dos anos 60 e 70.

Em consonância com o contexto de crescente politização nos anos 50 e 60, era evidente o embasamento teórico e ideológico que motivava o anseio pela intervenção política por parte dos profissionais da cultura, entre eles, os jornalistas. A efervescência cultural e política espalhada

---

<sup>149</sup> A regulamentação da profissão de jornalista se deu por meio de sucessivos decretos. O primeiro decreto data de 1938 e se concentrou na regulamentação da duração e condições de trabalho, assim como, na definição dos cargos a serem ocupados nas redações de jornais e revistas. Os decretos de 1943 e 1944 reiteraram as definições do primeiro e acrescentaram a previsão de criação dos cursos superiores de jornalismo e o estabelecimento da remuneração mínima. Os decretos que seguiram a esses primeiros datam de 1961, 1962, 1963 e 1969. A complementação mais significativa se encontra no decreto de 1969 que estabeleceu a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão.

<sup>150</sup> A primeira faculdade de jornalismo, a Cásper Líbero, foi criada em 1947 por iniciativa do jornal *A Gazeta*.



pelos setores culturais ao longo das décadas de 1930 a 1970 foi marcada pela hegemonia cultural de esquerda impulsionada por um sentimento de brasilidade romântico-revolucionária (Ridenti, 2007; 2005). Era uma mescla de sentimentos e circunstâncias que estimularam as gerações de artistas, intelectuais e jornalistas às ações políticas. No que se refere à origem social, se nos anos 30 o perfil dos intelectuais consistia em membros de famílias tradicionais decadentes, nos anos 60, outros atores sociais entraram em cena. O perfil social do intelectual de esquerda sessentista é constituído por jovens de matizes sociais específicas: o grupo é formado por indivíduos intelectualizados de famílias tradicionais oriundos de Estados pobres, jovens das classes médias urbanas, descendentes de imigrantes e pessoas vindas do interior para a capital. As carreiras desses jovens revolucionários foram interceptadas por dois acontecimentos cruciais, o primeiro deles foi a falta de vagas nos cursos de formação superior dando margem aos excedentes das universidades. O segundo acontecimento foi a ditadura militar, que funcionou como um catalizador da radicalização do movimento estudantil e setores profissionais da cultura que se viram prejudicados pelas limitações impostas às produções culturais (Ridenti, 2007).

Contraditoriamente, na década de 1970, aqueles que tiveram suas aspirações frustradas pelo golpe civil-militar de 1964 conseguiram se colocar no mercado graças à modernização autoritária empreendida pelo regime militar ajudada pelos avanços na industrialização e urbanização da sociedade brasileira iniciada na década de 1950, cujos resultados eram perceptíveis na segunda metade do século XX. Dessa maneira, intelectuais, artistas e jornalistas foram cooptados pela Indústria Cultural e pelo Estado autoritário a partir dos anos 70. Dá-se então uma situação de ambiguidade, ao mesmo tempo em que o Estado censurava, reprimia e exterminava seus opositores ele também incentivava a modernização dos setores da cultura e comunicação dando subsídios às empresas privadas e atribuindo espaço dentro da ordem aos profissionais da cultura. Nesse contexto, foram implementados incentivos às emissoras de TV, ao mercado editorial, às indústrias fonográfica e cinematográfica. Poder-se-ia afirmar que nos anos 70 se consolidou no Brasil uma Indústria Cultural propriamente dita. No âmbito estatal há um amplo processo de cooptação estimulada pela criação da Embratel, do Ministério das Comunicações e de instituições de fomento à cultura como a Embrafilme, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional do Teatro, a Fundação Nacional de Artes (Funarte) e o Conselho Nacional de Cultura. No âmbito das universidades, através dos incentivos em ciência e tecnologia foram

desenvolvidos os sistemas de pós-graduação e apoio à pesquisa através dos quais os críticos ao regime puderam realizar projetos com relativa liberdade. Segundo Ridenti, a ambiguidade constitutiva da modernização autoritária resultou em um processo de acomodação dos setores acadêmicos de oposição que contribuiu de certa forma para a longevidade do regime militar (Ridenti, 2001; 2005).

Assim como nos demais circuitos da produção cultural, o jornalismo usufruiu da modernização do mercado de bens culturais e cooptação dos intelectuais. No transcorrer das décadas de 1960 e 1970 a luta contra a ditadura militar e a censura se amalgamaram ao discurso da competência e da profissionalização e esse foi reverberado pelas entidades de classe e cursos universitários em jornalismo. O aumento no número de faculdades de jornalismo e programas de pós-graduação em Comunicação Social como uma das consequências da exigência do diploma para exercício da profissão desde 1969 fortaleceu o discurso da competência técnica e profissional em consonância com o engajamento pela redemocratização e pela liberdade de imprensa. Para Petrarca “a competência especializada, a profissionalização e a filiação institucional se tornaram recursos fundamentais para colocar em prática um conjunto de estratégias contra o autoritarismo militar” (2010, p. 90). Em outras palavras, para a pesquisadora, a luta contra o autoritarismo e a censura feita pelas entidades de classe, professores e estudantes, concretizada por meio de congressos, greves e imprensa alternativa auferiu recursos aos agentes oportunizando a eles o enquadramento institucional e o poder de intervenção política.

Entretanto, é preciso ponderar a respeito das possíveis relações entre as lutas políticas que mobilizaram os jornalistas e a obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão. Isto é, faz-se necessário levar em consideração que a reação de setores da imprensa contra a ditadura militar foi capitaneada majoritariamente por jornalistas pertencentes à antiga geração formada por profissionais não diplomados, grande parte deles migrada para imprensa alternativa nos anos 70 por motivos políticos e em decorrência das mudanças no mercado profissional. Parcela relevante dos jornalistas memorialistas presentes nessa pesquisa se posicionaram contra a exigência do diploma para o exercício do jornalismo, por exemplo.

Nos anos 80 e 90 esses profissionais formados nas redações por experiência entraram em conflito com a geração mais nova egressa das universidades, plena de capital cultural escolar, porém carente de capital político e vivência. O embate por posições de maior autonomia e prestígio está impresso tanto na regulamentação da profissão como nas seguidas

edições dos manuais de redação e estilo publicados por alguns dos grandes jornais no período. Esse conflito geracional é manifesto na linguagem e nas modalidades textuais. Por exemplo, a distinção entre os gêneros textuais “reportagem” e “notícia” se tornou emblemática do embate entre veteranos e calouros, uma vez que no cotidiano das redações a notícia (impessoal e objetiva) foi reservada ao redator mais jovem enquanto a reportagem (texto mais extenso e autoral) permaneceu destinada aos jornalistas mais experientes e renomados. A predestinação aos gêneros se fez notar também no registro das memórias da profissão. A partir do final dos anos 90 aumentou significativamente o número de publicações e registros a respeito da história da imprensa brasileira pela perspectiva daqueles jornalistas considerados protagonistas da história. Portanto, ficou patente que a desigualdade impressa nas memórias da profissão “reproduz a própria desigualdade estrutural entre seus profissionais e seus textos, entre autoria e não autoria, e, consequentemente, entre diferentes valores documentais que lhe são atribuídos” (Bergamo, 2011; 2014, p. 227).

Nessa argumentação – fundamentada sobretudo no registro biográfico e memorialístico de jornalistas com atuações relevantes na esfera política – cumpre revisitar o estudo de Grill sobre as memórias de políticos brasileiros. Segundo Grill, as estratégias de auto representação deixam entrever as intenções de gestão da memória e controle sobre a própria identidade social. O estudo dessa modalidade de registro expressa a relação que os políticos profissionais mantiveram com o *métier* da política além de revelar as lógicas de funcionamento desse universo, enfim, as regras do jogo (Grill, 2012). No caso dos jornalistas militantes e políticos pesquisados, o estudo dos registros autobiográficos tem por finalidade investigar as regras do jogo presentes na interface entre os âmbitos profissionais da política e do jornalismo.

#### **4.2. Ascensão na política: de guerrilheiro a deputado federal**

Na década de 1980 o Brasil presenciou a redemocratização e o fim da ditadura militar. Os pontos altos desse processo foram a aprovação da Lei da Anistia em 1979 que permitiu o retorno dos exilados políticos e a promulgação da Constituição em 1988 que previa, entre outras coisas, o fim da censura e o direito à liberdade da sociedade civil. A chamada “abertura” resultou no retorno à normalização do sistema político em 1989 quando ocorreu a primeira eleição para presidente da república

depois do longo período de exceção democrática.

O reavivamento dos pleitos eleitorais e dos partidos políticos motivou a candidatura de ex-militantes, intelectuais e jornalistas entre os quais cito Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis. Esses dois ex-militantes, jornalistas e políticos compartilham trajetórias similares. Ambos ingressaram na militância política precocemente no movimento estudantil e depois na guerrilha urbana após o recrudescimento do regime autoritário. Na adolescência Gabeira se vinculou à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e em 1969 enquanto atuava no *Jornal do Brasil* entrou para o MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) quando caiu na clandestinidade. Sirkis começou cedo sua participação no movimento estudantil, em 1967 participava do grêmio do Colégio Aplicação e fazia parte da diretoria da AMES (Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro) e em 1969 ingressou na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) organização pela qual começou a participar da resistência armada contra a ditadura. Após o exílio ambos obtiveram êxito posterior ao registrar suas memórias militantes. *O que é isso companheiro?* de Fernando Gabeira e *Os carbonários* de Alfredo Sirkis lançados em 1979 e 1980, respectivamente, renderam notabilidade aos seus autores após se tornarem *best-sellers* e serem premiados com o prêmio Jabuti na categoria biografia, o primeiro em 1980 e o segundo em 1981. Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis empreenderam uma reorientação ideológica ao aderirem ao ambientalismo e foram membros fundadores do PV (Partido Verde) em 1986. Pelo PV ambos já pleitearam a vaga de presidente da república (1989 e 1998, respectivamente), bem como, se candidataram e foram eleitos para o cargo de deputado federal, sendo que Gabeira permaneceu como deputado entre 1995 e 2011, enquanto Sirkis ocupou essa posição por apenas um mandato, de 2011 a 2015<sup>151</sup>.

Na seção a seguir me ocuparei da análise da origem e trajetória social de Fernando Gabeira pois ele representa com mais propriedade os casos de jornalistas que alcançaram reconhecimento na imprensa, na literatura, na política e na universidade, os quatro âmbitos de projeção com os quais identifico os membros da elite profissional em estudo.

---

<sup>151</sup> Site oficial da Câmara dos Deputados.

### 4.3. Fernando Gabeira, utopia e lucidez

Fernando Paulo Nagle Gabeira nasceu em Juiz de Fora, município do Estado de Minas Gerais em 17 de fevereiro de 1941 filho de Paulo Gabeira e Izabel Nagle Gabeira, ambos descendentes de famílias libanesas migradas para o Brasil. O pai era um comerciante vinculado à UDN (União Democrática Nacional), partido liberal de oposição a Getúlio Vargas e a mãe ex-aluna de um famoso colégio de freiras da região mineira, o Stella Matutina. O núcleo familiar descrito por Gabeira em suas memórias parecia sofrer de um rebaixamento em sua posição social originária manifesto pelo contraste entre a condição econômica familiar e os gostos, anseios e expectativas dos seus membros. Viviam no fundo do armazém de secos e molhados gerido pelo pai, situado em uma região descrita como um subúrbio operário no qual residiam “tecelões, desempregados, biscateiros, prostitutas e gigolôs” (Gabeira, 2012, p. 12). Entre a mobília da casa da infância, o jornalista relembra em especial o grande piano de propriedade materna e os quadros pintados pela mãe que cobriam as paredes, gostos refinados que poderiam causar estranhamento aos humildes clientes do pai. Pode-se deduzir que a política do pai e a educação da mãe tenham sido significativos no processo de formação e socialização primária de Fernando Gabeira. Assim, sobressaíram os desejos dos pais em deixar de “herança” aos filhos uma boa educação a despeito da falta de recursos financeiros, tal como destaca o jornalista em suas memórias (Gabeira, 2012, p. 13).

A intenção dos pais de legar ao filho uma educação esmerada enfrentou a resistência desse à disciplina imposta pelos colégios. Foram várias transferências a fim de que Gabeira se ajustasse à rigidez do sistema escolar. Ao longo de sua trajetória escolar, o futuro jornalista passou por colégios protestantes, internatos católicos e escolas particulares, porém, sempre com dificuldades de cumprir ordens e obedecer horários provavelmente pelo fato do então estudante já ter sido atraído pela política. Ainda secundarista já havia tido a experiência de organizar um movimento para derrubada de um professor de matemática considerado “ato inaugural” de sua entrada no movimento estudantil. Ao final, o empenho da família na formação escolar do filho teve resultados. Mesmo não tendo se tornado bancário, funcionário do Banco do Brasil, como era desejo de seu pai, Gabeira obteve reconhecimento como jornalista ainda jovem (2012, p. 46). O esforço em se aprimorar intelectualmente, legado deixado possivelmente pela mãe e reforçado pelo contexto cultural dos anos 60, é nítido na trajetória de Gabeira. O

interesse pelo aprendizado de idiomas demonstra esse empenho em se aprimorar. Em sua biografia o jornalista menciona ter aprendido inglês na adolescência no Instituto Brasil-Estados Unidos e alemão mesmo antes de se mudar para aquele país após ter sido exiliado, o aprendizado do idioma teria ocorrido quando trabalhava no Rio de Janeiro como jornalista antes da fase de radicalização política. Durante o exílio na Suécia cursou Antropologia na Universidade de Estocolmo, entretanto, não chegou a concluir pois voltou ao Brasil em 1979 após a promulgação da Lei da Anistia.

Entre os registros das reminiscências da juventude chama atenção especialmente o interesse precoce pela literatura e a política. Ao narrar a forma como se viu fisgado pela literatura e como começou a ler “tudo aquilo que me caía nas mãos” (2012, p. 15), explica que foi o despertar sexual que impulsionou o gosto pela leitura pois a literatura infantil lhe era indiferente na infância. A formação como leitor também passa pelo consumo de produtos jornalísticos. Foi por meio da revista *Senhor* que conheceu a obra de Clarice Lispector, William Faulkner e Jorge Amado. Durante o período em que estudou em um colégio interno, através do mergulho no universo da literatura vislumbrou a ideia de se tornar escritor e mudar-se para o Rio de Janeiro. O jornalismo nessa época era apenas uma opção secundária pois o que importava era a literatura. Contudo antes de alcançar a literatura teria que viver intensamente o jornalismo e a política.

Ao narrar os seus primeiros anos no jornalismo Fernando Gabeira se esforça em manter distantes política e jornalismo. Entretanto, a relação fica evidente quando remonta às circunstâncias de ingresso no jornalismo. Quando militava no movimento estudantil na condição de secretário-geral da Organização dos Estudantes Secundaristas organizando greves e piquetes contra o aumento da passagem do bonde e da anuidade escolar foi fisgado para o jornalismo por Fernando Zerlotini, o editor-chefe do semanário *Binômio*, um jornal de “oposição a todos os governos, nacional, estaduais e municipais”, que o convidou para trabalhar no jornal onde estreou na profissão. O futuro militante era então um entusiasta do moderno jornalismo. Lia Fraser Bond e se informava sobre a modernização da linguagem jornalística introduzida pela imprensa norte-americana a qual o inspirava no exercício profissional. A meta era conquistar um cargo na imprensa carioca, no *Jornal do Brasil*. Sua primeira tentativa foi em 1950, apenar de não ter conquistado espaço onde pretendia, conseguiu uma vaga como *copy desk* no *Diário da Noite*, tabloide então dirigido por Alberto Dines, um providencial contato, como

veremos adiante.

Porém antes de experimentar a ascensão profissional, voltou a Minas Gerais e vivenciou a primeira etapa de ascensão na carreira em Belo Horizonte. Na capital mineira estendeu sua rede de contatos e deu mais alguns passos em direção à sua formação intelectual e literária. Nessa época suas preferências se dividiam entre os escritores americanos e os filósofos franceses do existencialismo. Lia Albert Camus, Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon. O último, autor do livro *Os condenados da Terra* foi decisivo para sua radicalização política no sentido de conduzir a “legitimação da violência dos oprimidos” (2012, p. 32). Na capital mineira retomou seu posto no *Binômio* e logo depois trabalhou no jornal *Última Hora*, na revista *Alterosa* e *Correio de Minas*, primeiro jornal no qual ocupou a posição de chefe de reportagem. Em 1964, na iminência do golpe civil-militar se sentiu impelido a voltar ao Rio de Janeiro pois sentia estar “longe do lugar onde as coisas estavam acontecendo” (2012). É possível deduzir que além da questão política referida, havia também maiores oportunidades de uma real ascensão na carreira pois o Rio de Janeiro era o centro da produção cultural e vivia um promissor momento de modernização da imprensa.

No retorno ao Rio de Janeiro conseguiu finalmente alcançar uma posição no *Jornal do Brasil* que conciliava com o trabalho no *Panfleto* de Leonel Brizola, um dos jornais que foram empastelados após a chegada os militares ao poder. Apesar da turbulência dos acontecimentos e da agitação boêmia daqueles tempos, aos 23 anos Gabeira havia “triunfado” na carreira jornalística. No *Jornal do Brasil* foi *copy desk*, depois redator de pauta e diretor do departamento de pesquisas. Sob a chefia de Alberto Dines foi responsável pelo treinamento de estagiários e editor de *Cadernos de Jornalismo*, um livreto sobre teórico sobre jornalismo. Nesse trecho de sua narrativa memorialista discorre sobre suas experiências no processo de modernização da imprensa no qual o *Jornal do Brasil* teve um desempenho privilegiado. Ao fazê-lo, Gabeira lança mão de um expediente comum aos demais membros dessa elite profissional quando se predispõem a narrar suas histórias de vida vinculam-nas ao processo de modernização.

Até determinado momento, tal como afirma o memorialista, havia uma disposição pessoal para separar jornalismo e política. O momento de virada para imersão na militância política ocorreu após uma viagem ao País de Gales enviado pelo jornal na condição de bolsista da Thompson Foundation para um curso de jornalismo. Em contato com colegas do curso vindos do continente africano ressurgiu um impulso latente de

“buscar na história do mundo o sentido da vida, de cravar as unhas nas bordas do abismo do vazio pronunciando a palavra revolução” (2012, p. 47). Após dois meses de curso, de volta ao Brasil em 1966, Gabeira se dirigiria inexoravelmente a uma radicalização política. A primeira atitude foi ligar-se à Dissidência Comunista, um grupo à esquerda do Partido Comunista cujas ramificações se estendiam ao movimento estudantil. Foi por essa época que o próprio jornalismo começou a perder sentido embora dentro das redações já atuasse politicamente junto a um grupo de jovens jornalistas que se incumbia de auxiliar nas coberturas das manifestações (como a famosa *Passeata dos Cem Mil* citada pelo memorialista) e informar repórteres sobre os pontos de encontro e listas de presos e desaparecidos. Contudo, o processo de radicalização política era inescapável, como comenta.

A ida para o País de Gales tinha sido uma alavanca na carreira. Algo que, potencialmente, iria me preparar para novas responsabilidades no jornalismo. Mas a verdade era que minha carreira, com *leads*, *subleads* e pirâmides invertidas, estava indo para o espaço. Comecei buscando a sacada da redação para ver as manifestações estudantis na avenida Rio Branco, acabei descendo as escadas para sempre (Gabeira, 2012, p. 48).

Após a promulgação do Ato Institucional número 5 Fernando Gabeira deixou “uma excelente posição no *Jornal do Brasil*” (2012, p. 55) e se precipitou à clandestinidade pois naquele momento, como descreve, tornar-se clandestino “representava uma espécie de ascensão (...) deixar um rastro de silêncio entre os que ficam para trás e, apreensivos, notam sua falta” (2012, p. 55). De fato, em sua trajetória à radicalização política propiciou a médio e longo prazo a conquista de real projeção em âmbito nacional. Em 1969 o jornalista se vinculou à organização clandestina MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) que no mesmo ano, em conjunto com o movimento guerrilheiro ALN (Aliança Libertador Nacional), executaram o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick a fim de forçar o estado ditatorial a soltar um grupo de presos políticos. O sucesso da ação foi seguido pela captura do jornalista poucos meses depois. Através da repercussão do sequestro nos jornais da época se pode perceber que se por um lado a imprensa carioca o definia como jornalista e sequestrador (abaixo edição do *Jornal do Brasil* de 4 de abril de 1970), por outro lado, a imprensa paulista o classificava como réu no julgamento do caso (abaixo edição do



jornal *Folha de S.Paulo* de 8 de abril de 1970). A diferença na identificação demonstra a projeção nacional então conquistada após a entrada na luta armada.

## ***Justiça Militar 3.<sup>a</sup>-feira abre sumário de culpa dos seqüestradores de Elbrick***

O sumário de culpa dos acusados do sequestro do Embaixador dos Estados Unidos, Sr. Burke Elbrick, ocorrido a 4 de setembro do ano passado, será iniciado terça-feira, às 13 horas, pelo Conselho Permanente de Justiça da 1.<sup>a</sup> Auditoria da 1.<sup>a</sup> Região Militar.

Funcionará na audiência o juiz Milton Fiúza e três acusados serão qualificados e interrogados. Serão ouvidos o jornalista **Fernando Gabeira**, que está recolhido no DOPS, e os estudantes Cláudio Tórres da Silva e Daniel Aarão Reis Filho.

### **FORAGIDOS**

Cláudio Tórres da Silva foi condenado a 10 anos de reclusão pelo Conselho Permanente de Justiça da 1a. Auditoria da Aeronáutica. Foi processado por ter ferido à bala o sargento da Marinha Jorimar José Igrejas, comandante da patrulha que foi prendê-lo no dia 9 de setembro do ano passado no apartamento 1101 da Rua Projatada, 14, no Leme.

Com exceção de Fernando Gabeira, Cláudio Tórres e Daniel Aarão Reis Filho, os acusados estão foragidos. São Franklin de Sousa Martins, Cid de Queirós Benjamim, Antônio de Freitas Silva, Helena Bocatliva Kair, Vera Silva Araújo de Magalhães, José Sebastião Rios de Moura, João

Lopes Salgado, Sérgio Rubens de Araújo Tórres, José Roberto Spiegner, Nelson Lopes de Oliveira, Stuart Edgar Angel Jones, Virgílio Gomes da Silva, Joaquim Camara Ferreira, Paulo de Tarso Venceslau e Manuel Cirilo de Oliveira Neto.

O Sr. Benjamim Sabat, da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, opinou pela manutenção pelo STM da sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 2a. Região Militar do Paraná que condenou a dois anos de reclusão o civil Rivaldo Claudino de Oliveira, incurso na Lei de Segurança Nacional.

Figura 68 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

## Policia gaucha reúne dados sobre suspeitos do ataque ao consul norte-americano no Sul

No Rio Grande do Sul, a Secretaria de Segurança, forneceu ontem os principais dados relacionados com Edmur Pericles de Camargo, vulgo "Gauchão", que até o momento é o principal suspeito da tentativa de sequestro do consul norte-americano Curtis Cutler.

"Gauchão", que nasceu em São Paulo, começou a participar mais ostensivamente de atividades subversivas no comparecer, dois anos atrás, a um congresso em que se condenava qualquer intervenção contra o regime cubano de Fidel Castro.

Ao que dizem as autoridades, estaria usando o nome de Henrique Vilaça. É suspeito de ter participado de vários assaltos a bancos em Porto Alegre. "Gauchão" tem o dedo da mão direita amputado e usa dentadura postiza. Está com prisão preventiva decretada pela Auditoria da 2ª Região Militar, de São Paulo. Sobre ele, acrescenta-se: foi um dos principais guarda-costas de Carlos Marighella, morto num tiroteio com a polícia paulista.

### Solidariedade

A Assembléia do Rio Grande do Sul apreendeu ontem, oficialmente sua solidariedade ao consul norte-americano Curtis Cutler, por motivo da tentativa de sequestro contra ele.

O próprio presidente do Legislativo gaúcho, sr. Otávio Germano, encabeçou uma co-

### Começa sumário de culpa de cinco réus no caso Elbrick

Na Guanabara, o Conselho Permanente de Justiça, da 1ª Auditoria do Exército iniciou ontem à tarde o sumário de culpas dos sequestradores do embaixador Charles Burke Elbrick, qualificando e ouvindo os acusados Paulo de Tarso Vencelosi, Manoel Curlo de Oliveira **Nesse**, Fernando Paulo **Nesse**, Gabeira, Antonio de Freitas Silva e Claudio Torres da Silva.

No início da sessão, o juiz Abel Caminha informou que oito outros acusados serão julgados à revelia, por estarem foragidos. São eles: Franklin de Souza Martins, Cid de Queiroz Benjamin, Helena Bocaluiva Katz, José Sebastião Rios de Moura, João Lopes Salgado, Sergio Rubens de Araujo Torres, Francisco Nelson Lopes de Oliveira e Joaquim Camará Ferreira.

O Conselho Permanente de Justiça, decidiu ainda, transferir a qualificação da acusada Vera Silva Araujo de Magalhães, que está internada no HCE; quebrar a incomunicabilidade de **Fernando Gabeira**, que se encontra preso no 1.º Batalhão da Polícia do Exército e de Vera Silva, para com seus advogados; e permitir que o acusado Antonio Freitas Silva, e pedido ao seu advogado, seja submetido a exame médico, já que vem se queixando de fortes dores de cabeça.

missão de deputados da ARENA e do MDB, que esteve ontem à tarde na residência do consul, para hipotecar-lhe total apoio.

### Elbrick em Brasília

Frente da embaixada norte-americana no Rio informou ontem que o sr. Charles Burke Elbrick visitará nos próximos dias para Brasília, a fim de manter contato com altas autoridades federais. O objetivo de viagem do embaixador dos EUA é debater assuntos relativos à segurança dos diplomatas acreditados no Brasil.

O embaixador Elbrick regressou ontem ao Rio após encontrar-se em Porto Alegre com o sr. Curtis Cutler, vítima da tentativa de sequestro no último domingo.

### Em São Paulo

Nessa Capital, o exl. Danilo da Cunha Melo, secretário da Segurança Pública, recebeu ontem a visita do consul-geral do Japão em São Paulo, sr. Nobuo Okuchi, que foi agradecer-lhe as providências tomadas pelas autoridades paulistas quando do seu sequestro, há poucas semanas.

### Em Recife

De Recife, informa-se que os assaltos praticados por um grupo terrorista desbaratado pelas autoridades da Secretaria da Segurança Pública e da Polícia Militar pernambucana, destinavam-se a levantar recursos para sustentar a subversão no Estado. Até o momento, 4 aparelhos já foram desbaratados pelas autoridades e 12 pessoas a eles ligadas estão presas. Segundo se apurou com base em confissões dos presos, os subterfúgios agiam não somente em Recife mas também em Maceió, no Alagoas.

Ainda com base em tais confissões, a professora de Filosofia, Maria Tereza de Lemos Vilaça, filiada ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) teria sido a pessoa encarregada de fazer o levantamento do sistema de segurança da agência bancária de Cavaleiro, assaltada pelo grupo terrorista.

Dele assalto participaram os terroristas Herly Cipriano, que já esteve um ano e seis meses na Rússia; Rôhine Sool Cavalcanti, o "Sergio"; Luciano de Almeida, conhecido na Aliança Libertadora Nacional pelos vulgares de "Lucas" e "Anibal"; e João Alberto da Costa, que possui os nomes falsos de "Mancuel" e "Ricardo".

Nos aparelhos descobertos foram apreendidos livros e propaganda comunista, um mimeógrafo, armas e munições de diversos calibres.

Figura 69 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

Em 1970 Fernando Gabeira foi preso, torturado e em seguida banido do país em junho daquele mesmo ano junto com mais 39 presos políticos em troca da libertação do embaixador da Alemanha Ehrenfried Von Holleben que também havia sido sequestrado visando a libertação de militantes capturados pela ditadura militar (*verbete DHBB-CPDOC*). A visibilidade adquirida com o ato é reconhecida pelo próprio memorialista.

Com o fim da ação, minha vida seria marcada por ela. Meu pai sempre dizia, ao me ver em situações difíceis: "Você se meteu em maus lençóis". Mas isso era uma referência aos problemas do cotidiano. Os lençóis de agora tinham o linho da história, o cheiro da vitória contra a ditadura militar e o

imperialismo norte-americano, a Babilônia, como era chamado pelos *Black Panthers* (Gabeira, 2012, p. 69).

A princípio poder-se-ia conjecturar que o sequestro no embaixador Elbrik seria o marco temporal uma vez que estabelece um antes e depois na trajetória de Fernando Gabeira. O episódio foi descrito em detalhes no primeiro livro do jornalista *O que é isso companheiro?* de 1979, retratado no cinema por Bruno Barreto no filme homônimo em 1997, e além disso, foi inúmeras vezes revisitado em entrevistas, artigos, livros – entre os quais *Onde está tudo aquilo agora? Minha vida na política* lançado em 2012 – É compreensível que assim seja, pois o sequestro seguido pela prisão e exílio foram responsáveis pela construção da imagem pública do jornalista, ex-militante e escritor. Entretanto, Gabeira empreende um esforço narrativo em demarcar o exílio como real marco temporal de sua trajetória pois foi nele que se reorientou ideológica e politicamente.

Fernando Gabeira permaneceu por cerca de dez anos exiliado entre 1970 e 1979. No tempo profícuo vivido no exílio pôde se encontrar com intelectuais e artistas como o cineasta Glauber Rocha e a poetiza feminista norte-americana Margaret Randall em Cuba, os escritores latino-americanos Julio Cortázar e Gabriel Garcia Márquez na Itália quando depôs do Tribunal Bertrand Russel em Roma a respeito da tortura exercida pela ditadura militar brasileira, bem como, assistir a uma palestra do futuro presidente Fernando Henrique Cardoso na Universidade de Estocolmo. Esses encontros são relembrados como trunfos após a experiência de sofrimento vivida. Para o jornalista escritor o exílio foi uma oportunidade de mergulhar em “outros mundos, dentro e fora de mim” (2012, p. 85). No transcorrer do exílio passou por Cuba, Alemanha, Argélia, Chile, França, Itália e Suécia. Na temporada vivida no Chile presenciou o golpe que depôs o presidente Salvador Allende, fator que o compeliu a ir para Suécia, país em que se estabeleceria por um tempo mais prolongado e onde atuou como roteirista do filme *Embaixada* dirigido por Barbro Karaduda, uma diretora sueca simpatizante da esquerda latino-americana, exibido na TV daquele país abordando os acontecimentos que desencadearam a ditadura chilena os quais havia testemunhado. Sobre a temporada na Suécia, o jornalista político menciona se orgulhar dos “trabalhos manuais” que realizou quando foi jardineiro de cemitério, faxineiro de hospital, porteiro de hotel e condutor de metrô. Mas naquele país também foi locutor de rádio enquanto estudava Antropologia na Universidade de Estocolmo (*verbete DHBB-CPDOC*).

Durante a temporada em que o então ex-militante e exilado residiu na Suécia despontava no horizonte dos movimentos sociais europeus a causa ambientalista consubstanciada por novas perspectivas calcadas na alimentação saudável, combate ao uso de agrotóxicos, preservação da saúde humana e do meio ambiente. A percepção desse movimento ensejou uma reorientação política e ideológica como relata Gabeira.

Sem que me desse conta, estava se iniciando uma grande transformação na minha vida. Não posso precisar sua gênese nem estabelecer uma rigorosa cronologia (...) Eu já duvidava daquilo que apresentávamos como uma alternativa ao reformismo radical: a luta armada (...) Olhando-me no espelho, vi que eu parecia um viúvo que tinha perdido a esposa de muitos anos e, inconscientemente, parara no tempo. Usava cabelos compridos, bigodes, fumava cigarros de fumo negro, Gauloises, e ainda vestia roupas que ganhara de presente pelo caminho (...) Embora eu não soubesse precisamente o que fazer com as novas ideias no Brasil, elas me libertavam da expectativa de uma remotíssima revolução e abriam o caminho para aprofundar a democracia. Nenhum desses temas sozinho, tinha condições de substituir a luta de classes, articulando todos os outros. O único que tratava diretamente de como produzir e consumir era a ecologia (Gabeira, 2012, pp. 108-111).

Gabeira voltou ao Brasil em 1979 após a anistia e sua chegada no aeroporto recebeu estrondosa cobertura de mídia contribuindo para projeção de sua imagem como pode ser conferido a seguir no fragmento da edição de 2 de setembro de 1979 do *Jornal do Brasil*.



---

## Encontro com **Fernando Gabeira**

O jornalista e escritor **Fernando Gabeira**, ex-guerrilheiro beneficiado pela anistia e autor do "best-seller" "O que é Isso companheiro?", estará na "Folha" amanhã, às 19 horas, para uma conversa aberta à participação do público. Com a presença do professor em Ciência Política da Universidade de São Paulo, José Augusto Gullhon Albuquerque, do jurista Dalmo Dallari e da apresentadora de rádio e televisão Xênia Bier, o encontro será realizado à alameda Barão de Limeira, 425.

---

Figura 71 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

A consagração como escritor foi acompanhada pela repercussão de suas reorientações política e ideológica que frequentemente ocupavam as páginas dos jornais e revistas da época. Certamente, a imprensa militante se surpreendeu ao notar que o ex-guerrilheiro que saíra do Brasil não era o mesmo que voltara do exílio. Em 1979 as pautas defendidas por Gabeira giravam em torno da preservação do meio ambiente e da liberdade individual. Entre as novas bandeiras defendidas estavam a chamada "política do corpo" que era um rechaço às repressões sociais impingidas sobre o corpo em vários níveis, a militância feminista, a luta contra o preconceito dirigido aos homossexuais e a defesa de outras "minorias". Foi grande o impacto causado pelo novo ativismo de Gabeira em parte da intelectualidade brasileira. A imprensa o classificava como "controvertido" em matérias propositadamente céticas a respeito das causas que então assumia e em algumas matérias optava por uma descrição detalhada do vestuário de Gabeira a fim de escamotear o bloqueio da esquerda brasileira no tratamento de certos temas sobre moral e costumes.

A difícil tentativa de reenquadrá-lo dentro da imprensa militante, por exemplo, explica a seguinte matéria do jornal *Movimento* de 20 de abril de 1981 na qual o redator tenta explicar a "façanha" de Gabeira e seu sucesso literário enquanto procura dar certa legitimidade às novas bandeiras defendidas pelo ex-exilado.

MEMÓRIAS

# O que é que o Gabeira tem?

Com se explica a  
façanha de Fernando  
Gabeira, que vendeu  
125 mil livros?

Emiliano Gonçalves



Quarenta edições, 125.000 exemplares vendidos em dois anos. Cifras fora do comum no mercado do livro. É a façanha de Fernando Gabeira com *O Que é Isso Comunistar?*, *O Cepisculo do Macho e Estradas e Bandeiras*.

Por que os livros de Gabeira têm tanto êxito? Ante esta pergunta as respostas variam muito: desde "é um gênio" até "é um debandado em país de debandados, debandado é rei". Todas coincidem em que os livros são bem escritos e o assunto é apaixonante. Muitos argumentam também com a força da publicidade.

Mas isto não basta para compreender o êxito de Gabeira. Este deve ser buscado na proposta subliante do autor que vai ao encontro de questões sentidas por parcelas importantes da sociedade brasileira que, além de saber ler e ter tempo para ler-lo, têm dinheiro para comprar livros.

A partir da curiosidade inicial que despertou a chegada do autor ao Brasil com a entrevista a *O Pasquim* e a badalada do retorno — ex-guerrilheiro, seqüestrador do embaixador, yankes com tanga de crochê, transa homens e mulheres em Ipanema — aquelas parcelas da sociedade são atraídas pela irreverência desenfreada dos livros de Gabeira, face a toda ordem estabelecida (de direita ou de esquerda) em todos os âmbitos da vida.

Estes livros vieram ao encontro de um público situado aparentemente à margem do "político", estimulando a reflexão e discussão fora da "cena política



Colaboração, em vez de direção do proletariado...

igualmente oprimidas. O cansaço latente, a indignação sufocada, o terror à violência do cotidiano atravessam toda a sociedade. O protesto e a indignação se expressam à margem do constituído legitimamente, quer se trate de partidos, sindicatos ou qualquer outro tipo de organização criada de cima para baixo.

São os operários que denunciam o sindicalismo pelo atrelado ao Estado e lutam pela autonomia sindical e a independência da classe. São as mulheres que protestam contra a condição de "objeto para usar, gozar e abusar". São os negros que se revoltam contra a discriminação da cor e da cultura. São os homossexuais que lutam pelo direito de fazer o amor com quem quiserem. São os ecologistas perplexos ante a destruição da vida pelo capital. São setores com reivindicações próprias que abrangem cada uma delas um aspecto da exploração e opressão da habitarie capitalista sob um regime despótico. E se expressam como movimentos sociais, como forças sociais que se negam a ser enquadrados em qualquer forma de organização institu-

do que só conhecemos por sussurros em voz baixa ou por lacínios comunicados do governo. A técnica usada é a da perplexidade: Perplexidade teórica e de senso comum ante a monstruosidade em que vão se transfigurando as organizações armadas. Contraponto entre a férrea e sólida lógica formal do discurso do militante construído sobre uma realidade de imaginária que, contendo alguns elementos do real, assume as dimensões do fantástico. Onde o discurso e a ação não criam progressivamente uma realidade paralela que, com sua implacável lógica interna, transforma a vida em conceito vazio e o conceito vazio em vida. Organizações que nascem para a vida política para dessacralizar verdades tidas como eternas, por ironia acabam sacralizando inclusive o que ainda não estava sacralizado.

O grande mérito do autor é que sua autocrítica, seu longo monólogo, é feito desde a esquerda. Em nenhum momento bate no peito como peccador arrependido que volta aos braços da ordem estabelecida. Continua sendo um subversivo. Sua crítica à esquerda não é amarga. E

Trata-se, como o autor anuncia, de uma viagem. Mas não da viagem de "debondade", das orgias e das transas com o "bom capitalismo" como querem fazer acreditar tanto os críticos de uma autodenominada esquerda como os apologistas do capital. Trata-se da viagem da reflexão ante a complexidade da dominação capitalista. É a desobediência que, junto ao proletariado, existem outras camadas oprimidas e exploradas. Que junto aos mecanismos de dominação econômica existem os ideológicos. Que entre estes últimos a família e a moral são suportes fundamentais do capitalismo.

tradas e Bandeiras constitui o encontro com o novo Brasil. É a percepção de que, além das lutas dos proletários, existem as lutas das "minorias oprimidas". Lutas com características próprias, igualmente contestatárias, que questionam as raízes da ordem estabelecida. Lutas que, se levadas até suas últimas consequências, não podem ser assimiladas pelo sistema. Lutas autônomas desses setores que, se incorporadas pelo proletariado num movimento de enriquecimento mútuo, levadas a uma resolução que não se espota com a tomada do poder. O autor se engaja nas lutas das "minorias". Já não é o intelectual que quer levar a consciência ao proletariado. É o intelectual que assume a luta desde outro ângulo.

Como ele mesmo diz: "O movimento feminista ganhara um novo ímpetu a partir de 68, a questão ecológica explodira com toda a intensidade nos anos 70. Culturas independentes como a dos negros exigiam um direito de existência. Os homossexuais, mantidos sob o signo do preconceito, começavam a se organizar em quase toda parte. Os idosos, os velhos, as crianças, em breve iriam abrir os olhos para o processo de opressão a que estavam submetidos. A sorte da nossa época dependia do proletariado. Seria ele capaz de captar estas novas tendências, ou embarcaria pura e simplesmente nas águas da repressão silenciosa e duradoura contra milhões de seres huma-

Figura 72 – Jornal *Movimento* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Nota-se que a legenda da fotografia informa: "colaboração, em vez de direção do proletariado". A frase denota o rompimento do militante com as teorias marxistas vigentes em grande parte das organizações de esquerda. Não obstante, na época determinadas linhagens dentro da imprensa alternativa já aderiam às novas causas apresentadas por Gabeira. Na mesma época o ativista concedeu uma entrevista ao jornal *Lampião da Esquina* (primeiro jornal gay do país) e se tornou colaborador de *Mulherio*. Abaixo, a edição de agosto de 1987 de *Mulherio* mostra um Gabeira sintonizado com as reivindicações dos novos movimentos sociais incluindo-se a então luta pelas eleições diretas.

## Verdes e Mulheres: dois grandes aliados

O PV de FERNANDO GABEIRA DEFENDE IGUALMENTE IDÉIAS ECOLÓGICAS E FEMINISTAS, PODENDO SE TORNAR EM BREVE, COMO JÁ ACONTECEU NA EUROPA, A ALTERNATIVA POLÍTICA PARA AS MULHERES QUE PROCURAM FÓRMULAS NOVAS PARA ATUAR EM PARTIDARIAMENTE.

SANTAMARIA SILVEIRA

que é bom para a Alemanha poder ser bom para o Brasil. Já, depois de terem um partido próprio, as mulheres ingressaram no PV, obtendo espaço, apoio e 25 mandatos na última eleição para o parlamento, mas da metade das cadeiras conseguidas pela legenda. Um fato inédito para os alemães e muito mais para o Brasil, onde todos os partidos juntos elegeram menos de 5% de mulheres entre os candidatos para a Constituinte.

Ao que tudo indica, o Partido Verde pode ser o caminho político para as mulheres brasileiras que procuram uma nova forma de atuarem no cenário partidário, longe dos fisiologismos típicos de cargos por apoio, nepotismos (tempo de parêntese) e outros "amigos" da politicagem nacional. "Os verdes também questionam o mecanismo do poder", explica o escritor e candidato do PV ao governo do Rio de Janeiro nas últimas eleições, Fernando Gabeira, "porque a política, na campanha ou no mandato é muito masculina. Sempre é exercida com agressividade e competição, condutas típicas do universo do homem". Um exemplo lembrado por Gabeira é de da feminista e escritora Rose Marie Kuzmar, candidata a deputada federal pelo PDI do Rio, que pretende escrever um livro sobre sua campanha, chamado *Os Seis Meses que Fui Homem*. "Ela sabe na pele toda essas estruturas do poder

soas precisam compreender que a situação está ruim, mas podem mudá-la através de organização". Duas demonstrações marcaram a campanha de Gabeira: a primeira em Angra dos Reis, onde a população aderiu em peso à manifestação contra a falta de um plano de segurança em caso de acidente na usina, e que já fez suas primeiras vítimas — os camarões cor-de-rosa.

Na questão nuclear, Gabeira é célebre. Não acredita nas palavras do presidente argentino, Raúl Alfonsín, ao receber o presidente Sarney, recentemente, na usina de enriquecimento de urânio de Pilcaniyeu. "Dizer que o programa nuclear da Argentina tem intenções pacíficas é fazer o mesmo tipo de discurso do Brasil. Na verdade, não passa de um truque militar para desviar". Para Gabeira, o que a América Latina precisa é de um programa de desnuclearização, pois "a energia nuclear é insegura e muito cara".

A segunda grande mobilização popular da campanha foi o abraço à Lagoa. Rodrigo de Freitas, também no Rio. A mudança então pretendida era acabar com os constantes despejos na areia e falta de manutenção das mar-



e feministas; a presença da mulher na Executiva Nacional é significativa e a luta por legendas nas convenções partidárias é igualitária, independentemente do cunho político que as mulheres não têm. E como o próprio Gabeira coloca em seu livro sobre a campanha, *Diário de Salvação do Mundo*: "Durante toda a campanha tentamos aplainar uma maneira diferente de entender o movimento das mulheres dentro do movimento geral. Não o queríamos como apêndice e sim no centro das decisões".

Para quem não sabe, a maior festa era 12/11.

lula social mais ampla", analisa Gabeira, "as duas maiores preocupações das mulheres atualmente são saúde, na medida em que possuem assistência médica muito precária, e creches, ainda em número bem inferior às necessidades da comunidade".

Nenhuma campanha envolveu tão diretamente as mulheres como a de Gabeira no ano passado. O projeto "Folia Mulher" levou para o centro do Rio — local onde adeptos de Leonel Brizola e Moreira Franco costumavam se aglomerar — milhares delas. Com uma linha de frente bem ao norte paulista, formada por

7  
MULHERES  
AGOSTO/97

Figura 73 – Jornal *Mulherio* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Certamente, o impacto maior de *O que é isso companheiro?* foi a influência no chamado “embate pelo controle da memória traumática” (Wainberg, 2010) uma vez que o livro se propunha a desmontar certos dogmas da esquerda como pode se perceber pelo seguinte excerto da mais recente edição do livro publicado pela Companhia das Letras em 2009 na qual o jornalista discorre sobre o quão a guerrilha se destituía de qualquer intelectualidade ao passo em que se militarizava.

A questão central era a de que uma estrutura como aquela, fatalmente, em caso de chegar ao poder, iria entrar em conflito com os intelectuais, pois estava localizada num campo em que dificilmente poderia captar e estimular a riqueza da produção intelectual num país como o Brasil. Entrar em conflito ainda é um pouco de eufemismo. O poder, quando entra em



conflito, de um modo geral parte para a repressão. E quem mais dedicado à repressão intelectual o que o intelectual que se nega? Quem mais capaz do que ele para orientar os seus inimigos? O assustador naquele período de exaltação do militarismo foi o quanto andamos perto de uma visão muito rígida e burocratizante, incapaz de libertar não apenas as forças culturais dos setores onde atuávamos, mas incapaz de inclusive liberar nossa própria potencialidade (Gabeira, 2009, p. p. 134).

Quando o livro foi adaptado para o cinema em 1997 por Bruno Barreto novas polêmicas foram suscitadas pois alguns críticos acusaram a adaptação de suavizar a repressão militar enquanto infantilizava a figura dos militantes. Nessa celeuma o que estava em jogo era a contestação do enquadramento da recordação direcionada às novas gerações empreendidas por certas interpretações disseminadas pela produção cultural que envolviam eventos dolorosos e a reputação de alguns envolvidos (Wainberg, 2010). Em 1º de maio de 1997 o crítico de cinema José Geraldo Couto escreveu no jornal *Folha de S. Paulo* que *O que é isso companheiro?*, filme de Barreto, simbolizava o fim do Cinema Novo uma vez se contrapunha àquela vertente tanto na forma como no conteúdo.

## Filme funciona como um réquiem para o cinema novo

JOSÉ GERALDO COUTO  
especial para a Folha

"O Que É Isso Companheiro?", o filme, pode ser visto como um réquiem para o cinema novo, não só pelo evidente desarmamento ideológico que propõe — em contraste com aquele movimento, que era armado de ideologia até os dentes —, mas também pela maneira como o filme opera essa distensão. Como mostram o crítico Jean-Claude Bernardet, o personagem problemático por excelência do cinema novo era o indivíduo de classe média, geralmente um intelectual de esquerda, que oscilava entre engajar-se num projeto popular revolucionário ou acomodá-lo aos interesses então estabelecidos.

No filme de Bruno Barreto, quem é o personagem contraditório e problemático?

Não são os guerrilheiros, que já fizeram sua opção pela luta armada e bem ou mal a põem em prática.

Não é tampouco o embaixador americano, que apenas segue seu papel ritual no mundo da diplomacia e não tem muito o que decidir.

O personagem trágico de "O Que É Isso Companheiro?" é ninguém mais, ninguém menos, que o torturador.

Como Antonio das Mortes, que matava cangaceiros e bantos para levar o povo da "Coqueira de Deus e do Diabo", o torturador vivido por Marco Ricca perde noites de

sono por ter de suportar "essas crianças manipuladas por uma escória sem escrúpulos". Torturas para salvá-las, em suma.

Vilão

Outro "detalhe" significativo: como todo bom filme de suspense, esse também tem um vilão. Quem é ele, senão o guerrilheiro-chefe da operação de sequestro, o inultrazível e escatário Jonas (Matheus Nachtergaele)? Não há no filme, do lado do regime militar, nenhum personagem comparavelmente assustador e culpado.

No afã de escapar da parcialidade em favor da esquerda, o diretor Bruno Barreto talvez tenha sido um tanto condescendente com a direita.

É perfeitamente compreensível que sobreviventes dos anos de chumbo da repressão militar sintam-se incomodados ou indignados diante desse filme.

Pá de cal

Mas o que importa aqui é que, para o bem ou para o mal, Bruno Barreto lançou a pá de cal que faltava para entrar de vez o cinema novo, no selo do qual, ironicamente, nasceu (seu pai, Luís Carlos Barreto, foi o mais importante produtor do movimento).

Não por acaso, "O Que É Isso Companheiro?" é, do ponto de vista cinematográfico, o mais americano dos filmes brasileiros.

Ao contrário de Hector Babenco, que, depois de estigmatizado pelos

cinema-novistas como "cinasta do mercado", foi a Hollywood para fazer cinema com um olhar estrangeiro, Bruno Barreto foi lá para aprender e voltou para fazer igual aqui.

Harry Stone

O símbolo mais acabado desse seu período talvez seja a participação no filme, como figurante, do ex-representante no Brasil da Motion Pictures Association of America, Harry Stone.

Demonizado durante décadas pelos cinema-novistas como emissário do imperialismo cinematográfico hollywoodiano, Stone acabou assimilado pelo cinema brasileiro. Ou terá sido espartano?

Figura 74 – *Folha de S. Paulo* – Fonte: Acervo Folha

Os desdobramentos das duas obras (livro e adaptação cinematográfica) evidenciam uma disputa envolvendo dois grupos antagonísticos reminiscentes da militância de esquerda. O embate é pela construção da memória e o controle sobre o passado, o presente e o futuro (Kushnir, 2000). No meio do conflito entre os ex-militantes ainda

aferrados às antigas convicções e os revisionistas, Fernando Gabeira construiu seu discurso calcado no revisionismo das posturas adotadas e apontou para uma terceira via calcada na militância ambientalista.

A partir dos anos 80 o jornalista deu início a uma bem sucedida carreira literária que seria laureada com o título de *Chavaliers des arts et des letters* concedido pelo governo francês em 1998. O auge do sucesso da produção de Gabeira foi a década de 80 na qual a venda de livros foi suficiente para que pudesse viajar pelo país com os direitos autorais de seus livros (2012, p 212). Desde a primeira edição de *O que é isso companheiro?* (1979) Fernando Gabeira lançou no mercado cerca de dezesseis livros. O conjunto da obra revela as intenções latentes de seu autor em registrar o traçado de seu percurso político. Em suma, são textos jornalísticos, reflexivos e memorialísticos. Na categoria jornalismo publicou livros-reportagens<sup>152</sup> e um romance-reportagem, intitulado *Sinais de vida no planeta Minas* (1982). Uma publicação em sintonia com a onda de romances-reportagens do período que enfocava uma das temáticas progressistas levantadas pelo ativista nos anos 80, nesse caso, o crescente feminismo em uma sociedade conservadora como a mineira. Também dentro da categoria jornalística, percebe-se que tal como outros membros da elite profissional em análise, Gabeira publicou coletâneas de artigos de sua autoria publicados em jornais<sup>153</sup>. Porém mais abundante é o conjunto de livros que misturam reflexões e memórias<sup>154</sup>. Desse conjunto de obras precedem características importantes para se entender a trajetória social de seu autor. Trata-se de uma literatura militante e memorialista. Militante porque trata das seguidas reorientações políticas e ideológicas de Gabeira, bem como, de sua vida na política, desde a condição de ativista até a de político “profissional”. Memorialista, porque aí se encontram registradas experiências individuais entrelaçadas deliberadamente a fatos e acontecimentos da história brasileira. É por meio do exame dessas memórias que um pesquisador atento pode encontrar pistas para se compreender as transformações ocorridas no

---

<sup>152</sup> *A maconha* (2000), *Greenpeace: verde, guerrilha da paz* (1988), *Goiânia, rua 57 – O nuclear na terra do sol* (1987).

<sup>153</sup> *Diário da Crise* (1984); *Manual dos Sobreviventes* (2009); *Navegação na Neblima* (2006), *Democracia Tropical* (2017).

<sup>154</sup> *O que é isso companheiro?* (1979), *O crepúsculo do macho* (1980), *Entradas e Bandeiras* (1981), *Hóspede da Utopia* (1981), *Nós que amávamos tanto a revolução* (1985), *Vida alternativa – uma revolução do dia a dia* (1985), *Diário de Salvação do Mundo* (1994), *Onde está tudo aquilo agora?* (2012), *Democracia Tropical* (2017).

campo político e jornalístico e nos percursos de seus autores, em outras palavras, as regras do jogo na política institucional em interface com o campo jornalístico. Um sintoma dessas transformações pode ser encontrado no *site* pessoal de Fernando Gabeira. Na seção onde elenca sua produção bibliográfica não consta o livro *Viagem ao coração do Brasil* publicado em 1994 como resultado de sua participação em uma das chamadas Caravanas da Cidadania promovidas naquele ano como parte da campanha às eleições de Lula à presidência da república embora Gabeira cite o livro em *Onde está tudo aquilo agora?* como “instrumento de campanha destinado a divulgar a Caravana da Cidadania e que contribuiu para que Lula ficasse mais conhecido de muita gente no interior e para que conhecêssemos melhor o país” (2012, p. 144). A ausência de *Viagem ao coração do Brasil* da lista de livros no *site* pessoal de Gabeira pode ter resultado de uma negligência dos gerenciadores do *site* mas também pode ter sido um ato deliberado que simboliza o distanciamento do partido.

A primeira década que se seguiu após o retorno do exílio foi concomitante ao processo de abertura política que culminaria com normalização das eleições para presidente a partir de 1989. Nesse ínterim Gabeira atuou como escritor e ambientalista enquanto gestava sua entrada na política institucional. A candidatura não foi uma surpresa para imprensa pois desde 1979 era retratado na como um “político iminente” como demonstra a edição do *Jornal do Brasil* de 22 de dezembro de 1979.



Figura 75 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Com a redemocratização alguns partidos voltaram à legalidade,

como o PCB, enquanto outros surgiram capitaneados por novas lideranças, a exemplo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, líder do PT (Partido dos Trabalhadores) que se candidataria ao pleito eleitoral no final da década 80. Nesse contexto Fernando Gabeira despontou como liderança do PV (Partido Verde), partido do qual foi um dos fundadores ao lado de Alfredo Sirks também um jornalista e ex-militante da luta armada. Na edição do jornal *Folha de S.Paulo* de 19 de janeiro de 1987 publicava o processo de legalização do PV.

## No Rio, “verdes” decidem iniciar processo de legalização do partido

Do Sucursal do Rio

A direção regional do Partido Verde no Rio de Janeiro decidiu ontem, depois de um dia de reunião na sede do Instituto Brasileiro de Psicanálise (Ibraps), em Humaitás, zona sul do Rio, iniciar o seu processo de legalização a nível nacional. Ontem mesmo foi iniciada a elaboração do programa do partido, que será publicado no “Diário Oficial da União” ainda no primeiro trimestre de 1987. Como observadores, participaram da reunião dos “verdes” fluminenses um membro do partido em Porto Seguro (litoral sul da Bahia) e outro de São Bernardo do Campo (região sudeste da Grande São Paulo).

O jornalista e escritor **Fernando Gabeira**, 45, candidato derrotado da coligação informal PT-PV ao governo do Rio, em novembro, e principal liderança dos “verdes” fluminenses, disse ontem que, embora a decisão do encontro tenha sido no sentido de legalizar o partido, isso não deverá ocorrer com facilidade. Ele tem dúvidas em relação a capacidade do partido de se organizar em 20% dos municípios de nove Estados, como determina a lei. “O importante é que nesta reunião incorporamos ao partido mais de quinhentos novos militantes que integram os núcleos espontâneos de campanha. Já estamos organizando direções em pelo menos seis outros Estados: Minas, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas e São Paulo. Agora, esperamos que a Constituinte torne menos dracônica a legislação sobre registro de partidos. O resto depen-



Fernando Gabeira, do PV

dera da evolução da conjuntura nacional”, disse.

As 16h de ontem, **Gabeira** anunciou que os participantes da reunião aprovaram uma resolução mantendo uma “aliança preferencial” com o PT na Assembleia Legislativa, sem excluir, porém, a possibilidade de entendimentos com outras forças que considera “progressistas”, como o PPT, o PSB e setores do PMDB. **Gabeira** disse que a aliança com o PPT, PSB e setores do PMDB, além do PT, será tentada também a nível nacional, já que, em sua opinião, “o PMDB, sozinho, já espotou as suas condições de conduzir o processo brasileiro de transição para a democracia”. Segundo **Gabeira**, esta aliança deve ser feita em torno de

questões que custodiam estruturas, como a disputa externa e a reforma agrária, além da redução do mandato do presidente José Sarney e eleições diretas imediatas para a Presidência da República. Estes pontos constam de um documento que os “verdes” devem divulgar hoje, defendendo a preservação dos interesses dos trabalhadores.

O Partido Verde quer formar no Congresso constituinte uma frente progressista que inclua, além dos partidos já mencionados, o PCB, o PC do B e todas as forças que considera “populares” – como associações de moradores, CUT e o Movimento dos Sem Terra. A aliança preferencial com o PT decidida ontem resguarda a autonomia de cada diretoria municipal de fazer acordos que considerar necessários – com quaisquer partidos, respeitadas as premissas do PV, a começar pela defesa do meio ambiente. A esperança polemica com o editor Julio Montero Mariños, “verdes” entrarão em uma coligação permanente com o PT, acabou não ocorrendo. Julio Cesar participou apenas de parte da reunião.

O PT fluminense elegeu quatro deputados estaduais (Carlos Minc, Luiz Salles, Lúcia Arruda e Ernani Coelho), mas apenas um, Carlos Minc, o mais votado, participará do processo de legalização do PV. Além de **Fernando Gabeira**, o PV fluminense apoiou um candidato a deputado federal, Lisat Vieira (deputado estadual do PT, que não se elegeu), e dois estaduais (Carlos Minc, eleito, e o escritor Herbert Daniel, que não se elegeu).

## PDT apoia Lyra na disputa para presidir Câmara

Do Reportagem Local

Depois de duas reuniões, a bancada federal do PDT decidiu apoiar o nome do deputado **Fernando Lyra** (PMDB-SP) na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, argumentando que a candidatura de Lysses Luanardes (PMDB-SP) é insustentável. A informação é do deputado federal eleito Adhemar de Barros Filho (PDT-SP), ao comentar ontem, às 14h15, por telefone, a tendência dos 24 deputados e 2 senadores eleitos pelo PDT.

A posição do partido deve ser oficializada no próximo dia 28, em Brasília, quando a bancada federal se reúne para escolher seu líder e definir sua posição em relação às pressões da Câmara e do Congresso constituente. “**Fernando Lyra** é uma alternativa”, disse Adhemar, acrescentando que o PPT não vota em Lysses apenas pela contestação legal da candidatura. Para a presidência do Congresso constituente, os pedetistas votam no presidente do PMDB. Segundo Adhemar, há um consenso entre a bancada para a indicação do deputado Bráulio Monteiro, eleito pelo Rio de Janeiro, para a liderança do partido.

O governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, deve comparecer a reunião da bancada federal, onde os deputados discutirão as propostas do partido ao Congresso constituente. Ainda segundo Adhemar, nesse encontro poderá ser discutida, informalmente, a condução de Brizola a presidência do partido.

Figura 76 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

No excerto abaixo, Gabeira explica o que o levou à iniciativa de fundar o PV.

A ideia de formar um partido novo, “verde”, num momento em que já se discutia se partidos eram ainda instrumentos válidos, foi baseada na experiência europeia. O partido deveria trazer um programa claro sobre os novos temas, ancorados na visão ecológica, e, simultaneamente, atuar ao lado do PT. Com isso, se reproduzia o modelo europeu,

sobretudo o alemão, da coligação verde-vermelha (Gabeira, 2012, p. 122).

Pelo que se depreende da escrita de Gabeira a fundação do PV está de certa forma relacionada ao PT. Pode-se compreender tal colocação uma vez que ambos eram jovens partidos detentores de plataformas que poderiam ser consideradas progressistas, enquanto o primeiro se pautava pela luta contra agressão ao meio ambiente, o segundo se pautava pelo combate à degradação do ser humano pela miséria. No entanto, como se trata das memórias de um dos fundadores do PV, é possível inferir que as memórias individuais tenham se confundido com as coletivas. Ao longo de sua carreira na política partidária e institucional Gabeira viveu entre idas e vindas entre os dois partidos. Em 1986 devido aos obstáculos para reconhecimento legal do PV (legalizado apenas em 1993), Fernando Gabeira se filiou ao PT a fim de concorrer às eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro, no entanto, pela coligação Frente Brasil Popular (PT-PV) perdeu, ficando em terceiro lugar naquelas eleições. Em 1987 Gabeira obteve junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) o registro provisório do PV e por meio dele conseguiu se candidatar à presidência da república pelo PV nas eleições de 1989. Em 1994 se candidatou a deputado federal e obteve maioria de votos (fragmento do *Jornal do Brasil* do dia 18 de novembro de 1994) apoiado por setores ambientalistas e por sua base eleitoral na Zona Sul carioca.

<b>DEPUTADOS FEDERAIS</b>	
<b>Rio Unido (PSDB/PFL/PP/PL)</b>	
José Egidio	49.712
Francisco Silva	41.280
Lima Netto	26.191
Ronaldo Cezar Coelho	23.548
Nelson Bornier	21.329
Paulo Feijó	18.457
Alcione de Oliveira	17.301
Alexandre Santos	14.963
Rubem Medina	12.623
Marcio Fortes	12.637
Aroldo de Oliveira	10.670
Eduardo Mascarenhas	10.399
Alvaro Valle	10.368
Laprovilla Vieira	10.174
Paulo Portugal	10.008
Sylvio Lopes	9.816
Laura Carneiro	8.943
Flávio Palmier da Veiga	8.631
Amaro Pessanha	8.106
Aldir Cabral	7.725
<b>Força do Povo (PDT/PTB/PMN)</b>	
José Maurício Linhares	30.303
Miro Teixeira	23.008
Carlos Alberto Campista	16.967
Martino Clinger	15.797
Fernando Lopes	14.657
Marcia Cibilli Viana	14.017
Maria Aparecida Campos	13.975
Roberto Jefferson	13.338
José Carlos Coutinho	10.256
Hamar Serpa	10.070
Fernando Gonçalves	9.360
João Mendes	9.346
Edson Ezequiel	9.209
<b>Frente Brasil Popular (PT/PPS/PSB/PC do B/PV/PSTU)</b>	
Ronaldo Santos	12.905
Alexandre Cardoso	12.345
Lindberg Farias	12.156
Fernando Gabeira	11.021
Jandira Foghall	10.973
Maria da Conceição Tavares	10.779
Sergio Arouca	10.200
Milton Temer	10.182
Godofredo Pinto	9.300
<b>PPR</b>	
Francisco Dormelles	49.737
Jair Bolsonaro	27.354
Amaral Netto	20.094
Roberto Campos	16.422
Simão Sessim	11.970
José Carlos Lacerda	11.789
Eurico Miranda	9.049
Aguinaldo Timóteo	6.750
<b>PMDB</b>	
Morreira Franco	33.334
Noel de Oliveira	18.464
Candido Pereira Mattos	11.214
Rockefeller de Lima	11.213
Jorge Wilson de Matos	8.846
Antonio Elias da Cruz	8.746

\* Alturas suplentes, apuradas 19,85% dos votos

Figura 77 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Registrou-se que aquela foi uma campanha “ecológica e econômica” pois o candidato “usou papel reciclado em seus panfletos e material impresso, pediu votos dirigindo uma bicicleta equipada com microfone, alto-falantes e um rádio-gravador”. A plataforma de sua campanha aliava projetos preservacionistas a propostas como a descriminação do uso da maconha, o fim do serviço militar obrigatório e a legalização do aborto. Fernando Gabeira tomou posse em 1995 sendo reeleito no pleito de 1998. Porém, mesmo sendo um dos únicos políticos do PV a ocupar uma cadeira no congresso, em agosto de 2001 trocou o PV pelo PT tecendo críticas obre a “visão miope” e o “fisiologismo” do PV, e elegeu-se em 2002 sob a nova legenda. Sobre a ocasião o Gabeira escreveu em sua biografia:

Quando Lula venceu, fui eleito deputado pela terceira vez. Tinha mais experiência, e eu ainda

mantinha as esperanças. Apoiara a candidatura no novo presidente em 1994 e 1998. Cheguei a entrar no Partido dos Trabalhadores porque o PV hesitava e parecia não compreender, naquele momento, que se jogava a cartada decisiva no período pós-redemocratização (Gabeira, 2012, p. 159).

Naquela conjuntura acreditava “estar participando de uma grande experiência histórica e isso já era uma recompensa” (2012, p. 159). Porém após várias divergências decidiu abandonar o PT e em seu discurso na câmara dos deputados ao anunciar o seu desligamento anunciou que “havia sonhado o sonho errado” pois naquele governo não havia sensibilidade para com o meio ambiente e “muito menos para as mudanças no comportamento político no país”, afirmações que reproduz em sua autobiografia de 2012.

Em 2005 retornou ao PV atuando como vice-líder do partido na Câmara naquele ano. No pleito de outubro de 2006 reelegeu-se pela última vez como deputado federal, pelo PV. Na ocasião, foi o candidato mais votado por consequência das repercussões de seu embate com o então presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (Partido Progressista) em função desse defender uma punição branda aos deputados flagrados em suposta prática de caixa dois eleitoral. Na frente das câmeras de TV Gabeira desafiou Severino “Vossa Excelência, ou se cala ou vamos iniciar um movimento para derrubá-lo”. Em novembro de 2006, desligou-se novamente do PV diante da adesão de partido a Lula então reeleito presidente da República afirmando que “não trairia os seus eleitores e atuaria de forma independente” na Câmara (verbete DHBB-CPDOC). No *site* oficial da Câmara dos Deputados pode-se confirmar que Gabeira rompeu com o PV em 2005 e atuou sem partido na Câmara durante um breve período para depois se religar ao PV na condição de vice-líder, posição que ocupou até o fim de seu quarto mandato consecutivo em 2011<sup>155</sup>. Acrescenta-se que na carreira política Gabeira ainda foi candidato a prefeito do Rio de Janeiro em 2008 pela coligação Frente Rio formada pelos partidos PSDB, PPS e PV, perdendo no segundo turno daquele pleito.

De acordo como Grill, o exame das biografias de políticos passa pela análise da relação entre as características sociais e políticas dos biografados e os tipos de relatos produzidos, pela modalidade de

---

<sup>155</sup> [www2.camara.leg.br/deputados](http://www2.camara.leg.br/deputados)

estruturas narrativas empregadas e a forma de qualificação das obras operadas pelo próprio político (enquanto autor) ou pelo editor da publicação. Assim sendo, ao analisar o enquadramento da memória e os esforços de teorização do jogo político realizadas pelo próprio Gabeira pode-se compreender o esforço de gerenciamento da identidade social em cenários de conflito partidários e ideológicos. Em suas memórias Fernando Gabeira se predispõe a registrar sua guinada para a política ambientalista e depois sua retirada da própria cena política institucional. De certa forma, sua trajetória personifica as imbricações entre a classe intelectual e política. Gabeira endossa o PV enquanto empreende sua autorreferenciação pois o partido é simbólico de seu rompimento com a ortodoxia de esquerda. Porém, o faz enquanto certas “bandeiras” adotadas anteriormente estão em pleno declínio. Gabeira encontrou (e construiu) um campo de atuação política do qual retirou elementos legitimadores para compor o seu discurso e também o seu relato memorialístico. Apesar disso, em seus registros biográficos a experiência na guerrilha e o episódio do sequestro seguido pelo exílio foram mencionados tanto na primeira narrativa memorialística (*O que é isso companheiro?*), como na última (*Onde está tudo aquilo agora?*), uma vez que representam um marco temporal, entre o anonimato e a visibilidade.

Poder-se-ia acrescentar que as memórias de Gabeira se sintonizam com as memórias de outros políticos que ascenderam entre as décadas de 1970 e 2010 representantes de uma diversificação da elite política resultante do processo de redemocratização. Ao longo desse período novos atores surgiram em cena disputando o espaço com velhos herdeiros de famílias oligárquicas ocupantes tradicionais dos espaços de poder desde o fim do Estado Novo. Alguns desses antigos atores políticos empreenderam produções memorialísticas nas quais pode-se encontrar mecanismos de objetivação de capitais (escolar, econômico, político) e estratégias de reconversão cujas características narrativas consistem em “uma mescla dos idiomas da ‘violência’, das ‘regras jurídicas’, do ‘uso das palavras’ (escrita e oratória) e das instituições democráticas em construção” (Grill, 2012, p. 35). Por sua vez, nos registros memorialísticos da geração de políticos eleitos após a redemocratização aparecem outros princípios e critérios de hierarquização social como a afirmação de títulos escolares (no caso de Gabeira, a graduação em Antropologia na Universidade de Estocolmo, Suécia) e dos percursos militantes (razão para reiteração da menção à militância e exílio). A imposição de novos princípios de hierarquização presentes nas memórias de políticos, de acordo com Grill permite “a conversão desses novos



critérios de aferição de excelência social em recursos de luta política, assim como em novas simbologias e fundamentos de excelência social” (Grill, 2012, p. 35).

Nas últimas décadas a cristalização da imagem pública como político, resultado dos dezesseis anos em que Gabeira ocupou o cargo de deputado federal no Congresso Nacional, obliterou relativamente a identidade de jornalista. A visibilidade na política acabou transmitindo a ideia de que houve um abandono da profissão inicial. No entanto, Gabeira investiu paralelamente nas carreiras política e jornalística. O retorno ao jornalismo após o exílio ocorreu ainda nos anos 80 quando apresentou um programa na TV Bandeirantes chamado Vídeo-Cartas (2012, p. 123) período em que também trabalhou para o jornal *Zero Hora*. Após participar das eleições presidenciais de 1989 o jornalista se mudou para Berlim na condição de correspondente da *Folha de S.Paulo* na Alemanha. Pode-se dizer que à medida em que crescia na política foi galgando espaços mais prestigiados no jornalismo. Em 2008, começou a escrever a coluna Rio de Janeiro, na seção *Opinião* da *Folha de S.Paulo*. A partir de 2011, passou a escrever quinzenalmente para seção *Espaço Aberto* do *Estado de S.Paulo*. Em 2012 começou a comandar no canal *BandNews* o programa *Capital Natural*. Atualmente mantém colunas no segundo caderno do jornal *O Globo* e no *Jornal da CBN*, a última intitulada *Que semana é essa?* é transmitida semanalmente pela CNB. Além disso, possui um programa no canal *GloboNews* que assina com seu próprio nome.

No que concerne à abordagem a respeito de jornalista, escritor e político, na seara da produção acadêmica há menor incidência de trabalhos que o focalizam como jornalista. Nesses casos a ênfase é na autoria de romances-reportagens<sup>156</sup>, enquanto a perspectiva predominante é aquela que o situa como autor do livro de memórias militantes *O que é isso companheiro?* Nos trabalhos de pesquisa averiguados o mote das análises é recorrentemente o conflito pela definição da memória relativa

---

<sup>156</sup> *Literatura e Jornalismo: práticas políticas* (livro/Ed.USP) Carlos Rogé Ferreira (2003); *Dois olhares: o romance-reportagem e a apropriação da verdade factual em Sinais de vida no planeta Minas, de Fernando Gabeira e Os amores da Pantera, de José Louzeiro* (dissertação Letras/USP) de Felipe Augusto Caetano Matos.

às décadas de ditadura militar<sup>157</sup>. Nesses estudos se repercutem as polêmicas suscitadas primeiramente com o lançamento do livro em 1979 e depois pela adaptação da obra para o cinema em 1997 por Bruno Barreto nas quais o jornalista é acusado de promover um discurso de conciliação com o regime militar ao criticar a ortodoxia da guerrilha urbana dos anos 60.

Em geral é a *performance* de militante revisionista a que predomina na produção cultural realizada após os anos 2000 tal como pode ser notado na matéria do *Jornal do Brasil* de 13 de setembro de 2009 que divulga o livro do prestigiado jornalista Geneton Moraes Neto intitulado *Dossiê Gabeira: o filme que nunca foi feito*.

---

<sup>157</sup> *O embate pelo controle da memória traumática* (artigo revista Intexto/UFRGS), Jacques Wainberg (2010); *Depor as armas – a travessia de Cony e a censura do Partidão* (artigo revista Anos 90/UFRGS) Beatriz Kushnir (2000); *A construção da memória do regime militar: uma análise do filme O que é isso companheiro?* (dissertação CPDOC-FGV), Indiara da Silva Lima (2012); *Imagens Divergentes, “conciliação” histórica: memória, melodrama e documentário nos filmes O que é isso companheiro? E Hércules 56* (dissertação História/USP), Fernando Seliprandy (2012).

LITERATURA

# Roteiro feito de utopia e realismo

Livro de entrevistas recupera trajetória dissonante de Fernando Gabeira, jogando luz sobre uma geração que souhou mudar o Brasil e hoje revê seus erros e acertos

Bolivar Torres

"Para qual rebelde fracassado você mandaria flores? Você se considera um?"

A pergunta do jornalista Geneton Moraes Neto a Fernando Gabeira, o local que quase no final do livro de entrevistas *Dossiê Gabeira: o filme que nunca foi feito*, poderia dar espaço a uma resposta carregada de lugares-comuns saudosistas e do romantismo dos "anos de chumbo" — evocação de uma era de inimigos definidos e ideais utópicos. Vale lembrar, porém, que o entrevistado é o militante que desconstruiu seus próprios dogmas da esquerda revolucionária: a do ex-guerrilheiro

para trás sem medo de apontar seus erros e buscar novas soluções. Mercgulizando a trajetória dissonante de Gabeira, o entrevistador liga as diversas interpretações (suas, como diário o entrevistado, as "entre vanguardas" da história) e joga luz sobre os decalombos de um grupo que tentou mudar o Brasil.

Não sobria talar em nome da geração de Gabeira. Mas defendeu, independentemente de qualquer coisa, a análise das visões do mundo e uma tarefa indispensável — avalia Moraes Neto. — Pode ser um processo doloroso. Por exemplo: não é fácil admitir que as utopias que provocaram paixões políticas em tantos jovens militares por tanto tempo, foram, na palavra de Gabeira, "surgamintas", porque terminaram justificando um enorme rol de violências. E, esta a lotura que ele faz do século 20 na entrevista que me concedeu: as utopias foram sanguinárias. Isso é dito por um ex-guerrilheiro que se empenhou em implantar uma "utopia" socialista. Posições como essas despertam rancores, polêmicas, discussões.

A "maratona memorialista" de *Dossiê Gabeira* corre paralela a uma longa entrevista em regime de estopim concentrado, interrompida somente por um breve intervalo para reflexão. Em uma noite de um hotel em Ipanema, abrigada pela editora, Moisés Neto bombardou Gabeira com temas como marxismo, ecilim, a ruptura com o PT, o uso indevido das cotas de passagens aéreas na Câmara, o claro, o sequestro ao embaixador americano Charles Elbrick ("Fiz perguntas duras. O que qualquer cidadão poderia perguntar, se tivesse a chance de confrontar"), lem-



“Política sem esperança é insuportável! O problema todo é ajustar a esperança e a realidade. Esperança é fundamental”

“Se era problemático para mim naquela época, hoje já não é. Rejeito este tipo de ação em qualquer hipótese!”

Fernando Gabeira  
Fonte: entrevista de Charles Elbrick

Como lembra seu velho amigo Paulo Cesar Perito, são as contradições que embriagaram a vida de Gabeira. “Uma das variáveis medulares de Gabeira é sua intempéncia. Mas ele é paradoxal”, tenta definir o autor em uma passagem do livro.

— Bem ou mal, com erros e acertos, imprevistos e reveses, a trajetória de Fernando Gabeira parece apontar para a defesa de uma pluralidade que é sempre saudável e necessária — resalta Moraes Neto. — É possível distinguir dois momentos decisivos em relação aos guerrilheiros que combateram. Num primeiro momento, especialmente depois da volta dos exilados, houve uma comensável glorificação da resistência.

Com o passar do tempo, figuras como o próprio Gabeira começaram a desenvolver uma visão crítica sobre a prática da luta armada. Um exemplo bem específico: hoje, ele diz que vê o sequestro como os olhos do refém, não dos sequestradores.

Narrado pelo próprio depoimento em seu livro *Quê foi, compulso?* (que depois foi adaptado por Bruno Barreto para o cinema em 1997), e emmiado no documentário *Histórias 36*, o sequestro do embaixador americano é novamente revisado aqui. O episódio colou para sempre na figura de Gabeira, que lamenta sua citação excessiva, sugerindo que mesmo depois de morto terá seu nome associado a ele. O político reconhece que o ato é injustificável (“Se era problemático para mim naquela época, hoje já não é. Rejeito este tipo de ação em qualquer hipótese!”). E admite que, além de ter tido pouca participação no sequestro, não assinou o manifesto divulgado pelos sequestradores (a autoria foi do atual ministro-chefe da

secretaria de Comunicação Social Franklin Martins).

— Todos os fatos merecem ser reavaliados, especialmente pelos jornalistas — diz Moraes Neto. — Eu diria que é uma obrigação profissional. O jornalista que di um fato por “encerrado” ou “esgotado” pode estar fazendo o qualquer coisa, mesmo realismo. Porque uma das funções básicas do jornalismo é justamente o de remover as caradas que encobrem os acontecimentos. Nem sempre a mídia é bem sucedida. Mas o simples fato de tentar já é omissão do jornalismo. Há debates, centenas de questões a serem discutidas sobre um acontecimento da importância quanto foi o incêndio sequestro. Jamais se tinha feito algo parecido. O sequestro foi o maior “espetáculo” golpe contra o regime militar, naquele momento. Qualquer jornalista que julga que um fato interestorionário pode ficar “velho” ou “superado” deveria mudar de profissão, para facilidade geral de leitores, ouvintes e teleespectadores.

Depois de aprender com os próprios erros, Gabeira sintetiza hoje o político pragmático e realista. Consta a faticidade das ideologias do século 20, as “máximas de ver o mundo”, que tentaram, em vão, “escrever o script da história e extrair o lucro”. Ao ser indagado sobre o ceticismo pós-moderno e o vazio das utopias, Gabeira defende, porém, a ideia de que política sem esperança é “insuportável”. Mas uma contradição de um pensador que tenta se equilibrar no tabuleiro das ideias, entre o realismo e o sonho, o possível e o impossível.

— A vida sem esperança pode ser uma sucessão cinzenta de dias — defende Moraes Neto. — É preciso sonhar, mas atento para não repetir erros do passado. Neste sentido, o depoimento de Gabeira no livro pode ser super didático. Em resumo, ele diz que, hoje, já não há grandes roteiros de transformação a serem seguidos.

O jornalista considera:

— Ninguém precisa pedir a bênção. Kadê claro, todo dia eu souzido. Mas há espaço para sonhos que podem ajudar a melhorar a vida de cada um e de todos. A diferença é que ninguém precisa acreditar, por exemplo, que o estado deve mandar na vida de todos, como uma parte da esquerda achava nos anos 60, 70 e 80. Igualmente, não se deve acreditar que o “mercado” é que deve reger nossas vidas. O segredo da sabedoria, hoje, segundo Gabeira, está na entrevista, é saber qual a melhor combinação que pode ser feita entre estado e mercado, em momentos históricos específicos.

» Nas livrarias

**Dossiê Gabeira: o filme que nunca foi feito**  
Geneton Moraes Neto, Editora Globo, 264 páginas, R\$ 34.

Figura 78 – *Journal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Essa imagem é endossada pelo próprio Gabeira em seu site pessoal mantido desde 1997 (imagem abaixo). Na seção “biografia”, o jornalista cita uma reportagem da revista *Veja* que o caracteriza como “guerrilheiro da lucidez, a materialização das utopias impossíveis”. No final desse texto, Gabeira conclui que esse é “um grande elogio: não é fácil harmonizar lucidez e utopia”<sup>158</sup>.

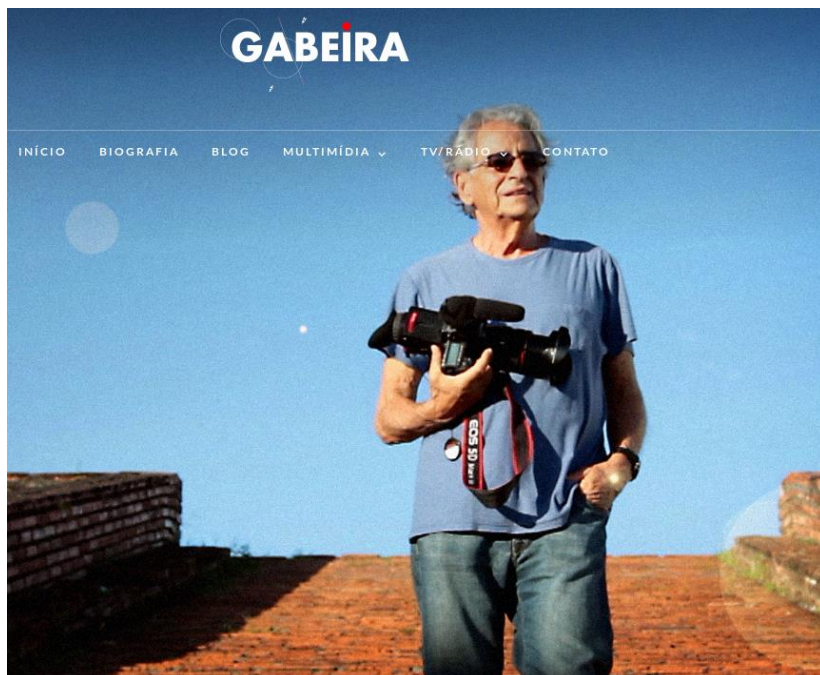


Figura 79 – Site pessoal de Fernando Gabeira

		1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2017
Modernização da Imprensa			Diretor do Departamento de Pesquisas Sociais de São Paulo (1954)		Correspondente da Folha de São Paulo na Alemanha (1955)		Colunista da Folha de São Paulo (2008)	Colunista jornal Estado de São Paulo (2011)	Colunista do jornal O Globo (2017)
				Prêmio com o texto escrito pela ditadura militar (1970)	Fundação do Partido Verde (1980)			Titular do Programa Ciência/Matuf na Band/News (2012)	Titular do programa GloboNews (2015-2017)
Política									
Literatura (e Artes)									
Universidade									

FERNANDO GABEIRA

Tabela 7 - Espaços de consagração - Fernando Gabeira

#### 4.4. Do jornalismo militante às Universidades

Nessa última seção expositiva dos resultados da pesquisa os destaques são as mudanças nos critérios de recrutamento e ascensão na composição da elite jornalística. Aqui não pretendo afirmar que as atuações paralelas dos jornalistas nas esferas política e literária (artística, de uma forma geral) deixaram de ser contadas como um mérito para ingresso e conquista de notoriedade. Tampouco se desvalorizaram as redes de contato (capital social) e as peculiaridades da origem social como vantagens para o progresso nessa carreira. Entretanto, foi perceptível uma transformação no mercado profissional que teve desdobramentos sobre o perfil profissional. Durante as décadas de 1960 e 1970 a militância política (pertencimento a partidos políticos, entidades de classe e trânsito pela imprensa alternativa) detinha a hegemonia no que se refere aos critérios de ingresso e ascensão na carreira jornalística. Nesse contexto, também não era incomum que alguns profissionais da cultura conquistassem duplo reconhecimento, como jornalistas-escritores. No entanto, a partir da exigência do diploma para exercício da função de jornalista após a promulgação do Decreto-Lei n. 972 em 1969 seguida pelo aumento no número de instituições de ensino superior de jornalismo e pelo investimento estatal à atividade docente, a titulação acadêmica começou a ter cada vez mais importância. Em outras palavras, a universidade passou a disputar com a política o lugar de conquista de reconhecimento no mercado profissional.

São exemplos dessa transposição – do jornalismo militante à universidade – as trajetórias de Bernardo Kucinski, Ana Arruda Callado e Marcos Faerman. Esses três jornalistas têm em comum o engajamento em movimentos sociais na adolescência, o ingresso no jornalismo via militância política e a posterior entrada na carreira docente após notório reconhecimento na carreira jornalística.

Marcos Faerman se interessou pela militância por influência familiar, ingressou no jornalismo na juventude quando ainda morava em sua cidade natal e migrou para São Paulo nos anos 60 onde se destacou na produção cultural militante contra a ditadura militar. De origem judaica, nascido em 5 de abril de 1943 na pequena cidade do Rio Pardo, interior do Rio Grande do Sul, Marcos Faerman cresceu fascinado pela literatura e pela biblioteca doméstica do pai. Em idade escolar mudou-se para Porto Alegre onde se sentiu atraído pela política e pelo jornalismo. No colégio Júlio de Castilhos, tradicional escola pública porto-alegrense, se tornou líder do grêmio e passou a se envolver mais intensamente com o

movimento estudantil. Em 1960, após entregar um manifesto do grêmio no jornal *Última Hora*, o então chefe de reportagem, Flávio Tavares, se encantou com o texto do estudante de dezessete anos e o convidou para ser repórter. Em função da menoridade, Faerman precisou apresentar uma autorização do pai para assumir o cargo de repórter. A partir dessa época a imersão no jornalismo e na militância acontece concomitante e de forma definitiva. Pouco antes de 1964, Faerman conciliava a faculdade de Direito na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – curso que não iria concluir – à função de jornalista do jornal *Zero Hora* e à militância do PCB. Depois do golpe civil-militar de 1964, desencantado com o “partidão” Faerman migrou para uma das dissidências do PCB, o POC (Partido Operário Comunista) de orientação leninista. Sua ida para o POC ensejou a mudança para São Paulo, em 1968, onde entrou para equipe do *Jornal da Tarde*, vespertino inovador e cultuado por jovens repórteres de várias partes do país na época. Pode-se afirmar que a militância contribuiu para entrada de Faerman no *Jornal da Tarde*, ele havia sido designado por militantes do partido para compor o quadro da executiva nacional como representante gaúcho. A entrada no jornal vespertino do *Estadão* foi auxiliada por Renato Pompeu, repórter do *Jornal da Tarde* e um militante do POC. A participação de Marcos Faerman no *Jornal da Tarde* marcou o auge de sua carreira como jornalista, nos registros biográficos esse período é recorrentemente colocado em destaque. No transcorrer dos anos 70, o jornalista gaúcho participou de projetos da imprensa alternativa pelos quais foi bastante ovacionado tanto na época quanto posteriormente nos registros da história da imprensa alternativa. Foi colaborador nos alternativos *Pasquim*, *Ex- e Bondinho*, porém, a notoriedade de fato ocorreu quando Marcos Faerman criou o jornal alternativo *Versus* (Vieira, 2007). *Versus* está entre os mais cultuados alternativos dos anos 70 na historiografia especializada e o mesmo pode ser dito sobre o seu criador. O sucesso de Faerman no *Jornal da Tarde* e na imprensa alternativa impulsionou a publicação dos seus textos em livro.

As publicações que trazem Marcos Faerman como autor são coletâneas de textos publicados em jornais, tais como: *Violência e Repressão* (1978) – livro constituído por textos do *Jornal da Tarde* de autoria de Faerman–, Fernando Portela e Percival de Souza; *Com as mãos sujas de sangue* (1979), compilação de reportagens de Marcos Faerman publicadas no *Jornal da Tarde* e *Versus*; *A arte da reportagem* (1995) antologia de grandes reportagens organizada por Igor Fusi; *Repórteres* (1997), conjunto de reportagens de 10 jornalistas considerados notáveis

para Audálio Dantas, o organizador da publicação; e *Marcos Faerman, profissão repórter* (1999), um “livro-homenagem editado no ano de falecimento do jornalista”, organizado por João Batista Marçal no qual estão reunidos textos de autoria de Marcos Faerman, Luís Fernando Veríssimo, Luís Pilla Vares e J.Luiz Marques<sup>159</sup>. O prestígio restrito aos jornais militantes manifesto na bibliografia do jornalista gaúcho deixa entrever o motivo que precipitou o declínio de sua carreira nos anos 90, ao menos ao que se refere à ocupação de cargos nas grandes empresas jornalísticas. Naquela década Marcos Faerman se enveredou por funções administrativas e acadêmicas. Em 1994, a convite do jornalista Rodolfo Konder, na época Secretário Municipal de Cultura de São Paulo dirigiu o Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade onde criou a revista *Cidade*, periódico centrado em questões pertinentes àquela instituição. Entre 1996 e 1999, exerceu carreira docente na Faculdade Cásper Líbero onde ministrou a disciplina Jornalismo Interpretativo. Nesse ínterim, não pode ser desprezada na biografia do jornalista, a importância da ascendência judaica. Entre meados dos anos 1970 e início dos anos 90, Marcos Faerman reservou parte de seu tempo para a revista judaica *Shalom*, onde desempenhou as funções de repórter especial, editor de cultura e editor-chefe. A colaboração ininterrupta, ao longo de mais ou menos 20 anos, pressupõe a influência que tinha sobre a comunidade judaico-brasileira da qual muitos intelectuais, artistas e jornalistas fazem parte.

O exame apurado de produções culturais a respeito de jornalismo, literatura e militância lançados entre os anos de 1970 e 2010 coligidas para realização da pesquisa, atestam o prestígio de Marcos Faerman. O jornalista está presente no *site* do projeto Memórias da Ditadura na seção “Biografias da Resistência”<sup>160</sup>. Recentemente, em agosto de 2016 foi lançado um *site* em homenagem à Marcos Faerman como pode ser conferido na imagem abaixo. O *site* é uma iniciativa de Laura Faerman, cineasta e filha do jornalista falecido em fevereiro de 1999. Para empreender o projeto Laura Faerman contou com o apoio de algumas instituições interessadas na preservação da memória do jornalismo como: Instituto Vladimir Herzog, Faculdade Cásper Líbero, jornal *O Estado de S.Paulo*, jornal *Zero Hora*, TV Cultura e Arquivo Histórico Judaico Brasileiro.

---

<sup>159</sup> *Site* [marcosfaerman.jor.br](http://marcosfaerman.jor.br)

<sup>160</sup> [Memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia](http://Memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia).





Figura 80 – Site Marcos Faerman

Na seara da produção acadêmica são diversos os trabalhos desenvolvidos entre artigos, dissertações e teses que elegeram a trajetória

profissional de Faerman<sup>161</sup> como objeto de estudo e suas obras como fontes de pesquisa. Do conjunto dessas pesquisas sobressaem características importantes para análise dos percursos desse jornalista. Marcos Faerman é reiteradamente apontado como notório jornalista da imprensa alternativa, criador do jornal *Versus*. Na tese de Kucinski, por exemplo, *Versus*, ocupa um seção inteira na parte destinada a tratar dos protagonistas da imprensa alternativa.

Marcos Faerman obteve reconhecimento significativo em dois dos âmbitos de projeção onde tradicionalmente os jornalistas ascendem a posições de notoriedade: a imprensa e política. Ele destacou-se sobretudo pelo jornalismo militante e literário desenvolvido na imprensa alternativa e no *Jornal da Tarde*. Tal forma de atuação o acompanhou até fevereiro de 1999 quando faleceu. Na época, Faerman dirigia então o *Esquinas*, jornal laboratório do curso de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero em São Paulo.

Bernardo Kucinski e Ana Arruda Callado se distinguem de Marcos Faerman por possuírem títulos de formação superior além do diploma de graduação. Contudo, os títulos de doutorado e congêneres de Kucinski e Callado foram conquistados após a entrada na carreira docente, esta que foi propiciada pelo reconhecimento no jornalismo e na militância política dentro do jornalismo. Em determinado momento eles também partiram para carreiras literárias onde igualmente obtiveram êxito.

#### 4.5. Bernardo Kucinski, jornalista revolucionário

Bernardo Kucinski nasceu na zona norte de São Paulo em 1937, filho de um casal de emigrantes judeus poloneses refugiados de guerra.

---

<sup>161</sup> *Jornalistas e Revolucionários, nos tempos da Imprensa Alternativa* (Tese em Ciências da Comunicação/USP, 1991. Publicada em livro no mesmo ano), Bernardo Kucinski; *Narrativa Jornalística: uma leitura das reportagens de Marcos Faerman no Jornal da Tarde* (Dissertação de Mestrado em Comunicação/UFBA, 1994), Sandra Regina Moura; *O Versus e a Imprensa Alternativa: em busca da identidade latino-americana (1975-1979)* (Dissertação de Mestrado em História/USP, 2002), Luís Carlos Eblak de Araújo; *Jornalismo é poesia: uma viagem compreensiva pela obra de Marcos Faerman* (Dissertação em Comunicação/Cásper Líbero, 2014), Guilherme Fernandes de Azevedo; *Mídias Precursoras* (Artigo/UFSC, 2011). Terezinha Tagé; *Marcos Faerman, um humanista radical* (capítulo do livro *Jornalistas Literários – narrativas da vida real por novos autores brasileiros* (org) Sergio Vilas Boas, 2007), Isabel Vieira.

Das reminiscências da infância, destaca-se a figura do pai, Meir Kucinski, um *idischista* laico (poeta, jornalista e professor de *idisch*<sup>162</sup>), ex-militante sionista socialista. Meir nasceu Wloclavek, Polônia, em 1904, filho de um dos fundadores do movimento sionista socialista *Poalei Tzion* o que o levou à militância política ainda na juventude e o compeliu a sair da Polônia em 1933 por causa de suas atividades políticas subversivas. No Brasil Meir Kucinski viveu uma vida simples de comerciante, contudo, sem abandonar suas atividades *idischistas*. Manteve contato com escritores, ensaístas e jornalistas e frequentemente escrevia para jornais *idisch* de São Paulo, Buenos Aires e Nova York. Influente no universo das letras e crítica literária *idischistas* é hoje considerado pela literatura judaica produzida no Brasil como um dos grandes intelectuais *idisch* que migraram para o país no período entre guerras<sup>163</sup>.

Enquanto os Kucinski, que eram sete irmãos, conseguiram fugir da Europa e se radicarem no Brasil, a família materna de Bernardo Kucinski, os Mayerczak, não tiveram a mesma sorte. A mãe chegou ao país dois anos após a vinda de Meir com o filho primogênito no colo. Posteriormente, após a Polônia ser ocupada pelos nazistas a partir de 1939, sua mãe perdeu definitivamente o contato com pais e irmãos. Somente depois tomou conhecimento de que quase todos haviam sido mortos à exceção de um primo e uma tia de Kucinski, ambos migraram para Israel. Desde então a mãe de Kucinski tornou-se uma pessoa nervosa e infeliz, o que não a impedia de ajudar a cultivar o hábito de leitura do filho, pois regularmente, uma vez por semana, ia buscar dois livros na biblioteca infantil municipal Monteiro Lobato, assim como recorda Bernardo Kucinski<sup>164</sup>.

Em entrevista concedida para essa pesquisa, quando indagado sobre sua formação intelectual, Kucinski relatou que a família exerceu principalmente o papel de “estimular e facilitar a leitura”. Ele se recorda sobretudo do pai e dos comentários políticos à mesa que influíram no

---

<sup>162</sup> Língua indo-européia adotada por judeus na Europa cuja escrita é feita com caracteres hebraicos.

<sup>163</sup> Existem dois livros publicados de autoria de Meir Kucinski, *Nussach Brazil*, contos e crônicas em *idisch* sobre o novo mundo do Brasil e *Imigrantes, Mascates e Doutores*, publicação póstuma de 2002 viabilizada por Rifka Berezin e Hadassa Cytrynowicz. O filho Bernardo Kucinski, detém os direitos autorais. Meier Kucinski também é referenciado nos livros *Aventura de uma língua errante* de Jacó Guinsburg (1996) e *Judeus no Brasil – estudos e notas* (2008) de Nachman Falbel.

<sup>164</sup> KUCINSKI, 2009; KUCINSKI, 2014.

“sentimento dominante na família de valorização do pensamento crítico e da literatura”. De acordo com o próprio jornalista, sua formação intelectual foi “humanista”, por influência paterna, bem como, constituída por “leituras de literatura engajada e militância em movimentos políticos”<sup>165</sup>. De fato, na trajetória de Kucinski a formação escolar, intelectual e militante foram concomitantes.

Kucinski entrou aos 7 anos para o grupo escolar Frontino Guimarães no Alto de Santana, atualmente uma região nobre do distrito de Santana, zona norte de São Paulo. Nessa época, os Kucinski viviam apartados na comunidade judaica uma vez que não eram religiosos e prescindiam da comida *kosher* e da sinagoga, comuns no bairro judeu no Bom Retiro. Quando Kucinski completou 9 anos, a família mudou-se para a Avenida Tucuruvi onde o pai abriu uma loja de roupas próxima aos outros estabelecimentos de comerciantes judeus. Nesse período ele começou a ter maior convivência com outras crianças judias, porém, na localidade interagia com diversas nacionalidades: espanhóis, portugueses, italianos. Ainda estudava em uma escola não judaica, o grupo Escolar Silva Jardim onde pela primeira vez teve que ficar fora da sala, na aula de religião, o que deixou uma “sensação estranha mas não especialmente traumática”<sup>166</sup>. Para o menino que se dividia entre a escola e os pequenos afazeres solicitados pelo pai como visitar clientes e cobrar dívidas, o entretenimento se restringia ao cinema e aos livros que a mãe pegava na biblioteca municipal, em geral literatura de aventura voltada para o público infanto-juvenil.

O convívio social se enriqueceu quando os membros do movimento sionista socialista *Dror* chegaram à região onde morava. Naquela época os jovens judeus daquela localidade até então não tinham vida social ou identidade cultural. Por iniciativa do movimento sionista socialista – do qual o pai de Kucinski era membro – foi fundada no bairro Bom Retiro a Escola Renascença, instituição judaica mas não religiosa onde Bernardo Kucinski fez o ginásio. Entre as atividades, o aprendizado de hebraico, uma hora de aula todos os dias. A partir de então, Kucinski passou a ter uma “vida social intensa” e a projetar um futuro que seria construído em um *Kibutz* no Estado de Israel, tal como relata em suas memórias.

---

<sup>165</sup> Entrevista concedida por Kucinski, Bernardo. Entrevistadora Vaniucha de Moraes. A entrevista na íntegra encontra-se no Anexo E desta tese.

<sup>166</sup> Idem, 2009.

Bastaram três ou quatro anos de vida social intensa na *tnuá*, das reuniões semanais, os passeios, as *machanot* e a doutrinação política para que o projeto de fazer *aliá* se tornasse a determinante de todas as decisões de vida. A decisão de estudar em escola técnica para ter um ofício, em vez de seguir o caminho tradicional dos jovens judeus de virarem médicos e doutores. Enquanto outros pais se preocupavam e faziam de tudo para dissuadir seus filhos, meu pais se orgulhavam de eles virarem pioneiros (*chalutzim*). Assim era meu pai, *zichrono lebrachá* (bendita seja sua memória)<sup>167</sup>.

Bernardo Kucinski entrou aos doze anos para o *Dror* (ou *tnuá*, como os próprios membros denominavam a organização juvenil sionista socialista). A socialização com outras crianças descendentes de imigrantes judeus fixou um marco temporal relativo ao pertencimento a uma etnia e uma ideologia. A inserção no *Dror* concedeu um lugar no mundo àquelas crianças que “não se enxergavam nem como brasileiros plenos tampouco como membros da comunidade judaica”<sup>168</sup> pois como recorda Kucinski eram quase todos provincianos, em sua maioria vinham de regiões afastadas ou até de outros Estados para frequentar uma organização sediada no Bom Retiro, bairro nobre judeu na época. Enfim, participar da organização deu importância aos seus membros ou como define Kucinski “no movimento todos éramos maiores do que nós mesmo, acreditávamos em coisas, éramos mais bonitos, mais importantes”<sup>169</sup>. Para Kucinski, a *tnuá* o socializou, “incutiu valores e o desejo nada modesto de ter uma visão de mundo, a famosa *Weltanschauung*, exerceu função formativa dominante, acima da escola, da família, da vizinhança”<sup>170</sup>. Na entrevista a mim concedia, Kucinski relata que em sua formação o convívio com a militância jovem sionista socialista entre os 12 e 19 anos teve um papel superior ao da escola considerada “muito fraca”. Em contraposição, na organização pôde ter acesso aos conhecimentos trazidos pelos fundadores da *tnuá* no Brasil, “alguns deles nascidos e educados parcialmente na Europa”. Desses

---

<sup>167</sup> KUCINSKI, 2009.

<sup>168</sup> Idem, 2009.

<sup>169</sup> Ibidem, 2009.

<sup>170</sup> Ibidem, 2009.

conhecimentos Kucinski reteve “a elaboração teórica, o humanismo e abordagem não maniqueísta da política. Cultivávamos a literatura não conformista. Éramos estimulados a debater e a produzir jornais”<sup>171</sup>.

O curso preparatório para a vida no Kibutz teve papel fundamental na formação e definiu o perfil intelectual de Kucinski, segundo ele próprio, parte relevante das leituras da adolescência foram indicações do movimento sionista, e estas tinham forte carga ideológica socialista. Ao elencar os autores de referência o jornalista cita a literatura social dos anos 20 e 30, Jack London, John Steinbeck, Erich Maria Remarque, Stephan Zweig, Ullrich Ehrenbuger, Richard Wright e Richard Lewellin. Posteriormente, leu os russos Nicolai Golol, Alexandre Pushkin, Liev Tolstói, Ivan Turgueinev; os latino-americanos Juan Rulfo, Julio Cortázar; e Gabriel García Márquez. Na idade adulta, leu os franceses Jean-Paul Sartre, Albert Camus e também escritores russos e europeus como Ernest Hemingway, Franz Kafka. Os clássicos brasileiros Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Graciliano Ramos e Machado de Assis. E os israelenses A.B. Yeoshua, David Grossman, Amos Oz, entre outros. Contudo, importa ressaltar que a formação inicial de Kucinski está sobretudo calcada em uma literatura militante, que significou um importante ferramental para o projeto de viver em um *kibutz*.

Tomado pela “utopia *kibutziana*” Bernardo Kucinski foi para Israel aos 21 anos em 1959 a fim de se estabelecer em Erez, em um *kibutz* na fronteira com a Faixa de Gaza. Entretanto, a experiência real contradisse o sonho. Ao chegar ao destino, Kucinski e seus companheiros descobriram que o ideal de coletividade já era questionado pela nova geração de israelenses e que também que naquele momento “mais judeus abandonavam Israel do que iam para lá”<sup>172</sup>. Como conta, menos de dois anos após sua chegada, ele retornou ao Brasil pois sua mãe havia ficado doente e família precisa de auxílio “assim, o destino mais que uma decisão levou-me de volta ao Brasil. Deixei em Erez todos meus objetos pessoais, como se um dia fosse voltar. Mas sabendo, no íntimo, que estava abandonando para sempre a utopia

---

<sup>171</sup> KUCINSKI, 2009.

<sup>172</sup> Idem, 2009.

*chalutziana*".

Em Israel Kucinki e seus amigos perceberam que os descendentes dos primeiros colonos dos *kibutz* ridicularizam os projetos socialistas dos judeus brasileiros e viam como estupidez o desperdício da chance de obter um diploma universitário. A experiência frustrada havia ensinado o valor do diploma e em consequência dessa "passagem traumática", após o seu retorno ao Brasil, prestou vestibular e foi aprovado para o curso noturno de Física na Universidade de São Paulo, graduação que concluiu em 1968.

Enquanto estudante do curso de Física da USP Kucinski trabalhou como desenhista-projetista numa indústria de aparelhos eletrônicos. Nessa época se aproximou do movimento estudantil e do jornalismo. Como registra em suas memórias "após o golpe, passamos a viver o clima de engajamento total do estudante na atividade política. A universidade tornou-se laboratório de propostas insurrecionais e doutrinas políticas, cada grupo portando um modelo e um teorema para revolução brasileira"<sup>173</sup>. Fez parte daquele que é considerado o primeiro jornal contra a ditadura militar denominado *Amanhã*, uma iniciativa do grêmio da Faculdade de Filosofia da universidade paulista. Contudo, anteriormente já havia tido alguma experiência na produção de jornais e murais dentro do movimento sionista-socialista mas o ingresso de fato no ofício de jornalista se deu por um "acaso" auxiliado pelo "pouco brilhantismo" na área de Física como recorda em entrevista a essa pesquisa. No jornal alternativo *Amanhã* estreitou laços com Raimundo Pereira que no final dos anos 60 o indicou para a revista *Veja*. Portanto, pode-se afirmar que o ingresso no jornalismo se deu via militância política. Como editor-assistente da revista *Veja* Kucinski participou da produção de reportagens que divulgaram nacionalmente o mapeamento da tortura no Brasil e foi em função da repercussão dessas reportagens que optou por um exílio voluntário em Londres temendo represálias por parte do regime militar. Quando foi impelido a sair do Brasil trabalhava em *Veja* e no alternativo *Bondindo*. Isto é, nesse período, Bernardo Kucinski já apresentava uma das características de sua *performance* profissional como jornalista que consistia em conciliar o trabalho na grande imprensa com a atuação na imprensa alternativa e posteriormente, também, os trabalhos na imprensa brasileira e estrangeira.

Em Londres entre 1971 e 1974 foi produtor e locutor da BBC enquanto também era correspondente dos jornais *Opinião* e *Gazeta*

---

<sup>173</sup> KUCINSKI, 2009.

*Mercantil*. Retornou ao Brasil em 1974 e participou da fundação dos jornais alternativos *Movimento* e *Em Tempo*, sendo que no último ocupou o cargo de editor em 1977. Nesse ínterim também foi editor de *Commodities* da *Gazeta Mercantil* e correspondente do jornal *The Guardian* no Brasil. Kucinski se destacou como correspondente de jornais estrangeiros no país, ele foi correspondente das revistas *Euromoney* e *South* e do boletim *Latin America Political Report*, todos sediados em Londres. Sua experiência foi registrada no livro *O Brasil dos correspondentes* publicado em 2008 na ocasião das comemorações dos 30 anos da ACE (Associação dos Correspondentes Estrangeiros de São Paulo)<sup>174</sup>. O depoimento de Kucinski figura entre os 28 jornalistas selecionados como representativos dessa forma de atuação. Nele o jornalista conta que foi “por acidente” que começou a atuar como correspondente ao escrever uma carta a Christopher Roper, jornalista que tinha escrito uma matéria elogiosa ao “milagre econômico de Delfim Netto” publicada no *The Guardian*. Até então não sabia que Roper era um dos donos da *newsletter Latin America Political Report*, que era, nas palavras de Kucinski, “simpática à luta contra as ditaduras que então dominavam Brasil, Argentina e Uruguai”<sup>175</sup>. O contato com o jornalista britânico rendeu convite para se tornar colaborador.

A conquista do cargo de correspondente aconteceu quando já havia retornado ao Brasil e atuava na *Gazeta Mercantil* e também como colaborador do *Opinião* e do *Latin America Political Report*. Em suas memórias ele registra a ocasião. De acordo com o relato de Kucinski, em 1977 um “jornalzinho fascista que imitava o estilo da imprensa alternativa chamado *Expresso* publicou uma reportagem acusando-o de subversivo acompanhada por uma charge ao estilo anti-semita. Sentindo-se em risco, ele apelou para os editores do *newsletter* e estes decidiram que seria melhor que as suas matérias daí e diante comesçassem a ser assinadas como “*stringer* do *The Guardian*” a fim de salvaguardá-lo. Como recorda Kucinski, “foi assim que me tornei um correspondente do *The Guardian*, como se fosse um favor para me proteger. E esse sentimento, de que eles estavam fazendo um favor, acompanhou-me durante muitos anos”<sup>176</sup>. Não se poderia afirmar o que ocorreu, mas de fato esse acontecimento fez com que se tornasse oficialmente correspondente do *The Guardian* no Brasil,

---

<sup>174</sup> agencia.fapesp.br

<sup>175</sup> KUCINSKI, 2007.

<sup>176</sup> Idem, 2007.



o que certamente lhe favoreceu junto ao mercado profissional brasileiro. Em julho de 1975 já ministrava conferência como jornalista prestigiado como se pode conferir na edição de julho de 1975 no jornal *Folha de S.Paulo*.

## Conferências e debates sobre Jornalismo

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo convida todos os interessados, estudantes de jornalismo e associados, para o I Ciclo de Conferências e Debates sobre Jornalismo Especializado e a Realidade Brasileira/1975. Todas as conferências e debates serão realizadas na sede do sindicato, rua Rego Freitas, 530, sobreloja, às 20h30.

O programa, que se estenderá durante o mês de agosto, será inaugurado no dia 4 pela conferência sobre "O Jornalismo Político e a Distensão". Conferencista: Carlos Castelo Branco (Jornal do Brasil-Brasília). Debatedores: D'Alambert Jacoud (Revista Visão — Brasília), Marcos Sá Correa (Revista Veja — São Paulo) e Francisco Weffort (Cebrape).

No dia 11, para falar sobre o tema "O Jornalismo Econômico e as Multinacionais", estarão reunidos: Aloysio Biondi (Gazeta Mercantil — São Paulo), Klaus Kleber (Gazeta Mercantil), Marco Antônio Rocha (Jornal da Tarde — São Paulo), **Bernardo Kucinski** (Movimento — São Paulo) e Francisco de Oliveira (Cebrape).

No dia 18, Percival de Souza Jornalismo Policial e a Violência". Debatedores: Ramão Gomes Portão (O Estado de São Paulo), Ebrahim Ramadan (Notícias

Figura 81 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

Consta que posteriormente Kucinski também escreveu para o *newsletter Lagniappe Letter* de Nova York e *Airline Business*, revista também norte-americana. Além disso, durante o período em que atuou como jornalista também escreveu para os cadernos especiais da revista *Exame* (Editora Abril), *Carta Maior* e revista *Ciência Hoje* da SBPC (Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência)<sup>177</sup>. A participação na *Ciência Hoje* prenunciava, de certa forma, a guinada para carreira acadêmica na segunda metade da década de 1980.

Em 1986, Bernardo Kucinski ingressou como professor assistente da Escola de Comunicação e Artes da USP na qual ministrou inicialmente uma disciplina prática. Dirigiu o jornal laboratório do curso, o *Jornal do Campus*, considerado pelo próprio como um dos principais projetos em que se envolveu na universidade pois “desnudou os privilégios da cúpula universitária, levando-a até a produzir um veículo próprio para se contrapor a ele, o atual *Jornal da USP*”<sup>178</sup>. Em dezembro de 1987, a *Folha de S.Paulo* repercutia o afastamento de Kucinski da chefia do *Jornal do Campus* em função do impacto negativo das denúncias feitas pelo jornal dos “docentes marajás” considerados a casta dominante da universidade.

## “Jornal do Campus” vai seguir linha editorial “sensata”

Do Reportagem Local

O “Jornal do Campus”, produzido pelos alunos de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da USP (ECA), vai seguir uma nova linha editorial no próximo ano. Depois da crise desencadeada com a publicação de reportagens consideradas polêmicas pelo corpo docente da universidade, a Congregação da ECA se reuniu recentemente e chegou à conclusão de que a linha editorial do “ano da responsabilidade ética”, como afirma o chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração, José Marques de Melo.

O jornal, quinzenal e que circula com 20 mil exemplares, se sustenta com verbas da reitoria e da própria escola. Ele se dirige à comunidade da USP. Aborda questões relativas à própria universidade e também as de interesse geral nas áreas da política, da economia e da cultura.

A crise deste ano teve como estopim a publicação, no dia 27 de agosto, de uma lista de docentes que seriam os “marajás” da USP, sem que a reportagem entrevistasse os professores envolvidos. “A casta que domina a USP” era a manchete daquela edição. O fato levou a Coordenadoria de Atividades Culturais (Codac, órgão da reitoria) a cancelar os anúncios do jornal. O “Jornal do Campus” também encontrou resistência entre professores da própria ECA, o que ocasionou o corte da suplementação de verba para o final do ano. Como consequência, o jornal deixa de circular nas férias.

Segundo Marques de Melo, o “Jornal do Campus” pouco diferenciava os textos informativos dos opinativos. Na sua opinião, ele deveria ser menos sensacionalista e refletir um jornalismo “sensato” e “equilibrado”. Para ele, isto significa ouvir todas as pessoas envolvidas num

determinado fato e assegurar ao leitor o direito de ter uma informação completa. “O público leitor não quer que o jornal tome partido”, acrescentou, ao comentar um dos resultados da “Pesquisa Jornal do Campus”, destaque da última edição do ano.

A pesquisa, sem caráter científico, pretendia avaliar o desempenho do jornal entre professores, alunos e funcionários. Foram distribuídos 316 questionários, com 44 perguntas. Compõem a comunidade da USP mais de 60 mil pessoas. Segundo o levantamento, 65,2% dos estudantes defendem um jornal que ouça várias versões de um fato sem tomar partido, posição também adotada por 62,8% dos funcionários e 50% dos docentes entrevistados.

A pesquisa também indicou que o jornal tem alto grau de credibilidade entre o público leitor. Mais de 70% dos professores, por exemplo, disse-

ram acreditar “sempre” ou “na maior parte” do noticiário publicado.

“Conclusão ao leitor”

O professor **Bernardo Kucinski**, que na semana passada pediu afastamento da chefia do jornal, rebate as opiniões de Marques de Melo. Na sua opinião, o jornalismo “sensato” defendido pelo chefe de departamento significa um jornalismo “medíocre”. **Kucinski** defende textos informativos com confronto de opiniões e com uma “conclusão” para o leitor.

Segundo ele, o jornal causou reações na USP e na escola porque destacava problemas do campus que na sua opinião têm origem na “incompetência” administrativa da universidade. Reportagens sobre as deficiências do transporte, do restaurante e da segurança no campus, por exemplo, predominaaram nas edições deste ano.

Figura 82 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

A contratação de um professor sem diploma de jornalismo, mas com reconhecido prestígio e vivência nas redações deixa entrever o valor dado à experiência em detrimento dos títulos naquele contexto.

<sup>177</sup> portaldosjornalistas.com.br/jornalistas/

<sup>178</sup> www3.eca.usp.br/noticias/bernardo-kucinski-recebe-terceiro-lugar-no-pr-mio-jabuti-com-cartas-lula-o-jornal

Entretanto, tal situação começou a mudar a partir da consolidação da carreira docente, o que possivelmente motivou o jornalista docente na conquista dos títulos necessários à progressão na carreira em uma instituição de ensino superior. Em 1991, Kucinski doutorou-se em Ciências da Comunicação pela USP com a tese *Jornalistas e revolucionários: a Imprensa Alternativa no Brasil (1964-1980)* e em 1995 conquistou o título de Livre-docência com o trabalho intitulado *O jornalismo econômico e os paradoxos da economia*, trabalho com o qual logrou o Jabuti em 1997 na categoria Economia, Administração, Negócios e Direito<sup>179</sup>. Assim, a partir de 1995, a definição do seu enquadramento funcional na instituição passou a ser de professor associado e em seguida, a partir de 2000, após concurso, torna-se, por fim, professor titular da ECA, cargo que exerceu até aposentadoria em 2007<sup>180</sup>. Acrescenta-se que após se aposentar, ainda exerceu o cargo de professor visitante no Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina no qual ministrou disciplinas na pós-graduação e seminários da graduação.

A trajetória de Kucinski na universidade personifica as transformações ocorridas na interface entre os mercados profissionais jornalístico e docente. Entre 1986 e 2007, período em que atuou como docente no curso de jornalismo, a titularidade do docente se sobrepôs à experiência profissional, um indicativo da profissionalização e relativa autonomização da área acadêmica. Contudo, a autonomização parcial não se deu na esfera da política, esta que continuou a exercer significativa influência, a exemplo da própria tese defendida por Kucinski em seu doutoramento. Poder-se-ia dizer que *Jornalistas e revolucionários*, tese publicada em livro em 1991 deu especial notoriedade ao jornalista que a partir da ocasião passou a ser um porta-voz da imprensa alternativa dentro da produção cultural brasileira. A repercussão da obra é tributária do contexto de sua publicação, tratava-se de um momento de redefinição da identidade profissional jornalística em meio aos conflitos geracionais entre antigos e novos jornalistas nas redações, cujo auge foram as décadas de 1980 e 1990 (Bergamo, 2011, 2014).

A política esteve frequentemente presente ao longo da trajetória profissional de Kucinski, seja em sua atuação como jornalista da imprensa alternativa, seja na universidade como professor engajado em que os

---

<sup>179</sup> [premiojabuti.com.br](http://premiojabuti.com.br)

<sup>180</sup> Currículo *Plataforma Lattes*

projetos acadêmicos em geral miravam em alguma forma de expressão e questionamento ao *status quo* social, universitário, midiático e cultural, como depreende-se de suas memórias. A militância política se oficializou em 1981, quando, junto com outros intelectuais, artistas e jornalistas se filiou ao PT como pode ser conferido na edição de abril daquele ano na *Folha de S.Paulo*.

## PT recebe a adesão de intelectuais e artistas

O PT elegerá na Capital, em suas convenções municipais de junho, mais diretórios que o PDS e o PMDB, garantiu ontem na Assembleia Legislativa o presidente regional do partido, Luis Inácio da Silva. Lula prevê a organização de 50 diretórios em São Paulo, enquanto as duas outras agremiações não conseguiram mais de 45.

Tais afirmações foram feitas ontem à noite no Palácio Nove de Julho, onde Luis Inácio da Silva presidiu a cerimônia de filiação, ao Partido dos Trabalhadores, de diversos intelectuais e artistas. Embora sem ter-se filiado ao PT, o jurista Hélio Bicudo foi à Assembleia, segundo explicou, "para prestigiar a cerimônia".

Ela teve, para Lula, o sentido de "desmistificar a afirmação de que o PT é um partido estreito, obreiro, que só quer ter operário de macacão. É a demonstração de que todos os setores da sociedade têm participação no Partido dos Trabalhadores, cuja proposta é ser um partido de massa".

### CANDIDATO NATURAL, NÃO

Luis Inácio da Silva rechaçou a tese de que é candidato natural da agremiação ao governo do Estado, afirmando que "não existem candidatos naturais no partido. Isso ocorre nas agremiações tradicionais" — observou. "O PT não pode ser interpretado dessa forma. Nele qualquer filiado pode ser candidato, desde que as bases estejam organizadas."

Lembrando que o PT pretende lançar candidatos em todos os níveis, em 1982, lembrou que esse trabalho de organização é fundamental porque, se forem necessárias coligações, "para impedir casuismos, levará vantagem o partido que estiver mais preparado".

Ele explicou que o PT já tem 50 comissões provisórias na Capital e 190 no Interior do Estado, todas aptas a eleger diretórios em suas próximas convenções. Informou que está organizado em 17 Estados mas que, até a convenção nacional, atingirá 21 unidades da federação.

### FILIAÇÃO

Filiaram-se ontem ao Partido dos Trabalhadores, entre outros, Paulo Schilling, Tiago de Melo, Antônio Cândido, Paul Singer, Bete Mendes, Henfil, Dulce Muniz, Renato Borghi, Lélia Abramo, Elifas Andreato, Flávio Porto, Marta Suplicy, Regina Bógus, Cláudio Mamberti, Eunice Paiva, Luis Travassos, Iredê Cardoso, Davi de Moraes, **Bernardo Kucinski**, Denise dei Vecchio, Mário Prata, Sérgio de Sousa Lima, Rose Nogueira, Leliah Assunção, Roif Kuntz, Inácio da Silva Teles, Zé Rodrix e Válder do Amaral. Enviaram mensagens de apoio Paulo Freire, Mário Pedrosa e Nadir Cristina Dórea (que encaminhou também sua ficha de inscrição), diretora do Instituto Sedes Sapientiae.

Figura 83 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

Nos anos 2000 Kucinski entrou de fato no âmbito da política institucional. Entre fevereiro de 2003 e junho de 2006 ocupou o cargo de assessor especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República na qual desenvolveu as atividades direção e administração da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e

Gabinete da Secretaria de Comunicação Social durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva<sup>181</sup>. No entanto, em 2006 renunciou ao cargo por divergências com o direcionamento do governo, tais divergências ficaram explícitas na edição de novembro de 2004 do jornal *Folha de S.Paulo* que naquela data publicava uma nota crítica de Kucinski ao governo.

### DENTRO DO CORAÇÃO

Fogo mais que amigo: o jornalista **Bernardo Kucinski**, um dos principais assessores do ministro Luiz Gushiken e amigo pessoal do presidente Lula, deu entrevista ao Jornal da USP em que diz coisas como: “O governo está se arrastando e não consegue decolar...está muito dominado pelo capital financeiro.” E também: “O que mudou foi minha visão de governo. Nunca imaginei que ele fosse uma coisa tão ruim.” **Kucinski**, que faz relatórios diários sobre conjuntura lidos por Lula, disse ainda que o governo é “casuístico” e que faz “pequenos acordos e transações”.

Figura 84 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

Na edição de dezembro de 2006 Kucinski critica o direcionamento dado à Radiobrás sob a direção de Eugênio Bucci. Interessa notar que o jornalista já aparece citado como ex-assessor, indicativo de seu desligamento do governo.

---

<sup>181</sup> *Currículo Plataforma Lattes*; portaldosjornalistas.com.br/jornalistas/

Jornalista **Bernardo Kucinski** defende apoio à 'imprensa que não tem como objetivo principal o lucro' e diz que a cobertura do mensal

IGOR GIELOW  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO  
DA SUPLENTE DE BRASILIA

O jornalista **Bernardo Kucinski**, um dos principais formuladores do PT na área de comunicação e ex-assessor do Planalto, afirma que a mídia foi "autoritária" na discussão das propostas encampadas pelo governo Lula para o setor.

**Kucinski**, 69, criou polémica recente ao defender que a Radiobrás tinha "vergonha de ser estatal" e criticar a gestão de Eugênio Buccini —que rebateu dizendo ter afastado o "jornalismo chapá-branca". A entrevista foi feita por e-mail, o que não permitiu contraditório.

★

**FOUSA** - No caderno "Comunicação e Democracia" (programa do PT), que contou com sua colaboração, é feito um elogio à "política editorial mais independente" e ao "jornalismo de caráter público" da Radiobrás no primeiro mandato de Lula. Posteriormente, o sr. postula que a empresa tem "vergonha de ser estatal" e aponta fragilidades no conceito defendido pela direção da Radiobrás de "jornalismo público", inserindo a seguinte definição. O sr.

[A Radiobrás]

Deveria respeitar os princípios básicos do jornalismo, que a grande imprensa não respeitou: ouvir sempre o outro lado

As propostas que conheço não visam apoiar uma imprensa "independente" (...) e sim a imprensa pequena, regional, alternativa e cultural

**BERNARDO KUCINSKI**

tos sociais e grandes conferências nacionais desses movimentos. Mas insisto que a Radiobrás se equivocou na cobertura da crise e no tratamento dos assuntos de Estado.

**FOUSA** - Como deveria ser a cobertura de mensalão pela Radiobrás?

**KUCINSKI** - Uma empresa com a responsabilidade de pertencer ao aparelho de Estado, fida como referência pelo resto do país,



O jornalista **Bernardo Kucinski**, ex-assessor da Presidência

ve evitar tratamento sensacionalista, não só nesse caso, em todos os temas e situações. Deveria respeitar os princípios básicos do jornalismo, que a grande imprensa não respeitou: ouvir sempre o outro lado, em especial os acusados, não prejudicar, ser objetiva, ponderada e isenta, atendo-se o mais possível aos fatos comprovados.

pendência e atrelamento de linha editorial a interesses do governo?

**KUCINSKI** - Não concordo com as pressões. As propostas que conheço não visam apoiar uma imprensa "independente", expressão que considero equivocada, e sim a imprensa pequena, regional, alternativa e cultural, enfim a imprensa que não tem como objetivo principal o lucro e, sim, trazer oportu-

rounate. Mas essa lei foi desenhada para a arte, e não para a imprensa o que dificulta um pouco a sua aplicação à imprensa. Uma das soluções seria criar uma espécie de Lei Rouanet específica para projetos de imprensa escrita, internet e rádios comunitárias.

**FOUSA** - No primeiro mandato de Lula a relação do governo com a mídia foi turbulenta: caso Larry Rother, notas desautorizando especulação, Conselho Federal de Jornalismo —a lista é longa. Após a vitória, integrantes do governo e do PT vêm fustigando a grande imprensa em diversos graus de agressividade. Como o sr. avalia essa relação e como acredita que ela deva ser?

**KUCINSKI** - Nem a lista é longa nem se trata de fustigamento. De todos esses episódios o único certamente condenável foi a cassação do visto de Larry Rother, erro político grave, mas isolado. A proposta de formação do CFJ, oriunda da própria Federação Nacional dos Jornalistas, deveria ter sido democraticamente discutida no Congresso, eventualmente modificada e até rejeitada, mas a pressão dos barões da mídia conseguiu impedir até mesmo isso, assim como, consequentemente, impedir a

Figura 85 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

A partir de então, passou a dedicar-se somente à literatura. Em entrevista concedida para essa pesquisa Kucinski descreveu as razões pelas quais abandonou o jornalismo, a política e a docência. Entretanto, tanto o fragmento do jornal *Folha de S.Paulo* como o relato abaixo atestam que o engajamento ideológico ainda norteiam a trajetória do jornalista.

Abandonei o jornalismo em boa hora. Na hora de sua decadência. Abandonei a militância política em boa hora: na hora de sua decadência. Abandonei o ensino do jornalismo por avaliar que as novas gerações não estavam motivadas pelo tipo de jornalismo que eu poderia ensinar. Hoje me considero e me proclamo ficcionista. Profissão: escritor (entrevista à autora)<sup>182</sup>.

Bernardo Kucinski escreveu vários livros antes de se autodenominar um escritor de ficção. A maior parte deles acerca de temas econômicos e pautados em seu ofício de jornalista. Desde maio de 1977 já se destacava como jornalista escritor como se pode ver na edição de maio de 1977 do jornal *Folha de S.Paulo* (abaixo).

<sup>182</sup> Entrevista concedida por KUCINSKI, Bernardo [jun 2015]. Entrevistadora Vanuicha de Moraes. A entrevista na íntegra encontra-se no Anexo E desta tese.

## Sem fome de lucros

Dentro da sua série "Encontros", a Editora Brasiliense realizará no sábado o lançamento do livro "Fome de Lucros" do jornalista e escritor **Bernardo Kucinski** e do norte-americano Robert Ledogar. O livro, cuja introdução é de Ralph Nader, pioneiro nos Estados Unidos pela defesa do consumidor, trata de atuação das empresas multinacionais de alimentos e remédios na América Latina.

Na manhã de autógrafos, que se realizou na Livraria Brasiliense, o público leitor esteve amistosamente em contato com **Kucinski**, além de outros autores também presentes com Plínio Marcos, Marcos Rey, Eduardo Suplicy e outros autores nacionais.

Figura 86 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

Os livros escritos pelo jornalista são na sua maioria livros reportagens que tratam de temas como as empresas multinacionais<sup>183</sup>, a repressão e censura imposta pelo regime ditatorial<sup>184</sup>. Em maio de 1982 a *Folha de S.Paulo* divulgava uma matéria com fotografia sobre o lançamento do livro *Abertura, História de uma Crise*.

<sup>183</sup> *Hungry For Profits: US Food & Drug Multinationals in Latin America* (Idoc/EUA, 1975), com Robert J. Ledogar, publicado no Brasil pela editora Brasiliense com o título *Fome de Lucros: Atuação das multinacionais de alimentos e remédios na América Latina*; e o livro *O Que São Multinacionais?* de 1991 também publicado pela Brasiliense.

<sup>184</sup> *Abertura, História de Uma Crise* (Brasil Debates, 1982); *A Ditadura da Dívida: Causas e consequências da dívida latino-americana* (Brasiliense, 1987), com Sue Branford; *O Fim da Ditadura Militar* (Contexto, 2001).

## Em investigação a abertura

JOÃO RUSSO

ABERTURA — A HISTÓRIA DE UMA CRISE de **Bernardo Kucinski**. Brealil Debates, 168 págs. Cr\$ 900.

É reconfortante de se ver a edição de um livro que fale do passado político mais recente do País. Isto porque é extremamente difícil de se olhar com lucidez a história próxima, especialmente quando se esteve diretamente envolvido nela, seja pelo trabalho profissional ou mesmo por circunstâncias da vida pessoal.

Aí está a importância do livro "Abertura, a história de uma crise" do jornalista **Bernardo Kucinski**. É evidente que existem falhas e até uma interpretação pessoal e partidária do autor dos fatos políticos conseqüente à extinção do AI 5, mas sem dúvida, sob o ponto de vista factual, como afirma na contra-capá do livro o ex-ministro Severo Gomes, "é o mais importante trabalho feito sobre esse período".

**Kucinski** se dedica, em pelo menos dois terços do livro, a relatar a história da abertura política no Brasil como ela foi descrita pela imprensa diária. Sua análise dos fatos, de uma maneira geral, não difere daquela já formulada diariamente por importantes analistas políticos, na chama-



**Bernardo Kucinski** traz no livro os fatos da história recente do país.

punho, foi o Antonio da Gama e Silva, o ex-ministro da Justiça de Costa e Silva.

No episódio do "Pacote de Abril" o autor revela a sua "descoberta" de que a "conta de chegar" feita pelo ex-presidente Geisel e o ex-ministro Golberri do Couto e Silva para assegurar a maioria da Câmara dos Deputados, foi um tiro que "saiu pela culatra". O autor se esquece que o Pacote não pretendia garantir a maioria apenas por este ato, mas também pela cria-

ção da burguesia — falando em nome da nação, da cultura nacional, dos valores humanos. De outro, o grande capital, dominando cada vez mais através do aumento da desordem, da desagregação e da desmoralização das camadas populares". Diz ainda o autor que "não é inevitável a vitória da tentativa popular de organizar uma nação moderna e civilizada. Mas é inevitável que a sua alternativa é a barbárie".

Esse é um conceito extremamente

Figura 87 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

O próprio jornalismo foi tema de vários trabalhos publicados em livro<sup>185</sup>, em especial o jornalismo econômico, especialização à qual se dedicou na prática e na teoria, o que confirma a importância dessa modalidade de jornalismo para aqueles que ascenderam na profissão em meio à censura política no período ditatorial, questão já abordada na seção referente à Miriam Leitão. Foi com o livro *Jornalismo Econômico* publicado pela Edusp em 1996 que conquistou o prêmio Jabuti em 1997. Além disso, a segunda edição revisada e ampliada de *Jornalistas e revolucionários*, concedeu visibilidade e prestígio junto aos pares e ao mercado cultural do que se pode inferir a importância da universidade na trajetória intelectual de Kucinski, uma vez que ambos os trabalhos se originaram de pesquisas acadêmicas, no primeiro caso a tese de livre-docência e no segundo a tese de doutoramento. Kucinski organizou

<sup>185</sup> *Jornalistas e Revolucionários* (Scritta, 1991); *Jornalismo Econômico* (Edusp, 1996); *A Síndrome da Antena Parabólica: Ética no Jornalismo Brasileiro* (Perseu Abramo, 1998); *Jornalismo na Era Virtual: Ensaios sobre o colapso da razão ética* (Unesp, 2005); *Diálogos da Perplexidade* (Perseu Abramo, 2009), com Venício A. de Lima.



obras<sup>186</sup> e publicou títulos no exterior produzidos em coautoria com jornalistas estrangeiros<sup>187</sup> alguns posteriormente receberam edições brasileiras, versam sobre a temática econômica e também sobre política. Um deles, escrito em parceria com Sue Branford retrata a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder e se intitula *Politics Transformed: Lula and the Workers Party in Brazil*. Sua experiência como participante da campanha presidencial e depois membro do governo foi registrada, respectivamente, nos livros *As cartas ácidas da Campanha de Lula de 1998* (2000) baseado na correspondência via *e-mail* entre Kucinski e Lula no pleito de 1998 na qual o jornalista expunha sua análise da cobertura da mídia e preparava o então candidato para relação com a imprensa; e *Cartas a Lula – o jornal particular do presidente e sua influência no governo do Brasil* de 2015, que apresenta a série de escritos enviados ao então presidente Lula entre 2003 e 2006 período que Kucinski ocupou a posição de assessor especial da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República. Nesses escritos, ele abordava as repercussões na mídia das decisões do governo, desde a criação do Fome Zero ao escândalo do Mensalão, e, na opinião do jornalista, funcionava como orientadores das reuniões diárias da cúpula. No livro Kucinski não se esquivava de tecer críticas aos rumos do governo e por isso documenta o seu processo gradual de desligamento do cargo e do próprio partido. Embora *Cartas a Lula* tenha ficado em terceiro lugar na categoria comunicação no 57º Prêmio Jabuti, a participação na campanha às eleições presidenciais do candidato e na primeira equipe do governo é registrada atualmente com desencanto após o rompimento com o partido e com o governo.

Também tive meus azares. Acho que principal, recorrente, é em relação aos livros que escrevi. Um deles, que escrevi com Sue Branford, sobre o PT,

---

<sup>186</sup> *Petróleo, Contratos de Risco e Dependência* (Brasiliense, 1977), *Brasil em Exame*, 1980 (Abril, 1981) e *Em Alta: O primeiro guia online de Jornalismo Econômico* (Plêiade, 1998)

<sup>187</sup> *Pau de Arara, La Violence Militaire au Brésil* (François Maspero/França, 1971), *La Violencia Militar en el Brasil* (Siglo XXI/México, 1972); *Brazil State and Struggle* (LAB/Inglaterra, 1982), com I.Tronca; *The Debt Squads: The US, the Banks, and Latin America* (Zed Books/Inglaterra, 1988), com Sue Branford; *Brazil, Carnival of the Opressed* (LAB/Inglaterra, 1995), com Sue Branford; *The Privatization of Brazil's Electricity Sector* (Latin American/EUA, 1995); *The Privatization of Public Services in Brazil: An Analytical Guide For Investors And Suppliers* (Latin American/EUA, 1996); *Politics Transformed: Lula and the Workers Party in Brazil* (LAB/Inglaterra, 2003), com Sue Branford.

descrito como partido que se definia por uma ética e não por uma ideologia ou uma doutrina. Tive o ímpeto de queimá-lo em praça pública. Depois me dei conta que quem escreve livros não queima livros. Os livros também são datados. Têm uma história<sup>188</sup>.

O livro ao qual Kucinski se refere é *Politics Transformed: Lula and the Workers Party in Brazil* cujo lançamento recebeu uma matéria cética naquele novembro de 2003 (abaixo, fragmento da *Folha de S.Paulo*) em que destaca que um dos autores, Bernardo Kucinski, é assessor do Departamento de Comunicação Social da Presidência da República, o autor do texto Fernando Candizian subentende a falta de isenção da obra. Influenciado pelas repercussões negativas do governo e ciente do funcionamento das estruturas do poder, a partir de então Kucinski passa a registrar como negativa sua experiência no Estado.

---

<sup>188</sup> KUCINSKI, 2007.

PARA INGLÊS VER

# Livro promove presidente nos EUA

*Obra a ser lançada em janeiro traça perfil elogioso de Lula e ataca FHC*

FERNANDO CANZIAN

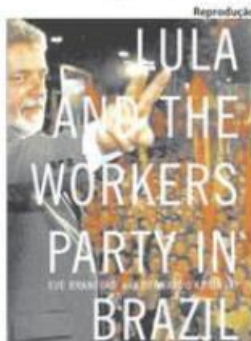
DE WASHINGTON

Um ano depois de sua posse, Luiz Inácio Lula da Silva será homenageado com o lançamento de um livro nos EUA.

"Lula and the Workers Party in Brazil" (Lula e o Partido dos Trabalhadores no Brasil), da editora The New Press, sairá no dia 12 de janeiro nos EUA e pretende marcar o primeiro aniversário do governo do presidente.

A obra passa em revista a vida de Lula e o PT, desde a sua criação até a chegada ao poder, e tenta fazer um balanço do primeiro ano da gestão do presidente. São 144 páginas de elogios, do começo ao fim. A única exceção está no capítulo "O legado de Fernando Henrique Cardoso", que trás uma catilinária contra o ex-presidente.

Além do fato de um dos autores, **Bernardo Kucinski**, ser assessor do Departamento de Comunicação da Presidência do



"Lula e o PT no Brasil"

tina". E o PT, como "talvez o único partido do mundo que tenha se tornado verdadeiramente democrático" —Heloisa Helena que o diga.

O fato de Lula e o PT não terem mudado a política econômica desde a posse mas, sim, o chamado "discurso histórico" do partido é apenas marginalmente contemplado.

quase morrido pela boca, mas sofrido um "terrorismo financeiro" sem precedentes.

O livro chega a apresentar algumas —poucas— contradições passageiras, como a aliança com membros do "ancien régime" na área financeira e, um pouco antes, a "açucarada" campanha eleitoral que vendeu o "Lula Paz e Amor".

Esses fatos, no entanto, não maculam a obra como um todo. São superados por vários depoimentos de partidários como Frei Beto, Luiz Dulce e do próprio Lula, e por perfis elogiosos de José Genoíno e Marina Silva.

## Trecho

"Com suas linhas de concreto sólido e torres de vidro de corporações bancárias gigantescas, a avenida Paulista em São Paulo é um monumento ao dinheiro. Mas na noite da eleição de 27 de outubro de 2002, um mar de bandeiras vermelhas cobriu as portas dos bancos enquanto mi-

Figura 88 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

Posteriormente, após afastamento da política e da universidade, Bernardo Kucinski passou a dedicar-se somente à literatura. São de sua autoria os livros *K. – relato de uma busca* (Expressão Popular, 2011), *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014, Cosac Naify), *Alice* (2014, Rocco) e *Os visitantes* (2016, Companhia das Letras). Acrescenta-se que o livro *K.* conquistou Menção Honrosa ao Mérito do Prêmio da União Brasileira de Escritores em 2012, Rio de Janeiro, e o próprio jornalista escritor ganhou Menção Honrosa pela trajetória profissional como jornalista e expressiva estreia literária com o Prêmio Portugal Telecom de Literatura também em 2012.

Da relação de livros citada destacam-se para a presente análise

*Jornalistas e revolucionários e K. – relato de uma busca.* O primeiro como já mencionado trata-se da tese de doutorado e o segundo é o livro de estreia de Kucinski na literatura. *Jornalistas e Revolucionários* ganhou uma edição estilizada em 2003 pela Edusp, revista e ampliada, rica em imagens e referências aos anos 70. O livro se propôs a revisitar a história dos jornais alternativos que circularam entre 1964 e 1980 e nele o pesquisador contabilizou cerca de 150 periódicos “cujo traço comum era a oposição intransigente ao regime militar” (Kucinski, 2003, p. 13). Importa destacar que a obra se ancora nos jornais alternativos e seus “protagonistas”, “jornalistas e revolucionários” de acordo com a categorização formulada por Kucinski, ele próprio um desses “protagonistas”. Curiosamente, no texto introdutório, o autor sublinha que nas passagens em que aparece ao longo do livro, optou por usar a terceira pessoa, evitando a primeira pessoa por “vício de jornalista” (idem, p. 10), subentendo assim que aquela era uma produção científica, porém escrita por um jornalista. Por sua vez, *K. – relato de uma busca*, livro que teve três edições, a última pela Cosac Naify em 2014 expõe um trauma familiar dos Kucinski, o desaparecimento da irmã, Ana Rosa Kucinski durante a ditadura militar. Ana Rosa era professora doutora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo e também uma militante política em abril de 1974 quando foi presa pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) paulista e nunca mais foi encontrada, seu nome segue até o hoje na lista de desaparecidos políticos. O caso de Ana Rosa Kucinski ganhou repercussão nos jornais da época. Em outubro de 1978 dentro das manifestações que se seguiram ao assassinato de Vladimir Herzog, a *Folha de S.Paulo* noticiou um evento ocorrido no sindicato dos jornalistas. Nele familiares de desaparecidos, entre os quais, Bernardo Kucinski, exigiam notícias como se vê no detalhe da matéria a seguir.



No Sindicato dos Jornalistas, 500 pessoas reverenciaram a memória de Herzog.

## *Dia dos Direitos lembra morte de Vladimir Herzog*

No ato público realizado ontem na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo em memória do jornalista impunidade só pode gerar novas trariedades, novas violências". O ato público foi encerrado com a leitura

**Bernardo Kucinski**, jornalista, narrou, por sua vez, o desaparecimento de sua irmã, Ana Rosa **Kucinski** e os constrangimentos nos quais foi envolvido pelos órgãos de segurança, em sua busca do paradeiro da irmã.

**Kucinski** chamou a atenção da peculiaridade do caso do desaparecimento de sua irmã, "quando a família carrega um grande sentimento de culpa, imaginando que nunca fez o suficiente quando na verdade praticamente esgotamos todas as formas de busca".

**Kucinski** afirmou ainda que sua intenção é "transferir este sentimento das pessoas para a coletividade: se alguém imagina que tudo será esquecido, está muito enganado".

A viúva de Vladio, Clarice, agradeceu à imprensa o empenho em levantar as dúvidas das conclusões do IPM, instaurado na época e que conclui com "o suicídio de Vladio".

Afirmou depois considerar "um dever de todos os familiares de presos políticos fazerem alguma coisa no sentido de exigir da União uma resposta, um esclarecimento sobre a morte dos nossos desaparecidos, lembrando que eles morreram por todos nós e que só através de um ato desse tipo poderemos, no mínimo, ser dignos da sua memória. Eles fariam o mesmo por nós".

Adiante, Clarice frisou que "temos a obrigação, o direito e o dever de denunciar os culpados e de responsabilizá-los criminalmente, pois não podemos permitir que eles fiquem impunes, como estão hoje, já que essa

Figura 89 – Folha de São Paulo – Fonte: Acervo Folha

A história de *K.* tem como foco narrativo implícito o pai de Kucinski, contudo, Meir é citado apenas como Sr. K. O livro relata a busca sem sucesso do pai pelo paradeiro da filha e no transcorrer da narrativa o leitor se reencontra com a história trágica e inacabada vivida por muitos parentes de militantes políticos desaparecidos, bem como, toma conhecimento que a militância política foi uma herança que atravessou gerações na família do escritor. Trata-se de uma narrativa pautada pelo olhar retrospectivo, alguns dos acontecimentos narrados adquirem certa tonalidade anacrônica posto que não são contextualizados, mas marcados pelo presente, ou seja, pelas questões do presente. Porém, isso não é desconhecido do autor que logo na abertura da obra adverte o leitor “tudo nesse livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”. Em suma, poder-se-ia dizer que o romance de estreia de Kucinski recebeu boa acolhida da crítica literária em geral produzida por intelectuais ainda bastante sensibilizados com as prisões, execuções sem julgamento e desaparecimento de corpos, cujas vítimas foram em sua maioria membros da própria classe intelectual: estudantes, professores, artistas, jornalistas. Contudo, para além da denúncia, é a qualidade literária da obra que foi ressaltada por Renato Lessa, professor titular de Teoria Política da Universidade Federal Fluminense, que assina o posfácio da última edição (Kucinski, 2014, p. 183).

As duas obras citadas têm como pano de fundo a ditadura militar embora sejam registros de matriz distinta, um científico e outro literário. É a militância política e o repertório existencial de seu autor o elemento que se impõe e alinha as duas produções. A recorrente referência ao período ditatorial nas obras de Kucinski é notável. A autor justifica que se trata de um tema que o motiva e comove e que “não está de nenhuma forma exaurido”<sup>189</sup> dada a indiferença das novas gerações e por isso se faz necessário retomá-lo. Para Kucinski, “a memória coletiva da ditadura é ambígua e vaga e seu registro mais e mais vai se tornando uma imagem difusa e desimportante na nossa memória histórica”<sup>190</sup>. Diante dos conflitos para definição da memória coletiva, poder-se-ia deduzir que a produção de Kucinski toma uma posição clara, a posição dos militantes políticos que se ergueram contra o Estado autoritário, entretanto não se pode negligenciar que o próprio jornalista, escritor e intelectual era um desses militantes, portanto trata-se igualmente de defender o seu lugar na

---

<sup>189</sup> KUCINSKI, 2014.

<sup>190</sup> Idem, 2014.

história.

Finalmente, faz-se importante abordar a natureza e a precedência dos registros biográficos. Essa abordagem tem como finalidade descobrir o que dizem as fontes das narrativas memorialísticas pois os lugares selecionados para esses registros dizem muito a respeito do legado individual, sobre as pretensões em torno da edificação de uma identidade a ser fixada como registro histórico. As fontes dos registros memorialísticos de Bernardo Kucinski são de natureza política, étnica e jornalística. *Jornalistas e revolucionários* é o registro acadêmico e político da passagem dele pela imprensa militante dos anos 70. Essa referência pode ser encontrada também no *site* do projeto *Resistir é Preciso* vinculado ao Instituto Vladimir Herzog que por meio de eventos culturais (documentário, exposição, programa de TV, página na internet) conta a história da imprensa alternativa por meio de seus “protagonistas”, dentre os quais, o próprio Kucinski. O jornalista escritor também consta no *site* Memórias da Ditadura, que se auto intitula o “maior acervo *on line* sobre a história da ditadura” cujos patrocinadores são, entre outros, o Ministério da Cultura e o Instituto Vladimir Herzog. Porém, nesse caso, Kucinski é citado no verbete da irmã, Ana Rosa Kucinski, situado na seção “biografias de resistência” como desaparecida política. O jornalista é mencionado como autor de *K*, enquanto Meir Kucinski, o pai, é referenciado como “símbolo da luta dos familiares de desaparecidos políticos”<sup>191</sup>. As referências à cultura judaica estão também impressas nos registros biográficos de Kucinski. Além das menções já citadas, sua trajetória de vida está presente em *Fragmentos de Memória* (2010), livro de Avraham Milgram que reuniu memórias dos remanescentes do movimento juvenil sionista-socialista *Dror* fundado em 1945. No livro Milgram retoma a experiência de emigração e aculturação no Brasil e a tentativa muitas vezes frustrada de estabelecimento dos militantes sionistas socialistas no Estado de Israel. Kucinski também aparece como detentor dos direitos autorais no livro *Imigrantes, Mascates e Doutores* de Meir Kucinski, atestando a sua filiação com idichista reconhecido.

A procedência dos registros autobiográficos não deixa de contemplar o jornalismo como *locus* central de projeção. Suas memórias constam no livro *O Brasil dos Correspondentes* (2008) organizado por Jan Rocha. No texto autoral escrito por Kucinski evidencia-se a experiência como correspondente do importante jornal *The Guardian* no

---

<sup>191</sup> [memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/ana-rosa-kucinski/index.html](http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/ana-rosa-kucinski/index.html)

Brasil sem negligenciar sua trajetória paralela vivida entre a grande mídia e a imprensa alternativa. Finalmente, do conjunto de registros autobiográficos pode-se concluir que no transcorrer do percurso profissional as mudanças nas formas de expressão foram reveladoras de certa busca por adequação às transformações no mercado profissional, entretanto a militância política permanece como constitutiva da narrativa de sua trajetória, tal como pode ser conferido na extensa entrevista concedida ao *Jornal Rascunho* por ocasião da publicação de *K.* pela Kosac Naify. Na entrevista reitera o seu compromisso como porta-voz e memorialista daqueles que reagiram ao regime militar.



# A libertação de Kucinski

Entrevista com B. Kucinski, que estreou na literatura após os 70 anos com o romance *K*.

> POR ROGÉRIO PEREIRA



*Bernardo Kucinski, autor de K.*

Bernardo Kucinski é um caso raro na literatura brasileira. Estreou após completar 70 anos e seu primeiro livro — lançado por uma pequena editora — ganhou o mundo, com traduções para o alemão, espanhol, italiano e hebraico. Agora, corre contra o tempo com um fôlego impressionante. *K*. — o celebrado romance de estreia — acaba de ganhar a terceira edição pela Cosac Naify, que também lança a coletânea de contos **Você vai voltar pra mim**. A coletânea traz “apenas” 28 textos. Quase nada, levando em consideração que, entre junho de 2010 e junho de 2013, Kucinski escreveu cerca de 150 contos. Algo espantoso: média de um conto por semana. “Lamento ter começado tão tarde”, diz em determinado momento desta

Figura 90 – Entrevista com Kucinski– Fonte: *site Jornal Rascunho*

	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2017
Modernização da imprensa			Revista <i>Água</i> (1970) movimento de renovação: <i>Quênia e Gênesis Mensural</i> (1971) <i>Correspondência do Jornal 'The Guardian' no Brasil</i> (1971)			Presente no livro <i>Objetos de correspondência</i> (2008)		
			<i>Os Fatos</i> (1974), <i>Mostrando</i> (1975), <i>Opus</i> (1977)			Acesso especial da Secretaria de Comunicação Social de Pernambuco (2009)	Reconhecimento como eleitor de Prêmio Imbué Vladimir Herzog (2011) Memorial da Diáspora - Imbué (Associação Imbué)	
Política								
Literatura (e Artes)					Prêmio Jabuti por Melhor Livro de Economia (1997) Autoria de <i>Análise e Crítica da Revolução de 1931</i> , II ed.)	<i>Análise e crítica da Revolução de 1931</i> (2003) Imprensa (2003)	<i>Carta Lida - a vida e a obra de um jornalista e sua militância no movimento de renovação da imprensa na categoria comunicação no STP</i> (2015) Prêmio Jabuti (2015) K - <i>relato de uma viagem</i> (2011, 2014) Menção Honrosa ao Melhor de Jornalismo em Língua de Estrangeiros (2011) Presente em <i>Fragmentos de Memórias</i> livro de Aráham Nigam	
Universidade				Professor assistente ECA (USP) Direção do jornal laboratório (1986)				Professor Titular de ECA (2000-2007)
		Graduação em Física (1988)			Doutorado em Ciências da Comunicação (1991) Revolucionar a imprensa alternativa no Brasil (1984-1988) Livro—didática concluiu o título com trabalho em laboratório de palestras da economia (1995)			
BERNARDO KUCINSKI								

Tabela 8 - Espaços de consagração - Bernardo Kucinski

#### 4.6. Ana Arruda Callado, institucionalização da militância jornalística

Ana Araújo de Arruda Albuquerque (nome de solteira de Ana Arruda Callado) nasceu em 19 de maio de 1937 no bairro de Apipucus em Recife, Pernambuco. Seu pai, José de Arruda de Albuquerque, era engenheiro civil e sua mãe, Heloísa Araújo, formou-se professora primária no chamado curso normal. O avô paterno era major da Guarda Nacional, conhecido como Major Gonçalo no município de Limoeiro. O avô materno, médico em Timbaúba, interior de Pernambuco, favoreceu uma educação esmerada à filha, enviou-a ao Rio de Janeiro onde ela teve formação em pintura com Antônio Parreiras e piano com a renomada Magdalena Tagliaferro. Heloísa Araújo queria ser pianista, contudo, a formação adquirida acabou sendo destinada apenas ao auxílio na escolarização doméstica dos filhos. Após o casamento aos vinte anos, dedicou-se apenas à numerosa prole composta por quinze filhos (Ana Arruda era a décima segunda), enquanto o pai de Ana Arruda, José Arruda, reservava grande parte do tempo atuando como diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura (Golin, 1999, p. 85; Abreu, Rocha, 2006, p. 17; Briso, Siqueira, 2008).

Próximo aos oito anos de idade Ana Arruda mudou-se com a família para o Rio de Janeiro em função das exigências do trabalho do pai. A ida para a então capital da república se deu em boas condições uma vez que José de Arruda era funcionário do Ministério da Agricultura e mantinha boas relação com o então ministro Apolônio Sales. A primeira residência da família se situava no terreno do Jardim Botânico, era uma casa concedida pelo Ministério e um lugar que Ana Arruda recorda saudosa. Pouco tempo depois o pai transferiu parte da família para uma fazenda em Araruama, região dos Lagos no Rio de Janeiro, onde Arruda permaneceu até ingressar no ginásio.

Na primeira infância, entre Pernambuco e o Rio de Janeiro, Ana Arruda recebeu educação doméstica, ou seja, fez o primário em casa. Em seus relatos gaba-se de ter tido a mesma professora que Paulo Freire, Eunice Vasconcelos, para quem o educador dedicou o artigo “Eunice, minha professora”. Nesses anos de formação inicial, o meio familiar foi crucial para internalização da cultura escolar e erudita pois “todo mundo era estudioso, lia-se muito, trocava-se muito, havia um ambiente propício” (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 19). Sua mãe, que havia tido formação professoral, a introduzia nas primeiras matérias escolares. Já no Rio de Janeiro recebeu aulas particulares junto com os outros irmãos a fim de se prepararem para o exame de admissão no ginásio, prática

comum à época. Ana Arruda começou a ler aos sete anos, o primeiro contato com livros se deu com as obras infantis de Monteiro Lobato, escritor muito popular junto ao público infantil e que inspirou muitos dos jornalistas reunidos nessa pesquisa. Recorda-se que o pai sempre lhe ofertava livros como *São Francisco de Assis para Crianças*, *História do Mundo Para Crianças*, *Émilia no país da Gramática*, os dois últimos da coleção infantil de Lobato. Não satisfeita em ler apenas os livros infantis, Ana Arruda também lia escondido as histórias em quadrinhos de *X-9*, proibidas para meninas por serem muito “violentas” (1999, p. 91) e os livros da biblioteca do pai. O segredo de Arruda foi descoberto pelo pai que “muito satisfeito” percebeu que a filha tinha lido toda a coleção de Machado de Assis (Callado apud Golin, 1999, p. 91). A jornalista conta que o pai motivava os filhos, em especial, as filhas mulheres, a fazerem curso superior e a se tornarem independentes. Ele inclusive desencorajou Ana Arruda de se casar em uma ocasião, o que ela fez questão em registrar em seus relatos biográficos.

Uma coisa que me marcou muito foi uma vez que meu pai, ele ficava lendo no quarto, e era perto do casamento de uma das minhas irmãs, e só se falava no casamento e tal, e ele olhou para mim e disse: “As suas irmãs são bobas, não, minha filha? Elas acham que casar é uma maravilha. Casamento para mulher é horrível. Casamento só é bom para homem. Mulher, quando casa vira escrava, fica lavando para homem, cuidando de homem. Elas pensam que estão fazendo uma grande coisa, casando”. Você sabe que eu nunca esqueci isso? Não é à toa que eu já tinha quase 40 anos quando casei com Antônio [Callado]. Foi meu primeiro e único casamento (Callado apud Golin, 1999, p. 92).

Na juventude Ana Arruda decidiu então que não se casaria e essa vontade aumentou quando a mãe faleceu ainda jovem e ela se aproximou mais ainda do pai e não queria desagradá-lo. A intenção de não se casar combinava-se à intensificação das práticas religiosas, “queria ser santa, comungava, ia à missa, lia as vidas dos santos e já queria ser a Joana D’Arc. Santa, mas rebelde, não é?” (Callado apud Golin, 1999, p. 93).

Após ser aprovada no exame de admissão para o ginásio, no final dos anos 40, estudou primeiramente no colégio de freiras Santo Amaro e depois no Colégio de Aplicação da então Universidade do Brasil, o primeiro considerado “bastante fraco” e segundo “um colégio que vivia o seu melhor momento” (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 19). No

Colégio de Aplicação a partir de 1952, então com 15 anos, cursou o chamado Científico, era uma boa aluna na disciplina de matemática e por isso tanto seu pai como sua professora acreditavam que seguiria uma carreira na área de exatas. A escolha pelo curso de jornalismo causou frustração no pai e na professora, mas Ana Arruda explica que “tinha uma curiosidade universal” que a levou ao jornalismo (1999, p. 95).

Quando se aproximou da conclusão do curso ginásial e ela se orientou para o jornalismo. Da época recorda que o pai lhe disse “horrorizado: ‘Minha filhinha, jornalismo!? Jornalista é quem não dá para mais nada...’. Ele tinha orgulho das filhas mais velhas, que eram duas arquitetas, uma engenheira” (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 19). Nesse ponto, é possível recordar que o pai de Carlos Heitor Cony teve a mesma posição ao ver o filho se dirigindo ao jornalismo. No caso do escritor carioca e de Ana Arruda é possível supor que a decepção paterna venha da frustração de grandes expectativas depositadas nos filhos, uma vez que o jornalismo era apenas um caminho para altos postos na política e na administração e não propriamente uma profissão. Porém, no caso de Arruda causa certa estranheza ao se ter em mente o contexto de então, no qual o destino feminino ainda era bastante restritivo.

Quanto à experiência no universo escolar, provavelmente a boa avaliação do Colégio de Aplicação por parte da futura jornalista tenha a ver com a memória afetiva. Foi durante esse período que o processo de socialização do meio militante começou, pois no período ginásial Ana Arruda tornou-se militante da Ação Católica que ela define como “um movimento de esquerda dentro da Igreja”. Ela conta que seus membros eram “católicos de ir à Igreja” mas que ela “concordava muito mais com as teses do pessoal do Partido do que com a direita que começava a surgir” (Callado apud Golin, 1999, p. 98). Ana Arruda deu seus primeiros passos rumo ao jornalismo ao integrar-se à redação de *Roteiro da Juventude* em 1952, jornal vinculado à militância católica e esse período é relembado como de intensa socialização.

É uma coisa horrorosa e ao mesmo tempo engraçadíssima. Não namorei no tempo do colégio, era muito boa colega, gostava de cinema, cineclubes, curso de cinema. Encontrei um certo refúgio e uma boa socialização na Ação Católica. Fui da JEC, depois da JUC, Juventude Universitária Católica. Eu me divertia muito, mas sempre daquele jeito, tinha de ser tudo casto. A gente fazia acampamento, fazia farras, bebia, tocava violão e ia dormir. Era seguro sem sexo

(risos), é o que os bispos querem agora! Na Ação Católica, eu também fazia o jornalzinho, *Roteiro da Juventude* (Callado apud Golin, 1999, p. 98).

Ana Arruda confessa em entrevistas que na juventude antes de aderir aos movimentos de esquerda sua tinha tendências que pendiam para um certo conservadorismo. Era lacerdista (apoiava o jornalista Carlos Lacerda) e ultracatólica, o que mudaria a partir de sua entrada no *Jornal do Brasil*, para ela a mudança não foi “por força de nenhuma catequese, mas por força de ver a realidade” (Callado apud Golin, 1999, p. 103).

Outro momento socialmente profícuo para Arruda foi o curso de jornalismo da FNFi, Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro) no qual ingressou em 1955 com 17 anos. Segundo Arruda, o curso não era dos melhores apesar de ter tido aulas com Danton Jobim e Vitor Nunes Leal, dois grandes nomes do jornalismo carioca. O aprendizado do ofício se deu somente na prática e por isso o valor dos tempos de faculdade recaí sobre os laços de sociabilidade tecidos naquela instituição e a participação naquele momento de efervescência cultural e política. Na faculdade conheceu Mary Ventura, futura esposa de Zuenir, de quem também se tornaria amiga. Nesse período ainda militava na Ação Católica que em breve se tornaria AP (Ação Popular), organização rival do Partido Comunista, que então dominava o diretório acadêmico e influenciava grande parcela dos jovens. Sobre o contexto da época, a jornalista relata:

Nós sabíamos que as posições de esquerda é que eram as boas, mas nos sentíamos impedidos de nos aliar ao pessoal do PC. Foi daí, aliás que nasceu a AP, desse nosso drama, do desespero das pessoas, que criaram sua própria organização. Mas naquele tempo a briga era essa, JUC [Juventude Universitária Católica] e PC. Eu, participava, estava ali, firme, mas ainda não tinha definições políticas muito claras, ia conforme o tema. Agora, do que eu gostava muito era da parte cultural. Por exemplo, cineclubes: que maravilha! O cineclubes do UME [União Metropolitana dos Estudantes], essas coisas é que realmente que encantavam no tempo da faculdade. E também descobri uma literatura mais politizada. Desde o colégio eu tinha descoberto a chamada grande literatura, mas só então comecei a ler livros políticos. A faculdade foi um tempo muito, muito bom. Aprendi de tudo no

curso de jornalismo, menos jornalismo... (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 22)

O primeiro contato com uma redação profissional ocorreu em um curso que fez no jornal *Tribuna da Imprensa* quando ainda estava na graduação. A entrada no curso foi auxiliada por uma amiga da família chamada Umbelina Sena Canguçu que era jornalista do *Tribuna* e intercedeu para que pudesse participar das aulas ministradas pelo próprio Carlos Lacerda, dono do jornal. Como recorda Arruda, o breve curso valeu pelo curso de jornalismo inteiro. É evidente que ouvir profissionais experientes foi significativo, porém é impossível negar que um dos trunfos obtidos com esse curso foi o incremento da rede de contatos dentro do mercado jornalístico. A tessitura dessa rede já havia sido iniciada antes no jornal militante católico *Roteiro da Juventude*. Arruda recorda que em uma das reuniões da JUC Cícero Sandroni, diretor do jornal fez o convite para que participasse e foi assim que ingressou no *Roteiro da Juventude*. Tempos depois, quando havia concluído o curso de jornalismo, o mesmo Sandroni, a indicou para o *Jornal do Brasil* onde se profissionalizou.

Tive uma experiência interessante também: eu era da Ação Católica, quando estava cursando o ginásio científico. E a Ação Católica tinha um jornalzinho chamado *Roteiro da Juventude*. E quem dirigia esse jornal era o Cícero Sandroni, que eu conheci também na Ação Católica. Um dia ele disse: “Estou precisando de ajuda”, e eu me ofereci. Embora fosse um jornalzinho pequeno, ele era rodado no jornal *Última Hora*. Então, eu muito metida, isso antes ainda de entrar na faculdade, pois eu entrei com 17 anos na faculdade, ia ao *Última Hora* para fazer revisão do jornal. Então eu comecei realmente a me entrosar no meio jornalístico. Como falei do Cícero Sandroni e me lembrei no roteiro, ele foi a pessoa que me indicou ao *Jornal do Brasil*. Foi assim. Eu encontrei com ele na rua e ele disse: “E você, Ana, está trabalhando em jornal?”, e eu disse: “Não, Cícero, eu não conheço ninguém de jornal”. E ele disse “Olha, vá ao *Jornal do Brasil*. Eu estive lá e o *Jornal do Brasil* está começando uma reforma sensacional e o Wilson Figueiredo é o chefe de reportagem. Você diz que fui eu que mandei você falar com ele”. E assim fui falar com o Wilson e comecei o

estágio (Callado apud Spata, 2008).

O que se seguiu daí e diante foi uma carreira de sucesso no jornalismo, auxiliada pelo fato de Ana Arruda ser uma das poucas pessoas que possuíam diploma pois como menciona em seus relatos muitos dos jornalistas nos anos 50 e 60 não tinham formação escolar consistente, alguns dos setores de reportagem policial e de esportes eram feitos por analfabetos funcionais, indivíduos que tinham dificuldades para ler e escrever. A presença dela significou um avanço pois o *copydesk* do jornal não tinha dificuldade de corrigir os seus textos e além disso, o diploma lhe conferia *status* (Briso, Siqueira, 2008, p. 9). Ana Arruda conta que começou a ganhar mais prestígio quando de enveredou pela grande reportagem, que então encontrava-se em desuso no *Jornal do Brasil*.

Aí foi muito bom para mim. Eu comecei a dar a primeira página todo domingo, com aquelas reportagens em série: reforma agrária, criança abandonada, sistema de educação no Brasil. Coisas de pesquisa e entrevista, mais de revista, mas que eram importantes para os jornais de domingo. Eu fiz um jornalismo diferenciado que deu *status* na redação (Briso, Siqueira, 2008, p. 10).

Outra característica da carreira de Arruda foi a militância política, mas uma militância específica, restrita aos limites das redações. Ainda que tenha participado de organizações políticas (inclusive, teve uma breve passagem pela luta armada, como se verá adiante), o exercício da militância foi realizado sobretudo nos jornais, em iniciativas jornalísticas engajadas. Sua militância foi assim uma militância jornalística e foi essa *performance* que assumiu durante todo percurso profissional, como demonstra edição do *Jornal do Brasil* de setembro de 1989 na qual seu nome consta na lista de assinaturas de jornalistas em apoio à campanha de Leonel Brizola à presidência.



## Dos Jornalistas ao Povo Brasileiro – Parte 1

**Nós, jornalistas em busca de um Brasil independente e digno, afirmamos que, ao lado do povo brasileiro, vamos eleger LEONEL BRIZOLA presidente da República**

Adonis de Oliveira, Afonso Mondago, Assar Jorge, Alceste Pinheiro, Aldo Renato Soares, Ali Calastano, Alípio, Altair Rodrigues, Aluzio Machado, Álvaro Queiroz, Amílcar Ferreira, Amilton Batista Pinto, Ana Amélia Calçado, Ana Costábili, Ana Goulart, Ana Lúcia Abreu, Ana M<sup>a</sup> Mandim, Ana M<sup>a</sup> Rocha, Ana Viana, André Andres, André Luz de Carvalho, Andréa Macedo Ramos, Angela Garamboni, Angela Ramalho Viana, Anthony Garotinho, Antonio de Paula, Antônio Austregesillo de Athayde, Antônio Azevedo, Antônio Calegari, Antônio Caldeiro, Antônio Carlos Cardoso, Antônio Carlos Santos, Antônio José Almeida, Antônio Montenegro, Antônio Nogueira Neto, Antônio Oliveira Ramos, Antônio Osias, Antônio Pádua Gurgel, Antônio Pass Jr., Antônio Ribeiro, Apói Gomes, Arnaldo Moreira, Arnaldo Viana, Arthur Cantalice, Arthur Dapleiva, Arthur José Poesner, Ary Almadi, Athaydes Andrade, Augusto Aguiar Santos, Augusto Arston, Avelino Grasse, Balaise Filho, Barcíonimo Amaral, Bartolomeu Brito, Bayard Boitoux, Beatriz Bisio, Beatriz Rocha, Beatriz Santana, Behnho Spencer, Beto Novaes, Beto Ruschel, Bill Falcão, Brum Vieira, Caco Barcellos, Cândido Nóbrega Brito, Carlos Alberto Ferreira, Carlos Alberto Kolesca, Carlos Alberto Oliveira (Cac), Carlos Alberto Rodrigues, Carlos César Gomes, Carlos Chi carno, Carlos Cobra, Carlos Contursi, Carlos Couto, Carlos Eduardo de Silva, Carlos Eduardo Novaes, Carlos Ely, Carlos Militão, Carlos Moura, Carlos Pontes, Cássia Maria, Castilho

de Andrade, César Augusto Fernand, César Chaves Fernandes, César Pinho, Chico Paula Freitas, Chico Santana, Cidinho Campos, Cláudio Vignoli, Cláudia Antunes, Cláudia Ben simon, Cláudia Ramos, Cláudia Ribeiro, Cláudio Arreguy, Cláudio Henrique, Cláudio Manoel de Assis, Cláudio Uchoa, Cláudio Vieira, Cláudio Amorim, Cláudio Praxedes, Cláudio Schettin, Cláudio Dyer, Cláudio Gomes Sobrinho, Cláudia Sena, Coeli Mendes, Concetta Gastiglioni, Cosme Coelho, Cristina Zappa, Cyndy Glória, Danieli Gomes, Débora Meth, Deolinda Monteiro, Dimas Ferreira, Diécia Macedo, Divete von Mentzinger, Domingos Fraga, Dulce Tupy, Eber Valle, Edilêide Macedo, Edio Piazzi, Edir Carneiro, Edmar Fonseca, Edmilson Silva, Edmundo Muniz, Eduardo Athayde, Eduardo Castor, Eduardo Lacombe, Ely Cabral, Elaine Lima, Elaine Maciel, Elcimar Oliveira, Elaine Bandanachvil, Eliane Velloso, Elias Farjado, Eliomário Valente, Elizabeth Carvalho, Ely de Miranda, Elyberto Moraes, Emerson Souza, Emigdio Feizardo P, Emilia Silveira, Emilton Rodrigues, Erasmo Angelo, Eric Nepomuceno, Ery Francisco Jesus, Euzébio Schwenden, Eva Spitz, Evandro Parana guá, Fátima Belchior, Fátima Cristina Santos, Fátima Vilas Boas, Fausto Neto, Fausto Wolff, Ferdj Carneiro, Fernando Barbosa Lima, Fernando Brito, Fernando Henriques Gonçalves, Fernando Rabelo, Fernando Tolentino, Fichel David Chargel, Flávia Souza Marques, Flávio Lenz, César Flávio Mattos, Franco Paulino, Frederico Gomes, Fredy Krause, Friedrich

Brum, Friedrich Fritz Utzer, Gabriel Nogueira, Geline Rocha Barro, George Luiz Ferreira, Geraldo Alves, Gerardo de Melo Mourão, Gerásson Gonçalves, Getúlio Vilanova, Gilberto Negreiros, Gilson Ribeiro, Guionda Caputo, Glória Regina do Carmo, Gondim Paulo e Silva, Guido Heleno Dutra, Guilherme Lessa, Gunaldo Nicoloski, Guomar Campelo Gustavo Kaye, Gustavo Martins, Hélio Araújo, Hélio Tinoco, Helis Telles Ferreira, Helival Fios, Helôisa Savalle, Helos Portillo, Hely de Miranda, Héris Ant, Iara Selva, Ieda Ferreira Fernandes, Ieda Schmidt, Ila Maria Kohen, Ila Teles, Inaldo Batista, Ingo Ostrovsky, Ilamar Freitas, Ivan Cavalcanti Pimenta, Ivan da Costa, Ivan Estelita Campos, Ivano Santos Mello, Ivone Ferraz, J. Carlos, Jacob Filho, Jacques Galinkin, Jalusa Barcelos, Jaqueleine Cantore, Jonas Cunha, Jonas Kojala, Jorge Anas, Jorge Chaves, Jorge Freitas, Jorge Lopes, José Antônio Gerbelin, José Apertí P<sup>a</sup> José Assis Faria, José Assumpção, José Carlos Peláez, José Carlos S. Rodrigues, José de Armatida, José Emilio Aguiar, José Fábio Andrade, José Fernando do Nascimento, José Geraldo Barreto, José Louzeiro, José Luis Silva, José Luiz Alcântara, José Luiz Correa, José Luz de Almeida, José Luz Laranjo, José M<sup>a</sup> Rabelo, José Messias Xavier, José Mirá, José Pinheiro Farias, José Reinaldo Marques, José Seabra, José Trajano e José Wotchequ mas

AMANHÃ, MAIS 250 NOMES

Figura 91 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Como visto, o ingresso na profissão de jornalista foi auxiliado pela junção de dois capitais simbólicos, o capital social obtido pelas redes de contato e o capital político referente à militância na Ação Católica, uma vez que foi Cícero Sandroni quem conhecia da militância quem a convidou para o jornal *Roteiro da Juventude* e posteriormente a indicou para vaga no *Jornal do Brasil*. Como repórter do *Jornal do Brasil* ganhou prêmios importantes por seus trabalhos de reportagem, honorarias que lhe deram bastante prestígio como o Prêmio Herbert Moses concedido pelo Ministério da Agricultura em 1958 pela reportagem *Reforma agrária, todo mundo fala e ninguém faz* e a Menção Honrosa do Prêmio Esso de Jornalismo em 1959, por sua contribuição na produção de reportagens sobre crianças abandonadas. Em 1961, foi a primeira jornalista a fazer o curso do Ciespal (Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para America Latina) no Equador em um cenário de politização crescente. Sobre a época, comenta que de certa maneira substituiu o catolicismo pela militância.

[...] ainda continuava católica, substitui muito isso pela militância política. Eu me formei em 57, comecei a trabalhar no *Jornal do Brasil* em 58, e o mundo desabou na minha cabeça. Desabou não. Entrei até com bastante bravura nele, mas comecei a viver dramas que nem na faculdade estavam presentes, ainda que no último ano do curso, já acontecera a Revolução Cubana [...] (Callado apud Golin, 1999, p. 99)

Ana Arruda se refere ao golpe civil militar de 1964 e todos os acontecimentos que o antecederam e repercutiram na conjuntura nacional e em sua vida pessoal. Ela declara que “1964 foi um rompimento na minha vida, o golpe foi total para mim. Eu trabalhava no *Panfleto*, o jornal que o Brizola tinha aqui no Rio” (Callado apud Golin, 1999, p. 104). Apesar dos dramas nacionais e individuais, aquele momento é recordado com certa nostalgia. No *Jornal do Brasil* pôde conviver com profissionais que gozavam de significativo prestígio como José Ramos Tinhorão, Nilson Lage, Nelson Pereira dos Santos, Ferreira Gullar, Jânio de Freitas, entre outros.

No período em que trabalhou no *Jornal do Brasil*, entre 1958 e 1962, também presenciou um acontecimento importante para história da imprensa, a reforma gráfica e editorial. Nas entrevistas que concedeu, a jornalista se refere ao fato de ter presenciado de perto a modernização da imprensa, porém hesita em afirmar que participou dela uma vez que no período era apenas uma repórter. Ao ser indagada sobre sua percepção a respeito das reformas naquele momento ela relata.

Nos primeiros meses, não. Mas depois, sim. Por quê? Por causa do tipo de reportagem que fui fazer. Comecei fazendo Semana Santa, aquelas coisinhas, depois quis fazer reportagens maiores, de mais fôlego, de pesquisa, e o jornal não tinha espaço. Foi exatamente aí, em 1959, que eles começaram a abrir páginas [...]. Ao mesmo tempo, a Rádio Jornal do Brasil também estava se alterando. Fiquei logo amiga do Reynaldo Jardim e ia muito à rádio, assistir às coisas, conversar com ele. Quando o Reynaldo criou o Caderno B, assisti a tudo e, com isso, realmente, fiquei muito dentro do processo. Embora não tenha participado em nada, não tenha ajudado em nada, porque eu era apenas uma repórter. Durante quatro anos fui só repórter (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 25).

Contudo, Arruda acabou por ser associada à modernização da imprensa quando foi entrevistada pelo CPDOC-FGV para uma pesquisa que reuniu os nomes de membros da elite profissional. De fato, ela já admitiu que a “revolução” nos jornais ocorreu exatamente quando ela começava na redação do *Jornal do Brasil*, por isso pôde listar os executores da modernização como Odylo Costa Filho, Carlos Lemos, Jânio de Freitas, Araújo Neto. Para Arruda, a reforma se consolidou de fato apenas quando Jânio de Freitas assumiu a redação e colocou Amílcar de Castro na função de diagramar todo o jornal. Além disso, a harmonia no quesito editorial ficou a cargo da sintonia entre Ferreira Gullar (*copydesk*) e Reynaldo Jardim (diretor do Caderno B, o segundo caderno). Ela adverte que a participação de Alberto Dines na modernização foi posterior e voltada à consolidação do *Jornal do Brasil* enquanto empresa (Briso, Siqueira, 2008, p. 13). Apesar de não estar entre aqueles jornalistas que capitanearam a modernização nos anos 50, poder-se-ia enquadrá-la em outras vertentes do processo, como por exemplo, aquele que permitiu a médio prazo o acesso das mulheres às redações e a longo prazo se desdobrou na feminilização da profissão. Na condição de uma das precursoras a trabalhar nas redações de grandes jornais, ela descreve algumas das situações constrangedoras que precisou lidar, por exemplo, quando um eminente político se recusou a dar uma entrevista a ela.

Sempre havia aquela coisa de “Ih! Uma mulher!”, nem tanto dentro da redação, mais até fora. Afonso Arino, por exemplo, uma vez teve um ataque quando fui entrevistá-lo. Ficou indignado! Cheguei ao jornal e disseram: Afonso Arinos está pedindo alguém para dar uma entrevista” – porque era assim, o senador ia fazer alguma coisa que achava grandiosa, queria falar a respeito, ligava, e o jornal mandava o repórter. Lá fui eu. Entrei na sala dele e disse: “Senador, boa tarde, Sou do *Jornal do Brasil...*”. Ele virou-se: “Como é que é?” Depois fiquei muito amiga dele, mas na hora, foi duro: “Como é que é!?” Eu peço ao *Jornal do Brasil* para me mandarem um jornalista, um repórter, e me mandam uma menina estagiária?! Que falta de respeito!” Ficou achando que era desfeita com ele me mandarem. Eu então disse: “Bem, senador, se o senhor não quiser, eu aviso ao jornal, coisa e tal...” Quando eu estava dizendo isso, então o Castejón, que trabalhava no gabinete dele e também era do *Jornal do Brasil*. Castejón disse assim: “Senador,

Ana Arruda é a melhor repórter que o *Jornal do Brasil* tem. O jornal só mandou a Ana porque era o senhor”. Aí ele voltou a ser aquele gentleman que era. Mas nossa senhora! Se Castejón não tivesse entrado, eu tinha voltado para o JB, porque ele não admitia dar a entrevista para uma menina estagiária. Tinha dessas coisas (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 28).

O acirramento do assédio tornou-se mais intenso à medida que ela subia de posição dentro dos jornais. Segundo a historiografia especializada Ana Arruda tornou-se a primeira mulher chefe de reportagem quando foi convidada por Prudente de Moraes Neto por sugestão de Zuenir Ventura a integrar a equipe do *Diário Carioca* em 1962. Segundo a jornalista, na ocasião Zuenir, que era seu amigo próximo, foi chamado para ser chefe de redação, enquanto ela chefe de reportagem. Segundo narra “pensei que era por causa dos meus méritos, mas depois comecei a achar que era para fazer *marketing*. Uma mulher na chefia da reportagem! Um espanto, um assombro! Era assim que o jornal era anunciado. Fui a programas de televisão como se fosse uma mulher barbada, uma atração de circo” (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 30).

Porém, antes de alcançar essa posição aconteceram outros episódios como a demissão do *Jornal do Brasil* em 1962, por causa de sua participação na greve dos jornalistas ocorrida naquele ano. Sobre o acontecimento ela recorda com orgulho ter sido demitida junto com Ferreira Gullar, Sérgio Cabral, entre outros jornalistas que em breve se tornariam grandes nomes da imprensa. Após a demissão, teve uma breve passagem pelo *Tribuna da Imprensa* entre 62 e 64. Nesse período ela também colaborou para o *Panfleto* de Leonel Brizola, jornal no qual atuou junto com Fernando Gabeira e que foi depredado e empastelado após o golpe de 1964.

A experiência como chefe de reportagem evidentemente rendeu notoriedade apesar da pressão que viveu no momento, alguns fatos narrados valem a pena ser descritos como por exemplo, o dia em que saiu do *Diário Carioca*. O então diretor, Maritônio Meira, propôs um projeto de jornal direcionado ao público feminino, ela recorda que ele disse na ocasião que não havia um jornal dirigido para a mulheres e que o enfoque seria o seguinte “por exemplo, se um governador for eleito, a gente entrevista a mulher dele e não ele”. Diante da situação, Ana Arruda teve consciência de que a ideia não iria dar certo mas continuou na chefia da reportagem até que recebeu um telefonema de um colega dizendo que o

mesmo Maritônio Meira o havia convidado para o cargo que ela ocupava no momento. Ela então se aproveitou da situação e disse para o tal colega vir à redação e tomar posse do cargo. Como conta esvaziou as gavetas e saiu do *Diário Carioca* pois “o que iria fazer em jornal após terem feito aquilo comigo, ademais o colega tinha sido convidado e precisava do emprego” (Briso, Siqueira, 2008, p. 27).

Como visto, a saída do *Diário Carioca* foi motivada por determinadas reorientações na política editorial que não a agradavam. Entretanto, a partir dos depoimentos de Ana Arruda pode-se deduzir que a renúncia de um cargo na grande imprensa era previsível naquele contexto de sua trajetória. Ana Arruda vivia um processo de extrema politização que sucedeu o golpe civil militar em 1964. Logo depois, ela participou da equipe de criação de um dos jornais precursores da imprensa alternativa carioca, *O Sol*, capitaneado por profissionais notórios por seu jornalismo engajado como Otto Maria Carpeaux, Reynaldo Jardim, Sérgio Lemos, Carlos Heitor Cony, Martha Alencar, Tarso de Castro, entre outros. *O Sol* foi um jornal concebido por Reynaldo Jardim para funcionar como uma escola de jornalismo. A proposta era inverter a ideia do jornal laboratório dos cursos de jornalismo na qual os alunos aprendem o ofício em um jornal de mentira, *O Sol* teria um sistema de produção e circulação reais a fim de que os estagiários aprendessem na prática. Para sua realização foram selecionados universitários, entre eles muitos artistas e membros de movimentos estudantis. Alguns dos jornalistas presentes nesse estudo foram convidados para participar de *O Sol* mas declinaram da ideia antes de sua realização, como Zuenir Ventura, que concordou em ser chefe de redação mas desistiu da “aventura” para assumir cargos de chefia na sucursal de revistas do Rio de Janeiro e Fernando Gabeira que na época optara pela radicalização e clandestinidade na luta armada (Briso, Siqueira, 2008, p. 33). *O Sol* saiu como encarte do *Jornal dos Sports* entre setembro novembro de 1967 e depois assumiu forma independente, circulou até fechar em janeiro de 1968. Sua redação era formada por dez jornalistas profissionais e 40 universitários, tinha como conselheiros Otto Maria Carpeaux e o sociólogo Sérgio Lemos. Mais do que as pressões conjunturais *O Sol* fechou porque foi um fracasso empresarial, vendia pouco e não conseguiu se sustentar. Apesar disso, foi um sucesso na classe jornalística, sua redação era frequentada por Maria Betânia, Caetano Veloso entre outros artistas e intelectuais (Abreu, Rocha, 2006, p. 33). A dimensão simbólica de *O Sol* para os produtores culturais dos anos 60 e 70 ficou registrada na

música *Alegria, Alegria*<sup>192</sup> de Caetano Veloso e entrou para o imaginário social como símbolo de uma era. Posteriormente, a história de *O Sol* tornou-se um documentário realizado por Tetê Moraes (ex-diagramadora do jornal) em 2006 intitulado *O Sol – caminhando contra o vento*. No documentário Ana Arruda, na condição de ex-chefe de redação, é reunida a outros remanescentes de *O Sol*, considerada uma das experiências vanguardistas do jornalismo sessentista. Na edição de 6 de abril de 2004 do *Jornal do Brasil* foi noticiado o evento de lançamento do documentário, o nome de Arruda está entre os de destaque.

---

<sup>192</sup> “O Sol nas bancas de revista/ me enche de alegria e preguiça./ quem lê tanta notícia?” trecho de *Alegria, Alegria*, música de Caetano Veloso de 1967. apresentada no festival da TV Record em 1967 e responsável por lançar o cantor baiano ao sucesso.

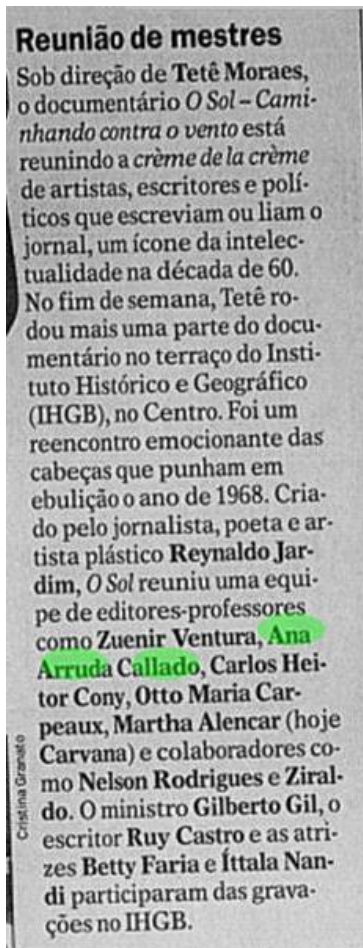


Figura 92 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Após a breve existência de *O Sol* (1967-1968), Ana Arruda intensificou sua participação no jornalismo político e contracultural. Ela esteve entre os jornalistas que lideraram as equipes de *Poder Jovem* e do *Jornal de Vanguarda*. O primeiro um semanário de vida curta, que só teve quatro números, produzido pela cooperativa *Poder Jovem*, que Arruda ajudou a fundar, e o segundo, um programa de TV exibido pela TV Rio em 68 dirigido por Reynaldo Jardim, no qual foi secretária de redação e redatora do noticiário (Abreu, Rocha, 2006, p. 37). O envolvimento

intenso com a imprensa alternativa foi rompido após a promulgação do AI-5 quando ela se tornou mais visada pela repressão. A oficialização da censura e o acirramento das perseguições impeliram Ana Arruda a tomar outros rumos no final dos anos 60.

No hiato da atividade jornalística se envolveu com outros ofícios. Trabalhou em uma livraria, após prestar concurso para o cargo de controladora do Fazenda do Estado foi servidora pública e coordenadora editorial na Editora Delta Universal, onde trabalhou por nove anos, primeiro como editora de *O mundo da criança* e depois como coordenadora de redação da enciclopédia *Delta Universal* (Abreu, Rocha, 2006, p. 39). Só retornou ao jornalismo em 1973, a convite de Alberto Dines que dirigia o *Jornal do Brasil* que lhe pediu que chefiasse o caderno infantil, função que considera ter sido a última exercida como jornalista (Golin, 1999, p. 117). Depois do *Jornal do Brasil* ela ainda redigiria algumas resenhas para o jornal *O Globo*, entretanto já vivia o processo de transição profissional, aos poucos ela migrava para a carreira acadêmica.

Como posto, a militância política de Ana Arruda foi exercida sobretudo dentro das redações. Esse engajamento profissional começou na greve de 1962 quando diz ter se tornado sindicalista de fato. Na sequência diante do cenário político e social ela se distanciou da grande imprensa a fim de atuar na imprensa alternativa e participou de experiência como *O Sol* e *Jornal da Vanguarda*. No período em que conciliava dois empregos, no caderno infantil do *Jornal do Brasil* e na *Enciclopédia Delta* viveu um breve momento de radicalização, mas que foi suficiente para ser presa em 1973. Mesmo sem nunca ter se filiado a nenhum partido, aderiu a um grupo armado chamado RAN (Resistência Armada Nacional) a qual dava apoio financeiro realizando rifas a fim de levantar dinheiro para guerrilha de Caparaó.

Desde do Sol, eu tinha entrado para uma militância antitadura bastante forte, embora não pertencesse a nenhum grupo – só depois foi que entrei para um. A política já me interessava mais que o jornalismo; na verdade, eu não acreditava mais em jornalismo. Principalmente no ano de 1968. O AI-5 foi terrível [...] Naquele momento por pura neurose, entrei num grupo de malucos e desesperados, chamado RAN, como se soube depois – Resistência Armada Nacional. Um bando de despreparados, sobre o qual não se vale a pena falar. Eu sabia disso, mas estava nervosa, porque achava que meus amigos tinham se dado mal, enquanto eu estava numa boa.



Acabei sendo presa em 1973. Fui uma presa retardada (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 38).

Da prisão por 42 dias no DOI-CODI e 8 em um quartel, passou por eventos traumáticos que só consegui externalizar em determinadas entrevistas. Para o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo menciona apenas que teve uma prisão “dura” e “nojenta” sobre a qual não gosta de falar (Briso, Siqueira, 2008, p. 28). Por sua vez para pesquisa acadêmica que gerou o livro *Memórias de Vida e Criação* ela já deu mais detalhes.

Não gosto de contar o que faziam...Não fui torturada no sentido clássico da palavra, isso é o que me deixa mais horrorizada. Você fica nua dentro de um quarto fechado, onde botam vozes, ondem botam um frio gelado, depois um calor intenso, onde entram pessoas debochando, dizendo horrores a você, você fica sem saber que dia é, que noite é, você fica dentro de uma cela, fiquei sozinha nesses 50 dias [no DOI-CODI], eu não via outra pessoa que não fosse interrogador ... você ficar numa cela que tem uma janela de 15 em 15 minutos, de vez em quando alguém abre e debocha de você, e olha você. A privada é na frente da janelinha, você senta na privada e tem um soldado olhando e debochando de você... isso não é considerado tortura...Até hoje eu não sei quantos dias eu fiquei na geladeira esperando [...] (Callado apud Golin, 1999, p. 112).

No intervalo entre a radicalização e a transição para carreira acadêmica Ana Arruda começou um relacionamento com o também escritor e jornalista Antônio Callado em 1971. Segundo Arruda, a princípio ela resistiu pois não queria se casar. Um fator decisivo foi o processo no qual era acusada de terrorismo. Havia grande chance de ser condenada e ela já vivia com Callado. A decisão pela oficialização da união em 1977 veio da necessidade eventual dele de realizar visitas na prisão, caso ela fosse condenada de fato. Mesmo absolvida, resolveram manter a decisão.

Como eu deveria ser condenada, Callado disse um pouco antes do julgamento: “Bom, eu tenho que lhe visitar, e eles só permitem marido e mulher. Então, a gente casa”. E eu: “Não vamos nos precipitar, calma...” (risos). Eu não gostava muito da ideia. No

dia em que houve a absolvição, nunca me esqueço, lá no meu apartamento, Callado sentou na cadeira de balanço e disse: “Ana, você não acha grotesco que a ditadura militar resolva a vida da gente?” (risos) Você não acha que a gente tem que resolver isso por conta própria?”. E aí resolvemos casar e rapidamente [...] Zuenir descobriu e mandou um repórter da *Veja*, o pessoal fez a maior onda porque era escondido [...] (Callado apud Golin, 1999, p. 115).

A respeito do casamento com Antônio Callado poder-se-ia refletir sobre algumas questões. Ainda que Ana Arruda já tivesse uma longa carreira na imprensa nacional, a união com o célebre escritor certamente lhe trouxe visibilidade maior. Na edição do *Jornal do Brasil* de fevereiro de 1978 foi noticiada sua detenção junto com Antônio Callado, Chico Buarque e Marieta Severo pelo DOPS. Na matéria ela é definida como “mulher” do escritor e também jornalista. Caso semelhante foi o casamento de Alberto Dines com uma das herdeiras dos Bloch, pois tal acontecimento ocorreu quando Dines já detinha relevante reconhecimento no meio jornalístico e a referida união apenas consolidou sua posição na elite profissional a partir do fortalecimento das redes de relações.

*DOPS detém Chico Buarque e Antônio Callado no Galeão*

O escritor Antônio Callado e o compositor Chico Buarque de Holanda e suas mulheres, a jornalista Ana Arruda Callado e a atriz Marieta Severo, foram detidos ontem no Galeão ao chegarem de Nova Iorque e Lisboa. O escritor e o compositor participaram do júri de um festival de arte em Cuba.

Depois de deporem na Polícia Federal (DOPS) e na Polícia Estadual (Departamento de Polícia Política e Social) foram liberados, mas deverão voltar para novos depoimentos. As mulheres foram liberadas, depois de deporem no DOPS. A acusação é de que os dois trouxeram livros, discos e slides considerados subversivos, mas eles foram questionados sobre seus contatos com brasileiros no exterior. (Página 8)

*Arenista exhibe “guimba” filada de Figueiredo*

O Deputado estadual Néelson Costa, um dos três parlamentares da Arena de Ala-



Figura 93 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Na pesquisa realizada no acervo da *Folha de S.Paulo* e Biblioteca Nacional (1970 a 2010) pode-se notar que até a última matéria na qual consta no nome de Ana Arruda Callado, ela sempre foi reiteradamente citada como viúva de Antônio Callado como exemplifica a matéria a seguir sobre o lançamento do livro *Maria Martins – uma biografia* que saiu na edição de 13 de setembro de 2004 do jornal *Folha de S.Paulo*.

**LIVRO** *Escultora surrealista teve casos com Mussolini e Duchamp*  
**Biografia recupera personalidade**  
**“do contra” de Maria Martins**

**LUIZ FERNANDO VIANNA**

DA SUCURSAL DO RIO

Ela se recusou a ser apenas mais uma Maria. Foi amante de Benito Mussolini e de Marcel Duchamp, amiga de Picasso e Mondrian, entrevistou Mao-Tsé Tung e fez, no início do século passado, coisas que eram impensáveis para uma mulher. Se não bastasse tudo isso, ainda foi uma das maiores artistas plásticas brasileiras.

A escultora Maria Martins (1894-1973) ganha, enfim, uma biografia, escrita pela jornalista Ana Arruda Callado, viúva de Antonio Callado — cujas obras teatrais estão sendo relançadas (leia abaixo). “Maria Martins - Uma Biografia” (Gryphus) mostra como Maria de Lourdes Faria Alves, nascida na pequena Campanha da Princesa (MG), driblou seu previsível destino de dondoca e foi ser gaúcha na vida.

“Ela gostava de ser do contra. Vestia-se como cigana, dizia que era ‘meio hippie’, queria ser o centro das atenções. Mais do que namorar, seduzia os homens e era muito vaidosa, o que a fez ficar re-

clusa na velhice”, conta Ana Arruda, 67. Com a biografia, ela diz ter tentado decifrar “que tipo de gente foi Maria Martins”.

Para cumprir esse objetivo, a jornalista fez duas opções: não seguiu a cronologia dos fatos, contando a vida da escultora a partir de vários fragmentos de tempo (“Combina muito mais com a personalidade dela”), e evitou fazer uma biografia escandalosa, recheada de casos de alcova.

“Não acho que uma biografia precise ser um buraco de fechadura. Conte o que me pareceu importante para traçar o perfil dela”, explica a biógrafa.

Assim, o caso de Mussolini, ocorrido em 1923, ganha apenas duas menções e está no livro porque foi confirmado pela filha da escultora, Anna Maria. A biógrafa não se arrisca a tentar explicar o que levou Maria a se envolver com o Duce, então ainda iniciando sua trajetória de ditador, mas lembra que ela “gostava de autoritarismo e tinha fixação no pai”.

João Luiz Alves, o pai, era um obstinado: rejeitou ser apenas um advogado provinciano e se tor-

nou senador e ministro da Justiça.

Em 1924, quando o pai era ministro, Maria largou seu marido, Otávio Tarquínio de Souza, para viver com o diplomata Carlos Martins Pereira e Sousa, gaúcho que era colega de infância de Getúlio Vargas — de quem a artista se tornaria amiga — e gostava de festas e da vida mundana. Como Maria.

“Eles tinham uma relação aberta, um tendo conhecimento de casos do outro. Mas também tinham uma solidariedade completa e se ajudaram muito em seus objetivos”, diz Ana Arruda.

Um dos objetivos de Maria era se tornar uma escultora conhecida internacionalmente, o que conseguiu: foi um dos grandes nomes do surrealismo na Europa. Estranhamente, segundo sua biógrafa, nunca teve o mesmo reconhecimento no Brasil. “Ela foi uma artista tão ou mais importante do que Tarsila [do Amaral]”, ressalta Ana Arruda.

**MARIA MARTINS - UMA BIOGRAFIA.**

Autora: Ana Arruda Callado. Editora: Gryphus. Quanto: preço a definir.

Figura 94 – Folha de S.Paulo – Fonte: Acervo Folha

O casamento com Antônio Callado, o processo da justiça militar e a saída do jornalismo foram concomitantes à guinada profissional para carreira acadêmica como salienta em seus relatos. Mas também foi simultânea da profissionalização tanto nas carreiras jornalística e de docente no ensino superior, fenômenos dos quais o próprio percurso de Arruda é exemplar. É curioso notar que os primeiros trabalhos como professora surgiram através de convites. Em meados dos anos 70 foi convidada por Armando Strozenberg para dar aulas de jornalismo no recém-inaugurado CUP (Centro Unificado Profissional Amélia Lacombe), depois disso ela trabalhou no curso de jornalismo da PUC (Pontifícia Universidade Católica), também a convite. No entanto, para tomar posse

do cargo de docente na UFF (Universidade Federal Fluminense) precisou realizar um concurso público, que igualmente lhe foi necessário para admissão na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 1984, onde lecionou por 14 anos até aposentadoria (Abreu, Rocha, 2006, p. 41). Após a aposentadoria da UFRJ Arruda ainda ministrou alguns cursos na PUC, sintoma de que o prestígio ainda é um valor real para alcançar postos nas instituições. Cumpre notificar que no transcorrer de sua trajetória dentro da universidade ela foi motivada a fazer mestrado e doutorado uma vez que tais titulações conferiam conquistas na progressão de carreira e aposentadoria.

Fiz mestrado, lá na Escola [de Comunicação da UFRJ] mesmo, porque o professor universitário sem titulação é uma coisa terrível, até por salário mesmo. A carreira toda é baseada na titulação. Eu era vice-diretora da Escola e não tinha nem mestrado. Aí fiz o curso com muito prazer. Minha dissertação é sobre a origem do editorial. Utilizou os editoriais da Abolição porque é o momento em que esse tipo de discurso se estrutura no Brasil (Callado apud Golin, 1999, p. 117).

A vida profissional dentro da academia não deixou lembranças boas apesar de ter a avaliado positivamente em 1994 em entrevista à Golin. “Em 74 pedi demissão (do *Jornal do Brasil*), perdi contato com jornal. Hoje o meu gosto é realmente pelo texto mais acadêmico. Participo da redação da revista *Estudos Feministas* editada pelo CIEC (Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos) [...]”, porém na mesma entrevista ela menciona que não teve “prazer na universidade como tive no jornal, não tive nem mesmo na enciclopédia. Acho que a academia é mais hipócrita” (Callado apud Golin, p. 117-118). Na entrevista concedida ao CPDOC ela explica o motivo porque desistiu de dar aulas.

Tive a sensação de que não adiantava, de que tudo o que eu tentasse passar, tudo o que eu experimentasse com os alunos, ia ficar muito leve diante do fascínio deles pelas máquinas. Dar aula, para mim, é mais do que transmitir um ou outro conhecimento; é transmitir *experiência* e é despertar no aluno aquela vontade de saber mais. Quando o aluno vira para você e diz “ah, mas isso eu vou saber na *internet*”, “ah, não, pelo amor de Deus, *Machado de Assis* não, não é, Ana?”, tenho

a sensação de que as pessoas não querem aprender, não. Elas querem uma fórmula mágica, que lhes ensine a, automaticamente, chegar a redação e fabricar uma notícia [...] isso me dá um certo desânimo (Callado apud Golin, 1999, p. 49) (*grifos nossos*).

Do depoimento de Ana Arruda pode-se destacar as menções à experiência e ao escritor e jornalista Machado de Assis. Essas referências remontam à identidade profissional tradicional ou clássica, quando havia certo amadorismo romântico e o intercâmbio com a literatura. Tal ressentimento sobre a universidade, motivo de abandono da docência, pode ser conferido também nos depoimentos de Kucinski. É possível compreender essa condição ao observar as semelhanças entre as duas trajetórias, de Kucinski e Arruda. Ambos começaram na militância jornalística e o trabalho docente realizado por eles pode ser avaliado como uma extensão do engajamento exercido nos jornais e na vida intelectual. Isto é, quando o trabalho como professor do ensino superior se esvaziou de seu conteúdo político preponderante, a frustração e o desencanto foram inescapáveis.

Uma questão importante ocorrida na carreira acadêmica de Arruda foi a gradativa orientação para outra militância, a feminista, entendida dentro de um contexto de diversificação de lutas sociais ocorrida após a falência do chamado socialismo real e seus desdobramentos no universo da cultura. É possível notar que desde os anos 90, era associada a essa linha de estudos na universidade como mostra a nota que saiu no jornal *Folha de S.Paulo* no dia 4 de setembro de 1994 abaixo.

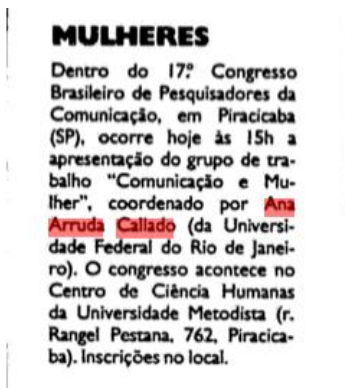


Figura 95 – *Folha de S.Paulo* – Fonte: Acervo Folha

Nesse cenário conquistaram espaço dentro das universidades os estudos de gênero para os quais Arruda muito se dedicou. No fragmento abaixo do *Jornal do Brasil* de 20 de setembro de 1996 noticia-se que Arruda ganhava uma bolsa da prefeitura do Rio de Janeiro (bolsas RioArte) para finalização do ensaio jornalístico *Adalgisa Nery, um perfil*. Arruda se envolveu em vários trabalhos identificados com a causa feminista, a exemplo de sua tese de doutorado sobre a escritora Jenny Pimentel de Borba que foi publicada em 1996 com o título *Jenny, Amazona, Valkíria e Vitória-régia*. Em 1995 foi coordenadora da *Revista Estudos Feministas* publicada pela Editora Fundação Ford e em 2000 atuou como editora de texto do *Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade* organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil que saiu pela editora Jorge Zahar.

Bolsas de pesquisa

## Iniciativa estimula talentos



*Ana Arruda Callado: torcendo pela  
revelação de talentos*

Projeto pioneiro da prefeitura, o programa de bolsas RioArte, que está no segundo ano, oferece anualmente 25 bolsas de pesquisa, no valor de R\$ 1.500,00 por mês, nas áreas de Artes Cênicas, Artes Visuais, Dança, Fotografia, Ensaios Jornalísticos, Música e Vídeo. Pode ser integral, com duração de doze meses, ou parcial, quando tem a duração de seis meses.

O júri vem sendo formado por intelectuais de prestígio. Já participaram como jurados, entre outros, Leandro Konder, Heloisa Buarque de Holanda, Domingos de Oliveira, Luiz Paulo Horta e o jornalista Marcos Sá Corrêa. Marcos, que participou da comissão julgadora do ano passado, ficou surpreso com o alto nível de qualificação dos participantes. "sobretudo na área de dança e música", comenta.

A escritora Ana Arruda Callado, contemplada com uma bolsa na categoria de ensaios jornalísticos, oferecida no segundo programa, esse ano, dá os retoques finais em "Adalgisa Neri, um Petró", estudo sobre a trajetória de vida e obra da poetisa e ensaísta política carioca. "Tomara que a próxima prefeitura dê continuidade a esse programa que tem premiado e auxiliado tanta gente de talento", torce. "No Brasil não existe nenhum programa semelhante a ninguém na Fundação Lutz, em São Paulo", diz.

Figura 96 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Ao se observar o conjunto formado pela produção cultural de Ana Arruda se sobressaem trabalhos vinculados à carreira acadêmica como editoração de periódicos e livros que foram resultados de pesquisa. Além



dos trabalhos já mencionados, foi editora da *Pensar Brasil*, revista do CEBELA (Centro de Estudos Latino-Americanos), publicada com auxílio do governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1984 e da Revista do Brasil em 1987 como comprava a edição de 28 de março de 1987 do *Jornal do Brasil*.

## Os 80 na prática

**A**LEM do debate sobre pós-modernismo que o número da Revista do Brasil suscitou, o campo e tenso da atualidade cultural, como a prosa, a poesia, a televisão, a operação punk é uma respeitável tentativa de análise crítica da produção dos anos 80. Alguns exemplos:

### Prosa

Através de um original mergulho em vários textos atuais, Flora Siqueiros apresenta as marcas da virada do fioção brasileiro dos anos 70 para os 80. Abandonando a "vertente realista" ou seja, "descontando contos-notícias e romances-reportagens, de um lado, e testemunhos e reflexões, de outro", a literatura confessional, memorialista e de inventário dos anos do século passou a adotar outros modelos. O realismo, por exemplo, "deixa de lado a imitação da reportagem e a subjetiva pelas cenas fotografadas da novela-policia", como em *Bufo & Spaltanziano*, de Raulino Fonseca. A subjetividade dos anos 80, influenciada da década passada, toda voltada para o umbigo, é posta em questão em propostas ficcionais, como *Síntese Manhattan*, de Silvano Maranhão, e *O nome de bispo*, de Zolmir Ribeiro Tavares. O universo de João Gilberto Noll de *Bandeirantes* e de O ceço e a dançarina possibilita a Flora a curiosa descoberta de uma constante da prosa do autor estudado e também da ficção atual: uma "transparencia íntima" dada por uma linguagem onde predominam os espelhos, os vídeos e vitrines. "A teatralização da linguagem do espetáculo converte a prosa em vídeo onde se espelham, sobre si, os personagens sem fundo, sem privacidade, quase imagens de vídeo num texto espelhado

onde se cruzam, fragmentárias, vezeiras, outras imagens".

Uma outra vertente que se contrapõe ao "ego aversivo e piacereiro" dos anos 70 é apontada pela leitura da prosa de Silvano Maranhão e Zolmir Ribeiro Tavares, onde a análise assinala a dicção ensaiada, reflexiva e crítica, que tira "os superpoderes do age-writer" de 70, com sua autocomparação, seu naturalismo e suas imagens manoteáticas de nacionalidade".

O ensaio de Flora não se esgota numa leitura, pela amplitude e sutileza da análise. Ela termina de tal maneira algumas verdades, constantes e sutilezas da prosa recente ficção, que diligentemente se poderá entender as novas tendências e especificidades da prosa dos anos 80 sem cometer, por ele.

### Feminismo

Tiver por ter sido organizado por duas mulheres — Heloisa Buarque de Holanda e Ana Arruda Callado — o número da Revista do Brasil tem pelo menos três bons artigos sobre a condição feminina e um rubricado com a cultura dos anos 80. Partindo da constatação de que "o sistema de representações do Cederjê só admite uma visão, que é a do sujeito masculino", a professora Sylvia Perlingeiro Paixão faz um amplo levantamento da questão no Brasil e discute, por exemplo, que na literatura de Joyce Cavalcanti e Mária Denner há uma busca, "no heróismo e ao corpo, de uma resposta às questões impostas pela condição pós-moderna". Através de trechos de entrevistas com as duas, a ensaísta vai introduzir o fantasma desses temas na reflexão sobre o "pós-modernismo" a Aíde. Atualmente, depois "de uma libertação sexual, inventaram a

Aíde", diz Joyce. "Ninguém sabe direito o que é isso, de onde veio, tenho certeza de que isto veio plantado, é como uma volta ao maralhão". A sua colega Marcia tem as mesmas suspeitas: "Acho que o sistema está quando a Aíde como forma de voltar ao velho maralhão".

Depoitando grande esperança na poesia, "a única resposta para uma situação dolorosa imposta pelo saber computadorizado e pela dominação política e cultural", a literatura como "força movedora de mudanças", Sylvia Perlingeiro Paixão acredita na produção pós-moderna como capaz de lutar contra os estúdios não apenas de vinte anos de ditadura, mas de outros de "vinte séculos, que até agora encontrou a condição propícia para ser revedida".

A escritora Sonia Coutinho também fala, mais sistematicamente, sobre a questão de três feministas nos finais dos anos 80. Lembrando uma trajetória que na década de 40 contava apenas com a escritora consagrada, Rachel de Queiroz, a que se somaram nos anos 60 nomes como o de Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Nêlida Piñon, Maria Irla Barros, a ensaísta chega aos anos 70 quando surge de fato a consciência de que as obras femininas "se situam num terreno próprio, tem

uma linguagem diferente e específica". É evidente que a situação hoje está melhor, que o número de escritoras tende a aumentar em quantidade, qualidade e importância, mas Sonia não deixa de ver os riscos e as armadilhas que se colocam contra a mulher nesses tempos pós-modernos, um dos quais um certo racismo e discriminação quase imperceptível e por isso mesmo perigoso.

Na rubrica "Resenha", a professora Nina Vilaca lança mão também do livro de Silvano Maranhão, *Síntese Manhattan*, para ressaltar algumas diferenças ou oposições ao "texto memorialista, jornalístico ou alógico dos anos 70". A primeira característica é a "retroarquismo", do tipo da nova literatura cabana, que subverte "a ordem supostamente natural das coisas" e que contrapõe a univocidade, ao significado único, uma abertura e polissemia novas e enriquecedoras da compreensão. Utilizando a imagem da dobradura, como Flora já havia feito, para metaforizar as articulações entre narrador e personagens, Nina estuda o paragrama feminino/masculino no pós-modernismo.

**Poesia**

A poesia dos anos 70, tão censurada e perseguida, nem sempre esteve à altura dos críticos que se deturparam sobre ela.

6 Ideias/JORNAL DO BRASIL 28 DE MAR. 1987

Figura 97 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Pode-se deduzir também que a carreira literária de Arruda foi tributária de sua atuação na esfera universitária, uma vez que foi a partir dela que passou a produzir trabalhos de maior fôlego. A publicação da tese de doutoramento sobre o estudo da escritora Jenny Pimentel de Borba inspirou a produção de uma série de livros perfis femininos<sup>193</sup> como o de Maria José Barbosa Lima, *Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira* (1995) e Darcy Vargas, *Darcy, a outra face de Vargas* (2011), sempre notar que as biografias citadas retratam mulheres eclipsadas pelas figuras dos seus companheiros notáveis ou por sua condição feminina, não obstante, são em sua maioria mulheres pertencentes à elite brasileira, tal como a própria autora das biografias. Abaixo, fragmento do *Jornal do Brasil* de 13 de fevereiro de 1995 na qual é descrita como jornalista, biógrafa e docente. Ana Arruda e Antônio Callado são o casal à direita na

<sup>193</sup> Adalgisa Nery (1999); Maria Martins, *uma biografia* (2004).

ordem de fotografias.

# A cidadania como prioridade

D. Maria José, mulher de Barbosa Lima Sobrinho, é tema de biografia que revela uma personagem anônima mas atuante

**CELINA CORTES**

**D**IA 9 de março, logo em seguida ao Dia Internacional da Mulher, os setores da Academia Brasileira de Letras abrirão suas portas para o lançamento de uma biografia lírica da matriarca: "Ela sempre sou eu, grande mulher por trás de um grande homem". D. Maria José Barbosa, 87 anos, há 63 mulher do acadêmico e presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, tem sua vida agitada o suficiente para gerar um saboroso livro. *Dona Maria José, retrata de uma cidadã brasileira* (Rêdem Demarzi) escrita e ilustrada pelas jornalista Ana Arruda Callado e Danila Látida. Não D. Maria José tem Ana Arruda, mulher do escritor Antônio Callado, e com forte passado de engajamento político, se consideram feministas, mas entre ambos há uma identificação clara: mesmo desacompanhada e admirando e respeitada obra de seus maridos, nunca deixaram de atuar de forma enunciativa.



A personalidade forte de D. Maria José (E.), casada com Barbosa Lima Sobrinho, e revelada pelo livro de Ana Arruda, mulher de Antônio Callado

Desde os cinco anos, a menina Maria José já manifestava seu *eu*, recolhendo em casa, em São Paulo, menores abundâncias.

Figura 98 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Desde os cinco anos, a menina Maria José já manifestava seu *eu*, recolhendo em casa, em São Paulo, menores abundâncias. "Minha mãe me alertava para o que tem que eles pediram, recorda, e eu respondo, insistia, que quero um fone não é perfume", conta. O pai de Ana Arruda foi muito próximo de Barbosa Lima, e sempre que a encontrava, analisava o tempo. Ana reconstrói o casal ídolo, cheio de carisma. Ana Arruda vive a ideia: "O que será que D. Maria José tem na cabeça?", perguntamos. Mostra uma entrevista e descreve o personagem uma fúria biográfica.

A característica que mais a encantou foi a independência de D. Maria José: "Ela é casada há 63 anos com uma unanimidade nacional, mas nunca participou de uma campanha do marido, por um motivo que confessa ser o mesmo poder ter horror a política." A oratória não impede que exerça com firmeza a cidadania. Durante o período em que Barbosa Lima foi governador de Pernambuco (1948-1951), sua atuação como primeira-dama deu marca profunda na história do estado: "Nos três anos iniciais de sua gestão, ela foi a responsável por a Companhia Pernambucana Pro-Infância, iniciada depois do choque que sofreu ao ver uma criança morrendo de fome", conta Ana Arruda.

Em três meses, D. Maria José *trouxe esse jejum para incutir a campanha em um dos maiores centros de criminalidade de Recife, o Alão Pascoal*. "Na época, diziam que era o lugar mais inservível, mas que se não deixasse perto, porque era cheio de bandalões. Diziam que havia até comunistas", lembra, sorrindo. A primeira-dama desenhava o projeto, organizava festas e campanhas beneficentes para obter recursos, levou linha de roupas para o bairro e conseguiu todo o material de construção. Quando saía de lá, havia cerca de cinco mil crianças atendidas", conta. Aparentemente, ela não está informada de que o projeto necessita de recursos para ser continuado, e esse é um dos objetivos de Ana Arruda. "Espero que Madalena Aires, mulher do governador Miguel Arraes, fique isolada com o livro. Hoje os parques estão abandonados, mas é possível recriar a campanha", propõe.

Mas organize-se quem acha que D. Maria José vive apenas de sofismas no passado. Ela já recebeu o prêmio de cidadã brasileira. "Dona Maria José e Barbosa Lima formam um casal extraordinário. Ela é a herdeira do pensamento e do discurso da Academia Brasileira de Letras e tem a cabeça poética, e ela mantém uma jovialidade fantástica", analisa o escritor.

## A autora e sua história

**M**UITO antes de ser Ana Arruda Callado, ela já era Ana Arruda: jornalista trezeleiteira que começou na profissão em 1958, aos 21 anos. Combateu vivida uma época antes em 1960, em O Sol, um dos muitos jornais alternativos da época, que enfrentava a ditadura militar, e editou a enciclopédia Dêta, embora os créditos dessem ao filólogo Antônio Houaiss. Seu primeiro livro, *Como se faz um artigo científico*, foi escrito junto com a jornalista Maria Inês Daque Estrada. Em 1977, aos 19 anos, tornou-se a terceira esposa de Antônio Callado, quando sua carreira também já se consolidava como professora universitária.

Hoje, Ana divide seu tempo entre a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e uma tese de doutorado sobre outra mulher, Jenny Herbe, que criou em 1934 uma revista feminista, *Trabalho*, fundada em 1960. "Foi uma mulher acadêmica e eufemista. Meu

interesse é pela revista, o que esta significava", explica Ana, que tem a criação de Hélio Buarque de Holanda. "Não quero virar doutora, mas cumprir uma obrigação acadêmica", confessa, com modestia.

Quando fala da carreira, chega um momento em que seu rosto inativo se cobre de tristeza e as lágrimas vêm aos olhos. "Não posso", suspira, evitando falar do episódio em que esteve presa no DAI/Coel, em 1974. Aos poucos se recupera. "Foi muito ruim, mas conheço gente que passou por experiências bem piores. Considero que fugiu corajoso, era mais valente", confessa.

"Não rechei cabeça, eiximos, mas fiquei na minha geladeira dois, era tratada como um animal. Não pôde ir para a prisão, mas não pude fazer nada, porque não tinha dinheiro para pagar a fiança", conta Ana.

A jornalista diz que sempre foi "um espírito" e revela ter sentido "um alívio" quando Fernando Henrique Cardoso ganhou o plebiscito. "Tinha pilanes de um golpe militar. Continuei a achar o capitalismo sólido e acho uma burla com dizer que o socialismo morreu", conclui.

## TRECHO DO LIVRO

"Ela tinha muita de conferência. Desde pequena, com meu pai. Achava que era uma monarca de me irritar. Depois, quando casou, queria ir com Alexandre (Barbosa Lima Sobrinho) nesse trabalho dele. Logo que cheguei a Pernambuco ela pôs a mão na consciência. Era de um modo. Amor de São. Quando sei, pergunto a Alexandre".

— Que história é essa de encontrar crianças Recife e cada hora? Não pode morrer assim a toda hora.

— Você não entende disso.

Vá lá.

— Lá foi. Eu fui. Depois de ser aquela moeta em terra que foram algumas vezes. Estive nos bairros, bairros, nos ruas-públicas de Recife. Perguntava às mães:

— Quantos filhos você tem?

— Tanto quanto, seis.

— Mas o que tem esse criança?

— Ela não fosse. Vai morrer. E morria mesmo. Era horrível. A criança estava amolando, a dava um estomocinho, se lavava, se trocava, virava no berço, fazia com uma caninha horrível, com a caninha do abalo, e caía. Morcia."

Figura 99 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Na lista de livros escritos por Arruda ainda pode-se encontrar um romance policial<sup>194</sup> e algumas produções que remetem a Antônio Callado.

194 Uma aula de matar (2003) – da coleção *Elas são de morte*, Editora Rocco.

Sobre o escritor redigiu uma biografia<sup>195</sup> organizou uma fotobiografia<sup>196</sup> e o roteiro de *Pedro Mico*, uma adaptação para histórias em quadrinhos do romance homônimo de Antônio Callado<sup>197</sup>. Apesar da atuação na universidade ter ensejado o primeiro impulso para produção de livros, Ana Arruda se auto define acima de tudo jornalista.

Quando me chamam de escritora, eu digo: “Não sou escritora, sou uma jornalista que até ousa escrever livros. Por quê? Porque o escritor, eu acho, tem que ter o seu estilo; e o jornalista tem que se adaptar aos estilos e às necessidades dos seus veículos (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 37).

Certamente, ao longo de sua carreira profissional Ana Arruda teve que adequar linguagem não apenas os veículos em trabalhou (jornal, TV, revista) mas às transformações ocorridas no jornalismo. Além disso, considerando as transposições de carreira e de militância – do jornalismo para universidade, do materialismo marxista para o feminismo – a jornalista e escritora precisou exercitar sua capacidade adaptativa. Entre as esferas nas quais atuou, a adaptação à linguagem acadêmica, avaliada por elas como “insuportável”, parece ter sido a mais complicada como fica evidente ao narrar as dificuldades encontradas para redigir sua tese de doutorado. No trecho abaixo ela narra uma conversa com a orientadora Heloísa Buarque de Hollanda na qual cogita a ideia de desistir de concluir a tese.

“Heloísa, mas eu disse a você que vou fazer a história da Geni Pimentel e da revista dela, Valquírias. Onde é que eu vou meter esses teóricos todos?” Ela disse então: “Ana, faz como você quiser a tese, que eu banco. Eu arranjo uma banca inteligentíssima, que vai entender o seu trabalho”. Aí assim foi feito. Eu fiz uma tese, que não tem nada de tese. Quer dizer, não tem nada...Tem! Tem, é claro, que eu não sou maluca. Mas linguagem não era de tese. É a história da Geni, porque ela não ficou, ninguém lembra dela, porque ela não teve sucesso, a mulher que mais lutou para ser célebre,

---

<sup>195</sup> Antônio Callado (2015) – *Coleção Essencial* n. 49, Editora Imprensa Oficial.

<sup>196</sup> Antônio Callado Fotobiografia (2013), Editora CEPE.

<sup>197</sup> *Pedro Mico, de Antônio Callado* (2011) Editora Nova Fronteira (HQ com desenhos de Ney Megale).

para ter sucesso, e não conseguiu. Porque ela trabalhou em um tempo, ela viveu em um tempo, em que uma mulher para ser reconhecida, tinha que ser, ou de família importantíssima, ou uma política militante. Naquele tempo a militância política era toda do Partido Comunista. Então, resumindo: tinha que ser ou grã-fina ou comunista (Callado apud Spata, 2008).

A resistência de Arruda no que se refere à adaptação aos códigos da linguagem acadêmica é exemplar desses profissionais que transitaram pelas transformações ocorridas na própria elite jornalística. Apesar dessas dificuldades Ana Arruda Callado a partir dos anos 2000 recebeu várias honrarias e passou a ocupar altos postos na hierarquia profissional. Ganhou o prêmio Luis Beltrão de maturidade acadêmica pela Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação) em 2004, foi membro do conselho da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), entre 2001 e 2003, presidente de honra da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro em 2008, sendo que sua participação no governo do estado começou ao preencher a vaga deixada por Antônio Callado através de nomeação do prefeito como demonstra fragmento da edição do *Jornal do Brasil* de 11 de março de 1997, abaixo. Ana Arruda também foi membro da curadoria da Fundação Darcy Ribeiro e em junho de 2016 tomou posse na Academia Carioca de Letras. Esse conjunto de atribuições e condecorações evidencia a conquista de reconhecimento nas quatro esferas de atuação da elite profissional identificadas nesses estudos.

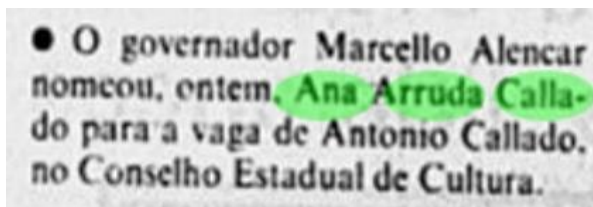


Figura 100 – *Jornal do Brasil* – Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Apesar da notoriedade plena conquistada nos âmbitos jornalístico, literário, político e universitário é possível inferir que o reconhecimento

de Ana Arruda Callado se deu preponderantemente na política e universidade. Essa conclusão toma por base a natureza das fontes onde foram registradas as suas memórias e dados biográficos. Cumpre complementar que Ana Arruda nunca escreveu livros de memórias ou foi biografada, no entanto sua narrativa biográfica está presente no livro *Elas ocuparam as redações – depoimentos ao CPDOC* da Fundação Getúlio Vargas; no livro *Memórias de vida e criação* que reuniu entrevistas com mulheres de grandes escritores brasileiros organizado por Cida Golin, docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Ainda dentro do circuito acadêmico, Arruda deu seu depoimento para o *Projeto Memória do Jornalismo* criado pelo curso de jornalismo da Escola de Comunicação da UFRJ a fim de registrar a experiência dos protagonistas da história da imprensa nacional. A presença do depoimento de Arruda, na condição de mulher jornalista é reproduzido nos demais trabalhos de pesquisa acadêmico encontrados<sup>198</sup>. Um exemplo é a tese de doutorado *Repórteres Pioneiras: resgate da trajetória de três jornalistas através da História Oral* na qual o pesquisador registrou as reminiscências de Ana Arruda Callado, Helle Alves e Neusa Pinheiro (Criado, 2000). O artigo *Intelectuais feministas na imprensa brasileira* da professora Alice Mitika remonta à tese de Criado e deixa entrever o quão pouco abordada é a história das mulheres jornalistas na historiografia da imprensa brasileira a exemplo da obra de Sodré *A História da Imprensa no Brasil* (2007).

Concernente ao âmbito da política os registros biográficos compreendem as duas facetas da militância de Ana Arruda, a imprensa alternativa contra a ditadura militar e o feminismo. A jornalista foi uma das fontes utilizadas por Kucinski na produção de *Jornalista e Revolucionários* e sua menção está vinculada aos jornais alternativos efêmeros que surgiram após o golpe de 1964, *O Sol e Poder Jovem* (2003). Os registros das reminiscências de Ana Arruda podem ser encontrados igualmente no site do projeto *Resistir é Preciso* do Instituto Vladimir Herzog junto às memórias dos demais “protagonistas” da imprensa alternativa e no site do Centro de Cultura e Memória do

---

<sup>198</sup> *Repórteres pioneiras: resgate da trajetória de três jornalistas através da História Oral* (tese de doutorado) de Alex Criado, ECA-USP, São Paulo (2000); *Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil* (artigo) de Ana Carolina Escosteguy e Márcia Rejane Messa (Contemporânea, vol. 4, nº 2, dez 2006); *Intelectuais feministas na imprensa brasileira* (artigo) de Alice Mitika Koshiyama (Anpuh, 2007); *Elas também matam: o romance policial de Maria Alice Barroso, Ana Arruda Callado e Kátia Rebelo* (dissertação) de Tânia Regina Ferreira, UFSC, Santa Catarina, 2009.

Jornalismo, uma iniciativa do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro. A reorientação para militância feminista fica patente no envolvimento de Ana Arruda com a produção do *Dicionário Mulheres do Brasil* (2000, Editora Zahar) da qual foi editora, um projeto capitaneado por movimentos sociais feministas: Rede de Desenvolvimento Humano<sup>199</sup>, Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulação Feminista Arcosur com apoio da Fundação Ford. O *Dicionário Mulheres do Brasil* tem como escopo preencher uma lacuna da história nacional ao trazer à tona exemplos femininos que fizeram parte da história porém não constaram nos registros oficiais. Pela produção bibliográfica de Ana Arruda pode-se notar o seu engajamento nessa proposta, uma vez que parcela significativa de sua bibliografia é constituída por biografias de mulheres. Estima-se que quando o segundo volume do *Dicionário Mulheres do Brasil* for lançado, Ana Arruda Callado aparecerá entre as perfiladas, o verbete com seu nome já se encontra disponível no portal Mulher 500 anos<sup>200</sup>.

---

<sup>199</sup> A REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano) é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, autônoma, fundada em 1990. Tem como missão fortalecer os conceitos e práticas que estimulem a equidade de gênero, raça e etnia no âmbito das políticas públicas, contribuir para a plena cidadania das mulheres, defesa da qualidade de vida, da justiça social e da democracia (informações do *site*).

<sup>200</sup> [www.mulher500.org.br](http://www.mulher500.org.br)

		1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2017
Modernização da Imprensa		Prêmio Hebert Messias pela reportagem <i>“Município da Primavera”</i> (1958)	Chefe de reportagem <i>“Diário do Trabalho”</i> (1952)				Membro do Conselho da ABJ Associação Brasileira de Imprensa (2001-2003)		
		Menção Honrosa do Prêmio Esso de Jornalismo (1959)					Presidente do Jornal de Notícias da Prefeitura de São João del-Rei em janeiro (2006)		
Política				Presença <i>“Obras e matérias”</i> (1973)			Documento do Centro de Cultura e Memória do Jornalismo (2008)	Documento do Banco e Prêmio Instituto Vladimir Herzog (2011)	
							Editor do livro <i>“Quanto Melhor, Melhor” de 2007 até a atualidade</i> (2007)	Verbetes do <i>“Dicionário Malabarês de Brasil” de 2007 até a atualidade</i> (verbo “voto”)	
Literatura (e Artes)							Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (2008)		
						<i>“Uma Memória sobre o livro e a sociedade brasileira”</i> (1952)	<i>“Uma Memória sobre a literatura”</i> (2004)		
						<i>“Adalberto Neto, um poeta”</i> (1958)	Presidente do Conselho de Cultura do Rio de Janeiro (2008)		
						Membro da comissão da Fundação Casa Rui Barbosa (1991)	Prêmio de Literatura “O Sul” organizado com o apoio de Tereza Moraes (2006)		
Universidade		Graduação em Jornalismo (1958)							
				Convidado para trabalhar no Centro Unificado Profissional Anália Lacorte			Docente em cursos superiores de Jornalismo da PUC-RJ, UFF e UFRJ (1984-1988)		
							Prêmio Luz Bello de maioridade acadêmica pela primeira obra publicada <i>“O Sul”</i> (1958)		
							<i>“Estudos sobre a evolução do pensamento brasileiro”</i> (1958)		
							Departamento de História do Jornalismo UFRJ (2008)		

ANA ARRUDA CALLADO

Tabela 9 - Espaços de consagração - Ana Arruda Callado

#### 4.7. Profissionalização, institucionalização e feminilização

Os casos apreciados nesse capítulo são demonstrativos dos processos de profissionalização e institucionalização. Se por um lado temos Fernando Gabeira, um jornalista ex-militante político ascendendo ao posto de deputado federal na esteira da redemocratização nos anos 80, por outro lado, temos jornalistas militantes da imprensa lternativa, Bernardo Kucinski e Ana Arruda Callado que se dirigiram para às universidades, *locus* tradicional da profissionalização na atividade intelectual propriamente dita.

Bernardo Kucinski e Ana Arruda são exemplares sintomáticos do processo de transformações no campo jornalístico, mais propriamente na elite profissional. Eles ingressaram e ascenderam na imprensa e na universidade pelos métodos tradicionais associados às redes de contatos e prestígio obtido na militância política. Somente depois – em consonância com as mudanças tanto no jornalismo como na docência – as injunções da carreira docente os compeliram a pleitear vagas via concursos públicos e a conquistar títulos a fim de garantirem a progressão na carreira acadêmica. Nesse estudo também se confirmou que para Kucinski e Callado a rede de contatos estabelecida nas redações e na militância jornalística de esquerda exerceram significativa influência para evolução em suas trajetórias profissionais. Assim, não é difícil compreender os motivos alegados para o abandono do jornalismo ou mesmo da docência. Para os dois jornalistas, escritores e docentes a justificativa apresentada é a perda da postura crítica primeiramente nos jornais e depois na universidade.

Especificamente, Ana Arruda Callado personifica como nenhum outro caso as transformações na elite profissional jornalística. Entre os jornalistas presentes nesse estudo, ela é a que primeiramente exerceu o ofício legitimada por um título universitário, apesar de não ter prescindido dos recursos costumeiros para o ingresso e ascensão na carreira, ou seja, do capital social acumulado nas redes de contato e a militância. Seu ingresso e ascensão na elite profissional munida de um diploma foi um indicativo de uma tendência refletida décadas depois na feminilização da profissão, essa que foi encabeçada por profissionais diplomadas, a exemplo de Míriam Leitão, também presente nesse estudo. No quesito “militância” ela simboliza uma expressiva reorientação no que concerne ao âmbito político, uma vez que transitou do engajamento contra a ditadura militar exercida nos jornais e entidades de classe para o engajamento no movimento feminista no transcorrer do processo de sua



orientação para a esfera universitária, espaço em que tais mobilizações têm se fortalecido amparadas pelo crescimento de linhas de pesquisa e estudos na área de gênero.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar biografias, livros de memórias, depoimentos para pesquisas acadêmicas, entidades de classe, instituições de documentação, pesquisa e preservação da memória coletiva, pode-se constatar que são considerados membros da elite jornalística aqueles que obtiveram êxito em quatro esferas de atuação em particular: a *modernização da imprensa*, a *política*, a *literatura* e a *universidade*. Portanto, depreende-se desses registros que a ascensão da elite jornalística se dá de forma circunscrita a esses âmbitos, como se pode visualizar nas tabelas referentes aos espaços de consagração. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que o caminho percorrido por esses profissionais ocorreu em uma espécie de circuito fechado que lhes garantiu em última instância o pertencimento a uma elite profissional.

Restritos a esses âmbitos de projeção na carreira, os jornalistas são submetidos às instâncias de consagração específicas, umas com menor, outras com maior poder de consagração. No âmbito do jornalismo, a ascensão a posições de liderança, a conquista de uma coluna em um jornal de alcance nacional até o registro do nome próprio e a concessão de depoimentos para a historiografia da imprensa nacional são a representação dos efeitos de consagração diferentes. No âmbito da literatura há instâncias de consagração nas quais a mensuração do poder se faz sentir pela distinção entre o pertencimento à Academia Brasileira de Letras ou às suas versões locais, como a Academia Maranhense ou Carioca de Letras, por exemplo. Ainda no universo da literatura, há diferentes editoras cujas publicações são vinculadas ao prestígio que detêm. Editoras de livros respeitadas como a Civilização Brasileira nos anos 60, por exemplo, ajudaram a edificar a carreira de alguns dos jornalistas presentes nessa pesquisa como Carlos Heitor Cony, Carmen da Silva, João Antônio e outros. No âmbito da política, as instâncias de consagração variam desde a eleição para cargos políticos como deputado federal (são os casos de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis) ou a indicação para cargos de confiança no Poder Executivo, até o registro de depoimentos de ex-militantes realizados por instituições que visam a preservação da memória da imprensa alternativa como o Instituto Vladimir Herzog. No que se refere às instâncias de consagração da universidade, a legitimação pode admitir vários graus, desde a referência em um trabalho de pesquisa (tese ou dissertação) até a institucionalização de um arquivo pessoal, a exemplo do Acervo João Antônio na Unesp de

Assis. Como visto, alguns dos jornalistas presentes nesse estudo, além de objeto e tema de estudo científico, também se tornaram docentes, detentores de títulos de mestrado e doutorado como Bernardo Kucinski e Ana Arruda Callado. Trata-se de diferentes ritos de consagração com maior ou menor intensidade de poder.

Esses exemplos simbolizam que a constituição de uma elite jornalística depende de uma consagração cruzada entre, de um lado, certos marcadores de prestígio presentes nas trajetórias desses jornalistas, como o registro da participação na modernização da imprensa, o reconhecimento como escritor, a militância política nos anos 1960 e 1970, docência em disciplinas práticas em cursos superiores de jornalismo, e de outro lado, o poder de consagração dessas instâncias ou instituições.

Quanto aos marcadores de prestígio, o registro de narrativas de histórias de vida desempenhou um papel de fundamental importância para a consolidação dos denominados grandes nomes da imprensa nacional. Pôde-se identificar com essa pesquisa que no transcorrer das décadas de 1990 e 2000 houve um aumento gradual de produções culturais calcadas nas reminiscências de antigos jornalistas e suas trajetórias pessoais e profissionais. No mercado editorial, em produções cinematográficas e no âmbito acadêmico aumentou a quantidade de pesquisas sobre a história de jornalistas que se destacaram na carreira a partir da segunda metade do século XX, especialmente aqueles que conquistaram visibilidade nas décadas de 1960 e 1970.

Entre essas produções memorialísticas pesquisadas há uma diversidade de gêneros e modalidades. Biografias que se destinam a aclamar nomes já consagrados da história da imprensa e seus feitos memoráveis para o desenvolvimento da profissão de jornalista e da própria atividade em veículos de comunicação influentes como grandes jornais e revistas. Livros de memórias em que o autor resgata sua trajetória de vida pessoal e a entrelaça com suas experiências profissionais. Livros que promovem uma fusão entre a história individual, memória corporativa e memória coletiva. Obras dedicadas a ovacionar produções editoriais de sucesso comercial e boa receptividade no meio intelectual e jornalístico. Produções que versam sobre experiências na imprensa alternativa e trajetórias de vida que fundem jornalismo, militância política e resgate da memória da imprensa de resistência contra a ditadura militar. Trabalhos acadêmicos em diversas áreas do conhecimento de ciências humanas e sociais em que os objetos de pesquisa são as trajetórias de vida de antigos jornalistas ou experiências editoriais e as fontes são os registros de depoimentos de jornalistas aos

pesquisadores de instituições de pesquisa. Nessas produções são narradas as histórias de profissionais proeminentes que viveram momentos considerados históricos e fizeram parte de publicações apontadas como emblemáticas.

Entre as instâncias de consagração destacam-se especialmente as universidades, uma vez que parcela significativa da historiografia da imprensa é originária de trabalhos de pesquisa realizados por pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação. Nesse sentido, posso afirmar que a presente tese se alia a outras pesquisas que revisitaram carreiras de profissionais e títulos de jornais e revistas renomados e, portanto, reitera a consagração. Em síntese, pode-se concluir que a própria revisitação desses nomes no presente trabalho é uma forma de consagração, posto que o próprio caminho percorrido até à seleção dos casos aqui elencados evidencia a existência de processo de monumentalização anterior.

A apreciação das fontes citadas reflete igualmente o processo de profissionalização dos agentes envolvidos com a produção cultural, uma vez que durante os anos 1970 e 1980 jornalistas, escritores, políticos e intelectuais encontraram um cenário profícuo para o estabelecimento de carreiras, conforme foi colocado nas páginas anteriores. Pode-se inferir que o aumento da produção memorialística foi o resultado da migração de muitos jornalistas para a carreira acadêmica em função da consolidação de programas de pós-graduação em Comunicação Social a partir dos anos 1970. Assim, tais jornalistas pesquisadores puderam incrementar e fortalecer a bibliografia existente sobre História de Imprensa por meio de seus trabalhos acadêmicos. Pode-se conjecturar que a Constituição de 1988 contribuiu para a consolidação de um grupo de jornalistas pesquisadores aptos à escrita da história da imprensa, isso porque com ela se tornaram obrigatórios os concursos públicos para a admissão na carreira docente em instituições públicas. Possivelmente, o aumento no número de cursos de pós-graduação e o ingresso de jornalistas nas universidades como pesquisadores e professores resultou em um impacto maior no mercado profissional jornalístico do que a exigência do diploma para o exercício da profissão entre 1969 e 2009. Isso porque o fortalecimento dos cursos de graduação e pós-graduação não apenas propiciou novas oportunidades de carreira, como criou uma nova e importante instância de consagração responsável pelo registro da história da imprensa e de seus profissionais.

É pertinente recordar que o conjunto de fontes reunidas para a investigação do campo jornalístico brasileiro e suas transformações

compreendem gêneros textuais diversos. Exemplos das produções elencadas datam desde a década de 70, porém foi a partir dos anos 90 que o número de registros autobiográficos aumentou. Suas condições de produção são reveladoras do funcionamento da hierarquia e de seus conflitos internos, bem como deixam entrever as motivações pessoais ou institucionais que deram origem aos empreendimentos memorialísticos.

Do conjunto de registros destacam-se, sobretudo, os depoimentos para pesquisadores pois as entrevistas encontradas foram uma fonte de pesquisa crucial para o levantamento de dados biográficos. No desenvolvimento da metodologia a ser empregada para realização do estudo também estava prevista a realização de entrevistas, porém uma constatação redirecionou a metodologia a ser aplicada: os registros de narrativas de membros da elite profissional continham informações muito importantes para se compreender a estrutura de funcionamento do mercado jornalístico. Desse modo, enquanto as primeiras entrevistas feitas para essa tese foram arquivadas, aumentava o número de exemplos de casos de jornalistas que tiveram suas trajetórias publicadas em diferentes suportes. Assim, aos poucos foi sendo abandonada a proposta de entrevistar todos os jornalistas em questão. Entre os 17 jornalistas presentes, 4 já eram falecidos durante a realização da investigação (Roberto Freire, João Antônio, Carmen da Silva e Marcos Faerman) e 5 deles foram efetivamente entrevistados para essa pesquisa (José Hamilton Ribeiro, Carlos Azevedo, Mylton Severiano, Renato Tapajós e Bernardo Kucinski). Sendo assim, as demais entrevistas previstas não se concretizaram devido ao difícil contato com os jornalistas mas principalmente por uma conclusão advinda do próprio levantamento de dados. Diante da abundância de material biográfico disponível em biografias, memórias, entrevistas, verbetes de dicionários, acervos de *sites* de instituições de pesquisa, dentre outros, pude deduzir que o material biográfico encontrado era fonte de pesquisa especialmente importante, não apenas pelo fato dos depoimentos já terem sido publicados pelos autores, mas pela interpretação que se poderia extrair deles. A biografia autorizada deixa entrever as motivações do perfilado e a forma como pretende ser lembrado. Em outras palavras, ela revela aquilo que um jornalista consagrado precisa ostentar como insígnia de autoridade.

Quanto à seleção dos perfis profissionais, procurei me concentrar, sobretudo, em casos de jornalistas cuja origem profissional foi o jornalismo e que acumularam o reconhecimento em várias áreas de atuação no desenvolvimento de suas carreiras, sendo reconhecidos como

escritores, militantes, políticos, artistas, pesquisadores e docentes. Como são diversos os gêneros textuais, foi importante descrever suas especificidades a fim de categorizar as motivações e procedências das obras, bem como o seu posicionamento na hierarquia das produções sobre a história da imprensa e dos jornalistas.

Cumprido destacar que os estilos textuais dos registros autobiográficos não são estanques, pois há uma mesclagem dessas modalidades difundidas pelas obras em questão. É característico das produções elencadas aqui a fusão de gêneros discursivos e estilos textuais. Nelas se misturam por vezes a linguagem jornalística, a fraseologia do discurso político militante e os elementos poéticos da expressão literária.

No intercurso da pesquisa, ao listar os nomes representativos como exemplos, pude averiguar que os profissionais coligidos somente puderam se sobressair entre tantos outros porque foram selecionados para monumentalização por especialistas responsáveis pelo enquadramento da memória. Isto é, os profissionais retratados podem ser considerados membros da elite jornalística porque seus nomes e trajetórias foram monumentalizadas e – em alguns casos – seus arquivos pessoais foram patrimonializados por instituições orientadas para o registro da História da Imprensa. Aliada a esses critérios de escolha, a existência de registros biográficos e memorialísticos foi crucial. Isso porque foi através dos registros das reminiscências e histórias de vida que os jornalistas em questão empreenderam estratégias de existência social e de simbolização.

O leitor desse trabalho perguntaria: e quanto aos jornalistas não consagrados? Quem seriam eles, como defini-los? Os destituídos de consagração podem ser definidos por oposição aos notáveis, esses que foram intitulados ou se autodenominaram protagonistas da história da imprensa brasileira. Os não consagrados não estão presentes nos livros sobre o período áureo da modernização dos jornais, eles não foram apontados como protagonistas das lutas da imprensa alternativa contra a censura e a repressão da ditadura militar, tampouco figuram no rol dos notáveis escritores brasileiros. Enfim, os não consagrados são aqueles profissionais de imprensa que – embora possam ter tido percursos semelhantes, ao se envolverem em atividades jornalísticas, literárias e políticas – não foram guindados às posições de notoriedade, ou seja, não foram monumentalizados pela história. Eles podem ser encontrados entre aqueles jovens jornalistas que entraram na profissão após os anos 90, assim como podem ser antigos jornalistas que ainda estão em plena atividade, uma vez que a entrada no panteão marca a saída da vida pública.

Uma constatação que advém do aumento de registros de relatos entre as décadas de 1990 e 2000 está relacionada certamente aos conflitos em torno da redefinição da identidade jornalística, posto que as biografias e autobiografias promovem a difusão de um modelo de profissional a ser referenciado e seguido pelas próximas gerações, em contraste com o novo perfil de profissional que surgiu a partir dos anos 1980 e 1990, associado à formação universitária e ao enfraquecimento da postura crítica e militante dos anos 1960 e 1970.

Evidentemente não pretendo com essa avaliação desmerecer o papel desempenhado por esses jornalistas na modernização da imprensa brasileira, questionar o mérito literário ou artístico de suas obras nem tampouco negligenciar a importância que tiveram na luta contra a ordem ditatorial ao denunciarem a repressão, os casos de violência e censura durante a ditadura militar. Igualmente, não pretendo escamotear a fundamental participação de alguns deles no processo de redemocratização do Brasil nos anos 1980. O escopo dessa pesquisa não foi o apontamento dos méritos individuais dos jornalistas, mas as condições de produção de seus registros biográficos, isso porque tais fontes documentais apresentam de forma manifesta todo um conjunto de interesses, valores e estratégias envolvidas em iniciativas de simbolização e legitimação com as quais esses profissionais puderam atestar sua existência material, política e intelectual dentro do restrito panteão de notáveis jornalistas brasileiros.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ALBUQUERQUE, Afonso.; SILVA, Marco Antônio Roxo. Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e adaptação do modelo americano de jornalismo no Brasil. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. v. 9, 2007. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/172>>. Acesso em: 24 out. 2017.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história técnica: história da imprensa brasileira**, 4ª Edição. São Paulo: Ed. Ática, 2009. 445p.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa. Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauá X, 2007. 262p.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

BERGAMO, Alexandre. A escrita do presente: mudanças no *status* cultural do jornalismo. In: MICELI, Sérgio; PONTES, Heloísa (Org.). **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Ed. Edusp. 2014. Pp.2014-239.

\_\_\_\_\_. Reportagem, Memória e História no Jornalismo Brasileiro. **Mana** [online]. 2011, vol.17, n.2, pp. 233-269. ISSN 0104-9313. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000200001>> Acesso em: 19 agosto de 2012

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2005. pp. 74-82.

\_\_\_\_\_. *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. O mercado dos bens simbólicos, In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. In: Catani, Maria Alice; Catani, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis RJ: Vozes, 1999. pp 71-79.

\_\_\_\_\_. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 417p.

CANDIDO, Antônio. Na noite enxovalhada, In: ANTÔNIO, João. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. 436p.

CANEDO, Letícia B. Herdeiros, militantes, cientistas políticos: socialização e politização dos grupos dirigentes no Brasil (1964-2010). In: Canedo, L.B.; TOMIZAKI, K.T.; GARCIA Jr.; A. (org). **Estratégias educativas brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013.

CHALABY, Jean. O jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e o anglo-americano (1930-1920). **Mídia & Jornalismo**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, v.3, pp. 29-59, 2003.

CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1960-1898). **História da Educação**. Pelotas, n. 14, p.141-156, 2003.

CHARTIER, Anne-Marie. Modelos contraditórios da leitura entre formação e consumo. Da alfabetização à cultura de massa. **História da Educação**. Pelotas, n. 13, pp. 35-45, abr. 2003.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor? Revisão de uma genealogia**. São Paulo: EdUFSCar, 2012. 90p.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Institucional**. Disponível em:

<[http://cnpq.br/apresentacao\\_institucional#void](http://cnpq.br/apresentacao_institucional#void)>. Acesso em: 25 out. 2017.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite “profissional” na medicina do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (3), 1997.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas – literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, 280p.

DEAECTO, Marisa Midori. A batalha do livro. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves. **Edição e Revolução – leituras comunistas no Brasil e na França**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora UFMG, 2013.

DRUMMOND ANDRADE, Carlos. **Claro enigma**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

ELIAS, Norbert. *Mozart, a Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FARO, J. S. Realidade 1966-1968: Tempo de reportagem na imprensa brasileira. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1999. 253p. Disponível em: <http://www.jsfaro.net/> Acesso em 17 de jan. 2009.

GUIA do Acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa “Profª. Dra. Anna Maria Martinez Corrêa”. 2014. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – São Paulo. Disponível em: <[http://www2.assis.unesp.br/cedap/guia\\_acervo\\_cedap/#1](http://www2.assis.unesp.br/cedap/guia_acervo_cedap/#1)>. Acesso em: 17 jan. 2016.

GRILL, Igor. “Memórias” de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e “teorizações” nativas do jogo político. *Política e Sociedade*. Vol. 11, n. 22, 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2012v11n22p11>> Acesso em 15 mar 2014.

HEYMANN, Luciana. **O lugar do arquivo: a construção do legado de**

**Darcy Ribeiro.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

\_\_\_\_\_. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, pp.40-57, jul-dez, 2009.

JOHNSON, Randal. Modernismo e Cinema Novo. In: **Literatura e Cinema – do modernismo na literatura ao cinema novo.** São Paulo: T. Queiroz, 1982. p. 43-98.

JOBIM, Danton. **O Espírito do Jornalismo.** Clássicos do Jornalismo Brasileiro v. 6. São Paulo: Edusp, 1992. 219p.

KAREPOVS, Dainis, A Gráfico-Editora Unitas e seu projeto Editorial de Difusão do Marxismo no Brasil dos Anos 1930. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves. **Edição e Revolução – leituras comunistas no Brasil e na França.** Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora UFMG, 2013.

KUSHNIR, Beatriz. Depor as armas – a travessia de Cony e a censura no Partidão. **Anos 90.** Porto Alegre, n. 13, jul, pp. 85-110, 2000.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** Florianópolis: Insular. Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. 160p.

LAHIRE, Bernard. *Homem Plural – os determinantes da ação.* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos da socialização. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, nº especial, pp. 1393-1404, dez 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/109892/108393>. Acesso em: 17 abr.2017.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003. pp. 485-499.

LIMA, Amoroso Alceu. **O Jornalismo como Gênero Literário – Ensaio VIII.** Rio de Janeiro: Editora Agir. 1969. 64p.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: o livro reportagem**

**como extensão do jornalismo e da literatura.** Barueri, SP: Ed. Manole, 2004. 371p.

LOVATTO, Angélica. Um projeto de Revolução Brasileira no Pré-1964: Os Cadernos do Povo Brasileiro. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves. *Edição e Revolução – leituras comunistas no Brasil e na França.* Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora UFMG, 2013. p. 121-152.

MAUÉS, Flamarion. A Editorial Vitória e a Divulgação das Ideias Comunistas no Brasil (1944-1964). In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves. **Edição e Revolução – leituras comunistas no Brasil e na França.** Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora UFMG, 2013

MICK, Jacques (Coord.); LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012.** Florianópolis: Insular, 2013.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial.** 2ª Edição. São Paulo: Ed. Summus, 1998. 188p.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. Jorge Luis Borges – história social de um escritor nato. In: Miceli, Sérgio. **Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NEDEL, Letícia. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. In: TRAVANCAS, I; ROUCHOU, J; HEYMANN, L. *Arquivos Pessoais: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa.* Rio de Janeiro: FAPERJ/Ed. FGV, 2014, pp.131-164.

\_\_\_\_\_. A Guardiã da Verdade. In: Ferreira, Marieta de Moraes (Org) *Memória e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, pp.125-158

OLINTO, Antônio. **Jornalismo e Literatura**. Porto Alegre: JÁ Editores, 2008. 92p.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990. 335p.

PEREIRA, Jane Christina. A poesia de Malagueta, Perus e Bacanaço. *Patrimônio e Memória* (Unesp-FCLAs-CEDAP), v.1, n. 2, 2005, pp. 168-172

PETRARCA, Fernanda. Elites jornalísticas, recursos políticos e atuação profissional no Rio Grande do Sul. **TOMO** (UFS), n.13, 2008.

\_\_\_\_\_. Atuação profissional, recursos políticos e padrões de investimento no jornalismo no Rio Grande do Sul. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 14, n. 26, pp. 169-189, 2009.

\_\_\_\_\_. Construção do Estado, esfera política e profissionalização no jornalismo no Brasil. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 18, n. 35, 2010, pp. 81-94.

\_\_\_\_\_. **“O jornalismo como profissão”: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas do Rio Grande do Sul**. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia) Universidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. 2007. 308p.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. 1992, vol. 5, n. 10. pp. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, n. 3, 1989.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005. 248p.

PONTES, Heloísa. 1998. *Destinos Mistos. Os Críticos do Grupo Clima*

*em São Paulo (1940 – 1968)*. São Paulo: Companhia das Letras. 297 pp.

\_\_\_\_\_. Cidades e intelectuais: os “nova-iorquinos” da *Partisan Review* e os “paulistas” de Clima entre 1930 e 1950. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, n. 53, outubro 2003, pp.33-52.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 31, 2003, pp. 147-160.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 449p.

\_\_\_\_\_. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo Social*. São Paulo, v. 17, n. 1, 2005, pp. 81-110.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 9, n. 14, 2007, p. 185-195.

SECCO, Lincoln. Leituras comunistas no Brasil (1919-1943). In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves. *Edição e Revolução – leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora UFMG, 2013. p. 121-152.

SEIDL, Ernesto. **Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites**. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (org.). *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são**. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. 4.ed. São Paulo: Summus, 2011.

WARNKE, Martin. **O artista da Corte: os antecedentes dos artistas modernos**. São Paulo: Edusp, 2001.

WEINBERG, Jacques. O embate pelo controle da memória traumática

brasileira. **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS v. 2, n. 23, pp. 50-68, 2010.

## **FONTES E DOCUMENTOS CONSULTADOS SOBRE OS JORNALISTAS**

### **Alberto Dines**

DINES, Alberto. **Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig no país do futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

\_\_\_\_\_. **O papel do jornal : tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise**. Rio de Janeiro: Artenova, 1977. 147p.

\_\_\_\_\_. **O papel do jornal: uma releitura**. São Paulo: Summus, 1986.

\_\_\_\_\_. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. 2009. Disponível em <<https://www.gruposummus.com.br/indice/10653.pdf>>. Acesso em: 1º mai 2013.

\_\_\_\_\_. Alberto Dines. In: PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações no mundo social**. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação) Universidade de Brasília. Brasília. 2008. pp. 289-313

\_\_\_\_\_. Entrevista a Carla Siqueira e Caio Barreto Briso. **Centro de Cultura e Memória do Jornalismo**. set. 2008. Disponível em: <[http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/ALBERTO\\_DINES%20final.pdf](http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/ALBERTO_DINES%20final.pdf)>. Acesso em 25 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Entrevista a GRIN, Mônica. et al. Conversando com Alberto Dines. Rio de Janeiro, julho de 2012. **Revista Digital do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes**. Ano 4, n. 6. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/36294110-Alberto-dines-conversando-com-entrevista-revista-digital-do-niej-ano-4-n-6-3.html>> Acesso em: 25 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Entrevista a BELISÁRIO, Adriano. et al. **Projeto Memória do**



**Jornalismo/ UFRJ.** Junho de 2007. Disponível em  
<[http://memoriadojornalismo.com.br/perfis\\_biograficos\\_interna.php?id=28](http://memoriadojornalismo.com.br/perfis_biograficos_interna.php?id=28)>. Acesso em: 21 out. 2016.

DINES, Alberto. Entrevista a Alzira Alves Abreu e Fernando Lattman-Weltman. In: ABREU, Alzira Alves, LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Org). **Eles Mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 75-175

DINES, ALBERTO (verbete). In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em:  
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dines-alberto>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

PORTAL DOS JORNALISTAS. Alberto Dines. Perfis. Disponível em:  
<<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/alberto-dines/>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

### **Alfredo Sirkis**

BIOGRAFIA Alfredo Sirkis. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. **Câmara dos Deputados**. Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/arquivos/deputado-alfredo-sirkis>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

BIOGRAFIA. Alfredo Sirkis (*Site*). Disponível em:  
<[http://www.sirkis.com.br/interna\\_biografia\\_anos60.shtml](http://www.sirkis.com.br/interna_biografia_anos60.shtml)>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

### **Ana Arruda Callado**

CALLADO, Ana Arruda. Entrevista a Alzira Alves de Abreu e Thiago Hostenheiter. In: ABREU, Alzira Alves.; ROCHA, Dora (Org.). **Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro:

Editora FGV, 2006. pp. 17-49

\_\_\_\_\_. Ana Arruda Callado. In: GOLIN, Cida. **Memórias de vida e criação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. pp. 84-128.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Carla Siqueira e Caio Barreto Briso. **Centro de Cultura e Memória do Jornalismo**. set. 2008. Disponível em: <<http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download.pdf>>. Acesso em 25 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Protagonistas dessa história. **Resistir é Preciso. Instituto Vladimir Herzog**. Disponível em: <<http://resistirepreciso.org.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Andressa de Oliveira Spata. **Projeto Memória do Jornalismo/ UFRJ**. Novembro de 2008. Disponível em <[http://memoriadojornalismo.com.br/perfis\\_biograficos\\_interna.php?id=28](http://memoriadojornalismo.com.br/perfis_biograficos_interna.php?id=28)>. Acesso em: 21 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Entrevista a Secretaria de Cultura**. Rio de Janeiro, janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br/entrevistas/as-paixoes-de-ana-arruda-callado>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Entrevista a Paulo Chico e Francisco Ucha**. Rio de Janeiro, março de 2013. Dois Pontos – Opinião, Literatura e Cultura (*Blog*). Disponível em: <<https://doispontosblog.wordpress.com/entrevistas/ana-arruda-callado/>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Entrevista ao programa Conhecer para não esquecer**. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HeubwWPalwQ>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. Ana Arruda Callado (verbete). Biografia de mulheres. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil e Pesquisa. Disponível em: <<http://www.mulher500.org.br/ana-arruda-callado-1932/>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

## Bernardo Kucinski

KUCINSKI, Bernardo. **Currículo Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4793370U9>>. Acesso em: 3 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos de Imprensa Alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 441p.

\_\_\_\_\_. **K. Relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

\_\_\_\_\_. Alguma Memória. **Kucinski**. São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://kucinski.com.br/visualiza\\_noticia.php?id\\_noticia=390](http://kucinski.com.br/visualiza_noticia.php?id_noticia=390)>. Acesso em: 5 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Correstrangeiros: como me tornei correspondente do *The Guardian* e outras histórias. **Kucinski**. São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://kucinski.com.br/visualiza\\_noticia.php?id\\_noticia=389](http://kucinski.com.br/visualiza_noticia.php?id_noticia=389)>. Acesso em: 5 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Rogério Pereira – A libertação de Kucinski. **Jornal Rascunho** (entrevistas). Abr. 2014. Disponível em: <<http://rascunho.com.br/a-libertacao-de-kucinski/>> Acesso em: 7 abr. 2016.

KUCINSKI, Bernardo. Protagonistas dessa história. **Resistir é Preciso. Instituto Vladimir Herzog**. Disponível em: <<http://resistirepreciso.org.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Ana Rosa Kucinski**. Biografias de Resistência. Memórias da Ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/ana-rosa-kucinski/index.html>>. Acesso em 12 de set. 2015

RUIZ, Felipe. Bernardo Kucinski recebe prêmio Jabuti com o livro “Cartas à Lula”. **Notícias ECA**. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/noticias/bernardo-kucinski-recebe-terceiro-lugar-no-pr-mio-jabuti-com-cartas-lula-o-jornal>>. Acesso em: 5 maio 2005.

## Carlos Azevedo

AZEVEDO, Carlos. **Cicatriz da reportagem: 13 histórias que fizeram um repórter**. São Paulo: Editora Papagaio, 2007. 404p.

AZEVEDO, Carlos. Protagonistas dessa história. **Resistir é Preciso. Instituto Vladimir Herzog**. Disponível em: <<http://resistirepreciso.org.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2015

PORTAL DOS JORNALISTAS. Carlos Azevedo. Perfis. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/carlos-alberto-azevedo/>>. Acesso em: 17 nov. 2013

PORTAL DA IMPRENSA. Carlos Azevedo conta sua experiência como jornalista em “Cicatriz de Reportagem”. Set. 2007. Disponível em: <<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/livros/12264/carlos+azevedo+conta+sua+experiencia+como+jornalista+em+cicatriz+de+reportagem>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

## Carlos Heitor Cony

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia**. Carlos Heitor Cony. Membros. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/carlos-heitor-cony/biografia>>. Acesso em 19 mar. 2014.

BIOGRAFIA. **Carlos Heitor Cony**. Disponível em: <<http://www.carlosheitorcony.com.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

CONY, Carlos Heitor. **Eu, aos pedaços: memórias**. São Paulo: Leya, 2010.

\_\_\_\_\_. **Quase memória**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

\_\_\_\_\_. **O ato e o fato: o som e a fúria que se viu no Golpe de 1964**. 9 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Fábio Henrique Pereira. In: PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações no mundo social**. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação) Universidade de Brasília. Brasília. 2008. pp. 342-356

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Carlos Heitor Cony**. Arte e Cultura. Escritores. Memórias da Ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/escritores/carlos-heitor-cony/index.html>>. Acesso em 12 de set. 2015

KUSHNIR, Beatriz. CONY, Carlos Heitor (verbete). In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cony-carlos-heitor>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

PORTAL DOS JORNALISTAS. Carlos Heitor Cony. Perfis. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/carlos-heitor-cony/>>. Acesso em: 17 nov. 2013

SANDRONI, Cícero. **Carlos Heitor Cony: quase Cony**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, 20013.

## **Carmen da Silva**

BIOGRAFIA. Carmen da Silva (*Site*). Projeto de Pesquisa Carmen da Silva, uma rio-grandina precursora do feminismo brasileiro. Acervo Virtual Carmen da Silva. Disponível em: <<http://carmendasilva.com.br/site/php/content.php?id=11>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. A escrita feminista de Carmen da Silva. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 17, n. 1, jan/jul 2007.

REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. Carmen da Silva (verbete). Biografia de mulheres. Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil e Pesquisa. Disponível em: <<http://www.mulher500.org.br/carmem-da-silva-1919-1985/>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

SCHUMACHER, Maria Aparecida (Schuma); BRAZIL, Érico Vital (Org). Carmen da Silva 1919-85 (verbete). In: **Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. 567p.

SILVA, Carmen da. **Histórias híbridas de uma senhora de respeito**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 189p.

\_\_\_\_\_. **O melhor de Carmen da Silva**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

### **Fernando Gabeira**

BIOGRAFIA. Fernando Gabeira (*Site*). Disponível em: <<http://gabeira.com.br/biografia/>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

BIOGRAFIA. Fernando Gabeira. Conheça dos Deputados. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=74841&tipo=1](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74841&tipo=1)>. Acesso em: 13 fev. 2004.

CAMPOS, Patrícia; DANTAS, André; SOUSA, Luís Otávio. GABEIRA, Fernando (verbete). In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-paulo-nagle-gabeira>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

GABEIRA. **Biografia**. Disponível em: <<http://gabeira.com.br/biografia/>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Manual dos sobreviventes**. São Paulo: Lazuli Editora: Companhia Editora Nacional, 2009.

\_\_\_\_\_. **Onde está tudo aquilo agora? Minha vida na política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

KRAKOVICS, Fernanda. “Sonhei o sonho errado”, afirma Gabeira. *Folha de S.Paulo*, 15 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1510200309.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2004.

PORTAL DOS JORNALISTAS. Fernando Gabeira. Perfis. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/fernando-gabeira>>. Acesso em: 17 nov. 2013

### **João Antônio**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA PROFA. DRA. ANNA MARIA MARTINEZ CORRÊA. **Fundo João Antônio**. In: Guia do Acervo. Assis, São Paulo. 2014. Disponível em: <[http://www2.assis.unesp.br/cedap/guia\\_acervo\\_cedap/#1/z](http://www2.assis.unesp.br/cedap/guia_acervo_cedap/#1/z)>. Acesso em: 17 jan. 2016.

JOÃO ANTÔNIO. **Abraçado ao meu rancor: contos**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986. 243p.

\_\_\_\_\_. **Malagueta, Perus e Bacanaço**. 4º ed. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2004.

\_\_\_\_\_. **Abraçado ao meu rancor: contos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

JOÃO ANTÔNIO. **Menu do autor**. Projeto Releituras. Disponível em: <[http://www.releituras.com/jantonio\\_menu.asp](http://www.releituras.com/jantonio_menu.asp)>. Acesso em 26 abr. 2017.

LACERDA, Rodrigo. **João Antônio, uma biografia literária – os anos de formação**. (Tese apresentada ao Departamento de Teoria Literária da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) Universidade do Estado de São Paulo. 2006.

MACÊDO, Tânia Celestino. João Antônio esse (des)conhecido. **Uma coisa e outra**. Disponível em: <<http://www.umacoisaeoutra.com.br/literatura/jantonio.htm>>. Acesso

em: 13 fev. 2017.

MOREIRA, Daniele Fernanda Feliz. João Antônio. Biografias. Infoescola – Navegando e aprendendo. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biografias/joao-antonio/>>. Acesso em: 20 jan 2016.

SEVERIANO, Mylton. **Paixão de João Antônio**. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2005.

SILVA, Telma Maciel da. *Posta Restante: um estudo sobre a correspondência do escritor João Antônio*. (Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis) UNESP. São Paulo.2009. 292p.

SVICERO, Thais Jeronimo. *Construindo um lugar na história: o arquivo pessoal de JA (1937/1996)*. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis) UNESP. São Paulo. 2012. 106p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. **Acervo João Antônio**. Assis, São Paulo. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/#!/cedap---centro-de-documentacao-e-apoio-a-pesquisa/acervo-do-cedap/acervo-joao-antonio/apresentacao/>>. Acesso em: 17 jan 2016.

ZENI, Bruno Gonçalves. **Sinuca de malandro: narradores, protagonistas e figuras paternas em João Antônio**. (Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) Universidade de São Paulo.2012.

## José Louzeiro

BIOGRAFIA. Página do escritor e roteirista José Louzeiro. Disponível em: <<http://www.louzeiro.com.br/bio.html>>. Acesso em: 4 de mai. 2014.

BIOGRAFIA José Louzeiro. Tiro de Letra. Disponível em:



<<http://www.tirodeletra.com.br/biografia/JoseLouzeiro.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

DURÃES, Aline Ferreira. **Diálogos entre literatura e jornalismo: o romance-reportagem “Aracelli, meu amor” de José Louzeiro e “Crônica de uma morte anunciada” de Gabriel Garcia Marquez.** (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade) Universidade Estadual da Paraíba. 2012.

JOSÉ LOUZEIRO, o moleque da Cambôa. Produção Academia Maranhense de Letras. Direção Geral Joaquim Haickel, Direção Francisco Colombo e Beto Matuck. Publicado em dezembro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YJFRtFN7ZEM>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

LOUZEIRO, José. Entrevista a Carla Siqueira e Caio Barreto Briso. **Centro de Cultura e Memória do Jornalismo**. set. 2008. Disponível em: <[http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download\\_16.pdf](http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download_16.pdf)>. Acesso em 25 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Isso não deu no jornal**. São Paulo: Editora do Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Entrevista a Andrea Ormond**. *Blog Estranho encontro: revisão crítica, histórica e amorosa do cinema brasileiro*. [mai 2006]. Disponível em: <<http://estranhoencontro.blogspot.com.br/2006/05/biografia-entrevista-jos-louzeiro.html>>. Acesso em: 7 set. 2014

PORTAL DOS JORNALISTAS. José Louzeiro. Perfis. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/jose-louzeiro/>>. Acesso em: 17 nov. 2013

### **José Hamilton Ribeiro**

FOLHA DE SÃO PAULO. José Hamilton ganha livro sobre sua vida jornalística. out. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/10/1689458-jose->

hamilton-ribeiro-ganha-livro-sobre-sua-vida-jornalistica.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2013.

GOMES, Arnon. **O jornalista mais premiado do Brasil: a vida e as histórias do repórter José Hamilton Ribeiro**. Araçatuba: Editora Eko Gráfica, 2015.

GRUPO GLOBO. Memória Globo: José Hamilton Ribeiro. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/jose-hamilton-ribeiro/trajetoria.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

PORTAL DOS JORNALISTAS. José Hamilton Ribeiro. Perfis. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/jose-hamilton-ribeiro/>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Carla Siqueira e Caio Barreto Briso. **Centro de Cultura e Memória do Jornalismo**. set. 2008. Disponível em: <[http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download\\_2.pdf](http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download_2.pdf)>. Acesso em 25 out. 2017.

RIBEIRO, José Hamilton. Protagonistas dessa história. **Resistir é Preciso. Instituto Vladimir Herzog**. Disponível em: <<http://resistirepreciso.org.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

TEÓFILO, Sara. Zé Hamilton, a trajetória do jornalista mais premiado do Brasil. **Jornal Opção**. Jul 2015. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/ze-hamilton-trajetoria-jornalista-mais-premiado-brasil-40256/>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

## Marcos Faerman

BIOGRAFIA Marcos Faerman. Projeto de Disponibilização da obra do jornalista Marcos Faerman (*Site*). Disponível em: <<http://www.marcosfaerman.jor.br/biografia.html>>. Acesso em: 18 maio de 2016.

FAERMAN, Marcos. **Com as mãos sujas de sangue**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1979.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Marcos Faerman**. Biografias de Resistência. Memórias da Ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/marcos-faerman/>>. Acesso em 12 de set. 2015

MARCOS FAERMAN. **Arqueologia de um repórter**. Disponível em: <<http://www.marcosfaerman.jor.br/biografia.html>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

VIEIRA, Isabel. Marcos Faerman, um humanista radical. In: VILAS BOAS, Sérgio. (Org.) **Jornalistas Literários. Narrativas da vida real por novos autores brasileiros**. São Paulo: Summus, 2007.  
**Míriam Leitão**

CUNHA, Luís Claudio. A repórter pergunta, o ministro gagueja. **Observatório da Imprensa**. 2014. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/\\_ed812\\_a\\_reporter\\_pergunta\\_o\\_ministro\\_gagueja/](http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed812_a_reporter_pergunta_o_ministro_gagueja/)>. Acesso em: 13 set.2017.

GRUPO GLOBO. Memória Globo: Míriam Leitão. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/miriam-leitao.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

LEITÃO, Míriam. Entrevista a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman. In: ABREU, Alzira Alves.; ROCHA, Dora (Org.). **Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 79-105

\_\_\_\_\_. **Tempos Extremos**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

PORTAL DOS JORNALISTAS. Míriam Leitão. Perfis. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/miriam-leitao>>. Acesso em: 17 nov. 2013

## Mylton Severiano

KOTSCHO, Ricardo. E lá se foi o nosso Myltainho, guerreiro do texto. Balaio do Kotscho (*Blog*). Maio de 2014. Disponível em: <http://noticias.r7.com/blogs/ricardo-kotscho/2014/05/11/e-la-se-foi-o-nosso-myltainho-guerreiro-do-texto/>>. Acesso em: jul. 2014.

MORRE jornalista Mylton Severiano da Silva. Portal da Imprensa. Maio de 2014. Disponível em: [http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas\\_noticias/65666/morre+jornalista+mylton+severiano+da+silva](http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/65666/morre+jornalista+mylton+severiano+da+silva)>. Acesso em: jul. 2014.

PORTAL DOS JORNALISTAS. Mylton Severiano. Perfis. Disponível em: <http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/mylton-severiano-da-silva-myltainho>>. Acesso em: 17 nov. 2013

SEVERIANO, Mylton. Protagonistas dessa história. **Resistir é Preciso. Instituto Vladimir Herzog**. Disponível em: <http://resistirepreciso.org.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

SEVERIANO, Mylton. **Realidade – história da revista que virou lenda**. Florianópolis: Insular, 2013.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Carla Siqueira e Caio Barreto Briso. **Centro de Cultura e Memória do Jornalismo**. set. 2008. Disponível em: <http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/MYLTON%20SEVERIANO%20final.pdf>>. Acesso em 25 out. 2017.

## Renato Tapajós

ASSOCIAÇÃO CULTURAL VIDEOBRASIL. **Renato Tapajós**. Artistas. Disponível em: <http://site.videobrasil.org.br/acervo/artistas/artista/434072>>. Acesso em: 12 set. 2015

COSTA PINTO Jr., Jaime Alberto da. O narrador de Em Câmera Lenta, de Renato Tapajós. Dossiê Cultura Moderna e Contemporânea. **Literatura e Autoritarismo**. Santa Maria, RS. Dez. 2009. Disponível em:

<[http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie/art\\_09.php](http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie/art_09.php)>. Acesso em: 23 set. 2015

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Renato Tapajós**. Arte e Cultura. Escritores. Memórias da Ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/escritores/renato-tapajos/index.html>>. Acesso em: 12 de set. 2015

REIMÃO, Sandra. Livro e prisão: o caso *Em câmara lenta* de Renato Tapajós. **Em questão**. Porto Alegre, v. 15, n. 1, jan/jun 2009.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Carlos Augusto Carneiro Costa. Militância Política, pensamento e literatura: Renato Tapajós e o regime militar no Brasil. Dossiê Cultura Moderna e Contemporânea. **Literatura e Autoritarismo**. Santa Maria, RS. Dez. 2009. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie02/art\\_12.php](http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie02/art_12.php)>. Acesso em: 23 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Ramiro Quaresma da Silva. **Cinamateca Paraense**. [ago 2014]. Disponível em: <<https://cinamatecaparaense.wordpress.com/depoimentos/renato-tapajos/>>. Acesso em: 28 set. 2015.

## **Roberto Freire**

BIOGRAFIA de Roberto Freire. Somaterapia (*Site*). Disponível em: <<http://www.somaterapia.com.br/soma/biografia-de-roberto-freire/>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

BIOGRAFIA de Roberto Freire. Vida Operária (*Blog*). Dezembro 2012. Disponível em: <<http://vidaoperaria.blogspot.com.br/2012/12/bibliografia-de-roberto-freire.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ESCRITOR e psicanalista Roberto Freire morre em São Paulo. Maio 2008. Disponível em:

<[http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral\\_escritor-e-psicanalista-roberto-freire-morre-em-sao-paulo,177462](http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral_escritor-e-psicanalista-roberto-freire-morre-em-sao-paulo,177462)>. Acesso em: 18 jan. 2013.

FREIRE, Roberto. **Eu é um outro: autobiografia de Roberto Freire**. Salvador: Maianga, 2002. 452p.

ROBERTO FREIRE. Biografia. Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/biografia/roberto-freire.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

FREIRE, Roberto. Entrevista a Antônio Abujamra (Programa *Provocações*). 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eJKIONM7jvw>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

## Zuenir Ventura

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia**. Zuenir Ventura. Membros. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1046/biografia>>. Acesso em 19 mar. 2014.

BIOGRAFIA Zuenir Ventura. Tiro de Letra. Disponível em: <<http://www.tirodeletra.com.br/biografia/ZuenirVentura.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Entrevista a Zuenir Ventura (*Site Heloisa Buarque de Hollanda*). Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/entrevista-para-zuenir-ventura/>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

PORTAL DOS JORNALISTAS. Zuenir Ventura. Perfis. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/zuenir-ventura>>. Acesso em: 17 nov. 2013

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

\_\_\_\_\_. **Minhas histórias dos outros**. São Paulo: Editora Planeta do

Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Fábio Henrique Pereira. In: PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações no mundo social**. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação) Universidade de Brasília. Brasília. 2008. pp. 420-426

\_\_\_\_\_. Entrevista a Carla Siqueira e Caio Barreto Briso. **Centro de Cultura e Memória do Jornalismo**. out. 2008. Disponível em: <[http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download\\_7.pdf](http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download_7.pdf)>. Acesso em 25 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Daniel Santos de Castro. Biografias. Infoescola (*Site*). Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biografias/zuenir-ventura/>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

ZUENIR VENTURA. **Menu do autor**. Projeto Releituras. Disponível em: <[http://www.releituras.com/zventura\\_menu.asp](http://www.releituras.com/zventura_menu.asp)>. Acesso em 26 abr. 2017.

## Entrevistas Realizadas

RIBEIRO, José Hamilton. **Entrevista com José Hamilton** [dez, 2009]. Entrevistadora: V. de Moraes. Arquivo digital. São Paulo, 2009.

RIBEIRO, José Hamilton. **Entrevista com José Hamilton** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por [vaniucha1@yahoo.com.br](mailto:vaniucha1@yahoo.com.br) em 23 de janeiro de 2014.

AZEVEDO, Carlos. **Entrevista com Carlos Azevedo** [dez, 2009]. Entrevistadora: V. de Moraes. Arquivo digital. São Paulo, 2009.

AZEVEDO, Carlos. **Entrevista com Carlos Azevedo** [jan, 2014]. Mensagem recebida por [vaniucha1@yahoo.com.br](mailto:vaniucha1@yahoo.com.br) em 21 de janeiro de 2014.

SEVERIANO, Mylton da. **Entrevista com Mylton Severiano** [ago, 2009]. Entrevistadora: V. de Moraes. Arquivo digital. Florianópolis,

2009.

SEVERIANO, Mylton da. **Entrevista com Mylton Severiano** [out, 2009]. Entrevistadora: V. de Moraes. Arquivo digital. Florianópolis, 2009.

TAPAJÓS, Renato. **Entrevista com Renato Tapajós** [jul, 2015]. Mensagem recebida por [yaniucha1@yahoo.com.br](mailto:yaniucha1@yahoo.com.br) em 13 de julho de 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Entrevista com Bernardo Kucinski** [jun, 2015]. Mensagem recebida por [yaniucha1@yahoo.com.br](mailto:yaniucha1@yahoo.com.br) em 21 de junho de 2015.

### **Documentos de Acervos**

BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca Digital** – Periódicos: 1969-2010. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>. Acesso em: 29 out. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Acervo Folha** – 1969-2010. Disponível em <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Acervo Digital**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 25 out. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Profa. Dra. Maria Martinez Corrêa. **Acervo João Antônio**. Assis, São Paulo.



## ANEXO A

### ENTREVISTA COM JOSÉ HAMILTON RIBEIRO

**V. M.:** Como foi sua formação intelectual e quais são as suas referências intelectuais, artísticas e jornalísticas?

**J. H. R.:** Eu sou de uma cidade pequena do interior de São Paulo. No meu tempo era uma cidadezinha de quase três mil habitantes, quase uma vila rural. Eu cresci ouvindo música caipira, na década de 40. Eu nasci em 35, até os cinco anos a gente não registra nada, não é? Mas, a partir dos 5 anos eu comecei naquele inconsciente da música caipira. Mas, ao mesmo tempo, eu tinha uma tia que tocava piano e tinha uma livraria, era a única livraria da cidade. E ela também me chamava a atenção para a música sacra, para a música clássica, me mostrava algumas coisas. Desde o início tem essa coisa de gostar da música caipira e também da música clássica e, de certa forma, continua assim até hoje. É claro que, entre a música caipira e a música clássica, tem uma série de músicas aí no meio. MPB, música estrangeira, jazz... que a gente ouve ao longo da vida. Na parte de leitura, essa minha tia, quando eu era pequeno, começou a me dar alguns livros. Começou com o Monteiro Lobato, com livros de aventura, de garimpo, de garimpo de esmeralda. Lembro de um livro sobre garimpo de esmeralda em Goiás. Goiás era uma coisa distante naquela época. Então a minha formação na primeira infância foi auxiliada por essa minha tia que também assinava um jornal de padres que era feito no interior de Minas, em Manhuaçu ou Manhumirim, duas cidades muito próximas. Numa delas tinha um colégio de padres que fazia dois jornais, um chamado Lar Católico, e o outro, O Lutador. Dois jornais muito bons para a época e que eu acabava lendo. Foi quando, eu devia estar no terceiro ano do grupo escolar ou algo assim, ela me inscreveu para fazer uma redação que foi publicada nesse jornal. Essa minha tia me influenciou muito na leitura. Agora, quando eu cheguei onde seria o fundamental ou o Ginásio, eu encontro uma literatura adulta, principalmente Dostoiévski. Eu me lembro que no primeiro livro do Dostoiévski, eu levei pelo menos três meses para ler, porque eu não queria acabar. Eu chegava nas últimas páginas e pensava “Já está bom por hoje”, senão terminava e eu só tinha aquele livro. Foi “Os Irmãos Karamazov”. Depois li outros livros mas, de qualquer maneira, Dostoiévski me marcou

muito.

**V. M.:** Na época em que você trabalhava na revista *Realidade* o que mais te chamava a atenção nas artes (literatura, cinema, música...) e no jornalismo?

**J. H. R.:** Olha, eu gosto do cinema bom. Eu tenho uma cisma assim com filme ruim. De filmes bons eu gosto muito. Se repetiu com o cinema, o que aconteceu com “Os irmãos Karamazov”. Eu entrei no cinema por acaso e assisti a um filme chamado em francês de “Du Rififi Chez les Hommes”. Aqui no Brasil, em português, ficou só “Rififi”. É um filme francês, do Jules Dassin. É um filme policial, história de um assalto, nos mínimos detalhes, sobre a organização do grupo, até realizar o assalto. Mas a forma de narrativa deste filme me impressionou tanto que eu o vi umas dez a quinze vezes. Entrava no cinema e ficava para a próxima sessão. No outro dia voltava para assistir de novo. Então devo ter assistido esse filme umas quinze ou vinte vezes até quase decorar. Eu sou assim. Não sou um homem de uma cinematografia ampla, mas os filmes importantes que eu encontro, eu vejo absurdamente. Na parte do jornalismo... eu acho que o jornalismo brasileiro naquela época era muito pobre. Acho que tão pobre quanto hoje mas, de qualquer maneira, tinha-se alguns bolsões de excelência e, principalmente, pessoas. Você tinha bons repórteres, bons redatores. A gente conversava bastante sobre isso.

**V. M.:** Você acredita que os filmes brasileiros do Cinema Novo (Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra...) e os romances latino-americanos do chamado realismo mágico (Gabriel García Márquez, Vargas Llosa, Júlio Cortázar...) possam ter influenciado no trabalho de produção da revista *Realidade*?

**J. H. R.:** *Realidade* surgiu no ano de 66. E nos anos 60 aconteceu tudo. Tudo o que tinha que acontecer no mundo aconteceu nos anos 60. Então era muita agitação cultural, existencial... Movimentos de estudantes, movimentos de operários, a “pílula”, os *Beatles*, movimento feminista... Aqueles tempos eram tempos de efervescência intelectual e existencial e isso se refletia na gente e a gente refletia isso na revista.

**V. M.:** Acredita que o *New Journalism* norte-americano de 1960 possa ter influenciado no formato e na proposta da revista *Realidade*? Você chegou a ler nesse período os livros de Truman Capote, Tom Wolfe, Norman Mailer...?

**J. H. R.:** Eu repondo por mim. Eu fui ler esse pessoal depois da revista *Realidade*. Então em meu trabalho na *Realidade* eu não me baseava neles. Até porque, se eu me baseasse neles, teria feito coisa melhor, porque eles são muito bons. Mas eu só fui conhecer depois da revista, depois daquela primeira fase.

**V. M.:** Como era o trabalho de Sérgio de Sousa (editor de texto)? Em *Realidade* houve a substituição do copidesque pela figura do editor de texto, o que tornou os textos menos homogêneos ou menos pasteurizados e valorizou a questão autoral. Como foi isso?

**J. H. R.:** Eu acho que essa decisão não foi tomada formalmente. Mas eu acho que *Realidade* foi produto das circunstâncias da efervescência que havia no mundo e também no Brasil. *Realidade* surgiu nos anos em que tínhamos um governo militar, tínhamos uma ditadura. Havia muita inquietação, muita agitação cultural e intelectual no Brasil. Eu acho que *Realidade* tem duas vertentes: a temática – que foi uma sucessiva quebra de tabus que a imprensa não tratava, ou porque se achasse incompetente ou porque achasse que aquilo não cabia; então, tinha essa revolução, essa ousadia temática – e tinha questão da linguagem que, na minha opinião, é a coisa principal da revista. Isso se deve ao Sérgio de Sousa, que era capaz de pegar uma reportagem de qualquer um dos repórteres e dar um tratamento de texto que só a enriquecia. Isso variava, de pequenas mudanças feitas lápis até chegar e dizer assim: “Olha, essa reportagem não está boa. Faz de novo, observe isso, aquilo e faz de novo. Escreve de novo porque do jeito que está, está impublicável”. Aí a pessoa reescrevia às vezes mais de uma vez e depois entregava para ele. O trabalho dele foi este, basicamente: o de enriquecer o vocabulário, usar a palavra apropriada para explicar aquela situação, de um lado, e, de outro, foi de exigir precisão da informação e da palavra. A palavra tinha que ser aquela e não outra.

**V. M.:** A revista *Realidade* rompeu com um certo jornalismo objetivo que começou a ser feito no Brasil a partir da década de 50, importando dos Estados Unidos técnicas como o *lead*, uso de copidesque.

**J. H. R.:** Bom, é preciso levar em conta que a revista *Realidade* era uma revista mensal, essa primeira reforma que se deu no jornalismo brasileiro em 50, fim dos anos 40, em função do término da 2ª Guerra. Essa mudança, essa reforma foi feita nos jornais diários. Uma revista mensal não podia estar mesmo presa às regras de redação do jornal diário

porque é uma revista que tem que durar na banca um mês. Ela tem que durar ao longo do mês. Não pode ser coisa em cima de notícia, coisa em cima do factual. Precisa ter uma estória e um tratamento de texto que seja suficiente para a pessoa se gratificar lendo. Ela tinha o prazer da leitura. E eu acho que a reportagem em *Realidade*, em função do Sérgio de Sousa, era tratada como um gênero literário. Aliás, a grande reportagem com um texto bem tratado é comparada pelo Gabriel García Márquez ao gênero literário do romance. Ele acha que a grande reportagem pode ter ou deve ter a qualidade do romance, quero dizer, tem que ter uma leitura que se satisfaça por si mesma. Ela tem que satisfazer, o leitor tem que ter prazer naquela leitura pela qualidade do texto que ela apresenta.

**V. M.:** Como foi a sua entrada na revista *Realidade*? Com esta estória começou pra você?

**J. H. R.:** Bom, eu comecei a minha vida jornalística assim, primeiro fazendo *um bico* no rádio, outro numa imprensa assim, “meio” alternativa, depois eu fui trabalhar no “Jornal Folha de São Paulo” como repórter. Isso em um momento muito bom do jornal, ele estava passando de um jornal paulista e agropecuário para um jornal de âmbito nacional. A ideia de ser um jornal brasileiro, do país todo. Foi um momento em que a empresa toda investiu em reportagem. Eu estava chegando cheio de vontade de trabalhar e a Folha estava investindo em duplas de repórteres (repórter, fotógrafo) e os colocava para viajar pelo Brasil e até mesmo fora do país. Começou a estimular as reportagens especiais. Tinha muita gente boa lá dentro, gente pensando grande. Eu me embebi daquele momento e fui fazendo a minha parte.

Existia, na época, em São Paulo, uma editora que fazia publicações infantis, fotonovela, revistas de corte e costura. Era uma editora que produzia produtos jornalísticos mas não tinha jornalistas, tinha só tradutores porque se publicava títulos da Europa, dos Estados Unidos. Não tinha redação, apenas tinha um corpo de tradutores. Essa editora, já estava nos planos dela, partir de um certo momento começou a fazer revista com uma equipe de jornalistas. Começou com “Cláudia”, uma publicação feminina. Era uma revista que acompanhava o espírito da editora, que fazia coisa para mulher. Depois de “Cláudia” essa editora pensou em fazer uma revista de interesse masculino, foi a revista “Quatro Rodas”. Era para ser também uma tradução, uma adaptação de uma revista italiana chamada “*Cuatro Ruote*”, sobre automóveis, automobilismo. Só que a editora, já pensando no seu desenvolvimento

futuro, convidou para dirigir essa revista o Mino Carta, que era um jornalista muito importante na época, nascido na Itália, mas que passou a infância no Brasil. Uma pessoa que falava português com sotaque, como fala até hoje. E o Mino, um grande jornalista, uma pessoa que até hoje não sabe dirigir carro, não sabe a diferença entre uma vela e um biela, no entanto, foi dirigir uma revista de automobilismo de grande sucesso. Por quê? Ele não foi com o espírito do automobilista, aficionado em automobilismo, ele foi com o espírito do jornalista. Então ele compôs uma redação com grandes jornalistas da época. Dessa equipe que o Mino fez saíram jornalistas que foram fazer a *Veja*, um grupo que foi fazer a *Realidade* e outro foi que fazer o *Jornal da Tarde*, que são as três grandes publicações dos anos 60 no Brasil. Visto de São Paulo, é claro. Mas as três tiveram repercussão nacional e nasceram dessa experiência da *Quatro Rodas*.

O grupo que saiu de “Quatro Rodas” para fazer *Realidade* era um grupo com quem eu trabalhava. E, num primeiro momento, eles disseram o seguinte: “Olha, José Hamilton, nós vamos para a *Realidade* e você fica, pois nós não podemos desfalcicar a “Quatro Rodas” totalmente. É preciso ficar alguém com experiência aí para continuar fazendo”. Nessa época eu era redator-chefe da “Quatro Rodas”. Então a equipe saiu para fazer *Realidade* e eu fiquei. Mas eles não conseguiram nem terminar a revista e já me chamaram para lá. Eu fui para *Realidade* sem participar dessa fase de criação dela, mas antes de sair o primeiro número oficial. Porque era o mesmo pessoal que fazia “Quatro Rodas” que estava lá. Alguns que tinham ido para *Realidade* pela minha mão, como o Narciso [Kalili], o Sérgio [de Sousa] – não sei se fui eu quem convidou – mas o Narciso eu acho que sim, e também o [Carlos] Azevedo. Assim, a minha ida foi uma coisa natural porque era com quem eu já havia trabalhado.

**V. M.:** Como foi conviver e trabalhar com pessoas como Narciso Kalili, Paulo Patarra, Sérgio de Souza, Roberto Freire, João Antônio...? Como é que funcionava nos bastidores?

**J. H. R.:** Bom, *Realidade*, como tudo na vida, é fruto das circunstâncias. Várias circunstâncias convergiram para fazer *Realidade*. Uma delas é a efervescência do mundo. O mundo em efervescência na parte da juventude, do feminismo, do movimento operário. O Brasil estava vivendo uma fase interessante historicamente porque tinha tido o golpe militar mas ainda não tinha ditadura, não tinha censura à imprensa. A editora, a empresa que foi fazer *Realidade*, era uma empresa que tinha

uma base de publicações infantis e femininas e que fez uma grande aposta jornalística. Foi a primeira grande aposta da Editora Abril, até então, uma pequena editora. É tanto que, quando me convidaram para sair da Folha e ir para “Quatro Rodas”, meus colegas na Folha disseram assim: “Mas José Hamilton, você vai sair de uma redação como a *Folha* para trabalhar num escritório?” Ninguém acreditava que a Editora Abril pudesse vir a ser a potência jornalística que é hoje, maior editora jornalística da América Latina. Mas a primeira grande aposta da empresa foi na *Realidade*. Uma outra circunstância é que a *Realidade* reuniu um grupo de pessoas que eram muito diferentes entre si mas todas com alguma contribuição para dar para a revista. Você tinha um João Antônio, que era um escritor maldito, da noite, das sinucas; tinha um Roberto Freire, que era um psicanalista; o Jorge Andrade, que era um teatrólogo, que num certo momento foi para *Realidade* também... e tinha o pessoal de formação jornalística. Todo mundo muito inquieto e criativo. *Realidade* era uma tempestade de ideias permanente. Tinha que ter alguém lá para transformar aquilo em uma revista, “baixar a bola” da ebulição da redação e “botar no chão” a revista. E essas pessoas eram, do ponto de vista da redação, o Paulo Patarra, e, do ponto de vista da empresa, o Sérgio e o Robert Civita. Isso é fundamental na história da *Realidade*. O diretor da revista era o dono da editora. Se não o dono, o filho do dono. Isso tem uma diferença muito grande. Porque geralmente a empresa monta uma redação. E essa redação tem limites de toda ordem, inclusive orçamentários. Não pode ficar gastando mais do que estava previsto. Mas, como o diretor era filho do dono, de repente a *Realidade* abria para essa possibilidade de orçamento, o que permitia que um repórter ficasse três meses em um assunto, que fizesse viagem três vezes para o mesmo lugar para conferir uma informação, pegar alguma coisa a mais. Coisa que normalmente não se fazia no Brasil antes e que, possivelmente, não se fez nem depois.

**V. M.:** Como funcionavam as reuniões de pauta? Qual era o critério de escolha dos temas para as pautas?

**J. H. R.:** Bom, as reuniões de pauta eram um *brainstorm*, uma tempestade de ideias, e vinham ideias de todo o tipo. A reunião se fazia primeiro com a “peãozada”, com os empregados primeiro. Depois fazia-se uma reunião entre nós e a direção. Aí se escolhia os melhores assuntos para as reportagens. Mas tudo dependida de convencer o diretor da revista, que era o Robert Civita, depois, durante a reunião oficial. A

reunião não oficial geralmente era feita na casa de um ou de outro, regada a uísque, muita liberdade, madrugadas adentro. Tinham “pirações” incríveis para fazer reportagem. Mas entre uma ideia mirabolante em uma noite, com muito uísque, e no outro dia botar aquilo no orçamento da revista, dentro de uma empresa capitalista, tem uma diferença, tinha que passar pelo Robert. Então, toda a estratégia era como convencer o Robert a aceitar uma loucura dessa. O Robert era o filho do dono e hoje é o dono da Editora Abril, mas ele é um rapaz que estudou nos Estados Unidos, fez estágio no *The New York Times*. Então ele era um jornalista de ponta. Se ele não fosse filho do dono, ele seria jornalista naquela época em qualquer lugar do Brasil porque era um homem com capacidade jornalística inegável. Ele tinha uma coisa a mais e que completava essa equipe, que era muito criativa, muito brasileira, muito “cucaracha”. Ele dava esse contra-peso ao colocar a revista no mundo. Ele sabia, ele conhecia todas as revistas, devia conhecer esse pessoal do *New Journalism* muito antes que nós.

**V. M.:** Você acha que, por conhecer de antemão o *New Journalism*, ele pode ter influenciado na produção de um jornalismo com pesquisa de profundidade e texto literário?

**J. H. R.:** Ele era um leitor muito exigente. Tinha muita dificuldade quando tinha que escrever. Mas como leitor ele era muito exigente, muito criterioso. Quando a reportagem estava boa passava por ele com facilidade. Agora, quando não tinha qualidade, parava nele porque ele era um leitor exigente. Mas eu acho que nessa parte da profundidade, da clareza, limpeza e qualidade literária que algumas das reportagens de *Realidade* chegaram a ter se deve mais ao esquema interno abaixo do Robert. Uma vez aprovada a pauta, o repórter saía e vinha de lá com uma coisa desvairada e, às vezes, o Patarra e o Sérgio “botavam a bola no chão”. Então essa depuração passava pelo Patarra e, principalmente, pelo Sérgio no trabalho de texto, de titulação. A revista *Realidade* era muito criativa nos títulos, “nas viradas de página”. Eu me lembro de uma, bem típica do Sérgio – vinha “rolada” a revista e, de repente, tinha a foto de um homem de gravata e tal, com o título assim “Esse homem é um palhaço”; aí, quando você virava a página, estava aquele mesmo homem vestido de palhaço “Esse palhaço é um homem” [reportagem sobre o palhaço Arrelia, na edição de outubro de 1966]. Era a história de um palhaço vendo os dois lados. Ele era ao mesmo tempo advogado e palhaço de circo. A criatividade dos títulos era coisa do Sérgio e do Patarra, principalmente do Sérgio, mas também do Robert. Os títulos também

passavam por ele. Como ele era bom jornalista às vezes ele encrencava com alguma coisa, mas que era de ordem empresarial. O que era de qualidade jornalística passava por ele com tranquilidade.

**V. M.:** Sobre as reportagens-conto, como surgiu a ideia dentro da revista?

**J. H. R.:** Bom, eu não sei com detalhes. Mas quando a revista *Realidade* decidiu contratar o João Antônio, já se sabia quem ele era, já se sabia o tipo de texto que ele tinha. Ele não seria contratado para ser um repórter comum. Ele seria contratado para ser João Antônio e a revista respeitava isso.

**V. M.:** Bem, muito obrigada pelo seu depoimento.

Entrevista concedida em São Paulo no dia 7 de dezembro de 2009.

**V. M.:** Qual foi o papel da sua família em sua formação intelectual?

**J. H. R.:** Meu avô materno aprendeu a ler e escrever com um livrinho português de ABC. Além de explicar as letras, as sílabas, as combinações, o livro trazia, após cada lição, um pensamento, um provérbio. Até hoje me lembro de um: “Você nunca se arrepende de ter comido menos.” Minha Tia Nenê, que não se casou, cuidou do pai (falecido precocemente) e da mãe (com mais de 90 anos) e era a guardiã dos objetos mais caros da casa, basicamente os livros. Enrolou-se tanto com os livros que acabou abrindo uma livraria – a primeira livraria de minha cidadezinha, Santa Rosa de Viterbo, São Paulo. Eu era muito chegado a essa tia, que, logo cedo, deu-me livro para ler. Acabava um, ela vinha com outro, livros próprios da idade, dos quais Monteiro Lobato seria uma “pós-graduação”. E me incentivava também a escrever a ponto de entrar num concurso de redação do jornal “O Lutador” que era publicado no que me parecia um planeta distante, a cidade de Manhumirim, em Minas. Meu trabalho foi classificado e “o prêmio” foi sua publicação. Pena que perdi o recorte...



**V. M.:** Como começou a sua relação com os livros e a cultura escrita?

**J. H. R.:** Na altura do ensino médio encontrei um livro que me encheu de espanto e admiração: “Os Irmãos Karamazov”, de Dostoievski. Que coisa fantástica! Como é que um homem podia saber tanto e escrever com tanta força? Lia o livro aos poucos, de medo que ele acabasse...O impacto sobre mim dos “Irmãos Karamazov” só veio suplantado muitos anos depois, quando encontrei Guimarães Rosa, alguns americanos e “O ABC da Literatura”, de Ezra Pound, além do Machado e dos poetas. Acho os poetas uns deuses, as antenas da raça...

**V. M.:** Qual é a sua posição a respeito da exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista?

**J. H. R.:** Brasil é um país semi-alfabetizado e historicamente retardado – as coisas acontecem aqui muito tempo depois de serem novidade na Europa, nos EUA e até em nossos vizinhos cucarachas. O Peru teve universidade anos-luz à frente de nós. Enquanto for assim, é bom – para o país – que jornalista tenha curso superior, para que seja mais confiante e mais crítico do que faz. A universidade, ruim que seja, amplia o horizonte de um jovem que vai ser jornalista; é melhor um jornalista com diploma do que a situação anterior, em que as empresas recrutavam analfabetos para a redação e lhes pagavam com um prato de comida. No livro “Jornalistas 37/97”, sobre o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, há afirmação de que, entre os associados, havia 19 analfabetos. De um deles o livro traz até uma entrevista.

**V. M.:** Qual é a sua atividade na atualidade? Ainda escreve profissionalmente?

**J. H. R.:** Atualmente continuo com trabalho no Globo Rural e estou cuidando de uma segunda edição, revista e completada, do livro “Música Caipira, as 270 Maiores Modas”. A primeira edição, com várias reimpressões foi muito bem aceita, daí a coragem para criar novos capítulos e completar umas coisinhas que ficaram faltando.

Entrevista concedida por e-mail em 23 de janeiro de 2014.



## ANEXO B

### ENTREVISTA COM CARLOS AZEVEDO

**V. M.:** Como foi sua formação intelectual e quais são as suas referências intelectuais, artísticas e jornalísticas?

**C. A.:** Você quer saber minha formação? Foi bem autodidata. Eu fiz o nível secundário. Quando eu fui fazer Universidade não passei no vestibular da USP. Eu então já estava trabalhando como jornalista e não insisti mais em fazer Universidade. Estava achando que o jornalismo já era suficiente como formação. Enfim, não tive uma formação universitária. Então, desse ponto de vista formal, essa é a minha formação. No mais, eu sempre li bastante, ia muito ao cinema, convivia com pessoas que estavam de alguma forma se formando naquele período. Eu era do interior de São Paulo, quero dizer, eu nasci na capital mas me criei no interior. Depois eu vim para São Paulo, já com 19 anos. Não foi uma formação de profundidade, não estudei Filosofia etc... Fui aprendendo, lendo muito, por conta própria. Gostava muito de História, de Literatura, lia muito jornal, enfim, havia toda uma efervescência no país. Isso aí já é o final da década de 50, começo da década de 60. Há uma efervescência política e cultural, a esquerda é ascendente em toda parte, o socialismo avança no mundo, muitas guerras de libertação, na África, na Ásia e a gente vive muito esse clima de transformação na sociedade. É tanto que eu tinha uma ideia, uma postura, não científica, mas emocional de crítica ao capitalismo, ao individualismo, à exploração das pessoas, enfim, era muito sensível à pobreza e miséria das pessoas. Era isso, tinha uma tendência natural de solidariedade para com os trabalhadores, os mais pobres, etc. E nisso, havia todo um movimento no país discutindo essas questões: reforma agrária, greves operárias... Havia muitas greves, muitas manifestações. Tinha um movimento estudantil também crescente e como repórter participava muito disso trabalhando nas matérias, estudando e me informando a respeito. De alguma forma, a minha formação acontece aí. Na verdade, foi dentro do jornalismo que eu acabei me formando. Adquirindo um conhecimento do mundo que eu acho que é possível, mesmo não sendo formal, em Universidade. Mesmo assim, eu acho que eu deveria ter feito, poderia ter sido mais completo. Acho que um pouco aconteceu assim na época. Quando veio a ditadura militar a

minha geração, nós todos ficamos muito indignados. A classe média. Porque a gente tinha vivido dentro da liberdade, desde 1945 a 1964 era um regime razoavelmente democrático, o período do Getúlio, Juscelino, Jânio, Goulart. A nossa geração tinha se acostumado a viver num regime democrático e quando veio a ditadura, os militares, isso nos deixou indignados. Essa indignação dentro da classe média, como eu, pequeno burguês, a nossa reação é uma reação de revolta moral. A minha adesão ao pensamento de esquerda não é uma adesão que vem do estudo do marxismo etc., vem de uma revolta moral. É uma questão assim: como é que esses caras podem fazer isso? Nós vamos lutar contra eles.

**V. M.:** E como foi a sua adolescência? O que você lia, via no cinema, o que você escutava? Quais foram, assim, as suas referências, até mesmo em termos de jornalismo?

**C. A.:** Bom, como eu vivi no interior um tempo, era um bocado limitado. Mas eu lia muita literatura romântica, Alexandre Dumas... Depois uma coisa que eu acho que marcou a minha geração toda foi Monteiro Lobato, com aquela coleção infantil. Eu acho que aquilo ali foi a Universidade de muita gente, a minha pelo menos, ou aquilo que eu entendia de mundo naquela época. Atribuo a Monteiro Lobato uma postura, uma influência revolucionária sob a classe média da época. Eu acho que foi um grande revolucionário. E a literatura infantil dele transformou as cabeças, a minha inclusive. Lia de tudo que pegava em termos de literatura estrangeira. Mas quando eu vim para capital comecei a ter um contato maior com a literatura brasileira, Jorge Amado, Graciliano Ramos, enfim, e também com a literatura estrangeira. Gostava muito dos franceses: Maupassant, Balzac, etc. Essa é uma formação romântica porque muito baseada na literatura romântica do século XIX. Então a gente era meio nessa linha. Hoje se fala do romantismo entre aspas, como se fosse uma coisa meio *down*, meio menor. Porque o romântico se contrapõe a uma coisa objetiva. Eu me refiro ao período romântico, uma época histórica, de grande atividade, em que as pessoas se predisuseram a fazer as coisas, transformações, revoluções...

**V. M.:** É, a revolução francesa foi embasada no pensamento romântico.

**C. A.:** Se você pegar o Alexandre Dumas, ele é um grande escritor... o *cara* dizia que tinha que ter revolução todo dia, em toda parte. Quando Garibaldi estava na Europa, Dumas ficou quatro anos lutando

com o Garibaldi, no meio da tropa. Então o romântico é isso, ele faz o trabalho intelectual e luta também. Eu acho que a nossa geração teve um pouco disso aí. Talvez tenha sido a última que as pessoas se dispuseram a pegar em armas e falar “Vamos tomar aquele quartel”, como o brigadeiro Eduardo Gomes, quando era tenente, na Revolução de 1924, aqui em São Paulo. Ele se juntou com outro cara e foram tomar um quartel. Daí começa a revolução de 1924. As coisas são assim, eu não sou assim, estou dizendo que essas foram as influências, essas são as ideias que, de alguma forma, na minha geração estavam presentes.

**V. M.:** Na época em que você trabalhava na revista *Realidade* o que te chamava mais atenção nas artes (literatura, cinema, música...) e no jornalismo?

**C. A.:** Bom, aí a gente vinha com tudo isso dentro da cabeça. Desse passado romântico. Eu gostava muito do cinema italiano, do Fellini. A gente tinha muita influência do *New Journalism*, o jornalismo americano. As grandes revistas, as grandes reportagens: o cara estava em *Sierra Maestra*, com o Fidel Castro; estava na Índia, com o Gandhi. Esses repórteres americanos de alguma forma, influenciaram a minha ideia a respeito do jornalismo. Eu comecei em 1959 no jornalismo, trabalhei no jornal *Última Hora*, no “Estadão”, depois na “Folha”. Dali começamos a formar um grupo que discutia aquela maneira de fazer jornalismo. A gente imaginava uma forma diferente de fazer jornalismo, achávamos que tínhamos que fazer um jornalismo mais ligado aos problemas do povo, mais ligado aos problemas da população, isso tudo, assim, muito improvisadamente, não como uma coisa planejada, discutida. Mas achávamos isso... que o jornalismo tinha que transformar. E foi com essa mentalidade que a gente foi parar na revista *Realidade*. Eu e essas pessoas éramos amigos já de outro lugar, como o Sérgio [de Sousa], José Hamilton Ribeiro, Paulo Patarra, Hamilton Almeida, o Myltainho [Mylton Severiano], o [José Carlos] Marão, enfim, tinha um bando de gente. E de repente a gente se viu ali. Vínhamos fazendo o nosso trabalho de grande reportagem e fomos formando de uma turma que pensava diferente – tinha o Murilo Felisberto também – mas a gente pensava em fazer um jornalismo mais ligado aos problemas, pensava em romper com aquela fórmula alienada de fazer. Então, quando a gente se vê dentro da revista *Realidade* e percebe que o padrão tem uma fórmula insuficiente, nós reformulamos a proposta dele e criamos uma nova proposta (tinha acabado de haver a ditadura militar há um ano e meio antes). A nossa

proposta era – como não se podia confrontar diretamente a ditadura na discussão política, porque existiam partidos cassados, não se podia discutir política abertamente, como por exemplo, a questão do socialismo, da luta dos trabalhadores, etc. – nós vamos para a *Realidade* traduzir isso aí em termos de jornalismo, mas de uma forma baseada na área de costumes. *Realidade* se destaca, principalmente, por debater o comportamento, os costumes. Como, por exemplo: “como que a juventude se vê dentro da vida?” O Movimento Feminista estava surgindo em toda a parte, a questão da virgindade, do casamento, do divórcio. Eu, em particular, não trabalhei muito nessa área. Me interessei nessa fase de *Realidade* em fazer reportagem na fronteira, fui pra Amazônia fazer matéria sobre índio, garimpeiros. Fui pro lado do *povão* lá longe. Também fazia reportagens de aventura. Os outros trabalharam muito esses assuntos, a questão do comportamento etc. Mas aquelas ideias que estavam ali presentes eram consequências daquele momento de efervescência. Tinha a guerra no Vietnã, a guerra de libertação na África, no Laos... Em vários lugares os povos todos estavam se levantando. Tinha o imperialismo americano, aquela situação de defensiva. O movimento de 1968, na França, por exemplo. Não é que ele inspirou o que houve no Brasil. No Brasil aconteceu ao mesmo tempo. O movimento estudantil que estava acontecendo aqui, estava acontecendo lá também, só que lá teve uma dimensão muito maior, levou o movimento operário a se manifestar. Aqui não, porque a ditadura já tinha devastado o movimento operário quatro anos antes. Mas a gente vivia esse clima, não é? Então você nota, na literatura era assim, no cinema era assim, na política era assim. Era uma efervescência muito grande. Nós, em *Realidade*, passávamos o tempo todo discutindo o que fazer para levar essa ideia à população e levar esta transformação para a sociedade. A questão da participação, do protagonismo do povo. Você vai ver em *Realidade* muitas reportagens procurando mostrar as pessoas simples do povo, na sua vida, nas suas dificuldades. Um repórter vai para dentro de uma mina de carvão, o outro vai para uma tribo de índios, o outro vai viver a vida de um operário numa fábrica, o José Hamilton. Então, nós tentamos mostrar essa outra coisa e isso repercutiu, de repente isso bateu de uma forma que o público adorou. Nós começamos com 300 mil exemplares no primeiro número, no terceiro era 400 mil, ou uma coisa assim. A cada número aumentava a tiragem, de tal maneira isso impactava. Tinha matérias compradas do exterior também, importantes e boas. E era uma pauta absolutamente nova para o Brasil. O resto da imprensa não dava isso, então era um grande impacto. A televisão ainda era muito incipiente,

estava começando. Ainda é o momento da revista. Logo depois a televisão vai superar a revista de grande porte, tal como era *Realidade*.

**V. M.:** Você acha que os filmes brasileiros do Cinema Novo (Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra...) e os romances latino-americanos do chamado realismo mágico (Gabriel García Márquez, Vargas Llosa, Julio Cortázar...) possam ter influenciado no trabalho de produção da revista *Realidade*?

**C. A.:** Olha, o Realismo Mágico veio um pouco depois. Agora essas coisas importantes que você está se referindo que foram o CPC da UNE, deram origem a um grande esforço da música popular brasileira, do teatro, do cinema – Glauber Rocha – tudo aquilo era uma coisa só, era tudo interligado. Eram várias coisas, evidentemente, mas dentro de um tipo de pensamento unificado. Nós fazíamos parte daquilo. Nós não tínhamos apenas sido influenciados, nós éramos parte daquilo. A revista fez parte desse movimento. Se você pegar a revista, está lá falando sobre esses assuntos, sobre a música popular, sobre a Bossa Nova. É claro, tem umas coisas bem de antes, mas outras vêm junto com a gente e nós damos embalo para essas coisas crescerem. Ao mesmo tempo, falamos sobre movimento estudantil, de futebol, de esporte, enfim. O tempo todo a revista estava muito ligada nas coisas que estavam acontecendo e as coisas que estão acontecendo não só influenciam a revista como a revista, em seguida, influência esses movimentos todos. Nós estávamos ali. Tinha a peça do Chico, “Gota D’água”, “Morte e Vida Severina”, do João Cabral de Mello Neto, e tudo isso era nossa inspiração e também, de alguma forma, a gente influenciava porque entrevistava esses *caras*, trabalhava com eles. Com isso o público se informava e interagiu muito. Então a revista era um elo entre os movimentos culturais e políticos, com o que estava acontecendo naquela hora no país. Ela foi muito feliz neste sentido, tanto o acaso ajuda quanto as condições também. As circunstâncias ajudam e acho que uma revista como aquela só seria possível naquele momento, essas coisas não se repetem. Tudo faz parte de momento.

**V. M.:** Acredita que o *New Journalism* norte-americano de 1960 possa ter influenciado no formato e na proposta da revista *Realidade*? Você chegou a ler nesse período os livros de Truman Capote, Tom Wolfe, Norman Mailer?

**C. A.:** Pois é, sempre que perguntam isso. Eu acho que algumas pessoas dentro da equipe acham que sim. Mas eu não sei até que ponto

alguns estavam informados. Eu tinha um amigo na *Realidade* que saiu no começo, era o Murilo Felisberto. Ele era uma pessoa que estava sempre muito ligada ao jornalismo americano e ao jornalismo europeu. Possivelmente ele era a pessoa que estava mais informada sobre isso. Eu, pessoalmente, não acho que tenha sofrido uma influência direta mas, evidentemente, na época a gente leu Truman Capote, o livro “A sangue frio” era um sucesso dentro da equipe.

**V. M.:** Foi contemporâneo, não é?

**C. A.:** Sim, quando foi lançado o livro nós estávamos ali. O Norman Mailer também, mas não com o mesmo sucesso. Mas ao mesmo tempo o que estava saindo naquele instante? “O Grande Sertão Veredas”. E nós também adoramos aquilo! Fazia parte do Brasil que a gente estava descobrindo. Eu fui para o meio dos índios, fui para o Piauí, mostrar o sertão mais distante. E tudo isso, de alguma forma, faz parte do processo. Mas eu não identifico no jornalismo americano a fonte. O pessoal costuma fazer essa transposição mecânica “porque os caras viram como era o Novo Jornalismo americano e aí fizeram...”. No meu caso, não me inspirei nisso, não sei se alguém lá. Mas, de qualquer forma, a gente sabia que isso existia. O Truman Capote, a gente tinha visto e achava interessante. Muito interessante a grande reportagem feita com todo o detalhe da apuração. Mas não acho que haja uma relação.

**V. M.:** Por que existe no Brasil uma tradição de confluir exercício jornalístico como exercício literário, como o Euclides da Cunha, João do Rio... não é ?

**C. A.:** Você sabe que para mim o grande livro literário, ainda que ele crie os personagens, alguma coisa ele tem algo de jornalismo. Olha o “Grande Sertão Veredas” e então você vê o contrário, “Os Sertões” do Euclides da Cunha, que é jornalismo. Mas, se você olhar, aquilo é literatura. A diferença foi que ele não inventou os personagens. A diferença é que – exagerando aqui – o grande livro literário ele mesmo quando está criando os personagens ele está trazendo a realidade. Por isso que eu gosto dos franceses do século XIX, como o Flaubert, Balzac, Maupassant. O que eles fazem? Eles revelam os personagens como numa grande reportagem. Nós, na *Realidade*, fazíamos muitas reportagens com tom de ficção. Em muitas matérias é através dos personagens que se constrói a grande reportagem. Eu fiz isso várias vezes, naquele número um, chamada “Esse Petróleo é meu”, em que eu escolho uma equipe de



petroleiros e conto a vida deles enquanto estão trabalhando alí até tirar o petróleo. Foi uma semana que eu fiquei com eles. E fala da família, da vida dos *caras*, não sei mais o quê. E isso é como um filme. Se você pegar aquela matéria aquilo é o roteiro de um filme. Até um documentário ou um filme de ficção se você desenvolver mais os personagens. Eu acho que o nosso modo de trabalhar – é claro, cada um tinha seu estilo ali – era muito próximo do literário, sem perder a referência do jornalismo, isto é, os fatos serem verdadeiros, bem apurados.

**V. M.:** Como era o trabalho de Sérgio de Sousa (editor de texto)? Em *Realidade* houve substituição do copidesque pela figura do editor de texto, o que tornou o conjunto dos textos menos homogêneo e valorizou a questão autoral. Como foi isso?

**C. A.:** Exatamente, ele não só não pasteurizava como ressaltava o teu trabalho. Ele era tão delicado, tão competente e modesto, que a contribuição que ele dava, que era importante, ele não fazia questão que ela aparecesse. Ele fazia o seu texto ficar melhor. Ele chamava o repórter, não riscava nada, só marcava com uns círculos e sugeria “quem sabe aqui caiba melhor...”, “essa parte aqui, se você puder colocar mais no fim da matéria, quem sabe não fica melhor?” Ele era um cara que dava aquele reforço na qualidade, aquela unificação de certa maneira, do estilo da revista sem prejudicar a individualidade de cada repórter.

**V. M.:** Qual era o peso político e artístico da valorização da autoria na produção textual da revista *Realidade*?

**C. A.:** Bom, ela fazia parte da imprensa comercial também. Mas eu não entendi qual é a diferença política ou artística. Eu sei que são coisas diferentes porque num jornal diário você tem que usar aquela informação direta, seca, objetiva. Você faz a apuração e aquilo vai passar para o copidesque, enfim, é isso aí. Ele vai despessoalizar. Agora, no caso, a gente desenvolveu um estilo em que de um lado você transmite a informação e do outro você a transmite através de contar uma estória. Mas, se você notar, a revista *O Cruzeiro* já fazia isso. Só que ali não havia um compromisso com a informação. Tinha muita “cascata”. Mas a estória já estava presente lá. *O Cruzeiro* já representa um exemplo de jornalismo no Brasil antes da *Realidade*. É diferente, mas tem muita coisa de semelhante. É como você carregar o leitor através de uma estória, com personagens, com protagonistas. Por exemplo, a matéria sobre o Piauí ele tem toda uma estória e personagens que transportam o leitor. Mas se você

vir dentro da matéria tem muito dado, muito número. O Piauí tem tantos habitantes, tantas plantações de mandioca, tantos jumentos. Então, normalmente, se você pega um texto assim, não vai ler. Dificilmente o leitor vai ficar a fim de ficar ali lendo. Então, você tem personagens, uma estória que justifique você passar por aquilo. Eu acho que essa é fórmula que a *Realidade* desenvolveu e que, do ponto de vista artístico, teve uma importância que acrescentou no jornalismo brasileiro. Do ponto de vista político, isso tem um reflexo político direto na sociedade, no ponto de vista que você consegue fazer um jornalismo que efetivamente leva a mensagem para alguém. Jornalismo é isso: você tem uma informação e consegue passar para alguém e esse alguém consegue ficar informado e, com isso, consegue transformar a vida de alguma forma. Não que o jornalismo transforme a vida da pessoa, mas a pessoa bem informada pode fazer suas escolhas de uma melhor forma. Eu acho isso.

**V. M.:** Como foi a sua entrada na revista *Realidade*? Com essa estória começou pra você?

**C. A.:** Bom, começa na revista *Quatro Rodas*, quando eu saí de *O Cruzeiro*. Eu fui convidado pelo Paulo Patarra para trabalhar na *Quatro Rodas*. Eu fui porque, primeiro, o salário era bem melhor e, segundo, a equipe que estava lá era com quem eu queria trabalhar, o Sérgio de Sousa, o José Hamilton. Tinha uma proposta de fazer uma transformação na revista “*Quatro Rodas*” e, também, por debaixo do pano, o Paulo Patarra já ia falando, “olha, nós temos uma ideia aqui, vai surgir uma revista de atualidades na Editora Abril e eu tô querendo juntar um grupo de pessoas do meu lado para que, quando for a hora, a gente possa oferecer nossa proposta”. Por isso eu fui parar, em 1965, na revista *Quatro Rodas*. Logo o Paulo Patarra me propôs uma matéria que era assim: “você vai visitar as aldeias dos índios pela Amazônia inteira e trazer uma grande matéria sobre a situação dos índios hoje”. E “*Quatro Rodas*” tinha uma matéria todo mês que se chamava Turismo com mapas, indicações, hotéis. Ele então disse “neste mês nós vamos fazer uma coisa com os índios, só que não vai ter hotel nem nada; vai ser só as tribos e a situação delas”. Justificou lá com a empresa que era para fazer uma matéria para as pessoas irem conhecer as aldeias mas na verdade era outra coisa. Tanto que eu fui estudar o assunto e falei: “olha, dá para fazer a matéria, é uma matéria maravilhosa, só que não é uma matéria turística; eu não vou recomendar para os caras irem lá! Até porque vai só prejudicar os índios”. Então, ele fez isso, muito de propósito, para poder provar para empresa que a equipe era capaz de fazer as grandes matérias. Ele me deu essa

incumbência, eu fiz a matéria, uma matéria que deu 40 páginas e saiu na revista “Quatro Rodas” em fevereiro de 1965 e que eu fiz no fim de 1964. Foi um exemplo de como nós podíamos fazer reportagens. Depois, quando o projeto saiu, o Paulo Patarra me colocou lá e acabou assumindo a direção do projeto e chamou as pessoas com quem ele já vinha trabalhando. Uma parte estava em *Quatro Rodas*, a outra estava no *Jornal da Tarde*. Eram pessoas com quem a gente já tinha trabalhado, em quem a gente confiava e que tinham a mesma preocupação. Deu esse resultado absolutamente além do que a gente tinha previsto.

**V. M.:** Como foi conviver e trabalhar com pessoas como Narciso Kalili, Paulo Patarra, Sérgio de Souza, Roberto Freire, João Antônio? Como é que funcionava nos bastidores?

**C. A.:** Era muito agradável. Era uma turma. Não tinha uma organização hierárquica definida. A gente não estava falando com o chefe. Estava falando com o Paulo Patarra, meu amigo. Meu colega, meu companheiro, que está exercendo essa função. E nós éramos muito rebeldes e não dava para nos tratar, se não fosse exatamente todos de maneira muito igual. Fazíamos aquelas reuniões da pauta, discussões.

**V. M.:** Como funcionavam as reuniões de pauta? Qual era o critério de escolha dos temas para as pautas?

**C. A.:** A gente preparava os temas na véspera, ia pensando, discutindo, até, às vezes, íamos na casa de alguém pra discutir. Até apresentarmos para o patrão, no caso, Robert Civita, o diretor da revista na época. Então nós apresentávamos as nossas propostas. Muitas delas articuladas antes para poder ter mais chance de apresentá-las bem. Às vezes por escrito, às vezes só oralmente. E defendíamos as matérias ali e criamos todo aquele sistema de assuntos: juventude, mulher, etc., ficou fácil. A relação entre essas pessoas era de muita amizade, uns mais, outros menos. Uns eram mais distantes mas, no geral, era de muita amizade. Saíamos para almoçar juntos uma vez por mês. Quando a gente recebia o salário fazíamos um grande almoço, tomava-se um vinho e nesse dia ninguém trabalhava. Mas era muito divertido. É isso, o tempo todo a gente estava trabalhando e também estava se divertindo.

**V. M.:** Muito obrigada pelo seu depoimento.

Entrevista concedida em São Paulo no dia 7 de dezembro de 2009.

**V. M.:** Você mencionou que a sua formação intelectual foi autodidata e muito amparada em suas vivências no jornalismo. Como começou a sua relação com a leitura e a escrita na infância e juventude? Qual foi o papel da família na sua formação intelectual?

**C. A.:** Estudei em colégios particulares (que eram piores que os públicos) até completar o segundo grau (antigo Clássico). Tentei entrar na USP em Ciências Sociais, mas não consegui passar. Não estava preparado e também já me empolgava com o jornalismo (era repórter do “Estadão”, em 1960). Desisti de estudar porque achava que o jornalismo iria ser minha escola suficiente. Mas lia bastante (desordenadamente) em geral Literatura. Desde garoto as palavras me atraíam. Aos sete anos era ainda analfabeto, mas fingia que lia uma revista policial, a X-9, única coisa que havia na casa da fazenda onde morava. As revistas eram do dono da fazenda, meu pai era o administrador (gerente). A fazenda ficava na região hoje chamada de Pontal do Paranapanema, São Paulo, e às margens do rio Paraná, majestoso, que me fascinava. A revista não tinha fotos só algumas ilustrações e umas grandes capitulares que davam início a cada conto policial. Ficava admirando aquelas letronas: A, Q (eu adorava o Q). Quando ia à cidade, casa de meus avós maternos em Presidente Venceslau, ficava vidrado nas revistas em quadrinhos de meus tios (Globo Juvenil, Gibi, histórias do Fantasma, do Mandrake...) mas não sabia ler. Meus tios liam alguma coisa para mim. Passados alguns meses, ano de 1947, já estávamos em outra fazenda, enfiada no sertão da Serra do Diabo, era a última fazenda antes da floresta total, essa era de propriedade de meu pai. Moramos algum tempo num rancho de pau-a-pique (via a lua pelas frestas da parede de troncos). Meu pai levou uma ou duas revistas em quadrinho, acho que era o Gibi. Havia uma família de super-heróis, os Marvell. Eu enchia minha mãe para ler para mim. Ela leu várias vezes as mesmas histórias para mim e minha irmã menor. Enquanto ela lia eu ia reparando nas letras. Logo eu era capaz de fingir que estava lendo para minha irmãzinha. Então, meu pai decidiu me alfabetizar (Ele era instruído, havia feito o ensino médio no Colégio Mackenzie, na capital paulista). Num papel, desenhou as vogais de um lado e as consoantes de outro. Identificou cada uma para mim. Eu reconheci as letras iguais às da revistinha. Aí ele mostrou como elas se combinavam para formar palavras. Acho que ele não deu mais que duas

aulas. Peguei a revista e li de verdade. Nunca mais parei. Nesse rancho em que morávamos, minha mãe, minha irmã e eu (meu pai ia e vinha, sempre viajando), havia um pedaço de um livro, que minha mãe lia aos poucos para mim. Era a história de um menino chamado Huck e suas aventuras pelo rio Mississipi. Ela lia uns trechos e dava muita risada, mas não pude conhecer toda a história porque o livro não estava inteiro, faltavam muitas páginas. Anos depois procurei esse livro *As aventuras de Huckleberry Finn*, de Mark Twain, e compreendi porque minha mãe ria tanto. Eu levava uma grande vantagem sobre os meus coleguinhas. Meu pai era muito mais preparado do que os pais deles. Na minha casa havia livros, bons livros como o Decameron, a coleção Tesouro da Juventude, revistas (*O Cruzeiro*) e se discutia política. Havia rádio e depois até uma vitrola, discos. Meu pai falava corretamente e nos ensinava. Era pobre, mas não era pão duro. Tínhamos nosso dinheirinho para ir ao cinema, assistir faroeste e comédias, tomar refrigerante e comprar balas.

Devo muito de minha primeira formação cultural às revistas em quadrinho. No ano seguinte, 1948, com 8 anos, mudamos para a cidade, pequena cidade nas margens do rio Paraná, Presidente Epitácio. Entrei na primeira série, mas ali não aprendi quase nada. Aprendia nos quadrinhos. Epitácio era longe da capital, 700 km por estrada de ferro, 24 horas de viagem. O trem nos conectava com o mundo. Para mim, havia uma coisa especial: toda sexta-feira descia do trem ali pelo meio da manhã um senhor carregado com dois sacos. Nos sacos vinham jornais e revistas. Muitas vezes eu, levando minha irmã, ia interromper a marcha do vendedor (esqueci seu nome) no calçadão de uns 250 metros que separava a estação ferroviária da primeira rua da cidade. Ele punha os sacos no chão e ia me mostrando o que havia trazido. Gibi, Guri, Globo Juvenil, Fantasma, Mandrake, Superman etc. Acho que a Editora Globo começou a publicar uma série espetacular chamada *Edições Maravilhosas*, que era mensal, penso, era uma revista em quadrinhos resumindo um romance famoso. Lembro de ter me introduzido na literatura internacional através dessas revistas. Ali eu li *Moby Dick* (Hermann Melville), *Ivanhoé* (os cavaleiros da Távola Redonda) de Walter Scott, *Robin Hood* (lenda inglesa, acho que o autor é desconhecido), *O príncipe e o mendigo* (Mark Twain), *O corcunda de Notre Dame* (Victor Hugo), *O Conde de Monte Cristo*, *Os três mosqueteiros*, (os dois do meu herói, Alexandre Dumas), *Oliver Twist* (Charles Dickens), *Vinte mil léguas submarinas*, *A Ilha Misteriosa* (os dois de Júlio Verne), *Robinson Crusóé* (Daniel Defoe), *Volta ao mundo em 80 Dias* (Júlio Verne), e outros. Por essa época eu deveria ter entre 9 e 10 anos. Lembro de uma pequena revista, era uma

tira de um quarto de página, uns 10 centímetros de altura e a largura de uma folha tamanho ofício, chamada Xuxá. Ela me introduziu nas histórias dos índios pele-vermelhas dos Estados Unidos, as histórias de pradarias e búfalos e cavalos etc. (De cavalos eu entendia, montava bem desde os seis anos de idade). Havia também duas revistas brasileiras, o Tico-tico com as histórias de Reco-Reco, Bolão e Azeitona, três meninos trapalhões. A outra, não lembro o nome, mas era legal, tinha histórias de bichos, como fábulas brasileiras, escritas por Viriato Correia, a tartaruga, o coelho, o macaco, a "comadre" onça etc. Hoje penso que meu pai foi bem generoso. Ele pagava mensalmente ao vendedor de revistas, me dando liberdade de comprar, não devia ficar barato. Mas ele entendia a utilidade daquilo. Aos onze anos fui para o colégio interno. Lá não eram permitidos livros e revistas, só os do curso ginásial que eu estava começando a cursar. E a Bíblia. Era um colégio evangélico. Cada interno tinha uma Bíblia, Velho e Novo Testamento. Veja bem, a Bíblia! Lá em casa não se praticava qualquer religião. Minha mãe se dizia católica, rezava, mas não era carola, nem frequentava igreja (a mãe dela, minha avó, achava Deus no mínimo um incompetente, e nos sofrimentos familiares blasfemava olhando para o céu e agitando os braços. Engraçado, quando havia chuva de vento, ela punha as crianças embaixo de mesas e camas e rezava para Santa Bárbara, acalmadora das tempestades). No colégio interno nos estimulavam a ler a Bíblia, a todo momento os diretores e monitores estavam lendo trechos etc. Ali conheci a história de Jesus, gostava de suas parábolas, enfim o Novo Testamento eles se encarregaram de me dar a conhecer. Já o Velho Testamento eu achava fascinante e lia mais por minha conta nos longos domingos (no domingo não se podia fazer nada, nem jogar bola, só dormir, descansar). Deitado em minha cama, lia o Velho Testamento e suas histórias incríveis (em vários episódios nós alunos víamos situações picantes). E assim eu vim a ser um pouco conhecedor da Bíblia.

Aos onze anos, fiquei doente. Uma estranha doença, jamais diagnosticada. Uma das minhas pernas, a direita, começou a inchar, inchar, a canela ficou mais grossa do que a coxa. Com febre, fiquei de cama no alojamento do colégio interno, acho que nem pude fazer as provas do primeiro semestre. Chegaram as férias de julho, fui para minha cidade. O médico da cidade achava que podia ser sintoma de osteomielite, paralisia infantil. Encheu-me de antibiótico e me proibiu de sair de casa. Férias de julho e eu obrigado a ficar no meu quarto? Felizmente, um tio (Amauri, irmão de meu pai) tinha a coleção completa de *Tarzan* (acho que 12 volumes), de Edgar Rice Burroughs. Li quase todos febrilmente, dia e noite. Acho que não terminei porque lá pelo meio das férias comecei

a me sentir muito bem, sem nenhum inchaço. E como minha mãe não me deixava sair pela porta, eu pulava a janela e ia brincar com os amigos, ia no rio nadar, essas coisas que deixavam minha mãe de cabelo em pé. Em agosto, acho que era 1952, voltei às aulas. E não demorou para minha perna inchar de novo. Então, minha mãe veio me buscar e me levou de trem para São Paulo, onde tínhamos os parentes do meu pai. Em São Paulo, fiquei na casa de um tio, cunhado de meu pai. Entre uma consulta médica e outra, o que fiz? Meu tio havia comprado a coleção completa de Monteiro Lobato para as crianças, acho que são 18 volumes. Devo ter ficado 15 dias na casa dele, li pelo menos um livro por dia. E foi assim que minha formação intelectual inicial se completou. Com uma revolução porque ali descobri o Brasil e os meios de transformar nosso país numa potência: o ferro, o petróleo etc. etc. Foi ali que me senti brasileiro. Aos 12 anos! E arriscava escrever: Em 1953, durante uma seca no Nordeste, fiz um texto que li no plenário mensal que se fazia para os alunos do colégio se apresentarem (dançar, cantar, representar). Meu discurso era uma crítica dura ao governo de Getúlio Vargas por não tomar providências contra a seca. O diretor do colégio, que estava presente, não gostou que eu criticasse o presidente, mas não disse nada. Mas eu percebi que não gostou. E os aplausos foram chochos. Quando terminei o ginásio (1o. grau) e deixei o colégio interno, havia aprendido algumas coisas. Adorava História Geral e gostava menos de História do Brasil. Ia bem em português e mal em matemática. Gostava de Geografia. E conhecia a Bíblia melhor que a esmagadora maioria dos garotos da minha idade. Detestava canto orfeônico, desenho e trabalhos manuais. Nas férias, em Epitácio, comecei a acompanhar futebol pelo rádio e lendo a *Gazeta Esportiva*. Mas não jogava, não tinha aprendido a jogar futebol direito. Gastava tanto comprando jornal que meu pai suspendeu minha conta com o vendedor. 1955. Tinha 15 anos. Fomos morar em Presidente Prudente. Num colégio público, vivi um ano atribulado, aquelas revoltas adolescentes, brigas com colegas. Mas tive um professor de português que me abriu a chave da raiz latina das palavras. Passei a entender melhor as palavras e o sentido que elas têm. Fiz curso de datilografia para poder trabalhar. Meu pai me arranhou um emprego no escritório de um advogado amigo dele. Mas não havia nada a fazer. O cara tinha muitos livros. Tentei ler a *Utopia*, de Thomas Morus. Mas toda vez caía no sono. Ganhei uma pequena máquina de datilografia. E nela escrevia longas reportagens descrevendo jogos imaginários de futebol em que meu time de coração, o São Paulo, sempre ganhava. Reprovado na escola, quis ir para São Paulo. Em 1956 meu pai me arranhou um emprego na capital como datilógrafo e

me matriculei num colégio particular para poder passar. Morava em pensão e vivia "duro". Nesse período, quase não li. Completei minha formação como torcedor de futebol frequentando o Estádio do Pacaembu sempre que podia. Até joguei um pouco futebol de salão. E ouvia muito rádio. Colégio medíocre, só para passar de ano.

Em 1957, larguei o emprego (para bronca de meu pai), me larguei em férias em Epitácio. O que fazer agora? Sem emprego. Um amigo providencial, que trabalhava e estudava em Campinas, disse que podia me arranjar emprego no seu escritório. Me mandei para Campinas. Morando em pensão, conheci pessoas que liam Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado e foi assim que aos 17 anos desembarquei na literatura brasileira. Ler *Capitães de areia* aos 17 anos é um acontecimento! Fui estudar num colégio público famoso, o Culto à Ciência, mas pouco aproveitei. Preferia ficar fazendo uns textos subjetivos que, vez por outra, publiquei no jornal *Correio Popular* e também no jornal da Faculdade de Filosofia da PUC, com ajuda de um amigo que estudava lá. Depois, apareceu um jornal de alguém que era candidato a qualquer coisa meus amigos e eu conseguimos acesso a uma página por edição, que acho que era mensal, para escrevermos crônicas e poesias e que chamamos *Cartel literário*. Alí eu já estaria mordido pela mosca do jornalismo. Dois anos depois, a mesma pessoa que nos arranjara aquela página de jornal, iria arrumar para mim uma vaga no jornal *A Hora*, um vespertino popular que havia em São Paulo. Entrei no jornal como foca em dezembro de 1959, ao fazer 20 anos. Aí começa a fase de ler Hemingway, Maupassant, Balzac, Zola, Fernando Pessoa, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino etc. etc.

Aos 25 anos, a grande revelação foi *Grande Sertão Veredas*, do Guimarães Rosa, um clarão. E era tempo de ir muito a cinema, Fellini principalmente.

**V. M.:** Como você compreende hoje a sua relação com os livros, a literatura e a escrita?

**C. A.:** Se é que entendi sua pergunta, é a relação mais íntima, mais presente em meu dia-a-dia, junto com a relação com a minha companheira. Estou sempre lendo ou escrevendo. Hoje leio menos um pouco literatura e mais livros políticos, ensaios, biografias etc. e, claro, o tempo todo, textos jornalísticos. Com o passar dos anos (agora tenho 74) tenho menos contatos pessoais, pouco frequento amigos pessoalmente (há a Internet, onde a gente se comunica bastante). Então, estou sempre



lendo, algumas vezes escrevendo...

**V. M.:** Você disse que nasceu na capital mas foi criado no interior. O que o motivou a vir para a capital?

**C. A.:** Nasci em São Paulo. Como havia poucos recursos naquele sertão onde moravam, meu pai decidiu vir para junto da família dele em São Paulo e para meu parto desfrutar do serviço público da Maternidade de São Paulo, rua Frei Caneca, Bela Vista. Meu parto foi gratuito. Minha mãe e eu ficamos ainda por quase um ano na casa da minha avó paterna antes de irmos de volta à fazendinha que meu pai estava abrindo em Marabá, perto de Pres. Venceslau, alta sorocabana, Pontal do Paranapanema. Fui criado no interior, ora na fazenda ora em Venceslau e em Epitácio e íamos às vezes à capital naquelas inesquecíveis aventuras de trem que duravam 24 horas quando não havia maiores atrasos. Resolvi vir para a Capital quando não me dei bem em Presidente Prudente, reprovei na escola, meus amigos vieram fazer cursinho em São Paulo (tinham mais grana). Já contei que meu pai arrumou emprego para mim na capital, fui morar numa pensão e estudar num colégio fácil de passar. E vivia "duro".

**V. M.:** O que você pensa sobre a exigência do diploma para o exercício do jornalismo?

**C. A.:** Apesar de ser um jornalista sem diploma, acho que é necessário ter um curso universitário. Não precisa ser um curso de jornalismo, mas um curso que envolva ciência política e social, filosofia, história geral e do Brasil, português e alguma outra língua. O curso de jornalismo como condição obrigatório para o exercício da profissão me parece algo aberrante, como as ligas de artesãos do tempo do mercantilismo (lá por 1300 ou 1400). Quero acrescentar que considero o jornalismo uma profissão como as outras, estou fora desse incensamento que se faz, como se jornalismo fosse uma religião, uma causa, e o jornalista um ser diferenciado. Um jornalista, além de bem formado e bem informado, só deve ser ético, ser honesto e consciente do mundo em que vive, do seu país e de seu povo. Ser coerente. Não se corromper, não submeter às ideias patronais. Ter a realidade dos fatos como critério da verdade. Difícil, não?

**V. M.:** Qual é a sua atividade na atualidade? Ainda escreve profissionalmente?

**C. A.:** Sim. Como *free lancer*, sou repórter, editor de texto e de livros, diretor roteirista e editor de TV. No momento atual, estou participando de uma série de documentários para TV, como roteirista e editor. E atuando como editor na preparação de um livro.

Entrevista concedida por *e-mail* no dia 21 de janeiro de 2014.

## ANEXO C

### ENTREVISTA COM MYLTON SEVERIANO

**V. M.:** É lugar-comum nos trabalhos científicos associar imediatamente a revista *Realidade* ao *New Journalism*. O que você me diz?

**M. S.:** É um equívoco. Um engano. Quando comecei a trabalhar na revista nunca tinha ouvido falar no *New Journalism*. Vim a conhecer quando já havia saído da revista. Mesmo a nossa turma não havia percebido ainda esse tal de *New Journalism*. Tanto que a gente nunca publicou Norman Mailer. E publicávamos muitos trabalhos estrangeiros. A gente veio conhecer mesmo o Norman Mailer melhor na década de 1970, aí publicamos alguma coisa no jornal alternativo *Ex*. A turma fez um livro-reportagem, aliás esta denominação teve origem com este livro que lançamos, dando origem a uma linha de publicações com a mesma classificação, mas que teve curta duração, quatro livros, devido à repressão. É preciso apurar para saber quem é que cunhou esta expressão. Antes dele já havia grandes peças de jornalismo. Aliás este termo “novo” é muito comum, normal até. Muito querido pela publicidade.

**V. M.:** Mylton, é muito importante ouvir de você. Autores então como Norman Mailer, Gay Talese, Tom Wolfe, Truman Capote, não influenciaram diretamente a revista?

**M. S.:** Eram autores que ficaram na moda, de verdade, na década de 70. A revista *Realidade* foi uma invenção da turma, foi uma invenção do Paulo Patarra; é dele a sua fórmula. Tem uma pensata dele que nunca foi publicada e a gente nunca conheceu. É inédita. Ele não mostrou a ninguém, pois escrevia para ele mesmo. Nesta pensata, ele expõe a ideia de uma revista para aquele momento. A ideia saiu da cabeça dele e foi aliada a uma equipe que era “a seleção de setenta”. A revista se tornou imbatível. Era uma equipe escolhida a dedo, pois ele e o Sérgio escolhiam bem quem entrava. O Paulinho dizia: “Tem que ser bom de texto e bom caráter!”

**V. M.:** Mylton, quais foram os elementos que fizeram parte da sua formação intelectual? Como foi a sua formação intelectual em termos jornalísticos e literários?

**M. S.:** O Monteiro Lobato é recorrente. Entrevistei todos os sobreviventes, praticamente, por causa do livro. Eu tenho, ao todo, dezoito entrevistas. Invariavelmente, na infância, Monteiro Lobato. O negócio começou em “Reinações de Narizinho”. Bom texto, mordaz. A Emília era o Lobato. Havia o espírito questionador. É evidente que meu pai, não só por ser do Partido Comunista, isso não tem muita coisa a ver, pois meus colegas não tinham pai que era do Partido Comunista. Mas, quando me alfabetizei, ele já me colocou nas mãos os dezessete volumes da coleção infantil do Monteiro Lobato. Foram livros que li e reli até os dezessete. E depois, ele me colocou nas mãos os outros autores brasileiros ligados ao “partidão”, Jorge Amado e Graciliano Ramos. Eu estava bem servido. Depois, começou a descoberta por si mesmo: Machado de Assis, Eça de Queiróz... Eu lia tudo que me caía nas mãos de bom... Dessa forma, eu estava com um bom ferramental quando eu cheguei ao jornalismo.

**V. M.:** Dá para dizer, então, que é recorrente a leitura de Monteiro Lobato e desses clássicos da literatura?

**M. S.:** Sim. E também o gosto pela leitura. Todos gostavam de ler. Eram autodidatas. Graças a Deus não havia a exigência do diploma. A revista não teria sido possível. Hamilton Almeida Filho, por exemplo, um dos melhores repórteres que eu já vi na minha vida, começou a trabalhar aos quinze anos, no jornal carioca *A noite*, hoje extinto. Se houvesse exigência do diploma, como um *cara* como esse faria? Pobre, suburbano... iria ser *office boy*, a sua vocação estaria liquidada. Jornalista é vocação, é como ser pintor, escritor, poeta... Como você pode pedir a um poeta: deixa-me ver seu diploma de poeta? Jornalista é jornalista e ponto final, é uma vocação. O jornalista é como o missionário. É uma profissão de direto atendimento ao povo, atende às necessidades fundamentais do povo. É como o médico, o enfermeiro. Por isso a minha sessão [na *Caros Amigos*] chama-se “Enfermaria”. Não é como o bancário, que é diferente. Jornalista não é fabricante de sabonete como o dono da Folha de São Paulo, Otávio Frias Filho, disse na TV, no programa Roda Viva da Cultura. Ele disse no programa que o jornalismo é uma indústria como outra qualquer. O cidadão aí não é um jornalista, é um comerciante. O jornalista tem algo do desprendimento. Se a gente for

radical poderíamos dizer que a pessoa que fica rica com o jornalismo não é um jornalista. Enfim, é uma profissão de desprendimento e que vem de berço. Publiquei meu primeiro artigo, matéria jornalística, aos oito anos, sobre uma situação que vivenciei com meu pai em um domingo que saímos para caçar. Quando começou a chover, nos abrigamos em um rancho e então nos deparamos com uma família muito pobre. No forno a lenha crepitava o almoço de domingo, feijão com farinha. A cabana dessa família ficava nas terras de um fazendeiro que hoje é nome de uma das ruas principais do município de Marília, São Paulo, Coronel Galdino de Almeida. O sangue-suga, assassino daquela gente, vira nome de rua. No caminho, disse ao meu pai que escreveria sobre isso e mostraria para a professora. E meu pai, então, disse para que escrevesse o texto e que ele mandaria ao jornal *Terra Livre*, ligado ao Partido Comunista. Eu escrevi a mão, ele mandou pelo correio e o jornal publicou.

**V. M.:** Na época em que você trabalhava na revista *Realidade*, o que te impressionava em termos de literatura, música, cinema, jornalismo?

**M. S.:** Nos líamos obrigatoriamente ao menos dois jornais por dia. Vinha para redação de *Realidade* o *Estadão*, a *Folha*... Mas também comprávamos o *Jornal do Brasil*, que já havia passado pela sua grande reforma, introduzido a figura do *copy desk*, uma técnica que ainda não estava muito em voga nos demais jornais da época. O *copy desk* tinha sua vantagem, pois deixava o texto mais legível e tinha a desvantagem, pasteurizar os textos dos jornais, porque sumia com a autoria do repórter. Hoje tem-se a história dos manuais de redação. Para mim, parece atualmente que existe um formulário impresso nas redações em que os jornalistas apenas mudam alguns dados do dia anterior: data, nome dos personagens envolvidos, endereços... Os repórteres não saem às ruas, fazem as matérias pelo telefone ou por *e-mail*. A *Folha* introduziu esta camisa-de-força que é o manual de redação, o que faz desaparecer com a autoria dos textos dos repórteres.

**V. M.:** Na revista *Realidade*, extinguiu-se o *copy desk* e criou-se a função do editor de texto, como foi isso?

**M. S.:** A escola do editor de texto que o Serjão [Sérgio de Sousa] estabeleceu em *Realidade* era o seguinte: o repórter não deixava o texto a cargo do *copy desk*. Ele ficava na redação e esperava as orientações do editor de texto. Ele ia lapidando o texto. No *JB* [Jornal do Brasil] os

jornalistas eram dispensados enquanto o trabalho de aprimorar o texto ficava com o *copy desk*. Havia *copy desks* fantásticos no próprio *JB*, o Otto Lara Resende, por exemplo, enfim, eram pessoas boas na carpintaria dos textos. Mas a figura do repórter desaparecia. Os textos ficavam agradáveis de se ler, mas bastante pasteurizados.

Na época, líamos ficção, Gabriel García Márquez, Cortázar, todos esses romancistas latino-americanos. Líamos os russos como, por exemplo, Dostóievski. Íamos muito ao cinema, todas as semanas. Ir ao cinema era como respirar o ar. A gente tinha essa fome de ver as coisas, não se tinha televisão, locadoras. O Serjão [Sérgio de Sousa] morava perto do cinema na Estação da Luz, no Bom Retiro, e via muito cinema quando jovem. Era um autodidata, um cara que já nasceu feito e tinha só o segundo ano ginásial. O cinema também ensina muito. Por meio de uma boa filmografia podemos aprender várias coisas: fazer *flash-back*, criar clima, criar tensão... Segundo o Gabriel García Márquez, o texto tem que ter gonzos para tocar, capturar e manter a atenção do leitor.

Então, voltando à questão do editor de texto. O Serjão [Sérgio de Sousa] estabeleceu e exercia esta função para preservar a autoria nos textos. Como era a técnica do Sérgio? Lápis preto nº 1, borracha, borracha. Pegava as laudas primeiro, as lia todas. Ele fazia uma primeira leitura do texto, depois eu também lia e, às vezes, até o próprio Paulo lia também. Depois, era ver se estava com uma estrutura boa, tinha começo meio e fim, em seguida era só limpar os excessos de adjetivos, advérbios... Em um poema de Manuel de Barros, ele diz que o adjetivo enfraquece a planta e isso é incrível! Tinha repórteres como o José Carlos Marão. Seus textos chegavam praticamente prontos. Ele tinha uma bela escritura, era viciado em novelas policiais e de ficção científica, como as de Agatha Christie. Esses escritores possuem uma técnica arrasadora para prender a atenção do leitor. Na primeira linha eles já te pegam. Mas muitos usam isso para uma produzir uma leitura digestiva, que apenas serve para entreter, não te ilumina. O Marão dominava essa técnica. No segundo número ele fez uma reportagem chamada “Nossa Cidade”, que é um absurdo! Ele foi para uma cidadezinha mineira, Conceição do Mato Dentro. E não estava acontecendo absolutamente nada na cidade, mas ele fez um texto que começa assim: de fato foi uma festa inesquecível na cidade... e só vai contar porque tal festa ficou inesquecível, na história da cidade, no fim da matéria. Eram ferramentas que a gente usava de tanto ler e de tanto ver cinema. E tinha também o Narciso Kalili que era “outra enfermaria”, escrevia 60 laudas brincando e queria publicar tudo, era uma briga mensal. Então, como é que o Sérgio fazia para a revista não utilizar

o *copy desk* e não pasteurizar tudo? Não se dispensava o repórter, ele ficava ali. Mas, ficava bom, pois o repórter brigava pelo texto que tinha escrito. Ele tinha que argumentar. E isso tudo é um exercício profissional. A técnica, em si, era assim: uma vez lido o texto e visto se a estrutura estava boa, então começa-se a cortar os excessos. Ele circulava com o lápis preto o que iria sair, para que, no momento em que o texto fosse datilografado, a parte circulada fosse retirada.

O texto, assim, seguia a lógica da montagem de cinema. E, como dizia o Polé da arte, a revista era uma artesanania. Desde o título, ao texto, à tipografia da revista. O editor de arte, Eduardo Barreto Filho, fez uma tipografia mais ou menos exclusiva para a revista. Ele falou para o Roberto Civita comprar uma tipografia da empresa norte-americana *Mergenthaler* só para a revista. Depois, ele fotografou todas as letras, pegou uma caneta nanquim e deu um “tapa” em cada letra. Para ficar mais exclusiva ainda, fez em cada letra do alfabeto, uma marca de identidade da revista. Artesania total!

Uma vez que a peça estivesse pronta, ela iria para a datilografia. Com o tempo a gente descobriu que, para ter um ritmo bom, nossas peças jornalísticas tinham que ter dezoito laudas de tamanho. Um sujeito chamado Duque Estrada, hoje editor de texto da Carta Capital, inventou uma lauda que depois ficou conhecida como lauda Duque. Quando ele era chefe de arte da “Quatro Rodas”, eram vinte linhas com setenta toques. Isso deu um ganho no cálculo e facilitou a vida da parte gráfica. Depois, então, tinha a criação do “olho” e a legenda, que era o nosso acabamento. Na nossa revista tudo se casava: o título de página, a matéria, o “olho”, a legenda. Cada coisa tem que ser pensada, tudo é informação. Se toda foto tem que ter legenda, toda legenda tem que ter função. As coisas têm que ser melhor pensadas.

**V. M.:** O foco da minha pesquisa é na equipe inicial da revista, tendo em mente que ela era o crivo de tudo o que acontecia, naquela época, de mais importante. A década de 60 pode ser sentida na forma e no conteúdo da revista. Ela foi um amplificador daquela época.

**M. S.:** Isso mesmo. A gente estava a par de tudo isso. E a revista serve de documentação daquele período. A gente estava no Vietnã, em São Domingos, no Nordeste brasileiro...

[Sobre as reuniões de pauta]

**M. S.:** A gente ia para a casa de alguém: do Freire ou do Sérgio...

Ia toda a “cambada” para lá e sentávamos em uma roda. E os que não bebiam, como o Woile [Guimarães] (e também porque ele era mais organizado), iam anotando as ideias que surgiam no nosso *brainstorm*, técnica que a gente aprendeu com os publicitários, em que todas as pessoas faziam suas sugestões. Era proibido zombar de qualquer que fosse a ideia, pois aí o cara se inibe e não fala mais. Isso a gente fazia dois ou três dias antes da reunião oficial com o Roberto Civita. Era a jogada diabólica. Ele mesmo sabia, porque cada repórter já vinha com a ideia dele. A reunião com o Roberto era só para bater o martelo. E tinha também a história que ficou anedotária para nós que era a verdade positiva, isto é, mostrar uma pessoa da livre iniciativa, a revista também tinha que conter uma verdade positiva. A gente contava com o Mercadante que tinha trânsito por meios que a gente não tinha com o perfil do Costa e Silva. Coisas que a gente tomava como purgante. Coisas que um radical de esquerda não admitiria mas eram matérias necessárias para “dar uma no cravo e outra na ferradura”. A gente queria salvar o Brasil e fomos pioneiros no tratamento de vários assuntos.

[Sobre o livro que está sendo produzido sobre *Realidade*]

**M. S.:** Eu abro o livro com uma reunião com quatro jovens entre 28 e 32 anos, que são: o Roberto Civita; o Luís Carta, irmão do Mino, que era editor da Abril; o Murilo Felizberto, que depois criou o *Jornal da Tarde*; e o Paulo Patarra. Essas quatro figuras que se reuniram para decidir quem seria o diretor de redação da revista *Realidade*. O Paulo, então, vira-se para o Roberto e diz que ele seria o diretor. Foi uma jogada de mestre. Pois o Roberto, que era filho do dono, se sentiu muito lisongiado e, além disso, era um bom jornalista, tinha tino jornalístico.

[A concepção da ideia da revista *Realidade*]

**M. S.:** O Paulo Patarra concebeu a ideia para a revista. Ele fez uma proposta para ele mesmo se guiar. Ele tinha uma revista de reportagens da cabeça. Aconteceu que o Roberto Civita começou a perceber que a Abril não tinha uma revista de “tutano”. A empresa estava com tudo para crescer. Estava na “ponta dos cascos” e ele precisava de uma revista de responsabilidade. Ele havia criado uma ideia da revista de domingo que não foi concretizada, porque os jornais perceberam que iriam ficar com a pior parte dos anúncios publicitários. Então, o Roberto Civita mandou chamar o Paulo na sala dele e reclamou do acontecido. “O que vamos fazer agora Patarrinha?” “Uma revista de reportagem”, responde o Paulo.



O Civita replica: “Mas isso não vai dar certo, ninguém fez isso ainda”. “Justamente porque ninguém fez é que vai dar certo”, respondeu Paulo Patarra.

Entrevista concedida em Florianópolis no dia 27 de agosto de 2009.

**V. M.:** A gente vinha conversando um pouco sobre suas referências intelectuais, artísticas... Suas referências no jornalismo e as da primeira infância. Como foi sua formação intelectual?

**M. S.:** O primeiro... A primeira coisa que eu li, a primeira coisa que me deu muito prazer de ler assim que me alfabetizei, foi Monteiro Lobato. Os livros para criança de Monteiro Lobato. É uma coleção de 17 volumes, que o meu pai me deu. Eu tinha recém 7 anos. Por que o meu pai me alfabetizou na verdade. Quando eu tinha 5 anos ele me deu um daqueles cubos que tem as letras em cada face do cubo, que mostra para criança, aquela coisa, o B-A-BA. Foi com 5 anos, e em seguida eu fui para a escolinha e com 7 anos eu estava alfabetizado. Então eu ganhei essa coleção de Monteiro Lobato e comecei a descobrir que coisa incrível é a leitura. Fantástico aquilo. Porque cada pessoa tem uma leitura, isso depois a gente descobre. Um livro para uma pessoa não é o mesmo para você ou para mim. Não é o mesmo nas fazes da vida da gente. Se você olhar, hoje mesmo eu estou com Monteiro Lobato aberto ali, porque eu me lembrei de uma fábula de uma formiguinha que prende a perninha na neve e eu queria reler. Aí eu releio e é uma leitura completamente... São 10 vezes a idade que eu tinha, eu tinha 7 agora tenho 70. Então, é outra história, quero dizer... Então, a leitura eu descobri com Monteiro Lobato. E depois – como o meu pai era um sujeito de esquerda e ele entrou depois para o Partido Comunista – então, ele foi comprando para mim os escritores que tinham a ligação com o Partido Comunista. Jorge Amado, Graciliano Ramos. Prefiro o Graciliano por que é menos político, menos ideológico, mais escritura do que o Jorge Amado. Mas, foi por aí as minhas descobertas. Depois, que o papai deu régua e compasso, eu fui embora descobrindo outras coisas.

**V. M.:** Na época em que você trabalhava na revista *Realidade* o

que mais de impressionava em termos de arte, literatura, música, jornalismo... O que você consumia? O que mais te impressionava no período?

**M. S.:** Eu fui para São Paulo – eu sou do interior, de Marília – quando eu fui para São Paulo para fazer Direito mas eu tinha que trabalhar e arrumei com um amigo que já tinha ido pra São Paulo, fui trabalhar na *Folha de São Paulo* e aí descobri o jornalismo e junto com a descoberta do jornalismo – que eu tinha que cair ali – eu comecei a descobrir também – aquele caipirinha lá... – e fui descobrindo por amigos, com os colegas, por ir no cinema, em São Paulo, não é? É uma descoberta atrás da outra...Então o que eu comecei a gostar? Música erudita, clássica, porque eu não tinha acesso em casa quando eu era criança lá no interior do Brasil... É Mozart, Chopin, Tchaikoviski...aquelas coisas...E por aí vai...E literatura, comecei a descobrir Ernest Hemingway, gostava muito... Quando você começa a conhecer as coisas a sua cabeça abre inclusive para coisas que estão ali na sua lata e você não sabe, como é o caso de Drummond, de Manuel Bandeira, de João Cabral de Melo Neto, dos poetas, os grandes poetas da língua. Descobri Camões, Caramba! Que fica lá...Embora a gente tenha feito ginásio tal....

**V. M.:** E nessa mesma época em que você trabalhava na revista *Realidade* você acha que os romances latino-americanos, de escritores como Gabriel Garcia Marquez, Vargas Llosa, Cortázar. O Cinema Novo, Glauber Rocha...Você acha que de certa forma esses movimentos de Vanguarda ecoaram na revista e se ecoaram de que forma isso se deu?

**M. S.:** Através de você, eu descobri que realmente a gente tinha algo a ver com o cinema. Como é que chama aquele que vem da Itália...? Ah, o neorealismo. Sabe, depois que você disse que teve um *clic* quando leu um livro, do Muniz Sodré. Aí eu fui vasculhar a memória. De fato, eu comecei a ler umas reportagens nossas... mas, a gente não tinha consciência disso. Porque as ferramentas que a gente vai adquirindo, as ferramentas intelectuais, você vai lendo, pá pá pá... mas como a gente não é – não faz isso como estudo – faz na prática...é óbvio que eu tinha visto *Rio 40º*, *Ladrão de Bicicleta*, do De Sica, *Roma cidade aberta* do Rossellini. Isso tudo a gente via. Eu vi. A nossa geração que fazia a revista *Realidade* via essas coisas. É óbvio que você incorpora como inspiração, como transformar aquilo numa ferramenta para você usar aquilo como escritura do jornalismo, é óbvio. Eu fico relendo as reportagens nossas aí, dos colegas... Eu não era repórter da revista, eu era editor de texto. Então,

o cinema-verdade, o neorealismo, o nosso – àquela história do Glauber, uma ideia na cabeça e a câmera na mão. Isso tudo estava incorporado. O tropicalismo quando veio já no fim do estertor da revista *Realidade*, na nossa mão, que ela ainda durou um tempo. A gente estava lá, que a capa – a nossa capa – a capa da revista em 68, são todos eles do tropicalismo, uma capa famosa... Estão todos ali. Caetano, aquele o maestro lá... Tem lá, vários músicos. Então, tudo isso estava incorporado na gente, não de maneira absolutamente consciente. Era o que a gente era, nós éramos, nós e nossas circunstâncias, naquele momento, lá, o tempo todo. Por que a gente respirava jornalismo e aquilo era a nossa vida, não é? A revista *Realidade*. Era *full time*, fazia parte.

O *Cem anos de Solidão* foi um *back*, uma porrada. Aquilo, é... me lembro que a gente... Aquilo... Toda a turma descobriu e todo mundo leu praticamente na mesma época. A gente parecia que estava vivendo naquele mundo, em uma Macondo. Coisa incrível aquilo, não é? Eu tenho uma vontade muito grande, aliás bem lembrado, de reler. Porque eu li e nunca mais reli. Aquilo é dos anos 60. Cortázar lemos. O uruguaio [Eduardo Galeano] “Veias abertas da América Latina”, lemos muito. Cortázar, o Vargas Lhosa, o peruano, eu li quatro ou cinco livros dele, mas o que mais me tocou foi o *Conversas na Catedral* porque o personagem principal é um jornalista, Salarita. Enfim, os latinos-americanos todos, a gente lia todos e outros menos falados. A gente tinha voltado para nós por que a gente já tinha essa história de ficar com aquela crítica – auto-crítica – que a gente fazia desde Oswald de Andrade que a gente era um povo voltado para a Europa, não é? e que a gente tinha que se voltar para cá. Voltar um pouco as costas um pouco para Europa e se voltar para si. Aliás até hoje a gente não tem... o Mercosul caminha com muitas dificuldades, caminha aquela coisa que se arrasta. Tem o exemplo da Europa, mercado comum europeu, a Europa unida, unificada toda, não é?

**V. M.:** A revista por exemplo tratou de elementos da cultura brasileira que eram muito poucos falados como por exemplo, o Candomblé, aquele panteão de divindades afro-brasileiras, o futebol, a capoeira...

**M. S.:** Você veja que coisa interessante, não é? Já vai para quase meio século isso aí. Você que não viveu não faz ideia de como aquilo era impactante. E era... A gente tinha até, assim, um temor de fazer aquelas reportagens. Tem uma que acho que é do Narciso, do candomblé, que tem a cerimônia do bode, do sangue escorrendo. Aquilo dava um choque em

nós mesmos. Era uma autoviolentação abordar aqueles temas. Porque, olha, se a gente for observar bem hoje, ainda hoje, aquilo não é feito não. Não é digerido, ainda hoje. O candomblé, capoeira. É... fazem uma coisa assim mais...folclore. Folclore, não é?

**V. M.:** E sobre a controvérsia do Novo Jornalismo, o Truman Capote, Gay Talese... Foi uma influência? Vocês leram ou se inspiraram neles na época?

**M. S.:** Eu acabei de ler, faz o que? umas quatro semanas que eu acabei de ler o mais recente livro do Gay Talise e eu descobri que é Talése. Virou Talése por que é filho de italianos nascido nos EUA, ele é italo-americano, então eu descobri que é Talése, mas vira Talise por que é pronúncia inglesa. *Vida de escritor*, que é um livro dos mais maravilhosos, que é uma ode imensa, um monumento ao jornalismo, que paixão que ele tem no jornalismo. Um maravilhoso livro. Mas se alguém da turma já tinha conhecimento do novo jornalismo, ficou para si, porque a gente só descobriu depois que estava na banca. Aquilo foi uma invenção do Paulo Patarra, a revista não é? "Vamos fazer uma revista de reportagem" e o dono da empresa disse, "ninguém faz isso no mundo!" e ele respondeu "justamente por que ninguém faz que vai dar certo". Não existia revista de reportagem. isso não existia. Então vamos lá fazer uma revista de reportagem. E fizemos com a cabeça de cada um, com o norte do Paulo Patarra que pensou uma revista de reportagem. A reportagem lida com os fatos. Fatos costumam ser subversivos, não é? A informação... a informação... Qual é a primeira coisa que a ditadura militar e outras ditaduras e outros regimes fortes, qual é a primeira coisa que eles fazem? Informação. O controle da informação. Então a gente fez uma revista de reportagem que não tinha modelo, não tinha *New Journalism* na nossa cabeça. Vamos fazer reportagem. Então, iam fotógrafo e repórter para mundo, até para o exterior. Nós fizemos Haiti, República Dominicana, Cuba. Repórter nosso lá. Hoje não tem. Cadê? Porra! o Haiti está desmilinguindo, cadê uma "baita" reportagem sobre o Haiti? Cadê? Que é aqui ou que não é aqui, segundo Caetano e Gilberto Gil. Cadê? Aí ficam falando mal de Evo Morales, aí ficam essas picuinhas... Mas não mandam um repórter uma repórter para a Bolívia. O que está acontecendo na Bolívia? Se a revista *Realidade* existisse hoje já teria sido capa a muito tempo. Oh, faz tempo! Antes dele ter tomado tempo nós já estaríamos lá. E não vai, ninguém vai. Não fazem. Aí ficam com essa cascata de que o repórter está morto e que a reportagem já era...

**V. M.:** Como tudo começou para você? Ou como a revista *Realidade* entrou na sua história de vida?

**M. S.:** Eu acho que aí o caso, aí é turma. A turma, o grupo, *big band*, né!? Por que não é uma bandinha é uma banda de 20 ou 30 pessoas. É uma *big band*. Tinha o maestro lá, o Paulo Patarra, e o primeiro Violino, o Sérgio de Souza e eles montaram uma *big band*. Foram chamando quem é bom em trompete, quem é bom na percussão, o melhor oboé da cidade, quem é? Eles foram pegando os melhores. E a gente já tinha um ninho que era a *Folha de São Paulo* entre 59 e 62, 57 a 62. O Zé Hamilton era da *Folha*, eu, o Sérgio, o Woile, o Marão. Olha, se você for naquele ninho ali da *Folha de São Paulo*, só faltava “dos bão” mesmo assim lá, só faltava o Paulo Patarra. O grosso do pessoal estava na *Folha*, inclusive o Murilo Felisberto que participou do comecinho da revista, mas depois tinha divergências, ele tinha outra pegada. Ele era mais para fazer assim uma *New York*, uma revista de prestígio, de 50.000 exemplares, elegante, bonita, então não combinou e saiu. Mas eu acho que a gente foi parar lá pela inércia de um grupo que só podia ser aquele grupo. Só podia ser aquele. João Antônio, não é? Paulo Henrique Amorim, José Carlos, Zé Hamilton, Azevedo... Olha, a maioria leu Monteiro Lobato. A maioria. Mais da metade. Tinha Monteiro Lobato como primeira paixão na literatura. Então, eu acho assim, que não é exagero dizer que lá atrás, assim, lá no inconsciente da gente, uma influência da revista vem do Monteiro Lobato.

**V. M.:** Tinha aquela questão da curiosidade da Emília do Lobato...?

**M.S.:** É e a Emília não é só curiosa, ela tem algo mais importante do que a curiosidade até eu acho. Que é o espírito Crítico. É jornalístico isso. Ela duvida de tudo, ela critica tudo. Ela quer saber se é bem assim mesmo aquela coisa, se é bem assim mesmo. Se tem alguma coisa que trai. É o personagem... A Emília é o Monteiro Lobato.

O João Antônio dizia... dizia que a gente deveria ler Machado. Quanto mais Machado lêssemos, mais manchados de Assis ficávamos. Olha, a gente tinha uma boa, um bom *background* de literatura brasileira. João do Rio foi um jornalista, ele... Há quem o compare, acho que foi o João Antônio que compara o João do Rio ao Novo Jornalismo, João do Rio fazia o Novo Jornalismo. Para João Antônio, o João do Rio fazia o Novo Jornalismo. Nós temos também uma literatura muito boa em Raul

Pompéia, de jornalismo. Conheço duas peças do Raul Pompéia, uma é *A morte do Zé do Patrocínio* e a outra é... aquilo é uma obra prima, os militares expulsando o Dom Pedro II do país, aquilo é uma obra prima. Não tem documento, se não esse do Raul Pompéia assistindo o Dom Pedro II com a sua família, seus pertences sendo postos fora do país à toque de caixa, não é? em sentido figurado. À toque de caixa... Teve assim, 72 horas para pegar toda a família e os pertences que quisesse levar. Botaram ele num navio no meio da madrugada... Peça jornalística de primeira água. Então nós temos, inclusive lá do Brasil Colônia, os cronistas, o Pedro Magalhães Gandala, falando das frutas que tinha aqui. Até a Carta do Caminha, a certidão de nascimento do Brasil é uma peça jornalística. O jornalista no exílio, fazendo um jornal do exílio. Então, gente, se formos estudar direitinho, o jornalismo permeia, permeia tudo. Não vamos falar que é só o Brasil, mas você tem a certidão de nascimento que é uma crônica, é uma reportagem de um sujeito que veio nas caravelas contando para *el Rei* como foi a viagem e como foi a chegada. Lá tem até "alguém plantando tudo dá". Já está lá.

**V. M.:** Você acha que existia algum peso político e artístico na decisão de manter a autoria dos textos num contexto em que se procurava abafar certas tendências políticas...? Você acha que existiu esse peso nesta decisão?

**M. S.:** Isso é um... era uma coisa do Sérgio mesmo. A questão do texto era coisa do Sérgio mesmo. Mas tinha muito do Paulo Patarra também. Essa dupla ali. Então, era o respeitar o que o repórter trouxe e como ele trouxe. Só limpar, tornar mais gostoso ainda de ler, ou seja, as vezes o repórter, principalmente alí que a gente estava fazendo do zero... Não existia modelo. Nós não tínhamos modelo. Então era, as vezes o repórter... depois conforme eu fui trabalhando com o Sérgio, fui percebendo isso. Às vezes, o repórter começava algo tão bonito e depois ia diluindo. Então, o que era aquilo? Aquilo lá era o fim da matéria. Ele matava a matéria. Talvez por aquela história do lead, de contar primeiro, não é? contar tudo no lead, a tal da pirâmide invertida. Que é uma besteira, uma "invencionice". Que é para mim, agora, hoje, me parece fordismo. Sabe linha de montagem? Pirâmide invertida, primeiro dá o que é e depois.... se precisar cortar daqui para baixo, já tem alguma coisa para o sujeito ler. Então, muitas vezes acontecia isso. As primeiras 10 linhas era uma coisa densa. Porque o cara já queria mostrar o serviço. E aquilo era o fecho, a parte do final da matéria...

**V. M.:** A revista tomou uma diretriz editorial interessante que é a substituição da figura do *copy desk* pela do editor de texto, que geralmente faz essa tarefa de homogeneizar o conjunto de textos, como foi isso?

**M. S.:** Então, você veja que coisa mais fantástica essa, por que o *Jornal do Brasil* foi o produtor do *copy*, que a palavra já denuncia, não é? a sua origem que é o jornalismo americano, o *copydesk* que recebia o texto... Mas aí você veja que tem alguma coisa que tem a ver. Vamos analisar o *copy* e depois o editor de texto. Por que o *copy*, até os anos 60 a formação dos jornalistas, do repórter, não digo de escolaridade só, a formação não era muito elevada. Era uma profissão muito mal paga. O sujeito gostava de fazer aquilo. E ia fazer a troca de um salário irrisório, as vezes vivendo de vales... Era uma coisa que não era profissional por causa da profissão que a pessoa tinha. E na verdade tinha um emprego e no final do dia ia para a redação fazer jornalismo. Então o *copy* era essa necessidade que se tinha de ter um texto mais bem escrito para o leitor. Então o que acontecia... Os textos eram muito bem escritos, porque o *copy* era bom texto, só que ficava tudo meio homogeneizado. Era homogêneo, não tinha identidade cada texto. Então, o que o Paulo Patarra e o Sérgio, essa dupla – é fundamental para caracterizar a forma final dela, que é o criador da fórmula e o executor do texto – então o Serjão introduziu o editor do texto. Então o texto não perdia a sua individualidade, o carimbo, a marca do repórter. Cada repórter tinha o seu jeito de trazer a coisa. Então o jeito do Sérgio que me passou, com quem eu aprendi. O método dele é sentar ao lado do repórter, depois de ler o texto e anotar a lápis com a borracha do lado. A técnica dele era incrível. A borracha limpinha, o lápis bem apontadinho... O lápis número 1, o mais macio para apagar mais fácil. Então ele pegava aquele texto, então ele não fazia como o *copy* ou seja, tirar as dúvidas com o repórter e reescrever o texto. Aí fica tudo bem parecido. Ele pegava o lápis e ia circulando as palavras que ele ia discutir com o repórter. Até vírgula ele discutia. Então, o texto enxugado. Ele era remontado, muitas vezes. Ele pegava o fim e colocava no início, claro que tinha que remontar. A maioria das vezes ele perguntava se queria voltar para casa e reescrever o texto ele mesmo, o repórter. "quer escrever de novo ou vamos fazer aqui o que estou indicando?" Então tanto faz. Tanto faz, como quisesse. Então, essa era a edição do texto. O Sérgio era um privilegiado, um sujeito brilhante para isso. A formação dele era mais ou menos essa, só que elevado a não sei que potência. Por que ele via filmes 3 ou 4 ou 5 por semana por que ele morava em bom retiro. Morava perto

do cinema e ele ia ao cinema toda hora. O que isso transforma? Montar a reportagem como se fosse cinema. O que “linka” com o que você disse neorrealismo. O adjetivo, limar todos, não tem adjetivo, não usa. São coisas que ele trazia com ele genialmente, eu não sei, que foi passando para os alunos deles.

**V. M.:** Com essa decisão deixava-se ali impressa nos textos a digital dos repórteres, dos autores....

**M.S.:** As matérias do Narciso e do João Antônio, nem se fala... o doarão aquele texto mais leve, mais gostoso. Cheio de ironias de brincadeirinhas que você vai identificando. O Mercadante também, cheio de parágrafos curtos. As pessoas mantinham a sua identidade.

**V. M.:** Como eram as reuniões de pauta? Vocês tinham algum critério de escolha dos assuntos, o que estava acontecendo assim no momento...

**M.S.:** Claro. “Antena da raça”, quase todo mundo ali, antenas. Que nem artista, antenados. Com faro para perceber coisas que estavam prestes a acontecer. Porque estava prestes a acontecer coisas... Revolução sexual... todas essas coisas que estavam latentes. Coisas que estavam para acontecer alguém da turma sempre vinha com isso na reunião de pauta. “Escuta e ... e o divórcio”, sabe? As reuniões de pauta eram duas por mês. Uma na casa de alguém – um ou dois dias antes da reunião oficial com o Roberto Civita – e depois uma oficial, com ele. A na casa da gente era aquela explosão... o *brainstorm*, como você disse, que vinha... tinha alguém lá que ia anotando tudo, todas as ideias, viravam o que? Cinco laudas... Depois a cúpula alí, que a gente chamava de Politiburo, é de brincadeira... a gente chamava de Politiburo, fechava lá, eu o Paulo, quem estivesse alí... Politiburo era a cúpula do partido comunista da União Soviética... Como eles chamavam a gente de comunista, o Politiburo era o cerne alí, não é? Então a gente brincava que alí tinha o Politiburo... onde a gente alí peneirava as pautas, quais seriam os assuntos...

[Sobre o escritor João Antônio]

**M.S.:** O João Antônio, a gente botou o olho nele quando ele ganhou dois Jabutis, dois ou três... Dois, melhor livro de contos e revelação de escritor. Ele com o primeiro livro com 24 ou 25 anos, com



*Malagueta, Peru e Bacanaço*. Então, a gente já estava com ele, eu e o Serjão, os que são mais voltados para a literatura. Então, o Sérgio teve a ideia de convidar o João Antônio para começar como *freelancer*. Primeiro então ele fez uma primeira reportagem texto sobre sinuca, que é uma maravilha aquilo. Daí um dia o Sérgio conversando com ele um dia lá conversando, eles tiveram a ideia do conto-reportagem... que é João Antônio sair como repórter, vai para rua como repórter e volta e escreve na literatura dele, porque grande parte dos escritores de todos os tempos, muito boa parte foi jornalista no começo. Alguns ficaram jornalistas até o fim da vida, como Machado de Assis e Drummond. O Drummond escreveu para jornais até o fim da vida. Então essa coisa de jornalista e escritor é muito próxima, não é? Então o João Antônio ficou sendo da equipe e produziu pelo menos uma obra prima de conto reportagem, *Um dia no cais*, que ficou tão bom, tão literatura que ele pôs num livro depois. Deixou até os títulos de página que eu fiz.

**V. M.:** A partir da promulgação do AI-5 a revista vai sofrer um declínio. A que você atribui a isso, a escalada da ditadura foi crucial, o que você acha sobre isso?

**M.S.:** Acho que com toda a certeza, Vaniucha. A censura é inimiga da criação. O Paulo Patarra deixou para mim um documento, que eu tenho aí guardado que eu vou botar num livro, que é uma peça de auto censura fantástica, o Edgar de Silvio Faria, que era o advogado da Abril na época, depois que a equipe original saiu, ali por 69 ou 70, tem uma CI, que é uma Comunicação Interna, que ele puxa a orelha do novo editor chefe, do chefe de redação para uma reportagem lá que ele não dá o título, mas que ele... censurando várias passagens da reportagem. Uma reportagem sobre a fome no Nordeste. Então ele diz, esse pedaço aqui está carregado nas tintas, isso não pode. Isso aqui é para chamar os militares mesmo. Censurando direto mesmo, coisa que com a gente lá ele nem se atrevia.

[Sobre a reportagem]

**M. S.:** É reprodução, não é? Por que isso não existe. Mas a fórmula, a revista de reportagem, ela está lá. Ela existiu. É... Como que uma reportagem não vai seduzir leituras, é claro que vai. Te mostrei um livro que escrevi com um amigo, *Honoráveis Bandidos*, que em 2009, em 3 meses vendeu 60 mil exemplares, a R\$ 30,00 o exemplar. Como que não pode uma revista de reportagem? Pode sim. Essa reportagem que é esse livro tem 200 páginas, uma reportagem pode... você pode fazer com

200 páginas, você pode fazer 10 reportagens. Em qualquer época. Não precisa ser 200 páginas, pode ser até menos. A revista de reportagem, está aí um nicho aberto ainda hoje. Que desesperança, a reportagem ela não morre, por que sempre vai existir alguém disposto, como nós estamos aqui, disposto a contar algo que está acontecendo. Como que a humanidade vai viver sem que haja gente que conte o que está acontecendo? Tem que contar o que está acontecendo.

[Sobre saudosismo]

**M.S.:** Olha... esta é a época da revista *Realidade*. Eu estou nela, eu estou na época ainda. Esta é a época. Agora... A saudade do passado, não sei, não é bem saudade. A saudade é uma coisa assim que não volta mais, como que não volta mais. A minha época é a época que eu estou vivo. Aliás, eu continuo fazendo a revista de certa forma por que eu estou escrevendo sobre a revista *Realidade*, onde eu conto o que foi, e procuro transmitir lições de jornalismo. Por que como é que era feito e como a gente fazia, não deixa ser de transmitir... o *modus operandi*... Como era a ética da gente, como a gente fazia. E esse livro que eu citei aí me deu uma gratificação profissional imensa, por que, caramba, 600 mil livros em 3 meses, e continua vendendo. E o que é aquilo? É uma reportagem de 200 páginas.

Entrevista concedida em Florianópolis em outubro de 2009.

**ANEXO D****ENTREVISTA COM RENATO TAPAJÓS**

**V. M.:** Sr. teve uma trajetória escolar multidisciplinar. Iniciou dois cursos na área de Engenharia, um no ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e outro na Escola Politécnica da USP (Universidade do Estado de São Paulo), passou pela Escola de Arte Dramática e em seguida ingressou no curso de Ciências Sociais na FFCH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) da USP. Como descreveria sua formação intelectual e como ela repercutiu em sua atividade como documentarista e escritor?

**R. T.:** Na verdade, minha formação intelectual começou muito antes da universidade, ainda em Belém do Pará, onde nasci. Na infância e na adolescência eu vivia diariamente em contato com a biblioteca que havia sido de meu avô e, depois, foi de meu pai. Em nossa casa havia mais de 20 mil livros, desde os clássicos franceses e portugueses, literatura brasileira quase completa, os clássicos do marxismo e muito mais. Meu pai era comunista, militava no Partido, e me incentivava a ler sobre tudo o que havia. Antes de vir para São Paulo tive contato com muitos intelectuais amigos dele. Quando vim fazer universidade já tinha uma boa formação. Em São Paulo vivi os anos sessenta, uma época de grande efervescência político cultural (Cinema Novo, teatros como o Arena e o Oficina, debates constantes e a participação no Movimento Estudantil). Tudo isso colaborou para a minha formação humanista, comunista e que creio ser ligada ao que havia de mais esclarecido na época.

**V. M.:** Em depoimentos autobiográficos o Sr. relata que a sua família constituiu através de gerações uma extensa biblioteca com mais de 20 mil títulos. Sua avó materna era filha de um Coronel da Guarda Nacional, foi educada na Europa e falava francês fluentemente. Em suas memórias o Sr. relata também que aprendeu a ler antes de entrar na escola e é um leitor assíduo desde a infância. Qual foi o papel desempenhado pela família em sua formação intelectual?

**R. T.:** Já destaquei acima o papel que meu pai e a biblioteca que havia em casa contribuíram para minha formação. Devo destacar também minha avó, cuja formação se deu inteiramente na França e na Suíça e que trouxe para nós uma influência erudita, claramente europeia. Como me

referia ela na narração de meu filme “O Rosto no Espelho” minha avó considerava que “a única cultura significativa era a francesa e o resto, principalmente a América, não passava de barbárie”.

**V. M.:** Quais eram os graus de instrução e as atividades profissionais de suas pais e avós?

**R. T.:** Meu pai era médico, pediatra, formado na Faculdade de Medicina do Pará. Uma de minhas tias (também comunista) também era médica, cardiologista. Minha avó, como já disse formou-se na Suíça, na área de educação. Ela foi, durante muito tempo professora de francês no principal Colégio público do Pará (Colégio Estadual Paes de Carvalho) e, em seguida, vários anos como diretora do mesmo colégio. Minha mãe tinha apenas segundo grau (curso Normal).

**V. M.:** O Sr. já declarou que seu pai e membros próximos da família eram ligados ao PCB. Há uma influência familiar em sua militância política e trajetória intelectual?

**R. T.:** Sem dúvida teve. Desde muito jovem eu me considerava comunista e li, precocemente, os clássicos marxistas, embora só tenha entrado para um partido aos 23 anos. Quando era adolescente vi o impacto que teve sobre meu pai o XX Congresso do PCUS, onde Kruschov denunciou os crimes de Stalin. Como o PCB continuava fiel à URSS, não quis entrar no Partido. Depois, já em São Paulo e participando do Movimento Estudantil, me filiei ao PC do B, que era linha chinesa. Pouco tempo depois participei de uma luta interna que rachou o PCdoB e continuei militando na Ala Vermelha.

**V. M.:** Como surgiu o seu interesse pelo jornalismo e em que circunstâncias ocorreu o seu ingresso na profissão? Em entrevistas anteriores o Sr. relata que começou a trabalhar como jornalista aos 19 anos ainda em Belém.

**R. T.:** Na época, ainda não havia me interessado por cinema. Pretendia ser romancista, poeta. E como isso, na época, não era considerado bem uma profissão, procurei o que me parecia mais próximo, que era o jornalismo. Além disso, já tinha certa intimidade com a profissão porque, através da militância política de meu pai, conhecia, em Belém, muitos jornalistas e, mesmo, gráficos que eram do PCB.

**V. M.:** O Sr. fez trabalhos para a imprensa alternativa (jornal *Movimento*) e também para a grande imprensa (Globo Repórter). Qual é a relação que o Sr. mantém atualmente com o jornalismo?

**R. T.:** Desde que fui demitido do Globo Repórter (aliás, todos os da sucursal de São Paulo foram demitidos, já que a Globo fechou a sucursal de São Paulo) não fiz mais nenhum trabalho na área do jornalismo. Desde então me dediquei integralmente ao cinema documentário.

**V. M.:** Qual é o seu posicionamento a respeito da exigência do diploma em jornalismo para o exercício da profissão?

**R. T.:** Em princípio, sou a favor da exigência de diploma quando se trata de alguém que está se iniciando na profissão. Acredito que exceções devem ser abertas para quem já é veterano em alguma outra profissão e passe a escrever profissionalmente em jornal.

**V. M.:** Como o cinema e a profissão de cineasta entraram em sua vida profissional?

**R. T.:** Comecei a fazer cinema quando estava na Escola Politécnica. Lá conheci um grupo que pretendia fazer cinema, o Grupo Kuatro. Desse grupo participavam pessoas que, depois vieram a ser cineastas conhecidos, como o Francisco Ramalho e o João Batista de Andrade. Depois de alguns ensaios em 8mm e de uma produção totalmente independente (*Vila da Barca*, 1965. Premiado no Festival de Leipzig em 1968), consegui verbas do Grêmio da FFCLUSP para fazer filmes sobre o Movimento Estudantil (*Universidade em Crise* e *Um por Cento*). Em 1969 fui preso pela ditadura e fiquei preso até 1974. Quando saí da cadeia, saí com o firme propósito de me profissionalizar. Trabalhei um pouco como roteirista e diretor de comerciais até que, finalmente, a partir do ano seguinte consegui começar uma carreira como documentarista. Entre 1975 e 1985 fiz dez documentários sobre temas sociais e políticos, o que já me permitia viver do trabalho de cineasta.

**V. M.:** Na produção cultural o Sr. possui trabalhos nas áreas cinematográfica e literária. Como se definiria atualmente? Escritor, documentarista ou jornalista?

**R. T.:** Eu me considero cineasta (documentarista) e escritor.

Entrevista concedida por *e-mail* em 13 de julho de 2015.

## ANEXO E

## ENTREVISTA COM BERNARDO KUCINSKI

**V. M.:** O Sr. teve uma formação escolar multidisciplinar. É doutor em Ciências da Comunicação, graduado em Física e realizou um curso técnico antes de ingressar em um curso superior. Como o Sr. descreveria sua formação intelectual?

**B. K.:** Minha formação intelectual é basicamente humanista por influência paterna, de leituras de literatura engajada e militância em movimentos políticos.

**V. M.:** Em uma visão retrospectiva, como foram seus primeiros contatos com a cultura escrita? E quais são os autores que lhe serviram como referência na literatura e no jornalismo?

**B. K.:** Li muito desde os sete anos de idade, toda a literatura de aventuras infantil e juvenil da época, depois muita literatura social dos autores dos anos 20 e 30, americanos e europeus, como Jack London, Steinbeck, Erich Maria Remarque, Stephan Zweig, Ylia Ehrenbugr e Richard Wright e Richard Lewellin, mais tarde os russos, Gogol, Pushkin Tolstoi e Turgueinev, os latino-americanos como Rulfo, Cortázar e Garcia Márquez, e ingleses nessa ordem. Já adulto os franceses como Sartre, Camus, novamente os russos americanos e europeus como Hemingway, Kafka e atualmente principalmente os de língua portuguesa da África, com Mia Couto, Angalusa, entre outros, os clássicos brasileiros Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, Clarice Lispector Graciliano Ramos e Machado de Assis. E também israelenses A.B. Yeoshua, David Grossman, Amos Oz e Applefeld... Exagerei nos exemplos para mostrar a vastidão de minhas leituras mas muito mais ficou de fora. Também numa época li muita literatura policial americana e europeia. Meus dois últimos livros foram *A Rainha Ginga*, de Angalusa e *Isto é um Homem?* de Primo Levi Li. Leio também muitas biografias políticas e ensaios históricos e políticos. A lacuna está na parca leitura dos Clássicos, como Homero e Dante, por exemplo...

**V. M.:** Seu pai era escritor, jornalista, professor de *idisch*, poeta e

militante do movimento europeu sionista socialista. Em seus registros memorialísticos, o Sr. menciona que sua mãe lhe trazia regularmente livros da Biblioteca Municipal o que contribuiu para sua inclinação para as letras. Qual foi o papel desempenhado pela família em sua formação intelectual?

**B. K.:** Principal papel, estimular e facilitar a leitura. Um segundo papel, principalmente de meu pai, as discussões e comentários políticos à mesa. Em geral influenciou o sentimento dominante na família da valorização do pensamento crítico e da literatura...

**V. M.:** O Sr. estudou em uma escola sionista na infância e esteve em um Kibutz na juventude. Como jornalista, foi correspondente do *The Guardian*. Como essas experiências influenciaram sua carreira intelectual?

**B. K.:** Nem uma nem a outra tiveram grande influência. A escola não era sionista e sim judaica. E era muito fraca. Mas a militância dos 12 aos 19 anos no movimento sionista preparatório para a vida no Kibutz teve papel fundamental na minha formação, definindo meu perfil intelectual. A maior parte das leituras da adolescência eram indicações do movimento sionista que era também de ideologia fortemente socialista.

**V. M.:** Como foi o seu ingresso na profissão de jornalista?

**B. K.:** Deu-se em parte por acaso, ao me reunir a um grupo de estudantes da USP que planejava o primeiro jornal alternativo contra a ditadura, chamado *Amanhã*, todavia, eu já fizera jornaizinhos mimeografados e murais no movimento sionista-socialista. E também meu pouco brilhantismo no curso de Física em que me formei, me levaria inevitavelmente para o jornalismo. Desse curso, aliás saíram muitos jornalistas na época da ditadura...

**V. M.:** O Sr. tem conquistado notoriedade também na literatura e já publicou dois livros literários pela editora Cosac Naify: *Você vai voltar para mim e outros contos* e *K. – Relato de uma busca*. Como o Sr. definiria o seu posicionamento na produção cultural atualmente: jornalista, docente ou escritor?

**B. K.:** Também publiquei a novela *Alice*, pela Rocco. Abandonei o jornalismo em boa hora. Na hora de sua decadência. Abandonei a militância política em boa hora: na hora de sua decadência. Abandonei o



ensino do jornalismo por avaliar que as novas gerações não estavam motivadas pelo tipo de jornalismo que eu poderia ensinar.

Hoje me considero e me proclamo ficcionista. Profissão: Escritor.

**V. M.:** Qual é o posicionamento do Sr. a respeito da obrigatoriedade da exigência do diploma em jornalismo para o exercício da profissão?

**B. K.:** Sempre me coloquei contra essa exigência, que considero absurda, corporativista, contrária à prática do bom jornalismo e castradora do jornalismo vocacional. Não mudei de opinião.

Entrevista concedida por *e-mail* em 21 de junho de 2015.